UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

O *stress* no trabalho de guardas municipais: a dialética entre o desgaste sócio-institucional e o bio-psíquico.

Eduardo Pinto e Silva

2005

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

O *stress* no trabalho de guardas municipais: a dialética entre o desgaste sócio-institucional e o bio-psíquico.

Autor: Eduardo Pinto e Silva.
Orientador: José Roberto Heloani.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Eduardo Pinto e Silva e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 23/02/2005.

Assinatura: _____

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

_____

_____

_____

_____

_____

2005

© by Eduardo Pinto e Silva, 2005.

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
6.38s
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 63709
PROC. 16-86-05
C ☐ D ☒
PREÇO 11,00
DATA 10/5/05
Nº CPD ____
bibid 349298

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca da Faculdade de Educação/UNICAMP

Silva, Eduardo Pinto e.
Si38s O stress no trabalho de guardas municipais : a dialética entre o desgaste sócio-institucional e o bio-psíquico / Eduardo Pinto e Silva. – Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador : José Roberto Heloani.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Stress. 2. Guardas de vigilância. 3. Organização do trabalho. 4. Trabalho – Aspectos psicológicos. 5. Trabalho – Aspectos sociais. 6. Subjetividade. I. Heloani, José Roberto. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

05-261-BFE

RESUMO:

O *stress* no trabalho de guardas municipais foi pesquisado através de entrevistas grupais e individuais, questionários e instrumentais técnicos de avaliação (ISS, SRQ-20 e Escala de Reajustamento Social). Verificou-se 31,93% de trabalhadores estressados. A análise dos dados permitiu compreender o *stress* como um processo dialético de desgaste sócio-institucional e bio-psíquico. As atitudes estressadas envolvem críticas pertinentes à organização e gestão do trabalho, particularmente em relação à formação técnico-profissional. A escuta do sujeito estressado pode propiciar intervenções organizacionais no sentido da transformação dos aspectos patogênicos da organização do trabalho.

ABSTRACT:

The stress suffered by city police officers has been researched through group and individualized interviews, questionnaires and technical instruments of evaluation (ISS, SRQ-20 and Social Readjusting Scale). 31,93% of the workers were found to be stressed. The analysis of the data shows stress as a dialectic socio-institutional and bio-psychological wearing out process. The stressed attitudes involve criticism belonging to work organization and administration, particularly in relation to technical and professional formation. Listening to the stressed subject may render organizational interventions which lead to the transformation of the pathogenic aspects of work administration.

Dedico este trabalho ao professor e amigo,

Fernando Claudio Prestes Motta (*in memorian*).

AGRADECIMENTOS:

Agradeço inicialmente a todos os guardas municipais que dispuseram-se a participar desta pesquisa. Muito obrigado.

Agradeço às instituições que contribuíram e/ou permitiram a realização deste trabalho: UNICAMP, CAPES, Prefeitura Municipal e Guarda Municipal.

Agradecimentos especiais ao orientador, Prof. Dr. José Roberto Heloani (UNICAMP/FGV-SP). Muito obrigado pelo seu companheirismo não somente no acompanhamento e orientação deste trabalho, mas também na minha trajetória profissional, pessoal e acadêmica.

Agradeço à Prof. Dra. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini (UNICAMP), pelo seu companheirismo e pela oportunidade que me deu de conviver com seu arguto senso crítico, assim como de seu ex-colega, Prof. Dr. Fernando Claudio Prestes Motta (FGV-SP).

Agradecimentos aos principais professores envolvidos na realização e/ou avaliação deste trabalho: Prof. Dra. Ana Cristina Limongi-França (USP), Prof. Dra. Edith Seligmann-Silva (FGV-SP), Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes (UNICAMP), Prof. Dra. Eloísa de Mattos Höfling (UNICAMP), Prof. Dra. Heidi Amaral (UNIMEP), Prof. Dr. José Roberto Rus Perez (UNICAMP), Prof. Dra. Leny Sato (USP), Prof. Dra. Mara Cabral (UNICAMP), Prof. Dra. Márcia de Paula Leite (UNICAMP), Prof. Dra. Maria Ester de Freitas (FGV-SP), Prof. Dra. Maria José Tonelli (FGV-SP), Prof. Dra. Marilda Lipp (PUCCAMP), Prof. Dr. Newton Antonio Bryan (UNICAMP) e Prof. Dra. Salma Muchail (PUC-SP).

Agradeço a todo pessoal da Secretaria, sobretudo Nadir, Gi, Cleo, Marina e Rita.

Agradecimentos afetuosos ao Eduardo Luiz, Gabriel, Leonardo e Debora Cristina Fonseca.

ÍNDICE:

CAPÍTULO I: A PESQUISA **p.1**

I) Introdução. p.1
II) Objeto, objetivos, hipóteses e o problema de pesquisa. p.2
III) Justificativa, problematização e considerações preliminares sobre o referencial teórico multidisciplinar. p.2
IV) Contexto. p.6
V) Métodos, procedimentos e o enfoque teórico multidisciplinar. p.8
VI) Participantes. p.13

CAPÍTULO II: A SEGURANÇA PÚBLICA EM DEBATE: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS **p.18**

I) (In)segurança pública e regime militar no Brasil. p.18
II) Democratização e "reformas" na Segurança Pública. p.25
III) A Guarda Municipal: uma nova polícia ? p.31
IV) Aspectos atuais do mercado de trabalho em Segurança e a produção dos "justiceiros" p.34
V) Reconsiderações sobre o trabalho e o trabalhador na Segurança Pública: dos aspectos psicossociais à questão da subjetividade e dos processos saúde-doença. p.41

CAPÍTULO III: *STRESS* E TRABALHO **p.45**

1) Considerações preliminares sobre o *stress* e a necessidade de construção de um paradigma crítico e integrador de análise do fenômeno. p.45
2) *Stress*, Medicina e Psicologia Comportamental e Cognitiva. p.60
2.1) Andando pelos trilhos da concepção de *stress* de Selye: base epistemológica para o reducionismo biológico ou fonte inspiradora de novas conceituações ? p.60
2.2) Andando pelos trilhos da concepção de *stress* tributárias de Selye: do reducionismo biológico às articulações possíveis à concepção do *stress* enquanto desgaste sócio-psíquico-organizacional. p.66
2.2.1) A literatura comportamental-cognitiva nacional e as articulações (im)possíveis ao *stress* enquanto desgaste sócio-psíquico-organizacional. p.67
2.2.2) A literatura norte-americana sobre o *stress* policial e as articulações ao *stress* enquanto desgaste sócio-psíquico-organizacional. p.90

3) *Stress* e psicossomática. p.111
3.1) Medicina psicossomática e psicossomática psicanalítica. p.111
4) O *stress* e a articulação das contribuições da Psicopatologia do Trabalho e da Psicanálise. p.125
4.1) A Psicanálise das Organizações e a Psicopatologia do Trabalho e suas relações com o paradigma integrador: das noções de negação da subjetividade e de carga psíquica no trabalho ao conceito de *desgaste*. p.128

CAPÍTULO IV: *STRESS*, TRABALHO E GESTÃO: PROBLEMÁTICAS DE SAÚDE E PSICOSSOCIAIS EM GUARDAS MUNICIPAIS p.143

1) Dados preliminares: o perfil epidemiológico da corporação e uma pré-análise qualitativa. p.143
a) A porcentagem do *stress*. p.144
b) Dados da *Escala de Reajustamento Social*. p.151
b.1) O reajustamento social subdimensionado: ilustrações a partir de uma análise qualitativa. p.155
c) Dados sobre o *Self Report Questionnaire (SRQ-20)*. p.170
d) Dados sobre o trabalho noturno: análise dos itens do *SRQ-20* e do *ISS* relativos às dificuldades de recomposição das energias psicossomáticas. p.176
e) Dados sobre diagnósticos médicos e porcentagens de sintomas físicos e psicológicos. p.179
f) Tabulação dos dados sobre dez situações de trabalho eventualmente possíveis (item II da parte C do questionário). p.187

2) Análise qualitativa dos dados: o *stress* e o trabalho nos discursos grupais e individuais. p.190
2.1) A multiplicidade etiológica do *stress*. p.192
a) *Stress* e "natureza do trabalho". p.194
b) *Stress*, desgaste e realidade sócio-institucional: gestão e organização do trabalho, estrutura e cultura organizacional e formação técnico-profissional. p.227
b.1) O *stress* entre a organização Guarda Municipal e a realidade sócio-institucional p.228
b.2) A gestão e organização do trabalho. p.232
b.2.1) A gestão e a formação técnico-profissional. p.248
c) *Stress* e aspectos sociais específicos relacionados às trajetórias profissionais e ao contexto sócio-cultural. p.269
d) *Stress* e aspectos familiares e/ou conjugais. p.276
e) *Stress*, aspectos individuais e vulnerabilidade. p.282

CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS p.290

1) A necessidade de uma ampla reformulação de concepções. p.290
a) Nem fora, nem dentro: o modelo do *desgaste* e o *stress* des-segmentado. p.292
b) A necessidade de escuta do *stress* como agente potencial de transformação da realidade sócio-psíquico-organizacional. p.294

2) Em prol de uma política conjugada de Saúde e Educação no trabalho de guardas municipais. p.295
a) A formação técnico-profissional: dos aspectos técnicos às questões da ética e da saúde no trabalho. p.296
a.1) Sugestão de currículo. p.297
b) O papel do psicólogo do trabalho e o compromisso com as transformações da realidade sócio-institucional e dos aspectos patogênicos da organização do trabalho. p.300
3) Indicações finais. p.304

BIBLIOGRAFIA **p.306**

APÊNDICE **p.325**

ANEXOS **p.355**

CAPÍTULO I - A PESQUISA

I) Introdução:

A pesquisa sobre o *stress* no trabalho de guardas municipais revelou que existiam uma diversidade de fatores estressores correlacionados, de modo que pudemos definir o *stress* como um processo dialético de *desgaste* sócio-institucional e bio-psíquico.

Neste primeiro capítulo, abordamos inicialmente o objeto, objetivos, hipóteses e justificativa da pesquisa realizada. Em seguida, consideramos os aspectos teóricos e o contexto da mesma, assim como seus métodos, procedimentos e participantes.

No segundo capítulo, abordamos aspectos históricos da Segurança Pública no Brasil e das instituições e práticas policiais a partir de discussões teóricas de enfoque sobretudo sociológico. No final do mesmo, articulamos tais considerações históricas e institucionais a alguns aspectos psicossociais da atividade profissional do policial. Ao fazê-lo, indicamos a necessidade de aprofundarmos as reflexões acerca da subjetividade do policial e de elaborá-las de forma que a análise dos referidos aspectos psicossociais do trabalho policial sejam continuamente integrados à análise dos aspectos sócio-institucionais e vive-versa.

No terceiro capítulo, fizemos uma discussão teórica sobre o conceito de *stress*, e sobre o *stress policial* em particular, a partir das contribuições de distintas vertentes da Psicologia. Apontamos para a necessidade de adotar uma perspectiva crítica a respeito do *stress*, de modo a relacioná-lo não somente ao *desgaste* corpóreo-psíquico e às características intrínsecas do trabalho ou atividade policial, mas também ao *desgaste* das dimensões sociais, institucionais e da gestão e organização do trabalho. Neste sentido, apontamos que a problemática do *stress* deve articular os conhecimentos da Sociologia e da Psicologia a partir do eixo do trabalho.

No quarto capítulo, fizemos uma exposição dos dados da pesquisa e análise dos mesmos à luz das considerações teóricas discutidas nos dois capítulos anteriores.

No capítulo final, apresentamos uma breve síntese das discussões téoricas e da análise dos dados, de modo a apontar para alguns encaminhamentos (intervenções organizacionais, clínicas e pedagógicas) face à problemática do *desgaste* sócio-institucional e bio-psíquico por nós analisado.

II) Objeto, objetivos, hipóteses e o problema de pesquisa

O *objetivo geral* desta pesquisa foi o de realizar uma investigação acerca dos aspectos psicossociais e dos processos de saúde-doença no trabalho de guardas municipais de um grande município do Estado de São Paulo. A *hipótese principal* foi a de que haveria uma porcentagem significativa de *stress* nesta categoria profissional.

Os *objetivos específicos* foram: pesquisar a porcentagem do *stress* na amostra; verificar a porcentagem de sujeitos estressados em cada uma das distintas fases do *stress* (fases de alarme, de resistência e de exaustão); identificar os sintomas e fatores estressores predominantemente associados ao *stress*; identificar os principais diagnósticos médicos relativos a afastamentos do trabalho dos sujeitos preliminarmente identificados como estressados; analisar a formação técnico-profissional enquanto possível fator estressor.

A hipótese geral relativa aos objetivos geral e específicos era a de uma multicausualidade etiológica do *stress*. Tal hipótese destacava a concorrência de diversos fatores psicossociais na determinação do *stress*, ou seja, considerava tanto os condicionantes diretamente relacionáveis à atividade profissional como aqueles que situavam-se aquém e além da mesma. A análise da formação técnico-profissional baseou-se na hipótese de que tal elemento da gestão e organização do trabalho exercia influência significativa na satisfação e/ou insatisfação em relação ao trabalho.

III) Justificativa, problematização e considerações preliminares sobre o referencial teórico multidisciplinar:

O objetivo de avaliar e caracterizar as relações entre *stress*, trabalho e aspectos psicossociais, justificou-se, desde início, pelo fato das hipóteses por nós formuladas terem sido amplamente sustentadas por estudos anteriores sobre trabalhadores da área de Segurança Pública. Referimo-nos tanto aos estudos relativos à Polícia Militar brasileira (Gonzaga, 1984; Zacharias, 1991; Ribeiro, 1993, 1995; Romano, 1996; Eça, 1998; Santos, 1998; Cavassani, 1998), como também aos inumeráveis estudos relativos à polícia norte-americana ao longo das últimas décadas (Symonds, 1970; Lewis, 1973; Kroes, 1974; Kroes, Hurrel Jr, Margolis, 1974; Maynard & Maynard, 1982; Maynard, Maynard, McCubbi, Shao, 1980; Cooper, Davidson, Robson; 1982; Reese, 1982, 1987; Russo, Engel, Hatting, 1983; Violanti, 1993; Violanti, Aron, 1994; Violanti, Marshall, 1985; Parr, 1986; Burke, 1987; Farmer, 1990).

A pesquisa também justificava-se pois nenhum estudo sobre aspectos psicossociais e de saúde havia sido até então realizado em relação às Guardas Municipais no Brasil. Os estudos relativos às Guardas Municipais brasileiras então publicados concentravam-se sobretudo na área do Direito (Vedel, 1992; Silva Santos & Sturaro, 1992; Magalhães, 2000; Paschoal, 2003), com destaque para as discussões relativas aos seus aspectos legislativos e à questão da *"competência policial"* ou *"poder de polícia"* dos guardas municipais em sua função de *"policiamento preventivo"* (Magalhães, 2000, p.252-253; Paschoal, 2003, p.157). Verificavam-se também alguns estudos pertinentes à área da Administração (Mateus, 1989; Winkel, 1989; Franco, 1998), ou ainda, à polícia comunitária ou municipal de outros países, sobretudo de países norte-americanos e europeus (Feraud, 1979; Cubert, 1983; Reis Jr., 1983; Normandeau & Leighton, 1990; Gallego Garcia, 1991a, 1991b; Zaffaroni, 1991; Chacón, 1991; Greene 2002; Skolnick & Bayley, 2001, 2002; Broudeur, 2002; Monjardet, 2002, Bittner, 2003; Goldstein, 2003).

A ausência ou vácuo dos estudos relativos aos aspectos psicossociais e de saúde em guardas municipais, ou ainda, o tangenciamento em relação a tais aspectos, podem ser relacionados ao estigma presente na sociedade e no próprio meio acadêmico em relação à "classe policial" como um todo. De nossa parte, compreendemos que a aversão e/ou constrangimento em relação à abordagem científica da atividade policial, relacionada a tal estigma, necessita ser questionada e superada.

Embora possamos considerar que o estigma em relação à polícia e ao policial (tanto social como acadêmico) não surge do nada, mas sim de condições sócio-históricas determinadas e de críticas às práticas policiais autoritárias[1], compreendemos que se faz necessário melhor aprofundar o debate sobre a Segurança Pública e, particularmente, sobre a subjetividade e identidade do policial.

Sendo assim, acompanhamos o raciocínio e sugestão de Bretas (1997, p.81) quando este afirma que *"parece proveitoso sugerir uma passagem do estudo da polícia para o estudo do policial"*. Para nós, tal como para este autor, a análise da subjetividade do policial pode elucidar aspectos da atividade de trabalho da polícia que nem sempre se fazem apreensíveis quando o foco de estudo é somente o da organização policial. Conforme nos elucida Bretas (1997, p.81), quando passamos do estudo da polícia para o estudo do

policial torna-se possível um acesso mais direto aos *"significados que conformam a ação policial"*.

Sendo assim, tanto o caráter inédito senão original deste trabalho (por tratar especificamente do guarda municipal), como a necessidade de superação de estigmas que dificultam a elaboração de reflexões mais abrangentes, impulsionaram sobremaneira o trabalho que aqui se apresenta. Ademais, outra justificativa, não menos importante, refere-se ao fato de que os estudos voltados para a questão da saúde de trabalhadores vêm aumentando em termos quantitativos e qualitativos sendo que, nesse contexto, as doenças ocupacionais e os aspectos psicossociais relacionados ao trabalho tendem a ser melhor explicitados e compreendidos, de forma a se elucidar os nexos - nem sempre percebidos, embora existentes - entre os processos de saúde-doença e as atividades profissionais. Tal aspecto é especialmente intrigante em países como o Brasil, onde o arbítrio dos administratores tende a relegar a um segundo plano questões de saúde no trabalho e, sobretudo, as questões de saúde mental no trabalho (Borges, 1997; Seligmann-Silva, 1997; Silva Filho & Jardim, 1997; Sato, 1998; Heloani, 1996; Heloani & Capitão, 2003; Silva, 2000).

Embora seja possível nomear, de forma didática, as problemáticas pesquisadas como psicológicas e/ou psicossociais, consideramos que as mesmas possuem particularidades que transcendem aos aspectos convencionalmente tidos como subjetivos, uma vez que englobam aspectos objetivos, quer sejam eles mais amplos ou grupais – tais como realidade sócio-institucional, saúde ocupacional, formação técnico-profissional e gestão e organização do trabalho - quer sejam mais individualizados – tal como a realidade corporal.

A perspectiva aqui adotada compreende que os problemas de expressão psicológica podem apresentar uma múltipla causualidade e intensidades e complexidades variáveis. Segundo nossa compreensão, a concorrência de fatores sociais e individuais no engendramento dos processos de adoecimento conduzem, por vezes, a uma visualização equivocada a respeito da etiologia dos mesmos. Ora se valoriza demasiadamente a realidade psíquica em detrimento da realidade social, ora se realiza o inverso.

---

[1] A discussão acerca das condições sócio-históricas da organização policial brasileira é discutida no capítulo II, intitulado *"A segurança pública em debate: considerações históricas e teóricas"* (vide adiante).

A supervalorização do aspecto individual e da noção de realidade psíquica não deve ser apressadamente debitada à totalidade do saber psicanalítico. Freud, tal como demonstram Mezan (1985) e Enriquez (1997a), foi um pensador da cultura e das instituições e não somente da dinâmica intrapsíquica e do inconsciente. Por outro lado, nos parece evidente que os estudos clínicos psicanalíticos de fato enfatizam a realidade intrapsíquica, ainda que possamos apontar para algumas exceções, nas quais a *realidade* é apontada como elemento fundamental da teoria e prática psicanalítica (Coelho,1995; Winnicott, 1987). Vale também considerar que Freud (1915b), ao formular um de seus conceitos-chave - o conceito de pulsão – considerou-o como conceito limite entre o somático e o psíquico, apontando, de tal modo, para o lastro biológico do desejo e da fantasia. Dito de outra forma, é necessário melhor explicitar as relações entre o sujeito do desejo e as realidades social e biológica (Freud, 1915b, 1921; 1927), ainda que tais continuidades - entre indivíduo e sociedade ou entre corpo e mente – não sejam visualizadas pela maior parte dos autores psicanalistas. Segundo nosso ponto de vista, elas necessitam ser melhor investigadas e demonstradas a partir da articulação da Psicanálise a uma perspectiva multidisciplinar. Dito de outra forma, a Psicanálise, conforme nos alerta Birman (2000a, p.46-48, p.56), pode contribuir para um avanço do conhecimento - entre eles o da Psicologia do Trabalho, diríamos nós - ao invés de ser cristalizada, inadvertidamente, no *"escaninho do psicologismo"*.

Alguns significativos estudos multidisciplinares acerca do mundo do trabalho que abordam (in)diretamente a questão da subjetividade, e que sofrem maior influência da Sociologia, tendem a valorizar a causalidade externa das problemáticas de expressão psicológica. Estamos nos referindo tanto aos estudos que abordam as relações de trabalho em outras categorias profissionais (Rosa, 1994; Jinkings, 1994; Leite, 1994; Garcia, 1996; Segnini, 1998; Laurell & Noriega, 1989), como os que abordam a Polícia Militar (Cruz, 1989; Mingardi, 1991; Maia, 1993; Barroso, 1997). Os sintomas psicológicos são relacionados, de forma crítica, aos processos de alienação, estranhamento ou sofrimento, assim como às situações sociais opressivas ou manipuladoras. Em tais perspectivas, há uma ênfase ao social e à gestão do trabalho, de forma que o conflito psíquico é abordado como resíduo do conflito social. Do nosso ponto de vista, tais estudos podem ser enriquecidos a

partir de sua interlocução com os pilares das visões críticas e interdisciplinares da Psicologia do Trabalho (Dejours, 1992; 1993; 1994; Enriquez, 1997a; 1997b).

Vale salientar que o problema das valorizações das realidades psíquica ou social em relação à etiologia das problemáticas psicológicas relacionam-se à dificuldade de construção de um conhecimento que elabore uma síntese entre o que se convencionou denominar indivíduo e sociedade, ou ainda, entre o interno e o externo. Conforme argumenta Norbert Elias (1939), tal dificuldade pode configurar um abismo intransponível entre elementos que são inerentemente indissociáveis.

Portanto, tendo em vista as considerações acima, compreendemos que as dicotomias corpo-mente e/ou realidade psíquica-realidade social devam ser superadas, de forma a se elaborar pesquisas e conceitos mais complexos e aprofundados nas áreas de Saúde e do Trabalho. Este é o desafio que aqui nos colocamos e tal é o que sugere a perspectiva crítico-dialética defendida por Minayo (1996). A autora considera ser de suma importância a *"dissolução"* de diversas dicotomias – sujeito-objeto; corpo-mente; interioridade-exterioridade; macro-micro; quantitativo-qualitativo; causa-efeito – de modo que sejam melhor apreendidas as contradições e diversidades das complexas dimensões presentes nos processos coletivos e individuais de saúde-doença (Minayo, 1996, p.11).

Na presente pesquisa foram utilizados, para fins de análise qualitativa, os referenciais da Psicopatologia do Trabalho, da Psicanálise (Psicossomática Psicanalítica e Psicanálise das Organizações) e da Sociologia.[2] Já para os fins de verificação da porcentagem do *stress* e de classificação diagnóstica foram utilizados, respectivamente, os referenciais da Psicologia Cognitiva e da Medicina. Desse modo, objetivou-se contribuir para o aprofundamento dos estudos multidisciplinares sobre *stress* na área de Saúde Mental e Trabalho, assim como apontar para sugestões clínicas, pedagógicas e organizacionais para o trabalho da Psicologia nas Guardas Municipais.

IV) Contexto:

A pesquisa foi desenvolvida nos anos de 2000 e 2001 na Guarda Municipal de um grande município do Estado de São Paulo. A Direção e Coordenação da Guarda Municipal era subordinada à Secretaria de Cooperação em Assuntos de Segurança Pública da Prefeitura Municipal.

A Guarda Municipal foi criada em 1997 e o pesquisador trabalhava na instituição, no cargo de psicólogo, desde 1998. O setor de Psicologia da Guarda Municipal era encarregado do atendimento clínico dos guardas municipais (orientação e psicoterapia breve) e também ministrava aulas de "Noções Básicas em Psicologia" e "Saúde Mental e Trabalho" no estágio preparatório desenvolvido pela Academia Preparatória de Guardas Municipais.

Aliando prática profissional e interesse acadêmico, o pesquisador, pautado tanto em sua experiência de trabalho (atendimento clínico da população-alvo e prática educacional na Academia) como na literatura sobre saúde mental no trabalho em Segurança Pública, lançou a hipótese de existência de significativo porcentagem de *stress* na referida categoria profissional. Tal hipótese, como foi apontado, também pressupunha uma relação entre *stress* e gestão do trabalho, ou ainda, entre *stress* e fatores psicossociais.

A experiência profissional do pesquisador na Guarda Municipal propiciou um contato cotidiano com o sofrimento psíquico da categoria profissional por nós pesquisada, ou seja, com relatos que aludiam às tensões derivadas tanto de conflitos entre o(s) indivíduo(s) e a gestão e organização do trabalho, como de vários aspectos psicossociais (trajetórias profissionais descendentes, relações familiares e/ou conjugais conflitivas, dificuldades financeiras, traumas no histórico de vida). Ademais, tal experiência possibilitou ao pesquisador conhecer, de forma mais próxima, a cultura da organização.[3]

Vale também mencionar que a primeira parte da pesquisa, relacionada à avaliação do *stress* e à hipótese principal acima mencionada, foi realizada no ano eleitoral de 2000, ainda na gestão do prefeito Francisco Amaral (1997-2000), então no Partido Popular

---

[2] A referência aos distintos autores utilizados será feita ao longo do corpo do texto nos capítulos teóricos e analíticos subseqüentes. As referências completas são indicadas no item Bibliografia.

[3] A menção à observação e à pesquisa participante faz-se aqui necessária. Vale mencionar que a pesquisa teve o efeito de intensificar os contatos e vínculos entre o setor de Psicologia e os guardas municipais. Ademais, ela não se esgotou em si mesma e buscou dar fala ao trabalhador e às suas necessidades, englobando também sugestões pedagógicas à coordenação da Academia Preparatória de Guardas Municipais. Tais ações, ainda que buscassem, em última instância, transformações e melhoria nas condições técnicas e de saúde no trabalho, não se caracterizaram como ações *"organicamente"* vinculadas ao *"trabalho de classe"*, uma vez que partiam mais do polo do pesquisador do que do polo dos pesquisados. A conscientização a respeito das relações entre gestão e *stress* foi apenas iniciada por ocasião da pesquisa. Não houve continuidade de tal processo pois o pesquisador, por motivos profissionais, desligou-se do cargo de psicólogo após seis meses do encerramento da pesquisa. Sendo assim, as ações desencadeadas pelo processo de pesquisa afinam-se a uma definição mais restrita de *pesquisa participante*. A respeito dos distintos usos dos termos *"pesquisa-participante"* , *"observação participante"* e *"pesquisa-ação"*, vide Thiollent (1985), Brandão (1985) e Argumedo (1985).

Brasileiro (PPB). Durante tal gestão houve uma série de greves do funcionalismo público municipal (ao qual também pertencem os guardas municipais). As greves foram mobilizadas sobretudo por perda de benefícios, aumento do preço de convênios médicos e por salários pagos sistematicamente fora dos prazos de praxe. Após várias greves e várias negociações com o Sindicato, houve redução de jornada de trabalho (de 40hs para 36hs semanais) sem prejuízo salarial. Já a parte da pesquisa relacionada à formação técnico-profissional foi realizada em 2001, quando da gestão do prefeito Antonio da Costa Santos (falecido no mesmo ano), do Partido dos Trabalhadores (PT). O início desta gestão foi marcado por uma indefinição do nome do secretário da pasta de Segurança durante os primeiros meses do governo, fato este que intensificou as incertezas e receios da categoria profissional em relação às possíveis mudanças das políticas a serem dirigidas ao setor.[4]

V) Métodos, procedimentos e o enfoque teórico multidisciplinar:

A metodologia utilizada partiu de um enfoque multidisciplinar e de uma abordagem e compreensão dialéticas dos processos de saúde-doença. Tais tipos de compreensão e abordagem visam superar dicotomias profundamente arraigadas no campo científico, tal como às acima referidas e criticadas com eloqüência por Minayo (1996) em seu já clássico título referente às pesquisas qualitativas na área de Saúde e do Trabalho. Assim, relacionam-se não exatamente a um determinado olhar, mas sim a um olhar relativamente (in)determinado, aberto ao movimento, às contradições, às relações de idas e voltas e aos múltiplos sentidos envolvidos nos processos de saúde-doença e nos contextos histórico-organizacionais onde estes emergem.

De modo geral, o argumento que norteou nossas reflexões metodológicas era o de que a avaliação do *stress*, da saúde e dos aspectos profissionais e psicossociais via instrumentos de avaliação (*ISS*, *SRQ-20* e *Escala de Reajustamento Social*) e questionários (*Questionário sobre trabalho, saúde e vida familiar*; *Questionário sobre aspectos da formação técnico-profissional*) nos possibilitaria garantir à pesquisa uma sólida base quantitativa ou "objetiva" de dados. Para construirmos tal base, não nos intimidamos em fazer uso de um instrumento de avaliação do *stress* (o *ISS* ou *Inventário de Sintomas do*

[4] Havia o receio de que as funções de patrulhamento ostensivo fossem consideradas como de competência exclusiva da Polícia Militar e que houvessem mudanças drásticas na natureza do trabalho até então desenvolvido. Tal fato não ocorreu e os guardas continuaram a realizar patrulhamento ostensivo nas ruas, tanto a pé como de viaturas.

Stress) que baseia-se na abordagem comportamental (Lipp & Guevara, 1994). Tal instrumento identifica um conjunto de sintomas relativos ao *stress* e nos possibilitou verificar um dado epidemiológico básico: a porcentagem do *stress* na amostra pesquisada.[5] A partir desta base de dados é que nos lançamos tanto à pesquisa como à análise qualitativas. Nestas os dados dito "objetivos" puderam ser analisados, aprofundados e enriquecidos pelos referenciais psicodinâmicos e psicossociológicos, referenciais estes que, do nosso ponto de vista, são os efetivamente condizentes às abordagens e compreensões dialéticas.

Os *métodos e procedimentos* adotados visaram evitar os riscos de um subjetivismo na pesquisa, aspecto este que é muitas vezes criticado, injustamente ou não, no caso das abordagens de pesquisa qualitativa mais "puras". Esta consideração, no entanto, não significa reproduzir a dicotomia subjetividade-objetividade - e daí as aspas ao termo *objetivo* – mas, pelo contrário, significa demonstrar e defender a idéia de que, na abordagem dialética, há possibilidade de se integrar diferentes instrumentais metodológicos (e até mesmo teóricos), desde que prevaleça, no eixo primordial de análise, a explicitação de conflitos, movimentos e contradições. Em outras palavras, desde que na mesma não sejam dissociados os elementos constitutivos da totalidade concreta, ou seja, os elementos intrinsecamente indissociáveis e inadequadamente denominados como individuais *e* sociais. Tais elementos, vale ressaltar, se fazem presentes de forma *una* ou integrada nas análises que recaem sobre a categoria trabalho, ou ainda, nas análises dialéticas relativas aos processos de saúde-doença associados a tal categoria (Sato,1998; Minayo, 1996; Laurell & Noriega, 1989; Seligmann-Silva, 1995; 1997; 1994).

---

[5] A respeito do *ISS* e de sua validação científica vide LIPP, Marilda & GUEVARA, Arnoldo J. de Hoyos (1994). **Validação empírica do Inventário de Sintomas de Stress (ISS).** *Estudos de Psicologia*, São Paulo, v.II, n.3, p.43-49. A respeito da validação científica do SRQ e de suas formas de avaliação vide PALÁCIOS, M, JARDIM, S., RAMOS, A., SILVA FILHO, J. F. da (1997). **Validação *do Self Report Questionnaire – SRQ-20*.** In: SILVA FILHO, J. F. da & JARDIM, S. (orgs.). *A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico*. RJ: Te Corá, p.225-241, 1997. A respeito do uso do SRQ como instrumento de "rastreamento" ("screening") da saúde mental de um coletivo de trabalhadores vide JARDIM, Silvia Rodrigues et ali. **Processo de trabalho e sofrimento psíquico: o caso dos pilotos do metro do Rio de Janeiro – II.** *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v.45, n.6, p.323-333, 1996. A respeito da escala de reajustamento social vide HOLMES, T. H. & RAHE, R. (1967). **The social readjustment rating scale.** In: *Journal of Psychosomatic Research*, 11, p.213-218. A respeito da discussão sobre o uso da escala de Holmes & Rahe em abordagens qualitativas vide NUNES, Everardo D. (1983). **Os eventos da vida: uma revisão.** *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, 32 (1), p.31-40.

Ao visar um dado epidemiológico base (porcentagem de *stress*) e outros aspectos quantitativos, tal como o índice de reajustamento social de Holmes e Rahe (1967) e o resultado do *SRQ –20*, foi possível chegar a um quadro geral da população pesquisada.

Nas entrevistas pudemos aprofundar a compreensão acerca do dado geral quantificado (31,93% de guardas estressados). Nelas os processos de *stress* e adoecimento se revelaram melhor enquanto tais, ou seja, puderam ser melhor apreendidos em sua dinâmica, contradição e movimento. Assim, aliamos pesquisa quantitativa e qualitativa, analisando os dados sobretudo através dos conceitos de *desgaste* (Laurell & Noriega, 1989; Seligmann-Silva, 1995; 1994), de *"carga psíquica"* (Dejours, 1992, 1994), de *"sistema de poder sócio-mental"* (Pagés, 1990) e de *"imaginário"* e *"cultura"* nas organizações (Enriquez, 1997a).

O uso de um instrumental de pesquisa diverso e de até mesmo de um procedimento de caráter quantitativo ou positivista (estamos nos referindo ao *ISS*, de Marilda Lipp) em pesquisas cuja finalidade última é a análise simbólica e interpretativa, é comentada por Gamboa (1987) como aspecto legítimo, senão desejável. Nelas os procedimentos metodológicos qualitativos, que buscam os aspectos processuais e dinâmicos (hermenêutica e dialética) incorporam também procedimentos quantitativos que buscam o dado objetivo (positivismo). Este último é então compreendido e interpretado de forma renovada, sintética, explicitando-se os conflitos e contradições. Nas palavras de Gamboa (1987, p.94-95; p.101-102), a *"síntese dialética"* - que *"não é ecletismo nem soma de partes"*, mas sim *"nova maneira de ver, conceber e organizar categorias, muitas delas originadas de outras visões"* - se faz presente em pesquisas crítico-dialéticas, de forma que *"outras concepções"* são *"constantemente retomadas, criticadas e reintegradas"*.[6]

O uso de uma *metodologia mix*, quantitativa e qualitativa, também é sugerida por Fleury e colaboradores (1997). Vale também mencionar que tal autora ressalta a importância da articulação da Psicanálise a uma perspectiva multidisciplinar no campo das pesquisas sobre o trabalho e a cultura organizacional.

Ainda em relação às questões metodológicas, consideramos igualmente importantes as sugestões de Valles (1999). Em artigo a respeito dos desenhos e estratégias

---

[6] Nos capítulos III e IV realizamos uma reinterpretação do conceito "oficial" de *stress* - advindo da Medicina e da Psicologia Cognitiva e Comportamental – a partir dos referenciais da Psicopatologia do Trabalho, da Psicanálise e da Sociologia do Trabalho.

metodológicas de estudos qualitativos, Valles (1999) enfoca a importância da clara formulação do problema de pesquisa, sugerindo que esta deva apoiar-se em ampla investigação temática e revisão da literatura sobre o problema a ser investigado. Seguindo tal sugestão, apresentamos, nos capítulos subseqüentes, importantes levantamentos bibliográficos relacionados aos temas-chave da pesquisa, a saber: *stress* em policiais (literatura norte-americana); *stress* de forma geral (literatura brasileira); psicossomática; aspectos sociológicos e psicossociais em Segurança Pública.

Não menos importantes são as considerações de Queiroz (1987) a respeito do uso de entrevistas, relatos orais e histórias de vida. Segundo a autora, tratam-se de procedimentos que integram pesquisas qualitativas e interpretativas e que tornam possível a apreensão de elementos visíveis e invisíveis do objeto de pesquisa, ou ainda, elementos dizíveis e indizíveis.[7] Vale ainda mencionar a distinção entre entrevista e história de vida que faz a autora, assim como apontar que nossa pesquisa baseou-se sobretudo no uso de entrevistas.[8]

Ainda segundo Queiroz (1987) o relato oral, em suas várias formas de apreensão (história de vida, biografia, entrevistas etc) permite que se una elementos intrinsecamente indissociáveis que, infelizmente, são dissociados pelas combatidas dicotomias cientificistas (Minayo, 1987; Elias, 1939). Segundo a autora, tais procedimentos, quando conjugados, possibilitam compreender a questão da personalidade. A sua noção de personalidade, vale ressaltar, distancia-se bastante da psicologia individualizante e sustenta-se em uma perspectiva efetivamente dialética. Segundo Queiroz (1987, p.283-284), a *"personalidade"* é *"resultado da interação entre suas especificidades, todo o seu ambiente, todas as coletividades em que se insere"*, de forma que tal termo é relacionado ao que sucede-se na *"encruzilhada da vida individual com a vida social"*.

Além das considerações metodológicas e teóricas acima, faz-se necessário detalharmos os *procedimentos e instrumentos* adotados.

---

[7] No caso da presente pesquisa, os relatos orais tornaram possível a apreensão dos elementos visíveis e invisíveis do *stress*, assim como de suas relações com a gestão do trabalho e com aspectos psicossociais mais amplos. Vide capítulo IV (*Stress, trabalho e gestão*).

[8] As entrevistas diferem-se das histórias de vida pois estas últimas são entrevistas reiteradas ou repetidas. O relato das histórias de vida ocorreram em processos de psicoterapia breve, alguns desencadeados por entrevistas individuais e/ou devolutivas acerca da avaliação do *stress*. Os dados coletados neste contexto não serão explicitados na análise qualitativa por questões éticas. Serão explicitados apenas as falas e relatos formulados nas entrevistas grupais e individuais livremente concedidas pelos guardas municipais em sua colaboração ao trabalho acadêmico do pesquisador. Não obstante, as análises sobre as relações entre estrutura

Tal como foi acima indicado, a hipótese principal foi verificada através de instrumento cientificamente validado (Lipp & Guevara, 1994), o *Inventário de Sintomas de Stress (ISS)*. Tal instrumento de avaliação não apenas nos indicou a porcentagem e fase do *stress* na amostra de guardas municipais, mas também nos apontou para as porcentagens de sintomas físicos e/ou psicológicos na configuração de tal problemática..

Os aspectos da etiologia psicossocial do *stress* foram abordados através de entrevistas grupais e individuais semi-abertas, assim como por questionário (*Questionário sobre trabalho, saúde e vida familiar*). Neste último incluiu-se a *Escala de Reajustamento Social* de Holmes & Rahe e o *Self Report Questionnaire (SRQ-20)*.[9]

Ainda em relação ao referido questionário vale mencionar que também foram abordados, através de questões fechadas e abertas, aspectos relativos ao trabalho na Guarda Municipal, aspectos estes relacionados a uma maior ou menor (in)satisfação em relação ao trabalho.

A pesquisa dos principais diagnósticos médicos atribuídos aos sujeitos estressados (e também aos sujeitos que figuraram numa listagem de guardas que apresentavam maior número de atestados ou licenças médicas e que não encontravam-se necessariamente estressados) foi feita junto aos prontuários médicos dos guardas municipais e mediante autorização dos mesmos. De forma geral, havia uma correlação positiva entre condição de *stress* e licenças ou atestados médicos mais freqüentes.[10]

A formação técnico-profissional foi abordada enquanto fator de gestão e, portanto, como possível componente influenciador do *stress ocupacional*. Tal etapa da pesquisa também foi operacionalizada através de questionário e de entrevistas grupais e, além de contribuir à análise do *stress*, nos possibilitou, ao lado de outros dados, elaborar propostas curriculares e organizacionais passíveis de atenuar as insatisfações e *stress* inicialmente hipotetizados. O questionário utilizado englobou avaliação da formação técnico-

---

de personalidade e *stress* (capítulo IV) foram, em certa medida, influenciadas pela experiência do pesquisador enquanto profissional do setor de Psicologia da Guarda Municipal.

[9] Vide Apêndice. A *Escala de Reajustamento Social* de Holmes e Rahe (1967) foi utilizada para fins de avaliação objetiva da influência dos estressores sociais, familiares ou universais nos resultados obtidos através do *ISS*. O *SRQ-20* possibilitou apontar para a existência de leves distúrbios psicológicos ou somáticos relacionados ao *stress*, confirmando os dados do *ISS*. No caso da amostra destacou-se, respectivamente, traços de depressão e distúrbios gastrointestinais. Vide capítulo IV.

[10] Os prontuários médicos localizavam-se nos arquivos do Serviço Médico, setor da Secretaria Municipal de Recursos Humanos responsável pelo controle das licenças médicas e atestados. A pesquisa dos CIDs

profissional segundo o ponto de vista dos trabalhadores (avaliação das disciplinas, opiniões de quais seriam prioritárias e sugestões de disciplinas ou conteúdos até então ausentes no currículo).[11]

VI) Participantes:

Participaram da *avaliação sobre stress* 238 guardas municipais, sendo que, no ano no qual tal avaliação foi feita (2000), havia um total de 412 guardas atuando na corporação. A amostra correspondeu a 57,76% da corporação. Tratou-se de um procedimento amostral randômico. Foram abordadas todas as equipes de trabalho (diurnas e noturnas) da Guarda Municipal (total de 26). Os guardas que não participaram foram os que estavam de férias, de folga, ausentes no serviço, ou ainda, temporariamente afastados por questões de saúde.

Os questionários individuais foram aplicados nos mesmos dias nos quais foram realizadas as 26 entrevistas grupais. A aplicação do questionário teve duração média de trinta minutos e as entrevistas 1h e trinta minutos. O número de componentes das entrevistas grupais variou de um mínimo de 4 componentes até no máximo 18 componentes (uma média de 11 componentes por grupo).

A *tabela 1* (vide página seguinte) apresenta alguns dados sobre as 26 equipes que participaram da pesquisa. Tais equipes empenhavam-se em distintas modalidades de atividades. O grande contingente de guardas alocavam-se nas chamadas "Equipes Motorizadas" e realizavam patrulhamento ostensivo.[12] Na época da pesquisa existiam 11 equipes motorizadas: 7 delas faziam o patrulhamento (em duplas), percorrendo um itinerário pré-estabelecido em viaturas de pequeno porte; as outras 4 (com quatro componentes cada), faziam um trabalho de apoio a todos os guardas envolvidos em ocorrências de maior complexidade ou risco. Estas últimas eram denominadas "Equipes de Apoio" e trabalhavam com viaturas de maior porte e sem itinerários fixos.

(diagnósticos) foi realizada mediante autorização não somente dos guardas, mas também do Secretário Municipal de Recursos Humanos e da Coordenadoria do setor. Vide análise dos dados no capítulo IV.

[11] A elaboração de propostas curriculares também pautou-se em entrevista realizada com o ex-coordenador da Academia Preparatória de Guardas Municipais (1997-2000) e em uma pesquisa sobre currículos de outras Guardas Municipais (realizada em 2001). A pesquisa sobre currículos de Guardas Municipais foi viabilizada através de correspondência enviada pelo pesquisador a trinta Guardas Municipais de distintos municípios (sobretudo capitais nacionais e municípios do Estado de São Paulo), tendo o pesquisador obtido respostas dos municípios de Campinas, Curitiba, Fortaleza, Guarulhos, Piracicaba, Rio de Janeiro, Santo André, São Paulo e Vinhedo. Na correspondência foram solicitadas informações sobre os cursos de formação (quadro de disciplinas) e demais atividades de treinamento ou reciclagem. Vide outros dados no capítulo IV e no capítulo final (*Considerações finais e encaminhamentos*). Vide também Apêndice e Anexos.

[12] Dos 238 guardas avaliados, 122 pertenciam às equipes motorizadas (51,26% da amostra).

TABELA 1 – Equipes Participantes da Pesquisa (Amostra)

Equipes	**nºcomponentes**	**Escala de trabalho**	**Horário de trabalho**
Equipes motorizadas:	**122**	Várias (vide abaixo)	Vários (vide abaixo)
Equipe Escolar I	10	12/36hs	7-19hs
Equipe Escolar II	10	12/36hs	7-19hs
Equipe Escolar III	14	2ª a 6ª feira	16-23hs
Equipe Mot. Diurna I	15	12/36hs	8-20hs
Equipe Mot. Diurna II	26	12/36hs	8-20hs
Equipe Mot. Noturna I	14	12/36hs	20-8hs
Equipe Mot. Noturna II	17	12/36hs	20-8hs
Equipe Apoio Diurna I	4	12/36hs	8-20hs
Equipe Apoio Diurna II	4	12/36hs	8-20hs
Equipe Apoio Noturna I	4	12/36hs	20-8hs
Equipe Apoio Noturna II	4	12/36hs	20-8hs
Patrulhamento a Pé	**64**	2ª feira a Sábado	Vários (vide abaixo)
Equipe I	8	2ª feira a Sábado	12-20hs
Equipe II	7	2ª feira a Sábado	7-15hs
Equipe III	18	2ª feira a Sábado	8-16hs
Equipe IV	13	2ª feira a Sábado	14-22hs
Equipe V	18	2ª feira a Sábado	10-18hs
Centro Operacional/COP	**18**	12/36hs	Vários (vide abaixo)
Equipe COP Diurna I		12/36hs	8-20hs
Equipe COP Diurna II		12/36hs	8-20hs
Equipe COP Noturna I		12/36hs	20-8hs
Equipe COP Noturna II		12/36hs	20-8hs
Equipe Parque	**27**	12/36hs	Vários (vide abaixo)
Equipe Parque Diurna I	8	12/36hs	8-20hs
Equipe Parque Diurna II	7	12/36hs	8-20hs
Equipe Parque Noturna I	6	12/36hs	20-8hs
Equipe Parque Noturna II	6	12/36hs	20-8hs

Equipes Base da Guarda	7	12/36hs	Vários
Equipe Suprimentos	4	12/36hs	8-20hs ou 20-8hs
Equipe Administrativos	3	12/36hs	Vários

Dentre as 7 equipes motorizadas que trabalhavam em duplas, 3 delas (período diurno), eram denominadas "Escolares", pois incluíam em seus trajetos passagens por escolas municipais. As outras 4, denominadas "Motorizadas Diurna" I e II e "Motorizadas Noturnas" I e II, percorriam trajetos similares, mas sem a obrigatoriedade de passar pelas escolas.[13]

As "Equipes de Apoio" eram uma espécie de "elite" da Guarda Municipal e gozavam de maior prestígio do que as demais equipes da Guarda Municipal.[14]

O segundo maior contingente de guardas municipais alocava-se em uma das cinco "Equipes do Patrulhamento a Pé". Tais equipes realizavam o patrulhamento ostensivo, em duplas, percorrendo itinerários a pé nas ruas e praças do centro da cidade, assim como nas suas imediações.[15]

Estes dois grandes contingentes de guardas municipais eram concebidos pela cultura organizacional como encarregados diretos de uma missão "policial", já que faziam o *"trabalho de rua"* (sic). Mas havia um contingente numericamente inferior de guardas, cuja tarefa estava articulada a de ambas equipes anteriores, que alocava-se no COP ou Centro de Patrulhamento Operacional. As quatro equipes do COP tinham a função de fiscalizar os trajetos das viaturas, indicar tarefas para os guardas "nas ruas" e solicitar apoio para ocorrências mais complexas (via rádio), assim como de atender a todas as solicitações via telefonema da população. No jargão da corporação, eram eles que *"pagavam as missões"* (sic) aos demais *"parceiros"*.[16]

---

[13] Na prática, diziam os guardas, faziam o *"mesmo serviço"*. Não obstante, alguns de seus componentes faziam comparações entre ambas, não raramente vendo a equipe alheia como detentora de privilégios ou itinerários melhores. Tal comparação também era feita no interior da equipe, uma vez que diferentes duplas atuavam em distintas ruas da cidade, umas teoricamente mais perigosas do que outras.

[14] A comparação entre o trabalho dos guardas de tais equipes com o trabalho dos demais era corriqueira. Muitas vezes, porém, verificava-se uma negação em relação ao *status* que a mesma parecia desfrutar na cultura organizacional. Tais equipes alinhavam-se ao perfil ou identidade policial de outras corporações (ex: Rotac e demais equipes de operações especiais da Polícia Militar e Civil). Nas palavras de um guarda: *"chegam para resolver"*, prescindindo, assim, de diálogos: *"sem conversas"*(sic), verbalizou o mesmo.

[15] Dos 238 guardas avaliados, 64 pertenciam ao Patrulhamento a Pé (26,89% da amostra). Tais equipes queixavam-se de serem mais vigiadas do que as demais, tanto pela população como pelo *"comando"* (sic).

[16] Dos 238 avaliados, 18 (7,56% da amostra) eram do COP.

As demais equipes que participaram foram: 4 equipes responsáveis pelo patrulhamento de um Parque Municipal (alguns de seus componentes faziam patrulhamento a pé ou de bicicleta no interior do parque, enquanto outros ficavam fixos nos portões de entrada do mesmo);[17] e outras 2 equipes, denominadas "Suprimentos" (Almoxarifado) e "Administrativos" (Departamento de Pessoal).[18]

Resta mencionar que alguns dos participantes, ainda que subordinados aos monitores da "Equipe Motorizada", trabalhavam fixos em distintos postos de trabalho, a saber: nos Postos Avançados de Vigilância ou PAVs (bases com guaritas e geralmente situadas próximas aos terminais de ônibus) e nos Centros de Saúde e Escolas Municipais. O trabalho em postos fixos era geralmente rechaçado e mal quisto. Muitas vezes o guarda que era obrigado a trabalhar em um posto fixo percebia a tarefa como uma punição. Em alguns casos, tratava-se de fato de punição, ou ainda, de uma estratégia do "comando" para lidar com guardas que haviam cometido algum "excesso" ou que eram vistos com alguma restrição pelo mesmo.

Participaram das *entrevistas individuais* 42 guardas municipais, sendo 30 que apresentavam *stress* (de um total de 76 estressados, correspondente a 31,93% da amostra) e 12 que não apresentavam *stress* (de um total de 162 não estressados, correspondente a 68,07% da amostra).

Participaram da pesquisa acerca da *formação técnico-profissional* um total de 215 guardas municipais. Nesta etapa da pesquisa foram abordadas um total de 14 equipes (Equipes Motorizadas, Patrulhamento a Pé, COP e Equipe do Parque).

Da pesquisa relativa aos *diagnósticos médicos prevalecentes* (que incluiu tanto guardas com *stress* como guardas que apresentavam alto número de atestados ou licenças médicas) participaram um total de 50 guardas.

Para melhor avaliar os dados da porcentagem do *stress* na amostra da corporação foram também avaliados, através do *ISS*, no final de 2001, 46 sujeitos que compuseram um *Grupo Controle*. Os sujeitos de tal grupo eram alunos da Academia Preparatória de Guardas Municipais e foram previamente entrevistados (foram realizadas 98 entrevistas de um total de 180 alunos). Tais entrevistas prévias visaram coletar dados para inclusão e/ou exclusão dos alunos no *Grupo Controle*. Tomamos como critério de inclusão os seguintes

[17] Participaram 27 guardas (11,34% da amostra).

elementos: 1) foram selecionados para avaliação do *stress* somente aqueles que não se referiram a *stress* em virtude da experiência de trabalho anterior e/ou da situação de estágio; 2) sujeitos em condições de escolaridade, renda, idade e sexo similares senão homogêneas à população alvo (guardas municipais);[19] 3) alunos que, em entrevista individual, dispuseram-se a serem avaliados e assim contribuir à realização da pesquisa. Os critérios de exclusão foram os seguintes: 1) sujeitos que já tinham experiência anterior de trabalho com Segurança Pública, vigilância particular ou que provinham do Exército; 2) sujeitos que provinham de trabalhos noturnos, de trabalhos de turnos rotativos ou de trabalhos com carga horária acima de 40hs semanais (incluindo aqueles que, mesmo frente a tais situações, diziam não sentir-se estressados).

[18] Estas eram as equipes mais distantes do "trabalho de rua". Foram avaliados 7 guardas (2,9% da amostra).

[19] Este aspecto foi garantido pelo fato de terem todos participado de um mesmo concurso público e por terem sido avaliados pela equipe de Recursos Humanos da Prefeitura através de testes psicológicos, teste de aptidão física, entrevistas e avaliação médica.

CAPÍTULO II - A SEGURANÇA PÚBLICA EM DEBATE: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS:

I) (In)segurança pública e regime militar no Brasil:

Os estudos sobre a Segurança Pública no Brasil (vide referências ao longo deste capítulo) são sobretudo sociológicos. Tais estudos geralmente abordam a questão da violência e da falência do modelo policial (modelo este fortemente estruturado no regime militar brasileiro).

Os estudos sociológicos mesclam-se às produções do jornalismo investigativo (vide referências ao longo deste capítulo) e compartilham com estas vários temas-chave, tais como: violência, crime, justiça, direitos humanos, delinqüência, autoritarismo e repressão.

Pinheiro (1983; 1984; 1997) é um dos autores nacionais pioneiros e de maior destaque no campo sociológico da análise do sistema policial, assim como o são Paixão (1982a; 1982b; 1991) e Fernandes (1974; 1989; 1992).

Uma das produções de Pinheiro (1984), intitulada *Escritos Indignados*, caracteriza-se como um retrato fiel da produção sociológica mesclada ao jornalismo investigativo. Ela inclui artigos jornalísticos sobre a Segurança Pública (redigidos entre 1979 e 1983) e artigos de perfil mais acadêmico, dentre os quais destaca-se um que também foi publicado em 1983 na revista do Cebrap (*"Violência sem controle e militarização da polícia"*). A *"intocável Rota"*, a *"ilha da fantasia policial"*, o uso da tortura durante e após o militarismo e as manobras "legais" ou *"abafas oficiais"* em torno da violência policial (*"Mais um suicídio em uma delegacia"*; *"Ditaduras abominam autópsias"*), são temas exaustivamente abordados (Pinheiro, 1984, p.45-48 p.78-80; p.90-94 p.210-212).

Dois anos após a publicação de *Escritos Indignados*, Hélio Bicudo[1] (1986) publicou suas denúncias sobre o Esquadrão da Morte, de modo a evidenciar táticas e estratégias que visavam "legitimar" a ideologia militarista. Bicudo (1986) refere-se às práticas policiais que redundaram em mortes, torturas e repressão. O nome de Sergio Fernando Paranhos Fleury foi freqüentemente mencionado nos relatórios por ele compilados acerca dos crimes do Esquadrão da Morte em 1970 e 1971.

---

[1] Hélio Bicudo foi o promotor que combateu o Esquadrão da Morte durante o regime militar

A obra-denúncia de Bicudo (1986) apresenta um extenso apêndice (com um total de 36 itens e 162 páginas), no qual há relatos de testemunhas das torturas, mortes e repressão durante o regime militar, assim como documentos relativos às manobras dos poderes Executivo e Judiciário no sentido de dificultar seus procedimentos de investigação. Neste apêndice também estão inclusos artigos de jornais e entrevistas com autoridades, tanto das contrárias como das favoráveis à ação investigatória, como era o caso, respectivamente, do ex-governador paulista Abreu Sodré (Bicudo, 1986, p.125-127) e do então senador Franco Montoro (Bicudo, 1986, p.248-250).

Em relação às pressões recebidas e relatadas por Bicudo (1986, p.87-93), destacamos o capítulo *"Pressões redundam na minha exoneração"*, no qual o autor revela que sua exoneração ocorreu justamente quando as investigações iriam para uma segunda fase, na qual os *"autores intelectuais"* do Esquadrão da Morte seriam o alvo central.[2] Bicudo (1986) relata que os obstáculos ao seu trabalho antes de sua exoneração - descrito pelos opositores como *"ato subversivo"* - eram articuladas por figuras públicas do Estado, como o já referido ex-governador Roberto Costa de Abreu Sodré (Bicudo, 1986, p.125-127), assim como pelo então Secretário de Estado dos Negócios de Segurança Pública, Dr. Hely Lopes Meirelles, pelo Secretário de Segurança, coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha Mello e por seu assessor, o procurador de Justiça João Batista de Santana (Bicudo, 1986, p.54-62). Este último, vale ressaltar, teria veiculado a mensagem de que não seria tolerada a inclusão do nome de Fleury nas denúncias ao Esquadrão da Morte (Bicudo, 1986, p.238).

Assim, Bicudo (1986) explicita o papel do Estado autoritário brasileiro na constituição de um modelo policial truculento, ilegal, conivente com o narcotráfico e, ao mesmo tempo, perseguidor dos atores sociais que combatiam a impunidade policial em prol da democratização social. Em outras palavras, o autor explicita o processo de constituição da (in)segurança pública durante o regime militar e de elaboração de discursos defensivos da Polícia que tratavam seus crimes, quando muito, como meros *"excessos"* (ao passo que as denúncias contra os mesmos eram taxadas como *"atos subversivos"*). Este processo de constituição de uma aparato de (in)segurança pública, como veremos adiante, deixará rastros e resquícios, senão continuidades, em pleno regime "democrático".

---

[2] Exoneração executada pelo Dr. Oscar Xavier de Freitas, Procurador Geral da República, em 2/8/1971.

O jornalista Percival Souza (2000) confirma os fatos abordados por Bicudo (1986) e Pinheiro (1984) em uma biografia sobre Sergio Fernando Paranhos Fleury. Seguindo a linha do jornalismo investigativo, Souza (2000) denuncia as práticas de *"enterrar sem vestígios"* praticadas pela polícia no período autoritário. Souza (2000, p.175-212) aponta que Fleury foi importante protagonista do modelo policial militar e autoritário, uma espécie de homem-símbolo do Esquadrão da Morte, ou ainda, mentor intelectual das práticas dos *"coveiros oficiais secretos"*, cuja missão era *"tomar providências para que os laudos necroscópicos fossem um endosso às teses oficiais sobre mortes"* (Souza, 2000, p.175). Segundo Souza (2000, p.175), enquanto no Araguaia se praticavam *"incineração dos corpos"* dos perseguidos pelo regime militar, na área urbana *"a técnica tinha que ser outra"*, sendo o caminho geralmente utilizado o dos laudos "legais", ou melhor, dos laudos forjados e endossados por uma estrutura policial desviada de princípios éticos e sociais.

Dentre os autores do jornalismo investigativo é inevitável, senão imprescindível, destacar a contribuição de Cacá Barcellos (1992). Seu livro sobre a violência policial - *"Rota 66: a história da polícia que mata"* - ganhou bastante popularidade e notoriedade. Nele Barcellos (1992, p.96, p.119) denuncia políticos, a *"mentalidade doentia"* de policiais e a existência de um *"esquadrão da morte oficial"*. O jornalista realiza sua análise tomando como objeto não somente o período do regime militar, mas também a violência policial no pós-militarismo (1970-1992). No que se refere ao período militar, Barcellos (1992, p.7) segue a mesma linha de Bicudo (1986), apresentando uma relação de pessoas torturadas e assassinadas pela polícia de tal período, assim como as "justificativas" oficiais das mortes, tais como as de *"tentativa de fuga, resistência à prisão e suicídio"*.

Segundo os dados do autor, entre 1970 e 1975 houveram 274 pessoas mortas em tiroteios, o que corresponde, nas palavras do mesmo, a *"mais do que o dobro das vítimas do terrível Esquadrão da Morte de São Paulo (...) formado por policiais civis, atuante no começo da década de setenta"* (Barcelos, 1992, p.68). Tal como Bicudo (1976), Pinheiro (1984) e Souza (2000), Barcelos (1992, p.71; p.258) faz severas críticas às *"histórias forjadas para esconder as circunstâncias de morte"* de vítimas ou perseguidos pelo regime militar (cidadãos comuns em 57% dos casos, além de militantes de esquerda e guerrilheiros).

Barcellos (1992) aborda os casos do jornalista Eduardo da Rocha Merlino e de três rapazes que fugiram da viatura Rota 66 (caso que serviu de título ao livro).

No caso do jornalista Merlino, Barcellos (1992, p.71), relata que haviam testemunhas de sua morte sob tortura e que, não obstante, foi elaborada uma versão ou *"histórico oficial"* no qual o mesmo apareceu como *"vítima de atropelamento"*.

No caso dos rapazes, tratava-se de um grupo de adolescentes cujo motorista dirigia um fusca azul sem portar habilitação e que fugiu da Rota 66 por sentir medo de ser abordado naquela condição ilegal de condução do veículo. O cabo Roberto Lopes Martinez, integrante da Rota 66, foi referido por Barcellos (1992, p.73-79) como *" um dos matadores dos três rapazes do fusca azul"*. Este caso ocorreu em 25 de abril de 1975, durante o governo de Paulo Egídio Martins, quando a Rota 66 tinha como chefe de equipe o Sr. Wanderley Mascarenhas de Souza.[3] Foi um caso que obteve repercussão muito maior do que o da maioria de vítimas comuns, com ampla cobertura da imprensa, já que se tratavam de *"rapazes ricos"* (Barcellos, 1992, p.26). Segundo Barcellos (1992, p.90-91), o júri civil deste caso foi anulado pelo Supremo Tribunal Federal, foi concedido *habeas corpus* aos policias militares e os autos foram remetidos à Justiça Militar em novembro de 1979. Em 1981, os mesmos foram julgados inocentes...

Vale ainda lembrar que os governadores paulistas do regime militar (Abreu Sodré e Paulo Egídio Martins) *"sempre apoiaram em público ações enérgicas da PM"* (Barcellos, 1992, p.127), fato este que teve continuidade no governo de Paulo Maluf (1979-1982), período no qual *"policiais militares chegaram a matar em média uma pessoa a cada trinta horas"*. Tal estatística, como veremos, não apresentou evoluções significativas (leia-se reduções), nos governos seguintes do regime democrático (Barcellos, 1992, p.127-128).

Barcellos (1992, p.7) também abordou o caso dos policiais militares envolvidos na *"guerra contra a guerrilha"* e na caça ao *"líder guerrilheiro Carlos Lamarca, no Vale do Ribeira, em maio de 1970"*. Tais policiais eram então chefiados, segundo Barcellos (1992, p.69-71) por Erasmo Dias, nome público e notório do meio policial e político e também presente nas denúncias de Bicudo (1986) e Souza (2000).

---

[3] Barcellos (1992, p.258) relata que o Sr. Mascarenhas foi afastado da chefia da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) somente em 1986, quando já "colecionava" mais de 34 assassinatos de inocentes. Barcellos (1992, p.258) também relata que tal policial havia se "especializado" na repressão a rebeliões e que, em 1990, encontrava-se no efetivo da GATE (Grupo de Operações de Grande Risco), onde *"continuou matando"*.

As referências bibliográficas sobre a Polícia no período militar no Brasil foi recentemente enriquecida por uma extensa recapitulação histórica do jornalista Elio Gaspari (2002). Tratam-se de cinco volumes que abarcam o período de março de 1974 a março de 1979 (da deposição de João Goulart à entrega da faixa presidencial pelo ex-presidente, general Ernesto Geisel). Os dois primeiros volumes publicados possuem o mesmo título – *"Ilusões Armadas"* – com diferentes subtítulos: um deles *"a ditadura envergonhada"* e o outro *"a ditadura escancarada"*. O segundo volume retrata o período em que a ditadura, de forma escancarada segundo o autor, firmou-se. Tal como analisado por Pinheiro (1984) e Bicudo (1986), Gaspari (2000, v.2, p.13) aponta que a tortura, a coerção e o extermínio foram os principais instrumentos da política repressiva então adotada nos chamados *"anos de chumbo"* (da edição do AI-5 em 1969 ao extermínio da guerrilha do Partido Comunista do Brasil nas matas do Araguaia em 1974). Para Gaspari (2000, v.2, p.13-36), o AI-5 libertou o governo das amarras da ilegalidade e *"envenenou a conduta dos encarregados da segurança pública"*. O autor ainda ressalta que os anos de chumbo foram coexistentes ao dito "milagre brasileiro" (crescimento econômico, pleno emprego, aparecimento da TV, "alegrias" da Copa do Mundo em 1970 etc), de forma que a prevalência da coerção política e da tortura teria sido negada pelos defensores do regime, que dirigiram seus holofotes para o "milagre" e não para o "chumbo" (Gaspari, 2000, v.2, p.13).

Assim, o jornalismo investigativo compartilha com a Sociologia e a História uma série de denúncias contra a violência e matança policiais. Em relação aos autores pioneiros supracitados, resta mencionar um dos trabalhos de Fernandes (1989), diretamente relacionado ao período militar, e outro de Paixão (1982), indiretamente relacionado.

Fernandes (1989, p.121) procura interpretar *"algumas dimensões das práticas policiais de esquadrinhamento e vigilância do espaço urbano paulistano na década de setenta: as rondas"*. A autora o faz a partir de uma visão multidisciplinar, na qual agrupa contribuições de Foucault, da Psicanálise e da Sociologia. Fernandes (1989, p.121) analisa a reorganização do aparelho policial pela *"ideologia da segurança nacional"* do Estado autoritário. Segundo a autora, tal ideologia, centrada na tese do *"inimigo interno"*, transforma o cidadão em suspeito e discrimina o trabalhador, *"ao qual cabe o ônus de provar que não é bandido ou marginal"* (Fernandes, 1989, p.121). Fernandes (1989) considera que a imprensa do período militar tendia a criticar as rondas policiais de forma

limitada e eufemística, na qual práticas criminosas e abusivas do poder eram amenizadas e expressas pelo termo *"excessos"*. Para a autora, ao mesmo tempo em que o discurso dos excessos ocultava uma prática de poder repressiva, o discurso da suspeita, em nome do *"cidadão de bem"*, "dissolvia" a cidadania (Fernandes, 1989, p.121).[4]

A autora baseia sua análise na situação empírica da Operação Alfa, na qual a polícia realizou, em maio de 1976, rondas pelas ruas da zona sul da cidade em uma operação até então inédita e que incluiu uso de viaturas de dia e de noite, patrulhas à cavalo, guardas de trânsito parando carros, investigadores e policiais militares revistando fregueses em bares (e até mesmo os prendendo). Tratavam-se de cerca de três mil homens pertencentes à Rota, Deic, Deops, Degran, Rádio-patrulha e Tático Móvel. Para a autora, que emprega o referencial foulcaultiano, a zona sul foi *"eleita"* como uma espécie de *"tubo de ensaio"* de uma prática policial e de uma modalidade de poder que não só reprime e violenta, tal como apontam Pinheiro (1984), Bicudo (1976), Souza (2000) e Barcelos (1994), mas que também estabelece como meta diferenciar os contingentes populacionais de uma região heterogênea (que inclui miséria e opulência) e assim *"classificar, hierarquizar, vistoriar e controlar"* (Fernandes, 1989, p.121-122). Tais práticas, discriminatórias, envolviam a Operação Tira da Cama, quando, ao amanhecer, os policiais faziam triagens nas favelas e levavam para o Deic os ditos *"suspeitos"* (dentre os quais 98% eram de *"trabalhadores sem documentos, que perdiam um dia de serviço até serem liberados"*) (Fernandes, 1984, p.122-123).

Fernandes (1984, p.123) considera que as rondas caracterizaram-se como uma verdadeira *"coreografia de poder policial"*, transformando a cidade em um *"corpo suspeito"* sob contínua *"vigilância escópica"*. Segundo a autora, configurou-se um "palco" no qual foi "encenado" um verdadeiro *"espetáculo do poder"* (Fernandes, 1984, p.123).[5]

A autora também relata um outro caso do que ela denomina, a partir de Foucault, como *"ação policial do esquadrinhamento"*, na qual um outro fusca azul (seguido pela Rota 120 nas véspera de sete de setembro de 1976), foi baleado em condições muito semelhantes ao do caso relatado por Barcellos (1992). A história se repete e o olhar do

---

[4] Sob a perseverança do discurso da suspeita na atualidade, vide Anexos, artigo do Editorial da Folha de São Paulo intitulado *Racismo Policial*.

[5] Foucault (1979, p.217) em entrevista intitulada *"O olho do poder"* considera que o poder não apenas esconde suas práticas, tal como demonstram autores supracitados (Pinheiro, 1984; Bicudo, 1986; Souza, 2000; Barcellos, 1992), mas também as exerce sob *"transparências"* e sob o apoio de dispositivos discursivos

poder justifica seu "erro" através do discurso da suspeita, que apenas alega *um "excesso de zelo"* em sua ação (Fernandes, 1989, p.123-125). Na realidade, trata-se da dimensão produtiva do poder, que é eloqüentemente enfocada por Foucault (1979). Dito de outra forma, é o poder que vai além da prática da invisibilidade e do ocultamento de suas ações, do poder que, para mostrar sua "produtividade", para mensurar sua "eficácia", necessita de estatísticas tal como: *"hoje à noite matamos dez bandidos, prendemos dez viciados em maconha, etc..."* (Fernandes, 1989, p.126).

A análise de Fernandes (1989) sobre a prática policial do período aqui enfocado também "empresta" da Psicanálise conceitos que auxiliam sua melhor compreensão e que apontam para aspectos subjetivos do trabalhador da área de Segurança Pública.[6] Uma das características da prática policial abordada pela autora relaciona-se à *"mobilidade do olhar"* do policial. Tal mobilidade foi referida por um sargento (entrevistado por Fernandes) ao dinamismo e prazer da atividade policial (ambos relacionados ao imprevisto e à periculosidade).[7] Segundo Fernandes (1989, p.128), a mobilidade do olhar pertence a um dispositivo do poder disciplinar, o *"dispositivo escópico"*, intrinsecamente relacionado a uma forma de satisfação psíquica abordada por Freud (1915): a do *voyeurismo*.

A autora considera que o *"adestramento do olhar"* é *"sobredeterminado pela função de localizar o suspeito"* e, nesse sentido, diz respeito ao *"registro persecutório"* (Fernandes, 1989, p.128). Segundo Freud (1922), tal registro configura-se como elemento subjetivo de natureza paranóica e relaciona-se a um mecanismo inconsciente de defesa do ego, a saber: o da projeção da hostilidade.

Por fim, a autora refere-se ao *"atuar"* do policial, no qual o *voyeurismo* é deslocado para o seu polo oposto: o do *"exibicionismo"*. (Fernandes, 1989, p.128). Fernandes (1989, p.128) menciona falas do sargento por ela entrevistado - *"chegar duro"*; *"não poder chegar mole"*; *"chegar armado"*. Ao fazê-lo, aponta que a ação policial é permeada por imagens evocativas de uma sexualidade e de uma estética (armas, uniformes) cujas excentricidades nos remete ao fetichismo, fenômeno cuja dimensão psíquica também foi

---

e extradiscursivos, engendrando, de tal modo, uma dominação por *"iluminação"* que, como nos aponta Fernandes (1989), diferencia, hierarquiza, discrimina, classifica, vistoria, controla, etc.

[6] Tais aspectos são retomados na análise do *stress* e trabalho em guardas municipais (vide capítulo III e IV).

[7] Na fala do sargento (Fernandes, 1989, p.128): *"É que eu me sinto livre. O serviço é dinâmico, não é estático. Estamos num bairro e, daqui a pouco, estamos em outro. Estamos quieto e, de repente, corremos atrás de um carro suspeito. É um serviço gostoso"*.

descrito por Freud (1927). Enquanto sintoma psíquico, o fetichismo pode ser relacionado ao temor da castração, ou ainda, a uma defesa contra o desmantelamento do imaginário da onipotência narcísica (Penot, 1992, p.26; Freud, 1927).

Paixão (1982a, p.83) também aborda a prática policial e aponta para o seu exercício *"fora dos formalismos"*, isto é, das práticas legalmente estabelecidas. Segundo o autor, a constituição histórica da Segurança Pública nas áreas metropolitanas no Brasil caracterizou-se por uma lógica que geralmente implicou em uma *"inversão dos formalismos legais de processamento dos criminosos"* (Paixão, 1982a, p.64). Tal inversão foi impulsionada sobretudo por uma ideologia (forjada no período militar em questão) de "caça" aos suspeitos, então referidos pela jargão policial como *"classes perigosas"*. Nas palavras do autor: *"mais do que categorias legais, ideologias e estereótipos formulados organizacionalmente orientam a ação dos membros de 'linha' em sua atividade rotineira (...) estas ideologias e tipificações tornam mais econômica a ação policial, na medida em que esta é orientada para a vigilância e controle das classes perigosas"* (Paixão,1982a, p.64). Dessa forma, o autor aponta para uma estrutura organizacional formal e burocratizada que convive com uma prática que dela se desprende e que atua efetivamente sem obediências aos ditames legais *teoricamente* (grifos nossos) preconizados pela primeira. Nesse sentido, define a organização policial como um *"sistema debilmente integrado"*, onde a estrutura formal liga-se frouxamente à atividade prática, de modo que *"regras são freqüentemente violadas"* (Paixão, 1982a, p.66), tal como também demonstram os outros estudos aqui supracitados.[8]

II) Democratização e "reformas" na Segurança Pública:

Pietá e Justino (1993) reeditam, em pleno anos noventa, através de um discurso mais politizado, denúncias sobre arbitrariedades policiais, relatando, em detalhes, o massacre de prisioneiros na Penitenciária do Carandirú em 1992.

A brutalidade policial brasileira também integra relatórios e atividades de ONGs na década de noventa, alcançando assim divulgação internacional. Tal é o caso da publicação da *Human Rights Watch* no Brasil, coordenada por Cavallaro (1997).

---

[8] O descompasso entre normas legais e atividades práticas relaciona-se à clássica distinção entre trabalho real e trabalho prescrito referida pela Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1989; 1992; 1993). Vide discussão sobre tal questão nos capítulos III e IV.

Caldeira (1991, p.162), desde um ponto de vista mais acadêmico, engrossa o "caldo" das discussões acerca dos crimes policiais nas décadas do regime democrático. Ao fazê-lo, critica a "colagem" da noção de direitos humanos ao estereótipo de *"privilégios de bandidos"* (noção esta defensivamente utilizada por policiais envolvidos em delitos contra "delinqüentes").[9]

Em estudo relativamente recente, Pinheiro (1997) aborda a violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias, apontando para o fracasso das democracias latino-americanas no controle legítimo da violência. Para Pinheiro (1997, p.47), "*inúmeros legados do passado autoritário*" tornam obscura a diferenciação entre "*regimes autoritários*" e "*governos civis*" no tocante ao "*sistema de dominação*" neles presentes. Isso decorreria do fato das novas democracias latino-americanas terem passado somente pela primeira fase de transição para a democracia (saída do regime autoritário para o eleito) e não pela segunda (institucionalização das práticas democráticas)(Pinheiro, 1997).

O Brasil é retratado como país de *"democracia sem cidadania"*, no qual se verifica um "*elo claro*" entre pobreza e violência. Não obstante, vale ressaltar que Pinheiro (1997, p.45-46) diferencia a correlação entre más condições de vida, violência e mortalidade, por ele consideradas, das visões que exprimem uma relação mecânica e direta entre pobreza e crime violento.

Para o autor, um *"gap"* entre "*lei e realidade*" é a raiz do "*fracasso das democracias latino-americanas*" em controlar, legitimamente, a violência" (Pinheiro, 1997, p.44). A "*violência oficial*", segundo o mesmo, continua a imperar, apesar dos direitos formalmente reconhecidos (Pinheiro, 1997, p.43).

Segundo Pinheiro o regime democrático brasileiro convive com um *"legado do enfoque militar na Segurança Pública"*. Este é descrito pelo autor como "*fadado ao fracasso*" em sua estratégia de combate ao crime. Tal legado é relacionado pelo autor (Pinheiro, 1997, p.45) às práticas violentas de policiais em "*massacres*" amplamente divulgados (19 trabalhadores sem terra no Pará, em 1996; 10 em Corumbiara em 1995; 111 presos da Casa de Detenção de São Paulo em 1992 etc). Pinheiro (1997, p.46-48) apresenta outros dados que as tentativas de legitimação da violência oficial não ocultaram: no ano de

[9] A associação simplista de "direitos humanos" a "direitos de bandidos" é algo freqüentemente verificado no discurso policial. No caso dos guardas municipais aqui em análise, tal discurso também era reproduzido por boa parte da corporação.

1992, em São Paulo 1470 civis foram mortos por PMs (contra 27 em Nova York); também em São Paulo, em 1997, ocorriam 18 mortes mensais envolvendo PMs (enquanto no Rio de Janeiro, ocorriam 27). A violência policial também é referida por Pinheiro (1997, p.44) nos casos de *"prisão arbitrária"*, *"tortura"* e até mesmo de *"assassinatos extrajudiciais"* .

Os dados apontados por Pinheiro (1997) e suas análises a respeito do aparato policial na democracia também são corroborados por outros autores (Barcelos, 1992; Mingardi, 1991; Bretas, 1997). Ademais, é mister sublinhar que as dificuldades de democratização e de transformação dos "vícios" policiais (crimes e abusos) não é algo que se remete única e exclusivamente à "nossa" polícia e ao "nosso" sistema social, haja visto que a dificuldade de constituição de uma *"nova polícia"* (efetivamente pautada em valores democráticos e comunitários) também é percebida em países de primeiro mundo que possuem, no mínimo, maior tradição histórica de respeito à legislação e aos valores democráticos, tal como atesta o estudo sobre a polícia norte-americana de Skolnick e Baylei (2001). Tal consideração nos remete à metáfora da peste de Camus (1950), uma vez que os problemas relativos à ação policial, embora possam ser, por um lado, diferenciados conforme a sociedade e momento histórico, por outro parecem gozar de relativa autonomia, tal como uma epidemia que alastra-se sem perguntar a quem, quando e onde afeta.

Barcellos (1992) aponta que o governo de Franco Montoro no Estado de São Paulo (1983-1986) tomou uma série de medidas destinadas a reduzir a matança policial presente no governo de seu antecessor (o de Paulo Maluf, 1979-1982, referido anteriormente) sem, no entanto, obter o resultado esperado: enquanto no governo Maluf morria uma pessoa nas mãos de policiais a cada trinta horas, no governo Montoro tal ocorria a cada dezessete horas (Barcellos, 1992, p.127-128).

Mingardi (1991) discute as políticas públicas na Segurança e a tentativa de seu redirecionamento ocorrida durante o governo Montoro. O autor nos aponta para uma série de resistências que se colocaram à estruturação de uma *"nova polícia"*. Segundo o autor, a política então adotada tinha a *"preocupação de trazer o trabalho policial para a legalidade, impedindo que a corrupção e a violência continuassem a ser norma, e não exceção"*. Esta preocupação seria, portanto, a base de todo projeto que visava a referida *"nova polícia"* (Mingardi, 1991, p.81). As mencionadas resistências a tal política se constituíram em diferentes níveis, quer seja pelo dos "costumes" policiais corruptos,

caracterizados por uma dinâmica de "acertos" nas delegacias envolvendo "gansos" ("informantes" civis, espécie de "auxiliares" de investigação policial que geralmente possuem algum laço com a polícia em sua biografia), advogados de porta de cadeia, delegados e "bandidos", quer seja pelas personalidades públicas de forte apelo popular e de inegável influência política (personalidades que foram *"ligadas à repressão política"*), tal como a do ex-senador Romeu Tuma (Mingardi, 1991, p. 88).

Ademais, temos também que considerar aspectos mais estruturais, apontados por Pinheiro no prefácio da obra de Mingardi (1991) a partir de uma visão marxista. Nas palavras de Pinheiro (Mingardi, 1991, Prefácio, p.XVIII-XIX): *"os aparelhos da violência do Estado estão organizados, como disse um mestre, Nicos Poulantzas, numa estrutura de rede estatal parapública (...) de largo desempenho clandestino, ilegal dissimulado (...) não seria uma reorganização da estrutura explícita das polícias que, no espaço de quatro anos, iria instaurar o novo* (grifos nossos). *Os projetos da nova polícia* (grifos nossos) *subestimaram largamente o que o livro deixa transparecer, essa rede (...) pretenderam lidar com a reforma através dos instrumentos da reforma administrativa convencional, incapazes de afetar essa estrutura muitíssimo resistente e diluir poderosos conluios ou anéis burocráticos (como os chamava Fernando Henrique Cardoso) forjados na ditadura"*.

Conforme atestam os dados de Barcellos (1992), de fato a inércia dos anéis burocráticos e da cultura policial, nacional, política e organizacional persistiu não somente nas boas intenções da política de Montoro, mas também no governo de seus sucessores (que reeditaram o modelo mais truculento de combate ao crime via "Rotas na rua", ao invés de dar prosseguimento à preocupação mais centrada no desmonte da corrupção e violência). No governo de Orestes Quércia (1987-1990), apesar do aumento efetivo da Rota de 250 para 679 homens, a média de uma vítima a cada dezessete horas se manteve. Já no governo de Luiz Antonio Fleury Filho (1991-1994), observou-se três vítimas por dia (24 horas) em 1991 e de quase quatro por dia em 1992 (Barcellos, 1992, p.128)

Bretas (1997), por sua vez, na mesma publicação que Pinheiro (1997), aponta para a falência dos sistemas ou modelos policiais de forma geral, seguindo a noção de que há algo estrutural em tais sistemas que, tal como uma "peste" ou *"praga"* (Gaspari, 2000, v.2, p.17), alastra-se em distintas situações. Segundo Bretas (1997) é comum o *"exercício extralegal"* do poder policial, a despeito dos limites da autoridade policial. Para o mesmo, é

possível falarmos de uma *"mentalidade policial"* ou de uma *"identidade policial"* (tanto subjetiva como organizacional) em *"polícias organizacionalmente mais diversas"* (Bretas, 1997, p.80).

Bretas (1997) menciona que muitas das "soluções" apontadas para sistemas policiais acabam repetindo velhas fórmulas que fomentam a reprodução dos falidos sistemas, utilizando-se de fórmulas que clamam por um *"mais do mesmo"*: ou seja, para se "resolver" a crise coloca-se em "jogo" *"mais policiais, penas mais duras, etc"*. Nesse sentido, podemos, a partir de Baremblitt (1984), apontar para um inconsciente institucional que repete não somente estruturas subjetivas coletivas, mas sobretudo sobredeterminações estruturais e organizacionais de ordem ideológica, política, econômica e social.

Skolnick e Baylei (2001) – em obra intitulada *"Nova Polícia"* - demonstram que as tentativas de mudanças da polícia fora dos nossos tristes trópicos (tal como Lévi-Strauss denominou nosso país) também não foram nada fáceis nos seis municípios norte-americanos por eles analisados. Muitas vezes tais tentativas depararam-se diante de resquícios de velhas formas de agir e pensar. Após a política norte-americana ter insistido por vários anos na década de 70 com o *"mais do mesmo"* apontado por Bretas (1997) – ou seja, mais polícias, mais armas etc – nas décadas de 80 e de 90 lançou-se mão das polícias que colocaram a comunidade como aliada na vigilância.[10] Assim, com *"mais pares de olhos"* voltados contra a criminalidade, tal como comentou Zaluar em resenha sobre a obra dos autores norte-americanos (Zaluar, A. In: Folha de SP, Caderno *Mais*, p.17, 10/03/2002) os americanos vão tentando contornar a inércia dos sistemas policiais. As possibilidades de inovação, não obstante algumas evoluções, ainda esbarram em alguns aspectos. Nas palavras dos autores: *"mesmo que se possa mostrar que os desenvolvimentos que estamos discutindo são positivos e úteis na salvaguarda da segurança pública e no aumento da confiança nos órgãos de aplicação da lei, as mudanças não serão fáceis. Ao contrário, a mudança continuará a ser inibida por um sistema existente* (grifos dos autores) *de impedimentos interligados, cada um dando sua contribuição para a manutenção do status quo"* (Skolnick, J.H. & Baylei, D.H., 2001, p.237).

---

[10] O que corrobora a tese de Foucault (1979) em *"Microfísica do Poder"*, para quem o poder não é exercido apenas por estruturas organizacionais formais, mas também, senão sobretudo, pelo conjunto do tecido social "devidamente" normatizado e normalizado por um poder disciplinar que invade relações das mais diversas, sujeitos, afetos e redes capilares visíveis e invisíveis.

Vale mencionar que os referidos autores resumem os obstáculos encontrados na reformulação da gestão e da prática policial apontando para os seguintes aspectos: *"poderosa pressão da tradição"* (da burocracia policial e do profissionalismo consagrado e sua fé no primado da tecnologia da força); *"grandes segmentos do público que não querem que a polícia mude"* (resistência da comunidade a uma reeducação: comunidade que ainda clama por patrulhamento motorizado visível, em detrimento da ação de moradores e semi-profissionais voluntários no apoio à polícia nos casos de pequenos incidentes, desordens, emergências etc); *"ceticismo dos sindicatos"* (que temem por perda de autonomia do trabalhador diante das propostas de descentralização por área, assim como por conflitos em virtude de deslocamentos para locais por ele indesejados de trabalho); *"a inovação pode revelar-se cara"*, *"falta de visão dos executivos da polícia"* (não querem mudar pois não querem ter perturbações); e *"incapacidade dos departamentos de polícia de avaliar sua própria eficiência"* (não sabem se inovações são preferíveis aos métodos antigos, até mesmo por que não há formas precisas de avaliação) (Skolnick, J.H. & Baylei, D.H., 2001, p.237-239).

No que tange às experiências de policiamento comunitário, local e municipal em outros países (Inglaterra, França, Canadá, Espanha, Alemanha) e no próprio Brasil, Franco (1998) aponta para boas perspectivas de mudanças, desde que através de uma efetiva participação e controle comunitário (sobretudo nas atividades policiais localizadas na dimensão preventiva). Segundo Franco (1998), o Canadá seria o modelo de maior sucesso em tal intento, sendo que tal fato garantiria uma Segurança cidadã e democrática. Assim, Franco (1998) adota uma perspectiva (acerca das mudanças da organização policial) que apresenta-se como mais otimista em comparação às abordagens antes mencionadas (abordagens que consideram que os fatores estruturais ou inerciais presentes nos sistemas policiais configuram-se como elementos limitadores senão impeditivos das mudanças). Não obstante, o autor ressalta que, no caso brasileiro e, especificamente, daquele relativo às Guardas Municipais, observam-se ações que vão além de seu campo constitucional de ação (polícia preventiva) e que adentram o campo da repressão (polícia repressiva). Este último, segundo Franco (1998), seria mais *"impermeável à participação da população"*. Sendo assim, relativiza seu otimismo, sugerindo-nos que as mudanças no terreno das ações repressivas não são facilmente vislumbráveis (Franco, 1998, p.88).

III) A Guarda Municipal: uma nova polícia ?

Ainda seguindo Bretas (1997) e as articulações nossas, inspiradas na noção de estruturalidade ou inércia dos sistemas policiais - apontada por distintos autores sob diferentes perspectivas (Pinheiro, 1992, In: Mingardi, G. Prefácio, p. XVIII--XIX; Baremblitt, 1984; Skolnbick & Baylei, 2001, Gaspari, 2000, v.2, p.17) – podemos afirmar, a despeito da perspectiva mais otimista de Franco (1998) em relação às experiências internacionais, que o quê *"existe de comum entre as diferentes formas de polícia"* é a sua característica de *"resistência às inovações"* (Bretas, 1997, p.80).

Sendo assim, cabe colocar a indagação acima indicada no subtítulo: seria a Guarda Municipal uma *nova* polícia ? Tal indagação possui uma relação com uma diversidade de interrogações, a saber: até que ponto a Guarda Municipal pode de fato inaugurar um novo tipo de patrulhamento, efetivamente preventivo, cívico e sócio-educativo, mas que seria, ao mesmo tempo, dotado de poder de polícia, tal como defende, com relativa ambigüidade, Magalhães (2000) ? Tal modelo seria de fato diferenciado das práticas policiais repressivas e "viciadas" até então vigentes ? Ou seja, até que ponto se faz viável inaugurar e introduzir um novo sistema policial, a despeito dos aspectos ideológicos, culturais, políticos, sociais e organizacionais que atravessam a história da Segurança Pública brasileira ? Até que ponto irão perdurar e se cristalizar os elementos sociais que já dificultaram as mencionadas tentativas de inovação do sistema policial e dos próprios policiais no atual regime democrático ? Tais indagações se desdobram em outras, tais como: até que ponto a Guarda Municipal, em vista da sua missão constitucional de *"proteção dos bens, instalações e serviços municipais"* e de *"vigilância e proteção das áreas de proteção ambiental"* [11] pode ser efetivamente considerada como polícia (grifos nossos) ? Ou ainda, até que ponto a prática da Guarda Municipal, no contexto de alta criminalidade, de violência e de deficiência da função repressora da Polícia permanecerá imune aos apelos de uma ação policial teoricamente inconstitucional ?

Como veremos ao longo desta pesquisa, cujo foco é o do *stress* no trabalho, o ideário policial se faz presente de qualquer forma, tanto no plano subjetivo dos guardas

[11] A defesa do patrimônio público é a missão de todas as Guardas Municipais do território nacional. A referência à proteção dos bens, instalações e serviço e das áreas de proteção ambiental constam, no caso da Guarda Municipal objeto desta pesquisa, na lei orgânica do município. A respeito do ordenamento jurídico das Guardas Municipais e de sua função constitucional vide Paschoal (2003), Silva Santos (1992), Magalhães (2000) e Mateus (1989), Vedel (1992), Walline (1992) e Winkel (1989).

municipais, como no plano organizacional. Em outras palavras, independentemente do que diz a lei (a história se repete) e do que poderia ser compreendido (conforme o ângulo de análise) como sensibilidade e/ou insensibilidade da instituição em relação à limitação constitucional e/ou à gravidade da Segurança Pública no município,[12] a questão do poder de polícia está presente na prática profissional, no ideário organizacional e na esfera subjetiva do trabalhador. No que concerne a esta última, podemos afirmar que o ideário policial (ou mesmo o desejo de "ser um policial") se faz inevitavelmente presente no coletivo dos trabalhadores de distintas formas: quer seja como desejo reprimido; quer seja como elemento a ser administrativamente contido ou regulado; quer seja como elemento constitutivo de uma *práxis* teoricamente desviante da norma constitucional. Ou seja, no plano subjetivo o poder de polícia habita o imaginário do trabalhador coletivo, independentemente da postura pessoal e singular de cada guarda municipal. Tal fato, como iremos demonstrar, coloca o trabalhador coletivo (guarda municipal) muitas vezes em uma relação de ambigüidade para com seu trabalho (composto, como qualquer outro trabalho, por uma distinção fundamental entre tarefa prescrita e real), quando não de conflito e confronto com a população, com a gestão municipal (em diferentes níveis), com os demais aparatos policiais (Polícia Civil e Militar, delegados etc) e com o "comando" que lhe é mais próximo (chefias diretas e indiretas).[13]

Verifica-se, portanto, em um cenário no qual se chocam a demanda social por intensificação de ações policiais ostensivas e os constrangimentos legais da atuação

---

[12] O município figurava em várias reportagens de jornais como sendo um dos mais violentos do Estado. O assassinato do ex-prefeito do PT, Antonio da Costa Santos, o Toninho, contribuiu para a divulgação e até alardeamento de tal problemática na mídia (ex: Globo Repórter após a morte do prefeito). Em uma reportagem do caderno Cotidiano (p.C5) da Folha de São Paulo em 31/07/2002, o município aparecia no segundo posto do ranking de violência de cidades do interior do Estado de São Paulo, atrás apenas do município de Praia Grande. Os dados publicados na Folha de São Paulo são do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Em 18/10/2001 a Folha de São Paulo já havia publicado reportagem, no mesmo caderno, (Cotidiano, p.C1), na qual o mesmo situava-se no terceiro posto entre cidades do interior paulista no que tange a roubos em geral e roubos/furtos de veículos ("superado" apenas por, Praia Grande e Santo André). Vide anexos.

[13] Este conflito que acomete o guarda municipal reflete um conflito de ordem institucional e relaciona-se a distintas visões dos "especialistas". Em debate na Câmara Municipal de Campinas em 18/10/2001, intitulado *"O papel da Guarda Municipal frente ao aumento da criminalidade"*, o ex-secretário municipal de segurança argumentou que a Guarda Municipal possuía "poder de polícia", o então secretário disse que a Guarda Municipal possuía apenas um "papel supletivo" ao da Polícia Militar e que ele não podia comandar a corporação "contra a lei" e a então recente nomeada diretora da Guarda Municipal – posteriormente promovida para o cargo de secretária municipal de segurança - disse que as decisões sobre uso de arma e de extensão de atuação do guarda municipal deveriam ser "técnicas" e "éticas", evitando, assim, o constrangimento do debate legal propriamente dito. Vide análise no capítulo IV.

específica da Guarda Municipal, a "solução do jeitinho". Tal tipo de "solução" é apontada como uma característica sócio-cultural brasileira por parte de análises antropológicas (Barbosa, 1992; Da Matta, 1990, p.46-49) e antropológico-organizacionais (Motta, 1997, 2000). Segundo Motta (2000, p.49-50), o jeitinho brasileiro pode assumir dois significados básicos: o significado de favorecimento e apadrinhamento ou o significado de superação em relação a um cotidiano onde a rigidez é a norma. No caso das Guardas Municipais, o dito "jeitinho" se expressa nas "vistas grossas" que é feita em relação à limitação legal de *"proteção dos bens, serviços e instalações"*.[14] Participam da cumplicidade em relação à ação que vai além da estabelecida pela norma jurídica uma ampla gama de atores sociais, incluindo guardas municipais, Prefeitura, Judiciário e população. Dito de outra forma, verifica-se que a ação da maioria das Guardas Municipais do país não se limita à norma da especificidade da proteção ao patrimônio público municipal (Paschoal, 2003).

De nossa parte compreendemos que, se por um lado a superação da rigidez da norma pode ser vista como algo desejável face ao problemático cotidiano da Segurança Pública e face aos investimentos não desprezíveis dos parcos recursos públicos municipais em uma aparato policial, por outro a banalização da superação do limite legal em tal tipo de organização pode favorecer ações que nada se relacionam às necessidades sociais e de eficiência organizacional, mas sim a ações incabíveis por parte das instituições e atores sociais envolvidos. No caso dos guardas municipais, o "alargamento" da função desviava o interesse de alguns para atividades como achar carro roubado (para obter favorecimentos de seguradoras) ou combate às drogas (atividade esta que, historicamente no Brasil, produziu fronteiras diluídas entre a ação policial e a ação criminal), em detrimento da ação policial de caráter ético, cívico e sócio-educativo (Magalhães, 2000).

Ademais, percebemos através da pesquisa e da observação participante, que seria bastante difícil administrar os recursos humanos desprezando o seu interesse (e também os interesses da população, do Judiciário, da PM e da Polícia Civil) em atuar de forma mais abrangente do que a legalmente determinada. A defesa de uma atuação de forma restrita à vigilância do patrimônio municipal suscitava, de modo geral, baixa auto-estima, sentimento de amadorismo e irritabilidade, ou seja, relacionava-se ao *stress ocupacional*. Alguns guardas verbalizavam, irritados, que não fazia sentido terem armas, viaturas e treinamentos

[14] Vide a *Lei Orgânica do Município* (1996). Campinas, SP: Câmara Municipal, seção II, artigo 129, p.79.

policiais e serem *"vigia de estátuas"* (sic). Outros diziam (quando da mudança de gestão, quando se cogitou manter os guardas fixos nas escolas), com ironia não distante da agressividade, que se fosse para vigiar escolas deveriam fazer curso de *"chaveiro"* ou de *"porteiro"* e não Cursos de Armamento e Tiro e outros afins.

As considerações e relatos expressos acima, porém, não permite defendermos a "solução do jeitinho" atualmente vigente. Tal "solução", vale dizer, não é simplesmente uma superação de uma norma rígida. Trata-se, isto sim, de um sintoma de um problema pluriinstitucional mal resolvido. Compreendemos que há efeitos colaterais em tal tipo de "solução", pois ela carrega em si própria a ambigüidade (Motta, 2000, p.49), de forma que a identidade do guarda municipal fica também mal definida ou ambígua e, conseqüentemente, favorecem-se os conflitos entre guardas e população, guardas e comando, guardas entre si, guardas e outros policiais, guardas e Judiciário, etc. Em outras palavras, são fomentados conflitos de natureza psicossocial e organizacional que influenciam níveis significativos de *stress*.[15]

IV) Aspectos atuais do mercado de trabalho em Segurança e a produção dos "justiceiros":

Considerando-se que o mercado de trabalho no Brasil (historicamente desestruturado) sofreu nos anos 90, segundo numerosos estudos econômicos, conseqüências desastrosas face à conjuntura da hegemonia de políticas neoliberais de flexibilização, reestruturação produtiva, desregulamentação e privatização (Mattoso, 1995, 1996; Pochmann, 1998; Dedecca, Baltar & Rosandiski, 1997), a questão da alta do emprego na área de Segurança (Pochmann, 2001) surge como algo aparentemente *sui generis*. Tal questão pode parecer, à primeira vista, até mesmo insólita ou ilógica face às atuais tendências de precarização social e de desmonte do serviço público determinadas pelo processo conjuntural acima indicado. No entretanto, trata-se de mera aparência, uma vez que a compreensão dialética de todo fenômeno social jamais deixou de apontar que o concreto e a totalidade social no capitalismo primam justamente por contradições nem sempre justificáveis e/ou apreensíveis por visões unidimensionais ou restritas às relações de causa-efeito.

---

[15] Defendemos, portanto, tal qual Paschoal (2003) uma resolução legal para os atuais impasses da atuação das Guardas Municipais no Brasil, de modo que também a sua formação técnico-profissional possa ser melhor estruturada. Esta discussão é retomada na análise dos dados (capítulo IV).

Segundo Pochmann (2001, p.68), dentre um total de 45 ocupações que mais cresceram nos anos 90 no Brasil – portanto, em contraste com a tendência atual de retração do emprego formal e de expansão do histórico mercado de trabalho informal brasileiro, apontada nos estudos econômicos acima indicados – destacam-se aquelas relativas às atividades profissionais (vinculadas a *"serviços básicos"*) de quatro áreas, dentre as quais a da Segurança Pública e Privada.[16]

Se por um lado a expansão na área de Segurança não se coaduna à elevação da qualificação no mercado de trabalho nacional – elevação esta que os mencionados estudos econômicos atribuem aos discursos ideológicos propalados por entidades patronais e pelos organismos financeiros internacionais favoráveis à flexibilização do trabalho - ela se afina, por outro, à *lógica* (grifos nossos) da privatização estatal, ainda que, de forma aparentemente contraditória, tal setor venha criando postos de trabalho também na esfera pública, como no caso das emergentes Guardas Municipais. A questão é, portanto, complexa e, nesse sentido, não deve ser abordada apenas a partir dos dados numéricos mais aparentes. Assim, a análise sociológica também se impõe.

O crescimento do emprego na Segurança Pública não se relaciona a um crescimento dos investimentos em políticas sociais pelo Estado brasileiro mas, pelo contrário, relaciona-se justamente ao desestímulo às mesmas que, vale dizer, nunca chegaram a ser exatamente estimuladas, dado que o padrão do desenvolvimento estatal no Brasil foi histórica e preponderantemente refratário ao perfil de Estado do Bem Estar Social (padrão de desenvolvimento este observado, nas décadas anteriores à década de 70, sobretudo nas democracias avançadas européias) (Mattoso, 1995).

Portanto, como podemos inferir de algumas análises sociológicas (abaixo e acima explicitamos algumas), é justamente a insuficiência senão falta da presença do Estado no combate às desigualdades e problemáticas sociais que propicia o crescimento da criminalidade e que gera, num ciclo vicioso, a necessidade de um crescimento do emprego na Segurança Pública. Isto porque a pobreza e o caos social, ainda que não numa relação

---

[16] As demais área são: Asseio e Conservação; Construção Civil; Professores; Serviço Público. Não se tratam de áreas passíveis de "puxar" a exigência da qualificação no plano geral do mundo do trabalho. O crescimento das mesmas não permite que se altere a composição ocupacional do mercado de trabalho brasileiro, caracterizada por 66,4% de postos de atividades simples, manuais e de execução, 15,6% de postos de controle de supervisão, operadores e administração e 17,8% de postos de gerência, direção, planejamento e programação e de nível superior (Pochmann, 2001, p.53).

mecanicista (tal como alertado acima por Pinheiro, 1997, p.45-46), correlaciona-se à produção da violência e da criminalidade. Nesse sentido, a visibilidade da emergência da pretensa *"nova polícia"* na esfera pública (Guardas Municipais) reedita, *mutatis mutandis*, uma nova versão do *"mais do mesmo"* - anteriormente expresso por Bretas (1997) ao comentar as "reformas" do sistema policial. Ou seja, trata-se da criação de uma política pública que, de forma aparentemente paradoxal, obedece à lógica destrutiva mais ampla que afeta as políticas públicas sociais. Dito de outra forma, a criação visível de uma ação pública (circunscrita, limitada à Segurança) oculta a ausência (ou precariedade) das políticas sociais mais amplas (educação, saúde, esporte e lazer), políticas estas que possuem inegável valor preventivo em relação à violência urbana e criminalidade (Barroso, 1997).

Vale então uma pequena digressão para (re)lembrar que a produção de ilusões e crenças (ideologia) que permitem a reprodução da ordem social dominante (desigual e injusta) oculta e, ao mesmo tempo, "legitima" (aquilo que seria ilegitimável por outra vias) a contradição social. Tal sempre caracterizou a tarefa da ideologia, quer a conceituemos como hegemonia, quer a conceituemos enquanto espetáculo (Motta, 1992, p.39-41; Eagleton, 1997).

Ademais, independentemente de nossa pretensão de iluminar o que é ofuscado pela ideologia, vale ressaltar que o crescimento da Segurança é significativo e potencialmente mais presente na esfera privada do que o é na esfera pública, o que explicita (a função ideológica nunca ofusca totalmente a percepção do social) que a alta do emprego na área relaciona-se à visibilidade da privatização generalizada e à sua lógica subjacente (nem sempre visível mas socialmente perceptível) de caráter especulativo e antiprodutivo (Chesnais, 1998; Antunes, 2004). Portanto, não relaciona-se a uma intensificação da necessária universalidade das políticas sociais. Pelo contrário, coaduna-se à política social circunscrita ou "focada"[17] que prevalece no bojo da globalização excludente e da neomodernização conservadora (Pochmann, 2001, p.9; Mattoso, 1995, p.57).

Adorno e Peralva (1997, p.2-3) permitem-nos melhor analisar estas condições aparentemente contraditórias e apontar para algumas saídas explicativas mais sistêmicas, ou

---

[17] As políticas sociais, no contexto neoliberal, tendem a ser "focadas" em segmentos populacionais ao invés de se caracterizarem como "universais". Em artigo na Folha de São Paulo (26/01/2004, p.A3, Tendências e Debates), Pochmann e Barbosa criticam a *"ideologia da focalização"* sob o argumento de que ela aponta para a *"manutenção e reforço de uma cidadania cada vez mais segmentada"*.

seja, relacionáveis à totalidade do fato social. Tais autores abordam as estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo e consideram que o aumento dos crimes de patrimônio, a generalização do crime organizado e o declínio do apoio popular às operações policiais relacionam-se a um "*desenvolvimento acelerado*" das "*seguranças privadas*". Os autores criticam o "*perfil institucional autoritário*" das "*agências policiais*", apontando-o como uma das heranças do "*patrimonialismo*" em uma sociedade de "*frágil tradição democrática*".

Ocqueteau (1997, p.185) demonstra que (novamente voltamos à metáfora da peste) tais problemas não se restringem à realidade brasileira. Ele aborda a expansão da segurança privada na França e as causas "*macroestruturais*" de sua expansão. Caracteriza-a como serviço semi-autônomo que funciona na lógica do mercado, mas sob aval do poder público. O autor também compara tal realidade com a realidade brasileira: o setor de "*segurança privada*" das "*democracias pós-industriais*" diferencia-se do das "*democracias não consolidadas, como as do Brasil e da África do Sul*", por sua "*necessidade de ver-se oficialmente reconhecido pelo Estado de direito*" (Ocqueteau, 1997, p.187).[18]

Como explicações do crescimento do setor de segurança privada na França, Ocqueteau (1997, p.187) aponta a "*crise de eficácia na regulação clássica da justiça na repressão dos prejuízos dos bens*", ou seja, a crise das "*agências públicas tradicionais de regulação*", assim como o "*lobby eficaz da parte dos profissionais da segurança privada*". Assim, face os resultados decepcionantes da polícia comunitária (*community policing*) as "*justiças informais*" seriam "*alternativas a um formalismo pesado e lento, cada vez menos adaptado à demanda do público por justiça*" (Ocquetau, 1997, p.188).[19] Na França, segundo o autor, houve uma "*espetacular ascensão das empresas de vigilância*". No entanto, tal fato não assegurou melhorias na "*segurança coletiva*" (Ocqueteau, 1997, p.193; Monjardet, 2002).

---

[18] Ocqueteau (1997) aponta para diferenças a nós desvantajosas no que tange ao problema da violência nas ações de "segurança" e nos artifícios para abafá-la (anteriormente discutidos de forma ampla quando nos referimos ao Estado militar brasileiro). O autor refere-se ao rigor e às reservas do magistrado francês à noção de "*legítima defesa*" (Ocqueteau, 1997, p.188), sendo que Pinheiro (1997) nos aponta para um movimento oposto, qual seja: o da facilidade com que, no Brasil, utiliza-se do "recurso" da "*legítima defesa*" nos processos judiciais de defesa dos abusos policiais e militares.

[19] Vale aqui a comparação com o entusiasmo até certo ponto ingênuo de Franco (1998), anteriormente referido, em relação às experiências internacionais.

Paixão (1991, p.131) pondera que o crescimento da segurança privada não é algo apenas relacionado à conjuntura neoliberal privatizante, apontando-nos que desde o final dos anos 1940, observa-se um crescimento *"simultâneo da burocracia policial e serviços de segurança privada"*. Segundo o mesmo, o crescimento da mesma desde lá vem respondendo às *"percepções generalizadas da incapacidade do Estado de controlar o crime"* (Paixão, 1991, p.131). Porém, Paixão (1991, p.131-133) toma como tarefa principal de seu artigo a discussão do *"neovigilantismo"* na sociedade brasileira e o crescimento do que ele denomina *"segurança privada (legal e extralegal)"*, relacionando-o à *"privatização de políticas e domínios anteriormente monopolizados pelo Estado"*. Para Paixão (1991, p.134) a segurança privada ou privatizada *"detém o privilégio de investigar crimes e deter delinqüentes e, por outro lado, não se obriga a processá-los legalmente"*, de modo que seus *"clientes"* se vêem liberados dos *"custos e riscos do processamento penal'*, negociando restituições de *"modo extralegal"* .

Ainda segundo Paixão (1991p.135-136) há um *"traço estrutural"* da segurança privada que relaciona-se ao *"intercâmbio de pessoal e serviços"* com o setor público. Se para o autor tal fato o remete ao *"modelo foucaultiano da sociedade disciplinar"* (no qual a polícia vigia as ruas e a segurança privada as propriedades) e ao problema dos *"direitos humanos"*, para nós tal *"interdependência organizacional"* nos remete não somente a tais ordens de problemas, mas também ao relativo ao objeto desta pesquisa: a íntima relação do *stress ocupacional* com a inserção do guarda municipal em uma dupla área de atuação: privada e pública.[20] Ademais, também consideramos que este "intercâmbio" propicia a vulnerabilidade do trabalhador da área de Segurança em "misturar as coisas" e utilizar-se dos meios públicos para atender a interesses privados e vice-versa (ex: patrulhar um estabelecimento privado com a viatura pública e, ao mesmo tempo, viabilizar o seu interesse privado - almoço gratuito ou mesmo obtenção do "bico" no primeiro como uma espécie de "troca" do desvio de sua tarefa pública *de "proteção dos bens, serviços e instalações públicas"*). Ou seja, tal interdependência relaciona-se diretamente ao *stress*, ao mesmo tempo que pode propiciar um esvaziamento da função pública mais eficaz junto às

[20] Aqui nos referimos ao significativo contingente da corporação que concilia o cargo de guarda municipal a "bicos" na segurança privada, prática esta arraigada em outras corporações e também em outras Guardas Municipais de outros municípios. A sobrecarga de trabalho relaciona-se ao *stress* (Vide Capítulo IV).

escolas públicas e à população desprovida de recursos próprios para investir na prevenção à sua segurança via contratação da segurança privada.

A interdependência torna-se ainda mais problemática quando vem alimentar a produção dos "justiceiros" presentes no sistema de justiça privado. Aqui fazemos referência ao "lado podre do reino da Dinamarca", a saber: narcotraficantes, analogamente à indústria de segurança, experimentam alguma forma de intercâmbio com a polícia, de sorte que *"o crime organizado compra a tolerância e a proteção públicas à sua atividade"*, enquanto o *"neovigilantismo oferece a policiais oportunidades de emprego secundário"*. Nessa relação, insere-se o fomento tanto à corrupção da Segurança Pública como à ideologia dos pretensos "justiceiros" (*"vingadores do povo"* contra as quadrilhas, em desrespeito à ordem civil, sob a pauta dos *"valores tradicionais da honra masculina"*) (Paixão, 1991, p.138). Tais valores tendem a se fazer presentes na realidade subjetiva dos guardas municipais e implicam, não raramente, em incremento do *stress* e das doenças psicossomáticas.

Pinheiro (1997, p.50), que também considera haver uma *"onda de privatização da justiça na América Latina"*, relaciona-a aos descréditos da polícia e do sistema criminal, caracterizando-a - tal qual Paixão (1991) - como *"atos privados"* que tendem a consolidar um *"ciclo de ilegalidade e violência"*. O autor também aponta para a ação de *"justiceiros"* e/ou *"pistoleiros"* pagos por comerciantes e associações para manter a "ordem" nas periferias das maiores cidades brasileiras e os denomina, sob aspas, como *"aplicadores privados da lei"*. Ademais, refere-se também *a "linchamentos de criminosos presos em flagrante"*, em ações coletivas do tipo *"fazer justiça com as próprias mãos"*, ressaltando que estas tornaram-se *"comuns no Brasil, Peru e Venezuela"*.

Nós podemos acrescentar o seguinte a tais considerações: não podemos pela pesquisa apontar em qual freqüência mas, certamente, podemos assinalar a presença de condutas de guardas municipais que vão de encontro à ideologia do "justiceiro", quer seja por uma condição subjetiva e de necessidade de descarregar o seu *stress* e frustração pessoal, quer seja pela sua saturação em relação aos procedimentos excessivamente burocratizados e ineficazes do sistema dos distritos policiais, levando-os a, não raramente, nas palavras de um dos entrevistados, a aplicar um *"corretivo"* que, segundo o mesmo (em

tom irônico) permitiria *"fazer a reintegração social do 'mala' ali mesmo no local do QRU"*.[21]

Em relação aos "justiceiros" vale ressaltar outra publicação de Fernandes (1992). Segundo a autora a ação dos *"justiceiros"* policiais também se justifica por aspectos psicológicos socialmente forjados, quer seja em função de uma necessidade de *"exorcismo à contínua ameaça de desordem e ruptura"* (vividos no contato com os "delinqüentes" ou na própria "delinqüência" do sistema social e organizacional no qual estão inseridos)[22], quer seja no viés do imaginário cultural, caracterizado por injunções de modelos identificatórios na qual só resta, ao sujeito psíquico, responder de acordo com um ideal de ego dominante na cultura, na qual o bom pai é o bom trabalhador e o bom trabalhador o bom pai. A autora – que baseia-se no livro de Jurandir Freire Costa (1989) *"Psicanálise e contexto cultural"* para comentar sobre tais injunções identificatórias – considera que, na área de segurança, o bom trabalhador é, não raramente, o "bom" macho que não sucumbe à própria fragilidade e que, em nome de sua sexualidade plasmada à da suposta "competência" profissional, também não sucumbe ao "atrevimento" do "bandido" e, assim, lida com o mesmo dentro da lógica do "justiceiro". Dentro de tal lógica, segundo Fernandes (1992), trabalhadores da área de Segurança, não raramente, se vêem "obrigados" a agredir ou até a matar em nome de uma honra ao mesmo tempo masculina, profissional e familiar.

Tal modalidade de psicodinâmica foi identificada na pesquisa (em sua versão mais amena de agressão e não de homicídio) em várias das pesquisas grupais e individuais. Podemos aqui acrescentar que a mesma, além de ser compatível com as considerações feitas por Fernandes (1992), também "funciona" como uma prática que alivia o *stress ocupacional*.

Aqui vale destacar o caso de um dos guardas municipais entrevistados, que procurava "manter de pé" o seu orgulho (ferido) na sua relação social e profissional com a delinqüência (delinqüência aqui compreendida enquanto sintoma social, englobando assim

---

[21] O "mala" é o sujeito que comete o ilícito e o "QRU" é a ocorrência ou ilícito em questão. Vale também enfatizar que a compreensão da psicodinâmica do trabalho, a despeito dos princípios éticos, permite-nos compreender a ironia (agressividade indireta) e o dito *"corretivo"* como formas de extravasar sintomas de *stress* cuja etiologia é ao mesmo tempo social, psicológica e organizacional.

[22] A delinqüência enquanto sintoma social personaliza-se nos ditos "bandidos", no moralismo dos "justiceiros" policiais, nas próprias organizações policiais (nas suas formas de gestão, critérios arbitrários de punição) e nas condições sócio-econômicas desfavoráveis das sociedades estruturalmente desiguais e injustas

a "delinqüência do "bandido", a "violência" da precária condição sócio-econômica do guarda e a "incompreensão" da própria organização face aos seus comportamentos - estes vistos como indesejados e frutos exclusivos do uso do álcool e de sua personalidade individual, e não como algo multietiologicamente forjado e sobredeterminado). Tratava-se, vale dizer, de um guarda municipal que era morador da periferia e que atuava com agressividade contra "bandidos" e contra si mesmo (neste caso, via uso do álcool). Em uma das entrevistas com ele realizadas, ele verbalizou seus conflitos interrogando o pesquisador: *"o Sr, acha que eu vou dar mole prá vagabundo ? (...) que eu vou me humilhar, pedir desculpas ou deixar minha velha em casa sofrer alguma ameaça ?"*.

V) Reconsiderações sobre o trabalho e o trabalhador na Segurança Pública: dos aspectos psicossociais à questão da subjetividade e dos processos saúde-doença:

Os estudos sociológicos sobre segurança pública no Brasil são numerosos, ao passo que os estudos sobre *stress*, saúde e/ou subjetividade policial são menos freqüentes. Em outras palavras, a abordagem da questão da saúde do trabalhador em Segurança Pública é ínfima em comparação aos estudos sobre violência policial.

Dentre as publicações nacionais que aproximam-se (in)diretamente da questão da subjetividade, destacamos as de Barroso (1997), Cruz (1989), Eça (1998), Zacharias (1994), Romano (1996), Sampaio e Carneiro (1997), Santos (1998) e Cavassani (1998).

Barroso (1987) aborda tal questão de forma mais indireta. A autora realizou um estudo sobre a violência em bairros periféricos de Campinas: o Jardim São Marcos, o Santa Mônica e o Jardim Florence. Barroso (1987) baseou-se em relatos da população destes bairros e de profissionais do serviço público que trabalhavam com os mesmos. A violência foi identificada no altíssimo coeficiente de homicídios em tais bairros, assim como foi relacionada ao alto índice de desemprego da população dos mesmos, ao narcotráfico e até mesmo aos *"velhos males de saúde, como a esquistossomose"* e a problemas de violência doméstica ou familiar – relatados *por* e associados *ao* insuficiente número de profissionais do serviço público que lidavam com tal clientela (Barroso, 1987, p.162). Sendo assim, a análise de Barroso (1987) indica uma *"superposição epidemiológica"* da violência, destacando a questão da *"exclusão social"* e fazendo uma breve menção aos aspectos

---

do capitalismo de forma geral e dos países subservientes aos grandes centros capitalistas em especial, como é o caso do Brasil. A respeito do conceito de sintoma social sob o viés psicanalítico, vide: Fleig, Mario (1993).

familiares e de saúde sem, no entanto, penetrar com maior profundidade nos aspectos subjetivos.

Cruz (1989) aborda, sob a ótica da Psicologia Social, a tênue fronteira do policial militar entre a figura do herói ou do bandido. A análise de Cruz (1989) enfatiza o papel da instituição e de sua ideologia. Ambas propiciariam um comportamento agressivo e até mesmo ilícito dos policiais. Dito de outra forma, a hierarquia e a rigidez da instituição e de seus regulamentos obsoletos são vistos como elementos que forjam comportamentos e que fazem com que seus componentes apresentem problemas como frieza em atitudes homicidas, alcoolismo e desadaptação ao trabalho. Ademais, a autora aponta como que, em tal processo, a deteriorização da subjetividade tende a se contrapor ao fortalecimento da ideologia militarista, na qual o mundo civil é visto como pervertido e a ação do policial – muitas vezes violenta – como algo justificável no sentido da "correção" da problemática social.

Eça (1998) segue linha semelhante a da análise de Cruz (1989), demonstrando com maior propriedade a seriedade dos problemas psicológicos e psiquiátricos em policiais militares, assim como sua alta proporção em relação à população geral. Além de relacionar aos problemas organizacionais, tal como o da deficiência dos processos de seleção de pessoal, o autor salienta a relação de tais problemas ao *gap* existente entre as expectativas profissionais (ideais de justiça existentes no policial) e a prática concreta de atuação (forjada por "vícios" estruturais já antes comentados pela literatura sociológica). Ou seja, Eça (1998) relaciona-os ao já referido hiato entre aquilo que o profissional *gostaria de ser* e a sua efetiva *condição de ser* na instituição policial.

Há também a produção de Zacharias (1994), voltada para a tipologia psicológica do indivíduo que toma como escolha profissional ser um policial e sua trajetória na corporação. Para este autor, o policial com maior sensibilidade e empatia em relação às vítimas e aos problemas sociais do cotidiano tende a sair de tal trabalho ou ser dele expelido, ao passo que tipos psicológicos cuja racionalidade e frieza emocionais preponderam tendem a permanecer na instituição. Do nosso ponto de vista, é possível afirmar que não só permanecem na instituição, mas cristalizam tais características psicológicas, muitas vezes transformando-as em comportamentos indesejáveis, ilícitos ou

aéticos. Ou seja, desenvolvem uma ideologia profissional defensiva e de natureza estereotipada (Dejours, 1992; 1993).

Romano (1996) realizou uma pesquisa sobre *stress* em policiais. Tal pesquisa indicou, a partir do referencial da Psicologia Comportamental, que os fatores condicionantes do *stress* policial seriam sobretudo: ver colega morto no cumprimento do dever; morte de parceiro; salário insuficiente (Romano, 1996, p.200).

Em Sampaio e Carneiro (1997) encontramos interessante artigo sobre a psicodinâmica e atendimento clínico de uma policial militar. Verificam-se conflitos de identidade sexual presentes no exercício profissional, idealização do papel do policial (era filha de policial e casada com policial) e limitada possibilidade de satisfação profissional (através da válvula de escape do assistencialismo). Os autores relataram que a profissional abandonou seu trabalho. Apontaram que a forma "honrosa" de abandono do trabalho e de resgate de seus aspectos identitários (afetivos, adolescentes) só foi possível através da via da doença (*"condição única de expressão da fragilidade"*). A fragilidade, valer dizer, era negada ou indesejada pela ideologia organizacional que valorizava o *"auto-controle, esperteza e prontidão defensiva"*, ou mesmo, em uma só expressão, *"o ser forte"* (Sampaio & Carneiro, 1997, p.313-317).

A ambigüidade do perfil da polícia feminina e da mulher na organização militar também é abordada por Maia (1993). A autora aponta que 65% se sentem discriminadas por policiais masculinos e que 70% sentem-se insatisfeitas profissionalmente. A visão assistencialista do trabalho policial por parte das mulheres PM é maciça: 95% acreditam ser esta a natureza máxima do trabalho policial feminino. Ainda segundo a autora, as mulheres vivem um paradoxo entre mudar o modo de agir truculento do policial – identificado sobretudo nos policiais masculinos – ou adotar o mesmo perfil de seus colegas homens. O conflito de identidade sexual, profissional, pessoal é expresso pela fala de duas das entrevistadas: *"O que seria uma ocorrência tipicamente feminina ? Um parto ? Um tiroteio?"* ; *"Quando chegamos o cara começou a gritar: eu chamei polícia com calça ! Eu não chamei mulher !"* (Maia, 1993, p.84, p.87).

Em Cavassani (1998) e Santos (1998) os aspectos de saúde do policial e da sua dinâmica psíquica no contexto do trabalho são mais exaustivamente abordados, de forma a

contribuir mais diretamente à discussão do tema subjetividade e problemáticas psicológicas explicitados por Fernandes (1989, 1992) e pelos autores logo acima referidos.

Santos (1998) aborda, tal como Cruz (1989), a questão da identidade e da representação social do policial, desta feita daquele que apresenta algum "desvio" de comportamento. A autora enfoca especificamente os sentidos que assumem a questão da "loucura" no contexto organizacional. Ela aponta para a associação da problemática psicológica ou psiquiátrica às "posições" de vítima, de malandro e/ou de herói. A "loucura" é representada como *"tudo aquilo que ameaça as normas e os valores da corporação"* (Santos, 1998, p.84). No ambiente organizacional – e isto também se dá entre guardas municipais - o indivíduo visto como louco e/ou aloprado é denominado como sendo "13". Dito de outra forma, o indivíduo que apresenta algum comportamento fora do padrão é chamado de "13". Vale então uma elucidação, pois tal denominação tem dupla origem: "código 13" é o utilizado em ocorrências que envolvem "dementes" e, ao mesmo tempo, "artigo 13" é o artigo do regulamento institucional que aborda *"todos os tipos de comportamento que são considerados indisciplinados"* (Santos, 1998, p.12).

Cavassani (1998), por sua vez, apresenta um trabalho com incontáveis e importantes referências bibliográficas (intitulado *"A utilização da violência na atividade policial: da insanidade coletiva à loucura solitária"*), muitas delas aqui utilizadas e explicitadas. A autora aborda diretamente aspectos psicológicos, de saúde e de agressividade de policiais. Acompanhando Bretas (1997, p.12), considera ser proveitoso fazer a passagem do estudo da polícia para o estudo do policial. Assim, discute a questão da *"insanidade coletiva"* na corporação policial, assim como sustenta a tese de que a fragilização psíquica pode ser interpretada como uma espécie de *"loucura solitária"* (vide o título do trabalho). Se por um lado o trabalho de Cavassani (1998) é uma contribuição valiosa, por outro lado ele aborda a questão psicológica do policial tendo como eixo o reiterado problema da violência, já tão abordado no campo sociológico-investigativo. Assim, permanece o espaço senão lacuna de estudos sobre a subjetividade e saúde do trabalhador em segurança a partir de outros eixos de problemas, tal como o da psicossomática e do *stress*. Preencher este espaço é o objetivo desta pesquisa, com o adendo de que a mesma se realiza com uma categoria profissional ainda pouquíssimo estudada: a dos guardas municipais. A questão do *stress* policial nos serve como eixo deste objetivo e tal tema emerge no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – *STRESS* E TRABALHO:

1. Considerações preliminares sobre o *stress* e a necessidade de construção de um paradigma crítico e integrador da análise do fenômeno:

> *"O modelo centrado no conceito de desgaste mental pode ser tomado como um paradigma integrador, que permite compreender as interações entre os 'fatores' objetivados pelos estudos do 'work stress', a subjetividade e diferentes esferas da vida social, a partir dos âmbitos microssociais do local de trabalho e da família, passando pelos intermediários (empresa e comunidade), até os macrossociais, que definem desde a divisão internacional de trabalho às políticas industrial, tecnológica e salarial de cada país, balizando as relações sociais de trabalho em cada realidade"* (Seligmann-Silva, 1995, p.294).

O *stress* alastra-se nos indivíduos, nos grupos, nas organizações e na vida social cotidiana. Nos grandes centros urbanos torna-se fenômeno cada vez mais recorrente. No mundo do trabalho concretiza-se nos processos de intensificação do ritmo das tarefas e até mesmo na adoção deliberada de técnicas de gerenciamento que visam a máxima elevação da produtividade, denominadas *"management by stress"* (Parker & Slaughter, 1988, p.37, Apud Rifkin, 1995, p.201-205; Heloani, 2003, p.136-138). Segundo Heloani (2003, p.136-138), a tensão propositadamente criada pelas técnicas de administração pelo *stress* no atual contexto de reestruturação produtiva constitui um fator altamente patogênico ao ser humano. Neste contexto, muitos vivem no limite de suas capacidades adaptativas às adversidades presentes no campo social e do trabalho.

A precarização social e do trabalho, presente tanto no interior do mundo do trabalho como além e aquém do mesmo (Appay, 1997, p.509-553), tende a intensificar, progressivamente, a vulnerabilidade do equilíbrio corpóreo-psíquico dos indivíduos e da coletividade. Ademais, alarga demasiadamente o distanciamento entre desejo e realidade, ou seja, o hiato entre o que a maior parte das pessoas gostaria de viver e/ou ser e as suas efetivas condições de vida e existência.

Ao multiplicar-se em distintas esferas da vida cotidiana, o *stress* também adentra em diferentes modalidades de discurso, tanto nas de senso comum como naquelas relacionadas

às mais distintas abordagens teóricas. Nesse movimento, o termo populariza-se e torna-se *aparentemente* auto-explicativo. A despeito da multiplicação objetiva do fenômeno, verifica-se que situações de vida corriqueiras e que envolvem algum grau de tensão ou mera chateação são logo batizadas de "estressantes". Nas modalidades de discurso do senso comum o termo *stress* atinge a condição de verbo, perceptível em frases do tipo: *"não me estresse com isso"*, *"pare de se estressar"*, etc. Consideramos que tal popularização do termo possa colocar em risco e/ou banalizar a percepção crítica acerca dos reiterados fatores estressores psicossociais e organizacionais presentes na atualidade. Ademais, a apropriação simplificada do discurso cotidiano a respeito do termo *stress* pode nos fazer crer ser prescindível uma conceituação mais precisa do mesmo.

De nossa parte compreendemos que se faz necessário um amplo esforço no sentido de superar as compreensões simplificadas acerca do *stress*, tanto daquelas sintomaticamente produzidas no cotidiano, como também daquelas produzidas no próprio campo científico que, não raramente, tendem a individualizar, biologizar ou mesmo despolitizar o fenômeno (sobretudo quando as distintas contribuições são tomadas isoladamente ao invés de serem articuladas umas às outras).

No que tange às modalidades do discurso científico sobre o *stress*, compreendemos ser necessário abordar criticamente a concepção *biologizante* que se fez historicamente dominante a partir das contribuições originais da Medicina (Selye, 1956) e subseqüentes da Psicologia Comportamental-Cognitiva (Lipp, 1996; 2000; 2002). Mas devemos logo ressaltar que não se trata de menosprezar as descrições e sistematizações sobre tal fenômeno formuladas por parte de tais abordagens, nem tampouco de sustentar, acrítica ou ingenuamente, a existência de uma formulação pronta e acabada acerca do conceito de *stress* em alguns dos referenciais psicodinâmicos e sociológicos que embasam nossos pressupostos, reflexões e análises. Compreendemos, não obstante, que a Psicanálise das Organizações, a Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho e a Sociologia do Trabalho, em um confronto ao mesmo tempo crítico e articulado não somente à Medicina e à Psicologia Comportamental-Cognitiva, mas também à Psicanálise Clínica e à Psicossomática, podem auxiliar, sobremaneira, a construção de uma concepção e compreensão mais complexa e abrangente do fenômeno e do conceito de *stress*.

Vale explicitar, portanto, que concordamos com Dejours (1988) e Cabistani (2000) quando referem-se ao uso impreciso, senão desmedido, que não raramente é feito do conceito de *stress* nas referidas esferas do cotidiano e do campo científico. Para Dejours o conceito de *stress* tende a disseminar-se como *"um conceito saco sem fundo, de uso prático"* (Dejours, 1988, p. 16). Cabistani, apoiada nos referenciais da Psicanálise e do próprio Dejours, ironiza esta utilização "inflacionada" ou indiscriminada: *"esta palavrinha que poderia ganhar o apelido de tampa, mas que, para ficar mais chique, ganhou o nome de estresse, explica tudo..."* (Cabistani, 2000, p.258).

Ainda segundo Cabistani, a *"biologia do estresse"*, igualmente criticada por Dejours (1988), geralmente "prescreve" algumas "receitas de cura" (*"diminuir o ritmo, trabalhar menos, distrair-se, descansar, não se preocupar muito"* etc) que não somente se constituem como *"engodos"*, mas também como elementos que retiram do sujeito falante (sobretudo do sujeito estressado e imerso no mundo do trabalho e nas suas exigências cotidianas) as possibilidades de expressão e elaboração de suas vivências estressoras e estressantes (Cabistani, 2000, p.259), ou ainda, de reflexão crítica acerca das relações destas com a organização do trabalho e com o referido contexto mais amplo de precarização social.

Partimos do pressuposto de que o ser humano é uma unidade biopsicossocial e de que o fenômeno do *stress* jamais será compreendido, de forma crítica e em sua complexidade etiológica, ontológica e processual, prescindindo de alguns conceitos e/ou noções-chave advindos de distintas contribuições a ele direta ou intrinsecamente articulados, a saber: *"fadiga"* e *"carga psíquica"* no trabalho (Dejours, 1992); *"desgaste mental no trabalho dominado"* (Seligmann-Silva, 1994; 1995); *"processo saúde-doença"* (Laurel & Noriega, 1989); *"instrumentalização da subjetividade"* (Enriquez et ali, 1995); *"normopatia"* ou *"sobreadaptação defensiva pseudonormal"* (Ferraz, 2002); *"psicossomática"* (Cerchiari, 2000; Ferraz & Volich, 1997; Ferraz, Volich & Arantes, 1997; Mello Filho et ali, 1992; Marty, 1998; Groddeck, 1966; Avila, 1996; McDougall, 1991); *"angústia"* (Freud 1894; 1926, Apud Dejours, 1988); *"burnout"* (Reinhold, 2002; Lipp et ali, 2000; 2002; 1996; Arantes, 2002; Pereira, 2002); *"cognições distorcidas"* (Lipp et ali, 2000; Arantes, 2002); e *"síndrome de adaptação geral"* (Selye, 1956).

Já a compreensão acerca do *stress* policial não deve prescindir da articulação das distintas contribuições acima mencionadas às compreensões mais específicas acerca da *"síndrome de John Wayne"* (Reiser, 1974) e do conceito de *"coping"* (Violanti, Marshall & Howe, 1985).

Dentre este conjunto de contribuições e de noções afins às da discussão do *stress*, destacaremos inicialmente as de Seligmann-Silva (1994; 1995) e a de Arantes (2002). Justificamos tais opções pelo fato de serem duas autoras que explicitam suas intenções de elaborar compreensões teóricas que, muito embora critiquem as visões biologizante ou positivista (ou mesmo individualizantes, também presentes na facção eminentemente clínica da Psicanálise), não os menosprezam de forma leviana ou preconceituosa, vislumbrando articulações dos conhecimentos e definições acumulados dos mesmos à Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1992; 1994) e aos pensamentos psicanalítico e sociológico sobre a sociedade, grupos, instituições e cultura (Enriquez, 1997a, 1997b, 1990).

Seligmann-Silva (1995, p.289) considera que o trabalho *"vem sendo reconhecido como importante instância na patogenia, no desencadeamento e na evolução de distúrbios psíquicos"*, reconhecimento este por ela relacionado a um crescente interesse pela temática da *"psicopatologia do trabalho"*. Apesar dos estudos na área serem cada vez mais numerosos, ainda não haveria um consenso firmemente estabelecido acerca do modo como se exerce a *"conexão trabalho/psiquismo"* (Seligmann-Silva, 1995, p.289; Sato, 1998; Borges, 1997; Heloani, 2003). Embora sejam estudadas as determinações coletivas do distúrbio psíquico (sobretudo o aspecto patogênico da organização do trabalho), estas inevitavelmente articulam-se aos modos individuais ou singulares de interação e de adoecimento (Aubert, 1994, p.163-193), ou ainda, aos processos sociais que, como apontado logo acima, situam-se aquém e além do mundo do trabalho propriamente dito.

No que tange à questão da situação de trabalho, a autora aponta-nos para a importância de compreensão não somente das condições de trabalho e de organização do mesmo, mas também para os tipos de gestão e de qualidade das relações humanas no trabalho (Seligmann-Silva, 1995, p.289).

Conforme explicitado na epígrafe logo acima, Seligmann-Silva (1995, p.294) considera que é possível estabelecer um *"paradigma integrador"* entre distintas áreas do

conhecimento que contribuem para a discussão sobre *stress*, saúde e trabalho. A autora considera que *"o modelo centrado no conceito de desgaste mental* (grifos nossos) *pode ser tomado como um paradigma integrador"* (Seligmann-Silva, 1995, p.294). Ainda segundo a autora, *"no conceito de desgaste mental é possível integrar a idéia de um desgaste concreto em nível orgânico"*, com a idéia de um desgaste psicossocial (desgaste da esperança em relação ao projeto de vida e/ou deteriorização da auto-imagem e da auto-estima).[1] Esta segunda idéia é abordada pela perspectiva sócio-psicanalítica de Mendel (1985) como *'mutilação da personalidade psicossocial historicamente possível"* (Mendel, 1985, Apud Seligmann-Silva, 1995, p.294).

Seligmann-Silva (1995, p.293-294) expõe que o campo da saúde mental e trabalho caracteriza-se por uma variedade de modelos teóricos e por diferentes enfoques em relação aos fenômenos da fadiga, *stress*, neuroses do trabalho, alienação e dominação nos ambientes de trabalho e na vida social de modo geral.

Segundo a autora, o modelo que tem suas raízes na teoria do *stress* de Selye (1946; 1956) provém da Fisiologia, sendo coerente com a *"perspectiva positivista dominante nos estudos da Medicina e com a visão behaviorista"* (Seligmann-Silva, 1995, p.293). A crítica da autora ao modelo positivista clássico centraliza-se na questão de que trata-se de um modelo mecanicista e unidirecional, conivente com a noção de *normalidade* (Canguilhem, 2002) e condizente aos interesses dos *"donos do poder e da produção"* (Seligmann-Silva, 1995, p.293). Ou seja, trata-se de um modelo que ignora a *"dimensão política"* do *stress* (Seligmann-Silva, 1995, p.294).

Apesar da crítica acima mencionada, a autora considera que tal modelo teve dois importantes desdobramentos: um no qual aspectos psicodinâmicos passaram a ser incluídos, configurando o conceito de *burnout* ("esgotamento profissional")[2], e outro no

---

[1] A desesperança e a deteriorização da auto-estima e da auto-imagem a partir de complexos processos sócio-psíquico-organizacionais constituem elementos que foram verificados como intrinsecamente relacionados ao *stress* dos guardas municipais desta pesquisa. Vale ainda acrescentar que Seligmann-Silva (1995, p.294) menciona que em muitas ocupações a deteriorização da auto-imagem se dá a partir da percepção do desgaste físico, e que este é acelerado tanto por situações penosas de trabalho, como também pela do trabalho em turnos, aspectos estes caracterizadores do trabalho do guarda municipal.

[2] A tradução literal seria "consumir-se em chamas". A definição de *burnout*, na perspectiva mencionada (Reinhold, 2002, p.64-65), é a seguinte: *"tipo especial de stress ocupacional que se caracteriza por profundo sentimento de frustração e exaustão em relação ao trabalho desempenhado" (...) "é uma erosão gradual... não acontece como resultado de eventos traumáticos isolados... não ocorre de repente, é um processo cumulativo"*. Vale acrescentar que este termo foi originalmente empregado para se referir ao colapso de motores de jatos e foguetes, tendo sido posteriormente importado pela Psiquiatria para designar *"a*

qual priorizou-se a análise de aspectos sociais do *stress*, quer seja relacionando-o à organização do trabalho, quer seja relacionando-o aos diferentes tipos de apoio social que atuam (ou não) na adaptação (ou desadaptação) às situações estressoras (Seligmann-Silva, 1995, p.293).

Ainda seguindo Seligmann-Silva (1995, p.294), o modelo dejouriano acrescenta importantes reflexões ao modelo positivista e aos seus dois desdobramentos. A partir de tal modelo os aspectos psicodinâmicos e psicossociais do *stress* podem ser efetivamente explicitados. Conforme esclarece Seligmann-Silva (1995, p.294), o estudo da Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho, ao utilizar o referencial psicanalítico e, ao mesmo tempo, absorver contribuições de várias disciplinas (sobretudo daquelas que estudam a organização do trabalho em uma perspectiva psicossocial), permite-nos melhor elucidar as estratégias de defesa e/ou de solidariedade individuais e coletivas em relação a questões como medo e sofrimento no trabalho (aspectos estes nucleares da atividade profissional de nosso objeto de pesquisa).

Seligmann-Silva aponta que *"alguns pesquisadores têm procurado criar convergências entre as duas correntes, adotando abordagens nas quais associam técnicas que permitem mensuração de elementos visíveis e procedimentos do tipo qualitativo, voltados para o entendimento das dinâmicas que se processam no nível profundo das estruturas psíquicas e sociais"* (Seligmann-Silva, 1995, p.294).

A perspectiva aqui adotada relaciona-se a tal intencionalidade. Porém, concordamos com Seligmann-Silva (1995) quando a mesma considera que, embora possamos identificar algumas aproximações entre os dois referidos modelos, há entre eles diferenças conceituais e de enfoque que não são desprezíveis. Por um lado o modelo positivista e seus desdobramentos não consideram a referida *"dimensão política"* do *stress*. Por outro, o modelo dejouriano não dá a devida atenção aos apoios sociais que originam-se fora do ambiente de trabalho e que influenciam a maior ou menor vulnerabilidade do trabalhador em relação aos seus aspectos patogênicos mais circunscritos ou específicos da gestão e organização do trabalho (Seligmann-Silva, 1995, p.294).

Compreendemos que o modelo proposto pela autora, que funda-se na concepção do conceito de *"desgaste"* (Seligmann-Silva, 1995, p.294; 1994; Laurell & Noriega, 1995,

---

manifestação mais radical do estresse em sua fase mais aguda e de esgotamento" (Arantes, 2002, p.87). Para

p.109-118), possa efetivamente consolidar-se como um *"terceiro caminho"*, ou seja, como um *"paradigma integrador"* passível de superar os impasses teóricos e de enfoques presentes tanto nos distintos modelos de análise como nas mencionadas tentativas de articulá-los (Seligmann-Silva, 1995, p.294).

O desgaste no trabalho dominado (Seligmann-Silva, 1995, p.294; 1994) é compreendido como *"um produto de uma correlação desigual de forças no processo biopsicossocial saúde-doença"*. Neste processo, determinações de ordem sócio-política e econômica passam a atuar, de forma que o desgaste no trabalho se torna *"tanto mais grave quanto pior as condições de vida"* (Seligmann-Silva, 1995, p.295).

Portanto, concordamos com o argumento central de Seligmann-Silva, a saber: o de que o modelo centrado no conceito de *desgaste mental* pode ser tomado como um paradigma integrador, pois considera a interação entre os fatores "objetivados" pelos estudos do *work-stress*, os fatores microssociais ou intermediários relacionados à subjetividade e à vida social (trabalho, família, empresa, comunidade) e os fatores macrossociais, de modo a preencher lacunas presentes tanto na abordagem positivista como na abordagem dejouriana.

Ademais, compreendemos que, ao relacionar a subjetividade aos aspectos micro, intermediários e macrossociais, o modelo do desgaste mental aproxima-se da concepção de sujeito presente na Psicanálise das Organizações, uma vez que, nesta última, há uma ruptura com as visões acerca das sobredeterminações psíquicas de natureza meramente sexual ou individualizante, ou ainda, das sobredeterminações organizacionais demasiadamente circunscritas e insuficientemente relacionadas aos aspectos propriamente macrossociais, tais como a cultura, a economia e a política (Losicer, 1995; Enriquez, 1995, Volnovich, 1995; Pagés, 1990).

Não obstante o enfoque pluridimensional do modelo do desgaste, a organização do trabalho é apontada pela a autora como a esfera preponderante das determinações dos agravos psíquicos relacionados ao trabalho (Seligmann- Silva, 1995, p.290). A autora aponta que os estudos de saúde mental e trabalho voltados à compreensão da organização do trabalho (efetuados por diferentes *"especialistas"*: engenheiros de produção, sociólogos do trabalho, administradores, psicólogos do trabalho e ergonomistas) compreendem, de

---

o aprofundamento do conceito, vide Pereira (2002).

modo geral, que tensão, fadiga, medo e apatia podem ser *"fabricados"* (aspas da autora) pelas seguintes situações de trabalho: rígida estruturação hierárquica e de decisão de tarefas; estrutura temporal extenuante (trabalhos em turnos alternados ou de longas jornadas)[3], políticas de pessoal e formas de gerenciamento adotadas (Seligmann-Silva, 1995, p.290).

Ainda em relação aos modelos de organização do trabalho, Seligmann-Silva (1995, p. 290) aponta que *"quanto menor a participação do trabalhador na formulação da organização de sua própria atividade e no controle sobre a mesma, maiores as possibilidades de que esta atividade seja desfavorável à saúde mental"*, argumento este tributário às postulações de Dejours (1993; 1992; 1989).

A discussão sobre a extenuante estrutura temporal de trabalho (turnos alternados e longas jornadas) enquanto fator patogênico (Seligmann-Silva, 1995, p.290) é também realizada por outros autores (Fischer, Lieber & Brown, 1995; Ribeiro, 1984, p.98-101, Arantes, 2002, p.90). De modo geral, tal estrutura é relacionada às reduzidas possibilidades de recuperação da energia somato-psíquica.

Para Fischer, Lieber e Brown (1995, p.547-548), que referem-se às atividades de *"segurança pública"* (entre outras) ao abordarem o trabalho em turnos alternados ou irregulares, a "adaptação" subjetiva e biológica do trabalhador aos mesmos pode ser mera aparência, geralmente "obtida" às custas do prejuízo da saúde.[4]

Tendo em vista os guardas municipais por nós pesquisados, podemos compreender que suas tentativas de adaptação envolvem não somente uma defesa bio-psíquica, mas também psicossocial. Ou seja, trata-se de uma defesa que enseja uma atitude ativa do trabalhador, quer seja de resistência bio-psíquica ao *stress* (Selye, 1956, p35-36), quer seja

---

[3] O trabalho (noturno e diurno) da maior parte dos guardas municipais obedece a turnos ou escalas de 12/36hs. Ademais, tal trabalho geralmente é completado por "bicos", ou seja, é comum que o trabalho diurno na Guarda Municipal coexista com "bicos" realizados no período noturno e vice-versa.

[4] Vale mencionar o conceito de *coping*, tal como definido por Fischer, Lieber & Brown (1995, p.554): *"estratégias e suas resultantes que definiriam como a pessoa suporta, tolera a situação de estar trabalhando em turnos, em determinado lugar e período de um tempo"* Já segundo o manual da *Escala Fatorial de Ajustamento Emocional e Neuroticismo* de Hutz e Nunes (baseados em Lazarus & Folkman, 1984), o *coping* é definido como *"estratégia"* adaptativa que envolve um *"conjunto de esforços cognitivos e comportamentais utilizados pelos indivíduos com o objetivo de lidar com demandas específicas, internas e externas, que surgem em situações de estresse"*. Vide também: Antoniazzi, A. S. O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v.3, n.2, p.237, 1998; Goldberger, L. & Breznitz, S. *Handbook of stress: theoretical and clinical aspects*. New York: The Free Press, p.212-228, 1992. Sobre a *"sobreadaptação defensiva"* (normopatia), conceito correlato, vide Ferraz (2002, p.22; p35).

de enfrentamento das adversidades políticas, sociais e organizacionais (precarização social e do trabalho; normas e restrições impostas pelo cotidiano das organizações policiais).

Ainda segundo Fischer, Lieber e Brown (1995, p.547-548), há variáveis "internas" (personalidade, satisfação/insatisfação com o trabalho) e "externas" (problemas sociais, condições organizacionais, conciliação com atividades e/ou "bicos" no período de "folga") que determinam maior ou menor capacidade de adaptação aos turnos alternados, trabalho noturno e/ou restrita previsibilidade dos horários de descanso.[5] De qualquer forma, tais condições de trabalho geralmente implicam em uma *"dessincronização interna dos ritmos biológicos"*, ou ainda, em *"conflitos nas áreas social e doméstica"* (Fischer, Lieber & Brown, 1995, p.549). Sendo assim, os autores apontam para a validade do modelo de Colquhoun e Rutenfranz (Apud Fischer, Lieber & Brown, 1995, p.551), que estabelece relações entre a carga (dificuldades) do trabalho (*stress*) e o respectivo desgaste (*strain*) provocados pelos trabalhos em turnos, ressaltando que, neste processo, fazem-se presentes variáveis *biopsicossociais* (grifos nossos) intervenientes, tais como fatores biológicos, psicológicos, domésticos e condições de trabalho.

Já o trabalho de Arantes (2002), de base sobretudo psicanalítica, considera o *stress* um *"conceito polivalente"* e passível de articular *"vizinhanças múltiplas"* e *"parcerias heterodoxas"* (Arantes, 2002, p.15). A autora argumenta que o conceito de *stress* caracteriza-se por uma *"paternidade suficientemente flexível"*, uma vez que Hans Selye (chamado de *"o pai do estresse"*) o definiu como uma *"resposta inespecífica ou não específica do organismo aos agentes estressores"* (Arantes, 2002, p.13-14). Nas palavras da mesma: *"no próprio conceito de estresse há um movimento suposto, que o deixa fluir"* (Arantes, 2002, p.14).

Ao propor-se a articular o "flexível" conceito de *stress* inicialmente formulado no campo da Medicina (Selye, 1956) à teoria psicanalítica (particularmente ao conceito de angústia) e à realidade empírica do mundo do trabalho, a autora nos aponta para um curioso e relevante diálogo pregresso da Psicanálise com a visão biológica, diálogo este protagonizado por Spitz (1956, Apud Arantes, 2002, p.39) e Selye (1956). Em seu diálogo com Selye, Spitz considerava que, no *"hospitalismo"* por ele estudado (crianças internadas

[5] Vale ressaltar que, de acordo com a abordagem dialética, a dicotomia interno-externo pode dificultar uma análise mais integrada da complementariedade e interdependência entre o individual e o social (Minayo, 1996). Vide capítulo I (*A Pesquisa*) e V (*Considerações finais e encaminhamentos*).

e institucionalizadas), haviam reações defensivas similares às da fase de exaustão do *stress*, esta então descrita por Selye (Apud Arantes, 2002, p.42-43).

Arantes (2002, p.14, p.30) considera ser imprescindível retomar tal modalidade de aproximação teórica quando objetivamos explorar a dita *"polivalência"* do conceito de *stress*, assim como a sua complexidade empírica de natureza psicossocial. Objetivando, tal como nesta tese, uma *"aproximação extramuros"* (Arantes, 2002, p.30) entre distintas discussões acerca do conceito de *stress* a partir do eixo psicanalítico e dejouriano, a autora busca aproximar a fase de resistência do *stress* ao conceito de angústia, assim como a vivência individual e coletiva do mesmo à *"sólida ancoragem"* do mundo do trabalho (Arantes, 2002, p.13, p.57).

Dada a semelhança entre o propósito de Arantes (2002) e o da busca do paradigma integrador que aqui se objetiva a partir de Seligmann-Silva (1994; 1995) e de seu *modelo do desgaste* (grifos nossos), vale a pena citar algumas passagens do discurso de Arantes (2002) que explicitam, de forma eloqüente, as considerações acima mencionadas: *"o estresse que ultrapassou a filiação originária, a física, e ganhou no campo da experimentação científica, tendo em Hans Selye sua paternidade reconhecida*[6]*, foi incorporando à sua formulação aportes destes campos distintos. Saltou dos laboratórios para o campo da saúde mental e encontrou no trabalho, e no fazer profissional, sua ancoragem mais sólida" (...); "ao escrever sobre estresse, tinha duas concepções das quais não podia prescindir: somar à aproximação com a psicanálise uma escrita sobre o estresse, na sua vertente médica, e incorporar a visão sobre o estresse como uma patologia do corpo e da mente, fertilizada no mundo do trabalho (...); "o estresse permite vizinhanças múltiplas (...) é mesmo um conceito polivalente"* (Arantes, 2002, p.13-15).

Tais passagens precedem a explicitação do seguinte objetivo de Arantes: *"este livro tem um objetivo preciso: dentro dos estudos sobre o estresse, em seus achados mais contemporâneos, fazer uma ligação com o pensamento psicanalítico e possibilitar ao leitor uma aproximação 'extramuros': alguns aspectos de estresse e alguns conceitos da psicanálise; mais precisamente, estabelecer uma aproximação entre fase de resistência do*

---

[6] Embora o conceito de *stress* tenha se desenvolvido no campo da Medicina a partir de Selye, ele foi anterior e corriqueiramente utilizado tanto na linguagem corrente como na Engenharia para *"designar forças que atuam contra determinada resistência"*, tal como as do exemplo de uma tira de elástico durante a tração ou da mola de aço submetida à pressão (Selye, 1956, p.43). Já o uso do termo *stress* na Física significa, basicamente, *"pressão"* ou *"tensão"* (Lastória, 2003, p.184).

estresse e o conceito de angústia, conforme uma leitura psicanalítica. Há também a intenção de destacar a relação do estresse com o local de trabalho" (Arantes, 2002, p.30).

Sendo assim, em sua articulação pessoal, a autora relaciona o *stress* tanto à *"angústia"*, ao *"desamparo"* e às *"neuroses atuais"* (Arantes, 2002, p.39-64), como também ao *"trabalho"*, ao *"desgaste"* (grifos nossos) (Arantes, 2002, p.65-86), ao *"burnout"* e às *"patologias contemporâneas"* (Arantes, 2002, p.87-102). Ao fazê-lo, a autora também aponta para aproximações entre o modelo do funcionamento e/ou desarranjo da fisiologia humana descrito experimentalmente por Selye (1946) e o modelo psicológico de Freud (baseado no conceito de defesa), ainda que as idéias de Freud sejam consideradas um contraponto à *"abordagem exclusivamente orgânica"* (Arantes, 2002, p.40).

Em linhas gerais, Arantes (2002, p.57) considera a angústia como um sinal de que o corpo do sujeito está prestes a convocar suas defesas de resistência para não sofrer com o ataque dos fatores estressores. A relação entre as noções de angústia-sinal e de mobilização de defesa contra o desgaste somato-psíquico e o conceito de *coping* configura-se, portanto, como importante desdobramento dos nossos esforços de busca de um paradigma integrador, ou ainda, de uma visão e conceituação multidisciplinar acerca do *stress*.

Em Arantes (2002) a discussão a respeito do papel da angústia na determinação do *stress* é abordada sob distintos ângulos e/ou intensidades. Estes, vale ressaltar, relacionam-se às distintas teorizações freudianas sobre a angústia[7]. Por um lado há a consideração a angústia em sua dimensão humana mais primitiva (relacionada à condição do desamparo, medo, temor, horror ou desespero, condição esta que possibilitou a correspondência entre a *Síndrome Geral da Adaptação* de Selye à *Síndrome de Privação Afetiva de Spitz*) (Arantes, 2002, p.44-48); por outro lado, há a consideração à *"neurose de angústia"* em sua dimensão de *"excesso de estímulos represados"* devidos *à "não satisfação pulsional"*. Neste caso, a tensão física aumenta, de modo que atinge-se o *"valor limítrofe"* a partir do qual é despertado o *"afeto psíquico"* (Arantes, 2002, p.49). A *"neurose de angústia"* é compreendida como uma das modalidades de *"neurose atual"* (a outra modalidade seria a da *"neurastenia"*, na qual haveria uma *"inclinação à fadiga"*). Esta hipótese da autora em torno da relação do *stress* com a *"neurose atual"* implica em relacioná-lo a uma *"excitação*

[7] A metapsicologia freudiana sobre a angústia divide-se em três etapas: escritos iniciais (1892-1900), primeira tópica (1900-1920) e segunda tópica (1920-1938) (Rocha, 2000, Apud Arantes, 2002, p.51). A tal respeito, vide também Dejours (1988).

somática incapaz de encontrar sua expressão simbólica", ou ainda, ao *"sofrimento psíquico enclausurado no sintoma somático"* (Arantes, 2002, p.59-60).

As considerações clínicas de Arantes (2002) articulam-se às considerações de Dejours (1988) - que também debruça-se sobre a evolução da compreensão do conceito de angústia na obra de Freud (Freud, 1926; 1894; Apud Dejours, 1988, p.30-38) – assim como às de Ferraz (2002) que, a partir de McDougall (1991), considera que há um conjunto de problemáticas psicossomáticas e de pacientes somatizadores (os normopatas) cujo diagnóstico preciso é difícil de ser estabelecido e que, não raramente, apresentam um "equilíbrio" corpóreo-psíquico precariamente sustentado, ou ainda, uma *"sobreadaptação defensiva"* que caracteriza-se como uma *"pseudonormalidade"* (Ferraz, 2002, p.22).

Arantes (2002, p.87-102) também explora a dimensão processual e cumulativa do *stress* ao abordar o conceito de *burnout*. A autora considera que há populações profissionais que são mais vulneráveis ao *burnout*: tratam-se dos indivíduos que trabalham com o público em geral e/ou com *"populações especiais"* (tais como *"presos"* e *"populações carentes"*, entre outros), ou ainda, em funções que envolvem *"risco de vida"* e *"turnos de revezamento"* (Arantes, 2002, p.90; Pereira, 2002). Sendo assim, a relação entre tal modalidade de ação profissional e a dos guardas municipais revela-se inequívoca, senão incontornável.

Seguindo a compreensão de Dejours a respeito do *burnout*, expressa em 2001 em uma entrevista da *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental* (Apud Arantes, 2002, p.94-95), a autora afirma que esta forma específica de *stress ocupacional* relaciona-se ao *"excesso de carga de trabalho"* imposta pela relação entre o trabalhador e o seu "cliente", assim como ressalta que tal excesso cria *"forte agressividade reativa"*, cujo descarregar pode ser barrado pela culpabilidade ou mesmo pelos ideais e princípios éticos e humanos do profissional (Arantes, 2002, p.95). A relação de tais considerações teóricas com os aspectos psicodinâmicos e psicossociais do *stress* nos guardas municipais revela-se, assim, como bastante estreita.

Outra interessante consideração da autora que nos permite fazer uma "ponte" entre a teoria e o objeto de estudo de nossa pesquisa, ou ainda, entre a concepção de *stress* que aqui se delineia e a concepção cognitivista do mesmo, diz respeito a relação entre o *burnout* e os *"transtornos de cognição"* (Arantes, 2002, p.95). Segundo Arantes (2002, p.95), o

burnout pode entorpecer a capacidade de pensar e julgar e até mesmo induzir uma dificuldade entre distinguir o justo do injusto, ou ainda, o que é falso do que é verdadeiro. Em nossa pesquisa, verificamos discursos nos quais os direitos humanos foram referidos como *"direitos de bandidos"*, assim como conflitos de valores morais engendrados no processo de socialização dos guardas municipais às atividades do *"trabalho de rua"*.[8] É possível relacionar ambas situações às relações entre *burnout* e os transtornos de cognição.

Vale também mencionar que a intervenção sobre os processos organizacionais relacionados ao *stress* é apontada como prática desejável e de melhores resultados do que a intervenção apenas individual (Arantes, 2002, p.98). Tal sugestão é coerente com a concepção de *stress* enquanto *"sofrimento pessoal e também coletivo e organizacional"* (Arantes, 2002, p.99). Sendo assim, Arantes (2002) considera necessário a articulação de diferentes saberes e segmentos da sociedade para que se efetive um enfrentamento do *desgaste* (grifos nossos) do dia-a-dia presente no trabalho de risco. Para a autora (Arantes, 2002, p.101-102), a intervenção deve ser compartilhada por distintas vertentes das ciências sociais, econômicas, políticas e de saúde e deve focar-se no âmbito coletivo-organizacional, configurando-se como uma *"intervenção política"* (grifos nossos). Nas palavras da mesma: *"as contribuições da psicanálise e da psicologia devem estar alinhadas às contribuições da medicina, da psiquiatria, da psicossomática e das demais áreas da engenharia, da economia, e também ancoradas em uma intervenção política* (grifos nossos) *para que o estresse possa ser prevenido e tratado. Sendo um fenômeno universal, demanda atenção das ciências, dos empresários e dos governos"* (Arantes, 2002, p.102).

Portanto, o que nos parece fecundo para a nossa elaboração do conceito de *stress* são sobretudo as seguintes idéias de Arantes (2002): a de que tal conceito é polivalente e de que possui um potencial aglutinador, passível de superar a condição de *"conceito saco sem fundo"* na qual a abordagem biológica tende a cristalizá-lo (Dejours, 1988, p.16); a de que a ancoragem do *stress* situa-se, a despeito das discussões clínicas mais individualizantes, no mundo do trabalho e no *desgaste* nele produzido, independentemente da prevalência dos determinantes e/ou circunstâncias externos ou internos, reais ou fantasiosos, uma vez que

---

[8] Vide análise a tal respeito neste capítulo (mais adiante) e no capítulo IV. Sobre os direitos humanos vistos como *"direito de bandidos"*, vide Caldeira (1991) e Balestreri (1988). Sobre os processos de socialização e de controle social nas organizações, vide Motta et. al (2000) e, mais especificamente sobre a socialização na organização policial, Violanti (1993) e Reiser (1974).

ambos são capazes de mobilizar tendências de somatizações presentes nos indivíduos (e grupos ocupacionais, diríamos nós), sobretudo quando suas capacidades de resistência são ultrapassadas (Arantes, 2002, p.64); a de que o *stress* é um fenômeno muitas vezes cumulativo e processual e que carece de sofrer uma intervenção de caráter multidisciplinar, político e institucional (Arantes, 2002, p.87-102).

Portanto, a partir sobretudo das articulações e reflexões de Seligmann-Silva (1995) e de Arantes (2002), podemos elaborar uma definição do conceito de *stress* compatível à visão sociológica de natureza crítica e à visão psicodinâmica e multidisciplinar da Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho e da Psicanálise das Organizações, a saber: o *stress* é um *processo dialético, tenso e geralmente acumulativo de desgaste pessoal, coletivo e organizacional* que (des)mobiliza forças defensivas e/ou de resistência ao (des)equilíbrio somato-psíquico e às relações de poder e de dominação fertilizados tanto na gestão e organização do trabalho como também nas condições sócio-culturais e econômico-políticas, ou seja, nas condições que estruturam uma realidade macrossocial marcada pela progressiva precarização social e do trabalho.[9]

Vale portanto destacar que o referido *desgaste* configura-se não somente como mera resistência (passiva ou mesmo ativa) aos estressores internos e externos (subjetivos e objetivos) dialeticamente articulados (Berger & Luckmann, 1973; Minayo, 1996), mas também como uma defesa que, embora envolva um custo somático, psíquico, grupal, organizacional e social, pode, não obstante (ao menos potencialmente), propiciar a concretização do desejo do sujeito organizacional e social através de transformações na gestão e organização do trabalho e de rearticulações no ambiente sócio-político. Dito de outra forma, não se trata de uma defesa que necessariamente limita-se ao esgotamento identitário e corpóreo-psíquico (individual e coletivo) e à (re)produção da lógica do instituído.

Sendo assim, embora consideremos extremamente relevante a definição do *desgaste* enquanto *"perda da capacidade afetiva e/ou potencial biológica e psíquica"* que *"não se refere a algum processo particular, mas sim ao conjunto dos processos bio-psíquicos"* que

[9] Há uma aproximação entre *stress* e as noções de defesa e resistência com o conceito de *coping*. Este último pode ser eficaz ou não (tais com as defesas). Dentre os recursos eficazes de *coping* (utilizados para lidar com adversidades e/ou ameaças, ou ainda, com conflitos entre indivíduo e a realidade), destacamos o do desenvolvimento e identidade do ego, o senso de competência ou auto eficácia no trabalho e as estratégias de cooperação da comunidade (denominado *coping* ambiental) (In: Goldberger & Breznitz, 1992, p.212-218).

"pode ou não se expressar no que a Medicina reconhece como patologia" (Laurell & Noriega, 1989, p.115) ou mesmo do *desgaste* enquanto expressão de fragilidade face aos processos de dominação (Seligmann-Silva, 1994), não deixamos de vislumbrar, na condição do *stress* e do sujeito estressado, respectivamente, uma potencialidade crítica e política transformadora e uma "porta" para a emergência senão concretização do desejo (individual e coletivo) no mundo do trabalho.[10]

Do ponto de vista de nossa busca de um paradigma integrador e da conceituação que dela aqui se deriva, o *stress* pode configurar um espectro que vai desde o esmagamento do sujeito organizacional à mera condição de *"recurso humano"* ou peça da racionalidade instrumental das organizações (Enriquez, 1995; Davel & Vasconcelos, 1995; Losicer, 1995; Leite, 1995; Volnovich, 1995; Heloani, 1999) até a mobilização de um potencial político, crítico e utópico condizente ao desejo coletivo e individual presente no *devir* dos movimentos instituintes e das linhas de fuga de caráter libertador (Enriquez, 1990, p.74; Deleuze & Guatarri, 1995, p.11-37). Neste sentido, definimos o *stress* como um *processo biopsicossocial e organizacional de desgaste*, assim como *processo político que luta para não sucumbir à força da dominação e da lógica do instituído*, ou seja, da lógica que exclui o desejo individual e coletivo do mundo do trabalho e da esfera social. Vale ressaltar que a visão da Psicanálise das Organizações, logo acima referida, é uma visão psicossociológica e que caracteriza-se por estabelecer um fecundo diálogo com visão dejouriana (Dejours, (1992) e com a crítica antes mencionada de Mendel (1985, Apud Seligmann-Silva, 1995, p.294) à *"mutilação da personalidade psicossocial historicamente possível"* nas situações sociais e de trabalho.

Portanto, ao definirmos o *stress* como *fenômeno político, subjetivo-coletivo e organizacional*, opomo-nos à sua simplificação enquanto mera *"reação de luta e fuga"* mobilizada pela descarga fisiológica de adrenalina em resposta ao estímulo ambiental ameaçador (Silva Netto, 1998; Guimarães, 2000, p.67), mas admitimos, outrossim, a sua compreensão enquanto *processo tenso, contraditório e dialético* de defesa subjetivo-coletiva e política que pode ser ativa (luta) e/ou passiva (fuga).

---

[10] Vale ressaltar que a perspectiva de Laurell & Noriega (1989, p.115) ressalva que a perda das capacidades acima referidas não é irreversível, ou seja, as potencialidades hipotrofiadas podem ser recuperadas ou até mesmo desenvolvidas através das transformações na organização e gestão do trabalho.

Enquanto defesa política ativa ou passiva o *stress* corresponde, respectivamente, à tentativa de superação (movimento instituinte) e à reprodução das relações sociais e de poder (lógica do instituído). Já enquanto enquanto defesa subjetivo-coletiva ativa ou passiva, ele corresponde, respectivamente, à sublimação e à neurose ocupacional.

Sendo assim, é possível caracterizar o *stress* nos guardas municipais como um fenômeno *desgaste do desejo e da defesa política e subjetivo-coletiva no âmbito de sua atividade social e ocupacional-organizacional.*

2. *Stress*, Medicina e Psicologia Comportamental e Cognitiva:

Conforme assinalado anteriormente, as contribuições das abordagens comportamental e cognitivista sobre o *stress* são tradicionalmente mais afinadas ao discurso médico e aos aspectos biológicos (fisiológicos e endócrinos). Tais abordagens, vale dizer, respondem pela conceituação científica hegemônica (*mainstream*) do *stress*.

Compreendemos que tais visões teóricas hegemônicas englobam limites e possibilidades para uma análise aprofundada e integrada dos aspectos biopsicossociais, psicodinâmicos, coletivos e sócio-organizacionais do nosso objeto de pesquisa. Nesse sentido, julgamos necessário explicitá-las a partir de uma comparação entre as suas formulações e a nossa conceituação do *stress* enquanto *processo dialético e acumulativo de desgaste (pessoal, coletivo e organizacional) que (des)mobiliza defesas e compromete o equilíbrio corpóreo-psíquico no contexto das relações de poder no trabalho e da realidade macrossocial mais ampla.*

2.1) Andando pelos trilhos da concepção de *stress* de Selye: base epistemológica para o reducionismo biológico ou fonte inspiradora de novas conceituações ?

> *"Há duas maneiras de registrar algo que ninguém consegue ver: uma é descer aos pormenores... o outro meio consiste, unicamente, em considerar as coisas sob um novo ângulo, que exporá facetas até então invisíveis... este último tem a vantagem da ausência dos hábitos do pensamento pré-estabelecido, que tendem a se estratificar depois de longos anos de trabalho"* (Selye, 1956, p.42).

Inicialmente vale mencionar que as visões da Psicologia Comportamental e Cognitiva sobre o *stress* são, de forma mais ou menos explícitas, tributárias de Hans Selye, médico endocrinologista e professor de Histologia que, em 1936, pioneiramente cunhou o termo *stress* na área da saúde e que, em 1947, relacionou-o a uma *"Síndrome Geral de Adaptação"*, caracterizando-o, assim, como uma síndrome de adaptação face a agentes

estressores e às conseqüentes exigências de mudanças e/ou de ajustamento aos mesmos (Selye, 1956, p.28-49; 1946).

Do nosso ponto de vista, é necessário, por um lado, resgatar aspectos críticos da obra de Selye e, por outro, evitar que o seu pensamento, atualmente pré-estabelecido na abordagem comportamental-cognitiva, seja, tal como ele dizia, "estratificado"[11] (vide epígrafe logo acima).

Selye (1956) comprovou experimentalmente a relação entre o *stress* e processos biológicos (alterações nas glândulas supra-renais, descarga de adrenalina, desaparecimento dos eosinófilos no sangue, atrofia do timo e dos gânglios linfáticos e aparecimento de úlceras sangrantes). Ao relacionar o *stress* aos processos adaptativos, sobretudo aos patogênicos e de natureza fisiológica, Selye (1956) propôs uma classificação de distintas etapas do mesmo, a saber: fase de alarme; fase de resistência; fase de exaustão (Selye, 1956, p.35-40; p.140).

Na *fase de alarme* há uma mobilização total das forças de defesa contra o agente estressor e a manifestação da tríade biológica ou *"atlas do stress"* (dilatação da córtex da supra-renal, atrofia timo-linfática e úlceras intestinais) (Selye, 1956, p.35-40; p.129; p.139-141; p.183).

Já a *fase de resistência* se caracteriza por um estágio de adaptação ou resistência à exposição contínua ao agente estressor. Em tal fase acumula-se, no córtex, reservas de secreção hormonal (ao invés de seu descarregamento na circulação e de seu conseqüente gasto, tal como na fase anterior) (Selye, 1956, p.35-40; p.129; p.139-141; p.183).

Já na *fase de exaustão*, a adaptação adquirida é finalmente perdida.

Assim, o *stress* é definido por Selye (1956, p.40) como uma *"síndrome trifásica"* que engloba *"um registro inicial de manifestações particularmente agudas (reação de alarma), sua subseqüente desaparição (fase de resistência) e, finalmente, um colapso do organismo, com a desaparição total de resistência (fase de exaustão)"*.

Selye (1956), portanto, sistematiza e delimita o conceito de *stress*, indica-nos seus sintomas fisiológicos e endócrinos e, estabelece, de tal forma, um contorno bem definido ao mesmo e às suas distintas fases. Porém, a obra de Selye (1956) não se restringe à

---

[11] O verbo "estratificar" significa *"dispor em camadas superpostas ou estratos; acamar"*. A definição de "estratificação social" (noção análoga à do verbo) é *"processo ou sistema social em que a população se distribui de maneira mais ou menos rígida em estados, classes e castas* (*Koogan Larousse*, 1979, p.349)

especificidade da dimensão biológica e contém inúmeras considerações que a tornam um fértil veículo para novas conceituações, mais críticas e abrangentes, em detrimento, portanto, do reducionismo biológico originalmente nela presente. Dito de outra forma, uma leitura atenta da obra de Selye (1956) indica-nos muito mais novos caminhos a trilhar do que propriamente nos aprisiona no viés biologizante de suas pesquisas de laboratório.

Ao detalhar os pormenores fisiológicos do *stress*, Selye (1956) estava muito distante de uma intenção ingênua de aprisioná-los à dimensão corporal e/ou às *causas específicas*, então obsessiva e inadequadamente perseguidas pela unilateralidade do pensamento médico dominante. Como apontado na epígrafe, o "descer" aos pormenores era visto por Selye (1956) como apenas uma das estratégias para desenvolver o conhecimento. Segundo Selye (1956), este último só evolui de fato quando os pesquisadores buscam novos ângulos de análise, ou ainda, quando tomam, como ideal, a superação dos *"hábitos do pensamento"* científico *"pré-estabelecido"* (Selye, 1956, p.42).

Do nosso ponto de vista, compreendemos que a Medicina e a Psicologia Comportamental e Cognitiva têm o mérito de reconhecer e destacar a importância dos estudos de Selye (1956) em seus referidos pormenores mas, por outro lado, fracassam ao hiperdimensioná-los, ofuscando as considerações mais críticas e de maior abrangência explicitados pelo endocrinologista.

Uma (re)leitura renovada da obra de Selye (1956) nos possibilita interpretar o seu viés biologizante não somente como uma descrição dos aspectos corporais-fisiológicos de uma Síndrome de Adaptação, mas também como uma útil metáfora para a compreensão de processos de defesa e/ou adaptação que em muito os transcende. Tal possibilidade, vale ressaltar, foi considerada pelo próprio Selye, tanto nos capítulos introdutórios (Selye, 1956, Prefácio, p.XIII-XVII; Livro 1, *A descoberta do stress*, p.5-53), como nos conclusivos, particularmente nos intitulados *"Sumário"* e *"Implicações filosóficas"* (Selye, 1956, p.283-284; p.306-339). Nas palavras de Selye: *"A pesquisa do stress também tem vastas implicações filosóficas. Verificamos que o stress participa de várias manifestações de vida, tais como o processo de envelhecimento, o desenvolvimento da individualidade, a necessidade de auto-expressão e a formulação dos objetivos últimos do homem* (grifos

nossos). *O stress geralmente resulta de uma luta pela auto-preservação (homeostase)*[12] *de várias partes de um conjunto* (grifos nossos). *Isso é aplicável às células individuais do homem, ao homem na sociedade* (grifos nossos) *e às espécies individuais no mundo animado"* (Selye, p.283).

De fato, as pesquisas do eminente endocrinologista visavam detectar a *"dinâmica"* do fenômeno do *stress* e sua concepção sobre os processos de saúde-doença diferiam-se nitidamente do pensamento médico dominante e da sua busca pela *causa específica* da doença. Apesar de adotar uma metodologia de pesquisa de caráter experimental e positivista, Selye (1956) muitas vezes nos surpreende com raciocínios de característica dialética, ou seja, com uma análise onde o *stress* e os agentes estressores são ao mesmo produto e produtor um do outro e onde busca-se conhecer o *não específico* do processo de saúde-doença (Selye, 1956; Arantes, 2002).

Ao criticar a *"unilateralidade do pensamento médico"* e voltar sua atenção para o não específico, Selye (1956, p.29) vai muito além dos seus próprios esforços em delimitar o *stress*. Para o endocrinologista, o *stress* caracteriza-se como uma condição ou estado que se caracteriza por sua *"ubiqüidade"* (está em todo o tempo e em toda parte), o que o levou a referir-se ao *stress* como *"desgaste da vida"*, ou ainda, mais romanticamente, como o *"sal da vida"* (Selye, 1956, p.224; p.XIII; p.306).

Assim, Selye (1956) aborda o *stress* não somente sob o foco da endocrinologia, das glândulas ou da adrenalina, mas também sob o foco mais abrangente do cotidiano e do social. Tal é o que se verifica quando considera-o como um *"desgaste da vida"*, ou seja, quando o relaciona aos processos de adaptação e/ou defesa face às *"tensões e pressões da existência cotidiana"* (dentre as quais inclui as do trabalho e à da busca do homem em relação aos seus desejos de auto-expressão e de concretização prática de seus ideais) (Selye, 1956, p.XIV; p.203; p.306-316).

A compreensão acerca do *stress* que supera a visão médico-biológica (desgaste corporal) pode ser verificada na seguinte formulação de Selye (1956, p.XIV; p.3; p.243): *"stress é, essencialmente, o grau de desgaste total* (grifos nossos) *causado pela vida"* (...) *"no sentido que lhe dá a Medicina, o stress é essencialmente o grau de desgaste no corpo"*

---

[12] Ou, diríamos nós, pelo desenvolvimento, aperfeiçoamento e transformação pessoal, coletiva e organizacional através do movimento, da variedade, variação e mudança, e não exatamente através do mero equilíbrio homeostático individual e/ou biológico. Vide: *"Por um novo conceito de saúde"* (Dejours, 1986).

(...) *"quando avistados de grande altura, alguns detalhes da paisagem são imprecisos ou mesmo invisíveis; contudo, é a partir dali que podemos examinar o campo em seu conjunto"* (Selye, 1956, p.XIV; p.3; p.243).

Além de adotar o termo *desgaste* de forma mais ampla ao referir-se aos processos adaptativo e defensivo do *stress*, Selye (1956, p.243-244; p.283; p.306-316) também considera-o como um conceito *"base para obter certo grau de unificação"*, tanto no interior da Medicina como na articulação desta com reflexões de natureza social e filosófica (Selye, 1956, p.243-244; p.283; p.306-316).

Ao discutir os temas *"doença"* e *"adaptação"*, Selye (1956, p.173; p.148-242) considera que o *desgaste* pode relacionar-se tanto às defesas ativas como às patogênicas. A partir do seu referencial, aborda a inflamação dos tecidos como uma reação positiva à lesão causada por agentes estressores, uma vez que seu objetivo seria o de *"repelir o agressor e reparar os danos que tenha causado"* (Selye, p.116). Selye (1956, p.9-10) chega a considerar que um agente estressor pode até mesmo a ter *"valor terapêutico"* (no caso, por exemplo dos antigos tratamentos de choque à base de insulina). Por outro lado, considera que a defesa ativa tem um limite, utilizando-se, para expressar tal idéia, de uma metáfora, a saber: a do o funcionamento de um aquecedor. Segundo Selye (1956, p.150), um aquecedor pode combater o frio excessivo e em elevação progressiva utilizando mais corrente elétrica, mas isso será possível até um certo ponto: haverá um momento em que os fios se queimarão e a força de resistência falhará. Ou seja, as defesas podem evitar ou não o desgaste, ou mesmo elas próprias podem se desgastar.

Selye (1956) também considera que as defesas do organismo - tal como a Psicanálise e Freud dizem sobre as defesas psíquicas - não somente podem ser úteis e/ou prejudiciais à saúde, mas também que nós não temos auto-controle sobre as mesmas (Selye, 1956, p.173). Ao abordar especificamente as reações biológicas nos processos de adaptação e defesa aos estressores chega até a mencionar que há similitudes entre o que ele denomina *"Síndrome de Adaptação Geral"* e a *"teoria da neurose defensiva do psiquiatra austríaco Freud"* (Selye, 1956, p.223). Sendo assim, as aproximações heterodoxas ou extramuros e a compreensão do *stress* tanto como processo dialético como conceito unificador que aqui se propõe a partir de Arantes (2002) e de Seligmann-Silva (1995) configura-se como tarefa possível quando examinamos de forma mais aprofundada a obra de Selye (1956), ou

melhor, quando não nos deixamos levar apenas pelo seu viés positivista mais evidente e aparentemente incompatível com o que compreendemos por ser teorizações mais críticas, abrangentes ou complexas.

Ao discutir a complexa relação entre os processos de saúde-doença e de defesa-adaptação, Selye (1956) resgata os conceitos de *pathos* (sofrimento) e *pónos* (instrumento) da Medicina grega (Hipócrates). Tal resgate demonstra que Selye (1956) era capaz de refletir sobre o processo de saúde-doença de uma forma distinta da do paradigma da Medicina clássica ou dominante. A doença, segundo sua perspectiva inspirada em Hipócrates, é definida como um processo que envolve *"um choque entre forças agressivas e nossas defesas"*, ou ainda, que envolve não apenas o sofrimento (*pathos*), mas também *"a luta do corpo para restabelecer a normalidade"* (Selye, 1956, p.13-14).

Sendo assim, ao abordar a doença como um *instrumento* (*pónos*) que atua no sentido da *"luta pela saúde"*, Selye (1956, p.13-14) nos permite retirar os processos de defesa, resistência e/ou de (in)adaptação às adversidades sócio-psíquica-organizacionais (tal como o *stress*) da pecha de uma *patologia* a mais a ser catalogada, ou ainda, a ser contraposta, de forma simplista, senão mecânica, a um conceito de saúde descontextualizado e estático que, vale ressaltar, já foi superado no campo de análise da Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1986).

Várias outras passagens da obra de Selye (1956) ilustram o cerne do nosso argumento, a saber: o de que sua contribuição apresenta um grau de abertura significativo às teorizações e concepções mais amplas e, nesse sentido, pode ser muito mais explorada no sentido da resignificação do viés biológico do conceito "oficial" de *stress* do que, propriamente, fadar-se a produzir teorizações de caráter "estratificado".

O apego ao pensamento pré-estabelecido e ao reducionismo biológico (presente de forma mais ou menos arraigada e/ou mais ou menos explícita, na visão de médicos e psicólogos comportamentais-cognitivistas), não parece ser o caminho indicado por Selye (1956). Segundo o mesmo, o *stress "não é uma ação de emergência da medula supra-renal, descarregando hormônios"*; *"não é um desequilíbrio da homeostase"* ; *"não é idêntico à reação de alarma"* (Selye, 1956, p.63). Portanto, ainda que o *stress* seja por ele considerado como algo mensurável pelas alterações no corpo, também é referido como *"um imponderável"*, ou ainda, como uma problemática cuja causa não se encontra

necessariamente no corpo ou atrelada às perturbações envolvendo corticóides (Selye, 1956, p.57). Segundo suas próprias palavras, *"qualquer emoção, qualquer atividade causa stress"* (Selye, 1956, p.XIII).

Selye (1956) foi, portanto, e em certa medida, um crítico das concepções dominantes da Medicina de sua época e denunciante dos aspectos alienantes das formas hegemônicas ou pré-estabelecidas do conhecimento científico. A emoção - e não a racionalidade, tão enfocada pelos cognitivistas – parecia-lhe ocupar um espaço importante nas descobertas e na evolução da ciência. Nas suas palavras: *"`minhas primeiras impressões de estudante, sobre a unilateralidade do pensamento médico, eram justificadas e não constituíam, de forma alguma, questões ociosas (...) a ciência está longe de ser um mero produto do pensamento consciente... quanto maior for a criação científica, maior terá sido o papel do instinto e das emoções em sua concepção* (Selye, 1956, p.XV, p.19, p.29, p.39).

As reflexões de Selye (1956), portanto, articulam-se à nossa definição de *stress* enquanto *processo dialético de desgaste e defesa*, compreensão esta que traça uma ruptura com a busca eminentemente positivista de relações de causa e efeito lineares senão simplificadoras. Sendo assim, julgamos necessário abordar criticamente as contribuições da Psicologia Comportamental e Cognitiva que lhes são tributárias, quer seja das formulações sobre o *stress* de forma geral, quer seja das relativas ao *stress policial* em particular.

2.2) Andando pelos trilhos das concepções de *stress* tributárias de Selye: do reducionismo biológico às articulações possíveis à concepção do stress enquanto processo dialético de *desgaste* bio-psíquico e sócio-organizacional.

Embora compreendamos que haja uma ênfase excessiva dos autores da literatura nacional tributários da concepção de Selye (Lipp et al, 2002; 2000; 1996; 1994)[13] aos aspectos biológicos, comportamentais ou cognitivos do *stress*, em suas considerações também obtemos algumas importantes descrições dos aspectos psicológicos ou mesmo psicossociais envolvidos no fenômeno. Já na literatura especializada norte-americana sobre o *stress policial*, cujo perfil também é, predominantemente, comportamental-cognitivista

[13] Na literatura de perfil tipicamente comportamental-cognitivista no Brasil destacam-se as contribuições de Marilda Lipp e colaboradores. Organizadora de várias coletâneas publicadas (1996; 2000; 2002, 2004), autora e responsável pela validação do *Inventário de Sintomas de Stress* (Lipp & Guevara, 1994) e coordenadora de pesquisas sobre *stress*, Lipp é fundadora do Centro Psicológico de Controle do *Stress* e professora da PUC-Campinas (Laboratório de Estudos Psicofisiológicos do *Stress*).

(Farmer, 1990), verificamos, de modo geral, uma menção mais explícita aos aspectos sócio-organizacionais como agentes estressores, atenuando sobremaneira, de tal modo, a ênfase aos pressupostos das abordagens aqui referidas que, em última instância, possuem lastros no reducionismo biológico, ou ainda, na dimensão meramente individual do *stress*.

Não obstante o perfil geral das produções nacionais e americanas supracitadas, destacaremos aqui a contribuição dos autores que articulam, explicitamente, os referenciais da abordagem comportamental-cognitivista às reflexões psicodinâmicas e/ou psicanalíticas (Biaggio, 2000, na literatura nacional; Reiser, 1974; Violanti, 1993; Violanti et al, 1985, na literatura norte-americana sobre o *stress policial*) e biopsicossociais e/ou sócio-organizacionais do *stress* (Lipp, 2000; 1996; Reinhold, 2002; na literatura nacional; e novamente Reiser, 1974; Violanti, 1993; Violanti et al, 1985, na literatura norte-americana sobre o *stress policial*).

2.2.1) A literatura comportamental-cognitiva nacional e articulações (im)possíveis ao *stress* enquanto *desgaste* sócio-psíquico-organizacional:

A contribuição de Biaggio (2000, p.51-60) ao conjunto de estudos comportamentais-cognitivistas acerca das ditas *"fontes internas"* do *stress* organizada por Lipp (2000)[14] diferencia-se da dos demais autores pelo fato de ser articulada ao pensamento freudiano acerca dos temas ansiedade e medo. A tese central do artigo de Biaggio (2000) relaciona o *stress* tanto ao medo (real ou imaginário), como à intensa e freqüente ansiedade do dia-a-dia na atualidade. Segundo a perspectiva da autora (Biaggio, 2000, p.53-54) e também de outros colaboradores da mesma publicação (Tricoli & Bignotto, 2000, p.119), a ansiedade deve ser compreendida como fator desencadeante do *stress* e/ou como aspecto psíquico por este desencadeado, ou seja, a ansiedade é compreendida tanto como produto como elemento produtor do *stress* e das defesas a ele articuladas.

Biaggio (2000) toma como uma das referências para a sua discussão acerca da ansiedade, medo e *stress*, as considerações de Freud (Collect papers, v.1. London: Hoggarth Press, 1934, Apud, Biaggio, 2000, p.53-54) acerca de uma especificidade da

[14] Publicação cujo título é *"O stress está dentro de você"*. Lipp (2000, p.7) aponta para as seguintes *"fontes internas"* do *stress* discutidas por ela e demais autores da publicação (Barbosa, 2000; Falcone, 2000; Guimarães; 2000; Malagris, 2000; Silva, 2000; Tanganelli, 2000; Tricoli & Bignotto, 2000; Zakir, 2000): *"valores muito rígidos, culpas indevidas, percepções enviesadas por experiências passadas, competição, incertezas, pressa, perfeccionismo, mágoas antigas e expectativas exageradas"*. Em conformidade com seus

ansiedade, a saber: estado afetivo desagradável de apreensão, tensão ou pavor que é diferenciável dos estados de raiva ou tristeza pelo fato de ser mais comumente associado às reações fisiológicas, tais como palpitações e suor[15], entre outras.

A autora explicita sua concordância com tal formulação freudiana e aponta que o que é compreendido pelo psicanalista como *"ansiedade"* (ou mesmo *"nervosismo"*) é compreendido por um *"outro especialista em ansiedade"* - Spielberg (1972, Apud Biaggio, 2000, p.54) - como *"traço de ansiedade"*. Segundo a autora, o *"traço de ansiedade"*, mais estrutural ou crônico, deve ser diferenciado do *"estado de ansiedade"*, este mais momentâneo ou agudo (Biaggio, 2000, p.54).

Conforme raciocínio da mesma, cuja abordagem aponta para possibilidades de articulação das abordagens cognitivistas-comportamentais à leitura psicanalítica, nem sempre existe, porém, previsibilidade ou pré-determinismos advindos desta possível diferenciação entre traço de ansiedade e estado de ansiedade (Biaggio, 2000, p.54).

Dito de outra forma, uma pessoa com traço de ansiedade pode, em uma determinada situação, não apresentar estado de ansiedade, assim como um determinado estado de ansiedade pode ocorrer de forma apenas temporária ou momentânea em uma pessoa cujo traço de ansiedade não se caracterize como uma dimensão crônica (geralmente permanente) de sua personalidade.

A análise do objeto de pesquisa nos leva a considerar a pertinência de tais considerações. Além disso, a idéia de uma não linearidade tipo causa-efeito entre ansiedade e *stress*, mas sim de uma dinâmica onde um é tanto produto como produtor do outro é compatível com a visão teórica de natureza dialética que aqui procuramos sustentar. Neste sentido, vale uma breve digressão em relação às considerações teóricas aqui em desenvolvimento para apresentarmos alguns dados e análises da pesquisa logo abaixo.[16]

Como foi considerado, entendemos ser despropositado questionar o que vem antes, o *stress* ou a ansiedade. Mais do que isso, pudemos verificar, à luz da pesquisa, como tal consideração ou pressuposto possui validade empírica.

---

colaboradores, Lipp (200, p.7) considera que tais características tornam-se *"mais poderosas como fontes de stress"* quando o indivíduo possui uma *"vulnerabilidade física ou psíquica para se estressar"*.

[15] Sintomas do *stress* presentes no *Inventário de Sintomas do Stress (ISS)* utilizado nesta pesquisa.

[16] Os dados considerados neste capítulo, no qual a exposição teórica e argumentativa é o eixo central, serão retomados com maior detalhamento no capítulo analítico propriamente dito (capítulo IV).

Verificamos que a ansiedade de fato leva ao *stress* e que o *desgaste* característico das defesas (des)mobilizadas tende a intensificar a ansiedade e vice-versa. Também percebemos que o processo de desgaste não se processa somente a partir da ansiedade ou individualidade (daí a necessidade de acrescentarmos elementos novos aos desenvolvidos por Biaggio) mas, sobretudo, a partir de sua interação com determinantes coletivos, organizacionais e sociais.

Verificamos também que casos de estrutura psíquica de natureza nitidamente patológica (casos psiquiátricos) não apresentam, necessariamente, um quadro de *stress*; ou ainda, que casos de estrutura neurótica adaptativa (distinta do que poderíamos denominar neurose propriamente dita) podem apresentar *stress* como resultado do *desgaste* advindo da sobrecarga quantitativa e/ou qualitativa de trabalho, ou ainda, da sobrecarga quantitativa e/ou qualitativa das adversidades da realidade sócio-organizacional.

A título de ilustração, vale mencionar um caso individual.[17] Neste caso, no qual se realizou duas avaliações, em momentos distintos, foram obtidos resultados diferentes no *ISS*: no primeiro momento foi identificado *stress* e, no segundo, não. Neste caso, ocorreram algumas mudanças na esfera psíquica, nos relacionamentos pessoais e familiares e na vida social e no trabalho que permitiram desenvolver, no hiato ou *gap* entre os dois referidos momentos, uma alteração da situação de *desgaste* em prol de uma melhor situação corpóreo-psíquica e de maior possibilidade de adaptação sadia à conjuntura do trabalho e da realidade social. Tal caso indica-nos que a estrutura de personalidade (e também a estrutura social) não engessam a pessoa numa condição de *stress*; ou ainda, que o *stress* admite tendências regressivas e progressivas que não estão atreladas apenas às mudanças "externas" (ambientais, na perspectiva comportamental), mas que ocorrem a partir de um interjogo dinâmico, não linear, ou seja, mútuo e recíproco de mudanças indissociavelmente "externas" e "internas" (Minayo, 1996). No caso em questão, o *stress* era nitidamente resultado de um longo processo de *desgaste* acumulado (e não de mera reação de alarme a uma situação ou estímulo pontual) que, não obstante, pôde ser revertido num período de cerca de seis meses.

Tendo em vista o acima exposto, parece-nos justificada a nossa compreensão de que alguns aspectos da natureza dinâmica de nosso objeto de pesquisa e da nossa elaboração

[17] Tal caso é retomado no capítulo IV.

teórica e/ou analítica – a saber: o *stress* como *desgaste dialético* cuja intensidade é passível de recuos e/ou avanços determinados por fatores simultaneamente *subjetivos e coletivos, exógenos e endógenos, psicossociais e organizacionais*; ou ainda, o *stress* como *produto* e ao mesmo tempo *produtor* da ansiedade e das defesas e vice-versa - sejam, guardadas as devidas ressalvas, compatíveis às considerações de Biaggio (2000) em torno da discussão dos temas *stress*, medo e ansiedade e às suas considerações acerca tanto das tendências gerais como dos (in)determinismos relacionados às noções de *"traço de ansiedade"* e de *"estado de ansiedade"* (Biaggio, 2000, p.54).

Desse modo, podemos retomar uma afirmação de Arantes (2002, p.14) - *"no próprio conceito de estresse há um movimento suposto, que o deixa fluir"* – e apontarmos para algo análogo ou similar, a saber: na própria experiência concreta do *stress* ou *desgaste*, há um movimento suposto que a deixa fluir, quer seja no sentido da sua intensificação, quer seja no sentido oposto.

Retornando às considerações de Biaggio (2000, p.57), nela verificamos que o *stress* também é relacionado a uma ansiedade por antecipação. Nas palavras da autora: *"muitas de nossas ansiedades têm origem em coisas que ainda não aconteceram e que talvez nem aconteçam"*. É possível, portanto, relacionarmos tal noção de ansiedade - expectativa negativa ou pessimismo - à noção psicanalítica de *fantasia*. Tal relação, por nós apontada, torna-se evidente quando Biaggio (2000), para exemplificar tal modalidade de ansiedade, remete-nos ao psicólogo comportamental-cognitivista, Richard Carlson, e a um trecho do seu livro de auto-ajuda sobre o *stress* (intitulado *"Não faça tempestade em um copo d'água"*), a saber: *"já experimentei muitas tragédias na vida; felizmente, pouquíssimas delas realmente aconteceram"* (Carlson, 1998, Apud Biaggio, p.58).

Sendo assim, a autora aproxima o *stress* tanto à ansiedade como ao medo, sendo a primeira definida enquanto *"medo não resolvido"* ou expectativa negativa e o segundo enquanto *"situação em que o alto nível de excitação leva à fuga"* (Biaggio, 2000, p.53). Em outras palavras, Biaggio elabora suas considerações acerca do *stress* articulando, a partir da especificidade de seu viés cognitivista, as discussões sobre as relações entre medo e ansiedade provindas da Medicina (*stress* como reação biológica de luta e/ou fuga), da Psicologia Cognitiva (ansiedade por antecipação relacionada a medos difusos e a aspectos cognitivos) e da Psicanálise (a relação da ansiedade tanto com o medo dito "objetivo" como

com o medo fantasioso, assim como destes com as reações de natureza somato-fisiológica como suor e palpitação).

Sendo assim, vale (re)considerar que a contribuição da abordagem comportamental-cognitivista de Biaggio (2000) nos permite apontar para, simultaneamente, importantes diferenciações e alguns pontos de articulação entre a Psicologia Cognitiva e a Psicanálise.

Podemos considerar que há uma aproximação entre os conceitos de *ansiedade antecipada* (Psicologia Cognitiva) e de *fantasia* (Psicanálise). A ansiedade estaria relacionada, nesse sentido, às catástrofes imaginárias, ou seja, às fantasias relacionadas à pulsão de morte. Por outro lado, é forçoso reconhecer que a noção de *ansiedade antecipada* é formulada a partir de dois pressupostos básicos: o pressuposto da aprendizagem da ansiedade a partir dos processos de condicionamento (Biaggio, 2000, p.54)[18] e o pressuposto de um ser humano condicionável e racional.[19]

Tais pressupostos diferenciam-se do pressuposto psicanalítico do sujeito do inconsciente, pressuposto este que embasa a noção de *fantasia* e que relaciona esta última ao conflito entre pulsões de vida e de morte, ou ainda, à articulação entre angústia, medo, defesa e desejo (Freud, 1915). Ademais, segundo a visão psicanalítica, as pulsões primitivas e desejantes do homem jamais serão totalmente eliminadas pelo processo civilizador (Freud, 1927; Enriquez, 1990, p.75-78; Leite, 1995), o que equivale a dizer que os condicionamentos impostos pela ordem social não são totalmente inescapáveis nem inelutáveis, nem tampouco inscritos no psiquismo de forma reativa, direta ou mesmo proporcional à intensidade dos estímulos do meio ambiente.

Sendo assim, podemos afirmar que o conceito de fantasia pode ser articulado ao de ansiedade antecipada formulado por Biaggio (2000), mas não deve, porém, ser apressadamente confundido com o mero *pessimismo* ou com uma *falha cognitivo-perceptiva* em relação aos estímulos do meio ambiente, tal como enfatizam outros autores cognitivistas-comportamentais (Silva, 2000; Alcino, 2000). Assim, compreendemos que a noção de ansiedade antecipada é muito mais articulável ao conceito de fantasia quando

---

[18] Tal como também se verifica nas proposições de outros autores da coletânea (Guimarães, 2000; Silva, 2000; Tricoli & Bignotto, 2000; Zakir, 2000).

[19] Ainda que outros autores da mesma abordagem de Biaggio (2000) admitam que o ser racional possa apresentar, não raramente e não obstante, distorções cognitivas ou perceptivas (Lipp, 2000; Alcino, 2000).

relacionada ao *medo difuso* ou *medo não resolvido* do que quando relacionada às noções de *pessimismo* ou *falha cognitivo-perceptiva*.

Do nosso ponto de vista, compreendemos ser importante ainda ressaltar que o que é tomado como mero pessimismo, deveria ser compreendido como fenômeno relacionado aos desejos e/ou angústias inconscientes, particularmente àqueles relacionados ao masoquismo e à pulsão de morte (Freud, 1915); ou seja, como fenômeno relacionado à vida emocional inconsciente, e não propriamente a uma mera influência de emoções negativas de caráter exclusivamente consciente sobre a capacidade racional ou faculdades cognitivas.

Novamente uma breve digressão aqui se impõe. Na pesquisa realizada, verificou-se que o processo de mudança de gestão da Prefeitura Municipal de um governo para outro causou muitas expectativas (ansiosas), fantasias (de aniquilação ou morte) e *stress* na corporação. Tal se deu, digamos, com o sujeito coletivo da organização. Foram mobilizadas expectativas "carregadas" de ansiedade e expresso temores de que a Guarda Municipal fosse *"acabar"* (fantasias de aniquilamento). A ameaça de desarmamento "objetivo" da corporação, presente no discurso do candidato vitorioso durante e logo após a campanha[20], atiçou o imaginário e a angústia da corporação, ou seja, produziu um "desarmamento" simbólico-imaginário que intensificou a fantasia de destruição inerente ao sujeito do inconsciente. A "temperatura" aumentou e conflitos de guardas com a figura do Secretário nomeado vieram à tona (com ameaças de greve e "calorosas" discussões). Tais reações foram vivenciadas pelo pesquisador, quer seja no dia-a-dia de seu trabalho de então como psicólogo na instituição, quer seja nas entrevistas grupais acerca dos processos de formação profissional que foram realizadas para os fins desta pesquisa.[21] Após alguns meses o clima de ansiedade reduziu e a não concretização da proposta de desarmamento levou a um relativo apaziguamento do *stress* do dito sujeito coletivo organizacional.

Tal dado de pesquisa ilustra, portanto, a nossa argumentação de que a noção de mero *pessimismo* ou de *falha perceptiva* é demasiado simplificada quando temos em vista o pressuposto de uma vida emocional inconsciente que é atravessada não somente pelas

---

[20] Tratava-se de Antonio da Costa Santos, do Partido dos Trabalhadores (PT), assassinado no início do mandato.

[21] Tais entrevistas são analisadas no capítulo IV. Nelas o grupo trazia muito da ansiedade vivida naquele momento, muitas vezes "fugindo" dos objetivos mais focais das mesmas, qual sejam: o de abordar críticas e sugestões dos guardas acerca da sua formação técnico-profissional e das atividades da Academia Preparatória

fantasias e angústias (individuais e coletivas), mas também pela realidade política e sócio-organizacional.

A concepção psicanalítica de homem, vale ressaltar, toma a irracionalidade como expressão do inconsciente e das fantasias. Segundo o nosso ponto de vista, a irracionalidade deve ser compreendida como um produto dialeticamente engendrado pela interação do psíquico com a realidade concreta, ou ainda, como produto do inevitável imbrincamento do *"fantasma"* com a *"rocha do acontecimento"*, tal como nos elucida, com eloqüência, o psicanalista organizacional ou psicossociólogo francês, Eugène Enriquez (1997, p.18-19).[22]

Portanto, criticamos o uso do termo irracionalidade por parte da Psicologia Comportamental e Cognitiva enquanto mera falha da cognição (uso coerente à concepção de homem racional, distinta, assim, da concepção de sujeito do inconsciente e do conflito advinda da Psicanálise).

A contribuição de outros autores comportamentais e cognitivistas da literatura nacional também podem ser relativamente articuladas às nossas reflexões e conceituações psicodinâmicas, psicanalíticas ou até mesmo psicossociais, ainda que nem sempre tais possibilidades sejam explicitamente aventadas em seus discursos.

A publicação a partir do qual buscamos esta articulação (im)possível entre noções da Psicologia Comportamental-cognitiva e as nossas elaborações (Lipp, 2000), embora seja voltada para o público leigo e para aqueles que buscam formas de combater seu próprio *stress*, não deixa de configurar-se como uma valiosa descrição dos comportamentos e crenças geralmente relacionados ao *stress*.[23]

Os aspectos fisiológicos são ressaltados por vários autores, assim como o são o auto-controle dos pensamentos e a terapia racional emotiva no que concerne às formas sugeridas de combate do *stress* (Lipp et al, 2000). Assim, embora sejam abordadas as fontes internas de *stress* e os aspectos deste em relação à personalidade, as causas biológicas do *stress* são sempre consideradas, de forma a ser plausível caracterizar a

---

de Guardas Municipais; e o de pesquisar tais atividades como elemento da gestão organizacional passível de ser relacionado à hipótese do *stress ocupacional* (vide capítulos I e IV).

[22] Trata-se de obra na qual o autor demonstra a importância da abordagem freudiana sobre a cultura, sociedade e instituições para a análise das organizações na atualidade. A passagem destacada refere-se aos seus comentários sobre o texto de Freud intitulado *"Totem e Tabu"* (Enriquez, 1997, p.18-19; Freud, 1913).

[23] Vale admitir que, se por um lado a abordagem positivista carece muitas vezes de um pensamento mais dinâmico e socialmente crítico, por outro lado, uma de suas qualidades é justamente sua boa capacidade de

coletânea como um estudo sobre a dinâmica psíquica presente nos indivíduos com *stress* a partir de pressupostos predominantemente psicofisiológicos.

Porém, por debruçar-se sobre a questão das fontes internas do *stress*, a supervalorização dos aspectos ambientais – característica das abordagens comportamentais tradicionais – fica bastante atenuada. Sendo assim, ainda que pesem os pressupostos psicofisiológicos, é possível identificar, em algumas das descrições (cognitivistas) das fontes internas do *stress*, tais como as relativas ao pensamentos e às influências de percepções aprendidas na infância (Lipp, 2000, p.7; Tricoli e Bignotto, 2000, p.113-126), influências das abordagens pós-freudianas, ou seja, das abordagens que tendem a enfatizar os elementos intrapsíquicos intrínsecos à personalidade e ao histórico de vida (e, portanto, não limitados aos aspectos ou estímulos ambientais extrínsecos ao sujeito).

Do nosso ponto de vista, a literatura comportamental-cognitivista nacional aqui em discussão insiste em abordar a questão da infância e dos comportamentos a partir da noção de aprendizado, negando-se a abordar a questão do inconsciente.

Compreendemos que as descrições sobre crenças e comportamentos presentes no *stress* (Lipp et al, 2000) devem ser aproveitadas, mas também devem ser reinterpretadas sobre outros pressupostos, particularmente pelo psicanalítico. A nossa argumentação vai no sentido de que não se pode falar de *crenças* de uma forma dissociada de conceitos plenamente assimilados pela Psicologia como ciência, qual sejam: os conceitos de inconsciente (individual e familiar), de egocentrismo, de neurose obsessiva, de superego e de narcisismo. Somente articulando a noção de crenças a tais conceitos é que se faz possível, no nosso entendimento, libertar a reflexão positivista do circuito mais limitado do mero condicionamento e/ou aprendizado. Dito de outra forma, compreendemos que de fato o *stress* relaciona-se a alguns aspectos individuais – como *"crenças"* e *"vulnerabilidades"*, tal como aponta Lipp e seus colaboradores (Lipp, 2000, p.183-196) – mas preferimos apontar para uma relação mais estreita do que se denomina *"crença"* com a noção de sujeito do inconsciente, ou ainda, da concepção de sujeito enquanto *"rede de crenças e desejos"* (Costa, 1994, p.14), do que a de sua relação com a noção de sujeito racional e condicionável que apresenta *"distorções cognitivas"* (Alcino, 2000, p.33-50).

---

observação e de descrição. Tais qualidades merecem ser incorporadas pelas abordagens hermenêuticas e dialéticas (Gamboa, 1987).

A importante diferenciação entre o uso que se faz do termo *crença* nas distintas abordagens aqui consideradas não deve, porém, ofuscar o desenvolvimento de duas reflexões: a importante diferenciação entre as abordagens não significa abismo intransponível entre as mesmas;[24] a crítica à perspectiva individualizante das crenças ou vulnerabilidades dirigida à Psicologia Comportamental-cognitiva também pode ser dirigida à Psicanálise.[25]

Em relação à segunda reflexão iremos aprofundá-la em tópico mais adiante. Já em relação à primeira vale explicitar a contribuição de Costa (1986; 1989; 1998), psicanalista renomado no campo científico nacional, que caracteriza-se por sua erudição e por integrar, ao saber psicanalítico, críticas substantivas, tais como a de pensadores como Foucault (1985), Lasch (1983; 1986) e Castel (1978).

Segundo Costa (1998), que aborda a emoção sobretudo como elemento relacionado às crenças, ao inconsciente e ao indivíduo, os aspectos emocionais não devem, em função deste eixo de análise, ser totalmente dissociados das dimensões cognitiva e coletiva (leia-se cultural); nas palavras do mesmo: *"as emoções são compostas de crenças e sentimentos e não há uma distinção rígida entre o cognitivo e o emotivo"* (Costa, 1998, p.176).

Sendo assim, podemos nos aproximar de Lipp (2000) quando considera que as fontes internas do *stress* expressam vulnerabilidades cujo *"veículo"* é o *"pensamento"* (leia-se *cognição* enquanto dimensão não dissociada das emoções e fantasias, tal como aqui reelaboramos tal conceito). Para Lipp (2000) a maioria das vulnerabilidades psicológicas são adquiridas por influências parentais (consideração esta que não é de todo incompatível com a noção psicanalítica de que a identidade e a personalidade são constituídas a partir das relações edipianas e da história das identificações na família). Dentre tais vulnerabilidades, também denominadas como *"fábrica interna"* do *stress* e caracterizadas como *"parte do*

---

[24] Daí nos referirmos à noção de articulações ou aproximações (im)possíveis, ou seja, *relativamente* possíveis sob determinados ângulos e *relativamente* impossíveis por outros.

[25] A Psicanálise eminentemente clínica também *tende* a individualizar os conflitos e outras questões intrinsecamente relacionadas à dimensão psíquica (tal como o *stress*) que, não obstante, são também da ordem do coletivo, do político e do institucional. Dito de outra forma, entendemos que as descrições e observações da abordagem comportamental podem ser de fato enriquecidas não por uma Psicanálise "pura" (leia-se individualizante, senão despolitizada), mas sim pela Psicanálise das Organizações e pela sua concepção do sujeito do inconsciente multideterminado, ou seja, do sujeito implicado e produzido na vida institucional (Losicer, 1995, p.69) cujo desejo inconsciente relaciona-se a uma *"multiplicidade política, econômica e sexual"* (Volnovich, 1995, p.62).

eu" (o que corresponderia a partes do ego, na denominação psicanalítica),[26] a autora elenca várias que são abordadas pelos distintos autores da coletânea, a saber: frustração, pressa, solidão, tédio, sobrecarga de trabalho, ansiedade, depressão, raiva, pensamentos distorcidos, perfeccionismo, necessidade de aprovação e negativismo, tendência a visualizar o mundo sob uma forma ameaçadora, sensibilidade excessiva às frustrações, dificuldades de ligação afetiva consistente e a busca de aprovação nas relações interpessoais (Lipp, 2000, p.183-196).

As ditas "fontes internas do *stress*" são por nós compreendidas como pertinentes para a análise do *stress* dos trabalhadores pesquisados, ainda que devamos ressalvar que não concordamos com o que nelas fica implícito, a saber: uma noção de "interno" dissociada do laço social e organizacional, como se existisse um sujeito individual isolado e cuja especificidade do *stress* pudesse ser circunscrita à sua individualidade, ou ainda, o que nos parece ainda mais criticável ou reducionista, à sua predisposição biológica e genética.[27]

Vale ressaltar que, embora a autora considere a história de vida em relação ao *"stress patogênico"* (aproximando-se, ainda que de forma relativa, da importância que a Psicanálise dá à subjetividade e à história de vida na constituição das distintas problemáticas psicológicas), ela o faz, em última análise, a partir de uma ênfase à predisposição genética ao *stress*. Dito de outra forma, as suas considerações a respeito das relações entre história de vida e *stress* tendem a ser despotencializadas e soar como ambígüas, senão incoerentes, face à adoção dos pressupostos biológicos expressos nos termos *"ansiedade biológica"* e à *"diátese de personalidade"* [28] (Lipp, 2000, p.183-196).

De nossa parte, não negamos a compreensão do homem enquanto sujeito biopsicossocial e nem tampouco julgamos despropositados os esforços de articulações possíveis entre o biológico e o psíquico. O que nos parece reducionismo é o que fica nas entrelinhas, a saber: o biológico como a base, restando ao individual e ao social o papel de mero coadjuvantes. Neste ponto, o raciocínio demonstra-se positivista, ou melhor,

---

[26] Tal relação com o conceito de ego é importante pois, conforme sustenta Freud (1923) em *"O ego e o id"*, o ego não se caracteriza apenas por sua relação com o consciente, uma vez que nele também se fazem presentes aspectos inconscientes.

[27] Conforme apontado anteriormente, a autora considera que além das *"vulnerabilidades psicológicas"* ao *stress* haveriam também as *"vulnerabilidades físicas"* (Lipp, 2000, p.76).

[28] Tais conceitos tendem a circunscrever o *stress* e a subjetividade na especificidade do biológico. Conforme descrição da autora, o conceito *"diátese de personalidade"* engloba uma *"hiperreatividade fisiológica causada por uma hipersensibilidade do sistema límbico""*(Lipp, 2000, p.187).

mecânico, linear, moldado por noções tipo causa e efeito. Distancia-se, portanto, das articulações mais integradas entre o biológico (sistema límbico) e o psíquico (angústia) que são feitas de forma afinada ao pensamento crítico e dialético por parte de autores que pressupõem um elemento nada negligenciável na Psicologia atual, qual seja: o inconsciente (Dejours, 1988).

Mas continuemos nossas aproximações (im)possíveis, pois há outro aspecto importantíssimo a ser considerado: a questão da dimensão psicossocial do *stress*. Se por um lado Lipp (2000) é tributária do reducionismo biológico da ênfase médica de Selye (ênfase que, como vimos, não engessa-se em si mesma !), podemos afirmar, pela sua produção teórica e pelo perfil de seu próprio instrumental (ISS), que também o é em relação à visão de Holmes e Rahe (1967), que construíram a *Escala de Reajustamento Social* e na qual os elementos psicossociais do *stress* são explicitamente levados em conta. Porém, Lipp insiste em argumentar que há *"excessivas sensibilidades"* face às demandas psicossociais, o que pode induzir o raciocínio de que tais demandas não sejam assim tão determinantes do *stress*, mas sim somente a forma pela qual cada um as filtra. Segundo nossa compreensão, tal tipo de raciocínio, baseado numa realidade apenas parcial, tende a apresentar-se como uma "verdade" total senão absoluta. Mas seria o interno biologizado (leia-se *"hipersensibilidade do sistema neurológico e límbico"* e a *"hiperreatividade fisiológica"* aos estressores psicossociais universais) de fato algo mais valorizável no determinismo do *stress* do que a macrorealidade social, política e organizacional ?

De nossa parte, compreendemos que jamais será possível determinar o *quantum* de cada um dos incontáveis determinantes do *desgaste social, psíquico e organizacional*. Este é por natureza qualitativo e dialético, isto é, dinâmico e em movimento ! Nesse sentido, não pode ser matematicamente expresso e sempre será reduzido a fórmulas simplistas (não fiéis à sua totalidade concreta), quando o saber científico se arrogar a "fotografá-lo" e apresentar tal "foto" como uma "filmagem *on line*" (objetiva e científica !) de uma cena social que é, inevitavelmente, interativa, contraditória e, por que não dizer, inapreensível pela racionalidade científica de modo geral e, mais ainda, pela racionalidade particular da abordagem positivista. Assim, compreendemos ser muito arriscada a compreensão de que, apesar dos estressores psicossociais existirem, eles estão sobretudo vinculados a tipos de personalidades (as personalidades tipo A) ou a tipos biológicos que *"criam seu próprio*

stress" a partir dos *"moldes"* das *"experiências da infância"* e da *"genética"* (Lipp, 2000, p.183-196).

Não obstante, de modo geral a abordagem de Lipp e colaboradores parece nos oferecer elementos importantes para a análise dos dados empíricos, desde que seja matizada, ampliada ou mesmo reinterpretada por outros pontos de vista. Tal consideração não deve ofuscar o fato de que a noção do *stress* enquanto *desgaste sócio-psíquico e organizacional* seja distinta da abordagem comportamental-cognitivista do *stress*. Esta abordagem, em última instância, assenta-se ou é absorvida pela noção de "fontes internas do *stress*" (Lipp, 2000, p.169-182), ou seja, pelo *interno biológico*, tal qual aqui o denominamos em nossa discussão crítica. Segundo nossa compreensão, tal ocorre mesmo quando está em pauta a questão dos aspectos sociais e/ou familiares do *stress*.

As críticas explicitadas, porém, não são no sentido de desconsiderar que existe a configuração da *"família disfuncional"* relacionada ao *stress* (distinta da família enquanto apoio ou suporte) e muito menos não reconhecer a pertinência de círculos viciosos do *stress* na família, a saber: *stress* familiar – *stress* fora de casa – aumento da irritação – agravamento do *stress* familiar – aumento da vulnerabilidade ao *stress* "externo" (Lipp, 2000, p.169-182).

Os dados sobre o como as famílias lidam com a profissão dos guardas municipais (com ansiedade ou disfuncionalmente *x* com compreensão, empatia ou solidariamente) demonstram o como a dinâmica familiar (e também a conjugal) podem intensificar e/ou amenizar os determinantes notadamente sócio-organizacionais do *stress*. Neste sentido, é lícito afirmar que a noção de ciclos viciosos discutida por Lipp (2000) avança para uma compreensão mais global e, felizmente, afasta-se da compreensão mais parcial do *interno biológico* ao qual tende a retornar, tal qual ocorre com o desejo reprimido e mal elaborado.

Para nós, a contribuição de Lipp (2000) é muito mais rica, complexa e fiel às distintas dimensões do *stress* quando considera o *stress* familiar e os demais processos de reajustamento social e/ou de adaptação às mudanças do contexto psicossocial, do que quando apega-se ao interno (individual) e ao biológico (genético e fisiológico). Vale assim apontar que a sua consideração em relação ao dispêndio de energias adaptativas nos processos de reajustamento social e familiar coaduna-se, portanto, à noção de *desgaste* por

nós formulada a partir dos autores-chave inicialmente referidos (Seligmann-Silva, 1995; 1994; 1997; Arantes, 2002).[29]

Considerando-se o reconhecimento da abordagem de Lipp (1996; 2000; 2004) em relação aos estressores psicossociais universais, podemos afirmar que a ênfase ao "positivismo" da "objetividade" biológica (predisposições genéticas, descargas de adrenalina) ou do "poder" do cognitivo (pessimismo ou atitude negativa diante da vida) não ofuscam uma percepção mais abrangente (leia-se social e organizacional) dos agentes estressores. Em um discurso de Lipp sobre executivos, organizações e configuração social brasileira, a autora afirma que *"eliminar totalmente o stress do executivo é impossível, principalmente num país onde a política-econômica e as condições sócio-culturais existentes são fontes poderosas de stress contínuo (...) fontes criadoras de stress nas organizações, relacionadas a estados emocionais (como ansiedade, depressão, insatisfação no emprego), nível de autonomia e de responsabilidades na função e apoio social, dentre outros"* (Lipp, 1996, p.302). Não obstante, tal campo de conhecimento, quando formula tais hipóteses, ainda as formula com certo receio: *"talvez* (grifos nossos) *seja possível descobrir um vínculo entre stress excessivo e certos fenômenos sociais, como a violência, a farmacodependência e a falta de idealismo, queixas freqüentes em nosso meio"* (Lipp, 1996, p.304). Entendemos, assim, que urge uma maior assertividade em tais formulações, assim como maior empenho de investigação e verificação em torno das hipóteses a elas correspondentes nas atuais pesquisas sobre o *stress* (Lipp, 2004; 1996).

Conforme verificado em nossa pesquisa teórica (bibliográfica, temática), as pesquisas comportamentais-cognitivas sobre o *stress* no Brasil (Lipp et. al., 1996; 2004) necessitam melhor abordar os seus determinantes sociais e organizacionais, ou ainda, abordá-los para além de suas relações com os aspectos fisiológicos ou cognitivistas. Porém,

---

[29] O dispêndio de energias adaptativas referidos pela autora são descritos como quantidades de esforço envolvidas no lidar ou se adaptar a uma ou mais situação(ões) de mudança(s). A autora considera como fatores de importância no reajustamento social a doença crônica em um membro da família (ex: depressão, psicose, neurose, Alzheimer), a morte de um de seus membros (segundo a escala aqui referida, trata-se do evento familiar mais estressante de todos nela considerados), a separação e/ou reconciliação do casal, o comportamento anti-social de algum membro e a descoberta de infidelidade conjugal; também são considerados fatores estressores: a perda do emprego, mudanças econômicas no país, pobreza e reprovação escolar, nascimento de criança na família, a saída de casa de um dos filhos. São fenômenos que, segundo a mesma, são potencialmente estressores em virtude de "quebrar" a *"homeostase emocional"* da família. Por fim, considera elementos condizentes à visão psicanalítica, a saber: expectativas, modos de pensar, sonhos e *fantasias* (grifos nossos) de cada um dos membros da família (Lipp, 2000, p.169-182; p.178).

é possível identificarmos contribuições que, segundo nosso juízo, avançam mais, tal como a de Reinhold (2002, p.63-80) em sua abordagem sobre o conceito de *burnout*.

A contribuição de Reinhold (2002) nos parece bastante salutar pois, ao abordar o conceito de *burnout*, contextualiza o *stress* na realidade profissional e institucional, de forma a não hipervalorizar os aspectos cognitivos e comportamentais que, não obstante, também se fazem presentes em suas considerações. A sua definição de *burnout* (anteriormente apontada em nota de rodapé) nos permite pensar o *stress* como um processo cumulativo e não como uma mera reação ao(s) estímulo(s). Ao compreender o *stress* como processo cumulativo, subentende-se que nele estão envolvidos não somente um conjunto de estímulos de intensidade, duração e recorrência diversas, mas também outros elementos que com eles interagem, tais como os também variados graus de suscetibilidade (individual) aos mesmos e as distintas qualidades de suporte social, tal como é apontado pelas abordagens médicas atuais que, vale dizer, apontam o *stress* como *um* dos elementos que participam de uma complexa rede de causalidades das doenças ditas psicossomáticas (Cabral, 1985, p.51-52).[30]

A autora também aponta para o fato de que o *burnout* é comum nas profissões de ajuda que envolvem contatos interpessoais intensos e nas quais expectativas elevadas são comumente não realizadas (Reinhold, 2002, p.65). Tal descrição é coerente com a atividade ocupacional verificada em nosso objeto de pesquisa, sendo que este hiato entre expectativas idealizadas e situações concretas como fonte de problemáticas psicológicas e psiquiátricas já havia sido demonstrada por pesquisas anteriores (de viés psicossocial) realizadas com policiais militares (Eça, 1998; Cavassani, 1998). Embora a autora não aponte para elementos propriamente institucionais ao elencar os sintomas psicossociais relacionados ao *stress* (adjetivando-os apenas como *"sintomas psicossociais comportamentais"* e *"sintomas psicossociais físicos"*), ela o faz quando aborda o que denomina *"fatores externos"* do mesmo, ou seja, o ambiente de trabalho. Assim, seu enfoque sobre o conceito de *burnout* é bastante importante no sentido de ampliar as noções positivistas e de torná-las

[30] Segundo Cabral (1985, p.52), o *"suporte social"* pode ser conceituado como *"conjunto de recursos que ajudam o indivíduo a se sentir amado, respeitado e membro pragmático de seu meio social"*. Neste sentido, relaciona-se ao já mencionado conceito de *coping* ambiental (In: Golberger & Breznitz, 1992, p.214). Ambos conceitos são freqüentemente utilizados pela literatura norte-americana especializada no *stress policial*.

mais articuláveis a outros campos do saber (Rehinhold, 2002, p.71), tal como às discussões sobre o termo *burnout* presentes nas obras de Arantes (2002) e Pereira (2002).

Contudo, voltando às considerações mais gerais sobre o trabalho de Lipp e de seus colaboradores (1994; 1996; 2000; 2002; 2004), podemos afirmar que fontes bastante variadas do *stress* são abordadas, sendo perceptível a ênfase nas fontes genético-fisiológicas, nas da infância, nas da personalidade e nas cognitivas. No caso específico de Lipp (1996; 2000; 2004) são consideradas, ainda que não de forma enfática nem tampouco suficiente ou necessária, as fontes universais ou psicossociais. Dentre estas últimas Lipp (1996; 2000; 2004) menciona o trabalho excessivo, os conflitos interpessoais e as condições sócio-político e econômicas (elementos bastante corriqueiros na análise do *stress* no trabalho dos guardas municipais).

Outros colaboradores de Lipp, como apontado acima, também seguem direção semelhante na análise do *stress*.

Alcino (In: Lipp, 2000, op.cit. p.33-50) enfatiza a criação do *stress* a partir do pensamento, de modo a evidenciar a abordagem de forte cunho cognitivista. Esta autora compreende o *stress* enquanto estado disfuncional. Considera o mesmo como um resultado de pensamentos disfuncionais, ou ainda, como resultado de cognições distorcidas baseadas em crenças cuja tendência é a de julgamento negativo de si, dos outros e do mundo. Se por um lado tal tipo de compreensão pode ser relativamente articulada a alguns casos individuais de nossa pesquisa, por outro lado pode ofuscar a percepção dos aspectos coletivos e institucionais relacionados ao *stress*. Neste sentido, vale explicitar as seguintes indagações: será que a oposição ou julgamento negativo que os guardas municipais fazem das instituições judiciárias-policiais e da sua excessiva burocracia ou mesmo das arbitrariedades da gestão organizacional em relação a eles próprios resumem-se às meras *cognições distorcidas* ? Tais julgamentos, independentes do "colorido subjetivo" que assumam, podem ser compreendidas como descoladas da realidade sócio-organizacional ?

A resposta a tais questões é um sonoro não ! Ainda que relacionássemos tais julgamentos à subjetividade ou mesmo à fantasia (conceitos psicanalíticos passíveis de serem relacionados às noções de *crenças distorcidas* e de *disfunções cognitivas* formuladas pela abordagem comportamental-cognitiva), valeria lembrar que entendemos que até mesmo os aspectos subjetivos e fantasiosos possuem um lastro (embora nem sempre

perceptível) com os acontecimentos e a realidade social; ou seja, vale explicitar que, segundo uma visão psicanalítica articulada à visão sociológica, os *"fantasmas"* não estão enclausurados na dinâmica intrapsíquica. Nas palavras de Enriquez (1997, p.18-19), os *"fantasmas"* relacionam-se à *"rocha do acontecimento"*.

Barbosa também trata do tema do *stress* a partir de uma abordagem comportamental-cognitiva (2000, p.97-112). Segundo este autor o sujeito estressado geralmente caracteriza-se por ser uma pessoa que *"não saber dizer não"*, ou seja, trata-se de indivíduo que possui dificuldade em assumir um *"comportamento assertivo"* (Barbosa, 2000, p.102-103). O *"comportamento não assertivo"* é um dos polos de atitude relacionados pelo autor ao *stress* e caracteriza-se por passividade e culpa excessivas, entre outros aspectos (Barbosa, 2000, p.103-104). O outro polo de atitude que relaciona-se ao *stress* é o do *"comportamento agressivo"* que, por sua vez, caracteriza-se por uma postura de autoridade exacerbada e por uma percepção hipervalorizada de si (Barbosa, 2000, p.104-105). Segundo o autor, o comportamento assertivo é que relacionar-se-ia ao equilíbrio (distinguindo-se dos dois polos de atitude potencialmente estressores acima considerado).

A partir das considerações de Barbosa (2000) podemos novamente encontrar pontos de contato e pontos de distanciamento em relação à nossa abordagem e à análise do nosso objeto de pesquisa: distanciamento quando tais formulações assumem implicitamente que o *stress* circunscreve-se à atitude individual ou comportamental relacionada à personalidade enquanto elemento isolado da vida institucional e social; e pontos de contato quando, à luz da pesquisa, percebemos que há formas de inibição ou extrapolação da agressividade que podem ser relacionadas ao *stress* e, respectivamente, ao *comportamento não assertivo* e ao *comportamento agressivo*.

Segundo o nosso ponto de vista o dito *comportamento não assertivo* pode, dentre uma gama de conseqüências possíveis, implicar em uma agressividade dirigida ao próprio organismo (ex: caso dos guardas com problemas somato-psíquicos, tais como úlcera ou gastrite)[31]. Também nas situações de risco, passíveis de gerar titubeios ou inibições, pudemos verificar exemplos de comportamento não assertivo que apresentaram conseqüências estressoras nas relações de trabalho: os guardas que assim agiam tendiam a ser ridicularizados pelos demais e a sofrer psiquicamente com as pressões ou comentários

[31] Doenças intimamente relacionadas ao *stress*.

jocosos dos "colegas". As situações de risco que caracterizavam-se como traumáticas (envolvendo morte, fortes impactos emocionais e/ou intenso risco de vida) também eram passíveis, por sua vez, de mobilizar excessiva cautela ou medo frente às situações posteriores de tensão no trabalho, aspecto este que também pôde ser relacionado à relação entre *comportamento não assertivo* e *stress*.

O *comportamento agressivo* propriamente dito também pode ocorrer em distintas situações. A própria condição de uso de farda e de posse da autoridade policial (independentemente das querelas institucionais-jurídicas acerca da existência ou não do *poder de polícia* das Guardas Municipais no país) já é um elemento que coloca o guarda municipal numa situação favorável ou propícia ao uso exacerbado da autoridade e/ou hipervalorização de si. O comportamento agressivo pode ocorrer, por exemplo, em situações nas quais os guardas projetam os males da sociedade nos autores de delitos (os ditos *"delinqüentes"*), dirigindo a estes sua agressividade (agressividade que, irônica senão tragicamente, pode ser compreendida como indiretamente mobilizada pela precarização social e do trabalho ao qual estão submetidos, ou seja, por uma situação da realidade que está intrinsecamente ligada à própria "produção" social da dita *"delinqüência"* !).[32]

Ainda sob a inspiração das contribuições de Barbosa (2000) poderíamos afirmar que há casos nos quais a agressividade é dirigida para a própria organização e aos seus dirigentes, sendo que, em relação a tais casos, sugerimos utilizar um termo novo, a saber: trataria-se de uma *assertividade abrupta* ou *não estratégica* (grifos nossos), ou seja, uma espécie de posicionamento crítico que, infelizmente, é permeado pelo *desgaste sócio-psíquico e organizacional* e que, nesse sentido, afasta-se do comportamento assertivo propriamente dito (comportamento este potencial e teoricamente mais assimilável por parte da gestão do trabalho) e aproxima-se do comportamento agressivo propriamente dito.[33]

Falcone (In: Lipp, 2000, p.85-96) também aborda outro aspecto do *stress* que pode ser facilmente relacionado às situações corriqueiramente vivienciadas pelos profissionais de segurança. Trata-se da relação entre *stress* e dificuldade do sujeito em lidar com críticas.

---

[32] Estamos aqui fazendo referência à compreensão da delinqüência enquanto *"sintoma social"* (Fleig, 1993).

[33] Compreendemos que o *stress* em sua fase de resistência relaciona-se a uma postura assertiva mesclada a uma irritabilidade que tende a se manifestar de forma mais intensa e, nesse sentido, capaz de fazer diluir o potencial crítico-assertivo em uma mera agressividade. Neste caso, podemos compreender a agressividade como um desdobramento indesejado de um *stress* "não escutado" em sua dimensão de crítica à estrutura organizacional (o que difere-se nitidamente do tomá-la como um mero desajuste individual !).

Segundo a autora a vergonha e a insegurança, em distintos graus, são reações emocionais freqüentemente presentes em situações onde os indivíduos recebem críticas. Geralmente estas reações implicam em mágoas e raivas que, potencial ou conseqüentemente, desencadeiam o *stress*. O lidar com a crítica de forma positiva é referido pela mesma como capacidade de se comportar de maneira empática. A empatia é definida como *"habilidade de compreender acuradamente os pensamentos, sentimentos e desejos de uma outra pessoa"* (In: Lipp, op.cit. p.87). Para Falcone a habilidade empática é algo *"treinável"* e que pode atuar como significativo mecanismo de redução do *stress* (Lipp, op.cit., p.95).

De nossa parte consideramos que as críticas dirigidas aos guardas não geram somente insegurança, vergonha, mágoas ou raivas, mas também situações concretas de agressividade e/ou irritabilidade. Também consideramos que as críticas experimentadas nas situações de trabalho por parte dos guardas não são exatamente críticas construtivas - tais como as geralmente proferidas por amigos, terapeutas ou parceiros conjugais, ou seja, críticas mais plausíveis de serem empaticamente assimiladas - mas sim críticas carregadas de sentimentos de urgência, de ansiedade e/ou irritabilidade.

As críticas experimentadas pelos guardas e verificadas na pesquisa geralmente provém da população, mas também estão presentes nas cobranças dos dirigentes sobre os guardas, dos guardas monitores sobre os guardas de sua equipe e até mesmo entre guardas "parceiros".[34] Tais experiências, referidas nas entrevistas individuais e coletivas, demonstraram-se estreitamente relacionadas ao *stress ocupacional*.

Outro elemento a ser considerado e que retira a dificuldade de receber crítica do ciclo limitado da individualidade e da sua dificuldade de empatia - tal qual o faz Alcino (2000) – é o da reduzida e histórica capacidade da organização e da gestão policial de receber críticas em nosso país. A empatia por parte dos dirigentes e da gestão do trabalho com o potencial crítico do guarda estressado é praticamente inexistente e, nesse sentido, tende a cristalizar o *stress* em sua dimensão meramente patológica. Esta impermeabilidade organizacional ao potencial crítico do *desgaste* ou *stress* tende a intensificar-se ainda mais, sobretudo quando se concretiza a contrapartida inversa: como já apontado anteriormente, o trabalho em Segurança Pública caracteriza-se por ser permanente objeto de críticas (fundadas e infundadas) da organização e da sociedade como um todo, o que acaba

[34] Geralmente os guardas atuam em duplas. Vide capítulos I e IV.

refletindo sobre a maior vulnerabilidade do trabalhador *coletivo* de sucumbir ao que apontamos como dimensão patogênica do *stress*.

Guimarães (2000, p. 64) considera que existem valores e princípios (estilos disfuncionais de enfrentamento dos eventos estressores aprendidos a partir dos modelos parentais) que conduzem o indivíduo a *"assumir muitas tarefas"* de modo a produzir um *"forte e constante sentimento de urgência"*. A autora também menciona o seguimento de regras - por preocupação, medo, ou mesmo por necessidade de agradar as pessoas - como exemplos de valores ou princípios causadores de *stress*.

Embora possamos concordar com a relação entre valores ou princípios e *stress*, compreendemos ser necessário algumas retificações ao pensamento de Guimarães (2000). No caso do nosso objeto de pesquisa o sentimento de urgência é induzido pela própria natureza do trabalho e não pode ser reduzido à mera questão da personalidade e dos hábitos nela presentes a partir dos modelos parentais e histórico de vida. Ademais, o seguimento de regras é algo presente na lógica organizacional de estética militar e de valorização da obediência e disciplina, o que equivale a dizer que ele não se realiza simplesmente em função de aspectos psicológicos como preocupação ou necessidade de agradar pessoas. Vale também ressaltar que a preocupação em seguir as regras em função do medo da punição (da gestão do trabalho ou da Justiça) foi amplamente verificada no discurso dos guardas e equipes. Enquanto para alguns tratavam-se de regras condizentes ao exercício profissional pautado na ética, para outros tratavam-se de limitações ao exercício de uma modalidade fortemente desejada de policiamento mais ostensivo e abrangente.[35] Para estes últimos, tais regras "não os permitiam trabalhar" (aspas nossas), sendo que as metáforas utilizadas para tal situação eram as do "freio de mão puxado" e das "rédeas curtas".

Em relação à questão do agradar pessoas podemos dizer que são mobilizadas pelas relações dos guardas entre si e pela socialização das atitudes "aprendidas no trabalho de rua" (distintas das de aula de Ética e de Direito da Academia) (Reiser, 1974). Guardas mais afinados a uma instituição policial mais humana e justa sofrem com a pressão dos colegas e, não raramente, apresentam confusões senão transfigurações de seus valores a partir destes processos de "socialização". A "adaptação" às atitudes alheias aos valores

[35] Como foi anteriormente referido, cabe às Guardas Municipais a proteção dos bens e patrimônios públicos. Esta função, constitucionalmente mais limitada que a função dos policiais civis e militares, é vivenciada com insatisfação por grande parcela da corporação, ou seja, como agente estressor (vide também capítulos II e IV).

humanistas ou mesmo legais caracteriza-se, em alguns casos, como uma condição para integração ao grupo e para o reconhecimento dentro deste.[36] A necessidade de agradar os outros como elemento de conflito e *stress*, portanto, relaciona-se, no caso do objeto de pesquisa, à incitação à assimilação de elementos eticamente indesejáveis e não a uma necessidade afetiva relacionada à insegurança ou carência da personalidade individual.

Guimarães também considera que o *stress* pode ser acompanhado de um aumento de produtividade a partir de *"respostas biológicas"* denominadas como *"reação de luta ou fuga"*, *"reação de alarme"* ou *"reflexo de defesa"* (2000, p.67). Porém, tal aumento de produtividade ocorreria até um determinado nível. Ou seja, uma duração prolongada da reação bioquímica ocasionaria a redução da produtividade (Guimarães, 2000, p.63).

Os dados de nossa pesquisa apontam para a prevalência do *stress* na fase de resistência e para a natureza processual do mesmo (o que difere-se da sua configuração enquanto mera *reação* ou *reflexo*). Também percebemos que as situações que envolvem descarga de adrenalina no trabalho são mais fontes de satisfação ou reforço de uma desejada identidade policial mais "abrangente" do que propriamente um fator diretamente relacionável à elevação ou queda da produtividade.

As considerações de Zakir (2000, p.127-138) também discutem este ponto cuja articulação ao nosso objeto de pesquisa é necessária senão incontornável. Segundo esta autora, o *stress* vinculado às atividades que de alguma forma nos satisfazem pode encontrar melhores possibilidades de ser enfrentado. Assim, a busca ou procura da situação de *"adrenalina"* pode tanto introduzir o *stress* como, ao mesmo tempo, *"equipar"* os recursos para vencê-lo (Zakir, 2000, p.131-132).[37] Do nosso ponto de vista, o *stress* ou desgaste processual verificado nos guardas municipais (vinculado sobretudo aos aspectos sócio-psíquico-organizacionais) tende a ser atenuado pelo prazer que advém de uma possibilidade de configuração de uma identidade profissional mais egossintônica, ou seja, de uma identidade profissional que tem como substrato a experiência concreta da *"reação de alarme"* e de enfrentamento ativo dos riscos e perigos.

---

[36] Vide análise de um caso no capítulo IV.

[37] Este é um ponto capital retomado na análise do *stress* nos guardas municipais no capítulo IV. Do nosso ponto de vista a experiência em atividades de segurança que envolvem descarga de adrenalina pode ser estruturante, desde que não ultrapassem uma freqüência desmedida (tal como apontado por Guimarães, 2000 e por Zakir, 2000). Nos casos positivos, portanto, pode se caracterizar como atividades que fortalecem uma

A autora também aborda o *"stress pós-traumático"* – decorrente de fatos que caracterizam-se como experiências trágicas – mencionando reações emocionais como os *"flashbacks invasores"* ou a *"evitação"* (Zakir, 2000, p.136). Ou seja, as experiências de enfrentamento de riscos e medos também podem, não obstante as considerações acima, serem indutoras de reações negativas, tanto individuais como coletivas[38]

Assim, embora Guimarães (2000) e Zakir (2000) levantem aspectos importantes para o nosso objetivo da compreensão das relações entre medo-risco e *stress*-prazer no trabalho policial, o fazem a partir de enfoques nem sempre compatíveis aos nossos. De fato nos parece impossível não reconhecer, como apontado logo acima, que o sentimento de urgência é algo inerente à prática profissional de nosso objeto de estudo e que, portanto, não deve ser debitado da personalidade "disfuncional" dos "valores" dos guardas municipais tomados isoladamente. Analogamente, podemos até admitir que o seguir as regras de forma obtusa (tal como aludido por Guimarães) pode relacionar-se a aspectos de personalidade, mas é necessário considerar que as organizações policiais, marcadas pelo autoritarismo e rigidez, propiciam tais posturas, quando não as impingem a partir de um medo (coletivo) forjado pelas suas próprias arbitrariedades e estruturas.

Vale ainda mencionar que ambas as autoras, cuja abordagem de cunho biológico *tende* (grifos nossos) a ressaltar o potencial patogênico das *"respostas biológicas"*, aponta-nos, não obstante, para a possível validade de uma hipótese inversa, qual seja, a da situação de medo ou risco poder mobilizar maior produtividade ou capacidade de enfrentar situações-problema no trabalho. Tal possibilidade será por nós melhor discutida à luz da teoria dejouriana e de uma síntese dos dados da pesquisa mais adiante. Por ora iremos apenas deixar apontado que as situações "adrenalina" (tal qual batizadas pelos guardas na pesquisa) tendem a relacionar-se muito mais à identidade profissional e ao prazer no trabalho do que propriamente ao *stress*.

---

identidade profissional desejada, ou ainda, atividades que "funcionam" como um uma defesa contra o tédio (antídoto contra o tédio). Nestes casos, a descarga de adrenalina pode agir como fator anti-estressor.

[38] O *stress pós-traumático* é uma reação bastante estudada pela literatura norte-americana sobre o *stress policial*. Tal reação foi encontrada em um caso avaliado na pesquisa. Neste caso, percebeu-se que o potencial traumático "objetivo" (morte de parceiro) foi reforçado por características da formação da sua subjetividade e da sua modalidade de relações afetivas e sociais pregressas. Vale também mencionar que as situações de enfrentamento de risco que "terminam mal" (sem apreensão do dito "delinqüente") são relatadas pelas equipes entrevistadas como estressantes (em oposição às que "terminam bem", relatadas como prazerosas).

Malagris (In: Lipp, 2000, p.19-32) também relaciona o *stress* a uma atitude de *"criar para si"* incumbências e pressões de tempo demasiadas. Desse modo, caracteriza o mesmo como uma *"doença da pressa"*, associando-a ao *"tipo A"* de personalidade (2000, p.23). Ao longo do artigo descreve contextos e predisposições para o comportamento do *"tipo A"*. O andar rápido, o ritmo rápido para comer, a voz alta, as respostas abreviadas em conversas, as falas explosivas, a impaciência e a postura de apressar a fala ou comportamento alheio são alguns dos comportamentos do *"tipo A"* por ela descritos.[39] A despeito da riqueza da descrição da personalidade A, em relação ao nosso objeto de pesquisa tais considerações podem ser compreendidas como mistificadoras da realidade organizacional em prol da culpabilização do trabalhador.

Já insistimos em explicitar nossa compreensão de que a urgência e a pressa são aspectos inerentes da atividade policial e não devem ser vistas como elementos da personalidade, simplesmente. Não obstante, reconhecemos que a impaciência e as atitudes explosivas são encontradas no trabalhador de Segurança Pública cujo *desgaste* não é compreendido pela gestão do trabalho. Esta não reconhece o *stress* como elemento de uma dialética entre indivíduo, sociedade e organização, mas sim como expressão de um desajuste individual, ou ainda, de acordo com o jargão da cultura organizacional, como expressão característica de um indivíduo "13".[40]

A visão comportamental-cognitivista, ao enfatizar a dimensão da individualidade, torna-se, nesse sentido, cúmplice da visão organizacional culpabilizante senão enganadora ou alienante.[41]

Por fim, vale explicitar nossa discordância em relação à visão presente na obra aqui considerada em relação às formas de lidar com o que é ingenuamente denominado como pessimismo, *"fonte interna"* do *stress* ou idéias negativas características de um "desequilíbrio interno" (Lipp, 2000; Silva, 2000, p.75-84).

A proposta por nós criticada é a do *"treino de pensamentos"* ou *"reformulação das idéias"* (pessimistas) (Silva, 2000, p.81-83). De nossa parte preferimos apontar para a necessidade da escuta do *stress* em seu potencial político e transformador, ao invés de

---

[39] Vale considerar que tratam-se de comportamentos e atitudes que são freqüentemente observados senão requeridos pela imediatez da vida cotidiana do trabalho policial.

[40] Vide capítulo I e a referência ao "13" enquanto problema de "loucura" ou de "indisciplina".

[41] A respeito da predominância do imaginário enganoso nas organizações, vide Enriquez (1997, p.36).

tomá-lo como mais um alvo ou objeto do controle organizacional. Obviamente que está implícita a idéia de (re)direcionar e (re)configurar as defesas (i)mobilizadas pelo *desgaste sócio-psíquico-organizacional*, idéia esta que, com bastante "boa vontade", pode ser relativamente aproximada à da *"reformulação de idéias"* da abordagem cognitivista. Vale também considerar que o relaxamento como forma de lidar com o *stress* também não é por nós compreendido como o caminho a ser cegamente seguido. Relaxar é sempre bom, mas não deve ser o "ópio" que imobiliza a potencialidade crítica do sujeito estressado no contexto organizacional.

Vale enfatizar, portanto, que a modalidade de abordagem comportamental-cognitiva, ao propor fórmulas prontas de controle do *stress*, pode retirar dos sujeitos estressados o espaço da escuta e da fala singular, de forma a impedir que os aspectos da angústia e de seus laços com o inconsciente psíquico (Cabistani, 2000) e institucional (Baremblitt, 1984; Enriquez, 1997) sejam explicitados e elaborados. Dito de outra forma, podem, ao invés do controle positivo do *stress*, redundar em um mero exercício de repressão dos aspectos pulsionais do mesmo, ou seja, de produção de sintomas (psíquicos e organizacionais) que impedem a emergência do imaginário motor e a articulação entre desejo, pulsações políticas e transformação organizacional (Enriquez, 1997, p.35-37; Guatarri, 1985, p.31).

Portanto, na ênfase ao biológico, ao individual e ao controle e "correção" dos "pensamentos distorcidos", os autores comportamentais e cognitivistas afastam-se bastante da importância da *escuta* do sujeito estressado e do conhecimento de si abordados pela Psicanálise (Cabistani, 2000, p.257-260), assim como da compreensão da imbricação do indivíduo com o social que são abordados tanto pelo pensamento freudiano sobre as sociedades, cultura e instituições (Freud, 1913; 1920; 1927), como também pela Psicanálise das Organizações (Enriquez, 1990; 1997). Tais ênfases podem tornar algumas das articulações aqui discutidas praticamente impossíveis, o que pode fazer com que muitos dos aspectos merecedores de atenção e elogios de tais abordagens sejam apressadamente desconsiderados.

Sendo assim, a despeito da diversidade de descrições dos aspectos psicológicos (cognitivos e de personalidade) e biológicos do *stress*, consideramos que a abordagem comportamental-cognitiva da literatura nacional é insuficientemente vigorosa no sentido de

fomentar transformações organizacionais. Ou seja, tais abordagens tendem a não enfatizar esta últimas, incorrendo no risco de tomá-las como algo de caráter secundário e, assim, produzir, ainda que de forma involuntária, sujeitos culpabilizados e alienados frente ao social. Nesse sentido, o objetivo de *controle do stress* (grifos nossos) seria reforçador do controle organizacional e até mesmo fomentador de uma mecanismo auto-culpabilizante. Tal mecanismo, diga-se de passagem, é justamente o que se faz presente nas *personalidades tipo A* (grifos nossos) que a própria Psicologia Comportamental relaciona à condição de *stress*.[42]

Por fim, vale lembrar que tais ênfases (ao biológico, ao individual, ao cognitivo e ao controle) afastam-se do viés mais crítico, embora menos explorado, do pensamento do "pai de todos" da abordagem comportamental-cognitivista e médica do *stress*, ou seja, das considerações de Selye (1956). Segundo nossos argumentos, os aspectos críticos da abordagem do endocrinologista podem ser compreendidos como mais próxima do nosso objetivo de uma reelaboração renovadora, crítica e integradora do conceito de *stress* do que propriamente das abordagens de seus "discípulos" comportamentais-cognitivistas da literatura nacional.

2.2.2) A literatura norte-americana sobre o *stress policial* e as articulações ao *stress* enquanto desgaste sócio-psíquico-organizacional:

A questão do *stress policial* é amplamente abordada por autores norte-americanos. Tais estudos geralmente apresentam enfoques da Psicologia Cognitiva e/ou da Psicologia Comportamental, sendo alguns com uma relação mais estreita com o ponto de vista médico-biológico e outros com uma relação mais estreita com o ponto de vista psicossocial (Farmer, 1990).[43]

Do nosso ponto de vista, as contribuições de alguns dos diversos autores que se dedicam à discussão do *stress policial* merecem um destaque especial, quer seja pelo seu

---

[42] Vale lembrar que a noção de culpa na abordagem comportamental distingue-se da visão psicanalítica. Para a primeira a culpa relaciona-se à cognição, ao consciente e à personalidade tipo A, ao passo que, para a segunda, a culpa relaciona-se aos sentimentos e desejos inconscientes e à neurose obsessiva (Freud, 1894; 1913).

[43] Nas abordagens da referida literatura nas quais são enfatizados os aspectos psicossociais do *stress* geralmente não se verifica a utilização de pressupostos ou conceitos de teorias críticas acerca da sociedade, do Estado e dos momentos históricos (tal como se observa na literatura sociológica brasileira explicitada no primeiro capítulo). Segundo nossa interpretação, a literatura norte-americana contribui de forma eficaz ao debate, mas dentro de um enfoque especializado (leia-se disciplinar, em contraposição ao multidisciplinar) onde o conceito de *stress* não é devidamente politizado, tal como aqui se defende.

pioneirismo (Symonds, 1970), quer seja por sua capacidade de sistematização e síntese da numerosa produção norte-americana na década de oitenta (Farmer, 1990), quer seja por sua notoriedade e/ou importantes especificidades (Violanti, 1985; 1986; 1993; 1994; 1996), quer seja pelo enfoque relativamente diferenciado do conjunto das publicações (Reiser, 1974). No caso de Violanti, há uma aproximação à relação por nós apontada entre *stress* e mecanismos defensivos (Violanti, Marshall & Howe, 1985)[44], assim como à concepção do *stress* enquanto fenômeno ocupacional de caráter dinâmico e processual (Violanti, 1993). No caso de Reiser (1974), há uma aproximação não somente a tal concepção, mas também aos argumentos de Dejours (1994; 1993; 1989) e aos pressupostos psicanalíticos.[45]

O trabalho de Symonds (1970, p.155-160) merece ser inicialmente destacado por seu pioneirismo em torno de uma argumento invariavelmente presente no perfil geral da produção norte-americana (Farmer, 1990); trata-se do argumento de que há uma dupla determinação do *stress policial*, a saber: a natureza do trabalho e a natureza da organização policial.

Em relação à natureza do trabalho enquanto fonte de *stress* Symonds (1970) refere-se à exposição ao perigo, às situações imprevisíveis e aos confrontos hostis. Já em relação à natureza da organização policial o mesmo refere-se às regras, aos regulamentos, às limitadas oportunidades promocionais e às tarefas, obrigações e atribuições geralmente vivenciadas como desagradáveis (Symonds, 1970, p.155-160).

Estas duas categorias assinaladas por Symonds (1970) ensejam uma polêmica: para Newman e Beehr (1979, p.1-43) o *stress* na área de segurança adviria sobretudo da natureza da atividade de trabalho. Já para Reiser (1974, p.156-159) – que será retomado de forma mais aprofundada mais adiante – a gestão do trabalho seria a causa principal do *stress* na categoria policial, quer seja em função da estrutura e gerenciamento autoritários das instituições policiais, quer seja em função das pressões verticais e horizontais nela

---

[44] Os autores abordam o fenômeno do *stress* relacionando-o ao conceito de *coping*.

[45] As relações de trabalho são abordadas por Reiser (1974) levando-se em conta seus aspectos inconscientes. Tais aspectos relacionam-se sobretudo ao conceito freudiano de *transferência* (Freud, 1912; 1915). Sobre as relações transferenciais inconscientes entre chefes e subordinados, vide também Zaleznik (1997). Vale também apontar que os aspectos processuais do *stress* na carreira do policial são abordados pelo autor a partir da conceituação da *Síndrome de John Wayne* (Reiser, 1974, p.158). Outro autor norte-americano que utiliza-se de terminologia psicanalítica (conceito de projeção) para explicar aspectos psicodinâmicos do trabalho policial é Reese (1987, Apud Farmer, 1990). Vide mais adiante.

presentes. Estas duas categorias, além de freqüentemente consideradas, são também constantemente comparadas uma a outra por outros autores.

Spielberg (1981, Apud Martelli, 1989, p.268-269), de forma similar a Reiser (1974), destaca o papel das *"pressões administrativo-organizacionais"* (gestão e organização do trabalho) em comparação às *"ameaças físicas e psicológicas"* (natureza do trabalho). Lewis (1973, Apud Martelli, p.268), por sua vez, ao propor a noção de *"danger stress"* (relacionada ao dever de enfrentar perigo e/ou violência), mais condensa as duas categorias do que propriamente as compara, demonstrando, assim, sua indissociabilidade.

De nossa parte e à luz dos dados de pesquisa, compreendemos que natureza do trabalho e natureza da organização policial são de fato variáveis que interagem na determinação do *stress* dos guardas municipais e que não devem ser dissociadas uma da outra; não obstante, vale ressalvar que a natureza da atividade engloba não somente sofrimento psíquico, mas também prazer (Dejours, 1994); neste último caso, o enfrentamento bem sucedido dos riscos ou imprevistos propiciam a experiência ou concretização de uma identidade profissional libidinalmente investida. Tal possibilidade, segundo nossa análise, tende a atenuar o grau de *stress ocupacional* advindo da interação de complexos aspectos sócio-psíquico-organizacionais adversos, assim como compensar a frustração derivada das tentativas mal sucedidas de lidar com o risco, medo e/ou imprevisto na atividade de trabalho.

De qualquer forma, concordamos com outro postulado geral do perfil da literatura norte-americana sobre o tema em questão (Farmer, 1990), a saber: a de que a atividade do policial constitui-se como um paradigma de *stress* ocupacional (McCafferty, 1991, p.18-21), independentemente de também poder ensejar prazer ou satisfação, tal como aqui argumentamos. Sendo assim, independentemente das particularidades e das ênfases dadas pelos diferentes autores e assinaladas por distintas pesquisas, é ponto comum a percepção de uma relação negativa entre determinados aspectos do trabalho policial e da gestão da organização policial e a saúde mental dos trabalhadores da área de segurança.

Farmer (1990) apresenta-nos uma importante síntese e classificação dos estudos norte-americanos sobre o *stress policial* de forma a explicitar minuciosamente convergências e divergências entre os mesmos que foram aqui brevemente referidas logo acima. Ele os classifica como estudos de "resultados" (*"outcomes studies"*), estudos

processuais (*"process studies"*), estudos de fatores intrínsecos (*"intrínsic studies"*), estudos gerenciais (*"managerial studies"*) e estudos clínicos (*"clinical studies"*) (Farmer, 1990, p.205-218).

De modo geral, ao analisar e classificar a produção norte-americana, Farmer (1990) enfatiza as suas possíveis implicações gerenciais e clínicas. Tal não significa, porém, uma defesa em relação aos estudos gerenciais (*"managerial studies"*) ou estudos clínicos (*"clinical studies"*). Segundo o autor, somente um ponto de vista *interacional* (*"interactional view-point"*) é o que nos possibilitaria uma análise mais ampla do *stress policial* (Farmer, 1990, p.205). Ou seja, o autor propõe uma perspectiva de análise que integre os diferentes estudos por ele classificados.[46]

Farmer (1990, p.205-218) nos aponta, a partir da perspectiva acima mencionada, para uma diversidade de fatores que influenciam o *stress* ocupacional em policiais, a saber: fatores fisiológicos (neuro-hormonais), psicológicos e familiares (personalidade; estilo de vida; experiências de vida no passado; relações conjugais; relações familiares), organizacionais e ocupacionais (rigidez hierárquica; autoritarismo; regras ambíguas de trabalho; promoções limitadas; natureza do trabalho) e sociais (relações entre polícia e sociedade; suportes sociais; relações de gênero).

Vale também destacar que o autor critica a *"artificial distinção"* entre os conceitos de *stress* e *ansiedade* (grifos nossos), assim como critica a dissociação entre os aspectos fisiológicos e psicológicos do *stress* por parte de abordagens que limitam-se a enfatizar as suas especificidades ou recortes de análise e que, nesse sentido, não assumem uma preocupação em interrelacionar as distintas variáveis que o determinam (Farmer, 1990, p.205-206). Ademais, considera que as correlações entre os fatores psicológicos e o *stress* tendem a ser menos evidentes que as correlações entre este e os fatores fisiológicos (Farmer, 1990, p.205-206). Para o autor, a perspectiva interacional de abordagem do *stress* ocupacional em policiais (Farmer, 1990; Kutash & Schlesinger, 1980) é condição *sine qua non* para possíveis intervenções clínicas e/ou gerenciais que visem melhor lidar e/ou controlar o problema do *stress* ocupacional.[47]

---

[46] O autor, ao defender a integração das distintas contribuições da literatura norte-americana sobre o *stress policial*, aproxima-se da nossa intenção de construção de um *paradigma integrador* em relação ao conceito de *stress*.

[47] Vale novamente mencionar que, do nosso ponto de vista, o *stress* deve ser, antes de tudo, devidamente *escutado* (e não *controlado*). Ou seja, julgamos necessário alertar que não devemos somente pensar em como

Ainda segundo Farmer (1990, p.206-208) os *estudos de resultados* são os mais comuns nas pesquisas sobre *stress* ocupacional nos Estados Unidos.[48] Tais estudos, de modo geral, demonstram as relações entre *stress* e sintomas ou doenças físicas e psicológicas (quando orientados por uma visão médica enfatizam os sintomas físicos ou psiquiátricos; quando orientados por uma visão psicológica enfatizam os sintomas psicológicos, tais como dinâmicas relacionais e aspectos de personalidade). Ademais, reportam-se também a aspectos da vida ocupacional (regras da organização; inerentes qualidades do trabalho; desenvolvimento de carreira; relações interpessoais e estrutura organizacional) em sua relação ou "contribuição" para os sintomas e/ou doenças mencionadas (Farmer, 1990, p.206).

Tais estudos indicam, em policiais, maior proporção de mortes e/ou de sintomas psiquiátricos, assim como maior potencial de suicídio (Fell, Richard & Wallace, 1980; Farkas, 1986; Violanti, Vena & Marshall, 1986, Apud Farmer, p.206-208), de risco de doenças coronárias em policiais estressados (Kreitner, Sove, Wood, Friedman & Reif, 1985; Apud Farmer, p.207), de câncer (Violanti, Vena & Marshall, 1986), de *burnout* (Ellison, 1982; Burke & Deszca, 1986; Burke, 1987, Apud Farmer, p.206-208), de reações pós-traumáticas com posterior "retirada"[49] da emoção (Stratton, Parker & Snibbe, 1984; Stillman, 1986, Carson, 1987; Reese, 1987; Solomon & Horn, 1986, Apud Farmer, p.206-208) e de alcoolismo (Burke & Deszca, 1986; Pendergrass & Ostrove, 1986, Violanti[50], Marshall & Home, 1985, Apud Farmer, p.206-208).

Portanto, são estudos que constatam as correlações acima indicadas, ou seja, tendências do processo saúde-doença e/ou de distribuição das doenças (comparando porcentagens em policiais com porcentagens na população geral e/ou em outras categorias profissionais) e que, do nosso ponto de vista, poderiam ser classificados como

---

intervir (clínica e gerencialmente) sobre o *stress*, mas sobretudo como o *stress* pode intervir sobre a gestão e as ações clínicas, modificando-as, enriquecendo-as, democratizando-as.

[48] São considerados como tais os estudos dos seguinte autores: (Fell, Richard & Wallace, 1980; Ellison, 1982; Maynard & Maynard, 1982; Stratton, Parker & Snibbe, 1984; International Association of Chiefs of Police, 1984; Violanti, Marshall & Home, 1985; Violanti, Vena & Marshall, 1986; Kreitner, Sove, Wood, Friedman & Reif, 1985; Stillman, 1986; Solomon & Horn, 1986; Farkas, 1986; Burke & Deszca, 1986; Pendergrass & Ostrove, 1986; Carson, 1987; Reese, 1987; Burke, 1987; Depue, 1987).

[49] Diz respeito ao que compreendemos, a partir da Psicanálise, como reação defensiva (bloqueio das emoções de caráter desagradável via repressão psíquica).

[50] De nossa parte não concordamos com a classificação deste estudo de Violanti et. al. como sendo meramente de "resultados". Tal estudo aborda aspectos psicodinâmicos do *stress* a partir do conceito de *coping* e será comentado pormenorizadamente logo adiante.

epidemiológicos (Sato, 1998, p.175; Forattini, 1976). De nossa parte compreendemos, acompanhando Sato (1998), que os estudos epidemiológicos são bastante importantes no sentido de explicitar perfis e correlações, tais como os acima indicados; porém, por outro lado, tendem a ser insuficientes no sentido de melhor explicitar os aspectos biográficos, particulares ou singulares da dinâmica dos distintos casos clínicos (Sato, 1998, p.175).

Os *estudos processuais* são os que focalizam os aspectos psicossociais que vão além das experiências no mundo do trabalho.[51] Segundo os mesmos, fatores psicossociais em adição ou correspondência à natureza e à organização do trabalho "contribuem" para as "respostas" de *stress*, de modo a exacerbar suas experimentações. São eles: insuficiente grau de suporte sócio-emocional presente na vida do trabalhador, ou seja, problemas e/ou variáveis adversas das configurações familiares (Maynard, Maynard, McCubbin & Shao, 1980, Apud Farmer, 1990, p.208); estrutura de personalidade; medo; dificuldades financeiras; e existência de psicopatologia (Apud Farmer, 1990, p.206).

Em relação ao trabalho propriamente dito, os estudos de processos indicam uma pobre auto-imagem do trabalhador, assim como uma imagem negativa que este possui (ou que a sociedade possui) do próprio trabalho (Undercuffler, 1980, Apud Farmer, 1990, p.208). O tema alcoolismo também é debatido em sua relação com o trabalho policial e com as defesas nele mobilizadas; em tal contexto, o alcoolismo é apontado como um mecanismo de defesa socialmente "aceito" (Dietrich & Smith, 1986, Apud Farmer, 1990, p.209).

Ainda em relação aos estudos classificados como *"processuais"* vale destacar a existência daqueles que abordam a particularidade da mulher policial e do *stress* feminino na estrutura organizacional e nas relações interpessoais (Bass, 1982; Washington, 1981, Wexler & Logan, 1983; Pandergrass & Ostrove, 1984; Jacobs, 1987; Apud Farmer, 1990, p.209-210). De modo geral, aponta-se para uma maior vulnerabilidade da mulher policial às pressões do cotidiano de trabalho e, conseqüentemente, ao *stress*, vulnerabilidade esta relacionada às desigualdades presentes nas relações de gênero tanto na sociedade como no trabalho propriamente dito.

---

[51] Farmer (1990) aponta para os estudos dos seguintes autores que são classificados nesta categoria: Maynard, Maynard, McCubbin & Shao,1980; Undercuffler, 1980; Depue, 1981; Washington, 1981; Bass, 1982; Russo, Engel & Hatting, 1983; Wexler & Logan, 1983; Pandergrass & Ostrove, 1984; Dietrich & Smith, 1986; Jacobs,1987.

Algumas das proposições dos estudos que abordam a questão da mulher policial foram verificadas em nossa pesquisa. De fato, conforme sustentam Washington (1981; Apud Farmer, 1990, p.208) e Bass (1982; Apud Farmer, 1990, p.208), as guardas municipais referiram-se a uma posição (social e organizacional) mais vulnerável ao *stress*.[52] Uma das guardas entrevistadas queixou-se de já ter sido menosprezada e também tratada de forma jocosa em ocorrências por ela atendida. Tais tipos de situações caracterizavam-se, segundo a entrevistada, como importante fonte de irritação, de *stress* e de dificuldade para o exercício de sua função.[53]

Sendo assim, os estudos classificados por Farmer como *"processuais"*, do nosso ponto de vista, tendem a melhor explicitar os aspectos relacionais e psicodinâmicos do *stress* do que os *"estudos de resultados"*, estes geralmente mais focalizados nas correlações do *stress* com sintomas e/ou doenças físicas ou psicológicas. Não obstante, pudemos verificar que há, entre os estudos classificados como *"processuais"*, referência a um estudo que, do nosso ponto de vista, poderia ter sido classificado como *"de resultado"* (ou epidemiológico, conforme nossa argumentação).[54] Dito de outra forma, a classificação de Farmer (1990) pode ou deve ser revista em alguns dos casos, aspecto este que não retira de seu artigo o mérito de nos possibilitar uma ampla visualização acerca do perfil geral da literatura norte-americana especializada sobre o *stress policial*. Ademais, vale ressaltar a

---

[52] De fato existe uma desproporcionalidade na comparação entre as porcentagens das amostras de guardas municipais homens e mulheres e as porcentagens de guardas municipais homens e mulheres efetivamente estressados. Do nosso ponto de vista, não devemos desprezar tal desproporção dos dados quantitativos, mas também não devemos super valorizá-la, uma vez que a complexidade e dinâmica dos fenômenos psicossociais não é passível de ser precisamente quantificada; ou ainda, a variável sexo nos parece importante, mas é necessário sublinhar que ela não age isoladamente mas sim em interação dialética com uma série de outras variáveis. Por ora apenas destacamos a importância dos aspectos sociais e coletivos (relações de gênero na realidade sócio-organizacional) sobre os aspectos biológicos ou de personalidade na determinação desta diferença. Vide retomada desta discussão no Capítulo IV, tanto na apresentação dos dados epidemiológicos como na análise qualitativa que lhe segue.

[53] Esta análise sobre as especificidades da mulher policial à luz da pesquisa será retomada no capítulo IV. No momento julgamos apenas apropriado mencionar que as contradições entre o desejo de ocupar um "lugar" tido como "masculino" e o querer "preservar" a identidade feminina merece ser algo melhor discutido. Sobre tal aspecto destacamos, dentre os estudos norte-americanos, o de Jacobs (1987; Apud Farmer, 1990, p.209) que argumenta que oficiais femininas não querem se transformar em "um dos meninos" ("one of the boys"), pois prefeririam manter seu *status* feminino para continuarem sendo aceitas como policiais profissionais.

[54] Estamos nos referindo a um estudo (Pandergrass & Ostrove, 1984, Apud Farmer, 1990, p.209) no qual se demonstra que oficiais femininas geralmente apresentam maior incidência de estressores fisiológicos mais importantes (ex: pressão alta) do que os oficiais homens; tal estudo também indica que os sintomas físicos menores (ex: dor de cabeça e tensão muscular) são distribuídos randomicamente na população pesquisada.

importância dos *"estudos processuais"* no que tange às relações de gênero e às referidas especificidades do *stress* da mulher policial.

Vale também explicitar que o que denominamos como aspecto processual do *stress* vai além do que é assim denominado por Farmer (1990). Dito de outra forma, nossa compreensão do termo *processo* relaciona-se não somente à noção de interação, mas sobretudo à noção de interação *dialética*, assim como à noção do *stress* como um desgaste acumulativo e pluridimensional. Nesse sentido, alguns dos estudos que abordam especificamente o conceito de *burnout* - classificados por Farmer (1990) como *"de resultados"* - podem vir a aproximar-se relativamente mais de nossas conceituações do que aqueles considerados pelo mesmo como *"processuais"* (mesmo levando em consideração o perfil epidemiológico dos primeiros, ou seja, o perfil metodológico nitidamente distinto do que seria o de uma metodologia dialética propriamente dita).[55]

Os *estudos de fatores intrínsecos* enfocam qualidades inerentes ao trabalho, à gestão e à organização policial. De acordo com os mesmos, os fatores administrativos e organizacionais são tão importantes fontes de *stress* quanto o são o perigo físico e a angústia emocional presentes no papel policial (Farmer, 1990, p.206-210).[56] O *stress* é relacionado às regras organizacionais, à burocracia excessiva ou desnecessária, à necessidade de recursos mais adequados, aos turnos rotativos do trabalho[57], à participação insuficiente em decisões e aos problemas de segurança no exercício profissional. Acrescentam-se a tais fatores a frustração com os tribunais, a repetição de rotinas de trabalho e os conflitos para com o papel profissional ("role conflict") (Hurrel, Pate & Kliesnet, 1982, Apud Farmer, 1990, p.209).

Segundo nossa pesquisa, os problemas de segurança no trajeto trabalho-casa são de fato vivenciados no cotidiano de grande parte da corporação, de forma a aumentar o potencial de tensão e fomentar a vulnerabilidade ao *stress*.[58] O próprio uso da farda (tanto no serviço como no trajeto casa-trabalho) é apontado pelos grupos entrevistados como sendo algo que intensifica os riscos, e conseqüentemente, a tensão e vulnerabilidade ao *stress*. Em alguns relatos verificou-se que muitos guardas que encaminhavam adolescentes

---

[55] Não temos a pretensão de situar nosso estudo como totalmente condizente aos "preceitos" da dialética, isto é, julgamos que toda produção pautada na racionalidade científica e nos recortes de objeto de estudo não abrangem a totalidade do concreto (Kosic, 2002). Não obstante, tomamos aqueles como princípios orientadores das nossas articulações teóricas e análises do objeto de pesquisa.

para a delegacia eram liberados somente depois do infrator, em função da excessiva burocracia e lentidão do trabalho da mesma.

A burocracia dos tribunais ou lentidão da justiça também é referida como elemento desmotivador em relação ao exercício profissional, ou ainda, como justificativa para práticas de abuso da autoridade e/ou agressividade.[59] Assim, as queixas em relação à gestão (rotinas de trabalho, limitação em relação à participação nas decisões), à burocracia (da polícia, da Guarda Municipal, do sistema judiciário) e aos aspectos ambígüos do papel profissional, verificadas no nosso objeto de pesquisa, relacionam-se significativamente ao *stress ocupacional*.[60] Portanto, a somatória dos fatores estressores apontados pelos estudos intrínsecos de fato atua como importante ingrediente do *stress* ou *desgaste sócio-psíquico-organizacional* identificado em nossa pesquisa.

Os *estudos gerenciais* e os *estudos clínicos* são os que, a partir de diferentes enfoques ("de resultados", processuais e/ou intrínsecos), propõem distintas ou complementares formas de intervenção sobre o *stress*: os primeiros enfatizam sobretudo as intervenções sobre a organização e natureza do trabalho (a partir de uma preocupação mais voltada ao gerenciamento), ao passo que os segundos enfatizam sobretudo as intervenções sobre os trabalhadores e suas famílias (a partir de concepções da Psicologia Cognitiva e Comportamental, com destaque para as propostas de adoção de terapia racional emotiva e de terapia familiar) (Farmer, 1990, p.210-214).[61]

---

[56] São apontados por Farmer (1990) nesta classificação os seguintes estudos: Spielberger, Westterry, Grier & Greenfield , 1981; Cooper, Davidson & Robson, 1982; Hurrel, Pate & Kliesnet, 1982; White & Marino, 1983; Walsh e Donovam, 1984; O'neil, 1986)

[57] Vale mencionar o trabalho de O'neil (1986; Apud Farmer, 1990, p.209) que enfoca a questão dos turnos de trabalho e da inadaptação ao trabalho noturno. Tal estudo conclui que, com exceção somente daqueles que mantém sono regular nos dias de folga, a adaptação ao trabalho noturno geralmente não ocorre. Tal análise corresponde à análise de outros autores por nós abordados (Fischer, Lieber & Brown, 1995; Seligmann-Silva, 1995), assim como aos dados verificados em nossa pesquisa.

[58] Neste caso o grau da problemática é proporcional ao grau de dificuldade sócio-econômica, uma vez que tratam-se de guardas que moram em bairros periféricos, publicamente mais violentos, ou ainda, de guardas inseridos no mesmo *ethos* social que a dita delinqüência. Vide também capítulo IV.

[59] Estamos aqui nos referindo aos policiais aqui já anteriormente nomeados como *"justiceiros"*.

[60] Estamos nos referindo às limitadas possibilidades de decisão em relação à escolha dos dias de férias, de folgas (ou mesmo às desigualdades alegadas por alguns guardas em relação a tais possibilidades), assim como à limitada participação em questões mais estratégicas (trabalhos e trajetos formalmente prescritos e práticas de formação ou reciclagem profissional). Em relação ao conflito com o papel profissional estamos nos referindo à já mencionada ambigüidade em torno da questão do poder de polícia das Guardas Municipais, assim como aos conflitos de valores engendrados pela socialização do guarda ao trabalho de rua e/ou às práticas policiais situadas à margem da lei (Reiser, 1974; Violanti, 1993).

[61] São considerados por Farmer (1990, p.210-212) *"estudos gerenciais"*: Toch, 1980; Souryal, 1981; O'neil, Hanewicz, Fransway & Cassidy-Riske, 1982; Maynard & Maynard, 1982; Ellison & Genz, 1983; Terry,

Farmer (1990, p.214) considera a predominância das seguintes intervenções sugeridas pelos *estudos gerenciais*: melhor comunicação e participação nas decisões; melhores equipamentos e espaços físicos; remoção de regulamentos desnecessários; programas de controle do *stress* (serviços psicológicos departamentais)[62]; programas de saúde organizacional; programas de assistência jurídica e/ou social aos trabalhadores; programas de aconselhamento entre pares; assistência profissional e familiar. Acrescenta-se a tais sugestões a de um conselho permanente de advogados para assistir os profissionais.[63]

As intervenções clínicas apontadas por Farmer (1990, p.212-216) como sendo as mais freqüentemente sugeridas nos *estudos clínicos* são: treinamento de inoculação do *stress* (compreensão do *stress*; alternativas de defesas contra o *stress*, incorporação de gerenciamento do *stress* nas práticas de supervisão); técnicas de relaxamento; comunicação familiar; atividades que habilitem oficiais a trabalhar com sentimentos presentes em incidentes traumáticos; programas de dieta[64]; maior conhecimento da natureza do trabalho por parte das esposas de policiais, de modo a poderem ser melhor suporte ao *stress* ocupacional; abordagens cognitivo-compotamentais como forma de prevenção e de planejamento face situações estressoras; suportes grupais (Farmer, 1990, p.215-216).

As contribuições de Violanti, conforme acima apontado, aproximam-se da relação por nós apontada entre *stress* e mecanismos defensivos (Violanti, Marshall & Howe, 1985), assim como da concepção do *stress* enquanto fenômeno ocupacional de caráter dinâmico e processual (Violanti, 1993). Sua produção teórica acerca das organizações policiais e seus

---

1983; Capps, 1984; Goolkasian, Geddes & Dejong, 1985; Chandler, 1986; Sewell, 1986; Stotland, 1986. São considerados por Farmer (1990, p.212-214) *"estudos clínicos"*: Reese, 1982; Betinger, 1984; Schaefer, 1985; Dufford, 1986; Graf, 1986; Connoly & Band, 1986; Parr, 1986; Rosenbulh, 1986. Em relação às nossas sugestões clínicas e gerenciais para o problema do *stress* nas Guardas Municipais no Brasil, vide capítulo final.

62 Destacamos a sugestão de O'neil, Hanewicz, Fransway & Cassidy-Riske (1982, Apud Farmer, 1990, p.211) que sustentam que um programa dirigido ao *stress* deve ser visto como um fim em si mesmo e não como um meio para incremento da *performance*. Do nosso ponto de vista, a questão da saúde mental no trabalho deve de fato ir além da mera preocupação com o sujeito produtivo (Losicer, 1995).

63 Na pesquisa verificou-se freqüente queixa em relação aos que os guardas municipais denominavam *"falta de apoio jurídico"* (sic). Os distintos aspectos relacionados a tal queixa serão analisados no capítulo IV. Independentemente das distintas intenções e motivos para tal, o *stress* e/ou irritação eram justificados nas entrevistas grupais em função de tal aspecto, entre outros. Dentre os estudos norte-americanos que sugerem a existência do conselho permanente de advogados, destacamos os de Maynard & Maynard (1982) e o de Capps (1984) (Apud Farmer, 1990, p.211).

64 Aqui explicita-se a visão fisiológica sobre o controle do *stress* e sobre o próprio conceito de *stress* (Rosenbulh, 1986, Apud Farmer, 1990, p.214). Tal tipo de encaminhamento, embora não deva ser descartado, não deve ser compreendido, por outro lado, como uma solução, já que se limita a agir sob apenas uma das

aspectos psicossociais é vasta (1985; 1986; 1993; 1994; 1996) e freqüentemente referenciada nos estudos norte-americanos sobre *stress policial*.[65] Algumas destas publicações estabelecem comparações de dados entre policiais e outros grupos populacionais e/ou categorias profissionais, tal como um estudo que aponta que as mortes por câncer ou suicídio são três vezes mais altas em policiais do que o são na população em geral (1986) e outro que aponta para maior grau de risco de suicídio, homicídio ou acidente fatal em policiais do que em trabalhadores municipais (1996). Iremos aqui destacar não estes últimos, mas sim os outros dois estudos, logo acima referidos (1985; 1993), em função da maior proximidade destes com o nosso tema e perspectiva de análise.

O estudo de Violanti, Marshall & Home (1985) sobre o uso do álcool por policiais é particularmente importante e sugere uma dialética entre tal uso e o *stress ocupacional*. Segundo tais autores o uso de álcool por policiais é geralmente *"subestimado"*, uma vez que policiais temem ações disciplinares, de forma a não se disporem a referir-se oficialmente sobre sua dependência (Violanti, Marshall & Home, p.106). Baseando-se em outros autores que pesquisaram o uso do álcool em policiais norte-americanos, Violanti e colaboradores (1985) apontam que quase 10% dos policiais são bebedores pesados e que 67% admitem que bebem em serviço (vide respectivamente Van Raalte, 1979; Unkovick & Brown, 1976; Apud Violanti, Marshall & Home, p.106). Ainda segundo Violanti e colaboradores, as organizações policiais tendem a enfatizar os aspectos individuais (psicológicos, de personalidade) relacionados ao uso do álcool, negligenciando o papel ou determinismo da estrutura ocupacional policial (Violanti, Marshall & Home, 1985, p.106).[66]

Os autores também consideram que os policiais são, geralmente, típicos bebedores sintomáticos, ou seja, usam o álcool para se aliviarem das tensões fomentadas por

---

facetas da complexa etiologia do *stress*. Do nosso ponto de vista, trata-se de medida paliativa frente à necessidade mais significativa de medidas dirigidas às transformações sócio-psíquico-organizacionais.

[65] Violanti é professor universitário e professor da *New York State Police Academy*. É pós-graduado em Psicologia e Ph.D. em Sociologia pela *State University of New York at Bufalo*. Sua produção teórica aborda predominantemente os seguintes temas: suporte social, *stress* policial, problemas familiares de policiais e mortalidade de policiais (Violanti, Marshall & Howe, 1985, p.106).

[66] Tal dado foi verificado com muita clareza em um dos casos avaliados em nossa pesquisa. A culpabilização do indivíduo pela gestão (obscurecendo o determinante sócio-organizacional) demonstrou-se intensificadora da problemática. Verificou-se que, nesse contexto de interpretação unilateral da mesma pela gestão, o aspecto psíquico tende a se acirrar, gerando, dessa forma, um ciclo vicioso que intensifica e que "legitima" tal modalidade de interpretação.

demandas estressantes de trabalho. Nas palavras dos autores: o *"stress pode ser um importante determinante do uso do álcool"* (Violanti, Marshall & Home, 1985, p.106).

Violanti e colaboradores (1985) argumentam que o uso do álcool face ao *stress* é uma estratégia defensiva (*"coping"*) que geralmente é precedida por outras, tal como a do cinismo e do ceticismo.[67] Ademais, os autores apontam que o uso de álcool é visto pelos próprio policiais como estratégia defensiva (*"pára-choque"* para os efeitos da estrutura ocupacional e do *stress* deles decorrentes) socialmente aceitável.[68]

O estudo de Violanti e colaboradores (1985) sobre as relações entre uso de álcool, *coping* e *stress* coaduna-se com os aspectos dialéticos e defensivos ressaltados em nossa definição do conceito de *stress*. Tal afirmação nos parece pertinente uma vez que o *stress* é apontado pelos referidos autores como um fator determinante do uso do álcool, ou ainda, como problemática por este último (re)produzida ou intensificada. O uso defensivo do álcool pode ser compreendido, portanto, como uma resposta (fracassada) às tensões do indivíduo, sendo estas últimas tanto produtoras como produto da condição de *stress*. Ainda segundo tais autores, o uso do álcool não previne (antes) nem atenua (depois) o *stress* ocupacional (1985, p.109-110; Farmer, 1990, p.207).

Segundo nossa compreensão, da mesma forma que podemos dizer que há uma dialética ou um processo dinâmico e interativo entre produção e/ou reprodução da ansiedade e do *stress*, também podemos dizer que esta interferência mútua, recíproca e não redutível às relações entre causa e efeito mecanicistas também podem ser apontadas entre *stress* e uso de álcool. Dito de outra forma, podemos afirmar que a contribuição da literatura norte-americana nos é útil no sentido de apontar para a dialética entre processos defensivos, *stress* e ansiedade.[69]

O segundo artigo de Violanti (1993) acima referido aborda o *stress* a partir de um enfoque longitudinal. Tal artigo encontra-se publicado em uma revista especial da Polícia

---

[67] O cinismo pode ser compreendido como uma ideologia ocupacional defensiva e estereotipada (Dejours, 1992), assim como pode ser relacionado à *Síndrome de John Wayne* descrita por Reiser (1974) - vide adiante.

[68] Do nosso ponto de vista o alcoolismo no Brasil é intrinsecamente relacionado aos hábitos culturais e à valorização ideológica dos atributos dito "masculinos", tais como os de força e resistência e, nesse sentido, tende a ser também "socialmente aceito". Ademais, vale apontar que o machismo como ideologia defensiva ocupacional face aos riscos e medos da atividade de trabalho (Dejours, 1999; 1992; 1993; 1989) caracteriza-se como um importante elemento da psicodinâmica do trabalho dos guardas municipais.

[69] O processo defensivo, ao mesmo tempo que caracteriza-se como uma tentativa (fracassada) de evitação dos fatores estressores (ex: ansiedade, uso do álcool), também caracteriza-se como elemento de (re)produção dos mesmos.

Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tal particularidade nos demanda tecer uma breve digressão, ou melhor, algumas considerações prévias à consideração do artigo propriamente dito.

O editor da referida revista enfatiza que existe um ser humano na *"embalagem"* policial e este aspecto, do nosso ponto de vista, deve ser reconhecido pelos estudos sobre o *stress* policial que visam analisar as relações entre subjetividade e organização, ou ainda, que visam superar idéias pré-concebidas ou generalizantes sobre a imagem do policial.[70] Ademais, o reconhecimento da dignidade humana dos policiais é apontado como condição *sine qua non* para *"requalificar os serviços de Segurança Pública"*, visão esta da qual também compartilhamos.[71]

O artigo de Violanti (1993) é precedido não somente por este breve comentário do editor da revista, mas também por uma introdução de Carlos Magno Nazareth Cerqueira (coronel da Polícia Militar, então Secretário de Estado do Rio de Janeiro) e Mina Seinfeld de Carakushanski (professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/PMERJ), assim como por um artigo de Ribeiro (1993) – psicólogo e capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo - acerca do índice de suicídio na Polícia Militar de São Paulo.

Na referida introdução aos artigos da revista, o coronel Cerqueira e a professora Carakushanski (1993, p.11) consideram que policiais vivenciam em suas experiências profissionais *"situações altamente estressoras que minam paulatinamente a saúde"* tornando o policial *"demasiadamente agressivo, apático, cínico ou doente"*, ou ainda, *desgastados* (grifos nossos) física e mentalmente. Dessa forma, apontam para o aspecto progressivo do *stress*, aspecto este analisado pela perspectiva longitudinal de Violanti (1993).

As perspectivas de tais autores e de Violanti (1993), segundo nossa compreensão, é de caráter *processual* (grifos nossos) e diferencia-se da visão comportamentalista mais tradicional, ou seja, a que encara o *stress* como mera resposta face a(os) estímulo(s)

---

[70] Compreendemos que as pertinentes críticas sociológicas às organizações policiais (vide capítulo II) podem favorecer visões generalizadoras a respeito da figura do policial que desconsideram aspectos singulares dos distintos trabalhadores e que, nesse sentido, podem aprisioná-los à categoria de corruptos e/ou violentos. Daí nossa concordância com Bretas (1997) no sentido de melhor enfatizar a subjetividade dos mesmos. Tal enfoque, vale dizer, não significa, por outro lado, negar que a subjetividade é, de qualquer modo, produzida e implicada à vida organizacional (Losicer, 1995).

[71] O editor é Ivan de Souza Bastos, jornalista. Vide *Revista Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*, maio 1993, p.7.

estressor(es). Neste sentido, ambas aproximam-se da nossa visão de *desgaste* e de um tipo especial de *stress*, contínuo e acumulativo, aqui já anteriormente referido, a saber: o *burnout*.

Vale ainda acrescentar que Cerqueira e Carakushanski apontam que os estudos norte-americanos indicam que a profissão de policial nos Estados Unidos aparece como a décima primeira (11ª) em termos de *stress* (em um total de 147 profissões pesquisadas) (Cerqueira & Carakushansky, 1993, p,12). Dentre os aspectos do processo saúde-doença relacionados ao *stress* e abordados pelos mesmos são apontados as doenças cardiovasculares e gástricas, assim como as altas taxas de divórcios e suicídios (Cerqueira & Carakushansky, 1993, p.11).

O índice alarmante de suicídio, vale dizer, não é um aspecto apenas presente na realidade norte-americana. Ribeiro (1993) também o aponta na realidade brasileira em artigo publicado na mesma revista aqui em discussão. Segundo este (Ribeiro, 1993, p.13) o profissional policial é treinado para manter-se sempre *"forte e inabalável"* nas ocorrências mais chocantes. Desta forma, forja-se uma espécie de fachada; esta caracteriza-se por ser praticamente impossível de ser sustentada sem implicações pessoais e de saúde negativas. Ademais, fomenta-se o tabu acerca do falar sobre o emocional do policial e, conseqüentemente, de suas eventuais fragilidades.

Ainda segundo Ribeiro (1993, p.14) trata-se de uma atividade profissional que caracteriza-se por um elevado nível de cobrança, tanto pela população como pela imprensa, pela gestão e pelo próprio profissional. O envolvimento excessivo com o trabalho (leia-se supervalorização da função e alto grau de expectativa em relação à mesma) também é apontado como elemento estressor: *"quanto mais o profissional supervaloriza a função, mais sujeito estará ao stress"* (Ribeiro, 1993, p.14).[72] Nas palavras do mesmo, trata-se de um *"trabalho ingrato"* no qual a ação correta é *"obrigação"* e as falhas são *"fatais"* (Ribeiro, 1993, p.14).[73]

---

[72] Segundo um dos referenciais teóricos aqui adotado (Psicanálise das Organizações) o envolvimento excessivo com o trabalho relaciona-se a aspectos psicológicos (ideal de perfeição ou narcisismo; relações de dependência) e a uma dedicação exaustiva ao trabalho que é induzida pela gestão (Pagès, 1990). Segundo outro referencial adotado (Psicopatologia do Trabalho), o envolvimento com o trabalho, desde que moderado e propiciador da liberação da energia pulsional, seria, por outro lado, fonte de prazer e não de sofrimento psíquico no trabalho (Dejours, 1994).

[73] Na nossa pesquisa junto à Guarda Municipal de fato verificamos que muitos guardas apresentavam *stress* em função, dentre outra variáveis, de expectativas de uma ação organizacional mais profissional ou eficaz.

Portanto, Ribeiro nos aponta para a coexistência de aspecto psicológicos com aspectos sócio-organizacionais nas *"pressões ocupacionais"* vivenciadas no cotidiano do trabalho policial (Ribeiro, 1993, p.14). O autor refere-se a uma série de problemáticas, a saber: divórcio, alcoolismo, conflitos familiares, perda de amigos policiais, *Síndrome de John Wayne* (grifos nossos - vide logo abaixo menção ao trabalho de Reiser, 1974), dificuldades sexuais, trauma pós-tiroteio e, *last but no the least*, suicídio. Em relação a este último o autor nos informa que em 1991 houve registro de 22 suicídios na Polícia Militar do Estado de São Paulo e que, em 1992, este número elevou-se, totalizando 31 casos. O autor ainda comenta que tal dado é coerente aos encontrados na polícia de Nova York: os suicídios na polícia seriam, na metrópole norte-americana, o dobro em termos do encontrado na população em geral (Ribeiro, 1993, p.15). Ribeiro (1993) relaciona tal fato à referida fachada do *"forte e inabalável"* que se forja na ideologia ocupacional defensiva (Dejours, 1992). Em outras palavras, a angústia suicida estaria relacionada à impossibilidade de assumir a fraqueza, já que esta não seria própria do *"macho"* ou *"herói"* (Ribeiro, 1993, p.16).

Portanto, o perfil dos artigos da revista nos parece condizente com o perfil temático dos distintos estudos norte-americanos classificados por Farmer (1990). Ademais, notamos a importância que os diferentes autores dão à perspectiva longitudinal de Violanti (1993) e à descrição da *Síndrome de John Wayne* abordada por Reiser (1974), ou seja, aos autores norte-americanos que julgamos melhor se aproximar ou articular-se à nossa própria perspectiva de análise. Vejamos então, mais detalhadamente, algumas considerações de tais perspectivas.

Violanti (1993) nos aponta, em seu enfoque longitudinal, para a existência de distintos padrões de *stress* ao longo da carreira profissional do policial. Ao fazê-lo o autor não somente sublinha aquilo largamente sustentado pela literatura especializada aqui explicitada – ou seja, a ocupação policial enquanto ocupação propiciadora do *stress* – mas vai mais além, demonstrando que esta carreira se caracteriza por envolver diferentes estágios (relacionados às diferentes possibilidades e/ou intensidades do *stress*). Dito de outra forma, nos distintos momento da vida profissional haveria sempre uma maior ou

---

Também foi possível perceber nas entrevistas grupais de nossa pesquisa que as pressões sócio-psíquico-organizacionais em torno da inexistência de falhas no trabalho era fator relevante na dinâmica do trabalho em segurança e no *stress ocupacional* a ela articulado.

menor vulnerabilidade ao *stress* policial. Violanti (1993, p.21-24) aponta-nos para os seguintes estágios da carreira: o estágio de alarme (0 a5 anos); o estágio do desencanto (6 a 13 anos); o estágio da personalização (14 a 20 anos); e o estágio da introspecção (após 20 anos de exercício profissional).

No estágio do alarme o policial, face suas expectativas pessoais e profissionais iniciais, sofre um *"choque da realidade"*. É uma fase na qual há um intenso crescimento do *stress* (Violanti, 1993, p.21).[74]

No estágio do desencanto a idealização vivenciada na Academia se revela cada vez mais distante. É a fase das *"amargas decepções"* e na qual o *"cinismo"* é uma estratégia de adaptação. Neste estágio a elevação do *stress* é maior do que a que ocorre no estágio antecedente (Violanti, 1993, p.21).[75]

No estágio da personalização há uma diminuição das preocupações com as exigências relacionadas ao exercício profissional. Nas palavras do autor: *"o fracasso nas tarefas policiais pode ser menos importante do que em anos anteriores. Esta mudança de valores pode ter um efeito decrescente no estresse"* (Violanti, 1993, p.22).

No estágio da introspecção encontramos o profissional saudosista que recorda-se dos *"velhos bons tempos"* do início da carreira. Em tal estágio verifica-se uma tendência de redução do *stress*. Nas palavras do autor: *"é a época menos estressante da carreira de um policial"*. Não obstante, nota-se a possibilidade de um ligeiro aumento do *stress* antes dos 25 anos de trabalho, quando há certa ansiedade em relação à possível aposentadoria (Violanti, 1993, p.22-24).

O autor apresenta as seguintes conclusões acerca de seu estudo longitudinal: o *stress* varia de acordo com a percepção dos policiais em relação ao trabalho e/ou de acordo com a variação desta percepção ao longo dos diferentes estágios da carreira; há uma relação complexa entre o indivíduo e os papéis que ele desempenha no trabalho; os policiais conseguem diminuir o *stress* com o tempo (há uma tendência a *"jogar para o alto"* as pressões e de adaptar-se às condições estressantes); o policial está a mercê das pressões estressantes, sendo a percepção individual a respeito das mesmas fator importante na

---

[74] Vale informar que os guardas municipais por nós pesquisados encontravam-se nesta fase da carreira.

[75] Embora os guardas pesquisados não estivessem cronológica ou precisamente em tal fase, pudemos observar como o dito *"trabalho de rua"* tende a modificar as atitudes e modos de comportamento: a postura mais inibida ou tímida da fase de estágio (Academia Preparatória) tende a ser substituída por uma atitude aparentemente mais maliciosa, senão narcísica, ou ainda, prepotente e com distintas matizes de cinismo.

determinação do nível do *stress*; os *"anos problemáticos"* do trabalho policial são os treze primeiros anos de trabalho, ou seja, anos referentes aos estágios de alarme e de desencanto; os esforços de *"programas de controle"* sobre o *stress* deveriam se concentrar sobretudo nestes primeiros treze anos de trabalho (Violanti, 1993, p.24).

A abordagem de caráter longitudinal também é realizada por Reiser (1979), com o adendo que tal autor utiliza-se de uma abordagem mais próxima ao enfoque psicodinâmico – enfoque aqui apontado como essencial para uma conceituação e compreensão mais ampla do fenômeno do *stress*. Ademais, como se explicita mais abaixo, há também convergência do pensamento de Reiser (1974) com o de Dejours (1989; 1992; 1993; 1994).

Reiser (1974) aponta que o policial novato é o mais vulnerável à condição de *stress*. Frente a tal condição o policial tende a adotar uma reação defensiva, batizada de *"Síndrome de John Wayne"* (Reiser, 1974, p.158). Segundo Reiser (1974, p.158-159) esta reação pode ocorrer logo de início ou tardar algum tempo para manifestar-se. Sua durabilidade seria de aproximadamente quatro anos e os sintomas principais seriam os de *"cinismo"*, *"atitude autoritária"*, *"frieza"* (*"coldness"*) e *"visão estreita"* (*"tunnel vision"*) (Reiser, 1974, p.158-159). Para Reiser (1974) há possibilidade de reversibilidade deste quadro. O autor relaciona a psicodinâmica do policial a vários fatores organizacionais, ocupacionais, grupais e individuais que merecem aqui serem explicitados.

Segundo Reiser (1974) geralmente requer-se de policiais que possuem um *"mínimo de supervisão e pequenas oportunidades de pesquisa e reflexão"* a tomada de *"decisões extremamente críticas"* que possam *"intervir e resolver um variado espectro de crises humanas"* (Reiser, 1974, p.156). Tal colocação o leva a referir-se ao *"elevado stress ocupacional"*, de modo a relacioná-lo à intensidade dos afetos vivenciados nas referidas situações críticas. Ademais, considera que a vivência particular destes afetos implica em um envolvimento (ansiógeno) de amigos e familiares mais próximos com os mesmos, potencializando, não raramente, seu caráter estressor (Reiser, 1974, p.156).

Reiser (1974) também aponta para a tríade *"perigo, violência e autoridade"* como elementos (estressores) impingidos à rotina do policial, caracterizando-a como pressões organizacionais ou do trabalho (Reiser, 1974, p.156). A *"vigilância permanente"* (*"often*

overlooked") também é apontada como fator estressor inerente à atividade profissional (Reiser, 1974, p.156).[76]

Reiser (1974) também aponta para aspectos psicodinâmicos e subjetivos relacionados ao *stress*, de forma a não considerar apenas os aspectos supostamente "objetivos". Segundo o autor há importantes fatores de *stress* que *"operam largamente em um nível inconsciente"* (Reiser, 1974, p.156). Conforme sua argumentação, há ambivalência por parte de muitas pessoas frente às figuras de autoridade (percebidas geralmente como potencialmente ameaçadoras e punitivas). Ou seja, policiais comumente deparam-se com *"conflitos não resolvidos"* dos indivíduos com os *"símbolos de autoridade"*, o que significa dizer, do ponto de vista prático, que são obrigados a lidar com reações que geralmente envolvem *"ressentimento, hostilidade ou agressividade"* (Reiser, 1974, p.156).

Não seria demasiado acrescentar que tais conflitos também podem se fazer ativos nos próprios policiais (intrapsiquicamente ou nas relações hierárquicas intersubjetivas), de modo a dificultar ainda mais a realização das tarefas (Zaleznik, 1997). Nas palavras do autor: *"a organização exerce uma influência simbólica sobre seus próprios membros e a comunidade"* (Reiser, 1974, p.156).

Reiser (1974) explora alguns aspectos simbólicos da organização policial que podem refletir sobre o imaginário e a subjetividade do policial. Para este autor, o departamento policial não raramente *"representa uma família para os indivíduos que nele trabalham"* . Neste sentido, o *"chefe policial"* é subjetivamente interiorizado como uma *"figura paterna"*, para qual são refletidos sentimentos correlatos, tais como *"poder, dependência e independência"*. Ou ainda, a hierarquia opera nos princípios da prevalência da *"senioridade"*, princípios estes também presentes na *"organização familiar"* (Reiser, 1974, p.156).[77]

Para Reiser (1974) o chefe é uma espécie de *"todo poderoso que governa com mão de ferro senão despotismo"*. Frente a este modo de ser ao mesmo tempo paternal e patronal dos chefes ou *"seniors"*, os policiais jovens tendem a competir por aceitação e

---

[76] O vigiar os outros permanentemente e o ser vigiado (pela população, pela organização do trabalho) foram referidos pelos guardas municipais como fatores estressores nas entrevistas grupais. Vide Capítulo IV.

[77] Observou-se na pesquisa que muitas vezes o secretário de Segurança, principal "comandante" da corporação, era informalmente denominado a partir de uma referência familiar, a saber: "tio".

reconhecimento (Reiser, 1974; Zaleznik, 1997). Ou seja, há uma dinâmica entre chefia e policiais jovens que influencia profundamente a organização de áreas significativas do trabalho (e, por sua vez, a subjetividade e vulnerabilidade ao *stress*), tais como a da *"comunicação, moral, disciplina e profissionalismo"* (Reiser, 1974, p.156).

O gerenciamento autoritário dá pouca atenção aos aspectos humanos e/ou problemas individuais. Tal modalidade de gerenciamento relaciona-se ao *"sofisma do burro"* (*"jackass fallacy"*), segundo o qual o indivíduo só se move quando lhe batem com uma vareta ou quando estimulado por algo que seja movimentado próximo ao seu nariz (Reiser, 1974, p.157).[78] Para Reiser (1974) o gerenciamento autoritário deve ser substituído pelo *"gerenciamento esclarecido"*, ou seja, pelo gerenciamento capaz de perceber a necessidade de *participação* (grifos nossos) e de descentralização das decisões para superação de aspectos gerenciais ineficientes, assim como capaz de atentar-se às necessidades *"egóicas"* e de *"atualização pessoal"* (Reiser, 1974, p.157).

Para Reiser (1974), que explicita postulados semelhantes aos de Dejours (1989; 1992; 1993; 1994) em relação ao papel estruturante da *participação* dos trabalhadores na configuração da organização do trabalho, os policiais desejam ser incluídos na organização do trabalho e na elaboração dos processos decisórios (Reiser, 1974, p.157). Tal interesse foi verificado em nossa pesquisa: de modo geral, os guardas reivindicavam maior poder decisório e autonomia em relação ao controle das suas condições de trabalho (trajetos; formas de trabalhar; horários; dias de férias e/ou folgas; natureza das atividades de formação e/ou de reciclagem profissional). Ainda segundo Reiser (1974), a gestão mais democrática não eliminaria, porém, a questão do *stress* policial: promoções (abertura para maior participação) fracassadas poderiam implicar em baixa auto-estima e em prejuízos operacionais (Reiser, 1974, p.157).[79]

De qualquer forma, independente do grau de atenuação do *stress* que uma gestão mais ou menos democrática poderia acarretar, é ponto pacífico na argumentação do autor que a estrutura disciplinar e autoritária da organização policial seja relevante fator estressor.

---

[78] Tal sofisma associa-se à equivocada visão taylorista do homem como ser indolente (vide Heloani, 1996, p.20), assim como à correspondente adoção de punição, prêmios e/ou recompensas como tentativa de instrumentalização da subjetividade. Tal é a característica das organizações *patogênicas* (grifos nossos) do trabalho (vide Dejours, 1989; 1992; 1993; 1994)

Tal estrutura, além de tender a tornar o trabalho fatigante ao invés de equilibrante (Dejours, 1994, p.25), deixa também os policiais duplamente vulneráveis e/ou com sentimentos de estarem correndo riscos, quer seja em função de ações criminais civis, quer seja em função de punições organizacionais.[80] Ou seja, os processos de investigação e de averiguação colocam os policiais nas mesmas condições de um cidadão investigado pela polícia (Reiser, 1974, p.157-158).

Em relação à Academia que prepara os policiais para o exercício profissional, Reiser (1974) também observa alguns problemas. Segundo o mesmo, o *"treino formal"* voltado à prevenção das situações estressoras nela aprendido pode sucumbir frente ao *"treino informal"* sorrateiramente presente nos modelos ou atitudes impróprias dos instrutores, assim como na influência dos demais policiais no campo prático do trabalho, ou seja, na socialização ao trabalho. A influência do grupo de pares ou iguais é apontada como uma das significativas fontes de pressão nas organizações policiais. Para Reiser (1974), tal como ocorre com *"adolescentes"*, a identificação grupal influencia atitudes, valores e, por conseguinte, os comportamentos *"na rua"*. Estes comportamentos "informalmente" aprendidos e/ou interiorizados servem, por outro lado, a uma *"necessária função defensiva"* para tolerância da raiva, hostilidade e abusos provindos das fontes externas (Reiser, 1974, p.158).[81]

Para Reiser (1974) o suporte grupal pode funcionar adequadamente em algumas situações (constituindo um positivo *"espírito de corpo"* ou sentimento de camaradagem), mas também pode se dar no interior dos rachas da organização (interesses grupais díspares), de modo a suscitar sentimentos de *"depressão, alienação e baixa moral"*. O autor argumenta que *"o preço que os policiais individualmente pagam pelo suporte grupal é o da perda da autonomia em área de valores e atitudes"*; neste processo grupal os *"sentimentos de culpa"* (desejáveis quando se trata de reação psíquica face abusos ou transgressões da

---

[79] Na nossa pesquisa verificamos que as promoções de guardas municipais para cargos de coordenação no contexto da mudança de gestão municipal gerou conflitos, tensões, descontentamentos, (in)satisfações narcísicas e sentimentos de inveja e ciúmes.

[80] No caso da Guarda Municipal pesquisada, havia intensas queixas em torno do que os guardas denominavam como critérios arbitrários e/ou diferenciados de punição (ou mesmo de reconhecimento). O temor em relação a processos nos âmbitos da gestão municipal e da Justiça também era referido e percebido como fator restritivo à autonomia e à liberdade do modo operatório na tarefa (Dejours, 1994).

[81] Tais aspectos também foram percebidos em nossa pesquisa. Vide comentários anteriores e também o capítulo IV.

função policial) tendem a serem diluídos e racionalizados no dito suporte grupal (Reiser, 1974, p.158).[82]

A discussão dos fenômenos grupais, organizacionais e psicodinâmicos de Reiser (1974) nos permite explicitar aspectos longitudinais do *stress* e da carreira. Os policiais novatos enfrentam maior *stress* no processo inicial de *"aculturação"*. Inicialmente tais policiais demonstram-se mais idealistas e inteligentes, mas também mais impacientes em seu desejo de *"ajuda à comunidade"*. Porém, eles rapidamente desenvolvem a *Síndrome de John Wayne*, cujos sintomas foram acima referidos (frieza, visão estreita, cinismo e atitude autoritária). Tal síndrome relaciona-se a uma *"dicotomização"* das *"situações e valores"* em uma lógica do *"tudo ou nada"*. Nesta, nos diz Reiser, não há opção: só existem bons ou maus rapazes (Reiser, 1974, p.158).

Sendo assim, a *Síndrome de John Wayne* é abordada como resultado da influência da organização e do grupo de pares, assim como uma espécie de auto-proteção dos novatos em relação à sua emoções prévias e dos perigos externos da experiência profissional que se matura. Em tal fase da carreira (que vale ressaltar, corresponde ao tempo de trabalho dos guardas municipais pesquisados) os policiais, segundo Reiser (1974) freqüentemente se distanciam das famílias e sentem-se fortemente identificados com seus pares (com os quais sentem-se mais próximos). A dita perda do *"amor"* pela esposa os leva a se sentirem, conseqüentemente, rejeitados. Ou seja, constitui-se um ciclo de reações negativas nos relacionamentos, sexo, valores, etc... (Reiser, 1974, p.158-159).[83]

Se o enfoque de Violanti (1993) pode ser articulado ao enfoque também longitudinal e psicodinâmico de Reiser (1974), ambos podem, por sua vez, serem articulados aos aspectos psicodinâmicos verificados em Reese (1987, Apud Farmer, 1990, p.208). Este último demonstra que policiais investigadores de raptos e roubos apresentam alto ou significativo grau de *stress* emocional. Tais policiais "combatem" o *stress* através de largo uso de mecanismos de defesa. Tais mecanismos são geralmente dirigidos à destruição dos comportamentos relacionados à expressão da fragilidade emocional.

---

[82] Vide caso analisado no capítulo IV. Vale também mencionar que de fato os distintos grupos oscilavam entre uma configuração em unidades mais ou menos sólidas e em configurações com rachas (subgrupos permeados por discordâncias, rivalidades ou mesmo hostilidades). Tal se observava não apenas nas relações intragrupais, mas também nas relações intergrupais (tanto dos grupos de guardas como destes com grupos de Coordenação e de Direção). Vide capítulo IV.

[83] Vide caso abordado no capítulo IV.

Verifica-se neste processo, segundo o autor, deslocamento da irritabilidade, repressão das emoções ameaçadoras, racionalização e projeção (Reese, 1987, Apud Farmer, 1990, p.208).[84]

Portanto, os estudos norte-americanos sobre o *stress policial* nos parece articular-se de forma mais harmônica às nossas análises e conceituações do que os estudos comportamentais-cognitivistas nacionais acerca do *stress* de modo geral. Embora discordemos das sugestões geralmente apontadas pelos *estudos clínicos* (Farmer, 1990) e julguemos serem limitados alguns estudos de perfil meramente epidemiológico (os *estudos de resultados*) (Farmer, 1990), compreendemos que os estudos que foram por nós destacados e melhor discutidos explicitam importantes aspectos sócio-psíquico-organizacionais relacionados à definição do *stress* enquanto processo dialético, psicodinâmico e acumulativo de *desgaste*.

Dito de outra forma, as contribuições dos autores aqui destacados da literatura norte-americana nos parece bastante útil no sentido de apontar para a dialética entre processos defensivos, *stress* e ansiedade, assim como para a questão da natureza da atividade policial e da organização policial como elementos centrais do *stress ocupacional*. Sendo assim, tais contribuições nos parecem não superdimensionar tanto os aspectos biológicos e cognitivos, ou melhor, articulá-los de forma mais explícita aos aspectos psicossociais e sócio-organizacionais, de forma a enriquecer nossa construção de uma conceituação multidisciplinar mais politizada ou crítica do termo *stress*.

3. *Stress* e Psicossomática:

A discussão sobre os transtornos psicossomáticos engloba diferentes enfoques e/ou perspectivas teóricas. Tais diferenciações implicam em uma maior ou menor aproximação destes ao conceito de *stress*, assim como em uma maior ou menor aproximação à compreensão deste último enquanto *desgaste dialético e processual de natureza social, psíquica e organizacional*.

3.1) Medicina Psicossomática e Psicossomática Psicanalítica:

Cerchiari (2000) nos apresenta um sintético e eloqüente quadro dos estudos em psicossomática, desde suas origens às abordagens atuais. Segundo a autora o termo *"psicossomático"* surgiu através de Heinroth (1918) que também foi o responsável pela

[84] Na nossa pesquisa a percepção (ou projeção) do medo ou da fragilidade do guarda em relação ao seu par

formulação da expressão *"somato-psíquico"* (Cerchiari, 2000, p.64. Apud Mello Filho, 1992). Não obstante o pioneirismo de Heinroth (1916), a psicossomática teria se consolidado de forma mais efetiva somente a partir das contribuições de Franz Alexander (1989), da Escola de Chicago, para quem o termo *"psicossomática"* deveria ser usado para indicar abordagens (de pesquisa e/ou de terapia) nas quais há o uso simultâneo de *"métodos e conceitos somáticos, de um lado, e métodos e conceitos psicológicos por outro"* (Cerchiari, 2000, p.64. Apud Alexander, 1989, p.42).

Assim, o termo *"psicossomática"* surge como importante contraposição à velha tradição dualista cartesiana entre corpo e mente. Não obstante, como nos demonstra Cerchiari (2000) em sua análise da evolução histórica do conceito, a noção de uma unidade psicossomática não foi e não é imune a uma repetição da polarização corpo-mente. Nesse sentido, alerta-nos Cerchiari (2000, p.65), o termo *"psicossomática"* historicamente pôde referir-se a distintos aspectos dos processos saúde-doença, tais como o de designar a origem psicológica de algumas doenças somáticas, ou ainda, o de apenas nos indicar as repercussões afetivas da doença física no indivíduo. Independentemente de tal aspecto, vale apontar para um relativo consenso em torno da hipótese da importância do fator etiológico de natureza psicológica no caso de doenças que progressivamente foram sendo assumidas como *"doenças psicossomáticas"*, tais como nos casos da úlcera e da hipertensão (Cerchiari, 2000, p.65). Ressaltamos tais exemplos não no sentido de valorizar mais o aspecto psicológico do que o biológico, mas sim em função de serem doenças tipicamente relacionadas ao nosso objeto de pesquisa (*stress*).

Ainda seguindo Cerchiari (2000) podemos afirmar que a Escola de Chicago, protagonizada por Alexander (1989), incluiu o ponto de vista psicodinâmico em suas análises, apontando-nos para a existência de distintos perfis de personalidade enquanto fator pré-mórbido para o aparecimento de doenças psicossomáticas (Cerchiari, 2000, p.68). Assim, a hipertensão é relacionada à atitude emocional de *"luta ou fuga"*, enquanto que a úlcera e a colite são relacionadas à atitude de *"retirada da atividade"* dirigida para o exterior. Ou ainda: o paciente coronariano (a "personalidade tipo A" descrita por Lipp e colaboradores, 2000) seria um tipo de personalidade batalhadora e controladora; o portador de úlcera seria indivíduo do tipo empreendedor, enérgico e agressivo; o hipertiroideo tenso

---

suscitava perda de confiança no trabalho conjunto ou mesmo ironias senão ridicularizações.

e irritável; e o hipotiroideo embotado, fleumático e lento (Cerchiari, 2000, p.68. Apud Alexander, 1989, p.11). Assim, Cerchiari (2000) nos demonstra que a abordagem de Alexander (1989) estabelece importantes relações entre distintos sintomas corporais e distintas atitudes ou personalidades sem, entretanto, enfatizar os aspectos inconscientes de tal psicodinâmica.

Aqui vale uma ligeira digressão: o *stress* e o *stress ocupacional*, segundo a visão *biologizante*, é descrito como uma reação de *"luta e fuga"* (Lipp, 1998; 2000; Silva Neto, 1998). A hipertensão, a úlcera e a colite são, por sua vez, segundo o inventário de sintomas de *stress* de Lipp (por nós utilizado na verificação do *stress* em guardas municipais) importantes índices de *stress*. O mesmo pode-se dizer da tensão, irritabilidade e agressividade. As doenças endócrinas, como hipo e hipertiroidismo, são doenças freqüentemente associadas ao *stress* (Silva Neto, 1998). Assim, podemos considerar que o *stress* relaciona-se não tão somente à atitude de luta e fuga, mas igualmente à atitude de retirada da atividade dirigida ao exterior, retirada esta que, como veremos no nosso objeto de análise, pode se dar por vários motivos - dentre os quais destacamos, no caso da categoria profissional em questão, o da frustração e/ou decepção em relação às expectativas em torno do trabalho e da gestão do trabalho.

Dito de outra forma, o *stress* não seria mera reação de luta ou fuga frente a estímulos externos e teria, de tal modo, uma relação inevitável tanto com a psicodinâmica e com o perfil de personalidade quanto também com os elementos que não são exatamente "estímulos externos" suscitadores de luta ou fuga, mas sim estímulos não pontuais e que se dão de forma contínua e recorrente nas realidades social e sócio-profissional.[85]

Sintetizando sua análise, Cerchiari (2000) afirma que a história da Psicossomática pode ser dividida em duas grandes correntes: uma que toma como base o conceito de *"doença psicossomática"* e que inspira-se na teoria psicanalítica, e outra que alicerça-se no conceito de *stress* e que inspira-se no viés biológico (Cerchiari, 2000, p.66. Apud Dantzer, 1989, Cardoso, 1995).

Segundo Ávila (1996), que assume a perspectiva psicanalítica, de fato existem, basicamente, duas perspectivas em Psicossomática: a da Medicina Psicossomática e a da

[85] Trata-se da noção por nós defendida de *stress* enquanto processo.

Psicossomática Psicanalítica. Ou seja, este autor diferencia estas duas abordagens de forma análoga a de Cerchiari (2000) que, diga-se de passagem, o toma como referência.

Cerchiari (2000), por sua vez, também expõe o ponto de vista de Mello Filho (1992), para quem a evolução da psicossomática teria ocorrido em três fases: a fase psicanalítica, na qual formulou-se concepções sobre a origem e ganhos secundários inconscientes da doença; a fase behaviorista, que através de experimentos e pesquisas deixou importante legado para os estudos sobre *stress*; e a fase multidisciplinar (atual), na qual se valoriza a dimensão do social assim como a interação e interconexão entre distintas áreas profissionais voltadas à promoção, prevenção e tratamento dos problemas de saúde (Cerchiari, 2000, p.66. Apud Mello Filho, 1992). Assim, indica-nos que os estudos em psicossomática não estão necessariamente fadados a se polarizarem entre a abordagem médica ou psicanalítica

De modo geral, podemos afirmar que a Medicina Psicossomática afina-se à perspectiva psiquiátrica que inclui o *stress* na categoria denominada *"transtornos neuróticos relacionados ao estresse e somatoformes"* (CID 10, 1993). Segundo a perspectiva psiquiátrica, o *stress* pode ser crônico ou agudo, derivado, respectivamente, de processos de desajustamento (*"transtornos de ajustamento"*) diante de adversidades psicossociais (dentre as quais os problemas na vida ocupacional e na relação com chefias) ou de reações traumáticas (*"reação aguda a estresse"* ou *"transtorno de estresse pós-traumático"*) (CID 10, 1993, p.143-149; Kaplan & Sadock, 1990, p.191-192).

A Medicina Psicossomática, nesse sentido, alinha-se, de modo geral, à perspectiva biológica que predomina na corrente dominante (*mainstream*) do saber psiquiátrico, ainda que nesta também se inclua a dimensão psicossocial dos processos de adoecimento. Vale também ressaltar que esta é a tendência geral ou predominante, mas que há abordagens da Medicina Psicosomática que caracterizam-se por uma integração mais efetiva às abordagens psicológicas psicodinâmicas e psicossociais sobre os processos saúde-doença (Mello Filho, 1992). Em outras palavras, não obstante tal diferenciação básica entre Medicina Psicossomática e Psicanálise Psicossomática, não são ausentes os esforços, na atualidade, que procuram integrar tais visões, de forma a enriquecê-las mutuamente (Eksterman, 1992, In: Mello Filho, 1992).

No Brasil, o trabalho de Limongi-França e Rodrigues (1992, In: Mello Filho, 1992) acerca da psicossomática e do *stress* articula-se às publicações de perspectiva teórica mais abrangentes e atuais em Medicina Psicossomática (abordagem multidisciplinar). A perspectiva multidisciplinar de Limongi-França não integra os pressupostos psicanalíticos, tal como ocorre com o trabalho de Eksterman (1992). A autora, por outro lado, discute a abordagem psicossocial norte-americana[86] (1992, Apud Mello Filho, 1992) e, de modo geral, relaciona as doenças psicossomáticas ao *stress* no trabalho (Limongi-França, 1992; 1999). A autora parte de uma definição do *stress* elaborada por Selye (1956), de modo a caracterizá-lo como uma *"doença de adaptação"*. Tal se daria sobretudo no trabalho, ou melhor, num conjunto de esforços adaptativos mal sucedidos no cotidiano profissional (Limongi-França, 1999, p.25-38).[87]

Limongi-França (1999, p.25-51) aborda aspectos individuais, biológicos, psicossociais (referindo-se à escala de Holmes e Rahe utilizada nesta pesquisa) e organizacionais do *stress*. No que tange aos aspectos biológicos são explicitadas as reações orgânicas descobertas por Selye e tão enfatizadas pelas abordagens médica e comportamental (Limongi-França, 1999, p.33-38). Porém, a autora não restringe nem superenfatiza tal dimensão, discutindo também os aspectos pessoais e psicossociais presentes na vida social, organizacional e familiar (Limongi-França, 1999, p.39-47). Para Limongi-França (1999, p.46), excesso de tensão ou mesmo monotonia podem estar relacionados ao *stress* no trabalho, assim como o *"stress moderado"* é apontado como passível de implicar em um *"desempenho eficiente"*.

Do nosso ponto de vista pensar em um ponto ideal de *stress* (o dito *"eutress"*) e visualizá-lo como condição para bom desempenho é demasiadamente arriscado, ou melhor, haveria uma fronteira muito tênue entre tal visualização e o *management by stress* por nós anteriormente referido e criticado (Heloani, 2003, p.136-138; Parker & Slaughter, 1988, p.37, Apud Rifkin, 1995, p.201-205). De modo geral compreendemos que bom

---

[86] Estamos nos referindo à abordagem de Holmes e Rahe (1967) acerca dos fatores estressores universais.

[87] Do nosso ponto de vista, a desadaptação do indivíduo a uma estrutura organizacional anacrônica não deveria ser compreendida como *"doença de adaptação"*. Neste caso, preferiríamos dizer que a *patologia* é organizacional. Tal patologia impede o esforço criativo-inovador do sujeito. O esforço obstruído tende a se expressar individualmente através de problemáticas psicossomáticas, tal como a do *stress*. A relação entre *stress* e desajustamento (*"patologia motivacional"*) é abordada por Bergamini (1997, p.143-146), com o adendo que a autora aponta para a existência de *"patologias organizacionais"* que exigem esforços de adaptação *"anormalmente desgastantes"* (grifos nossos) (Bergamini, 1997, p.155-161).

desempenho não indica saúde psíquica nem organizacional, ainda que ambas *geralmente* (grifos nossos) envolvam o bom desempenho. Ademais, julgamos necessário desatrelar a preocupação com a saúde psíquica e organizacional da preocupação com o desempenho, isto é, desconectá-la da racionalidade instrumental (Enriquez, 1995).

Não obstante as observações acima, é necessário reconhecer que Limongi-França (1999) aborda os vários aspectos relacionados ao *stress*, assim como considera-o como uma problemática ocupacional por excelência. Dentre os aspectos mencionados pela autora, destacamos a pertinência de sua observação sobre o excesso de tensão ou elevada monotonia como fatores potencialmente estressores. Na nossa pesquisa, a monotonia nos pareceu relevante em determinados postos de trabalho (leia-se natureza do trabalho) caracterizáveis por inatividade (ex: guarita dos portões de um parque municipal). O excesso de excitação, por sua vez, nos pareceu derivado da tensão inevitável entre indivíduo e organização (Leite, 1995), ou ainda, da tensão entre o guarda municipal e uma gestão do trabalho não raramente caracterizada por rigidez, hierarquia e critérios (de punição e promoção) ambígüos senão arbitrários.[88] Em ambos os casos – monotonia e excesso de excitação – o *stress* foi de fato verificado.

Ainda em relação à contribuição de Limongi-França, devemos também destacar sua discussão sobre o conceito de *burnout* (1999, p.48-51). Tal discussão resgata, como apontado anteriormente quando da abordagem dos estudos comportamentais-cognitivistas e dos estudos norte-americanos sobre o *stress* policial, o aspecto processual do *stress*. Conforme tais estudos, a autora aponta para a relação do *burnout* com a noção de *stress crônico*, ou seja, com o acúmulo de relações tensas e intensas no trabalho, assim como com as elevadas expectativas profissionais, expectativas estas geralmente dissociadas dos resultados efetivamente atingidos na prática profissional (Limongi-França, 1999, p.48; Eça, 1998; Pereira, 2002; Reinhold, 2002).

A Psicossomática Psicanalítica, por sua vez, é uma perspectiva teórica de tradição européia, perspectiva esta mais afinada ao referencial teórico central da análise dos dados desta pesquisa (Psicanálise das Organizações e Psicopatologia do Trabalho) do que a perspectiva clássica da Medicina Psicossomática ou mesmo do que a perspectiva mais abrangente e atual da Medicina Psicossomática.

---

[88]. Vide análise do capítulo IV.

A Psicossomática Psicanalítica caracteriza-se por seu enfoque psicodinâmico e pela noção de que o sintoma corporal da doença psicossomática (somatização) relaciona-se a aspectos inconscientes que não são passíveis de serem expressos pelo mecanismo da *"conversão"*, mecanismo este presente na formação do sintoma corporal na neurose, particularmente na histeria (Freud, 1895). De modo geral o sintoma psicossomático é relacionado à angústia, ao passo que o sintoma histérico é relacionado à sexualidade reprimida (Freud, 1895; Dejours, 1988; Ávila, 1996; Marty, 1998; Groddeck, 1966; McDougall, 1991). Vale porém ressaltar que a dimensão psicodinâmica não é propriedade exclusiva da Psicanálise Psicossomática e que tal dimensão, como apontado acima, já se fazia de alguma forma presente desde os mencionados estudos da Escola de Chicago. Não obstante, tal como nos argumenta Cerchiari (2000), é possível afirmar que esta última realizava uma escuta do sujeito *"via órgão"* e não exatamente através de uma escuta do inconsciente (Cerchiari, 2000, p.70). Conforme nos argumenta Cerchiari (2000), foi somente a partir da Escola Psicossomática de Paris, no final dos anos 50, que passou-se a utilizar em Psicossomática uma investigação na qual se configurou uma outra modalidade de escuta do sujeito psicossomático, a saber: a *"escuta analítica"* (Cerchiari, 2000, p.70).

O protagonista da Escola Psicossomática de Paris foi Marty, teórico cujas contribuições são assimiladas e explicitadas com freqüência na obra de Dejours (1988; 1992). Segundo a concepção de tal abordagem, o sujeito psicossomático se caracteriza por sua negatividade simbólica, precariedade onírica e ausência de fantasia - características estas que, segundo Dejours (1992) não raramente figuram como produtos "colaterais" das defesas ocupacionais estereotipadas e coletivas que trabalhadores apresentam face às formas patogênicas de organização do trabalho.

A abordagem de Marty (1998) é bastante interessante e sofre influências de Freud e de Piaget. Segundo a mesma o *"objeto por excelência"* da pesquisa psicossomática é o *"estudo das imbricações do funcionamento mental e do funcionamento somático ao longo do curso do desenvolvimento individual"* (Marty, 1998, p.51). Segundo Marty (1998, p. 7-8), quando as possibilidades de descarga ou escoamento das excitações são prejudicadas, os aparelhos somáticos são atingidos de forma patológica. Para o autor francês (Marty, 1998) tais formas de descarga ou escoamento são realizadas via elaboração mental (mentalização) ou via comportamentos motores e sensoriais.

A mentalização relaciona-se à qualidade e quantidade de representações psíquicas, ou ainda, às fantasias, associações, pensamentos e reflexões (Marty, 1998, p.11-14). As representações psíquicas, por sua vez, relacionam-se às percepções inscritas no psiquismo, representações que, tal como aponta a abordagem freudiana, produzem *"traços mnêmicos"* (Marty, 1998, p.15).

Para Marty (1998, p.21-28), na doença psicossomática haveria *"insuficiências e indisponibilidades das representações"* e estas teriam origem no início do desenvolvimento do sujeito (insuficiências congênitas ou acidental das funções sensório-motoras do sujeito; deficiências funcionais da mesma ordem por parte da mãe deste; ou ainda, o que é apontado como o mais freqüente, uma carência ou desarmonia das respostas afetivas da mãe em relação ao seu filho). Em qualquer uma das hipóteses haveria, nas palavras de Marty (1998, p.22), *"insuficiências de aquisição de representações de palavras ligadas a valores afetivos e simbólicos"*. No caso de serem adquiridas (e não congênitas) tais indisponibilidades estariam relacionadas aos conflitos de representações pulsionais (eróticas e/ou agressivas) e formações psíquicas, ou ainda, às desorganizações mentais por excesso de excitações (incluindo regressão, *"depressão essencial"* e *"desaparição do valor funcional do pré-consciente"*) (Marty, 1998, p.25-27).

Sendo assim, Marty (1998) diferencia a dinâmica psicológica dos sujeitos portadores de doenças psicossomáticas da dinâmica psicológica dos neuróticos clássicos descritos por Freud (1894; 1895). Estes últimos são vistos como *"neuróticos bem mentalizados"* (há grande quantidade de representações psíquicas ligadas entre si com valores afetivos e simbólicos), ao passo que os primeiros são designados como *"neuróticos mal mentalizados"* (limitados na aptidão do pensar, encontram na ação do comportamento a única forma de expressão das excitações exógenas ou endógenas; inclui tanto os indivíduos com insuficiência do desenvolvimento do pré-consciente como indivíduos com uma desorganização do mesmo), ou mesmo como *"neuróticos de mentalização incerta"* (com evitações ou repressões das representações) (Marty, 1998, p. 30-32).

Os estudos e considerações de Marty (1998) podem ser relacionados à nossa análise de que a experiência de descarga de adrenalina nas atividades dos guardas municipais pode favorecer o equilíbrio psicossomático, ou ainda, compensar frustrações e *stress* advindos de outros fatores. A partir das contribuições de Marty (1998) podemos afirmar que tal ocorre

não apenas por razões de fortalecimento da identidade profissional na experimentação de ocorrências com risco, mas também pela própria possibilidade de não represamento da energia pulsional, uma vez que são experiências que permitem fluir a atividade psicomotora - fator este apontado por Dejours (1994) como condição *sine qua non* para o impedimento da configuração do trabalho patogênico.

Por outro lado, a perspectiva de Marty (1998) pode induzir a uma abordagem individualizante do distúrbio psicossomático, de forma a dificultar a superação da dicotomia indivíduo-coletividade, superação esta tão necessária aos estudos qualitativos na área de saúde, ou mais especificamente, na área de saúde do trabalho (Minayo, 1996).

Apesar da ressalva acima no que diz respeito aos limites da ênfase nos aspectos mais individuais acerca da compreensão do *stress*, a contribuição de Marty (1998, p.25-27) nos possibilita afirmar que aquele pode estar relacionado a diversos quadros clínicos, obviamente diferenciáveis entre si; vale, nesse sentido, reiterar a diferenciação entre quadros da neurose clássica (sobretudo histeria) e quadros psicossomáticos propriamente ditos (os neuróticos mal mentalizados ou de mentalização incerta, na conceituação de Marty). Em relação ao aspecto geral dos segundos - *"insuficiências de aquisição de representações de palavras ligadas a valores afetivos e simbólicos"* – nos parece plausível relacioná-lo às dificuldades de alguns dos guardas municipais de elaborarem discursos, reflexões e representações sobre o sistema policial (aqui compreendido como conjunto de instituições voltadas às ações de segurança e justiça), organização do trabalho (gestão) e atividade de trabalho que pudessem mobilizar senão implicar em transformações organizacionais compatíveis a uma melhor qualidade de vida no trabalho, ou ainda, a uma condição psicossomática mais favorável.

Sendo assim, Marty (1998) nos indica que as doenças psicossomáticas (verificadas em sujeitos estressados de nossa pesquisa), caracterizam-se por uma dinâmica psicológica passível de envolver limitações na aptidão do pensar (ex: a representação de direitos humanos como "direitos de bandidos") ou mesmo que encontram apenas na ação do comportamento uma forma de expressão das excitações exógenas ou endógenas (ex: os comportamentos de "justiceiros" ou mesmo o "livre" fluir de ações violentas como escape das tensões externas/internas).

Não obstante as ressalvas que podemos fazer em relação à abordagem individualizante, característica da visão clínica e, portanto, inevitavelmente presente em Marty (1998), vale também destacar, dentre outros estudos clínicos da Psicossomática Psicanalítica, as contribuições de Groddeck (1920) e McDougall (1991).

Groddeck (1920) é hoje uma referência clássica da Psicossomática Psicanalítica. O autor foi quem pioneiramente relacionou a psicossomática às falhas nos processos de simbolização e de elaboração de conflitos de ordem inconsciente. Segundo o mesmo, o estudo psicanalítico sobre o *"orgânico"* seria, ao menos em sua época, uma espécie de *"tabu"*. Distinguindo-se dos autores que se esvaem desta discussão, Groddeck (1920, p.73-82) a encara de frente e considera que *"o inconsciente lança mão do recalque para produzir tanto as doenças orgânicas como as nervosas. Escolhe por si a forma – orgânica ou psíquica – para defender-se da conscientização do recalque"*. Esta forma de interpretar o orgânico influenciou os estudos psicanalíticos que o sucederam, ainda que, de modo geral, o orgânico permaneça, não obstante os esforços contrários, um tema insuficientemente abordado pela Psicanálise (para não falarmos do termo *stress*, quase que desconsiderado). Como nos aponta mais recentemente Birman (2000, p.53), ao corpo, na abordagem psicanalítica, é reservado uma espécie de *"não lugar"*.

De nossa parte, julgamos que a perspectiva de Groddeck (1920), conforme seja interpretada, pode se afastar ou se aproximar de nossa conceituação de *stress*. Caso compreendamos o recalque como mera repressão da libido edípica (sexualidade incestuosa ou egodistônica), tal compreensão seria dela afastada, uma vez que cairíamos no que Foucault (1977, p.9-18; Silva, 2001, p.20-21) e Deleuze (1992, p.22-36) caracterizam como famialismo edípico, concepção esta tão individualizante e despolitizada quanto a dos estudos comportamentais-cognitivistas, ou ainda, distanciada da concepção de sujeito multideterminado por fatores sociais, políticos, econômicos e sexuais elaborada pela Psicanálise das Organizações (Losicer, 1995; Volnovich, 1995; Losicer, 1995; Enriquez) e por nós adotada.

Por outro lado, se admitimos que o recalque é algo produzido na organização e na gestão do trabalho e não mero fruto do desejo incestuoso reprimido, ou seja, se admitimos o recalque como elemento da imposição da ordem do instituído nas organizações, a visão de Groddeck (1920) então pode ser aproximada de nossas conceituações e interpretações, de

modo a enriquecê-las. Tendo em vista tal possibilidade, poderíamos afirmar que os interditos da organização do trabalho à participação e à liberdade do modo operatório (Dejours, 1994) na atividade dos guardas municipais implicam em uma repressão ou recalque do *"imaginário motor"* (Enriquez, 1997a) pelo superego institucional[89], de forma que a rebelião ou oposição à lógica do instituído só encontraria escape através do retorno do reprimido via sintomas psíquico e/ou orgânico. Ou seja, a dimensão conservadora do inconsciente inibiria a dimensão inovadora, imobilizando-a num *stress* defensivo e despotencializado em termos de suas capacidades de resistência, contribuição e/ou transformação do sistema sócio-organizacional (Laurell e Noriega, 1989, p.115-116). Nesse sentido, o *stress* poderia ser compreendido como uma forma somato-psíquica de impedimento à conscientização ou percepção crítica, de forma que idéias e ações (inovadoras) fossem freqüentemente boicotadas e negligenciadas, reproduzindo, de tal sorte, a desgastada natureza da organização policial e do conjunto institucional teoricamente construído em prol da Segurança e da Justiça.[90]

Joyce McDougall (1991, p.133-135), por sua vez, considera que a expressão *"psicossomática"* relaciona-se às neuroses caracteriais e à falha de simbolização, de modo que o *"soma delirante"* é descrito como *"ato-sintoma"* que toma lugar do imaginário e da capacidade de sentir. Segundo McDougall (1991), trata-se de um processo de defesa que relaciona-se à regressão profunda e à pulsão de morte.

Tais considerações podem dar fôlego às nossas análises e conceituações, desde que também não sejam circunscritas na dimensão individual na qual foram originalmente formuladas, isto é, desde que possamos compreender que o determinante da não simbolização – no caso da nossa pesquisa, da não simbolização das propostas de transformação sócio-organizacional - não derivam da essência do indivíduo e da sua *psique*, mas sim e sobretudo da gestão ou manipulação do inconsciente pelo poder disciplinar

---

[89] Denominamos superego institucional o que é descrito por Pagés (1990) como *"sistema de poder sócio-mental"*, ou seja, um sistema que articula ideologia e inconsciente, estruturas sociais e psíquicas, de forma a substituir o ideal de ego dos indivíduos pelo ideal de ego organizacional, imobilizando a autonomia dos trabalhadores e potencializando a reprodução da lógica institucional como um fim em si mesma. Tal reprodução, vale dizer, manteria a *desgastada* (grifos nossos) falência do modelo policial (vide capítulo II).

[90] De nossa parte entendemos que o *stress em fase de exaustão* teria relação com tal condição; já o *stress em fase de resistência* ainda seria uma condição que, desde que escutada pela organização (e não controlada !) poderia desobstruir as vias de escape do imaginário motor. Esta possibilidade transformaria o *stress*, de modo a configurá-lo como atitude política emancipadora. A respeito do *desgaste* do modelo organizacional policial, vide capítulo II.

sócio-organizacional (Foucault, 1979; Pagès, 1990). Admitindo esta interpretação como válida, poderíamos então renovar os conceitos de McDougall (1991), de modo a afirmar que o *"ato-sintoma"* (*stress*) toma lugar do *"imaginário motor"* (Enriquez, 1997a), submetendo indivíduo à organização e ambos à pulsão de morte (Enriquez, 1991), ou ainda, à inércia da condição compartilhada de *desgaste*.[91]

Ao abordarmos as definições do termo *"psicossomática"* provindas da Medicina Psicossomática, da Psicossomática Psicanalítica, da Escola de Chicago e da Escola de Paris e contrapô-las às visões sobre o *stress* provindas da Psicologia Comportamental-cognitivista e da Medicina, podemos promover fecundas reflexões, indagações e formulação de problemas acerca dos intrincados fenômenos das afecções corpóreo-psíquicas. Tais confrontações nos parecem condição necessária ao alargamento da compreensão do conceito de *stress* por nós sugerida. Ademais, tornam-se ainda mais promissoras quando articuladas à visão da Psicanálise das Organizações, de forma que o fenômeno do *stress* deixa de ser visto como mero fenômeno corpóreo-psíquico. Podemos afirmar, nesse sentido, que o *stress* não deve ser reduzido a nenhuma destas concepções, uma vez que todas elas podem dizer, de forma direta e/ou indireta, algo sobre o *stress* e sobre o sujeito estressado.

Em outras palavras, o *stress* configura-se como problemática corpóreo-psíquica e sócio-organizacional passível de relacionar-se a uma diversidade de aspectos, a saber: à reação de luta e fuga; à retirada da atividade dirigida ao exterior; à "personalidade tipo A"; à neurose clássica; às neuroses mal mentalizadas ou de mentalização incerta; aos distintos perfis psicológicos associados às distintas doenças psicossomáticas associadas ao *stress*; ao desenvolvimento das representações psíquicas desde a infância; às falhas de simbolização; ao *"soma delirante"*; à pulsão de morte presente tanto nas dinâmicas dos indivíduos como na das organizações; à regressão; e às conjunturas presentes no social e no mundo do trabalho (organização e gestão do trabalho; precarização social e do trabalho).

Sendo assim, podemos resumir o que foi aqui discutido afirmando que, de modo geral, os estudos acerca da psicossomática, de tradição européia, integram-se de forma mais

---

[91] Haveria, neste caso uma articulação entre estrutura psíquica e estrutura organizacional (Pagès, 1990) na qual o *desgaste* e imobilismo psíquico reforçaria o *desgaste* e imobilismo organizacional e vice-versa. Tal consideração se alinha à visão de Leite (1995, p.88), segundo a qual os modelos de gestão "promovem" a articulação entre *"infelicidade individual"* e *"ineficiência organizacional"*.

harmônica aos referenciais teóricos da Psicanálise e da Psicopatologia do Trabalho do que os estudos da Medicina Psicossomática, estes geralmente mais propensos à adoção do viés biológico. Os estudos sobre psicossomática de tradição européia distinguem-se também dos estudos específicos sobre *stress*. Nestes últimos, como foi demonstrado, o acento médico e biológico são mais evidentes, senão hegemônicos; já os primeiros caracterizam-se por priorizar a compreensão psicodinâmica e optam por categorias distintas da categoria *stress* para referirem-se aos processo de saúde-doença de dimensões físicas e psicológicas.

O livro de Dejours (1988) acerca do corpo entre a Biologia e a Psicanálise é um exemplo de uma teorização interdisciplinar que dá preferência à utilização dos termos *"psicossomática"* e *"caracterose"* em detrimento do uso do termo *stress* (este sobretudo presente nas abordagens da Psicologia Comportamental e da Medicina Psicossomática). Dejours (1988) relaciona indiretamente o *stress* à psicossomática e à abordagem freudiana sobre a angústia. São tomados como referências de sua argumentação os textos de Freud acerca das neuroses de angústia e das neuroses atuais. Assim, seus estudos sobre a psicossomática (não especificamente dirigidos à questão do *stress*) apresentam uma concepção abrangente. Dito de outra forma, neles verificamos que a compreensão psicodinâmica inclui a assunção dos conceitos de inconsciente e de pulsão de vida e de morte. Ademais, Dejours (1988) também assume as perspectivas de Marty (1998), Groddeck (1920) e de McDougall (1991), uma vez que a neurose atual e angústia, descritas por Freud e por ele retomadas, são relacionadas às falhas de simbolização e/ou precariedade das representações psíquicas com valor simbólico e afetivo.

Vale também mencionar a abordagem de Ferraz (1997, 1998). Este coordenou a publicação de uma coletânea sobre a psicossomática psicanalítica nas quais as teorizações dos autores clássicos – Marty, Groddeck, McDougall – são constantemente retomadas pelos diferentes autores. Além dos fundamentos da psicossomática psicanalítica, também são discutidos, em tal coletânea, temas como a psicossomática em instituições de saúde e a psicossomática no trabalho, sendo a obra de Dejours uma referência recorrente nesta segunda temática.

Vale ainda lembrar de dois outros volumes da Coleção Clínica Psicanalítica, também coordenada por Ferraz, que vão além da discussão sobre a psicossomática psicanalítica presente na coletânea anterior. Nesta coleção, que é um desmembramento da

primeira, são discutidos os conceitos de normopatia (Ferraz, 2002) e de *stress* (Arantes, 2002), tal como assinalado na introdução deste capítulo.

No caso de Ferraz (2002, p.9-22) a normopatia é aproximada aos processos de somatização e sintomas de pânico, à normalidade estereotipada ou pseudonormalidade (sobreadaptação defensiva) e aos "ataques" à capacidade de pensar (presente nos ditos pacientes "difíceis", tais como os somatizadores, desviantes e outros, entre os quais os normopatas).

A definição de Ferraz (2002) sobre a normopatia nos lança luz sobre a questão do *stress*, ou melhor, nos leva a refletir acerca de similitudes entre os processos psicossomáticos, normopatas e estressores. Nas palavras do autor: *"A normopatia é , assim, uma formação decorrente de processos defensivos contra o risco de sérias desorganizações, sejam psíquicas, sejam somáticas, para as quais o analista deve ter especial atenção"* (Ferraz, 2002, p.35). Dito de outra forma, a discussão em torno do conceito de normopatia e de suas relações com a busca (frustrada) de adaptação nos leva a refletir sobre os processos defensivos similares também presentes em alguns casos de sujeitos estressados (sobretudo os mais "somatizadores" e menos reflexivos acerca das relações de seus sintomas físicos com a sua realidade psicossocial), ou mesmo de sujeitos não estressados, mas que o são às custas de um equilíbrio corpóreo-psíquico pouco consistente, senão estereotipado, ou ainda, nas palavras de Ferraz (2002, p.22), às custas de uma *"sobreadapatação defensiva"* de caráter *"pseudonormal"*.[92]

Já Arantes (2002), como já discutido na introdução deste capítulo, aborda diretamente a questão do *stress*. Ao apontar para a existência de um diálogo da Psicanálise com a visão biológica acerca do *stress* (protagonizada décadas atrás por Spitz e Selye em torno do hospitalismo e fase de exaustão do *stress*), a autora viabiliza a *"aproximação extramuros"* entre as distintas discussões acerca do *stress* e da psicossomática. Conforme nossa exposição, tal aproximação envolve tanto limites quanto também fecundas possibilidades em torno da construção de um conhecimento multidisciplinar, senão

[92] Aqui fazemos referência aos casos de *ISS = 0*. Compreendemos que o não assinalamento de nenhum dos sintomas do instrumental não significa necessariamente saúde mental ou adaptação efetivamente sadia aos estressores psicossociais e sócio-organizacionais.

sincrético[93], sobre os fenômenos sócio-psíquico-organizacionais e as relações entre saúde mental, natureza do trabalho e gestão e/ou organização do trabalho.

Não obstante, a visão da Psicossomática Psicanalítica, de qualquer forma, é uma visão sobretudo clínica e, portanto, *tende* (grifos nossos) a ser individualizante. Neste sentido, a crítica feita à abordagem comportamental-cognitivista pode ser, *mutatis mutandis*, dirigida à primeira. Por outro lado, a discussão acerca de distintos graus de capacidade de simbolização e/ou de estruturas psíquicas (neuroses, normopatias, psicossomática) nos apontam para a possibilidade do *stress* ser relacionado a uma gama de distintas personalidades e não exclusivamente a uma personalidade padrão, tal como a do tipo A (que seria correspondente somente à neurose obsessiva descrita pela Psicanálise). Assim, compreendemos que, apesar da visão clínica individualizante, a visão da Psicossomática Psicanalítica revela-se como coerente à diversidade das estruturas clínicas dos sujeitos identificados como estressados em nossa pesquisa.[94] Ademais, tal abordagem apresenta o mérito de reconhecimento da dimensão inconsciente perpassando as realidades corpórea e psíquica.

Ainda em relação à visão individualizante da Psicossomática Psicanalítica, consideramos que, de modo geral e, a despeito dos esforços mais integradores ou multidisciplinares (Arantes, 2002; Ferraz, 1997, 1998; Dejours, 1988; Eksterman, 1992), subjaz a necessidade de melhor explicitar os condicionantes coletivos ou organizacionais das problemáticas corpóreo-psíquicas. Compreendemos, portanto, que seja necessário fomentar e ampliar a tendência multidisciplinar em Psicossomática - tendência esta que, como vimos, foi apontada por Mello Filho (1992) como sendo a mais atual e a mais promissora – de forma a melhor articulá-la à Psicologia e Sociologia do Trabalho.

---

[93] O *sincretismo* pode ser definido como: 1.*"sistema filosófico que consiste em combinar as opiniões e princípios de diversas escolas; mistura de opiniões combinadas para formar um sistema misto"*; 2.*"ecletismo"*. O *ecletismo*, por sua vez, pode ser definido como: 1.*"método que consiste em reunir teses de sistemas diversos"*; 2.*"posição intelectual ou moral caracterizada pela escolha, entre várias formas de conduta ou opinião, das que parecem melhores, sem observância de uma linha rígida de pensamento"*. O *sincretismo* também pode ser definido, a partir da Filosofia, como: *"reunião de idéias ou teses de origens disparatadas"*; *"visão de conjunto de uma totalidade complexa"*; *"amálgama de doutrinas ou concepções heterogêneas"*; *"fusão de elementos culturais diferentes, ou até antagônicos, num só elemento, continuando perceptíveis alguns sinais originários"*; *"ecletismo"*. Vide Caldas Aulete Dicionário (p.4688) e Dicionário Aurélio (Ed. Nova Fronteira, p.625, p.1567). Sobre a identidade sincrética como algo além e aquém da identidade convencional, vide Bleger (1980, p.83-99).

[94] Vide Capítulo IV.

4) O *stress* e a articulação das contribuições da Psicopatologia do Trabalho e da Psicanálise:

As contribuições da Psicanálise e da Psicopatologia do Trabalho à compreensão dos fenômenos corpóreo-psíquicos (tal como o *stress*) envolvem distintos enfoques e nuances, ainda que sob uma matriz teórica relativamente comum ou unificadora (paradigma psicodinâmico). Isto significa dizer que estes dois campos do saber envolvem não somente convergências, mas também focos distintos de análise, focos estes que merecem ser explicitados.

A Psicanálise contribui para tal debate basicamente através de duas vertentes: a da Psicossomática Psicanalítica (McDougall, 1991; Groddeck, 1992; Ávila, 1996; Marty, 1998; Birman, 2000b; Ferraz, 1997, 1998, 2002; Arantes, 2002) e a da Psicanálise das Organizações (Enriquez, 1995, 1997a, 1997b, Davel & Vasconcelos, 1995; Losicer, 1995; Volnovich, 1995; Pagès, 1990; Board, 1978). Tratam-se, vale dizer, de concepções psicanalíticas que não se conformam a uma Psicanálise do tipo "puro" e que são mais ou menos permeáveis a outras áreas do saber, conforme o autor em questão. Esta classificação da Psicanálise dita "não pura" nestas duas vertentes, nesse sentido, é meramente didática, uma vez que a própria noção de multidisciplinaridade (presente em ambas as vertentes) é avessa às categorizações rígidas.

De modo geral, a Psicossomática Psicanalítica, conforme anteriormente afirmado, apresenta um viés mais clínico e tende a um foco mais individualizante dos fenômenos corpóreo-psíquicos. Nesse sentido, ainda que tal vertente seja diametralmente oposta ao viés biologizante e cognitivista da Psicologia Comportamental-cognitivista, pode-se afirmar que tal corrente, tal como esta última, não se caracteriza por relacionar o objeto geral de análise (as afecções corpóreo-psíquicas) a objetos mais específicos - tais como o de relacionar, de forma mais contundente e explícita, tais "afecções" à gestão e à organização do trabalho. Dito de outra forma, a Psicanálise Psicossomática e seu foco clínico (intrapsíquico) não incita-nos a uma abordagem mais politizada do conceito de *stress*. Tal possibilidade se faz presente, por outro lado, na vertente da Psicanálise das Organizações.

A Psicanálise das Organizações, vertente permeável à Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Filosofia e Administração (Davel & Vasconcelos, 1995) não somente absorve elaborações teóricas da Psicossomática Psicanalítica, mas as absorve em seu foco

crítico sobre o mundo do trabalho, de forma a aproximar-se bastante da Psicopatologia do Trabalho (Losicer, 1995). Assim, sem negar a metapsicologia da Psicanálise Psicossomática, a Psicanálise das Organizações configura-se como campo do saber onde a questão do *stress* pode ser abordada de forma mais direta às formas *"patogênicas"* de organização do trabalho, ou seja às formas de organização do trabalho caracterizadas pela rigidez de regulamentos, rigidez da prescrição das tarefas e/ou ausência da liberdade em relação ao modo operatório individual ou singular de executá-las (Dejours, 1989, 1992, 1993).

As produções teóricas da Psicanálise das Organizações e da Psicopatologia do Trabalho abordam não somente a relação do trabalhador com seu trabalho ou a menor ou maior sintonia entre tarefa e características de personalidade. Tais produções também elaboram pertinentes críticas à sociedade e ideologia capitalista, enfatizando que as relações sociais de produção e os modos de pensar e agir a elas vinculados relacionam-se corriqueiramente aos aspectos técnicos e sistêmicos da organização do trabalho. Sendo assim, tratam-se de elaborações teóricas que superam tanto o foco mais clínico ou individualizante que distancia-se da noção de gestão patogênica do trabalho (Psicologia Cognitiva e Psicanálise Psicossomática), como também o foco *fisiológico-biologizante* que, conforme nossa argumentação antes explicitada, apresenta limitado alcance sócio-crítico (Psicologia Comportamental e Medicina).

Em relação à Psicanálise das Organizações vale ressaltar os argumentos de Enriquez (1990, p.47-55) que, a partir do texto freudiano *Psicologia de Massas e Análise do Ego* (Freud, 1921), aponta-nos para a indissociabilidade entre Psicologia Individual e Psicologia Social. Tal visão coaduna-se com o desafio por nós anteriormente referido de se abordar a questão da saúde mental no trabalho, de forma a superar a dicotomia individual-coletivo (Minayo, 1996).

Segundo Enriquez (1990), o referido texto freudiano nos permite elaborar várias justificativas acerca da impropriedade de opormos o saber sobre o indivíduo ao saber sobre o social e o institucional. Enriquez (1990, p.47-55) nos aponta que a história do sujeito é a história das suas identificações com os outros e que a psicologia do sujeito depende do contexto no qual ele se insere, do tecido das relações sociais, das posições identificatórias e dos conflitos delas derivados. O autor francês também considera que o acento ao fator

personalidade não afina-se à visão psicanalítica de que condutas não são fixas (plasticidade da libido) e de que o sujeito modifica-se conforme os vínculos sociais que estabelece.[95] Ao tecer tais considerações, Enriquez (1990) menciona algo particularmente interessante tendo em vista nossa crítica ao viés biologizante ou individualizante acerca do *stress*, a saber: não existem personalidades ou doenças que sejam puro produto de fatores orgânicos ou fatores psicológicos endógenos (Enriquez, 1990, p.48).

Enriquez (1990; 1997a) considera que a análise dos textos sociológicos freudianos é um excelente instrumental para a análise das organizações e das relações de trabalho. Segundo sua argumentação, nas organizações se *"modula o amor e a identificação conforme os modelos de comportamento que ela deseja moldar e instituir"* (Enriquez, 1990, p.73). Sendo assim, considera que o texto *Psicologia de Massas e Análise do Ego* é um texto inaugural de uma disciplina nova, a Psicossociologia, que é por ele definida como *uma "ciência dos grupos, das organizações e das instituições"* (Enriquez, 1990, p.78). Segundo nossa concepção, a Psicossociologia é uma área abrangente do conhecimento, sendo a Psicanálise das Organizações uma de suas subáreas. [96]

4.1) A Psicanálise das Organizações e a Psicopatologia do Trabalho e as suas relações com o paradigma integrador: das noções de negação da subjetividade e de carga psíquica no trabalho ao conceito de *desgaste*:

Conforme apontamos inicialmente, o trabalho *"vem sendo reconhecido como importante instância na patogenia, no desencadeamento e na evolução de distúrbios psíquicos"*, de forma que há crescente interesse pela temática da *"psicopatologia do trabalho"* (Seligmann-Silva, 1995, p.289)

A concorrência de aspectos individuais e coletivos relacionados à complexa *"conexão trabalho/psiquismo"* (Seligmann-Silva, 1995, p.289) é apontada tanto pela Psicopatologia do Trabalho (Dejours, 1992; 1994; 1993, 1989) como pela Psicanálise das

---

[95] Ao longo de sua argumentação o referido autor justifica a seguinte frase de Freud (1921) em *Psicologia das Massas e Análise do Ego*: *"a psicologia individual é também, desde o princípio e simultaneamente, uma psicologia social"* (Apud Enriquez, 1990, p.47-55). O autor francês aponta-nos para a importância do outro e do vínculo social na constituição e nas possibilidades de transformação da subjetividade. Baseado em Freud (1921), Enriquez (1990, p.51-52) nos elucida que no vínculo social o outro intervém como modelo (o outro como referência ou fonte identificatória), objeto (o outro como âncora das satisfações), apoio (o outro como auxiliar ou fonte de solidariedade) e adversário (o outro como oponente ou fonte de hostilidade).

[96] A tradução do referido texto freudiano na *Edição Standart* (Editora Imago, 1987) é *"Psicologia de grupo e análise do ego"*. Acerca da Psicanálise das Organizações, vide também a obra *"El psicoanálisis de las*

Organizações (Pagés, 1990; Aubert, 1994 ; Enriquez, 1997a, 1997b, 1995; 1994; Leite, 1995; Losicer, 1995; Volnovich, 1995).

Aubert (1994) discute bem a questão dos pesos de aspectos da história individual e da organização do trabalho na eclosão de doenças ocupacionais. O autor diferencia a *"psiconeurose profissional"*, somente ativada pelo contexto do trabalho, da *"neurose profissional"* propriamente dita. Segundo tal autor, há situações nas quais a organização do trabalho apenas catalisa ou desencadeia uma problemática psíquica. Nestes casos o autor utiliza o termo *"psiconeurose profissional"*, de forma a demonstrar a preponderância da etiologia da estrutura psíquica sobre a estrutura social na eclosão da doença. Já o termo *"neurose profissional"* é utilizado para sinalizar a hegemonia da organização do trabalho na "produção" da doença ocupacional, isto é, a preponderância da estrutura sócio-organizacional sobre a estrutura psíquica na etiologia da doença.

De modo geral, os autores acima mencionados que tomam como referencial teórico a Psicanálise das Organizações afirmam que há, no campo da tradicional organização do trabalho, uma negação da subjetividade, assim como há, no campo da organização pós-fordista do trabalho, um falso reconhecimento da mesma, uma vez que o olhar sobre o sujeito organizacional ainda é o olhar instrumental - o olho do poder, segundo Foucault (1979) - e não o olhar social e clinicamente responsável (Leite, 1995; Pagès, 1990; Aubert, 1994; Heloani,1996a, 1996b, 1999).

De acordo com a Psicanálise das Organizações, a possibilidade de expressão da subjetividade nas organizações está longe do desejável e tal fato relaciona-se à equivocada concepção do sujeito organizacional enquanto "recurso" humano. Segundo Leite (1995) o sujeito organizacional deve ser compreendido como sujeito do inconsciente, cuja pulsão jamais será inscrita no modelo motivacional dos "recursos" humanos. A relação indivíduo-organização, estruturalmente tensa e conflitiva, tal como nos aponta Leite (1995), tende a ser meramente instrumentalizada pela gestão. Na instrumentalização da subjetividade o equívoco da concepção do sujeito organizacional enquanto "custo" e/ou "recurso", originada no taylorismo-fordismo (Heloani, 1996, 1999), repete-se, dissimuladamente, nos pressupostos básicos dos *"demiurgos"* da dita gestão da *"cultura organizacional"* (Aktouf, 1992, p.40-48).

---

organizaciones" (Board, 1978), assim como as demais referências dos autores diretamente abordados ao

A lógica instrumental da empresa pós-fordista ilude-se quanto à possibilidade de fundir o indivíduo à ideologia ou cultura organizacional. A relação indivíduo-organização, tanto segundo Leite (1995) como segundo Enriquez (1995), Losicer (1995) e Dejours (1993), deve ser situada num *espaço de negociação*, *espaço da palavra* e da *escuta recíproca*. A ilusão da fusão e da harmonia total indivíduo-organização é, além de uma imagem ideológica, uma crença contraproducente à construção de tal *espaço de negociação* (Leite, 1995).

A instrumentalização da subjetividade, segundo Losicer (1995), provoca defesas patológicas do indivíduo face ao rigor das regras organizacionais. A doença psicossomática e a dissociação do ego prevalecem sobre a possibilidade do trabalho concretizar-se como atividade sublimatória. Tais considerações de Losicer (1995), vale dizer, são corroboradas pelas análises presentes na obra de Dejours (1992; 1994; 1993; 1989), assim como pelo próprio *stress* dos guardas municipais, intimamente relacionado à obstrução dos processos de comunicação e de transformação da gestão e organização do trabalho.

Para Enriquez (1995), há um falso reconhecimento da subjetividade nas organizações. O "interesse" pelo sujeito seria baseado numa pseudoética do trabalho. Segundo este autor, a organização finge reconhecer a subjetividade para colocar o potencial físico, intelectual e afetivo do sujeito organizacional a serviço da rentabilidade. Trata-se de um jogo de sedução. Através dele a organização *"quer ser amada fazendo parecer que ama"* (Enriquez, 1995, p.15). Para o psicossociólogo, trata-se de uma administração estratégica da subjetividade, ou ainda, uma instrumentalização da subjetividade. Nas palavras do mesmo: *"a administração estratégica faz parecer respeitar o sujeito humano, mas para alienã-lo mais ainda"* (Enriquez, 1995, p.19).

A obra de Enriquez (1997a; 1997b; 1995; 1990) é hoje uma referência clássica e central no campo da Psicanálise das Organizações e da caracterização deste como saber intimamente articulado à Sociologia do Trabalho e à crítica mais ampla à sociedade, cultura e ideologia capitalista.

Enriquez (1997) diferencia a conceituação taylorista e gerencialista da organização como *"máquina"* da conceituação da psicossociologia dos grupos e da sociologia das organizações da organização como *"sistema humano"* animado por *"paixões e interesses"*

---

longo de nossas análises.

(Enriquez, 1997, p.9). Ademais, o autor aponta para uma abordagem mais atual acerca das organizações, na qual se fazem presentes os princípios gerais da teoria freudiana acerca do homem, das instituições, da sociedade e da cultura. Tal abordagem compreende a *"organização"* como um *"sistema cultural, simbólico e imaginário"* que se caracteriza como *"lugar de fantasmas e desejos individuais e coletivos"* (Enriquez, 1997, p.9).

Segundo argumentação de Enriquez (1997), Freud estabeleceu elos entre o inconsciente individual e a vida social, de forma a demonstrar que o inconsciente está em atividade não só no indivíduo, mas também na sociedade e nas instituições (Enriquez, 1997, p.16). Enriquez (1997, p.16-17) justifica sua argumentação mencionando que o conceito de identificação, central na obra freudiana, remete-nos inevitavelmente ao outro e ao vínculo social (laço social da dimensão subjetiva). Dito de outra forma, o indivíduo não existe fora do campo social e institucional.

No campo institucional, o indivíduo divide-se entre o seu desejo (reconhecimento do seu desejo) e a necessidade de identificar-se com o outro (desejo de reconhecimento) (Enriquez, 1997, p.17). Segundo afirma o autor, *"só o outro pode reconhecê-lo como portador de desejos e garantir-lhe seu lugar na dinâmica social"*.

Nós acrescentamos à afirmativa logo acima explicitada a nossa consideração de que somente numa organização do trabalho aberta à escuta do sujeito estressado e flexível em termos da participação do trabalhador na (re)estruturação do sistema de trabalho – organização que possibilita um *espaço de negociação* - é que se possibilita o reconhecimento deste como indivíduo portador de desejos e merecedor de um lugar mais digno na dinâmica sócio-organizacional. De qualquer forma, mesmo que as instituições não sejam abertas a tal tipo de (re)conhecimento, cabe à Psicanálise das Organizações, enquanto *"ciência das interações entre os diferentes outros e os processos de identificação, de projeção, de culpabilização e de formação de fantasmas que se colocam nessas inter-relações"* (Enriquez, 1997, p.17), tentar promovê-lo através do trabalho metafórico e da conscientização da existência dos processos de indentificação e de culpabilização do indivíduo na organização enquanto autênticos processos de poder e dominação.[97]

---

[97] Conforme anteriormente comentado, há casos na nossa pesquisa que demonstram a culpabilização do guarda municipal em detrimento da observância dos determinantes sócio-organizacionais de sua patologia. Estamos nos referindo ao caso de alcoolismo brevemente comentado quando da discussão da literatura norte-americana sobre o *stress policial*.

Enriquez (1997) sintetiza o eixo sociológico freudiano útil à análise dos fenômenos organizacionais. Tal eixo engloba uma série de pressupostos abaixo analisados.

O primeiro pressuposto é o da *"ligação entre a realidade psíquica e a realidade histórica"*. Tal pressuposto nos alerta para o fato de que até mesmo nas interpretações mais enviesadas ou subjetivas da realidade organizacional existe um elo com aspectos objetivos da mesma (Enriquez, 1997, p.18-19).

O segundo pressuposto é o da relação da vida institucional com o mítico e o simbólico: *"não pode existir sociedade sem mitos de criação, seita sem lendas, legendas e símbolos"*, ou ainda, *"organização sem uma saga* [98] *de seu criador"* (Enriquez, 1997, p.18).

O terceiro pressuposto é o do *"jogo de duas pulsões antagônicas e intrincadas"*: a pulsão de vida (Eros) e a pulsão de morte (Thanatos) (Enriquez, 1997, p.19). Segundo argumento do autor, as pulsões regem a existência do homem e da sociedade, sendo que a pulsão de vida é relacionada à ligação e à ordem social e a pulsão de morte é relacionada tanto à busca da redução das tensões a um estado zero como também à destruição dirigida ao exterior e/ou ao si mesmo (Enriquez, 1997, p.19)[99].

Como quarto pressuposto temos o do *"papel determinante do grande homem no edifício social"* (Enriquez, 1997, p.20). Neste ponto o autor aborda a questão do líder na organização e de sua relação com a imagem paterna em sua relação com grupo de liderados: *"não existe grupo sem pai"*, afirma-nos metaforicamente o autor (Enriquez, 1997, p.20). Enriquez (1997) também nos aponta para a ambigüidade do fenômeno da liderança e para a ambivalência dos liderados na sua relação com o mesmo, já que a figura do líder (ou mesmo um símbolo organizacional que pode "funcionar" como uma espécie de "líder abstrato") é corriqueiramente relacionada tanto à imagens do *"pai portador da morte"* quanto à do *"pai amoroso"* (Enriquez, 1997, p.20).[100]

---

[98] Saga = 1. Narrativas antigas, lendas; 2. Bruxarias, feitiçarias (Koogan Larrousse, p.756-757).

[99] De fato na nossa pesquisa foi possível verificar a agressividade dirigida tanto ao si mesmo (*stress em fase de exaustão*), como ao externo (às relações grupais e intersubjetivas, aos monitores, aos "chefes", aos cidadãos e à própria organização e gestão do trabalho). Sobre a pulsão de morte nas organizações enquanto elemento inibidor da subjetividade autônoma e propulsor da inércia e/ou ineficácia institucional, vide trabalho de Enriquez (1991) publicado em obra coordenada por Kaës (1991).

[100] Na posição de líder, o Secretário Municipal de Segurança chamava para si a responsabilidade da edificação da instituição Guarda Municipal. Os guardas municipais projetavam nele tanto a imagem de defensor como de obstaculizador das suas expectativas e anseios, ou seja, imagens relativamente relacionadas ao do "pai" amoroso e do "pai" castrador.

O quinto pressuposto é o de que a civilização ou organização demandam uma *"renúncia à satisfação das pulsões"* (Enriquez, 1997, p.21). Aqui o autor nos remete à idéia de que a consideração à subjetividade na situação organizacional não é uma apologia ingênua à realização do desejo. O trabalho implica em formas sublimatórias do desejo e no estabelecimento de *"afeição"* e *"identificações comuns"*. Enquanto elemento estruturante da identidade profissional, as identificações nas relações de trabalho devem ser distinguidas das inculcações ideológicas e do conformismo do indivíduo às normas pré-estabelecidas na (in)evitável realidade burocrática da dinâmica organizacional.

O sexto pressuposto é o do *"o papel essencial da ilusão na edificação dos vínculos sociais"* (Enriquez, 1997, p.21-22). Neste ponto o autor discute a abordagem da vida social como um drama e a vida organizacional como reprodutora da ideologia social mais ampla. Nas palavras do mesmo: *"o social é em seus fundamentos, o lugar da falsidade, do disfarce e da falsa experiência"* (Enriquez, 1997, p.22).[101]

Além de sistematizar as importantes considerações teóricas de Freud a respeito da sociedade e das instituições, Enriquez (1997) também aponta para aspectos metodológicos dirigidos à intervenção organizacional. Segundo o mesmo, o trabalho de intervenção deve ser metafórico e deve possibilitar estabelecer *"correspondências subterrâneas, invisíveis"* (*"relações inéditas"*), ou ainda, *"conexões não previstas"* que sejam capazes de unir *"aspectos inesperados"* e aparentemente incompatíveis (Enriquez, 1997, p.14-15).

Do nosso ponto de vista, a abordagem psicossociológica do fato organizacional proposta pelo autor francês visa "iluminar" a "natureza" da organização e das estruturas que ela adota. A explicitação dos conflitos e das contradições entre a estrutura organizacional-burocrática e os atores sociais nela envolvidos configura-se como uma das formas de intervenção metafórica prescritas por tal abordagem (Enriquez, 1997; Motta, 1986).

As proposições discutidas por Enriquez (1997) coadunam-se à nossa interpretação do *stress* no trabalho dos guardas municipais como um processo dialético de caráter sócio-psíquico e organizacional, assim como às nossas sugestões de que sejam estabelecidas

---

[101] De fato os conflitos nas organizações, assim como na Guarda Municipal, por vezes assumem uma dimensão dramática, quer seja no sentido da "tragédia" (ineficácia organizacional aliada à infelicidade individual – Leite 1995), quer seja no sentido da imposição da falsidade via dominação e poder (Pagès, 1990). A respeito do drama dos papéis sociais na vida social e organizacional, vide também Fonseca (2000).

correspondências nem sempre previstas ou esperadas entre os elementos da realidade sócio-organizacional e os da realidade "individual".

A proposta de intervenção organizacional de Enriquez (1997) é por nós apoiada, uma vez que a mesma visa substituir a predominância do imaginário enganador pela predominância do imaginário motor, de forma que, a partir da prevalência deste último, possam se estabelecer novas condições de trabalho nos quais se efetivem: criação em detrimento de regras; diferença ao invés de repetição; práticas sociais inovadoras; ruptura com a linguagem instituída; mudança nas modalidades do desejo e do objeto do desejo; espontaneidade e invenção técnica; nova dinâmica de trabalho e de relações sociais; escape da cotidianidade e novo ritmo de vida (Enriquez, 1997, p.35-37).

As contribuições de Enriquez são (1997; 1995; 1990) enriquecidas por várias contribuições de outros autores, psicólogos organizacionais, psicanalistas, assim como pelo conjunto de conceitos da Psicopatologia do Trabalho.

Morgan (1992), em seu clássico *"Imagens da Organização"*, aponta-nos para a instrumentalização da subjetividade no contexto organizacional ao abordar a metáfora da organização enquanto *"instrumento de dominação"*. Ao fazê-lo, considera o poder disciplinar das organizações *"a face repugnante"* das mesmas, exemplificando sua metáfora-crítica através da análise do psicanalista organizacional francês, Max Pagès (1990) a respeito de uma multinacional americana de grande porte.

Pagés e colaboradores (1990) teorizam que a organização constitui um sistema de poder sócio-mental, no qual o ideal de eu é substituído pelo ideal de eu organizacional (através da manipulação do narcisismo e do binômio prazer-angústia pelas políticas de Recursos Humanos). Para os autores a organização explora a *força de trabalho* (Marx) através da manipulação do *inconsciente* (Freud), de forma a gerir uma *dominação* (Weber) na qual se produzem *"corpos dóceis"* politicamente e úteis economicamente (Foucault, 1994).

A visão de Pagés afina-se à de Aubert (1994). Tal autora conceitua o poder nas organizações como um sistema psíquico-organizacional, sistema este que relaciona-se tanto à emergência da *"psiconeurose profissional"* como à "produção" da *"neurose profissional"* propriamente dita.

Pagès (1990) nos aponta para a articulação entre estrutura social e estrutura psíquica, ideologia e inconsciente, de forma a demonstrar a existência da relação entre alienação social e patologia individual, ou ainda, entre conformismo social e empobrecimento da identidade no seio da gestão do inconsciente "promovida" pela organização hipermoderna (multinacional). O autor considera que contradições organizacionais são internalizadas e reproduzidas individualmente pelos indivíduos sob a forma de conflito psíquico.

Na nossa pesquisa, foi possível verificar que as contradições organizacionais (ex: ambigüidade ou imprecisão da delimitação ou extensão do poder da autoridade policial da Guarda Municipal), expressaram-se em conflitos intrapsíquicos dos guardas municipais em relação à sua função profissional. Assim, o conflito de origem sócio-institucional e ocupacional também foi vivenciado de forma deslocada, como se fosse um conflito de caráter eminentemente pessoal. Ao se deslocar o conflito do plano sócio-organizacional original para o plano individual, as contradições sociais se ocultam em contradições psíquicas. Estas, por sua vez, expressam-se em uma condição aparentemente individual e de conseqüências nefastas para o corpo biológico e para a subjetividade, a saber: a condição de *stress*.

De modo geral, a Psicanálise das Organizações, conforme argumentam Enriquez (1995) e Davel & Vasconcelos (1995), enfatiza a já tardia necessidade de se romper com a noção do sujeito organizacional como "recurso" - visão esta reforçada pela cumplicidade da Psicologia Comportamental com a Administração clássica. Dito de outra forma, urge uma redefinição do lugar do sujeito no campo organizacional (Enriquez, 1995; Davel & Vasconcelos, 1995; Losicer, 1995; Leite, 1995; Volnovich, 1995; Heloani, 1999) que se sobreponha às abordagem individualizantes, psicologizantes e "adaptativas" dos indivíduos aos ambientes (patogênicos) de trabalho e aos seus enfoques prescritivos de base taylorista-fordista.

Segundo Heloani (1999) o rompimento com a visão do sujeito organizacional enquanto mero "recurso" pressupõe uma revitalização da Psicologia do Trabalho e também uma redefinição do papel organizacional e da própria identidade do psicólogo do trabalho na atualidade (Heloani, 1999, p.48). Ainda segundo Heloani (1999, p.49), faz-se necessário não somente tratar de problemas como a fadiga e o trabalho patogênico de forma

diametralmente oposta à da *"psicotecnologia"* ou *"psicometria"* calçadas no *"positivismo ingênuo"* da Engenharia taylorista-fordista, mas também de forma diferenciada da aparente "preocupação" com o sujeito presente nos atuais modelos teóricos que embasam a dita *"reestruturação produtiva"*.

Portanto, para Heloani (1999), Enriquez (1995) e Pagés (1990), a docilização e cooptação do sujeito organizacional no contexto pós-fordista não correspondem à desalienação ou respeito à fisiologia do trabalhador, mas sim às novas formas de dominação, mais sutis e disfarçadas e, nesse sentido, não raramente mais profundas e patogênicas (Heloani, 1999, p.49-51; 2003).

Portanto, o campo da Psicanálise das Organizações nos mune de conceitos e reflexões que nos possibilitam pensar o *stress* como problemática intrinsecamente relacionada às formas de organização do trabalho, ou ainda, como problemática invariavelmente relacionada à exclusão e/ou manipulação da subjetividade no cotidiano organizacional. Do ponto de vista de tal abordagem, os problemas individuais (*stress*, doenças psicossomáticas) são parte de uma problemática sócio-coletivo-organizacional que os transcende. Dito de outra forma, trata-se de uma abordagem que vai além da abordagem clínica tradicional e que, ao integrar pressupostos sociológicos e materialista-dialéticos, nos permite conceituar o *stress* enquanto defesa e desgaste, ou ainda, relacionar o *stress* tanto às relações de poder como à sua contrapartida, a saber, à resistência crítica. Esta última, vale dizer, jamais será abolida, mesmo quando diante das mais "refinadas" formas de dominação (Schiling, 1991; Leite, 1995).[102]

Dejours, por sua vez, desenvolve, a partir do campo da Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho por ele inaugurado, o conceito de *"carga psíquica"* (1994, p.25-28). Do nosso ponto de vista, tal conceito é extremamente importante para análise e melhor compreensão dos problemas sócio-psíquico-organizacionais, assim como intimamente relacionado tanto à noção de negação da subjetividade discutida pelos referidos psicanalistas organizacionais, como ao conceito de *desgaste* abordado por Seligmann-Silva (1994; 1995) e por Laurell e Noriega (1995).

---

[102] Na nossa pesquisa a visão crítica dos guardas municipais pôde ser apreendida sobretudo nas entrevistas e questionários nas quais os mesmos formularam sugestões de alterações e/ou aprimoramentos em relação às atividades de formação e de reciclagem, assim como aos aspectos técnicos da atividade ocupacional cotidiana. Vide capítulo IV.

Dejours faz uma distinção entre *"carga psíquica"* e *"carga física"* no trabalho. Tal distinção não só permite assinalar as lógicas nem sempre compatíveis dos processos mentais e corporais – ou ainda, "subjetivos" e "objetivos" – mas também possibilita assinalar a assunção ao mesmo tempo qualitativa e quantitativa do conceito de *desgaste*. Sendo assim, também nos auxilia a imprimir, neste último, a marca da indissociabilidade entre o corpóreo e o psíquico, a despeito de suas possíveis distinções.

Para Dejours (1994, p.16), a carga psíquica do trabalho não é mensurável ou quantificável. O seu caráter é qualitativo e dinâmico. Isto significa dizer que ela é inscrita na subjetividade e, ao mesmo tempo, relaciona-se a uma vivência real articulada às exigências ou pressões do trabalho cotidiano. A carga psíquica difere-se da carga física, pois esta última relaciona-se ao emprego excessivo de forças fisiológicas, ao passo que a carga psíquica relaciona-se sobretudo à *"retenção de energia pulsional"* ou *"subemprego de aptidões psíquicas, fantasmáticas ou psicomotoras"* (ou ainda, à ausência do *"livre funcionamento"* de tais aptidões) (Dejours, 1994, p.24). Tal não significa dizer que não possa haver *desgaste mental* derivado de sobrecarga de esforços intelectuais e/ou psicológicos, nem tampouco que estes não possam se correlacionar aos esforços físicos. A distinção entre carga física e carga psíquica, como foi mencionado, ao mesmo tempo que aponta para possíveis distinções entre o corpóreo e o psíquico, também assinala a sua indissociabilidade. Nas palavras de Dejours (1994, p.29-30), que toma o termo *"fadiga"* como termo integrador e não o termo *"desgaste"*: *"não existe fadiga somática que não tenha, simultaneamente, uma tradução psíquica"* (...) *"a fadiga é uma testemunha não específica da sobrecarga que pesa sobre um ou outro dos setores do organismo psíquico e somático"*.

A discussão de Dejours (1994) em torno do conceito de carga psíquica nos parece de extrema importância para a análise do *stress* nos guardas municipais. Ela demonstra a indissociabilidade entre o somático e o psíquico, assim como entre o individual e o coletivo, o quantitativo e o qualitativo. Ademais, nos permite não somente apontar para os aspectos organizacionais que tornam o trabalho patogênico, mas também para a necessidade de transformações dos mesmos no sentido de possibilitar a configuração do trabalho estruturante ou sublimatório.

No que se refere à atividade de risco dos guardas municipais, a análise dejouriana nos permite refletir que ela pode ser justamente um contraponto às atividades de conteúdo vazio ou de natureza rigidamente prescrita e, nesse sentido, ser um fator compensador do *stress* e não propriamente produtor do mesmo, tal como se poderia concluir a partir da ênfase na concepção biológica.[103]

A distinção dejouriana tributária da Ergonomia – a saber: a distinção entre trabalho prescrito e trabalho real – também é outro ponto capital para a discussão da relação entre gestão, saúde e subjetividade. A burocracia institucional tende a fazer do trabalho prescrito um elemento disciplinador, distanciando-se da norma enquanto baliza ou elemento norteador de uma atividade ocupacional condizente à eficácia profissional e à saúde mental. Nesse sentido, o trabalho real tende a configurar-se como um boicote silencioso ao trabalho prescrito, ainda que, em última instância, seja ele o que dá vida concreta à ação profissional. Na ausência da negociação entre o prescrito e o real, acaba por prevalecer a lógica de uma transgressão desregrada, ou ainda, a lógica do trabalho patogênico em detrimento do trabalho sublimatório no seio da rigidez organizacional (Dejours, 1993).

Sendo assim, a Psicanálise das Organizações e a Psicopatologia do Trabalho opõem-se tanto ao esmagamento taylorista-fordista da subjetividade e à sobrecarga psíquica no mundo do trabalho, como também ao *envolvimento* do indivíduo buscado pelo modelo pós-fordista, colocando-se, de tal forma, em prol da defesa de uma expressão mais livre senão emancipatória da subjetividade face à gestão do trabalho.

A discussão do *stress* ocupacional em guardas municipais é, nesse sentido, politicamente enriquecida pelas abordagens da Psicanálise das Organizações e pela Psicopatologia do Trabalho. Do nosso ponto de vista, a integração de tais abordagens ao modelo de estudo sobre saúde mental e trabalho proposto por Seligmann-Silva (1995) é um desdobramento tão necessário quanto coerente. Isso significa dizer que as noções de fadiga e sobrecarga psíquica no trabalho (Dejours, 1992) e de negação ou instrumentalização da subjetividade (Leite, 1995; Losicer, 1995; Pagès, 1990; Heloani, 1996a, 1996b; Silva, 2000) podem ser aglutinados no conceito de *desgaste mental*. Ademais, tal conceito permite uma ponte com os *"estudos do work stress"* (Seligmann-Silva, 1995, p.294).

---

[103] Tal análise será retomada nos capítulo IV.

Compreendemos que os estudos sobre o *stress* no trabalho que são passíveis de serem relacionados ao referido *paradigma integrador* são justamente aqueles que se desdobram e, em certa medida, superam o modelo positivista clássico, ou seja, justamente aqueles que passaram a incluir a psicodinâmica, a influência dos aspectos psicossociais na constituição do *stress* e o conceito de *burnout*. Este último, como foi apontado, ressalta a importância de se pensar o *stress* como um *processo de desgaste* no exercício profissional, e não o *stress* como uma mera resposta a estímulos isolados. Tal processo, vale dizer, envolve relações interpessoais intensas, frustração de expectativas e diminuição da auto-estima, aspectos estes não raramente presentes em *"profissões de ajuda"* (Reinhold, 2002, p.65; Pereira, 2002), tal como pode ser caracterizada, entre outras, a de guarda municipal.

Portanto, o conceito de *desgaste mental* (no trabalho dominado) é um conceito integrador das diferentes abordagens em saúde mental e trabalho. Através do mesmo torna-se possível aproximar alguns dos termos aqui discutidos, tal como os de *stress* ocupacional, *burnout*, negação e/ou envolvimento da subjetividade, ou ainda, os de fadiga ou sobrecarga psíquica face a organização patogênica do trabalho.

Vale ainda ressaltar que o *desgaste* não deve ser compreendido como mero resultado de sobreesforços físicos ou psíquicos e/ou da "objetividade" de fatores estressores notadamente mais intensos. Em outras palavras, não se trata de um conceito que se limita à questão quantitativa nem tampouco à questão das "forças" ambientais. Pelo contrário, é necessário explicitar o seu caráter também qualitativo e, portanto, não quantificável e de natureza psicodinâmica. Nesse sentido, articula-se de forma direta ao conceito dejouriano de *"carga psíquica"* logo acima discutido (Dejours, 1994, p.25-28).

O modelo do desgaste mental no trabalho dominado proposto por Seligmann-Silva (1995, p. 290), ao nosso ver, é essencial para dar conta da complexidade da *"conexão trabalho-psiquismo"* (Seligmann-Silva, 1995, p.289). Dentre as convergências teóricas possibilitadas por tal modelo (Dejours, 1993; 1992; 1989; Arantes, 2000; Seligmann-Silva, 1992), destacamos dois argumentos centrais para análise de nosso objeto de pesquisa: *"quanto menor a participação do trabalhador na formulação da organização de sua própria atividade e no controle sobre a mesma, maiores as possibilidades de que esta atividade seja desfavorável à saúde mental"* (Seligmann-Silva, 1995, p.290); o *stress*

caracteriza-se como um processo dialético e defensivo de desgaste ao mesmo tempo psíquico, corpóreo, social e organizacional.

Vale também (re)considerar que a concepção de Seligmann-Silva sobre o desgaste no trabalho dominado (1995, p.294; 1994) enquanto *"produto de uma correlação desigual de forças no processo biopsicossocial saúde-doença"* é intimamente relacionado à concepção materialista-dialética de Laurell & Noriega (1989). Segundo tais autores, o *desgaste* ou *stress* no trabalho é primariamente um dado coletivo, relacionado ao processo de alienação. Tal desgaste pode ser observado nos indivíduos pela perda (não irreversível) de suas capacidades bio-psíquicas efetivas ou potenciais (ao qual nós incluímos também a perda ou suspensão da capacidade de crítica e de transformação da organização do trabalho). Nas palavras dos autores: *"o desgaste pode ser definido, então, como a perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica (...) a noção de desgaste não se refere necessariamente a processos irreversíveis, já que freqüentemente se pode recuperar as perdas de capacidade efetiva e/ou desenvolver potencialidades antes atrofiadas (...) o trabalho sob o capitalismo é o trabalho alienado e implica o uso deformado e deformante tanto do corpo como das potencialidades psíquicas (...) converte-se numa atividade cujo componente desgastante é muito maior que o da reposição e desenvolvimento das capacidades (...) finalmente haveria que reforçar que os processos de desgaste caracterizam as coletividades humanas e não primariamente os indivíduos"* (Laurell & Noriega, 1989, p.115-117).

Julgamos essencial ressaltar a concepção dialética de Laurell e Noriega (1989), base das formulações de Seligmann-Siva (1995), pois ela ao mesmo tempo que explica a dominação e o poder no trabalho e nas organizações, não os apresenta como um dado fechado e incontornável. Ou seja, potencialidades não estão perdidas por completo, mas desgastadas, despotencializadas. Tal nuance de análise também se faz presente na complexa articulação da teoria crítica com a Psicanálise, ou mais especificamente, na apropriação habermesiana da Psicanálise Social em sua critica à sociedade e à cultura (Rouanet, 1986).

Segundo Rouanet, Habermas (Apud Rouanet, 1986, p.258) critica as *"legitimações ideológicas que inibem a percepção das estruturas da comunicação sistematicamente deturpada"*, ou ainda, as *"normas e instituições reificadas que bloqueiam a livre comunicação entre os homens"*. No seio da realidade sócio-organizacional vigente, os

desejos aceitos são somente os compatíveis com a normatividade estabelecida, sendo as interpretações lingüísticas proibidas excluídas do espaço da linguagem pública. Ou seja, as interpretações lingüísticas transformadoras são recalcadas, de modo que representações proibidas são exiladas no id (inconsciente), tornando-se incomunicáveis. Eis como Habermas insere a dimensão psicanalítica na sua crítica à distorção comunicativa na sociedade (Apud, Rouanet, p.327-339, 1986). Portanto, seria através do superego (leia-se *"símbolos censurados"*) que configura-se um *"sistema de dominação"* no qual, ao mesmo tempo que inibe-se a *"problematização discursiva"*, impõe-se a norma da ordem social vigente.

Segundo Rouanet (1986, p.330), as concepções psicanalíticas auxiliam sobremaneira a compreensão habermesiana sobre a *"obstrução da comunicação"* e sobre o impedimento à condição da comunicação ideal que diferencie *"realidade e aparência"*. A comunicação, segundo a explicação de dimensão psicanalítica presente na teoria de Habermas (Apud Rouanet, p.327-339, 1986), é obstruída através do recalque (banimento dos significados não compatíveis à ordem social) e dos mecanismos da projeção e negação (distorção dos significados). Assim, a teoria crítica tece elaborações teóricas nas quais o plano do individual é abordado como plano intrinsecamente articulado ao plano do social, tal como constatamos na seguinte citação de Habermas feita por Rouanet (1986): *"a neurose é o prolongamento intrapsíquico de um processo societário baseado na distorção da comunicação"* (Apud Rouanet, 1986, p.332).

A articulação ou indissociabilidade entre o psíquico e o social é também nitidamente verificada na postulação habermesiana sobre o paralelo entre compulsão à repetição psíquica (neurose) e compulsão à repetição institucional (reprodução de ações uniformes e isentas de crítica). Nas palavras de Habermas: *"as estruturas individuais e societárias de falsa consciência estão mutuamente relacionadas"* e *"convergem para a não tematização das relações de poder"* (Apud Rouanet, 1986, p.333). Ademais, vale também ressaltar que Rouanet (1986) também aponta para a ausência de tais problematizações discursivas nas instituições que regulamentam as relações de violência, ou seja, inferimos nós, na instituição Estado e, mais especificamente, nos aparelhos de Segurança Pública (Rouanet, 1986, p.335).

Rouanet (1986) aponta que o projeto habermesiano é um projeto de estabelecimento de novas configurações comunicativas que nos libertem da ilusão e auto-ilusão. Segundo Rouanet, a Psicanálise e a visão do homem como ser cultural permite a Habermas a elaboração da utopia de uma nova configuração comunicativa que não se baseie na razão instrumental.[104]

Em outras palavras, as instituições e os processos comunicativos distorcidos nela presentes oferecem respostas falsas a indivíduos que, não obstante, *"não perderam sua capacidade de formular perguntas"* nem tampouco sua *"competência interativa"* (Rouanet, p,337-339).[105] Eis aí um, portanto, um significativo ponto de contato entre a visão dos processos sociais, organizacionais e ideológicos da dimensão psicanalítica da teoria crítica habermesiana (Rouanet, 1986) com as proposições acima mencionadas de Laurell e Noriega (1989). Em outras palavras, em ambas abordagens está presente o diagnóstico de que problemas organizacionais relacionam-se a potencialidades e capacidades que estão obstaculizadas ou despotencializadas mas que, não obstante, podem ser ativadas, pois não se tratam de perdas irreversíveis. Ademais, esta possibilidade do resgate das capacidades, da reflexão crítica e da comunicação no mundo do trabalho, também é considerada pela Psicanálise das Organizações e pela Psicopatologia do Trabalho em sua menção à construção do espaço da palavra, da escuta e da negociação nas relações de trabalho (Leite, 1995; Enriquez, 1995; Losicer, 1995; Dejours, 1993).

Sendo assim, a partir das elaborações teóricas expostas neste capítulo, iremos examinar detalhadamente, no capítulo seguinte, os dados da pesquisa, retomando algumas análises aqui já expressas, aprofundando-as e reelaborando-as. Nesta empreitada, estaremos tomando como eixo central de nossa análise o conceito de *desgaste*, uma vez que em torno dele, tal como aqui demonstrado, aglutinam-se noções e conceitos essenciais à compreensão das relações entre subjetividade, gestão saúde e trabalho.

---

[104] Segundo Rouanet (1986, p.334), a visão freudiana sobre o homem seria a do indivíduo que experimenta o eterno conflito entre impulsos e imperativos da realidade, sendo que o homem distingue-se do animal quando ultrapassa as fronteiras da sociabilidade governada pelos instintos para a sociabilidade baseada na cultura, na linguagem e na *"ação comunicativa"*. Ainda segundo o mesmo, a visão marxista de homem seria essencialmente a do *homo faber*, sendo que, para este último, o indivíduo distingue-se do animal quando ultrapassa a inteligência instintiva e transforma o comportamento adaptativo em *"ação instrumental"* (Rouanet, 1986, p.334).

[105] Neste sentido, o processos de conscientização, presente na clínica psicanalítica, seria um processo análogo ao da desmistificação da ideologia no campo social. Tal postulado significa dizer que a falsa consciência individual e/ou social ocorre através de *"mecanismos sócio-psicológicos"* (Rouanet, 1886; p.336).

CAPÍTULO IV – *STRESS*, TRABALHO E GESTÃO: PROBLEMÁTICAS DE SAÚDE E PSICOSSOCIAIS EM GUARDAS MUNICIPAIS

No presente capítulo apresentamos uma série de dados quantitativos e qualitativos do nosso objeto de estudo. Inicialmente apresentamos o perfil epidemiológico da população pesquisada. Em um segundo momento, consideramos as relações do *stress* com a gestão, assim como com os aspectos sociais, familiares, conjugais e individuais. Nesta empreitada, retomamos e/ou reelaboramos conceitos e argumentos teóricos antes sistematizados nos capítulos precedentes, de forma a subsidiar a análise dos dados.

1. Dados preliminares: o perfil epidemiológico da corporação e uma pré-análise qualitativa:

As pesquisas realizadas através do questionário *Trabalho, Saúde e Vida Familiar* e dos prontuários médicos dos guardas municipais nos permitiram sistematizar uma série de dados relativos ao perfil epidemiológico da população alvo.[1]

Através do questionário acima mencionado, obtivemos os dados relativos ao tema base da pesquisa: a porcentagem e fases do *stress* em guardas municipais.

O questionário também apontou-nos para aspectos psicossociais relacionados ao *stress*. Tais aspectos foram mensurados através da aplicação da *Escala de Reajustamento Social* de Holmes e Rahe (1967) e também pesquisados através do *SRQ-20* e das questões semi-abertas do questionário (item C, II, III e IV).

Os dados do *SRQ-20* (item B, IV do questionário) indicaram-nos importantes aspectos psicológicos e emocionais relacionados ao cotidiano social e de trabalho.

Já a pesquisa nos prontuários médicos dos guardas municipais junto ao Departamento de Recursos Humanos nos permitiu apontar para os principais diagnósticos presentes nos sujeitos identificados como estressados, assim como os principais diagnósticos relativos aos guardas municipais com maior número de afastamentos do trabalho.

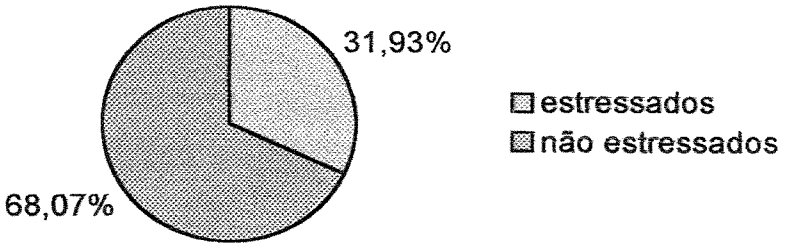
---

[1] O questionário incluiu o *Inventário de Sintomas de Stress (ISS)* o *Self Report Questionaire (SRQ-20)* e a *Escala de Reajustamento Social*. A respeito dos instrumentos utilizados, objetivos e aspectos metodológicos da pesquisa, vide Capítulo I (*A Pesquisa*).

a) A porcentagem do *stress*:

Através da aplicação do *Inventário de Sintomas de Stress (ISS)* foi possível apontar para uma porcentagem significativa do *stress* na população pesquisada, assim como para as diferenças relativas a tal porcentagem conforme o posto de trabalho e/ou equipe de pertinência.[2] Conforme demonstrado no *Gráfico I*, verificou-se que 31,93% da população pesquisada apresentava uma condição de *stress* (76 guardas de uma amostra de 238).

***Gráfico I – Porcentagem do Stress na Amostra Pesquisada*:**

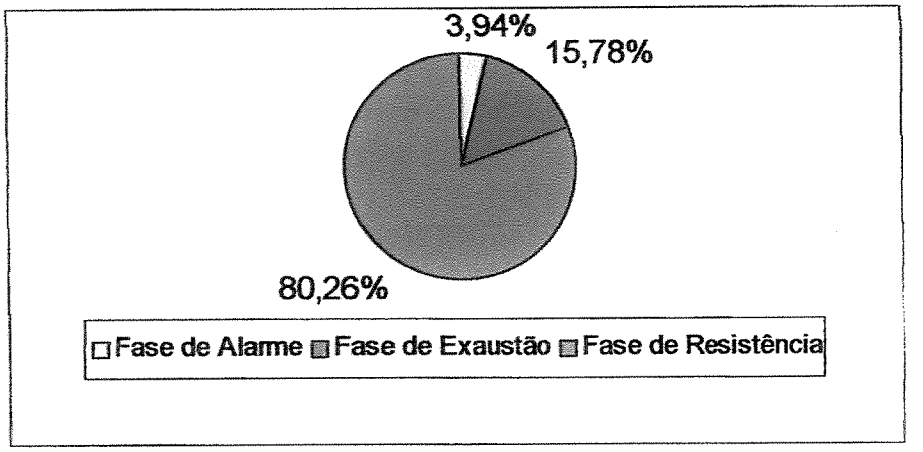


Dentre os 31,93% dos sujeitos identificados como estressados, 15,78% encontravam-se em fase de exaustão (total de 12 guardas ou 5,04% da amostra), 80,26% em fase de resistência (total de 61 guardas ou 25,63% da amostra) e 3,94% em fase de alarme (total de 3 guardas ou 1,26% da amostra). Tais dados são ilustrados no *Gráfico II* logo abaixo:

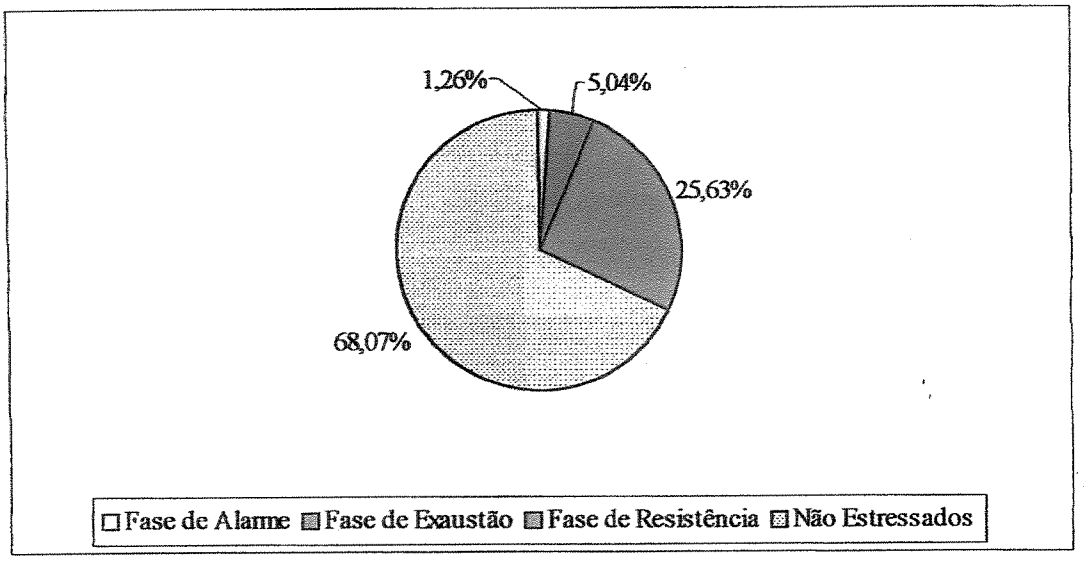
[2] Os dados relativos à amostra pesquisada (57,76% da corporação ou 238 guardas de um universo total de 412) e às diferentes equipes que a compuseram encontram-se explicitados no Capítulo I (*A Pesquisa*).

Gráfico II – Porcentagem das Fases do Stress na População Estressada e na Amostra Pesquisada:

Fases do Stress na População Estressada



Fases do Stress na Amostra Pesquisada:

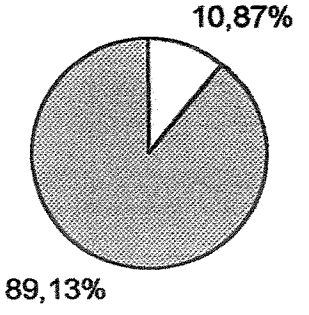


A porcentagem do *stress* também foi pesquisada em um *Grupo Controle*. O *Grupo Controle* foi composto por uma parcela de alunos da Academia Preparatória de Guardas Municipais que foram previamente entrevistados. Tais entrevistas visaram coletar dados para inclusão e/ou exclusão dos alunos no referido grupo.[3]

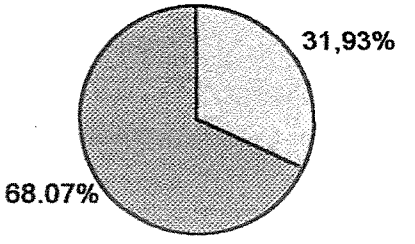
Apesar do índice de *Reajustamento Social* ser significativo no *Grupo Controle* (dadas as condições de todos entrevistados de vivenciarem processo de adaptação a uma nova condição profissional, ou seja, mudança de emprego, mudança de horários e/ou rotina diárias, assunção de novas responsabilidades no trabalho etc – itens que fazem parte da *Escala de Reajustamento Social* de Holmes e Rahe[4] - a porcentagem de estagiários estressados obtida (10,87%) ficou significativamente abaixo da porcentagem de guardas municipais estressados (31,93%), tal como se verifica no *Gráfico III* logo abaixo:

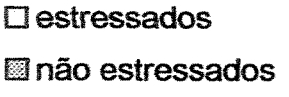
Gráfico III – Porcentagem do Stress no Grupo Controle e na Amostra Pesquisada:

Porcentagem do Stress - Grupo Controle: (alunos da Academia Preparatória)



Porcentagem do Stress - Amostra Pesquisada: (guardas municipais no exercício do cargo)





[3] A caracterização do *Grupo Controle*, dos procedimentos adotados e dos critérios de inclusão e exclusão ao mesmo foram abordadas no Capítulo I (*A Pesquisa*).

[4] Se somássemos os alunos estressados (10,87%) aos alunos sem *stress*, mas com índice de *Reajustamento Social* significativo ou potencialmente estressor (19,56%), a porcentagem seria elevada para 30,43%. Portanto, ficaria próxima à porcentagem dos guardas municipais em exercício do cargo e que foram identificados como estressados.

Os dados relativos à porcentagem do *stress* tornam-se mais complexos e mais preocupantes quando cruzados com os dados relativos à *Escala de Reajustamento Social* de Holmes e Rahe (1967) e do *Self Report Questionaire (SRQ-20)*.

Vale mencionar que, quando acrescentamos ao número de guardas estressados (76) o número guardas sem *stress*, mas com índice no *SRQ-20* alto (3), a porcentagem-base de 31,93% sobe para 33,19%.[5]

Já quando somamos aos guardas estressados (76) os guardas sem *stress*, mas com alto índice de *Reajustamento Social* (21), a porcentagem final (relativa a 97 sujeitos) sobe para 40,75%.[6]

Há ainda outra situação a se considerar: a dos guardas que não foram indicados como estressados, mas que encontravam-se no limite para tal. A este grupo foi associada a rubrica *"stress(l)"*. Quando somamos os guardas *"stress (l)"* (22) aos guardas estressados (76), a porcentagem sobe para 41,17%.[7]

Sendo assim, se fossemos considerar o conjunto ou cruzamento dos "guardas estressados", "guardas sem *stress* mas com *SRQ-20* ou *Reajustamento Social (RS)* altos" e *"guardas stress (l)"*, chegaríamos ao número absoluto de 117 guardas, o que num universo amostral de 238 sujeitos corresponderia à porcentagem de 49,15%. O *Gráfico IV* ilustra as considerações acima.

---

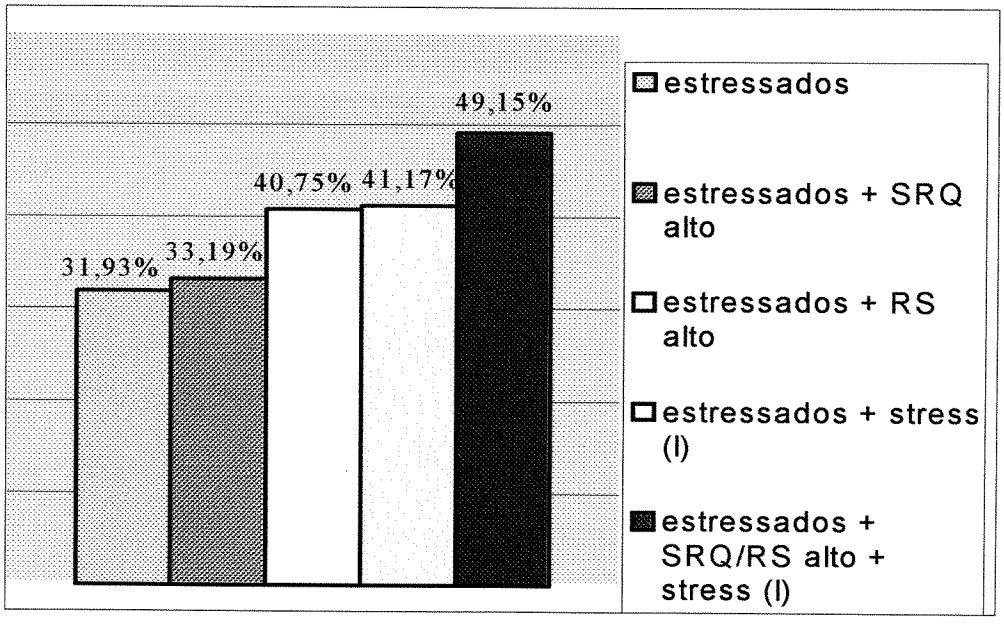
[5] Considerou-se *SRQ* alto e significativos os escores, respectivamente, iguais ou maiores que 7 e 6 no *Self Report Questionaire* (ponto de corte 6). O escore médio do *SRQ* dos sujeitos estressados foi 7. Caso acrescentássemos os guardas sem *stress*, mas com escore 6 no *SRQ* (8 sujeitos), a porcentagem final (estressados + SRQ igual ou maior que 6) seria de 36,55%. Vide item 1c) logo adiante.

[6] Considerou-se RS (Reajustamento Social) alto aqueles cujos escores foram maiores ou iguais a 250 na *Escala de Reajustamento Social* de Holmes e Rahe (1967). O RS acima de 150 (significativo) foi verificado em 129 sujeitos (54,20% da amostra). Dentre os sujeitos estressados, a média do RS foi de 183. Sobre os procedimentos adotados e adaptação dos instrumentos de pesquisa, vide capítulo I (*A Pesquisa*).

[7] *Stress (l)* foi a forma abreviada para referir-se aos casos no qual o assinalamento de um sintoma a mais do *Inventário de Sintomas de Stress* resultaria na conclusão de presença de *stress*, ou ainda, nos casos onde foram assinalados, concomitantemente, 7 sintomas do item III e 4 sintomas do item I (sendo que somatórias 9 e 6 nos itens III e I indicariam, respectivamente, *stress fase de exaustão* e *stress fase de alarme*) (vide Apêndice e Capítulo I, *A Pesquisa*). Do total de 22 casos de *stress(l)*, 19 (86,36%) eram homens e 3 (13,64%) mulheres.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

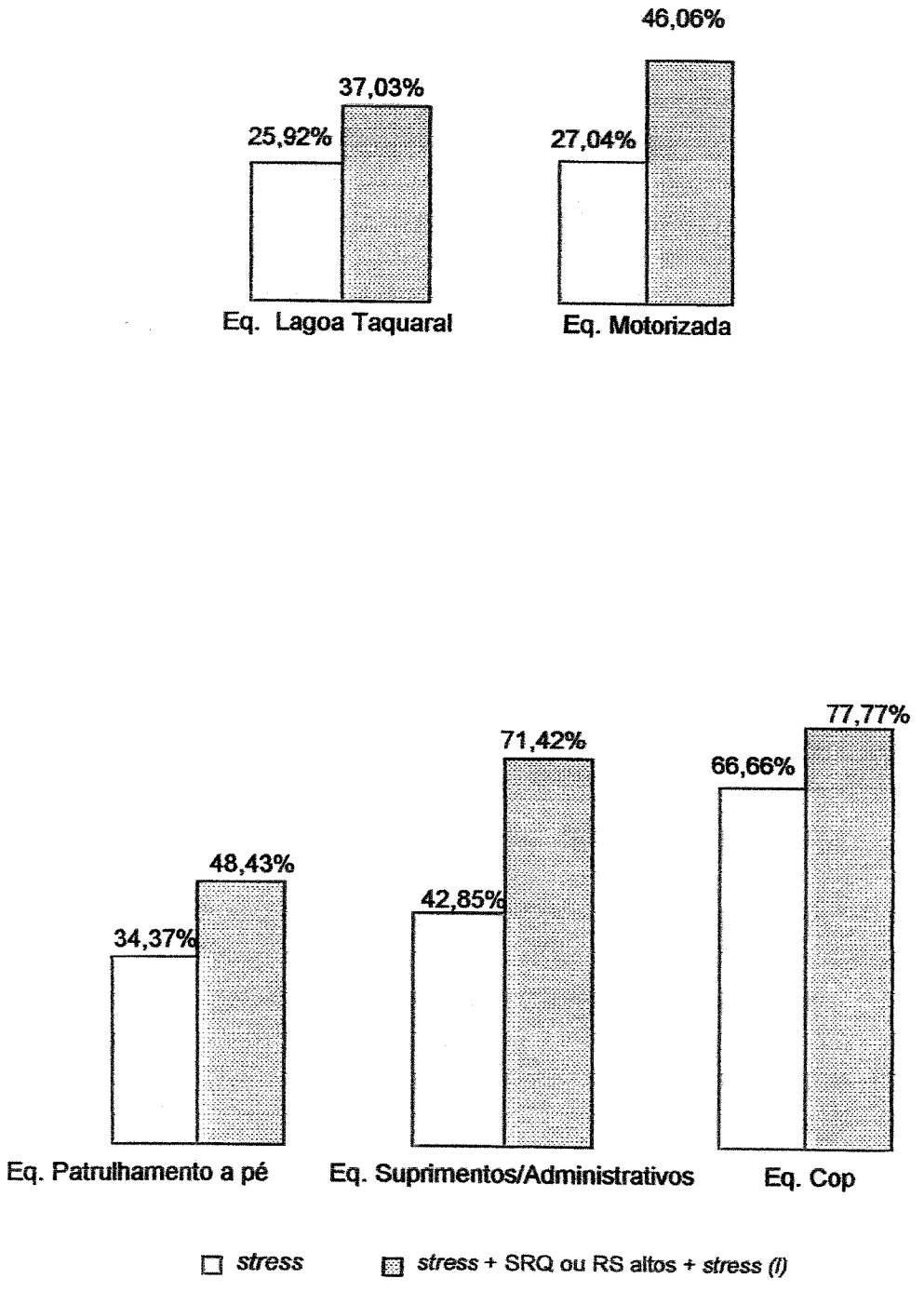
Gráfico IV – Porcentagem do Stress na Amostra e porcentagens de estressados acrescidas dos casos de SRQ e RS altos e de stress(l):



Dando seqüência à apresentação dos dados relativos à porcentagem do *stress*, vale mencionar os resultados por equipes e/ou postos de trabalho distintos[8], quer seja o resultado limitado à avaliação do *ISS*, quer seja dos resultados nos quais a avaliação do *ISS* foi acrescida dos casos de *SRQ-20* e *Escala de Reajustamento Social* altos e de *stress(l)*. O *Gráfico V*, na página seguinte, ilustra os resultados obtidos:

[8] A respeito das equipes que participaram da pesquisa e das diferenças do trabalho de cada uma delas, vide Capítulo I (*A Pesquisa*).

Gráfico V – Porcentagens do Stress por Equipes e porcentagens de estressados por equipes acrescidas dos casos de SRQ e RS altos e de stress(I):



Ainda em relação à porcentagem de *stress*, vale ressaltar a porcentagem mais elevada de *stress* nos casos de guardas monitores (40,9%) em comparação à porcentagem de *stress* dos guardas municipais de modo geral, ou seja, em comparação à média do *stress* verificada na amostra pesquisada (31,93%).

Os dados percentuais relativos tanto à totalidade da amostra de guardas municipais estressados, como também de parte específica desta amostra (guardas monitores estressados), também devem ser analisados segundo a variável sexo.[1]

Dentre os 40,9% de guardas monitores estressados (nove monitores estressados de uma amostra de vinte e dois avaliados),[2] seis (66,66%) eram do sexo masculino e três (33,33%) eram do sexo feminino. Tais dados parciais relativos aos guardas monitores estressados segundo a variável sexo são muito próximos dos dados relativos à amostra total de estressados, a saber: 52 homens (68,43%) e 24 mulheres estressados (31,57%). Em ambos os casos o número de mulheres estressadas correspondeu a aproximadamente 1/2 do número de homens estressados, diferenciando-se, portanto, da relação verificada no conjunto total da amostra pesquisada, no qual o número de mulheres correspondeu a 1/4 do número de homens.

Ainda em relação aos dados especificamente relacionados aos guardas monitores, vale mencionar que dois deles (um homem e uma mulher) apresentaram *stress* em fase de exaustão, o que correspondeu a 22,24% dos nove monitores estressados ou 9,09% da amostra de vinte e dois monitores avaliados. Tais dados podem ser comparados, respectivamente, com as porcentagens mais baixas anteriormente referidas (*Gráfico II*) do *stress* em fase de exaustão no interior da população identificada como estressada (15,78%) e do *stress* em fase de exaustão no total dos 238 sujeitos avaliados (5,04%).

Portanto, os dados acima referidos indicam dois aspectos importantes: o de que a assunção de maior grau de responsabilidade e/ou ser monitor torna o guarda municipal mais

---

[1] Vale mencionar que a amostra totalizou 238 sujeitos, sendo 191 homens (80,25%) e 47 mulheres (19,75%). Ou seja, o número de mulheres pesquisadas correspondia a aproximadamente 1/4 do número de homens pesquisados. A respeito de outros aspectos da amostra e dos procedimentos adotados, vide Capítulo I (*A Pesquisa*).

[2] Dos 25 guardas monitores da corporação, apenas 3 não foram avaliados (uma mulher e dois homens).

vulnerável ao *stress*; o de que a análise do *stress* segundo variável sexo aponta para uma maior vulnerabilidade das guardas mulheres em comparação à dos guardas homens.[3]

b) Dados da *Escala de Reajustamento Social*:

O índice de *Reajustamento Social (RS)* igual ou maior que 250 (índice alto) foi verificado em 14,70 % (35 guardas) da população pesquisada. Portanto, verificado em aproximadamente metade do número absoluto (76/2 = 36) dos sujeitos identificados como estressados (correspondentes a 31,93 % da população). Ou seja, haviam mais sujeitos estressados do que sujeitos com *RS* igual ou maior que 250.[4]

Dentro do total de 76 sujeitos estressados, 14 apresentaram *RS* igual ou maior que 250 (correspondente a 19,71 % do número absoluto de sujeitos estressados e a 5,88 % da população geral). Assim, tais dados nos permitem afirmar que não somente haviam mais sujeitos estressados do que sujeitos com *RS* alto, mas também que a porcentagem específica de guardas estressados com alto índice de reajustamento social (19,71%) era mais elevada que a porcentagem (14,70%) dos 35 guardas da amostra (14 estressados e 21 não estressados) que também apresentaram alto índice de reajustamento social.

Sendo assim, é possível afirmar que o alto índice de reajustamento social (escore de 250 ou mais), se não justifica e/ou condiciona a existência da condição de *stress*, não deixa de figurar como um de seus determinantes. Dito de outro modo, faz parte do conjunto da etiologia do *stress*, ainda que não deva ser visto como um determinante-causa, mas sim como um codeterminante.

---

[3] Vale ressaltar que, embora tenhamos verificado que o número de mulheres da amostra correspondeu a aproximadamente 1/4 do número de homens (em contraposição ao número de mulheres estressadas, que correspondeu a aproximadamente 1/2 do número de homens estressados), não devemos hiperdimensionar tais dados. Ou melhor, embora tal comparação numérica seja significativa, não é possível mensurar exatamente, segundo nossa visão teórico-metodológica, a porcentagem esperada de mulheres estressadas a partir da análise isolada da relação quantitativa homem-mulher da amostra. Compreendemos que a variável sexo concorre dinâmica e dialeticamente com uma diversidade de outra variáveis (ex: posto de trabalho; vida familiar) e que não devemos apressada e equivocadamente matematizar e/ou tentar precisar numericamente as complexas interações dos fenômenos psicossociais. Não obstante tais ressalvas, consideramos que os dados quantitativos não são desprezíveis, sendo possível inferir, sobretudo quando os confrontamos com os dados qualitativos das entrevistas, que há uma maior vulnerabilidade das guardas municipais (mulheres) ao *stress* em comparação à dos guardas municipais (homens). Tal discussão será retomada mais adiante.

[4] Considerou-se os escores de 250 e 150 como respectivamente alto e significativo pois, mesmo no caso da aplicação não adaptada do instrumento, a nota entre 299-151 pontos já indicaria *"possibilidade moderada de ficar doente devido ao stress de fontes externas"* (Lipp, 1986, p.36) (vide também Capítulo I, *A Pesquisa*). No caso da aplicação adaptada (que excluiu itens de escores mais baixos), o escore de 250 indica-nos, com maior precisão ainda, tal *"possibilidade moderada de ficar doente devido ao stress de fontes externas"*. A discussão sobre o aspecto quantitativo da *Escala de Reajustamento Social* é aprofundada no item b.1 deste capítulo.

Vale também considerar os números relativos aos índices do *RS* iguais ou maiores que 150 (incluindo aí os que ultrapassam o escore de 250). Tais índices foram encontrados em um total de 129 guardas (54,20 % da população pesquisada). Portanto, em uma porcentagem superior à da porcentagem de sujeitos estressados (31,93%) em exatamente 22,27 pontos percentuais. Ou seja, tomando o corte num patamar mais baixo (escore de 150 ou mais) podemos afirmar, inversamente à afirmação anterior (quando tomamos o corte de 250 como referência), que havia mais sujeitos com *RS* significativo e/ou alto (escores acima de 150) do que sujeitos propriamente estressados (129 contra 76 ou 54,20 % contra 31,93% da população geral pesquisada).

Dentre os 129 sujeitos com *RS* alto e/ou significativo, 35 (27,13 %) foram identificados como estressados (correspondente a 46,05 % do total de 76 estressados) e 94 (72,86 %) não foram identificados como estressados (correspondente a 39,48 % do total dos sujeitos pesquisados).

Os dados acima - que apontaram para uma maior porcentagem na população geral pesquisada de significativos e/ou altos índices de reajustamento social (54,20 %) do que de *stress* propriamente dito (31,93 %) - não obstante a inversão acima aludida, não contradizem a análise anterior, mas, isto sim, nos permitem reafirmar a tendência (não condicionante) da relação entre reajustamento social e *stress* e, ao mesmo tempo, alertam-nos para a existência de um cotidiano de reajustamentos e esforços adaptativos que, se não são tão intensos e, por conseguinte, tão influenciadores do *stress* (tal como ocorre quando o escore é de 250 ou mais), certamente não são inócuos, mas, pelo contrário, passíveis de atuarem na sua etiologia, dada a sua presença comparativamente mais generalizada na população geral pesquisada do que quando o parâmetro era o do escore de 250 ou mais.[5] Ademais, a porcentagem de 46,05 % sujeitos com *RS* alto e/ou significativo entre os sujeitos identificados como estressados, por si só, já revela a influência dos fatores psicossociais (reajustamento social) na etiologia do *stress*.

Sendo assim, poderíamos sintetizar a análise explicitando as seguintes afirmações: no grupo de sujeitos com escore de 250 ou mais havia uma possibilidade genérica e mais nítida de ocorrência do *stress* do que a existente no grupo de escore de 150 ou mais (o que confirma a validade do instrumento); em ambos grupos, tanto o escore significativo como o

escore altamente significativo de reajustamento social não foram fatores decisivos ou causais para a efetiva consolidação da condição de *stress*, mas sim codeterminantes; ou ainda, 54,20 % da população pesquisada (escores significativos e/ou altos) corria o risco minimamente moderado de ser acometido por alguma doença em função do *stress* "externo" (tal qual descrito pela visão comportamental-cognitivista) (Lipp, 1986, p.36).[6]

Vale também mencionar que a média geral do *RS* do total de 76 estressados (escore de 183) nos indicou que, dentre estes, haviam fatores psicossociais e adaptativos diversos e significativa e diferentemente relacionados ao *stress* em cada caso específico. Tais distinções, evidenciadas quando nos transpomos do dado genérico (média do escore) para os casos específicos (escores individuais e entrevistas individuais), expressaram-se tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos.

Vale ainda ressaltar que o escore médio de 183, que evidentemente não ocorreu na unanimidade dos sujeitos estressados, tampouco correspondeu, de forma linear, à intensidade ou fase do *stress* detectado em cada caso particular. Dito de outra forma: o dado quantitativo "objetivamente" significativo (ex: *RS* alto) nem sempre redundou em um grau igualmente alto e/ou significativo de *stress* (*ISS* alto e/ou significativo). Em alguns casos, verificou-se até que podia coexistir ao lado de um *ISS* = 0 (ex: questionário com *RS* alto e ausência total de qualquer um dos sintomas de *stress*).

Sendo assim, a tendência para a relação positiva entre "resultados" altos de *RS* e *ISS* é uma tendência e não uma equação matemática. Isso significa dizer que tal tendência inclui tanto movimentos que a contradizem como movimentos que a afirmam. Ademais, por questões qualitativas, contextuais e subjetivas que rompem com a pretensa objetividade e/ou precisão absoluta de instrumentos quantitativos (tal como a *Escala de Reajustamento Social*), qualquer um dos itens assinalados, ainda que cientificamente validados e padronizados em termos de valores, podem assumir realidades existenciais passíveis de colocarem-se tanto acima como abaixo dos valores padrão (Nunes, 1983, p.38).

---

[5] A análise qualitativa dos dados (via entrevistas) reforça tal afirmação, uma vez que o valor quantitativo, dito "objetivo", revela-se, em alguns casos, subdimensionado (vide item b.1 logo abaixo).

[6] Tal descrição revela a dicotomia interno-externo presente em tal abordagem. Segundo nossa perspectiva, devemos superar o reducionismo das dicotomias externo-interno, objetivo-subjetivo, coletivo-individual, corpo-mente em prol de uma visão dinâmica e dialética dos fenômenos psicossociais e dos processos de saúde-doença engendrados na realidade sócio-psíquico-organizacional (Minayo, 1996, p.11; p14-16; Silveira, 1990, p.129, p.135).

As reflexões acima nos obrigam a realizar uma breve digressão em relação aos objetivos de explicitar os dados gerais e epidemiológicos obtidos na pesquisa, em prol da retomada de algumas considerações sobre o uso crítico dos instrumentos metodológicos "objetivos" (*RS*, *ISS* e *SRQ-20*). Ademais, faz-se igualmente necessário ilustrar tais considerações através de dados mais específicos (obtidos em entrevistas individuais), de forma a enriquecer a compreensão dos dados epidemiológicos de natureza genérica.

Como apontado anteriormente, o uso crítico dos instrumentos metodológicos nesta pesquisa condiz com a (re)formulação também crítica do conceito de *stress*. Seria um reducionismo injustificável abordar o *stress* como mera resposta aos estímulos estressores externos, ou ainda, como mera resposta mecânica aos eventos da vida que são universalmente estressores (eventos pesquisados pela *Escala de Reajustamento Social*). A formulação crítica do conceito de *stress*, por outro lado, também deve evitar a atitude oposta, qual seja: a da psicologização ou individualização excessivas.

Portanto, compreendemos que os aspectos "objetivos" do *stress* (sintomas básicos, fatores etiológicos mais facilmente percebíveis) e dos instrumentos quantitativos de pesquisa não devem ser hiperconsiderados ou tomados como algo em si mesmo. Tal postura tende a obscurecer, senão negligenciar, os aspectos psicodinâmicos e/ou psicossociológicos que influenciam o *stress* e que, geralmente, só são apreensíveis via inferências do dado bruto (Bardin, 1977, p.38-39, p.133-136).

Assim, compreendemos que as posturas e interpretações ambientalista e individualista e a análise meramente quantitativa de instrumentos de pesquisa (tal como a *Escala de Reajustamento Social*), tendem a despolitizar o conceito de *stress* e, nesse sentido, esvaziar sua reelaboração enquanto um processo dialético de *desgaste* sócio-organizacional e bio-psíquico. Portanto, faz-se necessário contextualizar os números ou escores obtidos através dos instrumentos quantitativos por nós utilizados, ou seja, confrontá-los com os dados apreendidos através dos instrumentos qualitativos (entrevistas). Segundo nossa argumentação, somente assim é que torna-se possível a referida apreensão das contradições, movimentos e conflitos inerentes às dinâmicas sócio-organizacional e bio-psíquica relacionadas ao *stress* (Minayo, 1996).

b.1) O reajustamento social subdimensionado: ilustrações a partir de uma análise qualitativa.

A análise qualitativa dos dados, obtida através do confronto das entrevistas grupais e individuais com o conjunto dos dados do questionário objetivo *Trabalho, Saúde e Vida Familiar*, demonstrou que os itens assinalados nos diferentes instrumentos foram vivenciados com intensidade distinta por cada um dos indivíduos avaliados, ainda que sobre cada um deles possam ser fixados escores-padrão. Tal aspecto apresentou-se como evidente sobretudo no que diz respeito à *Escala de Reajustamento Social* de Holmes e Rahe (1967), fato este já anteriormente apontado por uma rica e rigorosa revisão crítica do uso de tal instrumento (Nunes, 1983, p.31-40).

Algumas entrevistas individuais revelaram que o aspecto quantitativo (escore do *RS*) nem sempre correspondeu à vivência subjetiva e/ou qualitativa diante do fator estressor psicossocial. Dito de outra forma, o relato de alguns guardas estressados revelou que um evento estressor pode ter vários desdobramentos que não são suficientemente avaliados pelo escore padrão da escala. Sendo assim, o escore quantitativo pode caracterizar-se como subdimensionado quando comparado com os relatos do sofrimento psíquico a ele correspondentes.

O subdimensionamento também pode ocorrer em função, simplesmente, do não assinalamento por parte do sujeito pesquisado de algum(s) do(s) item(s) da escala (ainda que o sujeito o tenha vivenciado).

Por fim, *but not the least*, a própria adaptação do instrumento ao questionário elaborado pelo pesquisador pode, se não observados os dados da entrevista, subdimensionar o escore do *RS*. Os casos abaixo ilustram e discutem de forma mais ampla estas pré-considerações.

Iniciaremos com a exposição do caso de uma GMf.[7] que, na época da entrevista, já contava com 3 anos e 2 meses de trabalho na guarda municipal, quando atuava como monitora de uma das equipes onde o nível de *stress* era mais elevado do que nas demais.[8]

---

[7] Na apresentação dos casos analisados neste trabalho serão utilizadas as abreviaturas GMs ou GM para referir-se, respectivamente, aos guardas de modo geral e aos guardas municipais do sexo masculino, e GMf para os guardas do sexo feminino.

[8] O "cargo" de monitor não era formalmente reconhecido em termos salariais e organizacionais. Ou seja, o GM monitor somente assumia mais responsabilidades, mas não recebia a mais por isso e nem tampouco era reconhecido efetiva e formalmente como alguém em posição hierárquica superior à dos demais GMs. Havia

A GMf em questão apresentou *stress* em fase de exaustão e escore de *RS* inicialmente avaliado em 201 (avaliação "objetiva" do questionário). Posteriormente, após a entrevista individual, o pesquisador pôde verificar que tal avaliação inicial havia sido subdimensionada e que o escore mais preciso seria o de 311. Outros dados do caso: sintomas psicológicos (1,67 %), prevaleceram sobre os físicos (0,97 %); *SRQ* = 4 (embora abaixo da nota corte[9], continha assinalamentos de problemáticas como falta de apetite, nervosismo ou tensão, tristeza, dificuldade de raciocínio e sensações desagradáveis no estômago); o trabalho foi referido como envolvendo satisfação e realização, mas também medo, conflito, sofrimento, irritação e violência (aspectos estes coletados via questionário e posteriormente confirmados na entrevista).

Na opinião da entrevistada, que sentia-se estressada, o *stress* detectado referia-se a problemas *"entrelaçados"* relacionados a relacionamento amoroso, vida familiar, trabalho e condição financeira. Em relato em entrevista, porém, o acento maior ficou por conta dos aspectos problemáticos relacionados à vida amorosa e às questões familiares. Ou seja, este foi o principal canal de expressão do seu sofrimento psíquico.[10]

A GMf relatou que faziam dois anos e meio que havia se separado do marido. Desde então, envolvera-se com um homem casado. Por um lado tal relacionamento lhe fazia sentir-se melhor e numa qualidade relacional não vivenciada no casamento mas, por outro lado, lhe colocava uma série de restrições e conflitos. Tais restrições e conflitos levaram a entrevistada, nos dois últimos dois anos e meio, a separar-se e reconciliar-se do atual parceiro *"mais de duas vezes"*. Está aí um ponto capital para a análise do *RS* subdimensionado.

Como é sabido, dentre os itens da Escala Reajustamento Social (Holmes & Rahe, 1967), inclui-*se "separação do casal"* e *"reconciliação com o cônjuge"*. Tais itens, que não foram assinalados no questionário, conduziram o pesquisador a rever a avaliação inicial

---

apenas um reconhecimento de caráter informal. Vale mencionar que o monitor fazia a mediação entre "comando" (Secretário Municipal, Diretores e Coordenadores, estes formalmente reconhecidos nas suas posições hierárquicas superiores) e demais GMs do grupo de pertinência. O caso da GMf em questão envolve dois aspectos do trabalho potencialmente estressores: o papel (insuficientemente reconhecido) de monitor e o pertencimento a um posto de trabalho no qual se detectou os maiores e mais intensos graus de *stress*.

[9] A nota de corte foi 6. Ou seja, foi considerado SRQ alto os casos de guardas com escore 7. Vide item 1c).

[10] Vale ressaltar que tal apreciação não ofusca o aspecto *"entrelaçado"* da etiologia do *stress*. Vale também dizer que tal apreciação não deve ser retirada do seu contexto dinâmico (leia-se não estático) e contraditório (leia-se complexo, com nuances não desprezíveis) no qual, segundo o relato, ora o trabalho era espaço de

(escore de 201 "pontos") pois, caso a GMf houvesse os assinalado, o escore seria de 311 "pontos".

A entrevistada alegou que não assinalou tais itens pois a separação conjugal propriamente dita (ou seja, a separação do marido com quem foi formalmente casada), havia sido há mais de 12 meses.[11] Há aí dois aspectos a se considerar: o temporal e o da inteligibilidade dada à alternativa por parte da pesquisada.

Na entrevista, percebeu-se que a questão amorosa mal resolvida com o atual parceiro era patente e que as "idas e vindas" deste relacionamento haviam implicado em separação e conciliação por mais de duas vezes (ao longo de dois anos). Tal fato não se revelou como menos desgastante por não ser o processo de separação/conciliação relativo a um vínculo conjugal formal. Não obstante o seu sofrimento no atual processo, a GMf pensou que *"não valeria"* assinalar os referidos itens. Mas não seria o contexto atual tão doloroso quanto o de uma separação de um vínculo formal ? Ou ainda, não seria o relacionamento e a situação conflitiva atual um desdobramento existencial só ocorrido em função do desfecho do casamento "original" ?

Vale também considerar que a questão do tempo é igualmente ambígüa: o fato de uma situação difícil já ter sido vivenciada há mais de dois anos não necessariamente implica em dizer que seus efeitos negativos tenham sido suprimidos ou superados. A questão amorosa central - o como satisfazer as exigências pulsionais na relação objetal - ainda perdurava como problemática a ser melhor lidada no caso em questão. O conflito amoroso no casamento se reedita, sob novas contingências e características, no conflito atual. O tempo relativamente longo da separação formal, portanto, não se caracterizou, na experiência particular da GMf, como um tempo que "fechou as cicatrizes" e que a distanciou das tensões, dúvidas, etc. O tempo, neste caso, pôde ser compreendido como algo que cronificou sua situação psicológica e não como algo que a atenuou (a despeito dos ganhos de qualidade em relação à relação no casamento). A hipótese da cronificação é apoiada pelo dado relativo ao *stress*: a fase de exaustão não se estabelece da noite para o dia ! Ademais, como enfatizou a GMf, o atual processo de separação/reconciliação se

---

alívio ou local para "esquecer" dos problemas amorosos-conjugais, ora era espaço de tensão, sendo a vivência amorosa, por sua vez, experiência atenuadora das tensões vivenciadas no trabalho.

[11] Na escala em questão o sujeito deve assinalar eventos ocorridos apenas nos 12 últimos meses.

repetiu por *"mais de duas vezes"* e não há, na escala em questão, uma possibilidade de quantificar este, assim digamos, "duplo" desgaste.

A questão não é, porém, meramente quantitativa. O que importa aqui salientar é que se fazia presente a fantasia da perda e que a perda não é algo somente objetivo, mas também subjetivo. Levando em consideração a dimensão subjetiva, é sempre bom relembrar que existem formas qualitativamente distintas de lidarmos com os eventos que se relacionam à perda, quer seja via luto melancólico, quer seja através de uma elaboração saudável e/ou sustentável da frustração a ela correspondente (Freud, 1917; Nunes, 1983, p.32).

A fantasia de perda se fazia presente no relato de um sonho – *"pesadelo"*, segundo a entrevistada – no qual o parceiro trocava a GMf em questão por uma outra GMf, e também nas suas especulações de fracasso/sucesso em torno do futuro do atual relacionamento (caso, por exemplo, o parceiro decidisse se separar da esposa para viver com a GMf). Ademais, tal fantasia e tais especulações também eram incitadas pelas próprias atitudes concretas daquele, que ora pendia para a GMf, ora pendia para a manutenção de seu casamento. Assim, na fantasia, no devaneio consciente e na realidade intersubjetiva, a ameaça de perder o companheiro ou de ser substituída por outra se fazia intensamente presente e era inconscientemente investida.

As relações entre medo e desejo em relação às perdas e aos processos amorosos também deve ser assinalada. O desejado pode ser temido e o temido também desejado. Tal aspecto expressa a tensão entre consciente e inconsciente, ou ainda, entre desejo de mudança e desejo de conservação, desejo de se adaptar à mudança e impulso de restaurar o passado (Nunes, 1983, p.36). Assim, ao referir-se ao seu conflito amoroso, a GMf formulou dizeres que ilustraram o logo acima considerado. A GMf relatou que cobrava a presença do parceiro (ainda que com sentimento de culpa), tal como se estivesse plenamente decidida em relação ao seu relacionamento com o mesmo (o que não ocorria, dada as suas ambivalências e cruzamentos entre desejo e medo). Tal se expressou nas seguintes falas: *"cobro o que não posso cobrar... a presença dele"*; ao mesmo tempo, deixava transparecer seu receio: *"tenho medo de assumir uma relação estável"*.

Na revisão crítica da Escala de Reajustamento Social elaborada por Nunes (1983), a questão qualitativa da perda é um dos argumentos centrais para apontar para a relatividade

dos dados brutos coletados. Segundo Nunes (1983) a avaliação quantitativa da readaptação social está sujeita a viéses indesejáveis quando não a contextualizamos e quando não especificamos a qualidade da perda inerente aos processos de mudanças e readaptações (os itens da escala sempre se referem a mudanças e readaptações). Faz-se necessário, segundo a revisão crítica do instrumento em questão, *"complementar o conhecimento dos eventos incluindo o significado pessoal em sua mensuração"* (Nunes, 1983, p.34). Ou ainda, trata-se de *"personalizar os eventos"*, dando-lhes um *"significado contextual"* (Nunes, 1983, p.34). Isto também significa dizer e assumir que significados e reações em relação a eventos inscrevem-se *"num determinado contexto, que pode ser diferente para duas pessoas, mesmo quando atravessam a mesma situação"* (Nunes, 1983, p.34).

Assim, a revisão crítica dos escores e do próprio uso do instrumental aqui referido (*Escala de Reajustamento Social*) é missão incontornável aos objetivos desta pesquisa. Vale alertar que não se trata aqui de anular a validade do instrumento, mas sim de apontar para a necessidade deste ser utilizado ao lado de outros procedimentos (tal qual a entrevista). Ou seja, não devemos jogar fora o "bebê" junto com a "água suja do banho".

Para Nunes (1983) o instrumento é muito importante no sentido da comprovação de que a realidade psicossocial é fonte de *stress*, ou ainda, de que uma reação psíquica ou subjetiva (ex: depressão) pode ter relação com uma perda objetiva (ex: perda do emprego, um dos itens da escala). Mas a assunção de tal possibilidade e a conseqüente busca da quantificação e/ou mensuração desta relação não significa adotar uma postura mecanicista, ingênua e acrítica, nem tampouco fiar-se somente ao visível e à realidade mais imediata, ou seja, à *"faticidade empírica"* ou ao *"pseudoconcreto"*, tal como conceitua Paulo Netto (1996, p.72-73) e Kosik (1963, p.13-25). É necessário, portanto, ultrapassar a faticidade empírica e apreender o concreto, ou melhor, superar tanto a empiria e o abstracionismo, de forma a recapturar e reconstruir o concreto (Paulo Netto, 1996, p.80).

Ainda segundo Nunes (1983, p.35), perdas mais abstratas (de identidade, de significados, de papel social) relacionam-se às perdas tidas como "reais" e "objetivas" (morte de um ente querido e separação conjugal, para citar duas alternativas da *Escala de Reajustamento Social*). Ademais, perdas podem ser individuais, grupais, institucionais e até de caráter inovador (Nunes, 1983, p.38). Na escala de Holmes e Rahe (1968) - nos diz Nunes em sua revisão crítica (1983, p.34) - a *"mudança de vida é um conceito*

unidimensional, referindo-se somente à quantidade de mudança exigida e não à natureza qualitativa do evento".

As reflexões de Nunes (1983), por um lado, apoiam o argumento aqui traçado em relação à avaliação (subdimensionada) do *RS* da GMf em questão e, por outro lado, condiz com o enfoque metodológico aqui adotado, qual seja, o que busca incorporar, à perspectiva crítico-dialética, aspectos importantes da abordagem positivista, de forma a superar as limitações desta última, integrando-a criticamente à primeira.

Outro aspecto a ser considerado é a dimensão do desejo atuando na resposta do sujeito pesquisado. Determinadas situações de vida podem mobilizar um desejo de serem expressas ou explicitadas. Tal pode ocorrer não como uma mera necessidade de referir-se a algo real ou de simplesmente de desabafar-se. Tal pode ocorrer, isto sim, no sentido da demanda inconsciente a um Outro (mítico, idealizado) que supostamente seja capaz de delas cuidar senão solucionar.[12]

Um questionário (de *ISS*, *SRQ* ou *Reajustamento Social*) carregado de assinalamentos pode expressar, nesse sentido, um pedido (idealizado) de ajuda e não (ou tão somente) uma expressão objetiva de sintomas e/ou eventos sinalizadores e/ou influenciadores do *stress*. Em outras situações de dificuldades e conflitos, por outro lado, estes podem ser camuflados, quer seja para afastar o desprazer, quer seja para o indivíduo se auto-persuadir no sentido de se auto-enxergar como alguém não tão carregado de dúvidas, hesitações, receios, etc.[13]

Por fim, também devemos considerar casos de sujeitos pesquisados que optaram por não se opor a responder ao questionário mas que, por receio ou qualquer outro aspecto, tenham o respondido sem de fato explicitar aspectos pessoais vistos como comprometedores.[14]

---

[12] Estamos fazendo referência ao que se convencionou chamar de *transferência* na literatura psicanalítica (Freud, 1912; 1915a).

[13] Estamos nos referindo ao que se convencionou denominar *processos defensivos* na literatura psicanalítica (Freud, 1915b; 1922). Tais processos visam manter a integridade egóica por um lado e, ao mesmo tempo, evitam desfazer as crenças e imagens narcísicas e idealizadas de si mesmo e do mundo circundante.

[14] Dos 239 questionários distribuídos, apenas 1 não foi respondido. Vale mencionar o caso de um GM com *ISS=0* que havia ameaçado suicidar-se em ocasião na qual enfrentava dificuldades em sua relação com seus superiores. Tal GM, que havia trocado de posto de trabalho e sido punido, não assinalou os itens da *Escala de Reajustamento Social* correspondentes a tais ocorrências.

Sendo assim, ambigüidades, conflitos, expectativas e demais complexidades humanas não podem ser desconsideradas quando objetivamos uma apreensão qualitativa e mais global possível do fenômeno psicossocial e/ou corpóreo-psíquico.

No caso da GMf em questão, que submeteu-se a duas avaliações (uma a pedido do pesquisador e outra a pedido da pesquisada, sete meses após a primeira), foi possível observar que a mesma, no primeiro momento, solicitou, transferencialmente (via questionário com número elevado de itens assinalados), uma ajuda para "solucionar" seus conflitos.[15] Num segundo momento, adotou postura mais defensiva, tal como dissesse: *"agora já estou boa, já consegui dar cabo de meus conflitos e não tenho mais stress"*.

O dado da segunda avaliação (ausência de *stress*), portanto, não deve ser compreendido como irreal ou mero disfarce defensivo: no ínterim entre uma e outra avaliação do *stress* a GMf conseguiu tomar algumas atitudes e decisões que de fato contribuíram para modificação de seu estado (estressado) inicial: havia se separado do parceiro e já mantinha tal decisão sem sofrimento psíquico mais evidente (e também sem dar sinais de que iria voltar atrás); também havia mudado de equipe e deixado de ser monitora, o que lhe teria proporcionado um *"alívio"* em relação às *"responsabilidades"*. Na ocasião, também iniciava um projeto de investimento pessoal, fazendo um curso de seu interesse. Em tal condição, portanto, haviam situações reais que sugeriam a redução do grau de *stress*. E a segunda avaliação assim atestou: não foi verificado *stress*.

Vale também mencionar que o item *"separação conjugal"* foi desta feita assinalado. O *RS* obtido foi de 246. Assim, tal caso ilustrou que reajustamento social significativo pode agir ou não como influenciador do *stress*, assim como não deve ser visto como elemento (inevitavelmente) condicionante. Ademais, tal caso também ilustrou que, além dos sintomas e eventos (relativamente) mensuráveis há também, na realidade psicossocial, o não mensurável, o inconsciente, o (in)determinismo, ou ainda, o imponderável.

Portanto, é possível afirmar que a fronteira entre o mensurável e o imponderável não é tão nítida e/ou intransponível como gostariam os espíritos mais afoitos e desejosos de formulações mais conclusivas, racionais e isentas de ambigüidade ou contradição. O mais interessante ainda é lembrar que não somos exatamente nós os autores de tal reflexão,

[15] Havia um pedido implícito de atendimento psicoterápico. Este foi posteriormente explicitado.

embora tenhamos dela nos apropriado integrando-a à perspectiva teórico-metodológica deste trabalho. Tal reflexão, ainda que surpreenda o leitor, foi inspirada em Selye (1956) – endocrinologista adepto do método experimental e cujas divergências com o pensamento médico não foram poucas, ainda que não atentamente observadas pelas vertentes do conhecimento teórico da Psicologia comportamental-cognitivista voltado à compreensão do *stress*.[16] Nas palavras do famoso endocrinologista: *"devemos entender claramente que o stress é uma condição, um estado e, embora sendo um imponderável, como tal se manifesta por meio de alterações mensuráveis no corpo"* (Selye, 1956, p.57).

Assim, o caso em questão nos indicou que os fenômenos psicossociais são dinâmicos, envolvem tanto dimensões mais objetiváveis e quantificáveis, como dimensões mais subjetivas e inapreensíveis via resultados brutos. Como nos alerta Paulo Netto (1996, p.72-77), a postura metodológica e investigativa da perspectiva crítico-dialética deve superar a faticidade empírica dos dados brutos à qual se arraigam as posturas positivistas e neopositivistas. Somente desta forma é que podemos intencionar chegar ao concreto, ou ainda, à compreensão mais efetiva das múltiplas (e nem sempre visíveis) (in)determinações relacionadas à totalidade da realidade social da vida cotidiana.

Do nosso ponto de vista, acreditamos que a análise do caso aqui não se encerra e que nem tampouco uma análise seja algo esgotável (Freud, 1937). O inconsciente e a vida social nos reservam surpresas que nem uma metodologia que pretende alçar a totalidade de fato consegue alcançar. A ação do sujeito no campo social e as produções psíquicas a ela interligadas não estancam nunca (Paulo Netto, p.66). Portanto, não se arrogou aqui achar um ovo de Colombo nem tampouco colocar um ponto final. Tal seria demasiado ingênuo. O que se demonstrou aqui foi a necessidade de estar aberto aos possíveis, ou ainda, aos eternamente possíveis da análise da dimensão psicossocial. A análise do *RS* subdimensionado foi apenas um veículo para demonstrar e sustentar tal proposição. Não obstante a clareza obtida ou não na argumentação, vale a exposição de um outro caso para que possamos retomar e reafirmar o que até aqui se elaborou. Desta feita, a análise partirá de outras contingências empíricas e assinalará que o subdimensionamento de um escore de *RS* pode se dar tanto em função do pesquisador quanto em função do pesquisado, ou ainda, em função das próprias características do processo de pesquisa.

---

[16] Vide capítulo III.

O segundo caso é de um GM que também era monitor de equipe e que já acumulava 3 anos e 2 meses de trabalho na Guarda Municipal. A equipe por ele coordenada apresentava porcentagem de *stress* (38,88 %) acima da média da corporação (31,93 %) e da média de outras equipes lotadas no mesmo posto de trabalho (34,37 %). O GM em si apresentava *stress* em fase de alarme, escore de *SRQ* igual a 4 (incluindo aí tensão, tristeza, sustos fáceis e sensações desagradáveis no estômago) e referia irritação, medo, conflito e frustração nas situações de trabalho. O guarda também mencionou sentir-se mais nervoso ou preocupado após entrar no serviço (fato confirmado na entrevista) e, apesar dos aspectos anteriores, também assinalou obter *"realização"* através do trabalho (dado este passível de ser questionado, considerando-se a entrevista na qual enfatizou sua *"desmotivação"* em relação ao seu papel de monitor e suas divergências em relação à gestão e às atitudes da mesma frente à indisciplina e transgressão de alguns guardas).

A avaliação do questionário deste caso apontou para um escore de 276 "pontos" na *Escala de Reajustamento Social*. Após a entrevista, porém, tal escore elevou-se para 295 (o GM havia iniciado atividades religiosas que até então não faziam parte de seu cotidiano).[17]

Em relação a este caso, faz-se necessário explicitar os seguintes aspectos: a adaptação que o pesquisador fez da escala ao seu questionário; a vivência qualitativa da mudança religiosa, ou melhor, a complexidade de tal mudança (complexidade esta que nos fez supor que, mesmo acrescentando-se 19 "pontos" ao escore total, o resultado bruto se fazia, ainda assim, subdimensionado)[18]; a assunção de responsabilidades como guarda monitor e alguns aspectos conflitivos relacionados às mesmas.

Em relação à adaptação do instrumento, vale lembrar que o pesquisador não aplicou todos os itens da Escala de Reajustamento Social (composta na íntegra de 41 itens), mas sim os 14 primeiros itens (os principais, de maior pontuação), acrescidos dos demais itens (secundários ou de menor pontuação) que eram especificamente relativos a trabalho e vida familiar. Tal adaptação redundou na aplicação total de 20 itens. Nestes casos de adaptação do instrumento, sugerimos, a partir da análise aqui realizada, que pesquisadores só o façam

---

[17] Na Escala de Reajustamento Social, consta o item *"mudanças na atividade religiosa"*, ao qual se atribui 19 "pontos". Porém, na nossa adaptação do instrumento, tal item não estava presente.

[18] Vale mencionar que, além da discussão sobre o aspecto qualitativo de tal mudança (vide adiante), havia também a possibilidade de computarmos pontos ao assinalamento de um item do *ISS ("mudança de apetite")*, haja visto que este era similar ao item *"mudança do hábito alimentar"* (item da *Escala de Reajustamento*

se puderem, posteriormente, lançar mão de outros procedimentos de pesquisa (tal qual aqui se deu, via entrevistas), uma vez que são justamente estes que viabilizam as possíveis (senão necessárias) retificações aos dados quantitativos obtidos via questionário (retificações que também são necessárias mesmo quando da aplicação integral da escala).

Na entrevista o GM enfatizou bastante a inadequação da informalidade do "cargo" de monitor. Segundo o mesmo, tal condição informal de exercício de chefia não legitimava o trabalho do monitor e tornava esvaziada a sua posição de autoridade frente ao grupo. Para o GM o *"comando"* (leia-se gestão e organização do trabalho) estaria *"estragando os guardas bons"* (dentre os quais incluía a si próprio) ao não dar condições efetivas para que os monitores controlassem a disciplina e fiel cumprimento das atividades de seus "subordinados".[19]

O GM relatou que a condição de autoridade do monitor frente a equipe era frágil. Segundo o mesmo, alguns guardas esvaiam-se de suas responsabilidades diárias, mas a fragilidade do "cargo" não lhe permitia *"corrigir"* os desvios tal como gostaria. Sua queixa em relação a este aspecto (autoridade do monitor sobre o grupo) e às pressões e constrangimentos a ele envolvidos, ficou explícita no seguinte dizer do GM: *"se o guarda está errado e o monitor quer corrigir, o pessoal diz que o monitor está estressado"*.

Ao referir-se à sua atuação como chefe ou disciplinador do grupo, o GM queixou-se do dever (formalmente não legitimado) de *"canetar"* trabalhadores que são, na realidade, guardas tal como ele. Referiu também que, quando o fazia, era ameaçado por GMs que lhe diziam: *"o dia em que eu for monitor eu te ferro"*. Assim, a entrevista revelou a tensão entre monitor e grupo e o jogo de forças e disputa entre os mesmos. Ainda segundo o GM, o *"orgulho das equipes"* seria o de *"fritar os monitores"*.

De modo geral, o GM referiu *"pressão"* no trabalho, dada as particularidades de sua equipe (com *stress* acima da média da corporação e também mais fiscalizada, tanto pela população como pela coordenação, pelo fato de atuar na zona central da cidade) e das

---

Social que também estava ausente na nossa adaptação). Neste caso, o *RS* chegaria ao elevado escore de 311 "pontos".

[19] O problema foi reconhecido pela gestão quando esta decidiu realizar um concurso para promoção de cargo: de GM para GM monitor. No entanto, o concurso, após realizado (via prova e avaliação psicológica) sofreu vários questionamentos dos GMs, relativos aos critérios de pontuação (aqueles que já haviam sido monitores por no mínimo de 3 meses recebiam 5 pontos a mais em seus resultados). A polêmica cresceu de modo a intensificar a tensão (pré-existente) entre GMs e monitores e teve desfecho com a impugnação do resultado.

condições de exercício do papel de monitor. Segundo ele, os monitores *"defendem a "bandeira da guarda municipal"* e, no entretanto, não são reconhecidos por isso, nem tampouco auxiliados em seus esforços "moralizadores".[20] Assim, reiterou que o monitor tendia a ser visto como estressado pela equipe e, por outro lado, tendia a não ser compreendido pelo comando.

Ao relatar seus conflitos entre querer corrigir a equipe e sentir-se pouco à vontade para tal (quer seja pela falta de condição objetiva, quer seja pela condição subjetiva), o GM também referiu-se a uma confusão de valores. Segundo o mesmo, diante de suas divergências e conflitos com "subordinados", havia momentos em que ele invertia seu próprio raciocínio, de forma a questionar os seus próprios propósitos disciplinadores: *"tem hora que eu acho que o errado sou eu"*, afirmou.

Esta dinâmica com o grupo e as frustrações relacionadas às expectativas que nutria em relação ao exercício de seu papel profissional foram apontadas pelo entrevistado como a principal razão de sua condição de *stress*.[21] Não obstante as mesmas, a sua intenção de reverter a (des)ordem das coisas fazia-o persistir em sua "luta inglória". Apesar das queixas e de se dizer *"desestimulado"* em sua tarefa, o mesmo verbalizou que não queria abrir mão da função de monitor (então representada como sendo efetivamente um cargo): *"não quero largar o cargo"*. Em outras palavras, ao manter o seu desejo de intervir e de modificar as situações do cotidiano do trabalho também mantinha, "colateralmente", o conflito (tanto intersubjetivo, entre ele, grupo e organização, como também subjetivo ou intrapsíquico) fomentando, de tal modo, sua incipiente condição de *stress* (então caracterizada por tensão contida e traço depressivo).

Para o GM, o episódio fez crescer a pressão sobre os monitores. Segundo o mesmo, até mesmo os GMs mais tranqüilos estariam, no calor do episódio do "bônus" para os monitores, *"mostrando as suas garras"* (sic).

[20] As entrevistas grupais revelaram que havia forte insatisfação dos GMs em relação ao comando e aos critérios de punição face problemas e transgressões na atividade cotidiana. Para muitos, não havia critério. Outros diziam que os transgressores eram os "premiados", já que não seriam punidos. De modo geral, havia uma representação (generalizada) de que os que trabalhavam de forma correta não eram reconhecidos e de que havia uma complacência desmedida com os que desviavam-se de e/ou transgrediam suas funções.

[21] Haviam também elementos vistos pelo mesmo como fontes secundárias do *stress*, a saber: problemas familiares (falecimento da avó diabética e nervoso que o GM por vezes *"descarregava na mulher"*), psicossociais (sua moradia era em um bairro periférico e violento de Campinas, sendo que o GM verbalizou sentir medo e indisposição de sair e ter vida social ou de lazer mais ampla; era o único homem da família, o que lhe fazia sentir-se mais vulnerável face os riscos) e sócio-econômico (construção e financiamento de casa própria).

As considerações acima nos remetem à discussão teórica relativa à compreensão do *stress* não somente como produto das adversidades sócio-organizacionais, mas também enquanto tentativa ativa de defesa contra as ineficiências dos modos de gestão do trabalho (no caso específico, relativas aos empecilhos de efetivar o devido controle dos desvios ou transgressões de guardas municipais). Em outras palavras, o *stress* do GM monitor (irritabilidade e desmotivação) relacionava-se aos insucessos ou dificuldades em relação às suas louváveis intencionalidades de modificar negligências das práticas profissionais de seus "subordinados". Tais insucessos ou dificuldades em modificá-las podem ser compreendidas, portanto, como expressões de uma modalidade de ação ou defesa mal sucedidas, ou ainda, como expressões de uma capacidade crítica cuja potencialidade transformatória não encontrou o devido espaço para sua efetiva consolidação. O *stress* despotencializado em relação à sua dimensão crítico-transformatória chegou a ser compreendido como mera questão pessoal (problema do indivíduo) – expresso na frase *"tem hora que eu acho que o errado sou eu"*- ou seja, chegou a ser desconectado da ancoragem coletiva dos problemas organizacionais e das relações de trabalho. Sendo assim, predominou a (re)produção de uma situação na qual a comunicação entre organização, grupos e indivíduos caracterizou-se como distorcida, de forma a manter o *status quo* de algo que teria que ser modificado tendo em vista os preceitos da ética ou profissionalismo.

Ao falar deste processo de sofrimento psíquico derivado da degradação das relações de trabalho e da dinâmica organizacional, o GM referiu-se a início de atividades religiosas antes ausentes no seu cotidiano. O GM relatou envolvimento com *"estudos bíblicos"*. Acreditava que tal tipo de atividade lhe ajudava a atenuar o *stress* relacionado ao trabalho. Exemplificou relatando que, em função da religião, soube *"pensar friamente"* sobre uma atitude que um GM do rádio teve em relação a ele, atitude esta que havia lhe deixado bastante desgostoso, a saber: o GM do rádio falou, na rede (escutada por toda a corporação) que o monitor havia *"abandonado a ocorrência"*.[22]

Segundo o monitor, ele mesmo concluiu (em função de suas atuais "reflexões religiosas") que a atitude do GM do rádio fôra *"obra do inimigo"* e não da pessoa do GM

[22] O GM estava em final de plantão e deixou dois GMs a ele "subordinados" esperando um guincho em uma ocorrência de carro roubado. Ia passar a missão de resgate dos GMs para o plantão seguinte, enquanto eles esperavam o guincho, mas este chegou muito rapidamente. Os GMs então ficaram a pé e sem o resgate. Então, o GM do rádio falou na rede que o monitor *"X"* havia *"abandonado a ocorrência"* (sic).

propriamente dita. Ao dizê-lo (rindo), ficou acanhado, como que descrente da própria crença que enunciava. Segundo seu relato, o *"inimigo"* tenta sempre afastar *"o fiel"* de sua prática religiosa, quando não impedi-la.

Ao racionalizar suas emoções e elaborar uma interpretação religiosa sobre *"a fritada"* que o GM do rádio teria dado com seu *"nome"*, o monitor alegou que foi possível pensar no *"stress do companheiro"* e sobre as motivações que os GMs tinham para, naquele momento, estarem indispostos com monitores (ex: polêmicas em torno da bonificação extra para monitores no referido concurso de promoção). Ao "despersonalizar" o GM e tomá-lo como *"inimigo"* do fiel, o monitor alegou, defensivamente, não guardar raiva ou rancor do *"companheiro"*. A racionalização de suas emoções permitiu-lhe frear sua agressividade, tornando-a contida e não propriamente psiquicamente elaborada. Ademais, ao racionalizar seus conflitos intrapsíquicos, distanciava-se também das possibilidades de uma melhor compreensão e desfecho em relação aos problemas da realidade sócio-organizacional contra a qual criticamente se debelava.

Dito de outro modo, a religiosidade revelou-se como um processo defensivo desencadeado pelas circunstâncias organizacionais e pelas características da relação do monitor com o seu trabalho e com o grupo; ou seja, não se tratava de uma iniciativa pessoal, livre e desconectada dos constrangimentos e *stress* engendrados no cotidiano profissional. Tal processo defensivo caracterizava-se por dificultar a potencialidade crítica ou transformatória dos processos de trabalho. Sendo assim, podemos afirmar que a mudança vivenciada pelo guarda municipal ia muito além de uma mudança restrita a hábitos religiosos. Tratava-se, isto sim, de uma mudança da economia psíquica imbricada a desvios da sua postura crítica em relação à organização e gestão do trabalho.

Assim, tendo em vista a complexidade e as dimensões "subterrâneas" deste processo de adesão à prática religiosa, compreendemos que os 19 "pontos" relativos ao mencionado item da *Escala de Reajustamento Social* não refletia a intensidade e qualidade da experiência psicossocial de caráter estressante vivenciada pelo GM em questão. De qualquer modo, mesmo que tal compreensão fosse tomada como refutável, o *RS* detectado via questionário teria sido de fato subavaliado (pelo simples fato de que o mencionado item não estava incluso no questionário aplicado).

Vale então retomar alguns argumentos: como vimos na rica revisão do instrumento feita por Nunes (1983), um mesmo evento pode assumir qualidades distintas que não são apreendidas pela quantificação padrão. A contextualização e a personalização dos eventos é, portanto, algo sempre necessário à pesquisa mais atenta. Quando contextualizamos e personalizamos *"mudanças nos hábitos religiosos"* no caso em questão, verificamos que tal tipo de evento não era unidimensional, mas sim complexo, com dimensões entrecruzadas. No caso aqui analisado, a religião era uma forma do GM tentar preservar valores que já se faziam estremecer (*"tem hora que eu acho que o errado sou eu"*), assim como uma defesa contra seus próprios impulsos agressivos e irritabilidade face às práticas da gestão e organização do trabalho que ele julgava inapropriadas. Como assinalamos, tratava-se de um evento com várias matizes e desdobramentos, fato este que só foi efetivamente compreendido a partir da realização da entrevista.

O problema relacionado à análise meramente quantitativa e padronizada do item considerado (*"mudanças nos hábitos religiosos"*) também foi verificada em outro caso. Neste último, o caminho foi inverso: tratava-se de um GM que, em função de adoção de práticas profissionais não condizentes com preceitos religiosos por ele anteriormente preconizados, havia largado a religião.[23] Neste caso, houve significativa reação da esposa, que se tornou cada vez mais convicta da religiosidade, para não dizer fanatizada. Ou seja, o processo de mudança de valores e da problemática religiosa a ele relacionada se transbordaram e/ou se desdobraram em problemáticas conjugal e familiar. Novamente verificou-se, portanto, que a contextualização ou personalização de um evento *aparentemente* isolado muitas vezes nos permite melhor relacioná-lo ao cotidiano do trabalho e aos efeitos do mesmo sobre as dimensões subjetiva e conjugal-familiar.

O caso logo acima referido também nos permitiu apontar para as complexidades e conflitos do *stress ocupacional* geralmente vivenciados por policiais em seus processos de socialização às práticas (desgastadas e indesejadas) do trabalho em Segurança Pública (Reiser, 1974;Violanti, 1993). Em tal processo o trabalhador tende a internalizar as contradições do sistema organizacional e, conseqüentemente, sentir-se individualmente

[23] A modificação de valores sobre a influência de práticas mais ou menos transgressoras de colegas do convívio profissional nos remete aos conceitos de *"pseudonormalidade"* e de *"sobreadaptação"*, sistematizados por Ferraz (2002), assim como ao conceito de *"socialização organizacional"* (Violanti, 1993 ; Reiser, 1974; Motta et. al., 2000b, p.124-127). Vide discussão teórica do Capítulo III.

desgastado diante dos conflitos engendrados por tais contradições internalizadas (Pagés, 1990; Motta et. al., 2000b).[24]

Portanto, a análise e revisão dos escores de *RS* após as entrevistas apontaram, quer tomemos os casos explicitados, quer tomemos os casos no geral, que alguns itens da *Escala de Reajustamento Social* apresentam, com freqüência significativa, necessidade de serem reexaminados e retificados em relação à sua potencialidade estressora (potencialidade esta definida unidimensionalmente pelos valores ou escores padrão). O item da religiosidade é um deles pois, como foi argumentado, geralmente envolve mudanças psíquicas mais profundas (alteração da economia libidinal e dos sistemas defensivos) que podem se desdobrar em várias esferas (conjugal, familiar, do trabalho etc).

Outros dois itens que merecem atenção especial são os relativos à doença e morte. Invariavelmente o valor subjetivo e as mudanças objetivas face doença na família são muito distintos de caso para caso. Em um caso de nossa pesquisa, no qual a GMf tinha um familiar com câncer, o valor qualitativo de tal evento era inegavelmente superior ao valor qualitativo de um GM, por exemplo, que tinha alguém que havia contraído diabete na família. A GMf que tinha a mãe com câncer não dormia suficientemente (em função de cuidados dispensados à mãe e/ou de insônia) e tinha sua condição financeira prejudicada pelos custos com os cuidados com a saúde da mesma. A mensuração padrão, no entanto, não apreendeu tal diferença, notadamente evidente quando nos debruçamos sobre as especificidades de cada caso em particular através das entrevistas.

O mesmo raciocínio acima vale em relação à questão da morte: as pessoas têm reação distintas face a mesma e também tais reações dependem muito de quem tenha sido a vítima e da qualidade do vínculo com ela. Era irmão ? Esposa ? Pai ? Mãe ? Como era a qualidade de tal vínculo ? Eis aí questões necessárias às eventuais retificações do dado bruto.

Ademais, a morte, por exemplo, de um amigo próximo (pontuada em 37) pode, por vezes e, conforme o caso, ser mais dolorosa que a morte de um familiar (caso este que recebe a pontuação máxima, que situa-se bem acima da anterior, a saber: 100 "pontos").

---

[24] Conforme exposto no capítulo II, o sistema macroinstitucional da Segurança Pública encontra-se desgastado e diante de um hiato entre preceitos legais e práticas opostas aos mesmos. Tal dilema ou contradição organizacional, ao ser internalizada ou individualizada, oculta-se no que poderíamos denominar "produção sócio-organizacional do conflito psíquico".

Sendo assim, até mesmo um *RS* não significativo (abaixo de 150) não está imune a se revelar como subdimensionado em entrevistas nas quais, por vezes, um ou mais eventos parecem que são "implodido(s)". Em tais casos o fator estressante pode ser nitidamente detectado como mais intenso do que o quantitativamente previsto. Da mesma forma, nem sempre um *RS* alto e/ou significativo redunda em *stress* ou em fator estressor demasiado intenso. É possível que um escore elevado não seja compatível ao sofrimento, que também pode ser inferior ao previsto (ex: morte de alguém muito idoso, separações bem sucedidas).

Não obstante as considerações acima, podemos afirmar que, de modo geral, verificou-se a validade do instrumento. A questão é apenas assinalar para a necessidade de procedimentos complementares ao mesmo para que pesquisadores possam, eventualmente, retificar avaliações (mensurações quantitativas) que sejam retificáveis. Deixamos então sugerida uma atenção especial aos itens *"morte"* (de familiares ou amigos), *"doença na família"* e *"mudanças religiosas"*. Tais itens se revelaram, ao menos nesta pesquisa, como itens potencialmente retificáveis.[25]

c) Dados sobre o *Self Report Questionnaire (SRQ – 20)*:

O *Self Report Questionnaire (SRQ – 20)* é um instrumento desenvolvido por Harding (Apud Jardim et. al., 1996, p.324) para rastreamento de sintomas psiquiátricos e é composto de vinte perguntas sobre sintomas não psicóticos e quatro perguntas sobre sintomas psicóticos.[26] A adaptação e validação de tal instrumento à realidade brasileira realizada por Mari (Apud Jardim et.al., 1996, p.324) inclui apenas vinte itens (sintomas não psicóticos) e já foi utilizada por Jardim, Silva Filho e colaboradores em pesquisas com trabalhadores bancários (Palácios, Jardim, Ramos e Silva Filho, 1997) e pilotos metroviários do Rio de Janeiro (Jardim, Perecmanis, Silva Filho, 1996).

Trata-se de um instrumento de aplicação fácil e rápida e que se caracteriza como *"bom indicador de morbidade"* no trabalho, ou ainda, de um instrumento útil ao rastreamento epidemiológico de *"distúrbios psicoemocionais"* e de verificação primária da hipótese de relações entre sofrimento psíquico e/ou adoecimento de trabalhadores e processos e/ou organização do trabalho (Jardim et. al, 1996; 1997).

---

[25] Por retificável se quer dizer passível de reavaliação após superação da análise quantitativa do dado bruto via análise qualitativa das entrevistas.

[26] Vide item B, IV do questionário *Trabalho, saúde e vida familiar* (anexos). Vide também informações sobre tal instrumento no Capítulo I (*A pesquisa*).

Segundo os autores mencionados que utilizaram o *SRQ-20* em suas pesquisas com bancários e metroviários, o mesmo deve ser utilizado conjuntamente com outros instrumentos ou técnicas - dentre as quais destacamos a das entrevistas individuais e grupais semi-estruturadas – sobretudo quando objetivamos melhor contextualizar a análise epidemiológica mais genérica por ele possibilitada.

O *SRQ-20* aponta-nos para casos positivos ou sintomáticos e casos negativos ou não sintomáticos a partir de um ponto de corte. Na pesquisa com bancários (Jardim et. al, 1997 p.233) estabeleceu-se um ponto de corte 6 para homens (positivos ou sintomáticos com escores iguais ou maiores que 7) e de 7 para mulheres (positivos ou sintomáticos com escores iguais ou maiores que 8), ao passo que na pesquisa com pilotos metroviários do Rio de Janeiro (Jardim, et. al., p.325, 1996) estabeleceu-se um ponto de corte 7. Na nossa pesquisa, consideramos o escore 6 como ponto de corte, de forma que o grupo de positivos (sintomáticos ou com sofrimento psíquico) engloba o conjunto de guardas municipais com escores iguais ou maiores do que 7.

Do nosso ponto de vista, o ponto de corte 6 é justificável por um conjunto de aspectos. Primeiramente temos que considerar que o *SRQ-20* foi aplicado concomitantemente a outros instrumentos e que algumas questões ou itens repetidos são às vezes não assinalados, ou seja, compreendemos que a possibilidade de saturação do *SRQ-20* aplicado junto de outros instrumentais tende a ser maior caso o mesmo fosse aplicado isoladamente.[27]

Vale também mencionar que, na nossa pesquisa, verificamos que a média do *SRQ-20* entre estressados correspondeu também ao escore 7, de modo que o ponto de corte 6 nos dava maiores chances de detectar guardas que não foram identificados como estressados no *ISS* mas que poderiam estar relativamente próximos de tal condição, ou seja, o ponto de corte 6 nos possibilitava efetivar um rastreamento mais rigoroso das problemáticas relacionadas ao *stress*. Ademais, também verificamos que 11 dos 55 sujeitos (23,10% da

---

[27] Há também que se considerar que houveram 18,9% de casos de *SRQ-20* nulo e que tal aspecto contrasta com os 111 (46,63%) assinalamentos ao item *"Nervoso, tenso ou preocupado"*. Também devemos considerar que há uma defasagem significativa entre os 31,93% estressados e os 17,22% com escore elevado (7) no *SRQ-20* (lembrando que o *SRQ* inclui vários elementos diretamente relacionados à sintomatologia do *stress*). Tal defasagem também persevera quando consideramos a porcentagem (23%) de sujeitos com *SRQ* significativo (escores iguais e maiores 6). Ademais, como apontamos anteriormente, houveram casos que, possivelmente por receio, não responderam ao questionário na íntegra ou exatamente de acordo com todos os fatos por eles vivenciados.

amostra) com escore igual ou maior que 6 não apresentavam *stress*, em comparação a apenas 3 dos 41 (17,22% da amostra) sujeitos com escore igual ou maior que 7 que também não apresentavam *stress* (vide *Gráfico IV* e notas de rodapé correspondentes).

Sendo assim, enquanto o ponto de corte 5 redundaria em um rastreamento demasiado amplo, o ponto de corte 6 possibilitava um nível ótimo e compatível ao utilizado na pesquisa com bancários do sexo masculino (Jardim et. al, 1997 p.233). Vale ainda apontar os seguintes dados: dentre os 41 sujeitos com *SRQ* igual ou maior que 7, verificou-se que 34 (82,92%) apresentavam escore igual ou maior que 8, sendo 18 homens (52,94%) e 16 mulheres (47,06%); dentre os 7 sujeitos com escore exatamente igual a sete (7), 5 (71,42%) eram homens e 2 (28,58%) mulheres. Tais dados demonstraram que prevaleceu, dentre os sujeitos inclusos no rastreamento, aqueles que obtiveram escore 8. Os dados também apontaram para uma desproporcionalidade da distribuição do *SRQ* segundo a variável sexo, já que, na amostra pesquisada, haviam 191 homens (80,25%) e 47 mulheres (19,75%).[28]

Além dos dados acima sistematizados, também fizemos um levantamento (*ranking*) dos números absolutos de assinalamentos "sim" em cada um dos vinte itens do *SRQ-20*, independentemente de tais assinalamentos serem de guardas municipais inclusos ou não nas porcentagens gerais relativas ao conjunto de 55 sujeitos com *SRQ* significativo e alto (23,10%) e/ou ao conjunto de 41 sujeitos com *SRQ* alto (17,22%). Verificamos que as alternativas "sim" (do total de 238 questionários aplicados) aos vinte itens foram assinaladas na seguinte ordem pelos guardas municipais:

1. "Nervoso, tenso ou preocupado": 111 assinalamentos
2. "Triste ultimamente": 84 assinalamentos
3. "Sensações desagradáveis no estômago": 80 assinalamentos
4. "Dorme mal": 70 assinalamentos

---

[28] A distribuição do *SRQ-20* alto (escore 7) segundo a variável sexo reafirma mais intensamente a maior vulnerabilidade das mulheres anteriormente apontada na avaliação do *stress*. Os dados referentes a homens e mulheres no *SRQ-20* envolvem, não obstante, algumas diferenças e nuances que devem ser apresentadas: dos casos (14) que apresentaram escore 6 no *SRQ*, 85,71% (12) eram homens e 14,29% (2) eram mulheres, ou seja, não verificou-se, nestes casos, a mesma desproporcionalidade em relação às porcentagens por sexo da amostra. Já quando tomamos conjuntamente os 55 casos de *SRQ* significativo (escore 6) e alto (escore 7), verificamos 63,64% GMh e 36,36%GMf (dados similares ao da distribuição percentual desproporcional do *RS* por sexo em relação à distribuição percentual do sexo na amostra). Já nos casos (12) de *stress* em fase de exaustão, 7 (58,53%) eram de homens com media 12,25 no *SRQ* e 5 (41,66%) de mulheres com media de

5. "Dificuldades de realizar com satisfação atividades diárias": 69 assinalamentos
6. "Dificuldades para tomar decisões": 68 assinalamentos
7. "Má digestão": 51 assinalamentos
8. "Cansa-se com facilidade": 44 assinalamentos
9. "Dores de cabeça freqüentes": 43 assinalamentos
10. "Tem perdido o interesse pelas coisas": 37 assinalamentos
11. "Tem dificuldade de pensar com clareza": 36 assinalamentos
12. "Sente-se cansado o tempo todo": 34 assinalamentos
13. "Trabalho é penoso, difícil ou causa sofrimento": 25 assinalamentos
14. "Tem chorado mais do que de costume": 23 assinalamentos
    "Tem falta de apetite": 23 assinalamentos
15. "Assusta-se com facilidade": 19 assinalamentos
    "Tem tremores nas mãos": 19 assinalamentos
16. "Sente-se pessoa inútil, sem préstimo": 7 assinalamentos
17. "Incapaz de desempenhar um papel útil na vida": 5 assinalamentos
18. "Tem tido idéia de acabar com a vida": 1 assinalamento

As análises dos dados gerais do *SRQ-20* e do *ISS*, confrontadas com os dados do *ranking* acima apontaram, portanto, para existência de um número de guardas geralmente *"nervosos, tensos ou preocupados"* que era significativamente superior ao de guardas efetivamente estressados: 111 (46,63%) "contra" 76 (31,93%).

Dos dados também foi possível constatar que o número de guardas que se sentiam *"tristes ultimamente"* (84 ou 35,29%) ou que sentiam *"sensações desagradáveis no estômago"* (80 ou 33,61%) era relativamente superior aos que efetivamente apresentavam *stress*. Considerando que estes três itens mais assinalados no *SRQ-20* são correspondentes aos sintomas de *stress* formulados pelo *ISS* de Lipp (1994), pudemos hipotetizar que a porcentagem do *stress* tendia para uma estabilidade e/ou incremento e não exatamente para um declínio.[29]

11,6 (vulnerabilidade feminina à fase de exaustão mais expressiva do que a verificada no conjunto das fases do *stress* e medias elevadas de *SRQ* similares nos dois sexos).

[29] Tal hipótese é reforçada pela avaliação do reajustamento social (dado quantitativo), assim como pelos dados de acúmulo de carga psíquica (Dejours, 1994, p.25) relacionado às limitadas possibilidades de regular e/ou modificar aspectos inapropriados da gestão e organização do trabalho (dado qualitativo).

Ainda em relação à análise comparativa dos dados obtidos com o *ranking* de assinalamentos acima explicitado, foi possível verificar algumas porcentagens em itens do *SRQ-20* apenas ligeiramente inferiores à porcentagem (31,93%) de guardas estressados: 29,41% admitiram que *"dorme mal"* [30], 28,99% que tinham *"dificuldades de realizar com satisfação atividades diárias"* e 28,57% que tinham *"dificuldades para tomar decisões"*.

Ainda em relação aos dados gerais do *SRQ-20*, verificamos que 31 (13,02%) dos 238 sujeitos da amostra apresentaram *stress*, mas não apresentaram *SRQ* alto (escore 7 ou mais) nem significativo (escore 6 ou mais); ao passo que, inversamente, 11 deles (4,62% da amostra) apresentaram *SRQ* significativo e alto (igual ou acima de 6), mas não apresentaram *stress* (sendo que tal porcentagem cai para 1,26% da amostra quando consideramos apenas escores iguais ou maiores que 7 - vide análise logo acima e o *Gráfico IV*).

Os dados demonstraram, portanto, que o rastreamento do *ISS* é mais abrangente do que o efetivado pela aplicação do *SRQ-20*, aspecto este por nós considerado quando da discussão acerca do ponto de corte 6 adotado na análise do segundo. Foi também possível verificar que havia uma forte correlação dos dados obtidos via *ISS* e *SRQ-20*, sobretudo quando tomávamos como exemplo os casos mais graves (casos de *stress* em fase de exaustão), nos quais verificou-se a elevada média de 11,92 no *SRQ-20*.

Além dos dados acima, também comparamos dados relativos aos casos de *stress(l)* e/ou *RS* alto com os escores obtidos no *SRQ-20*. Verificamos que havia uma prevalência de homens com *stress(l)*: do total de 22 casos de *stress(l)*, 19 (86,36%) eram homens e 3 (13,64%) mulheres (porcentagem de homens *stress-l* acima da porcentagem de homens da amostra), sendo que as médias no *SRQ-20* e no *RS* foram, respectivamente, de 4,3 e 172,42 para homens (GMh com escores não significativos no *SRQ-20* e escores de *RS* próximos à média de 183 pontos dos sujeitos estressados) e de 6 e 185 para mulheres (GMf com escore médio significativo no *SRQ-20* e pontuação média significativa no *RS*, ou mais precisamente, dois pontos acima da pontuação média dos sujeitos estressados).

Os dados cruzados e sistematizados demonstraram uma prevalência de casos masculinos sobre os femininos tanto nas condições abaixo (*stress-l*) porém próximas da condição de *stress* predominante na amostra pesquisada (*stress* em fase de resistência),

[30] Tal aspecto será analisado logo adiante a partir dos dados comparativos entre equipes diurnas e noturnas.

como também nos casos de escores de *SRQ-20* significativos (6) mas abaixo do escore efetivamente alto (dos 14 casos com escore 6 no *SRQ-20*, 12 ou 85,71% eram de homens e 2 ou 14,29% eram de mulheres).

Sendo assim, se por um lado os dados de modo geral nos indicaram uma maior vulnerabilidade feminina, por outro lado estes dados relativos às condições limítrofes de *stress(l)* e de escore 6 no *SRQ* apontaram-nos que não devemos hiperdimensionar tal vulnerabilidade. Em outras palavras, a análise dos casos limítrofes pela variável sexo, quando confrontada com os dados gerais relativos às diferenças entre homens e mulheres, nos permitiu levantar a hipótese de um possível subdimensionamento mais elevado dos dados nos casos masculinos do que nos casos femininos.[31]

Portanto, de modo geral podemos afirmar que os dados do *SRQ-20* corroboraram os dados do *ISS* e, ao mesmo tempo, nos possibilitaram lançar a hipótese de tendência de elevação do *stress*, Tal hipótese é também passível de ser formulada quando levamos em conta a análise qualitativa da *Escala de Reajustamento Social* e do cruzamento dos dados dos três instrumentos utilizados (*Inventário de Sintomas de Stress*, *Escala de Reajustamento Social* e *Self Report Questionnaire*).

Por último, vale mencionar que a aplicação do *SRQ-20* e de seu confronto não somente com os dados de *RS* significativos, mas também com os casos de *stress(l)* e das situações vivenciadas no trabalho (vide item f adiante), possibilitaram-nos identificar alguns casos importantes de serem individualmente entrevistados, ainda que estes não apresentassem uma condição inequívoca de *stress*.

---

[31] Segundo nossa visão teórico-metodológica, instrumentos tipo questionário são sempre passíveis de nos fornecer tanto dados subdimensionados como dados hiperdimensionados. As entrevistas demonstraram que, de modo geral, os instrumentos foram fieis à realidade existencial dos sujeitos pesquisados, sobretudo no que tange à avaliação do *stress*. Não obstante, houveram casos nos quais o *RS* foi subdimensionado e casos nos quais itens do *SR-20* passíveis de assinalamento não foram assinalados. No caso específico do *SRQ-20* havia um item (*"sente-se cansado o tempo todo ?"*) que não foi assinalado por sujeitos que, no *ISS*, assinalaram o item *"cansaço excessivo"*. Embora de fato o item do *SRQ-20* seja mais incisivo, consideramos que não há uma discrepância tão significativa entre ambos. Também verificamos uma porcentagem baixa (10,50%) de assinalamentos de um dos itens do *SRQ-20* (*"seu trabalho é penoso, difícil ou lhe causa sofrimentos ?"*) em comparação à porcentagem dos assinalamentos relativos às seguintes situações de trabalho (dentre dez situações consideradas): frustração (34,87%), irritação/excitação (ambos 34,45%), conflito (30,67%) e medo (23,52%). Não obstante, a porcentagem de assinalamentos relativos à situação *sofrimento* (10,92%) foi similar à do referido item no *SRQ-20*. A respeito dos dados do questionário relativos às situações vivenciadas no trabalho, vide item f) logo adiante.

d) Dados sobre trabalho noturno: análise dos itens do *SRQ-20* e do *ISS* relacionados às dificuldades de recomposição das energias psicossomáticas:

Do total dos 238 trabalhadores avaliados, 56 (23,52%) eram trabalhadores de equipes noturnas (Equipes Motorizadas; Equipes do COP; Equipes de Suprimentos). Tais guardas (de atividade noturna) responderam das seguinte formas aos itens do *SRQ-20* e *ISS* relativos especificamente à insônia e/ou dificuldade dormir:

No caso do *SRQ-20* (item 3 - *"Dorme mal ?"*) foram obtidos 25 assinalamentos "sim" (44,6%) e 31 assinalamentos não (55,4%).

Vale mencionar que na população geral pesquisada (238), 70 trabalhadores (20,9%) assinalaram positivamente o item *"Dorme mal"* do *SRQ-20*. Tal dado – contraposto ao relativo dos guardas noturnos - nos permitiu inferir que o trabalho noturno de turnos de 12/36hs e os desdobramentos psicossociais do mesmo (fatores indiretos) interferiam negativamente nas possibilidades de recomposição das energias psicossomáticas.[32]

Já no caso do *ISS* (itens F1 e/ou F3: *"dificuldade de pegar no sono ou de dormir após interrupção do mesmo"* (insônia), verificou-se, dentre os guardas noturnos, 27 assinalamentos "sim" (48,22 %) e 29 assinalamentos não (51,78 %). Sendo assim, os números relativos a tais itens foram correspondentes e bem próximos aos do item do *SRQ-20* e apontaram para a mesma análise acima indicada.

Não obstante a maior dificuldade de dormir de tais trabalhadores noturnos e as condições psicossociais adversas que dela derivam, não foram verificadas, em tal grupo, tendências que apontassem para níveis mais elevados de *stress* quando em comparação com guardas das equipes diurnas lotadas nos mesmos postos de trabalho (vide adiante). Tal dado indicou-nos que o *stress* e as suas diversidades etiológica e existencial não limitam-se ao corpo e aos processos "adaptativos" descritos e geralmente enfatizados pela Psicologia Comportamental. Em outras palavras, o *stress* analisado em sua dinâmica subjetiva e sócio-institucional revela-se como complexo e irredutível tanto à dimensão biológico-individualizante como também às relações de causa e efeito mecanicistas nesta geralmente presentes. Ademais, os dados quantitativos e os dados qualitativos pré-analisados nos

[32] Um desdobramento psicossocial freqüente – leia-se trabalho noturno enquanto fator indireto do *stress* – eram as atividades diurnas que impediam o descanso após a finalização do plantão ou turno de trabalho. Aí incluíam-se sobretudos os *"bicos"* de segurança, assim como os demais *"bicos"* e atividades cotidianas incontornáveis, porquanto inerentemente diurnas (compras, assistência aos filhos, consultas médicas e atividades burocráticas relacionadas ao trabalho nos âmbitos da Prefeitura e do Judiciário).

permitiram levantar a hipótese de tendência de manutenção senão de elevação das porcentagens de *stress*, assim como apontaram para a sobressalência de referências a sintomas psicológicos (nervosismo, tensão, preocupação, insatisfação), ou seja, de sintomas cuja intensidade qualitativa e subjetiva é muito mais variável do que padronizável.

Portanto, verificamos que a dimensão do *"imponderável"* do *stress* (Selye, 1965, p.57) relaciona-se diretamente à sua complexidade psicodinâmica e à diversidade de seus componentes etiológicos.

Tendo em vista os dados e considerações acima, reiteramos a necessidade de reelaboração do conceito do *stress*. Segundo nossa compreensão, o *stress* no trabalho dos guardas municipais relaciona-se a uma *"carga psíquica positiva"* acumulada no trabalho, sendo importante relembrar que tal carga psíquica não é mensurável quantitativamente e é produzida no campo do trabalho de forma a configurar-se como *"fatigante"* e/ou patológica (Dejours, 1994, p.25), ou ainda, como despotencializadora da visão crítico-transformatória. O *stress*, nesse sentido, deve ser compreendido sobretudo como um fenômeno dinâmico e sócio-institucional, ou ainda, como um processo dialético de *"desgaste mental no trabalho dominado"* (Seligmann-Silva, 1994).

Voltando à explicitação dos dados sobre o trabalho noturno, tomando como referência as equipes motorizadas, verificou-se resultados parciais de *stress* de 28,57 % e 11,76 % (média de 20,16 %). Tomando como referência as equipes motorizadas diurnas verificou-se resultados parciais de *stress* de 26,66 % e 42,31% (média de 34,48 %).[33]

Tomando como referência as equipes motorizadas de Apoio noturnas verificou-se resultados parciais de *stress* de 25 % e 0 % (média de 12,50 %). Tomando como referência as equipes motorizadas de Apoio diurnas verificou-se resultados parciais de *stress* de 50 % e 0 % (média de 25 %).[34]

Sendo assim, dentre as equipes motorizadas a porcentagem do *stress* foi mais significativa no grupo diurno do que no grupo noturno. A mesma situação se repetiu no caso da comparação entre guardas noturnos e diurnos lotados no COP: tomando como referência as equipes noturnas do COP verificou-se resultados parciais de *stress* de 50% e

[33] A média do conjunto de tais equipes motorizadas (noturnas e diurnas) foi de 27,32% de sujeitos estressados. Aqui nos referimos às equipes motorizadas, excluindo as também motorizadas mas chamadas de "Escolar" (não há equipes escolares noturnas) e de "Apoio" (cuja comparação noite-dia é abordada no parágrafo seguinte).

[34] A média de sujeitos estressados do conjunto das Equipes de Apoio (noturnas e diurnas) foi de 18,75%.

50 % (média de 50 %). Tomando como referência as equipes diurnas do COP verificou-se resultados parciais de *stress* de 66,66 % e 83,33 % (média de 74,99 %).

Compreendemos que somente a avaliação qualitativa (sobretudo a análise das entrevistas grupais) baseada na concepção reelaborada do conceito de *stress* seja capaz de esclarecer os dados aparentemente contraditórios logo acima indicados, a saber: o de que as equipes que dormiam pior apresentavam menores médias de *stress*.

Nas entrevistas grupais os GMs avaliaram que o trabalho noturno era mais tranqüilo que o trabalho diurno e, portanto, potencialmente menos estressante - ainda que pesasse a maiores dificuldades de dormir por parte dos trabalhadores noturnos. Tal fato explicita, portanto, que a questão do *stress* não deve ser limitada aos seus componentes fisiológicos e às questões de (im)possibilidade de recomposição das energias meramente corporais.

A avaliação qualitativa via entrevistas também revelou que aqueles que trabalhavam de noite na Guarda Municipal e que emendavam a noite trabalhada com o "bico" na manhã do dia seguinte apresentavam, freqüentemente, *stress* e/ou vivências estressantes. A conjunção do "bico" com o trabalho (excesso de horas trabalhadas por semana) não era, porém, fator de *stress* exclusivo dos guardas que trabalhavam à noite. Tal condição também era vivenciada por guardas que trabalhavam na Guarda Municipal de dia e que faziam seus "bicos" à noite. De modo geral, não obstante as ressalvas em torno do problema da avaliação isolada da dimensão fisiológica, o trabalho em excesso era estressante para a grande maioria que a ele se submetia por questões de necessidade de maior renda mensal (fator estressor psicossocial imbricado ao fator estressor fisiológico).

Vale ainda considerar que os dados quantitativos referentes aos distintos grupos das equipes de Apoio são realmente intrigantes se não analisarmos os aspectos qualitativos a eles subjacentes. Aqui, além dos aspectos individuais e conjugais-familiares, devemos ressaltar a importância da dinâmica grupal de cada equipe em específico, assim como a qualidade das relações intersubjetivas. Tais aspectos configuraram-se como determinantes importantes das diferenças de porcentagem de *stress* presentes nas equipes diurnas (50% e 0%) e noturnas (25 % e 0 %).[35]

[35] A análise qualitativa de tais equipes (menor porcentagem de stress) e das equipes do COP (maiores porcentagens de *stress*) são bastante significativas e discutidas de forma mais aprofundada no item 2 deste capítulo.

e) Dados sobre diagnósticos médicos e porcentagens de sintomas físicos ou psicológicos[36]:

O *ISS* nos permitiu identificar não somente a fase do *stress*, mas também se prevaleciam sintomas físicos ou psicológicos. Verificamos que, de modo geral, houve um relativo equilíbrio entre sintomas físicos e psicológicos assinalados pelos sujeitos estressados.[37] Os sintomas psicológicos assinalados corresponderam a 34,6% do conjunto P1, P2, P3. Já os sintomas físicos corresponderam a 27,33% do conjunto F1, F2, F3.[38] Ou seja, verificou-se uma diferença média de 7,27 pontos percentuais em "prol" dos sintomas psicológicos.

As diferenças entre média de sintomas físicos e média de sintomas psicológicos também não se mostrou significativa quando tomamos os dados somente dos sujeitos estressados em fase de exaustão, ou ainda, somente dos sujeitos estressados do *Grupo Controle*.

No primeiro caso (estressados em fase de exaustão da amostra pesquisada), a diferença foi de 3,67 pontos percentuais em "prol" dos sintomas psicológicos: verificou-se uma média de 49,33% de sintomas psicológicos e uma média 45,66% de sintomas físicos.

---

[36] Foi feito um levantamento de todos os registros de atestados médicos entregues ao setor de RH no ano de 2000 (ano da coleta de dados sobre o *stress*). Totalizou-se 1804 registros, uma média de 150 por mês (o que equivalia ao valor absoluto de 30% da corporação daquele ano). A partir daí elaborou-se uma listagem dos 146 nomes mais presentes e uma listagem principal de 55 nomes (foram utilizados critérios cruzados para tal "listagem principal", tais como: nomes que apareceram com maior freqüência de atestados por mês e/ou por meses e nomes que apresentaram maior tempo de afastamento, ainda que não excessivamente freqüentes). Desta listagem de 55 nomes, 30 haviam sido avaliados em termos de *stress*. Já dentre os 21 nomes que encontravam-se no topo desta listagem principal, 9 haviam sido avaliados (esta listagem de 21 nomes é referida no corpo do texto como "listagem hiperprincipal"). Portanto, foram considerados os diagnósticos atribuídos tanto à população estressada como à população com maior número de atestados e/ou afastamentos do trabalho. Já o levantamento das porcentagens relativas aos sintomas físicos ou psicológicos (verificadas através do *ISS*) envolveu apenas a população identificada como estressada (*ISS*).

[37] As porcentagens dos sintomas físicos e psicológicos podem ser calculadas tomando como base somente os assinalamentos correspondentes à fase do *stress* na qual se situa o sujeito (portanto, tomando as porcentagens correspondentes a um dos três conjuntos de escores brutos: F1 e P1 nos casos de fase de alarme, F2 e P2 nos casos de fase de resistência ou F3 e P3 nos casos de fase de exaustão), ou ainda, tomando como base todos os assinalamentos do sujeito, independentemente se correspondentes ou não à fase de *stress* na qual se encontra. Na avaliação e dados que aqui se apresentam optou-se pela segunda alternativa, de forma a considerar os sintomas ao longo de distintos períodos (últimas 24hs, última semana e últimos mês) e não somente em um deles (caso se optasse por considerar os assinalamentos correspondentes somente à fase do *stress* detectado). Vale dizer que tal procedimento foi uma adaptação ao procedimento formal. Essa adaptação justifica-se pela compreensão de que o procedimento adaptado pode ser mais sensível ao aspecto processual do *stress* do que o procedimento formal, ao nosso ver mais circunscrito ou conjuntural.

[38] P1 e F1 são os sintomas psicológicos e físicos relativos à fase do alerta, P2 e F2 à fase de resistência e P3 e F3 à fase de exaustão do *stress* (Lipp & Guevara, 1994).

No segundo caso (estressados do *Grupo Controle*), verificamos uma diferença de 3,34 pontos percentuais, desta feita em "prol" dos sintomas físicos: verificou-se uma média de 21,66% de sintomas psicológicos e uma média 25% de sintomas físicos.

Esses dados demonstram a natureza indissociavelmente corpóreo-psíquica do *stress*. Vale considerar que verificamos uma tendência geral de equilíbrio entre sintomas psicológicos e físicos na maioria dos casos individuais e não somente na média geral. Não obstante, há casos nos quais constatamos prevalência de um em detrimento do outro e vice-versa.

Por outro lado, como observamos na exposição e análise de alguns dados objetivos acima (itens *b* e *c* logo acima) e de alguns dados das entrevistas, o aspecto psicológico não configurou-se como totalmente passível de submeter-se a uma quantificação padronizada de caráter irrefutável. Um só sintoma assinalado pode ter muitos desdobramentos que não são captados pelo resultado quantitativo. Nesse sentido, embora compreendamos que a natureza biopsicossocial do *stress* é algo incontestável, parece-nos necessário não subestimar as pequenas diferenças quantitativas acima indicadas, ou seja, a importância dos sintomas psicológicos. Dito de outra forma, ainda que do ponto de vista estatístico e positivista não se possa concluir nada em termos de prevalência "objetiva" de sintomas físicos ou psicológicos no conjunto de guardas estressados (as diferenças percentuais são pequenas), do ponto de vista dinâmico e qualitativo os resultados são, de qualquer forma, parâmetros ou indicadores importantes. Esses necessitam, segundo o nosso modo de ver, serem mais explorados, ou ainda, avaliados para além dos ditames do resultado e da visão estatístico-positivista.

Vale também ressaltar que o *ISS*, por partir de pressupostos cognitivistas e comportamentais, tende a apresentar classificações que são, no mínimo, discutíveis. O esquecimento é compreendido como um sintoma físico (F2), revelando o pressuposto de que uma função cognitiva possa ser compreendida como algo diretamente relacionado ao somático. Tal visão é nitidamente diferente da concepção psicanalítica, que relaciona a cognição tanto ao pensamento reflexivo (elaboração, *insight*) quanto à dimensão racional ou consciente (intelectualização das emoções, processos defensivos). Para a Psicanálise, esquecimentos podem se dar por motivos inconscientes, assim como lembranças podem se relacionar mais a fantasias do que propriamente à recordação de fatos (Freud,

1912;1899;1898). Ou seja, problemas com a memória não são vistos como produtos exclusivos da dimensão biológica, mas sobretudo como produtos da dinâmica psíquica inconsciente.

A referência às dificuldades sexuais também figura no *ISS* como sintoma físico da fase de exaustão (F3), ao passo que a diminuição do interesse sexual figura como sintoma psicológico da fase de resistência (P2). Fazemos menção a tal fato não no sentido de negar os aspectos ao mesmo tempo orgânicos e psíquicos da memória e da sexualidade, mas sim para argumentar que são campos nos quais nem sempre é fácil distinguir o somático do psicológico. Dito de outra forma, o objetivo de definição da prevalência dos sintomas é algo importante e que deve ser realizado para melhor compreendermos o *stress*. Por outro lado, não devemos nos aprisionar ao mesmo se não quisermos, em nome de uma mera retórica da integração corpo-psique, reproduzirmos a velha dicotomia cartesiana do corpo e mente.[39]

Do nosso ponto de vista, portanto, os resultados acerca da distinção "objetiva" entre prevalência de sintomas físicos ou psicológicos é algo passível de equívocos e não devem ser supervalorizados ou tomados como um fim em si mesmo. É importante apenas assinalar que a complexidade do *stress* abarca tanto sujeitos estressados que sofrem com seus sintomas (tanto físicos como psicológicos) relacionando-os ao seu universo imaginário, real e simbólico (os estressados neuróticos), como sujeitos estressados que são mais desconectados de seus afetos e menos sensíveis às relações entre seus sintomas físicos e sua dinâmica psicológica inconsciente (os estressados não classificáveis em uma entidade clínica ou de personalidade precisamente definida, ou seja, estressados somatizadores, estressados com perfil normopata, estressados refratários ao pensamento simbólico etc) (Ferraz, 2000; Ferraz & Volich, 1997; Dejours, 1988; Marty, 1998; McDougall, 1991; Groddeck, 1966).

---

[39] Vale ressaltar que, segundo a visão cognitivista de Lipp, autora do valioso instrumento de identificação do *stress* (e nem por isso não discutível), sintomas somáticos são contrapostos a sintomas "cognitivos". Tal pôde ser percebido numa versão do como avaliar o *ISS* obtida pelo pesquisador no "Centro Psicológico de Controle do *Stress*" (quando o instrumento ainda estava para ser lançado no mercado); nele há a seguinte questão: "onde a manifestação de *stress* é mais acentuada, na área cognitiva ou somática ?". Por outro lado, a memória (vista tradicionalmente na Psicologia uma função cognitiva) figura no rol dos sintomas físicos ! Tais considerações exemplificam o imbróglio que pode se constituir a partir de tentativas simplistas de diferenciação entre o corporal e o psíquico: em nome da precisão ou da objetividade, podemos elaborar formulações confusas, dicotomizando o sujeito e perdendo de vista a visão integradora que aqui se propõe.

A pesquisa acerca dos diagnósticos registrados nos atestados médicos apontou, por sua vez, para uma prevalência de doenças de sintomatologia física. Tomando o conjunto total de atestados apresentados verificou-se que os diagnósticos mais freqüentes foram os relativos às doenças do sistema músculo-esquelético (sobretudo dorsopatias, CID M54 e, secundariamente, desordens dos tecidos, CID M79).[40] O segundo grupo de doenças mais freqüentes foi o de doenças do sistema respiratório (sobretudo infecções como amigdalite, CID J03, e faringite, CID J02). As doenças do sistema digestivo, CID K00-K093 (sobretudo gastrite, colite e úlcera), quando somadas às doenças intestinais infecciosas, CID A09 (sobretudo diarréia e gastrointerite de origem presumidamente infecciosa) superaram a freqüência do segundo grupo (doenças respiratórias como faringite e amigdalite). As doenças mentais e comportamentais, CID F00-F99, acompanhadas ou não por transtornos do humor (sobretudo episódios depressivos, F32) também foram diagnosticadas com freqüência significativa: verificou-se, em tal conjunto, um pouco mais da metade dos registros verificados no grupo dominante (doenças músculo-esqueléticas). Dentre as doenças mentais ou comportamentais predominou o diagnóstico de transtornos ansiosos (F41) e de reação a estresse grave e transtornos de ajustamento (F43), acompanhados ou não dos referidos transtornos do humor (F32 ou episódios depressivos).

Os diagnósticos prevalecentes, portanto, ainda que relacionados sobretudo à sintomatologia física, apresentaram uma relação de proximidade com os sintomas psicológicos, ou ainda, com a dimensão psicodinâmica da problemática do *stress*.

Quando tomamos como foco de análise não a corporação como um todo, mas sim os sujeitos identificados como estressados, também verificamos uma prevalência de doenças de sintomatologia física diagnosticadas nos atestados médicos: dorsalgia, fraturas, gastrite, infecções intestinais, diarréias, faringite, etc. Porém, neste grupo (sujeitos estressados) a freqüência dos sintomas psicológicos se faz ligeiramente superior àquela encontrada na corporação (total de sujeitos), sobretudo se tomamos especificamente os sujeitos com *stress* em fase de exaustão. Neste grupo, tais doenças apareciam mais freqüentemente mescladas às referências (CIDs) à *somatização*, à reação ao *stress grave* ou *transtornos de ajustamento*, aos *distúrbios de ansiedade* e aos *episódios depressivos*. Em alguns casos, a presença da sintomatologia de contorno mais nitidamente psicológico (depressão,

[40] Para a identificação dos diagnósticos foi utilizado o **CID 10 – International Statistical Classification of**

ansiedade, *stress*) também vinha acompanhada de diagnósticos como *cefaléias* e *hipertensão*.

Já no caso das doenças físicas identificadas nos atestados médicos dos sujeitos estressados (fase de exaustão e/ou resistência), havia uma maior incidência de *gastrite* do que aquela verificada na corporação como um todo.

Sendo assim, podemos afirmar que *stress*, sintomas psicológicos e físicos sugestivos de *stress*, ou ainda, distúrbios de depressão/ansiedade e doenças físicas, são elementos correlacionados, imbricados e de influência mútua e recíproca. Há uma lógica dialética que os move e que nos obriga a reconhecer que devemos renunciar aos pensamentos de causa e efeito em torno das relações entre o somático e o psíquico. As noções de interação e de processo devem prevalecer, de forma que possamos compreender as especificidades somáticas e psíquicas do *stress* sem que caiamos em dicotomias empobrecedoras e infrutíferas.

Vale ainda mencionar alguns dados objetivos que demonstraram intersecções entre população estressada e população com grande número de atestados médicos: verificou-se que, dos nomes da "listagem principal" (55), 30 haviam participado da avaliação de *stress*. Destes 30, 13 apresentavam *stress* (43,33%, ou seja, porcentagem superior ao do *stress* detectado na amostra geral pesquisada). Já em relação à "listagem hiperprincipal" (21 nomes), 9 haviam participado da avaliação de *stress*. Destes 9, 7 apresentavam *stress* (o que equivalia a 77%, mais que o dobro da porcentagem de sujeitos estressados da amostra geral pesquisada).[41]

Foi também possível sistematizar alguns dados relativos às fases de *stress*: 25% dos sujeitos com *stress* em fase de exaustão estavam na "listagem principal"; 18,9% dos sujeitos com *stress* em fase de resistência também estavam na "listagem principal"; nenhum dos sujeitos com *stress* em fase de alarme estavam na "listagem principal". Sendo assim, do total dos 76 sujeitos identificados como estressados, 43,9% figuram na "listagem principal" de atestados/afastamentos do trabalho. Tal fato, portanto, reforça a hipótese de que o *stress* torna mais vulnerável os indivíduos a desenvolverem doenças que prejudicam a saúde e o exercício profissional. Por outro lado, há mais de 50% (56,1%) de sujeitos estressados que

---

Diseases and Related Health Problems. Geneva: World Health Organization, v.1, 3ed. revisada, 1992.

[41] A respeito dos termos "listagem principal" e "listagem hiperprincipal", vide nota de rodapé 36 neste capítulo. Vide também Capítulo 1 (*A Pesquisa*).

não apresentaram número elevado de atestados médicos, ou seja, que não ficaram impossibilitados, ainda que por curto período, de exercer sua função profissional. Tal dado condiz, por sua vez, com a prevalência de sujeitos com *stress* em fase de resistência.

Os dados acerca dos diagnósticos médicos mais presentes nos atestados médicos da amostra geral pesquisada – destaque principal para doenças dos sistemas músculo-esquelético, respiratório e digestivo, e destaque secundário para as doenças mentais e comportamentais – são, de modo geral, relativamente compatíveis com os dados encontrados por Borges e colaboradores na Polícia Civil do Espírito Santo (Borges et. al., 1996).

Borges e colaboradores (1996, p.111) pesquisaram os motivos de afastamentos do trabalho verificando que apenas três categorias diagnósticas apresentavam porcentagens superiores a 5%: os distúrbios mentais (19%), os ósteo-articulares (6%) e os gastro-intestinais (6%). Os praticamente 70% restantes dividiam-se em "acidentes de trabalho" (35%) e "outros" (total de 34%, relativo a todos os outros motivos de afastamento do trabalho com porcentagem abaixo de 5%, tais como cardíacos, neurológicos, respiratórios etc).

A despeito das diferenças em relação à nossa pesquisa com os guardas municipais, nota-se em ambas as pesquisas a referência simultânea às esferas somática e psíquica. A gastrite, um dos sintoma-padrão do *stress*, figura como doença freqüente em ambos os levantamentos, doença esta indissociável da *irritabilidade* e da *ansiedade*, ou seja, dos elementos psicológicos paradigmáticos do *stress*.

Vale também confrontarmos os nossos dados com os dados da pesquisa realizada por Cavassani (1998). Tal pesquisa (Cavassani, 1998, p.58) tomou como elemento de análise a comparação entre um grupo cuja totalidade dos sujeitos apresentavam como motivo de afastamento do trabalho a categoria *"transtorno mental"*, com um grupo de sujeitos que não apresentava afastamentos do trabalho em sua ficha médica. No primeiro grupo, prevaleceram os registros relativos à reação aguda ao *stress*, às reações de ajustamento e aos transtornos neuróticos. A pesquisa de Cavassani (1998), nesse sentido, apontou para problemáticas psicológicas similares às da nossa pesquisa, ou seja, problemáticas psicológicas relacionáveis tanto à neurose como aos processos de doença somatoformes.

Vale porém considerar que o objetivo de Cavassani (1998) não foi o de discutir nosografias ou diagnósticos predominantes. Seu objetivo foi, isto sim, demonstrar que a violência é utilizada com freqüência pelo policiais civis e que tal *"insanidade"* tende a se coletivizar numa forma de ideologia ocupacional defensiva (Cavassani, 1998, p.162). A autora argumenta que muitos que apresentam registros de problemas psicológicos são sujeitos que vivem uma espécie de "loucura" solitária, ou seja, um não compartilhar da ideologia ocupacional defensiva que "legitima" a insanidade do ato policial violento (Dejours, 1992). Nesse sentido, a "loucura solitária" implica em uma psicodinâmica defensiva distinta da primeira e que resguarda a possibilidade de contrapor-se às práticas profissionais inapropriadas (tal como o *stress* de alguns guardas, que resguardam capacidades críticas e propositivas em relação à transformação da organização do trabalho).

Outros tipos de policiais pesquisados por Cavassani (1998) que também apresentam registros de problemas psicológicos são os *"batem por que estão nervosos e ficam nervosos por que bateram"* (Cavassani, 1998, p.141).

Portanto, a pesquisa de Cavassani nos indica que há sujeitos que são diagnosticados como estressados em função de não se ajustarem a uma normalidade aparente, ou ainda, a uma sobreadaptação defensiva (Feraz, 2002). Tais sujeitos são geralmente vistos na instituição como aqueles que *"não agüentam o tranco"* por serem *"muito sensivelzinhos"*, ou seja, são excluídos ou estigmatizados (Cavassani, 1998, p.138). Por outro lado, há os que admitem o uso da violência como algo inerente ao trabalho, mas que acabam sendo vítimas das próprias atitudes. Os primeiros são apontados pela autora como mais conscientes, porquanto favoráveis à segurança conciliada à justiça, ao passo que os segundos são vistos como portadores de uma ideologia autoritária, defensores da conciliação entre segurança e repressão (Cavassani, 1998, p.24).

O argumento de Cavassani (1998) nos faz refletir sobre aspectos subjacentes aos diagnósticos e registros de atestados de nossa pesquisa, assim como às possibilidades de reações estressadas que vão da irritação infrutífera à irritação com potencial crítico ou transformador. Segundo o argumento da autora, os diagnósticos e registros por ela pesquisados podem ocultar aspectos organizacionais perversos e ideologias ocupacionais autoritárias. Podem também tornar doentes – ou mesmo homossexuais, mal trabalhadores etc - indivíduos que se recusaram ou que encontraram dificuldades em aderir à lógica da

violência institucionalizada. Ou seja, Cavassani (1998) nos leva a refletir sobre um posicionamento crítico frente aos atestados, de forma a não tomá-los como uma verdade absoluta.

Tendo em vista as considerações acima, vale considerar alguns aspectos da dinâmica institucional da Guarda Municipal em relação à questão dos atestados e diagnósticos pesquisados.

Primeiramente é necessário ressaltar o uso burocrático do atestado. Trata-se de casos que visam evitar faltas, descontos no pagamento, faltas em dias festivos ou feriados etc, através do "direito" do servidor público de ter abono em função de problema de saúde. Isso foi evidenciado não apenas no número excessivo de atestados por mês, mas também na "coincidência" de atestados nos dias de Natal, feriado e ano novo e nos relatos informais de guardas municipais. Neste último caso haviam guardas que, frente aos atrasos constantes de pagamento na gestão do prefeito Francisco Amaral, admitiam, informalmente, que *"jogavam atestado"* (sic) quando necessitavam de dia livre para obter dinheiro através de algum *"bico"* extra (de forma a poder pagar contas e compromissos em atraso).

Outro aspecto é o diagnóstico em si: havia o caso de um GM alcoólatra diagnosticado como meramente estressado, e vários casos diagnosticados como portadores apenas de doenças físicas de pequena monta e que, embora apresentassem *stress*, não foram assim diagnosticados. Ou ainda, casos de portadores de úlcera e/ou gastrite que também não tiveram a sua condição de *stress* efetivamente notificada. Há também atestados sem CID e atestados com CID mais baseado na sintomatologia imediata do que em função de uma doença crônica ou etiologia mórbida. Há também atestados por acompanhamento de familiares doentes e cujos CIDs não haviam sido atribuídos exatamente ao guarda municipal.

Em outras palavras, há diagnósticos falhos, incompletos, duvidosos, ou ainda, diagnósticos não condizentes com problemas de saúde de fato, por inúmeras e incontáveis razões (no sentido literal e metafórico do termo "incontáveis").

Sendo assim, os dados utilizados (atestados e prontuários médicos) contém informações que nem sempre são fidedignas: há diagnósticos subnotificados e também diagnósticos notificados que, na realidade, não são diagnósticos, mas sim subterfúgios frente ao controle burocrático e/ou às adversidades psicossociais da vida cotidiana. Não se

trata de uma crítica ao serviço médico da Prefeitura, aos médicos em jogo que emitiram tais atestados e nem tampouco aos guardas que utilizaram-se do atestado como subterfúgio.[42] A questão aqui é bem mais ampla: trata-se de apontar para o atestado como possível peça burocrática em qualquer situação de trabalho em que estão em conflito os interesses dos trabalhadores e empregadores (e não somente como uma possibilidade de expressão real e efetiva da saúde, tal como uma visão ingênua poderia crer); ou ainda, apontar para o fato que os diagnósticos não limitam-se a uma mera prática médica isolada, mas sim a uma complexa articulação entre saber e poder numa sociedade disciplinar (Foucault, 1992) e burocrática (Motta, 1986).

f) Tabulação dos dados sobre dez situações de trabalho eventualmente possíveis (item II da parte C do questionário):

Os dados abaixo são relativos à parte C do questionário - *Trabalho, saúde e vida familiar* – item II (vide anexo). Neste item os guardas deveriam assinalar *"todas as alternativas eventualmente possíveis"* de ocorrerem no cotidiano do exercício de suas funções. A distribuição dos assinalamentos nos apontou para importantes direções de análise, fornecendo-nos boas pistas para compreensão qualitativa e dinâmica do fenômeno *stress*, assim como para sua recapitulação teórica e conceitual.

De modo geral, os dados apontaram para uma complexidade dos processos psicossociais, subjetivos e sócio-institucionais relacionáveis às porcentagens de presença (31,93%) e/ou ausência (68,07%) de *stress* nos guardas municipais. Satisfação, realização, frustração, irritação e excitação figuraram como as cinco principais situações vivenciadas (de um total de dez situações hipotetizadas).

Vale mencionar que a admissão de satisfação e frustração no cotidiano de trabalho não corresponderam, linear e respectivamente, às respostas dos sujeitos não estressados e dos sujeitos estressados. Houveram casos de estressados que referiram-se a ambas situações, assim como de não estressados que também se referiram a ambas. A diversidade das situações apontadas e as suas dimensões aparentemente contraditórias (satisfação x frustração) ilustraram a necessidade de um exame mais aprofundado do dado quantitativo,

[42] Podemos até considerar que o guarda cuja ética poderia ser colocada em questão por tal procedimento possa ser visto, por outro lado, como alguém que defende-se de fatores estressores psicossociais produzidos na própria situação sócio-institucional e de trabalho.

tal como já havia sido verificado em relação aos demais dados quantitativos acima referidos.

Vejamos a distribuição dos assinalamentos, por alternativas oferecidas, tanto em números absolutos como em valores percentuais:

1. Satisfação: 163 assinalamentos (68,48%).
2. Realização: 114 assinalamentos (47,89%).
3. Frustração: 83 assinalamentos (34,87%).
4. Irritação / Excitação: 82 assinalamentos em cada (obs: empate) (34,45%).
5. Conflito: 73 assinalamentos (30,67%).
6. Medo: 56 assinalamentos (23,52%).
7. Violência: 52 assinalamentos (21,84%).
8. Confusão: 43 (18,06%).
9. Sofrimento: 26 assinalamentos (10,92%).

A explicitação dos dados quantitativos acima são um convite a uma explicitação mais vigorosa das falas e discursos das entrevistas grupais e individuais. Na fala dos sujeitos desvendamos o porquê os GMs admitiram, no questionário, que sentiam frustração e satisfação concomitantemente. As entrevistas grupais tomaram como foco os temas "satisfação e frustração no trabalho" (respectivamente 68,48% e 47,89% dos assinalamentos), "medo no trabalho" (23,52% dos assinalamentos), "organização do trabalho", "excitação no trabalho" (34,45% dos assinalamentos) e "trabalho noturno" (este último somente nas equipes específicas).

A questão do prazer e do sofrimento no trabalho, da carga psíquica e da economia psicossomática (Dejours, 1994), assim como das estratégias defensivas frente às atividades profissionais de risco, ambas trabalhadas pela Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho, configuram-se, ao lado da abordagem psicanalítica das organizações (Enriquez, 1995; 1997; Davel & Vasconcelos, 1995; Losicer, 1995; Leite, 1995)[43] e da perspectiva do

[43] Tal como exposto no Capítulo III, a Psicanálise, a partir sobretudo de seus conceitos originais de defesa, projeção (Freud, 1922) e de um mal estar na civilização (Freud, 1927) adentra o terreno psicossociológico e multidisciplinar da análise organizacional. A Psicanálise das Organizações, disciplina específica em Psicologia Organizacional que é tributária da Análise Institucional dos anos sessenta (Lourau, 1975; Baremblitt, 1992) caracteriza-se por discutir criticamente o sujeito psíquico e social implicado e produzido na

desgaste (Seligmann-Silva, 1994; 1995; 1997), como importantes referenciais teóricos norteadores dos nossos objetivos analíticos e teóricos. A análise dejouriana e os seus conceitos de prazer e sofrimento no trabalho também pode ser particularmente confrontada aos conceitos de *stress* e *eutress* das correntes médicas e/ou de cunho gerencialista (Silva Neto, 1998, p.33-35).

A análise de entrevistas grupais que tomaram como foco o tema "satisfação-frustração no trabalho" e "medo no trabalho", "excitação no trabalho", "satisfação no trabalho" demonstraram interessantes aspectos da economia psicossomática do trabalho de risco, gerador de descarga de adrenalina (substância biológica compreendida como elemento fundamental do *stress* pela corrente fisiológico-comportamentalista). A alusão à adrenalina já está na gíria do profissional e os assinalamentos relativos à "satisfação" e "excitação" obtidos nos questionários foram justificados pelos grupos (entrevistas), muitas vezes, pelo seu forte envolvimento nas situações de trabalho por eles batizada de "*QRU adrenalina*".[44] Em tais situações, quando "bem sucedidas", o guarda encontrava descarga psíquica ou satisfação ao liberar a energia pulsional retida (Dejours, 1994, p.21-32).

Por outro lado, entre outros inúmeros aspectos apontados, os índices relativos ao item "frustração" foram também relacionados às experiência concretas de "QRUs adrenalina", particularmente daquelas que não tiveram o seu desfecho desejado (não atingimento do objetivo *"operacional"*) e, em alguns casos, com danos da imagem do guarda frente à corporação e seus pares (ex: quando haviam danos materiais, acidentes com a viatura, maior agilidade do autor do ato delituoso do que da dupla de guardas etc).

Na seqüência deste capítulo aprofundamos a análise dos dados epidemiológicos aqui explicitados, assim como as pré-análises qualitativas das entrevistas grupais e individuais. De modo geral, indicamos as relações do *stress* verificado nos guardas municipais com a gestão e organização do trabalho, assim como com os aspectos sociais, familiares, conjugais e individuais.

---

vida institucional, de forma a ser um importante subsídio teórico para nossos objetivos analíticos e conceituais.

[44] Tratam-se de ocorrências que envolvem velocidade, risco, atenção, perseguição, proteção dos parceiros, uso de arma etc.

2. Análise qualitativa dos dados: o *stress* e o trabalho dos guardas municipais nos discursos grupais e individuais:

A análise mais pormenorizada das falas individuais e grupais permitiu-nos dar vida aos aspectos teóricos e aos dados epidemiológicos anteriormente abordados. Mais do que isso, foi a partir de tais falas que se pôde melhor avaliar a pertinência das reflexões teóricas relacionadas ao objeto desta pesquisa, assim como dos resultados quantitativos obtidos através dos instrumentos por nós utilizados.

De modo geral, a análise qualitativa dos dados da pesquisa corroborou algumas postulações teóricas e, por outro lado, nos impôs a tarefa de aprimorá-las, senão reelaborá-las. Dito de outra forma, a análise dos dados empíricos obtidos através dos discursos nos possibilitaram retomadas ou reformulações das hipóteses e considerações teóricas e estas, por sua vez, possibilitaram, dialeticamente, uma análise mais acurada do dado empírico (Minayo, 1996; Bardin, 1977).

As entrevistas grupais e individuais demonstraram-se complementares, de modo a nos formar a convicção de que devemos, sempre que possível, procurar conciliá-las em nossos projetos e realizações de pesquisas.

Nas entrevistas grupais, ou melhor, *"discussões grupais"* ou *"grupos focais"* (Minayo, 1996, p.129-130), com as distintas equipes da Guarda Municipal observamos, de modo geral, uma dinâmica na qual os problemas coletivos e sócio-institucionais tenderam a serem melhor explicitados do que nas entrevistas individuais. Ao socializarem e contraporem suas opiniões divergentes e convergentes sobre vários aspectos do trabalho (medo, risco, *stress*, organização do trabalho, natureza do trabalho, formação técnico-profissional, adaptações e/ou desadaptações aos processos de trabalho, entre outros), foi possível detectar denominadores comuns dentro da diversidade, tal como o da (in)evitável relação entre o *stress* e a realidade sócio-institucional (que, do nosso ponto de vista, é algo mais amplo, ainda que intimamente relacionado, à hipótese ou relação mais específica entre *stress* e gestão e organização do trabalho).

As discussões com as equipes foram muitas vezes acaloradas (embora em algumas equipes noturnas tal não tenha se evidenciado), excedendo geralmente uma hora do que

havia sido previamente permitido e combinado com a gestão, dado o envolvimento que acabou sendo nelas suscitado.[1]

Em algumas entrevistas grupais ou mesmo em situações após as mesmas (nas entrevistas individuais ou em conversas informais com o pesquisador), alguns guardas expressaram ser a situação de discussão grupal sobre o trabalho algo importante do ponto de vista pessoal e institucional, ou seja, verbalizaram que tal atividade era potencialmente terapêutica do ponto de vista individual e potencialmente transformatória do ponto de vista institucional. Obviamente que tais verbalizações não foram unânimes. Do ponto de vista individual, para outros, a atividade não foi encarada como possibilidade de desabafo e de reflexão, nem tampouco como atividade com potencial de transformação das práticas da organização do trabalho (representadas na linguagem dos grupos como práticas do *"comando"*). Em relação a este último aspecto, vale inclusive ressaltar que algumas das equipes da segunda entrevista grupal (voltada às sugestões para aprimoramentos da formação técnico-profissional) verbalizaram intenso descrédito em relação à possibilidade do *"comando"* levar à cabo ou de fato preocupar-se com as sugestões por eles elaboradas.[2]

De modo geral, como acima apontado, verificamos que o *stress* foi debatido na situação coletiva como algo que se fazia presente no cotidiano social e de trabalho. Para muitos era produto do *"comando"*. Para outros, o acento era dado à realidade social deteriorada e do funcionamento precário da Justiça no país. Para uma parcela menor, como algo que tinha relação com indivíduos, já que nem todos submetidos às mesmas adversidades (quer sejam da gestão, quer sejam do social) apresentavam ou sentiam-se efetivamente estressados. Ou seja, embora fizessem críticas e socializassem queixas sobretudo em relação ao *"comando"*, não debitavam a apenas este a questão do *stress*. A

---

[1] O então Secretário Municipal (gestão do prefeito Francisco Amaral) autorizou que as entrevistas fossem realizadas na primeira hora do início do plantão de cada equipe. De modo geral, gastou-se mais duas horas com cada grupo: vinte a trinta minutos para chegada do pessoal à sala e para exposição do pesquisador sobre os objetivos do encontro e da liberdade para participarem ou não, ou ainda, de participarem identificando-se ou não, trinta minutos para preenchimento do questionário e uma hora (até uma hora e trinta minutos) para realização da entrevista ou discussão grupal. Já o Secretário Municipal da gestão seguinte (prefeito Antonio da Costa Santos, o Toninho) autorizou a realização dos encontros que envolveram questionário e discussão grupal acerca da formação técnico-profissional (vide Capítulo 1, *A Pesquisa*).

[2] Havia aí embutida toda uma descrença da categoria em relação a uma gestão petista (do PT, Partido dos Trabalhadores). Ademais, o prefeito Toninho (PT) havia falado na campanha que os guardas iriam cumprir missão constitucional e que limitar-se-iam a tomar conta das escolas (fato este que não ocorreu na prática). A maioria não aderia ao discurso político do prefeito então recém-empossado e defendia o *"poder de polícia"* dos guardas municipais (tal como havia sido pregado no discurso político da gestão anterior). Iremos detalhar e aprofundar tal discussão mais adiante, após nossas considerações preliminares sobre as entrevistas.

questão da natureza do trabalho foi efetivamente mencionada por alguns grupos, mas a maioria dizia gostar do serviço. Assim, o dado empírico nos levou, no campo das hipóteses e da teoria, para um aprofundamento das reflexões acerca das relações de nosso objeto de pesquisa (*stress* nos guardas) com a visão dejouriana (relação entre organização do trabalho e problemas de saúde). Tais reflexões nos conduziram a uma ampliação de tal perspectiva, de forma a articulá-la de forma mais explícita à visão psicossociológica da Psicanálise das Organizações e, sobretudo, à visão integradora do modelo do *desgaste*.[3]

As entrevistas individuais, por sua vez, ilustraram aspectos pessoais, psicossociais, familiares e conjugais que ficaram muito mais à margem nas entrevistas grupais. Por outro lado, até mesmo nas entrevistas individuais, nas quais tais focos emergiram mais intensamente, a questão do *"comando"* e do social (que sintetizamos como "realidade sócio-institucional") jamais deixou de ser mencionada: para alguns, como aspecto secundário; para outros, como aspecto igualmente importante aos aspectos logo acima mencionados ou como desencadeador dos mesmos; e, para um terceiro conjunto, como aspecto primário senão causal do *stress*.

Sendo assim, analisamos que o foco *sócio-institucional* foi o principal elemento para a compreensão dos complexos aspectos que interagiram na produção do *stress*, ao mesmo tempo que nos pareceu evidente que tal foco jamais poderia ser dissociado dos focos que emergiram de forma mais evidente nas entrevistas individuais (aspectos pessoais, psicossociais, familiares e conjugais). Portanto, a análise dos dados das entrevistas nos levaram a complexificar nossas visões teóricas e hipóteses iniciais e nos possibilitaram a reiterar, com convicção, nosso pressuposto da multiplicidade etiológica do *stress*.

2.1 A multiplicidade etiológica do stress:

A multiplicidade etiológica do *stress* caracterizou-se como um pressuposto da pesquisa, fato este que nos levou a adotar distintos procedimentos (questionários, *ISS*, *SRQ-20*, *Escala de Holmes e Rahe*, entrevistas grupais e individuais) que nos pareciam coerentes com tal pressuposição.

A assunção da multiplicidade etiológica como um pressuposto relacionava-se ao objetivo de evitar generalizações indevidas, assim como aos preceitos teóricos que relacionavam-se à defesa de uma compreensão psicodinâmica e psicossocial do *stress*. A

[3] Vide referência teóricas repetidamente mencionadas sobretudo no Capítulo III.

pluricausualidade ou multiplicidade etiológica foi verificada nos dados empíricos, de modo que pudemos caracterizá-la como concomitantemente *social*, *organizacional* e *individual*.

Nossa análise apontou para aspectos como natureza do trabalho e da organização policial (aspectos estruturais e da cultura organizacional), gestão e organização do trabalho, formação técnico-profissional, assim como para vulnerabilidades psicossociais (familiares e/ou conjugais, ou ainda, individuais, subjetivas ou psicodinâmicas). Neste item, consideramos cada um destes aspectos; mas vale ressaltar que, embora a didática de enfatizar cada um deles seja algo necessário, nosso objetivo foi o de apontar para as correlações e interações entre cada um deles.

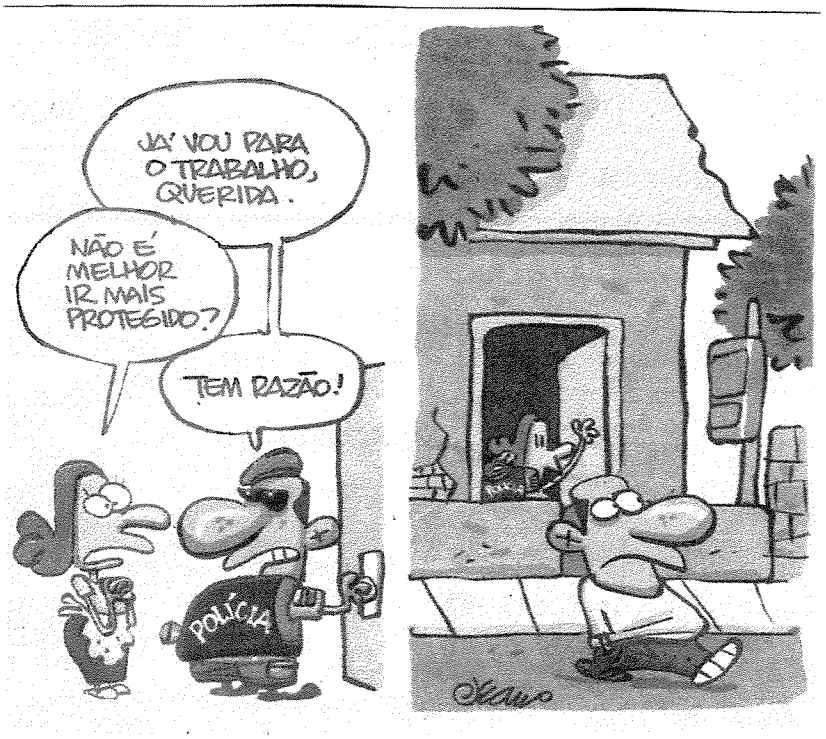
Vale acrescentar que, se por um lado verificamos que havia uma diversidade etiológica do *stress* (grupo a grupo ou indivíduo a indivíduo), tal diversidade não se dava de forma fixa no interior de cada um deles (grupos ou indivíduos). Como havíamos apontado anteriormente, é impossível matematizar o *stress* apontando, por exemplo, para pesos fixos ou específicos em torno das suas dimensões social, organizacional e individual. Compreendemos que a dinâmica (social, organizacional e individual) é de fato dinâmica, isso é, em constante movimento e, portanto, sujeita a alterações, reveses, intensificações etc. Com isso queremos afirmar não somente que o que é válido para um sujeito da pesquisa (ex: prevalência de aspectos conjugais sobre sociais e organizacionais na sua condição de *stress*) não seja válido para outro (ex: prevalência do aspecto organizacional sobre o individual e o social na sua condição de *stress*), mas também que tais "prevalências" não serão jamais dados fixos ou imutáveis, mas sim sujeitos às referidas alterações, reveses e intensificações.

A adoção da diversidade e movimento como elementos-chave para a compreensão da condição do *stress* nos guardas municipais não nos impediu, porém, de elaborar análises de caráter geral. Em outras palavras, a singularidade de cada caso não nos impossibilitou apontar para algumas sistematizações acerca do objeto de pesquisa.

Segundo nossa compreensão, embora tais sistematizações ou generalizações englobem possibilidades explicativas fecundas ao campo da saúde mental e trabalho, elas igualmente englobam limites. Alguns aspectos singulares nada residuais são parcialmente considerados quando enfocamos os dados coletivos (entrevistas grupais). Ademais, consideramos que toda pesquisa apresenta limites, quer seja provindos dos procedimentos

de pesquisa, quer seja do pesquisador e dos referenciais teóricos, quer seja da própria natureza da atividade acadêmica, cuja pretensão de apreensão da totalidade concreta, tal como argumentamos, é muito mais um objetivo a ser tenazmente perseguido do que propriamente um objetivo a ser atingido.

a) *Stress* e "natureza do trabalho":



Esta discussão caracterizou-se como um ponto capital para explicitação das falas dos grupos entrevistados e de relação destas com argumentos da rica bibliografia norte-americana acerca do *stress* policial anteriormente abordada. Tratou-se também de uma discussão central para nossa contraposição à dita "hipótese biológica" do *stress*.

Conforme abordamos na discussão da literatura norte-americana, desde os estudos pioneiros de Symonds (1970) o *stress* do policial foi relacionado a basicamente dois aspectos: à *natureza do trabalho* (perigo, imprevistos, confrontos, tarefas ambígüas ou desagradáveis etc) e à *natureza da organização policial* (regras, regulamentos e hierarquias excessivas ou demasiado rígidas, promoções limitadas etc). Vimos também que os estudos processuais abordam tal problemática de forma mais complexa, apontando para as variáveis

psicossociais do *stress*, variáveis estas que transcendem às da natureza do trabalho e da organização policial (Farmer, 1990). Não obstante, de modo geral, todos os estudos consideram que a *natureza do trabalho* é um aspecto potencialmente estressor.

Vimos também que um interessante estudo brasileiro (Romano, 1996) apontou que o trabalho do policial brasileiro seria compreendido como estressante (pelos próprios policiais), sobretudo em função de experiências relacionadas à própria *natureza do trabalho* (tal como ver colega morto no cumprimento do dever profissional e/ou morte do parceiro), ou ainda, em função de como este é (des)valorizado pela gestão (salário insuficiente).

Outro estudo nacional (Ribeiro, 1993) também nos apontava para outro aspecto (estressor) relacionado à *natureza do trabalho* policial. Segundo Ribeiro (1993, p.14), o trabalho policial caracterizar-se-ia como um *"trabalho ingrato"*, uma vez que seria um trabalho onde a ação correta figuraria como obrigação e onde as falhas, por sua vez, seriam vistas como fatais e inadmissíveis e, portanto, sujeitas a repreensões ou pressões.

Não iremos aqui retomar todo o conjunto de estudos antes expostos. O que vale por ora considerar é que é ponto pacífico na literatura específica sobre o *stress* policial a consideração de tratar-se de um tipo de trabalho cuja própria *natureza* (independentemente de outros fatores igualmente importantes, como natureza da organização do trabalho, personalidade do policial, realidade social) seria, por si só, forte fator estressor.

De posse de tais considerações teóricas, foram realizadas várias entrevistas grupais nas quais foram abordadas as questões do "risco no trabalho" ou "medo em situações de trabalho". Em tais entrevistas indagou-se aos guardas municipais como eles percebiam a influência do risco, do medo e dos imprevistos (aspectos da dita "natureza do trabalho") como possíveis determinantes do *stress*. Os dados coletados apontaram para respostas bastante interessantes, senão inesperadas. Tais respostas nos indicaram que seria um erro grosseiro associar, de forma simplista e mecânica, a experiência em ocorrências de risco (representadas pelos guardas municipais como *"QRU adrenalina"*) à situação do *stress* identificada na corporação. Pelo contrário, muitas das respostas indicaram que a vivência do risco em tais situações não raramente era associada ao prazer e ao sentimento de "conquista" de uma identidade profissional até então mal estabelecida[4] – em oposição à

[4] Estamos nos referindo à identidade profissional dotada do *status* de "poder de polícia" (vide discussão anterior e também adiante).

hipótese biológica, segundo a qual tais vivências seriam meramente geradoras de sofrimento ou de psicopatologia.

Segundo uma das equipes entrevistadas (Equipe de Apoio Noturna, com 0% de *stress*), as situações de adrenalina no trabalho foram associadas à *"motivação"*. Segundo um dos GMs do grupo, *"todo mundo gosta"* de situações de trabalho que envolve risco, tal como um *"QRU com troca de tiro"*. Um dos guardas referiu-se às ocorrências perigosas envolvendo carro roubado como sendo estimulantes. Na sua opinião, quando se falava no rádio que havia um carro roubado, com quatro pessoas dentro, *"todo mundo quer ir"*.[5] Nas palavras do mesmo: *"o pessoal gosta do perigo"*.

Ainda segundo o grupo, a Equipe de Apoio se caracterizaria pela especificidade de *"caçar mais o perigo"* do que outras guarnições. Tal equipe, como apontado anteriormente, funcionava como modelo de identidade profissional, além de ser vista como constituída de guardas mais bem preparados, motivando tanto inveja como admiração dos demais grupos ou equipes.

Segundo esta Equipe de Apoio, as situações de adrenalina *"desenvolvem agilidade"*. Os guardas exemplificaram tal argumento dizendo que, com a sirene ligada, o motorista dirigia melhor em alta velocidade.

Segundo um dos GMs que compunha uma de tais equipes, o risco no trabalho não era claramente percebido durante o exercício do mesmo: *"percebo só depois que passa"*. Exemplificou relatando que, em uma determinada ocorrência, ao abordar um sujeito armado, este pegou a arma para lhe entregar. Segundo o GM, somente depois do ocorrido é que ele pensou: *"pô, foi perigoso..."*.

O grupo relatou que nas situações de risco era necessário saber *"interpretar gesto"* e *"agir rapidamente"*. Tal habilidade, porém, estaria sujeita a equívocos. Na entrevista o grupo referiu-se a uma situação na qual o gesto de baixar o braço para, por exemplo, pegar a carteira, foi confundido com o de pegar uma arma. Em tais situações, dizia o grupo, vivenciava-se uma *"certa tensão"* sem que houvesse um *"fundamento efetivo"*.

---

[5] Vale também considerar que tratavam-se de ocorrências nas quais "podiam" haver retornos financeiros (por parte de seguradoras de veículos, de forma "extralegal"). Como argumentamos, é impossível dissociar as distintas dimensões de análise relacionadas ao envolvimento dos trabalhadores com atividades de risco. No caso, haviam não somente aspectos de identidade profissional, mas também aspectos do *desgaste* do sistema policial e sócio-econômico relacionados a tal envolvimento.

O grupo relatou que o medo vivenciado na situação de *"adrenalina"* seria um *"medo para defesa"*. Não obstante, o grupo reconheceu que, muitas vezes, lançavam-se às ocorrências com receio. Em alguns casos, *"só vai por que é função"*, verbalizou um GM.

A excitação no trabalho foi referida por outro grupo como um aspecto inerente à atuação em uma ocorrência de risco. Segundo tal grupo, a excitação seria uma fator positivo para o desenvolvimento das habilidades pessoais e para a realização da tarefa: *"para a gente é bom, põe para funcionar"* (...) *"se não for com excitação, dança"* (...) *"ligou a sirene, muda tudo"*. Tal excitação foi referida como *"excitação boa"* (sic).

Os GMs admitiram que em tais situações a *"musculatura enrijece"*, mas enfatizaram que tal condição lhes proporcionava ficar com uma *"atenção total"*. O grupo negou que houvesse desgaste decorrente de tais vivências. O aspecto estressor era geralmente relacionado a outras circunstâncias, tal qual a referida por um dos GMs que disse que *"o que desgasta mesmo é o plantão de delegacia, a burocracia"*.

O relato dos grupos nos indicaram que, embora a situação de risco pudesse envolver tensão, havia um orgulho profissional em relatar sua capacidade enfrentá-la. Pudemos considerar tratar-se do que Dejours (1992) denomina *"ideologia ocupacional defensiva"* e que esta agia como uma possibilidade de adaptação positiva ao enfrentamento da tarefa. Segundo Dejours (1992; 1989), quando demasiadamente estereotipadas, tais defesas podem ser patogênicas. Caso contrário, o autor as considera como elemento de adaptação e/ou sublimação no trabalho. Esta segunda possibilidade nos pareceu ser a predominante na maior parte dos grupos entrevistados, ainda que possamos apontar algumas exceções.

A forma pela qual referiram-se ao enfrentamento da imprevisibilidade nos permitiu melhor compreender os aspectos psicodinâmicos envolvidos em tais tarefas, assim como nos permitiu melhor sustentar as nossas considerações.

O grupo relatou que vivenciavam cotidianamente várias situações de imprevisto. De modo geral, representaram-nas como situações que faziam do trabalho algo estimulante e, nesse sentido, oposto ao trabalho monótono (ainda que nas mesmas pudesse se fazer presentes confusões ou risco).[6] O grupo relatou que em algumas situações pensavam que o

[6] O trabalho era visto como monótono pelos guardas que atuavam em guaritas de parque público, na vigilância das escolas ou centros de saúde municipais e nos PAVs (Postos Avançados de Vigilância). A maioria dos guardas julgavam que tais trabalhos os deixavam inativos e, nesse sentido, estressados. Ademais, alguns iam para tais postos em função de punição disciplinar. Do nosso ponto de vista, seria o contraparadigma do trabalho que envolvia risco e necessidade de postura ativa para enfrentá-las. Vale

"mala" (gíria referente a cidadãos que cometem delitos) era a *"vítima"*. De modo geral, o grupo negou que a ansiedade seja um aspecto presente em tais situações de imprevisibilidade. Ainda segundo um dos GMs, a imprevisibilidade seria até fator estimulante: *"o bom da profissão é exatamente isso !"*.[7]

Um dos GMs explicitou que os que lhes estressava não era lidar com imprevistos e riscos, mas sim com ordens imprevistas, senão díspares, que advinham do comando (portanto, já não referia-se exatamente à natureza do trabalho, mas sobretudo à organização do trabalho). A equipe exemplificou com um caso concreto: em um dia ordenaram-lhes que vigiassem camelôs e, no outro dia, houve uma contra-ordem (*"volta-se atrás"*, verbalizou um dos GMs), liberando-os para o trabalho de ronda. Os GMs relataram que a tarefa normal e que lhes era cotidianamente designada era a de fazer a ronda pelas ruas e queixaram-se do dia no qual foram obrigados a permanecer em um determinado local vigiando camelôs. Para o grupo, o desempenho de tal ordem lhes dava a sensação de estar fazendo um trabalho que não deveria ser feito. De modo geral, como nos referimos anteriormente, os trabalhos que envolviam permanência em um local por tempos prolongados eram geralmente descritos e vivenciados como indesejáveis pela maior parte dos GMs. Nas palavras do mesmo: *"ontem ficamos lá, plantados o dia inteiro..."*

Ainda segundo tal grupo, o trabalho envolvia frustração quando o *"fazer as coisas certinhas não é reconhecido"* e, por outro lado, o fazer uma *"cagadinha"* implicava em *"cobrança pesada"*, fato este apontado tanto pela literatura norte-americana (Farmer, 1990) como por um pesquisador brasileiro (Ribeiro, 1993, p.14). Porém, tal foi verbalizado no sentido de crítica ao comando e não como uma referência à natureza do trabalho propriamente dita. Nas palavras de um dos GMs: *"a gente gosta do trabalho, mas não gosta do que o comando faz com a gente"*. O grupo, porém, contemporizou sua crítica ao comando – que estaria *"segurando"* as ações cabíveis à Equipe de Apoio e dos GMs das equipes motorizadas em geral – verbalizando que o mesmo estaria *"relativamente"* certo

---

também mencionar que, nos PAVs, os GMs sentiam-se mais vulneráveis ao perigo. Certa feita um PAV na periferia foi invadido e um GM teve sua arma roubada. Segundo relato de um GM, *"na rua a gente é caçador"*, ao passo que, nos PAVs, o GM seria a *"caça"*. Tal afirmação nos permitiu compreender que o estar ativamente empenhado na situação de risco era muito diferente de estar passivamente submisso a uma situação de risco. Segundo nossa compreensão, era nesta segunda situação que o trabalho configurava-se como patogênico.

[7] Por outro lado, consideraram que havia *stress* em relação à imprevisibilidade da situação da Guarda Municipal face à mudança da gestão municipal. Vide discussão anterior e também no próximo item.

em fazê-lo.[8] De qualquer forma, o grupo, tal como todos os demais grupos, queixou-se da *"ausência de um critério estável"* nas ações disciplinares. Segundo os mesmos, haveriam *"dois pesos e duas medidas"* por parte do comando.

Por fim, argumentaram que o *stress* na corporação relacionava-se ao fato do trabalho ser conjugado aos bicos e não em função do trabalho em si. Conforme explicitado, as atividades que eram por eles percebidas como as que de fato seriam cabíveis de lhes serem designadas (as rondas), foram relatadas como desejáveis e prazerosas. Vale ainda mencionar que, pelo fato dos bicos não serem permitidos, os mesmos verbalizaram justificativas para a realização dos mesmos. Nas palavras de um dos GMs, o *"GM honesto faz bico"*, enquanto que *"GM corrupto"* não o faria, uma vez que este último não teria necessidade, em função de obter renda por meios ilícitos.[9]

Não obstante nossa argumentação acima, o enfrentamento da imprevisibilidade e do risco no trabalho era uma questão complexa e que não limitava-se à possibilidade de vivência de uma identidade profissional imaginária e libidinalmente investida (a identidade do guarda municipal com *"poder de polícia"* e com formação técnico-profissional voltada para o patrulhamento ostensivo) e, por conseguinte, de configuração de um trabalho estruturante ou sublimatório (Dejours, 1994).

A análise do discurso de uma das Equipes do patrulhamento a pé nos revelou outros importantes aspectos relacionados à atividade do trabalho dos guardas municipais. Por ser uma equipe de patrulhamento a pé, os guardas de tal grupo vivenciavam situações e sentimentos de maior vulnerabilidade do que os guardas das equipes motorizadas. Tal grupo explicitou haver aspectos frustrantes na vida profissional. Segundo relato de um dos GMs, trata-se uma *"profissão imprevisível"*, ou ainda, segundo outro, de uma *"profissão ingrata"*. Segundo os participantes que fizeram tal tipo de consideração, o GM seria vulnerável a uma situação *"do nada à catástrofe"*. Assim, a imprevisibilidade no trabalho foi associada, por este grupo, à periculosidade, à tensão e à atenção constantes, de forma a ser relacionada ao *"stress"*, *"desgaste"* e *"irritabilidade"*.

---

[8] A Equipe de Apoio entrevistada era nova e havia sido montada para substituir a equipe anterior que foi desfeita após uma denúncia não comprovada de participação em chacina de adolescentes infratores. A vigilância dos camelôs era de fato uma tarefa inusitada para tal equipe e nos pareceu que tinha relação com uma cautela da gestão, ou melhor, como uma estratégia da mesma para lidar com o noticiário que acusava a equipe anterior.

A relação com criminosos ou adolescentes infratores também foi mencionada como fonte de risco, frustração e *stress*. Segundo o relato de um GM, a população (criminosa) conhece a rotina dos GMs, tal como os horários e locais de entrega de arma por parte do monitor da equipe (no caso desta equipe as armas eram levadas por uma viatura da base da Guarda Municipal para um determinado local da região central), assim como os horários nos quais os GMs efetivamente realizavam o patrulhamento. Os GMs também se referiram à relação com os adolescentes infratores. Segundo o relato, estes geralmente apresentavam uma atitude de enfrentamento e de gozação em relação aos guardas.[10]

Em relação ao par satisfação/frustração no trabalho[11], foi dito que havia satisfação quando conseguiam tirar *"um tranqueira da rua"* (prisão) e, frustração, quando ocorria a *"liberação"* ou *"fuga"* de alguém que havia cometido algum delito.[12]

Quando abordamos mais diretamente a questão do risco, medo e "adrenalina" no trabalho, verificamos neste grupo (tal como verificamos em outros), a emergência do que poderíamos denominar discurso da *"falta de respaldo"*.[13] Assim, ao invés de falar do risco da atividade do trabalho (abordagens, ocorrências), referiam-se ao risco pós-ação (processos disciplinares, "fritadas" na delegacia, vingança de criminosos não detidos etc).

---

[9] Havia aí uma crítica implícita à gestão, uma vez que os GMs que trabalhavam em bicos eram abordados pela mesma, ao passo que outras atitudes de GMs no serviço (vistas como puníveis), nem sempre o eram (sic).

[10] Ainda em relação à população criminosa ou infratora, um dos GMs lamentou a ausência de uma política educacional mais sólida, que pudesse evitar o desenvolvimento da criminalidade. O GM argumentou que, por não haver um acesso adequado à educação, a população não possui *"preparo"* para *"não ir para o crime"*. Assim, comentou:: *"não adianta ter cada vez mais guardas..."* (criticando a idéia de que é com maior contingente policial que melhor se combaterá a criminalidade). Tais considerações são ilustrativas da consciência crítica do guarda e reveladoras de problemáticas da realidade sócio-institucional que transcendem a natureza do trabalho.

[11] Ambas situações foram referidas com significativa freqüência no questionário objetivo (vide os dados explicitados na introdução deste capítulo).

[12] A liberação de adolescentes usuários de droga é paradigmática. Em outra equipe houve alusão de um GM ao conto *Alienista*, de Machado de Assis. Tal guarda disse que lembrava-se do mesmo quando encaminhava um adolescente para a delegacia e sentia-se de certa forma "confuso", uma vez que, embora teoricamente devesse fazê-lo, na prática defrontava-se com distritos policiais que o tratavam com desdém ou ironia. *"Quem estaria errado ?"*, perguntava o GM (o guarda, o distrito ou usuário ? o "louco" ou o "alienista" ?). Eis aí, novamente, a questão da realidade sócio-institucional que vai muito além da questão da mera "natureza do trabalho".

[13] Tal discurso é relativo à falta de respaldo em torno da questão do *"poder de polícia"*, da falta de respaldo jurídico para defesa dos próprios guardas em processos disciplinares ou judiciários, das limitações no sentido das ações destinadas à coibição dos adolescentes infratores ou mesmo da falta de respaldo nas delegacias no caso de adoção de medidas punitivas quando elas são efetivamente viáveis do ponto de vista legal (casos de pequenos delitos envolvendo adultos que, segundo os GMs, não seriam adequadamente conduzidos pelas autoridades policiais) (sic).

Na visão da maioria deste grupo, a função do guarda municipal seria especialmente vulnerável ao risco. Para muitos, o próprio uso da farda em uma situação de patrulhamento a pé era, em si mesma, perigosa. Para estes, o sujeito fardado seria *"um alvo"* que encontrar-se-ia em constante *"exposição"* (sic).[14] Para outros, a questão seria mais ampla, já que o risco envolveria toda população e existiria sempre em um município onde a criminalidade fosse alta. Segundo estes, o risco não se limitaria à condição profissional. Nas palavras de um dos GMs deste subgrupo, havia *"risco na farda e risco sem farda"*.

A ausência da possibilidade de retornar do trabalho para a casa com arma (arma cautelada) também foi apontada como arriscada pela maioria dos GMs. Tal fato era compreendido como algo que deixava o GM vulnerável à contra-ação daqueles que ele combate no dia-a-dia (quando está em serviço e armado). Um dos GMs comentou: *"você entregou um cara e isso pode te colocar em uma situação perigosa"* (possíveis vinganças ou retaliações por parte de "comparsas" de sujeitos flagrados e presos, de sujeitos que cometeram pequenos delitos e não foram presos, ou ainda, de adolescentes infratores que são liberados na delegacia, pois não cabem medidas punitivas, mas sim sócio-educativas).[15]

Em relação às situações arriscadas, um GM admitiu: *"na hora dá medo"*. A descarga de adrenalina em tais situações foi referida como fator atenuante do medo e de auxílio à ação, ao mesmo tempo que foi referida como fator de obscurecimento da percepção do perigo real: *"você perde o sentido da vida e da morte"*; *"você não se conhece na hora"*; *"some de si"*, disseram alguns. Ainda em relação às situações de risco ou adrenalina, outro GM considerou que muitos as viam como algo excitante (no sentido positivo), sobretudo quando tratava-se de *"QRU que pega o mala"*. Tal GM comentou ironicamente: *"tem gente que quase goza"* (sic).

Ao falarem sobre o medo no trabalho os GMs referiram-se às distintas configurações do mesmo: *"medo de não saber como finaliza o QRU"*; *"medo de agir*

---

[14] Vide charge ilustrativa de tal questão ao lado da epígrafe deste item.

[15] Em reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo em 2004 apontou-se que, no Brasil, ocorre a morte de um policial a cada dezessete horas e que os crimes ocorrem principalmente no horário de folga (71%). Segundo a reportagem – embasada em dados de Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar e sindicatos e associações policiais – a morte de policiais em dias de folga ocorrem principalmente quando fazem "bicos" como segurança, quando reagem a assaltos, quando são reconhecidos, ou ainda, por vingança pelo fato de terem prendido alguém. Vide Anexos.

errado"; *"medo das conseqüências"* (mesmo quando se agiria corretamente) (sic).[16] Portanto, neste grupo, de modo geral, foi referido um "não pensar" nas situações de adrenalina, quer seja durante a própria atividade do trabalho, quer seja de um não pensar em relação às conseqüências (justas ou injustas) que decorriam da mesmas.

Em relação ao tema do como se dava a adaptação ao trabalho em Segurança (tema "disparado" pelo pesquisador), o grupo teceu algumas considerações. Segundo um dos GMs, o trabalho em Segurança colocava-lhes a necessidade de se habituar ao uso de arma. Segundo este, a primeira reação ao uso de arma seria uma reação negativa. Alguns GMs consideraram que tal tipo de trabalho provocava uma série de mudanças, tais como *"mudança de temperamento"*, *"de vida"* (*"de amizades"*; *"mudança na freqüência de lugares que ia antes"*; *"vida mais restrita"*). Um dos GMs, ao "embarcar" na discussão sobre mudanças de vida relatou que, numa vez que foi ao shopping com a esposa, deparou-se com *"malas"* que havia prendido. O GM ilustrou com tal fato a temática da *"vida restrita"*, dizendo que teve que sair correndo do shopping. Tal situação lhe gerou temor: *"me caguei de medo"*, disse.

Também foi mencionado *desgaste* físico e psicológico nos processos de adaptação ao trabalho. Em relação ao desgaste físico foi mencionada a especificidade do trabalho do patrulhamento a pé, no qual se anda bastante, com armamento, coturno e cinto pesados, quer seja sob calor, chuva etc. Ao falar sobre suas atividades cotidianas, compararam-na com o patrulhamento a pé realizado pela PM (de 6 horas), uma vez que na GM o tempo é de 8 horas. O desgaste emocional também foi referido, pois haveriam situações na qual o GM teria que *"sorrir quando não quer"*, ou mesmo situações nas quais seria necessário *"ser duro com uma criança"* (sic). Tais exemplos revelaram que existiam situações nas quais os GMs sentiam um descompasso ou dilema entre o que julgavam ser o procedimento profissional adequado e as suas visões pessoais ou subjetivas.

---

[16] Houve um caso relatado de um GM que prendeu "criminosos" e que encontrou-os posteriormente em um shopping, onde foi ameaçado pelos mesmos. O GM relatou que estava com a família e que ficou com muito medo na ocasião (vide referência a este caso logo adiante). A questão do medo foi abordada em várias entrevistas. Em outro grupo do patrulhamento a pé, um dos GMs sugeriu uma espécie de classificação binária do medo ocorrências de risco: 1) *"tem os que controlam* (o medo) *e vão"*. 2) *"tem os que amarelam"*. Assim, "teorizou": *"medo consciente"* e *"medo amarelado"* (neste último, *"QRU dando disenteria"*). Tal fala pode nos remeter à noção de ideologia defensiva coletiva viril (Dejours, 1992; 1999) na situação de risco no trabalho.

Ainda em relação à adaptação ao trabalho, foi mencionada a dificuldade ou *desgaste* no processo de adaptação à rotina. O trabalho chegou a ser considerado como *"rotineiro"* por tal grupo: *"os mesmos malas, as mesmas praças..."*. Ao queixarem-se da rotina, mencionaram o fato da repetição de se apreender *"sempre o adolescente e ele sair"*. Porém, na visão de alguns GMs, os próprios GMs poderiam, através de suas atitudes e formas particulares de realizar o trabalho, fazer com que o mesmo fosse *"menos rotineiro"*.

Segundo um dos participantes, após a adaptação ao trabalho e à necessidade de assunção de uma postura de atenção e vigilância permanentes, o GM ficaria com um *"comportamento adquirido"*. O mesmo ilustrou dizendo que já se viu, em uma situação social, colocando-se em posição de costas para parede, tal como geralmente se posiciona em algumas situações de trabalho. O GM conta que, certa feita, em uma festa, colocou-se em tal posição, de braços cruzados e uma pessoa lhe abordou perguntando: *"você é o segurança da festa ?"*. Também foi mencionada a aquisição e repetição do linguajar em situações fora do trabalho. O GM relatou que haviam situações nas quais algo lhe era perguntado e que ele respondia *"positivo"*, tal como faziam na comunicação via rádio.[17]

Em relação à questão da atenção permanente como elemento da natureza do trabalho, uma das Equipes de Apoio noturna referiu-se ao *"GM olho de vidro"*. Segundo um dos entrevistados, haveriam situações nas quais os GMs, face às exigências de concentração e/ou atenção constantes e prolongadas, passavam a se desgastar e a não conseguir realizar a contento a tarefa. Segundo o relato, o *"GM olho de vidro"* seria aquele que *"olha tudo e não vê nada"* (sic). Assim, a desatenção, derivada das exigências inerentes à atividade de trabalho seria, segundo o relato do grupo, um fator de risco, de sorte a torná-los um *"alvo fácil"* e, conseqüentemente, vulneráveis à tensão e *stress*.

Tal relato sobre o *"GM olho de vidro"* nos remete a um exemplo dado por Dejours (1993, p.286-287) em relação ao trabalho de vigilância de operadores das mesas de controle de uma indústria petroquímica. Tais trabalhadores criavam formas de adaptar-se à exigência de vigilância constante, de forma a melhor executar suas tarefas. Ao invés de permanecerem o tempo todo fixos às mesas de controle, *"auscultavam"* o *"ronronar"* das instalações em intervalos intermitentes, ao mesmo tempo que jogavam um jogo de cartas

[17] Tal relato nos faz pensar sobre aspectos patogênicos do trabalho das telefonistas analisados por Dejours (1992), trabalho este nos quais as mesmas tendem a repetir, no cotidiano, as falas impostas e padronizadas pela gestão do trabalho.

(Dejours, 1993, p.287). Tal procedimento, teoricamente absurdo do ponto de vista dos engenheiros supervisores, caracterizava-se, segundo Dejours (1993), como uma estratégia defensiva contra ineficácia na execução da tarefa e contra o desequilíbrio psicossomático. Segundo argumento do autor, baseado em pesquisa e entrevistas com os trabalhadores, após longos períodos de atenção constante, tornava-se inviável distinguir o que era ruído normal do ruído indicador de risco de explosão, superaquecimento, etc. Ao rodiziarem-se em tal tarefa de forma mais relaxada, os operadores das mesas de controle, cujo corpo ficava impregnado a um ruído de fundo, percebiam com maior acuidade os ruídos anormais que sobrevinham. Esta "escuta" menos fixa das instalações permitia-lhes perceber, corporalmente, as vibrações de freqüência mais baixa dos ruídos anormais. Ou seja, tratava-se de uma forma de trabalhar que não os deixava aborrecidos, irritados ou angustiados por conta de *"inatividade"* frente a longos períodos de vigilância sem emergência de problemas (Dejours, 1993 p.287) e que não implicava em retenção de energia pulsional mas, pelo contrário, em possibilidade de um livre fluir de capacidades ou sensibilidades (intuitivas e corporais) desenvolvidas após anos de treinamento e experiência de trabalho, capacidades estas denominadas pelo psicopatologista do trabalho como *"inteligência corporal"* ou *"inteligência ardilosa"* (Dejours, 1993, p.288-293).[18]

O grupo também referiu-se a conflitos entre *"parceiros"* nas atividades do trabalho (sic). Segundo os entrevistados, a falta de critérios do comando em relação aos processos disciplinares poderia ser relacionada a alguns dos conflitos entre os guardas. Vale ressaltar que, na própria situação da entrevista grupal, foi observada uma situação de conflito. Um GM que queria expor seu ponto de vista incomodou-se com outros, que conversavam e que não o ouviam, fazendo "piadinhas". Tal GM se irritou e disse: *"dá pra acabar com essa palhaçada aí ?"*.

As falas e situações acima mencionadas nos dão a dimensão da complexidade da análise da "natureza do trabalho" e de como vários aspectos da situação ou atividade de trabalho vão muito além de uma mera "natureza" do mesmo. Dito de outra forma, não

[18] Além de demonstrar que a atividade de vigilância eficaz não ocorre sob tensão ou atenção fixas ou excessivas (tal como ocorre no caso dos "GMs olho de vidro"), tal exemplo também ilustra que a *inatividade* (grifos nossos) pode ser fator estressor (caso dos GMs dos PAVs). Assim, indica-nos que práticas inovadoras devem ser pensadas e planejadas para que seja possível conciliar eficácia na tarefa e saúde no trabalho. Vale ressaltar a necessidade de experiência e treinamento significativos (vide encaminhamentos no Capítulo V)

devemos naturalizá-los, mas sim encará-los como aspectos engendrados por questões sociais, psicossociais e sócio-institucionais (Bittner, 2003).

A questão do *"medo amarelado"* e do *"medo consciente"*, verbalizado por um dos GMs, nos pareceu bastante interessante. Segundo nossa compreensão, tal questão nos revelou que o medo no trabalho não seria algo necessária ou exatamente objetivo, mas sim atravessado pelo conjunto de aspectos logo acima apontados. Do nosso ponto de vista, ficou claro que o medo no trabalho não seria um dado que o tornaria inevitavelmente patogênico. Haviam casos nos quais o medo relacionava-se à vulnerabilidade e à passividade ou impossibilidade de ação. Nesses casos, poderíamos falar de uma atividade de trabalho patogênica. Haviam casos, porém, nos quais o medo era controlado, a "adrenalina acionada" e a atividade do trabalho vivenciada como atividade prazerosa e nas quais configurava-se um trabalho sublimatório. Obviamente que estas últimas tratavam-se de situações onde o GM, ainda que submetido a uma determinada condição de trabalho não escolhida por ele, sentia ou de fato possuia um relativo controle da mesma, isto é, atuava na situação como ser ativo, mobilizando energias pulsionais e podendo obter, de seus esforços de enfrentamento do perigo, um desfecho positivo em termos da contenção do ato delituoso e, conseqüentemente, um sentimento de satisfação ou auto-realização.[19]

Ainda em relação à análise do medo e risco no trabalho, pudemos constatar que a mesma era bastante complexa e, nesse sentido, merecia ser aprofundada à luz dos discursos de outras equipes. Conforme verificamos, cada posto de trabalho e cada grupo e subgrupo entrevistados nos colocaram frente a diversos aspectos e nuances nada negligenciáveis. De qualquer forma, é importante por ora salientar o quanto nossas análises sobre os processos bio-psíquicos de caráter dinâmico caracterizam-se por ir muito além da restrita senão estática hipótese biológica do *stress*. De forma análoga, vale ressaltar que a questão da *"natureza do trabalho"*, apontada por Symonds (1970) e Farmer (1990), envolvia aspectos

---

para que as mesmas possam ser planejadas e implantadas, uma vez que o desenvolvimento da *"inteligência corporal"* delas depende (Dejours, 1993, p.287).

[19] A sensação e orgulho de dever cumprido, que associava-se muitas vezes ao reconhecimento e valorização por parte dos pares e da gestão, também relacionava-se à própria satisfação dos ideais narcísicos via trabalho. Em relação a estes, vale também mencionar o uso da farda, que não se restringia ao mero medo de ser *"alvo fácil"*. Havia também uma satisfação narcísica relacionada ao uso da mesma e à atribuição de autoridade ao guarda. Tal questão revelou-se como complexa e com várias nuances, uma vez que envolvia, por um lado, o risco de fomentar práticas e atividades de trabalho abusivas e condizentes à (re)produção do *desgastado* sistema policial e, por outro lado, a capacidade de ensejar auto-estima e satisfação, ou seja, de ensejar

irredutíveis a uma precipitada naturalização da atividade profissional. Dito de outra forma, envolvia aspectos sociais, psicossociais, comunitários e macroinstitucionais (Bittner, 2003; Monjardet, 2002; Brodeur, 2002) caracterizados por dinamismos e movimentos.

A freqüência de situações de *"adrenalina"* seria, segundo um dos grupos entrevistado (Equipe Apoio noturna), *"muito irregular"*, Haveriam *"marasmos e picos"*. Para um dos GMs, a situação dita de *"adrenalina"* seria algo *"gostoso"* : *"é gostoso, a adrenalina vai lá em cima, o giroflex ligado..."* Outro GM do grupo também afirmou que o *"excesso de adrenalina"* seria efetivamente *"gostoso"* e que *"ruim"* seria o seu oposto, a saber, *"a falta de adrenalina"*. Os entrevistados relataram que, muitas vezes, o grupo passava à noite esperando ouvir: *"brevidade na rede !"*. Ou seja, referiram-se ao fato de ficarem na *"torcida"* para poderem agir em apoio a alguma VTR em ocorrência de risco (leia-se ocorrência dinâmica ou mobilizadora de capacidades psicomotoras). Porém, quando questionados diretamente pelo pesquisador se tal seria *"um desejo"*, o grupo negou, preferindo relatar isto como sendo uma *"expectativa"* (sic).

Assim, tal grupo, como outros, considerou que as situações de adrenalina não seriam algo desgastante, alegando que seriam as mesmas que os faziam *"gostar do trabalho"*. Segundo o grupo, através dos *"QRUs adrenalina"* vivenciavam um *"risco útil"* (sic). Chegaram até mesmo a utilizar o termo *"viciado"* em adrenalina (sic). Ao utilizarem-se de tais terminologias (*"risco útil"* e *"viciado"*), consideraram que tratava-se ser um risco distinto do risco *"por besteira, sem objetivo"* e de um "vício" distinto dos vícios propriamente ditos, estes mais associados ao mero prazer individual e não a algo que envolveria benefício a outrem. Não obstante o relato, a partir de questionamentos do pesquisador o grupo ponderou que, talvez após um período mais prolongado de experiência profissional e/ou de exposição mais freqüente a tais tipos de ocorrências, possivelmente a opinião de que a descarga de *"adrenalina"* não era desgastante pudesse ser modificada.

A existência do *"medo"* nas situações de trabalho foi referida como um dado de realidade e/ou elemento positivo, ou seja, como algo *"necessário para não colocar o parceiro em risco"*.[20] A respeito de tal tema e sobre as distinções entre uma possível defesa

---

condições subjetivas minimamente necessárias às desejadas transformações sócio-psíquico-organizacionais na Segurança Pública.

[20] A referência ao risco do parceiro e não de si próprio pode ser compreendida como envolvendo o mecanismo defensivo da projeção (Freud, 1922). Por outro lado, nos permitiu verificar a pertinência do argumento de

"viril" estereotipada (negação do medo) e uma percepção realista aliada a formas ativas de lidar com o mesmo, vale explicitar uma frase elaborada pelo grupo, a saber: *"a luta* (grifos nossos) *entre a coragem e a idiotice é bem tênue"* (sic).[21] Segundo um dos GMs o *"medo controlado"* seria o *"maior aliado"*, ao passo que o medo em si seria prejudicial: *"daí não, daí vira tudo"*, verbalizou.

O grupo mencionou que o quê lhes era *"desgastante"* era atender ocorrências de *"disparo de alarme"* que caracterizavam-se como *"ocorrências besta"* (falsas ou banais). Assim, a frustração no trabalho foi associada aos episódios de *"alarme falso"* e não às ditas ocorrências de risco propriamente ditas (representadas pelas atitude defensivo-adaptativa e/ou defensivo-estereotipada como *"QRU adrenalina"* ou *"QRU padrão"*).

A Equipe de Apoio também ponderou que algumas especificidades de sua composição (quatro componentes e não dois e a utilização de uma viatura maior) faziam com que ela fosse *"mais respeitada"* (sic). Segundo nossa análise, tal condição amenizava a potencialidade do risco da atividade do trabalho mobilizar defesas meramente estereotipadas contra o medo. A viatura de grande porte, segundo opinião dos GMs, causava um *"impacto psicológico"* nos agentes delituosos, sendo que tais trabalhadores opinaram que tal impacto não se justificava pelo *"equipamento em si"*. Ainda segundo o grupo, na equipe também havia um acúmulo maior de experiências com *"ocorrências mais graves"*. Ademais, tal equipe tinha a missão mais explícita de *"resolver"* tais ocorrências (sic), o quê relacionava-se a uma menor ambigüidade ou mesmo menor imprevisibilidade da tarefa.[22]

Romano (1996) em relação à importância que o risco envolvendo o parceiro assumia na psicodinâmica do cotidiano de trabalho na Segurança Pública.

[21] Registre-se aí o termo *"luta"* no lugar dos possíveis termos *"fronteira"* ou *"diferença"*. O ato falho pode ser compreendido como indicador de que haveriam situações nas quais os GMs agiriam de forma mais impulsiva ou defensivo-estereotipada do que propriamente apoiados numa defesa adaptativa. As oscilações entre defesas estereotipadas e adaptativas frente ao medo são abordadas por Dejours (1992) em suas análises sobre trabalhadores da construção civil, da indústria petroquímica e da aviação de caça. O autor considera que a defesa pode ser adaptativa, tornando a tarefa exeqüível, ou estereotipada, baseada numa negação que gera sofrimento e/ou psicopatologia no trabalho. Dejours (1992) menciona "brincadeiras" de trabalhadores da indústria petroquímica que criam situações de risco adicionais como tentativas simbólicas de dominação do medo (que colocam o sujeito na posição ativa frente ao medo e não na condição originalmente passiva face o mesmo). Haveria aí um fronteira tênue (tal como indiretamente expresso na fala do GM) entre tais "brincadeiras" configurarem-se como um recurso adaptativo ou defensivo-estereotipado (Dejours, 1992; 1993; 1989). Tal análise relaciona-se à análise do conceito de *coping* (*coping* eficaz *x coping* prejudicial) (Goldberger & Breznitz, 1992, p.212-228).

[22] As ocorrências graves enfrentadas por VTRs comuns eram geralmente "surpresas", ou melhor, inesperadas. As Equipes de Apoio geralmente apoiavam as VTRs já empenhadas nas ocorrências de forma a ir para a

Não obstante os aspectos da identidade profissional e de satisfação envolvidos nas ocorrências designadas à Equipe de Apoio, esta não deixou de referir-se às mesmas como *"situações de aperto"* (sic). Do nosso ponto de vista, tal referência demonstrava a consciência ou realismo dos GMs que a compunham, em contraposição, portanto, a uma possível visão, estereotipada ou imaginária, que minimizasse, defensivamente, o risco a ser enfrentado.

Ainda segundo o grupo, o fato de serem uma equipe de quatro pessoas amenizava a vulnerabilidade face às situações mais imprevistas. O número mais elevado de parceiros, segundo argumentação do grupo, facilitava o diálogo, a busca de soluções, o entrosamento e as possibilidades de melhor *"pensar e agir"*. O aspecto específico de tal grupo – que já trabalhava juntos há mais de dois anos, sendo que consideravam ter construídos bons relacionamentos - também foi referido como algo que facilitava o desempenho profissional. Nesse sentido, o grupo referiu que, por ter tais características, tinha maior chance de se auto-corrigir e de aprender com erros, críticas, etc.

As críticas que envolviam o trabalho das duplas (caso das VTRs comuns), ou seja, que eram formuladas de um parceiro para o outro, foram referidas pela Equipe de Apoio como distintas das críticas que eram feitas nos grupos de quatro guardas. Nestes últimos, as críticas assumiam um caráter grupal e eram mais impessoais e mais facilmente assimiláveis. Nas palavras de um dos GMs, no grupo de quatro existiria uma espécime de *"quinto homem"* e não um GM face outro. O grupo também ponderou que não era o aspecto quantitativo que garantia a melhor absorção ou assimilação das eventuais críticas, mas sim a *"confiança"* existente no vínculo entre parceiros. Também referiram-se a algumas ações das Equipes Motorizadas (duplas) nas quais havia o problema da dupla de GMs ficar *"muito atento à ocorrência em si"*, de forma a implicar em uma desatenção com o que se passava *"ao redor"*. Tal fato também seria amenizado quando se atuava em equipe de quatro pessoas. Assim, de modo geral consideraram que, nas condições mais propícias de trabalho das Equipes de Apoio, a imprevisibilidade enfrentada no trabalho era um aspecto muito mais *"estimulante"* ou *"não rotineiro"* do que propriamente estressante.

---

situação de posse de melhores dados sobre a mesma, as dificuldades envolvidas etc. Não obstante, também atuavam em situações "surpresa" e não somente no apoio às VTRs já empenhadas. Vide Capítulo I (*A Pesquisa*).

Em outra Equipe de Apoio entrevistada, a tensão vivenciada no cotidiano do trabalho foi relatada como relacionada ao prazer e à produtividade e não ao sofrimento: *"vivemos um stress bom"*, verbalizou um dos participantes. Tal verbalização nos remeteu ao conceito de *"eutress"* [23], ou ainda, ao *stress* enquanto *"sal da vida"* e não propriamente ao *stress* enquanto *"desgaste"* (Selye, 1956, p.XIII).

O grupo relatou que, no exercício diário do trabalho, ficavam *"sempre em alerta"*, descrevendo-o como *"gratificante, por conta da guarnição"*. Referiram-se a *"prazer por trabalhar na rua e ser útil"* e disseram gostar das missões a eles designadas: *"gostamos de dar apoio aos parceiros"*. Ainda em relação ao prazer relacionado ao trabalho, um dos GMs disse: *"o que a gente vibra é quando pega um marginal e põe atrás das grades..."* *(...)* *"é o êxtase"*, complementou. Consideraram, porém, que o trabalho *"não é só combate ao crime"*, mas também *"apoio à população"*, ressaltando que a gratificação da população para com eles lhes era igualmente gratificante. Um deles verbalizou: *"é a gratificação que incentiva a gente"*.

Por outro lado, o grupo ponderou que, ainda que de forma não permanente, o trabalho envolvia situações de irritação, confusão, conflito, medo, sofrimento, frustração e violência, assim como de excitação, satisfação e realização (ou seja, todos os aspectos pesquisados no item II do questionário Trabalho, Saúde e Vida Familiar).

O sofrimento foi relacionado, por exemplo, ao fato de um colega que tomou um tiro na rua. Um dos GMs lamentou por estar de folga justo no dia deste episódio, de modo a não ter podido *"ajudar o parceiro"*. Tal fato foi referido como elemento de *stress*, aspecto este anteriormente apontado por Romano (1996) em sua pesquisa com policiais.

A irritabilidade nas situações de trabalho foi mencionada por parte de uma das equipes do patrulhamento a pé. Segundo tal equipe, a irritabilidade se fazia presente em

---

[23] *Eutress* é o termo utilizado para referência à *"área de melhor desempenho e conforto na atividade profissional"* (Limongi-França & Rodrigues, 1999, p.37), ou ainda, à *"dose necessária"* de *stress* para nos dar *"ambição fisiológica que anima a vida ou a alegria e gosto pelo trabalho produtivo"* (Silva Netto, 1998, p.34). O conceito de *eutress* pode ser relacionado ao trabalho que exige atividade e empenho e que gera prazer ao liberar a energia pulsional e as aptidões do trabalhador (Dejours, 1994). O *eutress* diferencia-se do *distress*, quer seja do *distress* relacionado à sobrecarga ou sobreesforço, quer seja do *distress* relacionado à monotonia ou subesforço, ambos produtores de *"manifestações e sintomas de doença"* (Limongi-França & Rodrigues, 1999, p.37). O *distress* resultante da monotonia corresponde ao que Dejours (1994, p.32) descreve como subemprego das aptidões psicomotoras, psicosensoriais e psíquicas na situação de trabalho.

situações nas quais os GMs sofriam *"provocação"* [24](sic). O grupo referiu-se a uma situação, por ele relacionada ao *stress*, que foi a de ficar no Paço Municipal da Prefeitura na ocasião da greve de servidores municipais. Tal situação foi descrita como *"ficar contra o pessoal que defende nossos interesses"* (os GMs também são servidores municipais). Segundo verbalização de um dos componentes do grupo, tratou-se do *"auge do stress"* (sic). Os GMs referiram-se ao fato de terem se deparado, em tal situação, com um *"agitador profissional"* entre os grevistas. Este "agitador" teria dado murro em um GM. Ao mencionar tal fato, um dos GMs justificou a reação do grupo, que na ocasião havia entrado em confronto físico com os grevistas.[25]

A frustração no trabalho, por sua vez, foi relacionada, por parte de vários grupos entrevistados, à situação na qual o sujeito (agente delituoso) *"escapa na ocorrência"*, assim como aos procedimentos relativos à determinação das *"folgas de trabalho"*. Em relação a estes últimos, um dos GMs disse: *"perturbam, ficamos frustrados"*.

A frustração no trabalho também foi referida em relação à autoridade policial frente à lei. Segundo um dos GMs a autoridade *"quer dar um jeitinho"* e muitas vezes faz *"corpo mole"*. Um dos GMs ponderou que tal atitude por vezes seria *"até compreensível"*, mencionando que haviam delitos que não seriam tão graves e que a superlotação de delegacias e penitenciárias seriam indesejadas e passíveis de suscitar conflitos e rebeliões difíceis de serem administradas ou controladas. Não obstante, considerou que o dito *"corpo mole"* da autoridade policial os deixavam *"chateados"*. Um dos GMs reclamou: *"a gente arrisca a vida e..."*. Também referiram-se, em tom queixoso, a um delegado que *"liberou marginal"* e que fez a guarnição *"assinar 129"* (lesão corporal). Segundo um dos GMs, tal delegado *"inverteu tudo"*. Segundo sua alegação, o mesmo teria ficado *"a favor do mala"* por *"questões políticas e aversão à Guarda Municipal"* [26] (sic).

Segundo a opinião de um dos componentes de um dos grupos entrevistados, *"o que mais revolta"* no dia-a-dia da atividade profissional dos guardas municipais seriam os

---

[24] No cotidiano do trabalho de tal equipe era comum defrontar-se com questionamentos da população em relação à autoridade legal dos guardas municipais no que tange às práticas de repressão tradicionalmente a cabo dos policiais militares.

[25] Aqui é um exemplo de situação na qual a tarefa vivenciada como desagradável age como fator estressor (Symonds, 1970; Farmer, 1990). Obviamente que não se trata de tarefa inerente à natureza do trabalho, mas sim de tarefa designada pela gestão e organização do trabalho.

"marginais que vão para cima de vítimas como mulheres e crianças". *"É covardia"*, queixou-se. Tal tipo de situação tendia, segundo nosso ponto de vista, a fomentar visões preconceituosas e, sobretudo, sentimentos hostis em relação aos atores sociais por eles combatidos.

A visibilidade da farda e da viatura também foram abordados por vários grupos entrevistados. Na opinião de um número considerável de GMs, tal visibilidade por vezes funcionava como elemento negativo na abordagem dos ditos "marginais", sobretudo nas situações nas quais dificultava-se a configuração do que denominavam como *"fator surpresa"* (surpreendê-los em situação de *"flagrante"*).

Em uma das entrevistas grupais, um GM verbalizou sentimentos comumente desenvolvidos em relação tanto aos "marginais" como em relação ao(s) parceiro(s) no cotidiano de trabalho: *"eu não me sentiria mal em balear um mal elemento, mas acertar um inocente..."* (sic). Ao cogitar a hipótese de algum cidadão atirar no parceiro, este GM não hesitou em afirmar que reagiria na mesma moeda: *"se atira no parceiro, não tem choro nem vela"* (sic), confirmando, de tal forma, os fatores estressores da atividade policial abordado por Romano (1996).

Ainda segundo um dos relatos de tal grupo, a intenção dos GMs quando se confrontam com um "marginal" *"é prender, não matar"*. Nas suas palavras: *"o pior castigo não é matar, mas puxar pena pesada. Não tem pena pior do que perder a liberdade"* (sic).

O grupo também referiu-se à figura do "marginal" como a de alguém que a vida é um *"inferno"* e que, nesse sentido, *"não tem nada a perder"*. Assim, consideraram que muitas vezes ficariam em *"desvantagem"* nos confrontos. Um deles disse: *"é uma desvantagem"*, ao comentar que o "marginal", ao *"trocar tiro"*, não se preocuparia com a possibilidade de acertar no alvo errado e às vezes, nem consigo próprio (*"eles ficam de peito aberto"*) (sic). Também consideraram que o fato de "marginais" não serem *"caracterizados"* (ou seja, não usam farda ou roupa que permitem serem identificados), colocava-os em situação de *"desvantagem"*. Sendo assim, reiterou-se argumentos

---

[26] Novamente frisamos que não se trata de aspecto relacionado à natureza do trabalho, mas sim à realidade sócio-institucional. Referimo-nos brevemente à mesma no sentido de não departamentalizarmos excessivamente nossa análise.

explicitados por outros grupos, tanto em relação às relações com os agentes delituosos como também em relação ao uso da farda..

Outra das Equipes de Apoio relacionou o *stress* à atividade de *"combate ao entorpecente"* . Por outro lado, relataram referências positivas ou prazerosas em relação ao trabalho na GM: *"a minha diversão é trabalhar na guarda"*, disse um dos elementos do grupo. Também fizeram menção elogiosa a um dos coordenadores[27] e se referiram a bom relacionamento na equipe, exemplificado por experiências de vida social ou de lazer compartilhados. Vale mencionar que, no caso de dois dos membros do grupo, a convivência era freqüente senão excessivamente intensa, uma vez que trabalhavam juntos na guarda e no bico, além dos momentos de convivência nos (limitados) períodos de lazer. Tal fato levou um deles a dizer que convivia mais com o parceiro do que com a própria família. [28]

Segundo este grupo, o medo e ansiedade que vivenciavam no exercício profissional diferia-se do *"medo incontrolado"* (sic). Um dos GMs apontou para a vivência do medo, ressaltando que este, embora presente, não era paralisante: *"dá medo, mas a gente vai..."*. Por outro lado, o grupo chegou a admitir que haviam situações nas quais vivenciavam um *"medo que atrapalha"*. Tal ocorreria quando o grupo se via *"numa pior"* (sic) em relação ao grupo que enfrentava na ocorrência.

A descarga de adrenalina na situação de medo foi referida como fator que fazia perder o medo, assim como mecanismo que interferia na noção de perigo e na capacidade de pensar, de modo a propiciar um agir no ímpeto. Nas palavras dos GMs: *"na hora que há uma descarga de adrenalina você perde o medo"*, ou ainda, *"fica meio burro né Dr."* (sic).

No trajeto com sirene ligada e em alta velocidade havia a preocupação *"com quem está no caminho"*. Um dos GMs também referiu-se ao temor de morte, dizendo que ficava com *"receio de faltar para minha família"*. Neste caso, portanto, a preocupação com a morte foi referida como uma preocupação com os outros (família) e não exatamente

---

[27] Coordenador da Academia Preparatória de Guardas Municipais que foi por nós entrevistado (vide análise mais adiante). Vide a entrevista no Apêndice.

[28] Em entrevista individual referiu-se que o relacionamento excessivo (no trabalho, no bico e no lazer) por vezes tornava-se desgastante, referindo-se a piadinhas e apelidos que nem sempre eram motivo de descontração ou diversão.

consigo próprio.[29] Fantasias de acidente ou morte também foram relatadas através de referências a sonhos com *"viatura capotando"* e *"levando tiro sem sentir dor"*.

Em relação à adrenalina, foi dito que quando ela sobe é *"gostoso"* (um dos GMs comentou acreditar que a sensação da adrenalina seja semelhante à sensação de uma droga, tal como o *"crack"*) e que quando *"volta a adrenalina"* havia uma sensação corporal de *"corpo trêmulo"*. Observamos, portanto, que apesar da referência à agilidade e à identidade profissional ser geralmente compartilhada como algo positivo na situação de "adrenalina", do ponto de vista corporal havia um segundo momento (*"corpo trêmulo"*) que envolvia *desgaste*. Não obstante, compreendemos que, no geral, os demais aspectos psicossociais estimulantes ou prazerosos de tais situações tendiam a compensar ou minimamente atenuar o potencial estressor deste mal estar corporal.

Segundo um dos GMs, a sensação ou sentimento de triunfo se fazia presente *"quando tem adrenalina e a coisa funciona"*. Já a frustração foi referida *"quando a adrenalina sobe e a coisa não dá certo"*. Tal tipo de consideração foi reiterada em várias entrevistas grupais. A sensação intensa, portanto, era valorizada nas ocorrências com desfecho positivo e relacionava-se tanto a uma melhor percepção da identidade policial desejada pela maioria, como também ao sentimento de ser útil (auto-estima).

Uma dupla de GMs exemplificou o acima considerado relatando a satisfação por eles obtida quando apresentaram, no distrito policial, *"quatro malas com quatro calibres"*. Nas palavras dos mesmos, houve *"exibição do troféu"* (sic) (no caso, as armas apreendidas). Em tal situação, a dupla de GMs vivenciou um sentimento de superioridade em relação a um policial militar que, no mesmo distrito, havia apresentado uma *"trouxinha de maconha"* (apreensão vista como insignificante, sobretudo quando comparada com a apreensão de armas por eles realizada).

Outro exemplo de satisfação vivenciado no trabalho e relatado pelo grupo foi o de terem apresentado *"mala"* que havia baleado um policial militar e que vinha sendo procurado pela Polícia Militar durante período prolongado.

A vivência da satisfação e do orgulho expresso nos exemplos relatados nos revelava a importância que os guardas davam ao patrulhamento ostensivo e às possibilidades de envolverem-se em ações similares às desempenhadas pela Polícia Militar. Em outras

[29] Novamente podemos considerar haver o uso do mecanismo defensivo da projeção para lidar com a

palavras, havia satisfação e orgulho em poder atuar tal como a corporação da Segurança Pública cujo "poder de polícia" e combate ostensivo e direto à criminalidade eram, diferentemente do que ocorria no caso das Guardas Municipais, algo legal e inequivocamente respaldado.[30]

O grupo entrevistado também considerou que o *"QRU adrenalina"* seria *"freqüente"*, ressalvando, porém, que teria havido uma queda de tal freqüência na ocasião dos meses que antecederam a entrevista (pré-mudança de gestão, quando falava-se sobre atenuação do perfil policial da GM). Também consideraram que a freqüência de tal modalidade de ocorrência também dependia da atitude da equipe no dia em questão. Haveriam dias que "resolviam" agir ativamente em busca de tais ocorrências (*"vamos atrás?"*, diriam), e haveriam outros dias nos quais não assumiam tal postura.

Conforme mencionado anteriormente, quando haviam ocorrências com *"troca de tiro"*, os grupos ficavam geralmente mobilizados para agir, ou melhor, excitados. Nas palavras de um dos GMs do grupo entrevistado: *"todo mundo louco para ir lá"*. Ainda segundo tal grupo, tratavam-se de situações de *"adrenalina pura"*. As reações para delas participar eram geralmente suscitadas pela escuta no rádio dos seguintes dizeres: *"brevidade na rede !"*. Tal situação foi referida pelo grupo como *"estimulante"*. Um dos GMs afirmou: *"eu acho excitante, quero chegar lá e trocar* (tiros) *também"*. Outro deles complementou com certa ironia: *"é o sonho de todo mundo Dr."*.

Em uma das entrevistas com uma das Equipes Motorizadas verbalizou-se que o trabalho envolvia risco e que tratava-se de atividade na qual impunha-se o uso de arma.[31] Não obstante, o grupo considerou que o grau de risco dependia da atitude do guarda e de seu grau de envolvimento com o patrulhamento e seus deveres e não apenas da natureza da atividade. Assim, referiram-se a duplas de guardas *que "encostam a viatura"*, mencionando que, nesse caso, o trabalho não era perigoso. Outros, porém, ressaltaram que, até mesmo nesse caso haveriam riscos, tal como o dos guarda ficarem *"displicentes"*, *"boiando"* ou *"dormindo"* e, desse modo, sujeitos às situações perigosas. O questionamento sobre o risco

---

ansiedade e/ou angústia pessoais (Freud, 1922).

[30] Tal discussão será retomada mais adiante.

[31] Rumores sobre desarmamento das Guardas Municipais no município e no país, questionamentos sobre a legalidade do uso de armas pelas mesmas (vide Anexos) e discursos sociais prol desarmamento eram combatidos pelos guardas e compreendidos como tecnicamente inconcebíveis (alto fator de risco). Tais rumores e questionamentos, nesse sentido, configuravam-se como fatores estressantes.

no trabalho em relação a possíveis malefícios à saúde gerou referência às ocorrências na qual haviam contatos sangüíneos. Segundo um guarda, *"colocar mão no sangue de um cara em ocorrência"* seria *"perigoso"* (referência à AIDS). Tal exemplo nos demonstrou a presença de fantasias de morte relacionadas à atividade do trabalho, ainda que tais fantasias fossem expressas de forma "descoladas" da participação dos mesmos nas ocorrências ditas "de adrenalina". Sendo assim, o relato nos demonstrou que a hipótese das situações de descarga de adrenalina como fator de possível prejuízo à saúde estava distante das considerações conscientes de tal grupo.

Ao referirem-se ao risco no trabalho advindo das situações "adrenalina" (somente após questionamento do pesquisador), a maioria dos componentes relatou que tal situação não seria desgastante, estressante ou prejudicial à saúde: *"eu me sinto bem depois"*, verbalizou um GM. Aqueles que reconheciam haver *stress* em tais situações, por sua vez, tenderam a minimizar o desgaste vivenciado, sobretudo quando o desfecho das mesmas era positivo. Segundo seus pontos de vista, haveria o *"alívio do stress após pegar o bandido"*, ou ainda, alívio da tensão após o *"tonfadas"* contra o mesmo.[32] O grupo mencionou que a satisfação quando o desfecho da ocorrência lhes era favorável relacionava-se ao sentir-se *"útil"*. Outros, porém, disseram que se desgastam em tais situações, pois ficariam com *"a coisa na cabeça"*, pensando, por exemplo: *"eu poderia ter morrido"*...

De modo geral, a atividade não foi relatada como estressora ou irritante. O trabalho monótono é que foi novamente descrito como cansativo e irritante. Para os GMs, a *"atividade, perigosa ou não, não é irritante"*. O *stress* foi referido pelo grupo não exatamente em relação à atividade. O *stress*, na concepção de alguns, ocorria quando o guarda, *"que vem para o trabalho pegar ocorrência"*, era determinado a fazer o patrulhamento no PAV (posto fixo de trabalho). Haveria, em tal situação, frustração mesclada à insatisfação e irritabilidade.[33]

Assim, como já havíamos indicado, a excitação da situação "adrenalina" foi referida pela maioria dos grupos como subjetivamente positiva: a *"adrenalina impulsiona e ajuda o trabalho"*, verbalizaram.

---

[32] A tonfa é o cacetete, instrumento de trabalho dos trabalhadores da Segurança Pública não raramente utilizado dentro da lógica repressora-punitiva, senão ilegal, do desgastado sistema policial.

[33] Novamente a referência à inatividade (objetiva ou subjetiva) como fator de *stress*.

A questão da frustração também foi referida com certa ironia por parte de alguns. Como verbalizou um guarda, *"é frustrante quando um PM localiza um carro roubado antes"*.[34]

Ainda em relação ao risco no trabalho, foi feita referência ao trabalhos nos PAVs, sobretudo os localizados na periferia. Tal posto de trabalho foi descrito como *"mais perigoso"*, tanto pelo fato do GM ficar *"sozinho"*, como pela violência das regiões periféricas.[35] Um guarda relatou que havia trabalhado no PAV de uma dessas regiões e que, quando chegava no posto de trabalho (na cabina), *"entrava e trancava aporta"* (sic). Também foi mencionado o PAV de um bairro que seria *"mais perigoso"* e situado *"entre três favelas"*. Um dos guardas ironizou, chamando tal local de *"PAV dos destruídos"*.[36] Ademais, haveriam momentos do dia no quais tais locais ficariam desguarnecidos frente a eventual necessidade de apoio de viatura. Segundo o grupo, das 19:00 às 21:00h, haveria *"ausência de apoio operacional para os PAVs"*, uma vez que as viaturas estariam, em tais horários, na base da Guarda Municipal, em passagem de plantão.

Segundo um dos guardas do grupo, *"tem muita gente que gosta de ocorrências com risco porque nunca viu o bicho pegando"*. Ao ser questionado sobre a presença de medo em situações de risco, tal GM verbalizou que *"todo mundo fica com medo"* e que *"a gente trabalha sem pensar no medo"*. Frente às indagações do pesquisador no sentido de aprofundar tal verbalização e assim possibilitar a emergência de outras falas, um GM sintetizou sobre como cada um reage em tais situações de risco: *"tem cara que congela e mija"*; *"tem cara que pula o muro"*; *"tem cara que troca tapa"*. De modo geral, disse o guarda, *"na hora do pega, a maioria vai pra cima"*.

Ainda segundo o relato do grupo, quando haviam *"dois espertos"* para as situações perigosas ou tensas (o trabalho da motorizada é feito sempre em duplas), havia *"força para encarar o QRU"*. A referência ao termo *"esperto"* denota o sentido que era dado às ações perigosas, ou melhor, a valorização que era dada aos guardas que de fato as enfrentavam.

---

[34] Conforme mencionado, nestas situações haviam possibilidades de ganhos financeiros (ilegais) advindos das seguradoras.

[35] No período da pesquisa, houveram dois casos distintos nos quais o(s) guarda(s) foi(ram) abordado(s) por *"bandidos"* nos PAVs onde trabalhavam, tendo sido suas armas roubadas.

[36] A violência e risco nos bairros periféricos dos grandes centros urbanos é notória e são abundantes nos jornais televisivos e impressos. A mesma é apontada também por produções acadêmicas, tal como a de Barroso (1997), anteriormente mencionada no Capítulo II.

O tema da atenção constante no trabalho também foi trabalhado com tal equipe. O grupo confirmou tal característica da natureza do trabalho dizendo: *"a gente tem que estar sempre atento"*. A atenção permanente foi relacionada a *"cansaço"* por parte de alguns guardas. Outros disseram que as *"folgas"* compensavam o desgaste advindo do trabalho sob permanente atenção. Outros ainda argumentaram que era *"variável"* o modo como cada um se mantinha atento no trabalho, de modo que o desgaste e efeitos (na saúde) de cada um também seria variável (novamente a questão da atitude de cada um relativizando a questão da existência de uma "natureza do trabalho").

O grupo também referiu-se ao uso da farda. Segundo um dos guardas, *"a farda gera um psicológico no cara"* (ao referir-se ao temor da população diante do guarda). Já para o próprio GM a farda *"pesa"*, pois envolveria *"responsabilidade"* e *"uso da arma"*. Ademais o uso da farda foi associado à vulnerabilidade: *"você não sabe quem é o bandido, mas o bandido sabe que você é guarda"*.

O grupo referiu que é possível uma adaptação ao trabalho e às suas adversidades ou aos imperativos de enfrentar imprevistos. Nas palavras de um guarda, o GM *"tem que aceitar o imprevisto"*. Para o grupo, seria mais fácil adaptar-se aos aspectos potencialmente estressantes da atividade de trabalho (tais como atenção permanente e situações de risco), do que adaptar-se a trabalhar com limitações técnicas e operacionais: *"o trabalho você se adapta... o problema é o apoio"*. O grupo referiu-se tanto ao que denominou *"apoio técnico"* (rádio) como *"operacional"* (coordenação do trabalho ou *"comando"*). Na opinião da maioria, faltava *"estrutura técnica"*.[37]

O grupo dirigiu críticas ao *"pessoal do rádio"* (COP). Visualizavam estes como estressados e despreparados para a função. Segundo um dos elementos do grupo, os GMs do COP deveriam ter *"três anos de experiência de rua"*. Para o grupo desta equipe, havia *"má vontade"* dos guardas do COP, assim *como "falta de informação de nomes de próprios municipais, ruas e praças" ("o comando não instrumentaliza o COP"*, queixou-se um deles).[38]

---

[37] Vide análise mais adiante sobre a formação técnico-profissional.

[38] Vale mencionar dois aspectos: havia alto índice de *stress* no COP assim como instrumentalização e informações insuficientes (vide análise das entrevistas do COP logo abaixo e análise sobre aspectos da formação técnico-profissional mais adiante). Vale também ressaltar que a Guarda Municipal, na época, tinha três anos de existência, de modo que seria possível colocar somente uma parte dos membros da corporação (a "primeira turma" de ingressos) no COP com o tempo de experiência então requerido pelo GM.

Uma das equipes motorizadas noturna entrevistada tendeu a minimizar a questão do risco no trabalho: *"para mim é serviço perigoso como qualquer outro"* (comparando-o com o *"serviço de pintor"* que se dependura em *"andaime para pintar um prédio"*). Segundo o GM que verbalizou tal frase, *"às vezes fora do trabalho é mais perigoso"* (ex: *"encontrar mala fora de serviço"*). No geral, vários dos GMs deste grupo referiram-se à *"violência geral"* quando questionados sob violência e/ou risco inerentes ao trabalho.

O trabalho noturno foi referido como *"positivo"* e *"negativo"*. Positivo *"em função do trânsito"* (bem mais tranqüilo ou inexistente no período noturno) e negativo em função do descanso insuficiente ou *"sono mal dormido"*.

De modo geral, os grupos de trabalho noturno enfatizaram que *"o descanso nunca é igual"* quando se trabalha no período noturno. Apesar desta ênfase, referiram que o trabalho noturno seria *"mais desgastante fisicamente"*, embora *"menos estressante"* (por envolver número menor de ocorrências e por não se realizar em condições de trânsito, como ocorre no trabalho diurno). Segundo um dos grupos, a freqüência de QRU *"adrenalizante"* no período noturno era *"rara"*. Ocorrências simples seriam as mais freqüentes. Não obstante, haveriam *"noites de pico"*, nas quais seriam atendidas *"até 10 ocorrências"* (ex: *"elemento suspeito"*; *"perturbação de sossego"*; *"bêbado"* etc).

O grupo também referiu-se a casos nos quais se criavam expectativas de ser ocorrência mais perigosa e que, no entanto, se tratam de *"alarme falso"*. Ainda segundo o grupo, os casos de *"QRU tipo alarme falso"* seriam mais freqüentes à noite do que de dia e, inclusive, mais estressantes que os QRUs de risco real (sic).

Em relação aos períodos de descanso, os GMs relataram suas rotinas. Um deles disse que seus horários de descanso eram variáveis: haviam dias que dormia das 9 às 14hs, outros apenas das 13 às 14:30hs e, em outros, das 23 às 5hs. Outro dos participantes relatou que em alguns dias dormia apenas 5hs, enquanto que nos dias em que tinha mais tempo chegava a dormir 10hs. Um terceiro participante relatou que dormia das 9 às 12hs ou das 22 às 10hs. Este último referiu-se a *"mau humor"* quando dormia pouco (das 9 às 12hs). Por outro lado, quando dormia muito (das 22 às 10hs), referia acordar *"quebrado"*, fato este não vivenciado pelos dois relatos anteriores. De modo geral, apontaram tais problemáticas como estressoras.

O grupo também relatou que, quando paravam a VTR à noite, *"bate sono"*, sendo necessário *"rodar"* para conseguir *"despertar"*.

O processo de adaptação ao trabalho noturno e ao descanso em situações inapropriadas foi relatado pelo grupo como lento. Nas palavras de um dos GMs: *"no primeiro ano de GM, a noite em que eu não trabalhava eu não dormia"*. Segundo seu relato, para se adaptar forçou-se a não dormir de dia para melhor dormir à noite no dia de folga. Um dos GMs afirmou que o *"sono do dia nunca é igual ao da noite"*. Outro GM comentou ironicamente que, de fato, não dormia bem no interior da viatura... Também foi dito que o *"segundo trabalho"* ("bico") seria o principal fator que impedia o descanso. Caso fosse um só trabalho, o descanso seria suficiente, comentou um dos participantes que, diga-se de passagem, acreditava que *"90%"* fazia *"bico"* (sic).

Aspectos negativos do trabalho noturno foram relacionados às mudanças de horários de alimentação e de demais rotinas cotidianas. Segundo um dos participantes, o trabalho noturno seria uma *"bomba de efeito retardado"* (efeitos prejudiciais só se manifestariam a *posteriori*), sobretudo quando o mesmo era seguido de "bicos" no período da manhã. Alguns GMs referiram-se a experiências de trabalhar 24 horas direto ou até mesmo 36 horas e consideraram que a conjunção de trabalho noturno com o "bico" implicava não somente em *"desgaste"*, mas também em um *"sacrifício do lazer"*.

Ao referiram-se ao desgaste físico-mental, descreveram-no como um estado no qual o indivíduo ficaria *"zumbi"* e no qual *"o corpo quer desligar"*. Também relataram *"dor de cabeça"*, *"dificuldade para dirigir"*, *"acordar de mau humor"* (quando se *"dorme pouco"*) e *"nervoso"* com esposa. Ou seja, haviam desdobramentos psicossociais, individuais e conjugais-familiares relacionados ao desgaste do trabalho noturno.

O medo em função de vivências perigosas de trabalho foi relacionado *a "bom senso"*, dizendo-se que uns o possuem mais e outros menos. A questão do medo suscitou uma fala metafórica, na qual um GM fez alusão a possíveis deslocamentos entre ser *"caçador"* ou *"caça"* (sendo o perigo e medo relacionado a esta segunda posição). Para este, o GM geralmente é *"caçador"* no seu serviço. Porém, segundo seu relato, frente a um *"deslize"*, o mesmo facilmente se tornaria *"caça"*. As imprevisibilidades do trabalho, foram novamente mencionadas, desta feita mais como ausência de monotonia do que como

fator de intranqüilidade: *"nunca tem um dia igual ao outro"*, disse um dos GMs ao valorizar positivamente a natureza imprevisível das ocorrências e do trabalho.

Ainda em relação à "natureza do trabalho" noturno, tal grupo explicitou argumentos semelhantes a de outros grupos. O trabalhar à noite foi referido como *"muito diferente"* sendo que, para a maioria, a noite seria *"melhor para trabalhar"*, pois haveria *"menos trânsito"* assim como *"menos fiscalização"* (tanto de coordenadores como da população). Ademais, durante o dia haveria *"respeito menor"* e *"mais interferência do comando"* no serviço (sic). A equipe julgou que o grupo da noite era também *"mais unido"* do que o pessoal do dia. Por outro lado, o trabalho noturno foi relacionado a um dormir incompleto (a um *"cochilo"* que *"não descansa"*, ou ainda, a *"um sono mais interrompido"*).

O *stress* não foi atribuído por tal equipe noturna à natureza ou tipo de trabalho, mas sim aos desfechos negativos do mesmo (leia-se ocorrência que não terminava "vitoriosa", ou seja, com o *"elemento"* sendo conduzido ao distrito). Assim, o grupo alegou que não havia *stress*, mas sim satisfação ou tranqüilidade quando a ação mobilizada tinha o desfecho desejado: *"quando consegue pegar o vagabundo"*, disse um GM, *"daí sim, fica tranqüilo"* (sic).

Outro GM do grupo acima mencionado relatou uma ocorrência perigosa na qual vivenciou momentos intensos, valorizando-a positivamente: *"arrepiamos... foi o dia que eu cheguei em casa mais feliz"*. Tal referência foi feita ainda que, em conseqüência de seu desfecho, o GM tenha permanecido por tempo relativamente prolongado no DP (o que era referido pelo grupo como fator de *stress*): *"apesar de ter saído do DP somente às 24hs"*, disse o mesmo.

Sendo assim, o que predominou no discurso de tal equipe não foi a referência ao *stress* advindo do desgaste de vivências perigosas, mas sim a possível *"satisfação em resolver o negócio"*. A insatisfação, por sua vez, foi referida nos casos opostos. Foi mencionado um caso de insatisfação no trabalho quando uma ocorrência foi interrompida (tratava-se de uma *"perseguição"* que foi interrompida pela não autorização de ser continuada para além das fronteiras do município). Não obstante a negação geral do trabalho sob tensão ser desgastante, houve quem verbalizasse algo destoante, a saber: *"o trabalho agitado deixa meio em órbita"*.

A análise das entrevistas das Equipes do COP (posto de trabalho com *stress* mais elevado da corporação), cujo trabalho envolvia especificidades relevantes, nos forneceu um contraponto interessante ao prazer relatado sobretudo pelas Equipes de Apoio e também mencionado por outras equipes motorizadas. A análise demonstrou que o lidar com o risco em tal posto de trabalho, ainda que longe de ameaças físicas, era algo efetivamente estressante. Tais equipes lidavam com medo e risco sem poder assumir posição ativa, fator este que nos pareceu muito mais determinante do *stress* do que o expor-se à vivência concreta de tal possibilidade. Em outras palavras, foi o aspecto psicodinâmico e não exatamente o "objetivo" que nos permitiu analisar os contrastes e aparente paradoxo das diferenças significativas das porcentagens de *stress* verificadas sobretudo na comparação entre Equipes de Apoio (motorizadas) e Equipes do COP (vide *Gráfico V* neste capítulo).

Numa das Equipes do COP no qual verificamos 83,33% de sujeitos estressados, o grupo relatou que o trabalho no rádio gerava ansiedade e um estado permanente de expectativa: *"estamos sempre esperando por qualquer ocorrência"*. Segundo os mesmos, apesar de estarem *"de fora"* das ocorrências, fazendo apenas a intermediação entre cidadão e viatura, é como se estivessem de *"dentro"* da mesma. Em outras palavras, sentiam-se envolvidos nas mesmas, com o acréscimo de um fator que fomentava ainda mais a ansiedade, a saber, o de não saber nunca exatamente o que está ocorrendo e tampouco como exatamente se desenrola a ação dos companheiros solicitados a atendê-las: *"a gente fica envolvido"*; *"todas as ocorrências geram ansiedade por que você não está vendo.. não sabe o que está acontecendo."*.

Um dos elementos do grupo acima mencionado ponderou que eles geralmente tinham noção do que se passava (*"já trabalhamos na rua"*), mas que isto não era fator suficiente para atenuar a preocupação com os companheiros: *"nós ficamos olhando para um quadro negro"*, disse. Ainda segundo este, *"quando não tem retorno do GM"* a preocupação ou ansiedade se intensificava, pois havia sempre a possibilidade de que os companheiros estivessem com dificuldades ou em situação de risco. Ademais, conforme considerou outro participante, era necessário, em momentos adversos, manter a calma: *"nós de dentro* (sic) *não podemos perder o controle"*.

De modo geral, o grupo sentia um alto grau de responsabilidade em sua tarefa, fato este que se explicitou nas seguintes falas: *"uma palavra que você fala errado e você pode prejudicar o andamento da ocorrência, você pode até matar um parceiro..."*

A rapidez no pensamento em situação de tensão também foi mencionada como fator de *stress*. Segundo o grupo, quando um GM falava *"brevidade na rede"*, tais palavras eram um verdadeiro gatilho para uma situação de alerta: *"quando o GM pede brevidade na rede você tem que pensar a mil por hora e manter a calma"*.

A questão da manutenção da calma frente à situação de emergência do cidadão (e também do GM, que escuta a solicitação) também foi referida como fator de *stress*. Segundo relato do grupo, era necessário que o solicitante não simplesmente berrasse no rádio pedindo ajuda de forma desesperada, mas muito pelo contrário, que transmitisse os dados básicos como endereço e caracterização do episódio para que a VTR pudesse ser encaminhada para o local de forma mais eficiente. Muitas vezes, disseram, era necessário, ao meio da situação de tensão, consultar uma lista para poder dar uma melhor informação do como chegar ao local (para o GM que iria se encarregar da tarefa). Nesse sentido, tinham que lidar com a ansiedade do cidadão, com a própria e com a do GM a ser *"paga a missão"*.

Em relação ao munícipe, um dos GMs não poupou palavras: *"é um saco atender munícipe. Ele não entende que você precisa dos dados, pois senão é impossível atender a ocorrência"*. Ademais, haviam situações nas quais não haviam viaturas disponíveis e isso tinha que ser dito para o munícipe. Em tais situações, geralmente os guardas do COP eram obrigados a ouvir desaforos como: *"então, para quê que vocês prestam ?"*.

Nas palavras de um dos participantes, era necessário sempre *"pensar na frente de quem está na ocorrência"*, assim como *"filtrar"* informações e *"jogar no rádio"* (sic).

Haviam também episódios nos quais tinham que administrar duas ocorrências difíceis concomitantemente. Um dos participantes comentou que, numa ocasião em que tal se deu, tiveram que solicitar a Equipe de Apoio para apoiar a segunda ocorrência. Ao dirigir-se ao mesmo, tal equipe capotou a viatura, prejudicando o acompanhamento e andamento da primeira ocorrência.

Um dos participantes também relatou que, numa ocasião de uma ocorrência de risco, durante a qual o rádio estava sobrecarregado (*"uma bagunça no rádio"*), ele sentiu-

se tão preocupado e ansioso que saiu do posto de trabalho e pegou a viatura de apoio para ir até o local do "QRU". Ao fazê-lo, também a capotou. O GM justificou-se sobre sua atitude dizendo que, na ocasião, um parceiro havia sido baleado (*"era um colega... o cara baleado e você aqui... ele quase morrendo..."*) e que ele conhecia o local e, assim, achou que seria mais fácil ele mesmo tomar iniciativa do que esperar conseguir passar mensagem pelo rádio (congestionado) para outrem. O GM comentou: *"a adrenalina vai a mil"*, completando com bom humor: *"é o COP móvel"*.

Segundo ele, a situação foi de tensão e ansiedade, mas também excitante. O a *posteriori* da adrenalina, porém, foi relatado como desagradável: *"na hora que a adrenalina acaba a gente sente dor nas pernas, moleza"*. Outro participante (GMf), relatou que já chegou a sentir, posteriormente a uma situação "excitante", *"dor de cabeça"* e sensação de enjôo (*"vômito"*) e que, numa delas, começou a *"chorar"*.

Os problemas com a informação durante situações de tensão foi tema recorrente na entrevista grupal do COP. Um dos GMs teorizou, dizendo haver dois tipos de problemas com a informação em tais situações: uma seria a de não ter dados para passar e poder melhor ajudar a VTR; outra seria ocasiões nas quais, após breve tempo, o COP passa a possuir dados mais relevantes, mas os GMs já estão em ação (agindo sem os dados suficientes). Assim, considerou que seriam duas formas distintas de dados fragmentados: uma por problema interno do COP e outra por viaturas já empenhadas, mas com dados insuficientes (neste caso, "pesa" a responsabilidade do COP, que tem a função de integrar novas informações para que se evite o mal encaminhamento da ocorrência em função de *"desencontros"*).

Quando a ocorrência envolvia mais de uma viatura e quando haviam problemas e/ou dificuldades na veiculação dos dados a elas transmitidos, tal fato podia trazer *"complicações"* para os GMs que eventualmente se dirigiam ao distrito. Nas palavras de um dos GMs: *"o delegado pode fritar GMs que chegam no distrito falando coisas diferentes"*. Segundo este GM, muitas vezes os delegados desconfiam, em tal tipo de situação, que possa tratar-se de um *"QRU forjado"* (sic).

A relação com os GMs também foi referida como fator de *stress*. O COP tinha a função de fazer rastreamento das VTRs e ver se elas se localizavam no local devidamente designado (se obedeciam ao dito "trabalho prescrito"). Haviam situações na qual os GMs

mentiam, dizendo estar em um determinado local e estavam em outro. Segundo um dos participantes, após certa experiência no setor, lhes era possível identificar, pelo tipo de ruído que se ouvia no rádio, se o GM estava dando a informação verdadeira ou não sobre sua localização.

Ainda segundo o grupo, o COP eventualmente dava *"cobertura"* a algumas *"voadas"* (desvio da tarefa ou trajeto em prol de outra atividade) dos colegas de VTR. Porém, quando o COP cobrava aquele que, em outro momento, ele deu *"cobertura"*, o mesmo tendia a queixar-se, como se o "desvio" fosse um direito adquirido (ex: houve o caso de um GM a quem o GM do COP deu "cobertura" em um dia. Em outro dia, o GM da VTR nem sequer comunicou que iria *"sair da área"*. Este último queixou-se do primeiro, dizendo para ele, no rádio, que era para informar para o COP quando ele não estivesse na área. O GM, advertido, achou que o GM do COP estava o expondo ao falar sobre tal assunto com ele através do rádio, gerando conflito entre ambos). Assim, o GM do COP alegou que havia *"desmotivação"* (não somente no COP, mas na Guarda de modo geral) em relação ao empenhar-se no trabalho pois, além de muitas vezes querer dedicar-se e conciliar os interesses e administrar o "trabalho real" (distinto do "trabalho prescrito"), tinha que aturar queixas ou críticas dos outros.

O grupo, de modo geral, ratificou as palavras do GM, dizendo que no COP trabalhavam em várias situações nas quais envolviam-se com o risco e tensão das ocorrências, geralmente preocupando-se em fazer o melhor e, mesmo assim, ouviam com freqüência comentários do tipo: *"ah... vocês não fazem nada..."*

O trabalho do COP envolvia ambigüidades segundo o grupo. Podia-se errar por cautela ou por falta de cautela. O grupo exemplificou dizendo que, numa determinada ocorrência, ficou pouco nítido se era um caso que tratava-se de uma *"briga de namorado"* ou de uma *"tentativa de homicídio"* (sic). Assim, comentaram que em muitas situações podem comprar *"gato por lebre"* e instruir GMs para uma ação precipitada, ou ainda, deixar-se levar por um receio de que é situação menos grave, na qual não se deve agir e, equivocadamente, omitirem-se. Ao falar de tais possibilidades reiteraram a questão da alta responsabilidade da tarefa geralmente imersa numa situação de tensão e/ou de dados insuficientes para uma decisão mais sólida ou embasada. Tais ambigüidades também ocorriam quando não recebiam retorno de uma VTR que foi empenhada para alguma

missão arriscada. Segundo o grupo, ficavam sem saber se o GM se meteu numa *"enrascada"* e precisava de ajuda ou se tratava-se simplesmente de uma falta de retorno em função de *"congestionamento no rádio"* (comum quando a ocorrência requeria apoio e uso mais intensivo do próprio rádio ou mesmo quando havia coincidência de ocorrências em um mesmo momento). Ademais, haviam também *"interferências do comando"*, de modo que, muitas vezes, a operação entre COP, VTR e Apoio era dificultada pelas mesmas (o *"comando"*, segundo um dos GMs, *"entrava na rede"*). Segundo um dos participantes, haviam ocasiões em que o comando exagerava, ligando para o COP de *"15 em 15 segundos"* e, dessa forma, atrapalhando a resolução do problema na rua (sic).

Em relação à relação com o patrulhamento a pé, um dos GMs do COP fez menção ao envolvimento que também acabam tendo com as ocorrências mais intensas por aqueles atendidas: *"eles correm com as pernas e nós temos que correr com a cabeça para baixo"*.

A análise dos aspectos inerentes à atividade do trabalho, portanto, permitiu-nos elucidar aspectos determinantes do *stress* e da ausência do *stress* nos diferentes postos de trabalho. Ela também nos apontou que é impossível dissociar os aspectos estressores da atividade de trabalho dos aspectos sociais, organizacionais, comunitários, psicossociais e subjetivos.

Algumas referências metafóricas dos discursos grupais nos pareceram extremamente elucidativas. As referências aos termos *"caçador"* e *"caça"* na abordagem do risco no trabalho demonstraram-se paradigmáticas.

A posição ativa (*"caçador"*) era altamente valorizada, uma vez que condizente a uma identidade profissional buscada pela maior parte da corporação e na qual o medo podia ser controlado e a "adrenalina" usada a favor da tarefa e da relação positiva senão prazerosa do trabalhador com a mesma.

Já a posição passiva (*"caça"*) era temida e incompatível não somente à identidade profissional desejada como também era vivenciada como dificultadora das capacidades de se lidar com o risco, o medo e o imprevisto na tarefa. Em tal posição tais aspectos do trabalho eram vivenciados como fator de *stress* ou *desgaste*.

Vale também considerar o caráter transitório ou a tênue fronteira entre tais posições ativas e passivas diante do medo na atividade de trabalho. Ou seja, tal aspecto nos remeteu às contínuas possibilidades de estruturação e desestruturação do trabalho como elemento

patogênico e/ou sublimatório e vice-versa.[39] Tais contradições e movimentos também puderam ser relacionados às oscilações entre trabalho prescrito e trabalho real e entre atividade e inatividade.

A comparação entre Equipes do COP e Equipes de Apoio revelaram-se paradigmáticas para elucidar as condições de *stress* e de ausência de *stress* e/ou de trabalho patogênico e de trabalho sublimatório. As metáforas do *"quadro negro"* e do *"correr com a cabeça para baixo"*, ambas verbalizadas por um dos GMs de uma das Equipes do COP, nos pareceu elucidativa da situação passiva e fortemente estressora na qual tais guardas sentiam-se em tal posto de trabalho. Na execução das tarefas destas equipes, o trabalho prescrito pareceu-nos ser fonte de tensão e o trabalho real elemento de invisibilidade e imprevisibilidade de caráter patogênico.

Já nas Equipes de Apoio predominava, segundo nossa compreensão, a posição ativa e o trabalho prescrito como referência importante para execução do trabalho real.[40] Neste sentido, nas Equipes de Apoio a imprevisibilidade configurava-se predominantemente como atividade não rotinizada e de caráter sublimatório.

Em outras palavras, enquanto no primeiro grupo (COP) a ambigüidade das situações de risco, medo e imprevisibilidade configuravam-se sobretudo como obstáculo à execução da tarefa e à saúde do trabalhador, no segundo grupo (Apoio) configuravam-se predominantemente como motor às mesmas.

Por fim, vale reiterar que a análise da "natureza do trabalho" não deve ser esgotada em si mesma e nem tampouco ser conduzida no sentido de ser essencializada ou departamentalizada. Nesse sentido, compreendemos que a mesma deva ser imbricada sobretudo à análise sócio-institucional, cujos aspectos primordiais já foram por nós pré-considerados.

---

[39] Tais oscilações nos pareceram potencial e mais intensamente presentes nas Equipes Motorizadas (porcentagens de *stress* mais variadas nos distintos grupos porém próximas da média da corporação no cômputo geral), que atuavam em duplas com VTRs comuns, ao passo que havia maior estabilidade ou menores oscilações tanto nas Equipes de Apoio (porcentagens de *stress* abaixo da média), nas quais o trabalho tendia a ser mais ativo e sublimatório, como também nas Equipes do COP (porcentagens de *stress* acima da média), nas quais o trabalho tendia a ser mais passivo e patogênico.

b) *Stress*, desgaste e a realidade sócio-institucional: gestão e organização do trabalho, estrutura e cultura organizacional e formação técnico-profissional

A análise dos dois conjuntos de entrevistas grupais realizadas posteriormente às aplicações dos questionários utilizados na pesquisa nos permitiu verificar a importância primordial da realidade sócio-institucional na determinação e compreensão do *stress* ou *desgaste* dos guardas municipais.[41]

Foi possível verificar, no conjunto das entrevistas, que tal *desgaste* não somente indicava um enfraquecimento das energias corpóreo-psíquicas, mas também um processo ativo de resistência. Tal processo não envolvia somente resistência ao desgaste das energias corpóreo-psíquicas, mas também resistência em relação aos aspectos da realidade sócio-intitucional que deviam ser transformados, ou seja, uma resistência que alinhava-se a objetivos socialmente desejáveis, tal como os de bem estar social, ética, democracia e profissionalismo nas relações de trabalho.

Vale reconsiderar que a realidade sócio-institucional é referida por distintas abordagens teóricas a partir de diferentes termos e conceitos. Na literatura norte-americana sobre o *stress policial* observamos a referência à *"natureza da organização policial"* (Symonds, 1970; Farmer, 1990; Reiser, 1974; Violanti, 1993). No campo da Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1992; 1994; 1993; 1989; 1986) destaca-se a referência à *"organização do trabalho"*. Já a Psicanálise das Organizações (Enriquez, 1997a, 1997b, 1995; 1990, 1991; Davel & Vasconcelos, 1995; Pagas, 1992; Losicer, 1995; Volnovich, 1995; Aubert, 1994; Aubert & Gaulejac, 1991), cujas origens teóricas nos remonta ao freudo-marxismo da Análise Institucional dos anos sessenta e setenta (Lourau, 1975; LaPassade, 1974; Baremblitt, 1984; 1992) e que sofre influência de diversas áreas (Sociologia do Trabalho, Psicologia Social, Antropologia, Economia Política e Filosofia), adota-se tanto o termo dejouriano central (*"organização do trabalho"*), como termos das abordagens críticas mais ou menos relacionadas à Administração e/ou Psicologia do Trabalho (Motta, 1986; 1992; 1997; Motta et. al., 2000a, 2000b; Heloani, 1996a, 1996b,

---

[40] O trabalho prescrito era bem definido: apoiar VTRs nas situações de ocorrências mais complexas e/ou arriscadas. Ademais, a concretização do apoio (trabalho real) geralmente se dava já de posse de dados sobre a situação, ou seja, não se tratavam de *"quadros negros"*.

[41] A respeito dos questionários utilizados e dos dois conjuntos de entrevistas grupais (o primeiro voltado sobretudo à avaliação do *stress* e o segundo sobretudo à avaliação e levantamento de sugestões relacionadas à formação técnico-profissional) vide Capítulo I (*A Pesquisa*) e Apêndices.

1999; 2003; Heloani & Capitão, 2003; Fleury, 1987; 1992; Fleury et. al., 1997; Chanlat, 1994; Morgan, 1995), tais como os de *"gestão"*, *"instituição"*, *"organização"* e *"cultura organizacional"*. Vale também mencionar que a Psicanálise das Organizações cria conceitos próprios, tais como os de *"sistema sócio-mental"* (Pagés, 1992) ou *"sistema psíquico-organizacional"* (Aubert & Gaulejac, 1991), ambos coerentes com a definição de organização de Enriquez (1997a, p.33) enquanto *"sistema cultural, simbólico e imaginário"*. Por fim, *but not the least*, temos as abordagens interdisciplinares e dialéticas de notada ênfase nos aspectos psicossociais dos processos de saúde-doença no trabalho (Seligmann-Silva, 1995; 1997; 1994; Sato, 1993; 1998) que caracterizam-se por estabelecer um fecundo diálogo entre a abordagem macrossocial e mais genérica da Psicologia Social e do Trabalho com a área mais específica da Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho. Tais abordagens adotam os conceitos dejourianos e os relacionam à dialética dos processos sociais e aos conceitos de *"trabalho penoso"* (Sato, 1993) e de *"desgaste"* Seligmann-Silva, 1994). Este último, como argumentamos, figura como conceito característico de um paradigma integrador, importante tanto ao objetivo teórico de interrelacionar os termos, conceitos e definições logo acima elencados, como também aos objetivos de análise e compreensão do *stress* enquanto fenômeno sócio-psíquico-organizacional, ou seja, do *stress* como fenômeno imbricado ao que sintetizamos como "realidade sócio-institucional".[42]

b.1) O *stress* entre a organização Guarda Municipal e a realidade sócio-institucional:

A organização "Guarda Municipal" por nós analisada inseria-se numa instituição pública municipal do poder executivo (Prefeitura Municipal) e subordinava-se a uma de suas Secretarias (Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública). Tal dado, por si só, já nos é indicativo daquilo que os norte-americanos denominariam como *"natureza da organização"*. De nossa parte, preferimos compreender que o caráter de órgão público e municipal voltado à Segurança diz respeito a um aspecto *estrutural* da Guarda Municipal.[43] Uma das características estruturais da instituição pública em nosso

[42] Vide discussão teórica de tais conceitos e análises prévias sobre a influência da realidade sócio-institucional no *stress* dos guardas municipais sobretudo no Capítulo III e no item precedente (2.1, a).

[43] Optamos pelo termo "aspecto estrutural" no lugar de "natureza da organização" no sentido de que esta última terminologia pode nos conduzir a uma visão naturalizante ou essencialista da instituição. O termo "estrutura" nos parece mais condizente à visão teórica por nós adotada e à noção de "realidade sócio-institucional" que dela se desdobra.

país (portanto, não nos referimos somente ao município por nós abordado) e das políticas sociais nelas presentes (dentre as quais a de Segurança Pública), é a de existirem no interior de conflitos entre a *"elite política"* e a *"burocracia pública"* e de serem administradas dentro de um *"quadro geral de carências"* ou *"estrutura de escassez"* (Santos, 1987, p.49-69). Em poucas palavras, a organização "Guarda Municipal" concretiza-se no contexto do *desgaste* da instituição pública e das políticas sociais, quer seja em função da burocracia, quer seja em função das crises econômicas e políticas.

Relacionado ao aspecto estrutural acima mencionado - e já discutido no capítulo sobre a história da (in)segurança pública no Brasil - é o fato de que o trabalho da Guarda Municipal insere-se num sistema policial com inúmeros problemas e deficiências (corrupção, impunidade, ineficácia técnica e social). Como havíamos argumentado, muitos destes são relacionados ao legado de um Poder Executivo militar e repressivo, ou melhor, ao legado de uma ditadura que pode ser adjetivada como escancarada, envergonhada e encurralada, conforme o período ou fase do regime militar que consideremos (Gaspari, 2002). Tal aspecto nos levou a formular a tese de *desgaste* do sistema policial (ou, mais propriamente, do macrossistema jurídico-policial), incluindo como parte do mesmo não somente os órgãos policiais de modo geral que compõem o Poder Executivo (Polícia Civil, Polícia Estadual Militar, Policia Rodoviária, Polícia Federal), mas também o Poder Judiciário e até mesmo o neovigilantismo privado que, não raramente, opera na ilegalidade (Bretas, 1997; Ocqueteau, 1997; Paixão, 1991).

O *desgastado* macrossistema jurídico-policial produz formas de pensar e agir que estruturam uma cultura organizacional que perpassa as organizações policiais de modo geral, produzindo discursos conservadores e pouco críticos ou, no mínimo, pouco matizados, tal como o que compreende os direitos humanos como *"direitos de bandidos"*. Ademais, a cultura organizacional tende a incorporar jargões (ex: o agente delituoso representado como *"elemento"*) "carregados" de ideologia militaresca ou punitivo-repressora. No plano concreto, tais "ideologias" da dita "cultura organizacional" ensejam práticas autoritárias ou ilegais, tal como a adoção do "jeitinho" brasileiro (ex: ocorrências que, segundo o jargão policial, são *"arredondadas"*) (Barbosa, 1992; Motta et. al., 2000a, p.49-50) e conflitos com classes sociais "marginais" e/ou marginalizadas.

Na nossa pesquisa verificamos que tais dimensões concretas eram fatores estressores, quer seja por que produziam conflitos de valores (tal como discutimos em relação a alguns casos anteriormente abordados), quer seja por que redundavam em ações "justiceiras" de caráter agressivo (que, apesar de possibilitar o "escoamento" da raiva dirigida aos "marginais", não garantiam um alívio psíquico duradouro[44], uma vez que a representação conservadora da delinqüência tendia a persistir enquanto fonte de reprodução contínua de tensão ou conflito).

Ainda em relação à cultura da organizações policiais de modo geral, vale ressaltar a tendência de negação da expressão das fragilidades e impotências (Cavassani, 1998), de modo a configurar, segundo a visão de um pesquisador e oficial da Polícia Militar (Ribeiro, 1995), uma realidade organizacional propícia à produção do *stress policial*.

Vale também reiterar que a cultura ou mentalidade dos agentes e organizações policiais não apresentam problemas e traços de rigidez (leia-se *desgaste*) apenas no nosso país e que os mesmos também já foram identificados nos países desenvolvidos e com maior tradição democrática (Skolnick & Bayley, 2001), melhores montantes de recursos financeiros, técnico-admistrativos e de pesquisa (Greene, 2002; Brodeur, 2002; Monjardet, 2002), ou ainda, com tentativas mais sólidas e bem estruturadas de implantação de políticas de segurança de caráter preventivo e comunitário em substituição às políticas repressivo-punitivas (Goldstein, 2002; Bittner, 2003; Skolnick & Bayley, 2001; 2002).

Outro aspecto relacionado ao que denominamos "estrutura da organização policial" diz respeito aos aspectos genéricos das condições sócio-econômicas na atualidade e da qual aquela inevitavelmente não se dissocia. De modo geral, é possível afirmar que vivenciamos uma crise do capitalismo (Kurz, 1993) e das condições sócio-econômicas mundial, nacional e populacional. A globalização ou mundialização do capital acentua as desigualdades sociais, concentra a renda, aumenta as taxas de desemprego e ativa a ciranda financeira em detrimento da atividade produtiva (Chesnais, 1996). Nosso país, por sua vez, vive décadas de estagnação econômica, incertezas e instabilidades sociais, sem apresentar ou viabilizar, infelizmente, um modelo alternativo ao modelo neoconservador (Mattoso, 1995; Antunes, 2004). A população brasileira, imersa na precarização social e do trabalho, apresenta uma

[44] Aqui consideramos tal hipótese sem entrar no mérito da falta de ética. Vale também mencionar que ações aéticas geram inevitáveis conflitos, mesmo que não sejam conflitos de caráter consciente, tais como os conflitos de valores mencionados por alguns GMs aos quais nos referimos anteriormente.

progressiva pauperização, perda substantiva de seu poder aquisitivo e trabalhadores qualificados e não qualificados em situações de preocupante desemprego (Pochmann, 1998; 2001; Silva, 2000). Ou seja, há um *desgaste* do tecido social que revelou-se como importante fator estressor em nossa pesquisa.

Assim, segundo nossa compreensão, os aspectos estruturais acima mencionados podem ser relacionados às (des)funcionalidades da administração pública, aos problemas, conflitos e dificuldades da gestão e organização do trabalho e à cultura organizacional da Guarda Municipal e das instituições policiais de modo geral. Em outras palavras, não compreendemos ser possível dissociar as particularidades de qualquer organização em análise do quadro sócio-cultural e macroinstitucional mais amplo no qual ela se insere (Motta, 1997; Motta et. al., 2000a).

Portanto, conforme havíamos apontado já na análise precedente das entrevistas grupais que circunscreveu-se mais aos aspectos do trabalho (*"natureza do trabalho"*), o quadro geral de *desgaste* da realidade sócio-institucional aqui sintetizado (da instituição pública, do macrossistema jurídico-policial e das condições sócio-econômicas), relacionava-se ao *stress* dos GMs, assim como expressava-se nos seus relatos e experiências sobre o cotidiano social e de trabalho.

Alguns discursos e exemplos que melhor sustentam tal análise ainda não foram suficientemente explicitados. Não obstante, vale arrolar e assim melhor dimensionar a série de elementos mais ou menos pré-considerados e intimamente relacionados à nossa tese central de relação dialética e significativa entre *stress* e o *desgaste* da realidade sócio-institucional, a saber: as incertezas, inseguranças e tensões em relação à mudança de gestão municipal repercutindo no "psiquismo coletivo" e nas atividades dos trabalhadores da Guarda Municipal; a sobrecarga de trabalho em função do acúmulo do trabalho na Guarda Municipal com "bicos"; a tensão e a excitação nas tentativas de obtenção de renda por meios ilícitos; a irritabilidade face à burocracia excessiva nos distritos policiais; os conflitos conscientes ou inconscientes relacionados à cultura do "jeitinho" e às atitudes dos GMs e/ou autoridades policiais a elas correspondentes; o risco e medo enfrentados pelos guardas ao retornar do trabalho para a casa fardados e sem arma; o risco e medo enfrentados pelos guardas ao depararem-se no meio social com agentes de delitos por eles combatidos; a frustração e a irritação frente às limitações técnicas, administrativas e financeiras da gestão

municipal; a frustração e a irritação frente às limitações ou insuficiências da formação técnico-profissional; a irritação em relação às ordens do *"comando"* que determinavam que o GM tivesse que trabalhar em outra equipe ou posto de trabalho que não a habitual; irritação frente aos processos de definição dos dias de férias e/ou de folgas; a ansiedade e as dúvidas frente às ambigüidades ou indefinições do macrossistema jurídico-policial em relação ao "poder de polícia" e aos limites da atuação legal das Guardas Municipais; a ansiedade relacionada ao trabalho real de patrulhamento ostensivo em conflito com o trabalho legalmente prescrito de proteção ao próprios municipais e áreas ambientais; a tensão em torno da discussão política do desarmamento de Guardas Municipais; os conflitos ou ambigüidades do guarda em seus papéis concomitantes de servidor público e de agente policial; os conflitos entre guardas e atores sociais fragilizados como camelôs, invasores de áreas urbanas[45] e servidores municipais em greve; a irritabilidade relacionada às incongruências da gestão e organização do trabalho em relação aos processos disciplinares ou aplicações de punições; a irritabilidade e as frustrações relacionadas aos processos de promoção de GMs à função de monitor e aos cargos de coordenação conduzidos pela gestão e organização do trabalho.

b.2) A gestão e organização do trabalho:

Conforme logo acima mencionado, haviam vários aspectos relacionados à gestão e organização do trabalho que puderam ser relacionados ao *stress* dos guardas municipais. Segundo várias das equipes entrevistadas, o *stress* tinha uma relação direta com o perfil e as ações concretas do *"comando"*. Segundo relato de um dos grupos (Equipe de Apoio), haviam *"ordens contraditórias"* que eram vivenciadas como *"estressantes"*. Tal grupo exemplificou tal fala (fala esta repetida por outras equipes a partir de outros exemplos), referindo-se a um episódio já anteriormente comentado no qual o *"comando"* mandara vigiar camelôs em um determinado dia e, nos dias seguintes, teria voltado atrás em relação a tal ordem.

As ordens díspares foram referidas pelo grupo como um aspecto muito mais estressante do que, por exemplo, a exposição às situações de risco ou tensão. Na ocasião da missão de vigiar camelôs o *"comando"* adotava postura cautelosa em função de noticiários de jornal que levantavam suspeitas sobre envolvimento da Guarda Municipal na morte de

[45] O município pesquisado abarcava a maior ocupação ilegal urbana da América Latina, a saber, a ocupação

adolescentes. A equipe em questão queixava-se da postura do mesmo frente à imprensa. Segundo relatou um dos GMs, *"o comando não coloca a cara ao tapa em situações que saem na mídia"*. Independentemente da racionalidade ou justiça de tal queixa, chamava-nos a atenção o fato de que este e muitos aspectos do cotidiano organizacional que envolviam direta ou indiretamente a ação da gestão eram corriqueiramente mobilizadores de reclamações por parte dos GMs.[46]

A menção ao que seria *"contradições"* do *"comando"* ou organização e gestão do trabalho também foi feita em relação a outros episódios. Vários grupos diziam, em tom de queixa, que o *"fazer as coisas certinhas"* não lhes possibilitava reconhecimento e que havia *"cobrança pesada"* em relação a pequenos problemas do dia-a-dia do trabalho.

O tema da punição suscitava fortes críticas à gestão. Ao relatar suas formas de perceber a gestão, vários dos grupos referiram-se a uma ação dirigida a um GM acusado de tráfico de drogas em situação fora do serviço. Ao analisar tal caso, um GM verbalizou descontente: *"não há critério para punição"*. Do ponto de vista do mesmo, haveriam casos onde a punição seria injusta e outros nos quais o *"punido"* receberia *"prêmio"* e não exatamente punição (sic).[47]

O GM referido pelo grupo havia sido deslocado de sua equipe de origem para uma equipe cujo cotidiano de trabalho era visto como tranqüilo pela maioria dos GMs. A questão aqui não é de julgar o GM ou a gestão, e nem tampouco de considerar a acusação sobre aquele e a reclamação dos companheiros como fatos dados ou objetivos, ou melhor, não sujeitáveis à averiguação. O que julgamos interessante mencionar é que tal caso ficou notório nos discursos e nas falas, ou seja, tornou-se um *mito* no interior da cultura organizacional. Imaginário ou real, justo ou injusto, não nos importa decifrar. Importa-nos, isto sim, que tal caso mobilizou intensamente referências à idéia de que haviam *"dois pesos e duas medidas"* por parte do *"comando"* nas ações disciplinares. De forma geral, o caso

---

do bairro Parque Oziel.

[46] Certa feita um dos coordenadores mencionou, em tom de brincadeira, que tratavam-se de *"gemes"*, fazendo um trocadilho com GMs e o verbo gemer.

[47] O guarda em questão apresentava excesso de faltas injustificadas, várias faltas justificadas por atestados médicos e suposto envolvimento com tráfico de drogas (que havia acarretado em sua prisão temporária). Na visão do grupo, tal funcionário, ao retornar às suas atividades, teria sido *"premiado"* (sic) ao ter sido convocado para trabalhar num posto de trabalho de 2ª a 6ª feira, das 7:00 às 15:00h (a maioria cumpria escala de 12/36h, das 8:00 às 20:00h, incluindo plantões alternados nos finais de semana).

foi referido pelas equipes como grave e foi freqüente a queixa de que teria sido tratado com excessiva complacência pelo *"comando"*.

Outros episódios representados pelos GMs como de pequena monta (ex: discussão entre dois parceiros de uma VTR; GM que levou chave da VTR para casa por esquecimento) não teriam sido, segundo os entrevistados, conduzidos de forma semelhante (GMs, em tais casos, eram transferidos para PAVs ou para outros postos de trabalho indesejados). Sendo assim, queixavam-se de *"ausência de um critério estável"* da punições e referiam-se ao caso "mito" para exemplificar porque o *"comando"* lhes parecia responsável pela presença do *stress* na corporação.

Ao referir-se aos *"dois pesos e duas medidas"* presentes nos processos disciplinares ou de punição, um dos GMs ironizou: *"uns são mais iguais do que outros"*. Uma parte considerável do grupo deste GM reiterou a verbalização de que quem fazia o *"trabalho certo"* não recebia *"reconhecimento"* e que, contraditoriamente, haviam GMs que mereceriam ser punidos por ações inadequadas e que não eram punidos (sic). Um dos GMs comentou: *"isto desmotiva e faz a gente relaxar um pouco"*.[48] Ainda segundo outro GM do grupo, a gestão ou organização do trabalho (o *"comando"*) fazia do GM *"uma bomba relógio"* ao adotar tais medidas. Segundo o grupo, tratavam-se de ações contraditórias, incoerentes e injustas.

Um dos grupos que havia mencionado caso de guardas que teriam protagonizado ações *"muito graves"* e que não teriam sido punidos (sic) também mencionou que, no caso da sua equipe, tinha ocorrido o caso de um GM que bateu a viatura (VTR) e que havia sido transferido do trabalho de ronda nas ruas pelo trabalho restrito à vigilância do Parque Municipal. Segundo tal equipe, o mesmo fato teria ocorrido com um GM da Equipe de Apoio que, por sua vez, não foi transferido de posto.[49] Segundo o grupo, tratava-se de uso de critérios diferenciados pela gestão em relação a episódios que deveriam ser tratados com eqüidade. O tratamento diferenciado ou iniqüidade, conforme argumento de Vries (1996) a respeito da motivação e inveja no trabalho, tende a gerar insatisfação e conflitos, ou seja, fatores estressores que foram verificados em tal entrevista.

---

[48] Vide a análise do discurso do GM monitor anteriormente abordada. Segundo o monitor, as incoerências da gestão estavam *"estragando os bons guardas"* (sic).

[49] Conforme apontamos anteriormente, a Equipe de Apoio, reconhecida pela cúpula da gestão e revestida de atributos positivos pela *cultura organizacional*, era também invejada, ainda que isto fosse geralmente negado ou não explicitado.

A postura do comando em relação aos "bicos" também era fonte de irritação. Havia um discurso na organização (dos Diretores e Secretário) contrários a tal atividade. Conforme a visão já mencionada de muitos GMs, apesar da proibição legal do "bico" (tanto para guardas como para policiais de modo geral), o trabalho conjugado ao "bico" era realizado por quem atuava de acordo com a ética (sic): *"GM honesto faz bico"*, dissera um dos entrevistados. Segundo argumento dos GMs, o *"GM corrupto"* não o faria, pois não teria necessidade, justamente por obter renda por meios ilícitos (sic). Tal exemplo foi referido pelo grupo em associação à representação de que os GMs de postura incorreta seriam "aceitos", ao passo que os demais GMs seriam questionados, não raramente de forma exagerada senão injusta (sic).[50]

Alguns GMs também criticaram uma distância dos funcionários do alto escalão em relação à dinâmica e às dificuldades do exercício do trabalho na rua. Segundo um dos GMs entrevistados, havia uma *"ausência do comando na rua"*.[51] Na visão deste GM, o comando não acompanhava e até desconhecia aspectos do trabalho desempenhado pelos guardas. Outro GM considerou que os processos de decisão envolvidos nas tarefas da Guarda Municipal seriam demasiadamente truncados, não ágeis, relacionando esta sua percepção à *"ausência do comando na rua"* referida pelo parceiro.

Os mencionados *"processos"* com os quais trabalhadores de segurança deparam-se na vida profissional mobilizaram distintas declarações dos GMs. Alguns apresentaram verbalizações mais equilibradas e criticaram a postura dos próprios guardas que, por suas atitudes, faziam com que eles próprios tivessem que deparar-se com os *"processos"*. Outros simplificaram a discussão e criticaram somente o *"comando"* alegando, defensivamente, que se tratavam de meras *"birras"* em relação aos GMs. Um dos

---

[50] Salientamos que não era objeto de pesquisa investigar o grau de ilegalidade, impunidade ou corrupção na corporação, mesmo porque tal nos parece muito mais uma função de polícia do que de pesquisa acadêmica. Também não consideramos que nossas argumentações só sejam válidas em função de uma "objetividade" das queixas dos guardas. Do nosso ponto de vista, tais queixas envolviam aspectos subjetivos e objetivos que não serão jamais dissociados ou inteiramente discerníveis. Para nós o mais importante é apontar para aspectos das relações grupo-organização e indivíduo-organização na qual verificavam-se discordâncias, desajustes e desconfianças e, conseqüentemente, *desgaste*.

[51] A queixa era relativa à insuficiência da participação da gestão no sentido do conhecimento e suporte técnico-operacional às ações do *"trabalho de rua"*. Por outro lado, haviam grupos (como os do patrulhamento a pé e do COP) que queixavam-se da participação excessiva do *"comando"* em termos de interferências ou vigilância excessivas. Ainda que possamos hipotetizar senão identificar certo exagero em ambas percepções, avaliamos que as mesmas eram expressões nem sempre suficientemente bem formuladas de um potencial crítico e potencialmente transformatório da *desgastada* realidade sócio-organizacional que sustentava a gestão e organização do trabalho, ou ainda, numa perspectiva mais pessimista, um produto de tal *desgaste*.

argumentos interessantes foi o explicitado por GMs de uma das equipes do parque municipal. Segundo estes, a formação técnico-profissional não os preparava suficientemente para o desempenho do cargo. Tais GMs argumentaram que a maioria dos GMs iniciavam o trabalho despreparados e que tal fato poderia ser um fator explicativo do acúmulo ou excesso de processos envolvendo os guardas. Outros desta equipe e também de outras equipes concordavam com tal crítica, dizendo que o aprendizado se dava na prática, que não havia uma padronização das formas de atuação e que, muitas vezes, só ocorria após cometerem falhas ou equívocos. Ou seja, muitos GMs alegaram que tais falhas ou equívocos muitas vezes ocorriam em função deste despreparo e não em função de problemas éticos da conduta do guarda.

Um dos guardas verbalizou em tom interrogativo: *"o excesso de processos de GMs é um problema dos GMs ?"*. Em seguida completou: *"os problemas ocorrem quando se está em serviço, não exatamente porque o GM é isto ou aquilo"*. Segundo outro entrevistado, o *"comando"* teria o mau hábito de *"achar culpados"* ao invés de *"apurar os fatos"*.

A análise das entrevistas grupais relativas à formação técnico-profissional e as observações cotidianas do pesquisador ao longo de quase três anos de exercício do cargo de psicólogo junto à instituição permitiram apontar para a pertinência da argumentação dos GMs. Vale também mencionar que alguns conseguiam elaborar suas críticas com uma irritabilidade sobre controle. Outros controlavam-na, mas verbalizavam as críticas com ironia. Já outros as verbalizavam com nítida irritação: *"eles querem tudo certinho"*, dizia um deles, *"mas não dão condições !"*. Este GM queixou-se, afirmando que o *"comando"* não agia naquilo que lhe competia, embora cobrasse tal atitude à sua base.

Além do problema das condições técnicas, havia também o problema relativo aos pagamentos e benefícios. A gestão municipal enfrentou diversas greves e, durante dois anos seguidos, os servidores receberam salários sistematicamente atrasados. Os benefícios antes presentes (plano médico, auxílio alimentação, abonos etc) iam tornando-se mais restritos ou com maior custo. O atraso nos salários fomentava práticas de uso de atestados médicos falsos. Tal uso, por sua vez, tornava em sujeitos suspeitos até mesmo os que apresentavam atestados verdadeiros, de modo a prejudicar as relações grupo-organização ou indivíduo-organização. Sendo assim, estabeleciam-se relações de desconfianças mútuas entre equipes

de base e gestão, ou seja, traços de fobia ou paranóia eram assim mutuamente (re)produzidos nos gestores e trabalhadores. Assim, neste contexto relacional mais ou menos deteriorado e "temperado" com atrasos de salários, o trabalho era visto como estressante, tal como verbalizado por um dos GMs: *"trabalha, trabalha, trabalha e dia trinta não tem dinheiro... isso mata a gente"*.

O dia-a-dia do trabalho também envolvia, por vezes, rigidez em relação aos deveres e imposição de aceitação de situações desagradáveis. Uma das equipes relatou que um GM do parque foi punido por que às 7:55h (cinco minutos finais do trabalho) estava na Administração e não vigiando o portão que lhe era designado. Por outro lado, muitos GMs relatavam que não havia horário correto para a *"rendição"* (o termo "rendição" era utilizado para referirem-se à substituição de um GM por outro no horário de mudança de plantão). Sendo assim, queixavam-se das imposições de obediência ao trabalho prescrito, ao mesmo tempo que queixavam-se da não observância dos horários prescritos por parte da gestão.

Em relação à questão do trabalho prescrito e o real verificamos queixas freqüentes em relação às mudanças inesperadas de posto de trabalho. Para a maior parte dos GMs das equipes motorizadas, era estressante vivenciar a dúvida se, no dia de seu plantão, iriam de fato trabalhar na ronda na rua ou se teriam que cobrir algum GM que faltou e que atuava em outro posto de trabalho (principalmente se o posto do faltoso fosse um PAV). Assim, enquanto o imprevisto do "QRU adrenalina" era referido como estimulante, o imprevisto "burocrático" era vivenciado como altamente estressante.

Outra queixa freqüente à gestão ou organização do trabalho era referente aos pedidos de mudança de posto de trabalho. Havia uma representação de que tais pedidos (tais como as punições e promoções) não eram avaliados de forma eqüânime. Para a gestão, não era fácil administrar pedidos relativamente freqüentes e os conflitos e ansiedades a eles relacionados. O desconforto foi verificado dos dois lados: trabalhadores alegavam que aguardavam por meses a fio respostas negativas aos seus pedidos, e a gestão (Coordenação), alegava que havia excesso de rotatividade nos grupos e freqüente insatisfação dos GMs, apesar das suas constantes análises daqueles (sic). Sendo assim, produzia-se nos GMs a idéia de incongruência ou contradição das ações da gestão: por um lado lhes mudavam de posto de trabalho quando assim necessitavam, quer seja por conta de

uma falta, quer seja por conta de uma punição (arbitrária ou não, justa ou injusta). Nestes casos, o GMs não tinham muito o que fazer, a não ser obedecer ou contrapor-se (às custas de *stress* e muitas vezes sem resultado) às *"ordens do comando"*. Por outro lado, a adaptação da organização às necessidades dos GMs (pedidos de mudança de posto de trabalho por questões como horário de estudo, cuidados com familiar doente, distância trabalho-casa etc) não se dava da mesma forma: a organização possuia maior força de resistência aos interesses dos trabalhadores do que os trabalhadores em relação aos interesses da organização. Sendo assim, a tendência era novamente o resignar-se ou o estressar-se. O sentimento geralmente produzido era o de que tratava-se de um descompasso entre exigências (altas) e reconhecimento (baixo), aspecto este que, vale reiterar, parece ser caracterizador tanto da *"natureza do trabalho"* policial, como também da própria *"natureza da organização policial"*.

Muitos GMs também queixaram-se da falta de informações ou de comunicação para o melhor desempenho de suas tarefas. No caso das equipes do parque havia uma queixa freqüente em relação à falta de comunicação entre a Administração do parque e a Coordenação da Guarda Municipal, particularmente em relação aos eventos que ocorriam no mesmo. Os GMs muitas vezes ficavam sem saber dar informações ao público que se dirigia a eles. Tal fato os deixava desgostosos, envergonhados e até mesmo irritados. Eis aí, portanto, um outro exemplo no qual a ausência de prescrições para o trabalho era vivenciada como fator estressante.

Em relação à relação com outros funcionários da Prefeitura também houveram explicitação de queixas nas entrevistas grupais. Foi mencionada uma relação conflituosa com funcionários da área de saúde.[52] Tais funcionários teriam feito *"ameaças"* aos GMs, dizendo que quando estes necessitassem de seus serviços públicos não seriam por eles atendidos.

O conflito com servidores municipais em greve foi vivenciado como estressante pela maior parte dos GMs. A situação por si só era uma situação de tensão. Mas nela havia um aspecto adicional nada negligenciável: tratavam-se de lutas por condições de trabalho que interessavam aos GMs mas que, por ironia da missão que lhes era designada pela

[52] Durante a greve de servidores municipais, a GM foi chamada para ir ao Paço Municipal, onde se concentravam os grevistas (sobretudo funcionários da saúde). Na ocasião, houveram conflitos e até mesmo enfrentamento físico de GMs com grevistas.

gestão e organização do trabalho, deveria ser controlada, senão inibida ou coibida. Muitos GMs julgavam que não deveriam ir, mas iriam desobedecer o "comando" ? A tensão produzida tendeu a ser descarregada nos conflitos (in)evitáveis com os "colegas" servidores e houve caso de GM que teve que pagar cesta básica para um servidor em função de descontrolar-se em tal situação e partir para a briga (o Sindicato o processou e "ganhou" a causa). A situação, portanto, caracterizou-se como *sui generis*, para não dizer esquizofrenizante. Segundo um dos grupos entrevistados, o trabalho de ficar na Prefeitura na ocasião da greve foi descrito como *"ficar contra o pessoal que defende nossos interesses"*. Na opinião anteriormente referida de um de seus componentes, tal situação teria sido a de *"auge do stress"*.

A defesa coletiva do trabalhador face às exigências das ordens do comando na situação da greve dos servidores foi a de representar o servidor como uma espécie de "inimigo", ou seja, tratou-se de uma defesa estereotipada e de potencial patogênico. De modo geral os guardas buscaram situações "objetivas" para justificar o conflito com o Sindicato da categoria da qual também faziam parte. Segundo fala já mencionada de um dos grupos entrevistados, a irritabilidade na tarefa de controle do movimento grevista foi relacionada à *"provocação"* de um *"agitador profissional"* entre os grevistas, "fato" este que foi apresentado como justificativa pelos GMs de sua reação (confronto físico com os grevistas).

Ao comentar o contraste entre as exigências requeridas e as condições ofertadas na organização Guarda Municipal, ou ainda, as incoerências da gestão e organização do trabalho, um dos GMs de um dos grupos entrevistados verbalizou uma indagação representativa dos seus conflitos e do *desgaste* no trabalho que, segundo nossa compreensão, fazia-se presente em outros trabalhadores e grupos, a saber: *"será que vale a pena dar o sangue por isso aqui ?"*.

De modo geral, independentemente da precisão ou exagero dos discursos grupais, verificamos que as referências ao *"comando"* foram sobretudo negativas. Segundo um dos GMs, a cúpula da gestão gostaria *"da Guarda"*, mas não *"dos guardas"*. Ainda em relação ao "comando", um dos GMs disse que o alto escalão trabalhava só pelo *"status"* e *"vantagem financeira"* e não por *"amor"* ou *"dedicação"*. Um monitor de um dos grupos entrevistados criticou a *"centralização excessiva"* por parte do Secretário Municipal de

Segurança. Segundo o mesmo, aquele tinha uma visão, por ele compreendida como equivocada, de que *"secretário resolve tudo"*. Ademais, ressaltou que o trabalho excessivamente centralizado o era *"em pessoa cujo maior fim"* seria meramente o do interesse *"político"* (sic). Tais críticas eram compartilhadas pela maior parte dos GMs e até mesmo manifestada por alguns membros da Coordenação. Do ponto de vista de nossas concepções teóricas, a centralização excessiva relaciona-se ao trabalho patogênico, de forma que pudemos analisar as críticas do GM como pertinentes, senão necessárias.

Segundo outro GM, havia sempre desconfiança do *"comando"* em torno do GM: *"o comando duvida de você, sempre"* (ao referir-se a um roubo de um rádio de comunicação, por eles denominado de HT). Ainda segundo este, seria dada mais importância aos recursos (ex: rádio HT) do que às pessoas. A frustração no trabalho, associada à relação por vezes conflituosa com o comando, levava aos GMs a qualificá-lo como um *"comando alheio"*. Como apontamos, florescia o discurso a respeito de uma *"falta de respaldo"* do comando nos distintos grupos.[53]

Tal discurso também emergia paralelamente à explicitação de receios, tal como observamos nas seguintes falas de um dos participantes: *"respondemos na lei comum"* (...) *"não temos arma cautelada"* (ao comparar-se com a polícia, que teria a cautela de arma). Por outro lado, algumas relações positivas entre os guardas e o prazer em relação à participação em ocorrências representadas como coerentes ao desejado "papel policial" compensavam relativamente a irritação e o *stress*. Como pudemos argumentar, ambas foram relacionadas, pela maior parte dos entrevistados, à concretização da satisfação no trabalho.

Uma das críticas contundentes ao "comando" foi feita quando este colocava o guarda numa situação na qual ele não agia, mas era obrigado a solicitar a ação da polícia. Segundo um dos participantes, haviam ocasiões em que o guarda era visto como *"aquele que disca o 190"*.[54]

---

[53] Reiteramos que tal discurso ou referência é complexa, pois parece conter uma crítica positiva, qual seja, a de uma atuação mais integrada entre planejamento e execução, assim como uma crítica de ética duvidosa, qual seja, a de que o comando teria que se fazer mais presente, no sentido de "arredondar" problemas na delegacia ou mesmo dar respaldo jurídico a "excessos" cometidos por GMs.

[54] O 190 é o número de telefone da Polícia Militar que é utilizado pelo cidadão comum em casos de necessidade do suporte policial.

Os GMs também queixaram-se da inexistência de uma definição e operacionalização de um *"plano de carreira"* na instituição. Os processos envolvendo promoção para a condição de monitor, como havíamos comentado, foi duramente criticado pela grande maioria. O mesmo se deu quando, diante da mudança da gestão municipal, houveram várias promoções de GMs para cargos de coordenação que haviam sido ocupados (na gestão anterior) por homens de confiança do Secretário e não por GMs. Na opinião da maioria, a gestão que assumia a Guarda Municipal reproduzia os dois pesos e duas medidas que a gestão anterior havia praticado em relação às punições e aos pedidos de mudanças de postos de trabalho, desta feita em relação às promoções.

Segundo nossa análise, por mais que relevemos e consideremos os exageros, egocentrismos ou mesmo infantilismos de algumas das reclamações dos guardas, é impossível deixar de atentar para seus aspectos pertinentes, críticos e, vale ressaltar, potencialmente mobilizadores dos problemas relativos tanto à gestão municipal como à realidade sócio-institucional mais ampla. Dito de outra forma, compreendemos ser necessário analisar o *stress* como desgaste sócio-psíquico-organizacional, de modo a não reduzi-lo às dimensões individualizantes que podem se prestar a uma cegueira senão legitimação em torno do *desgaste sócio-institucional*.

Os receios e temores em relação às imprevisibilidades da situação da Guarda Municipal face à mudança de gestão municipal também foi por nós compreendido como acontecimento altamente estressante para a maior parte dos GMs. Ao entrarem em contato com o discurso do candidato a prefeito que veio a ser o vitorioso – discurso que pregava a vigilância nas escolas e não o trabalho de ronda ostensiva, além de enfatizar os limites constitucionais da atuação dos guardas e trazer à tona a discussão da legalidade ou não do uso de armas - muitos GMs expressaram o receio de que a Guarda Municipal fosse *"acabar"* ou de que fossem ficar extremamente vulneráveis (caso tivessem que atuar desarmados). Ou seja, foram mobilizadas receios objetivos, assim como fantasias de aniquilação e de castração.

Segundo nossa compreensão, o clima de indefinição dos rumos da instituição mobilizada durante os períodos eleitoral e imediatamente anterior e posterior à posse do novo prefeito mobilizou tensão e temor na corporação. Vale mencionar que, no início da gestão petista, foram nomeados vários secretários municipais e que o de Segurança só o foi

após quase três meses de governo[55], fato este que fomentou o referido clima. Se tais aspectos (indefinição, temor, tensão) foram verificados na condição conjuntural pesquisada, nunca é demais lembrar que eles também relacionam-se a um dos aspectos mais marcantes do que Castor e José (1998, p.97) definem como *"perversa dinâmica da administração pública brasileira"*, a saber: as reformas e contra-reformas que, por razões eminentemente políticas e partidárias, processam-se em situações de mudança de gestão e, geralmente, em prejuízos à comunidade.

As indefinições da gestão não ocorriam em um contexto no qual o papel das Guardas Municipais estivesse bem delimitado. A discussão jurídico-institucional acerca do poder de polícia e dos limites da atuação dos guardas municipais e da ilegalidade ou legalidade do uso da arma estava na ordem do dia, de modo a incrementar a tensão derivada da particularidade conjuntural da gestão municipal. Nesse sentido, a ambigüidade em relação ao papel do guarda municipal (Paschoal, 2003) era subjetiva e objetivamente acirrada, de modo a agir como importante fator de tensão ou *desgaste*.

Nas entrevistas grupais a maior parte dos guardas referiram-se à ambigüidade na definição do papel ou função do guarda municipal, assim como à ansiedade daí derivada.[56] Como disse um GM, o guarda *"é e não é"* um *"policial"*. Para este, *"essa falta de definição é que deixa todo mundo numa gelada"*.

Nas entrevistas grupais e no cotidiano organizacional os GMs deixavam transparecer uma percepção mais valorizada dos policiais militares do que a que tinham de si próprios. Para a maioria, a condição de poder, de atuação e de identidade profissionais dos policiais militares era desejável para eles próprios enquanto guardas municipais. A comparação não limitava-se à discussão do poder de polícia, nitidamente garantido aos policiais militares e polemizado quando em relação à atuação dos guardas municipais. Tal comparação também envolvia as relações sociais e aspectos aparentemente sem importância do cotidiano. Conforme relato de um dos grupos, os PMs teriam *"regalias sociais"* que os GMs não teriam (sic), tais como usar borracheiros, lavar carros ou lanchar

---

[55] Na ocasião, o Secretário Municipal de Cidadania e Justiça respondeu interinamente pela pasta de Segurança.

[56] Do nosso ponto de vista, estava em jogo em tal situação não somente uma questão jurídico-institucional, mas também uma questão relacionada à *identidade profissional* dos guardas municipais.

gratuitamente em alguns locais da cidade.[57] Além de não gozarem da mesma quantidade de "privilégios" no cotidiano social em comparação aos PMs, o grupo também dizia ser *"mal visto em alguns lugares"*. Em relação ao relacionamento com a população, queixaram-se de que esta os requisitavam quando estavam *"no sufoco"* e, quando não necessitavam, tinham atitude negativa. Um dos GMs verbalizou: *"escorraçam, marginalizam"*. Tais considerações eram feitas, portanto, no sentido de apontar para um *status* social mais positivo dos policiais civis e militares do que dos guardas municipais.

A discussão pública sobre o poder de polícia dos guardas municipais (Paschoal, 2003; Magalhães, 2000; Matos, 1989) era por eles acompanhada de perto e com posicionamento claro: eram a favor de uma Guarda Municipal armada e com poderes semelhantes aos dos policiais. Um ano após a realização da pesquisa, já no exercício da gestão petista, vários GMs foram à Câmara Municipal acompanhar um debate intitulado *"O papel da Guarda Municipal frente o aumento da criminalidade"*. Na ocasião, debateram o tema a prefeita, o ex-Secretário Municipal de Segurança, o Secretário Municipal de Segurança, a Diretora da Guarda Municipal (que viria a ser nomeada Secretária Municipal meses depois), além de representantes das Polícias Civil e Militar e da imprensa. Enquanto a prefeita discursou em prol de uma *"guarda cidadã"*, o ex-secretário defendeu o *"poder de polícia"* da Guarda Municipal, alegando que a esta cabia a defesa do patrimônio municipal e que o cidadão seria o principal componente daquele. O então secretário, por sua vez, disse que não poderia agir *"contra a lei"*, argumentando que à Guarda Municipal cabia somente um *"papel supletivo"* na Segurança Pública. Já a Diretora da Guarda Municipal defendeu as *"decisões técnicas sobre armamento"* e uma *"postura ética e técnica de excelência"*. Tal diversidade de discursos presente nas falas de autoridades que ocuparam e que ocupavam postos-chave da gestão demonstravam-nos, claramente, a delimitação ainda insuficiente dos limites de atuação dos GMs, quer seja por parte da gestão e organização do trabalho, quer seja pelo macrossistema jurídico-institucional.

Em relação à gestão responsável pela formação das primeiras turmas de guardas municipais, defensora da interpretação da legalidade do uso da arma e do *"poder de polícia"* da Guarda Municipal, vale tecer algumas considerações. Apesar da gestão ter pregado tal defesa, a delimitação da atuação dos guardas municipais não era

[57] A pesquisa revelou que haviam guardas que almoçavam gratuitamente em locais onde faziam

suficientemente clara. A própria gestão inicialmente trabalhou com guardas desarmados e, frente a alguns episódios comentados pela *mídia*, adotou discursos e medidas de patrulhamento mais cautelosos. Vale também considerar o lema por ela adotado para a Guarda Municipal, a saber: *energia, cortesia, civismo*. Tal lema envolvia uma certa ambigüidade, na medida que o termo *energia* nos remete a uma ação enérgica, típica do patrulhamento ostensivo e repressivo, ao passo que os termos *cortesia* e *civismo* nos remetem a uma ação preventiva de caráter civil e comunitário. Em outras palavras, tratava-se de uma gestão que defendia tanto a *"energia"* e o *"poder de polícia"*, como também a *"cortesia"*, o *"civismo"* e o *"policiamento preventivo de caráter ético, cívico e sócio-educacional"* (Magalhães, 2000).

Do ponto de vista dos guardas municipais, a defesa de um *"papel suplementar"* da Guarda Municipal era rechaçada pela maior parte das equipes. A defesa do *"poder de polícia"*, por sua vez, era geralmente bem quista. Já a defesa de decisões técnicas sobre armamento era vista ora de forma positiva (no sentido que assim a nova gestão admitia continuidade do uso de arma), ora de forma negativa (no sentido que assim a nova gestão admitia a possibilidade de que em alguns postos de trabalho não fosse feito uso de arma).

Ainda em relação ao evento em questão, vale mencionar a fala de outros participantes: o representante da Polícia Militar, mais distante dos conflitos políticos das autoridades que ocuparam ou ocupavam postos-chave da Guarda Municipal, não temeu em verbalizar que havia uma *"ausência de definição clara na lei"* a respeito do papel das Guardas Municipais. O vereador presente, então presidente da Câmara Municipal, expressou fala semelhante, afirmando que haviam *"controvérsias em relação à lei"*. O representante da PM limitou-se a mencionar que na PM haviam tanto forças especiais para o *"trabalho repressivo"* como outras para o *"policiamento preventivo"*, e que aquela instituição precisava da *"colaboração dos municípios"*. Outro representante da PM defendeu a *"mudança da natureza jurídica das Guardas Municipais"*, de modo que o papel do guarda municipal fosse *"ampliado"*, não limitando-se à *"ação subsidiária à Polícia"*. Já o então Secretário de Defesa de Indaiatuba deixou escapar que, *"devido a escalada da violência, a Guarda foi se desviando um pouquinho dos preceitos constitucionais"*. Desviar *"um pouquinho"* da lei é realmente uma fala "carregada" de ambigüidade. Era em torno

---

patrulhamento.

desse imbróglio jurídico, destas falas díspares dos *"experts"* e da pressão da população (protagonizada pelo discurso do representante da imprensa, que defendia *"mais ação, menos discussão"*) que situavam-se os guardas municipais. Eis aí, portanto, um ponto capital para a compreensão do *stress ocupacional* relacionado tanto à gestão e organização do trabalho, como também à já referida realidade sócio-institucional no qual a primeira se inseria.

A discussão acima pode ser novamente ilustrada por uma das entrevistas grupais. Segundo a visão de um dos participantes de uma entrevista grupal, o trabalho do guarda seria, na prática, um *"trabalho de polícia"*. Porém, disse ele (ao associar sua fala ao tema "frustração no trabalho", tema este "disparado" pelo pesquisador): *"você não é polícia"*. Em outras palavras, os GMs se viam como *"força de segurança"*, diferenciando-a da *"polícia"* e, ao mesmo tempo, consideravam que seu trabalho prático era o "mesmo" da polícia. Ao tratar deste assunto, deixaram claro que, apesar de agir tal como a polícia, não sentiam-se legitimados como tal. Nas palavras de um dos GMs: *"a gente trabalha com as mãos atadas"*.

Segundo o relato do grupo, a população que precisava do trabalho policial tanto pedia como exigia que a Guarda Municipal o fizesse: *"a população não quer saber o que você pode ou não pode fazer"*. Por outro lado, os abordados (os que estão cometendo algum ilícito) não aceitavam a ação "policial" da Guarda, geralmente questionando os limites de seu poder legal de atuação nos distritos para onde eram encaminhados. Ao abordar a dinâmica de relacionamento envolvendo diferentes atores sociais, os GMs explicitaram a frustração por um *"não reconhecimento"* do poder de polícia da Guarda Municipal (sic), ou melhor, a ausência de um reconhecimento mais sólido (legal, oficial, institucional) acerca da legitimidade de tal poder. Ademais, na visão de um dos participantes, não somente as ambigüidades acima relatadas (que seriam relacionáveis à frustração), mas ambas (ambigüidades e frustração), relacionavam-se também a outras problemáticas, estas por ele representadas como *"vícios"* e *"violência"* (sic) e por nós referida como *desgaste* do sistema sócio-jurídico-institucional.

Na visão de outro dos participantes, seria necessário atentar-se à *"realidade"* (referindo-se ao alto índice de criminalidade no município) e efetuar uma *"ampliação do trabalho"* (de forma que este não ficasse limitado à proteção do patrimônio municipal, tal

como apregoa a constituição e a lei orgânica do município). Ademais, considerou tal participante que, no caso de escolas (patrimônio a ser protegido), não havia somente a criminalidade que rondava o estabelecimento, mas também a infração dentro do próprio estabelecimento (alunos ou adolescentes infratores).

As falas acima demonstravam que as contradições do sistema jurídico-institucional e da gestão e organização do trabalho eram vivenciadas, portanto, tanto na ação prática como na dimensão subjetiva e identitária dos guardas municipais. Segundo nossa compreensão, tais contradições favoreciam conflitos nas dimensões das relações sociais e da dinâmica psíquica. Em outras palavras, agiam como fatores estressores nas relações interinstitucionais (Guarda Municipal e as Polícias), nas relações entre gestão e guardas, nas relações intersubjetivas entre guardas (entre equipes, entre monitores e grupos e entre parceiros de viatura) e na experiência subjetiva (conflitos psíquicos relacionados ao confronto de sistemas de valores prévios com sistemas de valores adquiridos a partir dos processos de socialização organizacional, ou ainda, entre impulsos e mecanismos frenadores dos mesmos[58]).

Assim, em relação à questão da polêmica em torno do *"poder de polícia"* das Guardas Municipais, avaliamos que haviam distintos argumentos e interpretações.

A visão favorável encontrava suporte argumentativo no artigo 301 do Código Penal, segundo o qual *"qualquer do povo pode prender o infrator apresentando-o à autoridade policial"* em caso de *"flagrante delito"* (Magalhães, 2000, p.57). Segundo tal visão, ainda que a atividade básica das Guardas Municipais seja a de *"polícia administrativa"* e a sua especificidade o policiamento preventivo, sob a autorização, licença ou solicitação das autoridades competentes *"os guardas municipais podem e devem efetuar prisões em flagrante quando presenciam atos lesivos à ordem jurídica"*; ou seja, podem atuar em cooperação às polícias civil e militar na repressão aos crimes e contravenções definidas em lei (Magalhães, 2000, p.54-57). Ainda segundo tal visão, *"Polícia sem respeitabilidade não é ética, perde a força. E Polícia sem força não é Polícia, é farsa. É uma 'ópera bufa' "* (Magalhães, 2000, p.51).

Já os que defendiam a ação circunscrita à *"proteção dos bens, serviços e instalações"* do Poder Municipal e à vigilância e proteção das *"áreas de proteção*

ambiental" municipais sustentavam sua argumentação sobretudo no artigo 129 da Lei Orgânica do Município (Capítulo II, Seção II, *Da Guarda Municipal*, p.79) e nos artigos 123 a 128 do Capítulo II (*Dos bens municipais e da Guarda Municipal*, p.77-79), Seção I (*Dos bens municipais*), assim como no artigo 190 do Capítulo IV (*Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento*, p.117-119), este último definidor das áreas de proteção permanente. Em ambos os casos, porém, não haviam referências explícitas ao impedimento ou autorização do uso de armas por parte dos guardas municipais..

Do nosso ponto de vista, tratam-se de interpretações plausíveis e de uma discussão jurídica que foge à nossa competência e ao próprio escopo de nossa pesquisa. O que nos parece importante salientar é que verificamos, no país como um todo, a ação das Guardas Municipais nos âmbitos preventivo *e* repressivo, ou ainda, de uma atuação em um contexto de elevação das situações tanto da criminalidade como da crise de recursos públicos. Ademais, no contexto específico do município pesquisado, verificamos que a Guarda Municipal recebeu formação que previa a ampliação da sua atuação legal.[59] Nesse sentido, tendo em vista aspectos objetivos (formação dos guardas; práticas adotadas no país; cultura organizacional; necessidade de maximizar os parcos recursos públicos) e subjetivos (expectativas, medos e desejos dos guardas municipais), julgamos ser tarefa extremamente difícil à gestão dos recursos humanos da instituição limitar a ação do guardas municipais a um papel apenas preventivo ou suplementar. Do nosso ponto de vista, tal possibilidade implicaria em forte resistências dos trabalhadores e em um incremento do grau de *stress* por nós verificado.

Sendo assim, defendemos que a atuação repressiva e o uso de arma sejam possibilitados por liminares, enquanto não se estabelece uma situação legal mais clara e legitimadora do dito *"poder de polícia"* e do combate ostensivo-repressivo à criminalidade por parte das Guardas Municipais. Não obstante, compreendemos, por outro lado, que o papel mais delimitado de proteção dos patrimônios (sobretudo escolas) e das áreas de proteção ambiental já seria bastante significativo. Tal possibilidade, porém, além se caracterizar como viável somente em um contexto distinto do atual (ou seja, em um

---

[58] Estamos nos referindo ao que em Psicanálise convencionou-se denominar conflito intrapsíquico entre as instâncias do *Id* e do *Superego* (Freud, 1923).

[59] De acordo com dados coletados em entrevista com o Coordenador da Academia Preparatória de Guardas Municipais em 30/11/2000 e em 27/12/2000. Vide Apêndice.

contexto com maior amplitude de recursos financeiros para políticas públicas e com menor índice de criminalidade), demandaria, ao nosso ver, tanto uma formação singular e diferenciada da de policiais civis e militares, como uma modificação profunda da cultura organizacional e dos aspectos subjetivos e identitários dos guardas municipais. Ou seja, demandariam transformações da realidade sócio-psíquico-organizacional que não são passíveis de serem alcançadas através de uma ação meramente normativa.

b.2.1) A gestão e a formação técnico-profissional:

Como apontamos previamente, a crítica ao *"comando"* também foi feita em relação ao que foi denominado *"mal preparo"* para a atuação profissional. O insuficiente treinamento de tiro que tiveram no curso preparatório da Academia (dez tiros cada um) foi constantemente referido pelos grupos entrevistados na primeira fase da pesquisa. Segundo relato de um dos grupos, *"70% nunca tinha visto uma arma"* antes do treinamento. Ao criticar tal aspecto da formação, um GM verbalizou: *"não há treinamento a altura"*.

Dada a reiteração de tal tema e a relevância deste aspecto da gestão, relevância esta ainda mais significativa pelo fato desta pesquisa ser desenvolvida junto à Faculdade de Educação da UNICAMP, julgamos pertinente aprofundar a compreensão acerca deste ponto específico da gestão, de forma a melhor analisar sua potencialidade enquanto fator de *stress*. Como explicitamos anteriormente, várias equipes foram novamente solicitadas a colaborar com a pesquisa, respondendo a um segundo questionário nos quais avaliaram e sugeriram aprimoramentos e/ou inserção de treinamentos e atividades práticas e teóricas desenvolvidas tanto no Estágio de Formação como nos Cursos de Reciclagem. Logo após responderem a tal questionário submeteram-se a uma discussão grupal sobre os pontos nele abordados.

Nesta fase da pesquisa, foi possível verificar que grande parte da irritação dos guardas municipais relacionava-se aos anseios de aprimoramento das condições de trabalho e da formação técnico-profissional, assim como à descrença em relação aos interesses da nova gestão tanto em atender a tais anseios como também de defender uma modalidade de policiamento não somente preventiva, mas também repressiva. Apesar da irritabilidade e da descrença de alguns em relação à gestão, os grupos entrevistados demonstraram interesse e capacidade em apresentar sugestões no sentido do incremento da sua competência e do seu profissionalismo. Nesse sentido, a forma por vezes estressada através da qual verbalizaram

suas queixas não deve ser, segundo nossa compreensão, compreendida como sintoma de desajuste do indivíduo à organização, mero queixume, ou ainda, patologia motivacional de caráter individual e sem relação com o contexto sócio-institucional. Segundo nossa compreensão, a atitude de irritação sinalizava um *desgaste* das formas mais diplomáticas de resistência aos problemas da gestão e caracterizava-se como uma espécie de reflexo da realidade sócio-institucional igualmente *desgastada*.

A escuta mais acurada do sujeito estressado a partir da conceituação do *stress* como fenômeno político, subjetivo-coletivo e organizacional nos possibilitou, em certa medida, "limpar" a comunicação distorcida e assim "enxergar", no discurso desesperançoso e/ou irritadiço-agressivo de alguns guardas municipais, possibilidades não vislumbradas caso nos mantivéssemos fixados aos seus aspectos manifestos. Compreendemos que nas entrelinhas da irritação e da desesperança haviam não somente anseios ainda "vivos", mas propostas de encaminhamentos efetivamente pertinentes e necessários no sentido do aprimoramento da formação técnico-profissional e da transformação institucional. Os grupos apontaram tanto para possibilidades de mudanças relativas às práticas de formação e reciclagem, como também de mudanças relativas à organização do trabalho, particularmente no que diz respeito às medidas que poderiam vir a ser tomadas no sentido da socialização de conhecimentos sobre aspectos práticos das ocorrências do cotidiano de trabalho.

Dito de outra forma, foram sugeridas medidas que tinham o potencial de mobilizar a estruturação de processos de comunicação mais eficazes, em detrimento das comunicações distorcidas e dos conflitos verificados nos distintos níveis relacionais (entre distintos grupos ou equipes de trabalho, entre monitor e grupos, entre parceiros e até mesmo entre a Guarda Municipal e outras instituições).

Esta referência às discussões sobre atividades e procedimentos do cotidiano de trabalho já havia sido apontada na primeira fase da pesquisa por parte de uma das Equipes de Apoio. Segundo esta, havia a necessidade de maior comunicação, diálogo e reflexão sobre as ocorrências. Tais discussões, segundo aquele grupo, poderiam contribuir para o estabelecimento de *"normas"* no trabalho. Segundo tal grupo, as normas poderiam evitar situações de *"indecisão"* e deveriam ser *"maleáveis"*. Como foi anteriormente apontado, tal grupo relatou que conversas e o entrosamento grupal eram fatores importantes tanto

durante a ocorrência como também após as mesmas, no sentido do desenvolvimento de reflexões e habilidades para se lidar com as mesmas. Ademais, o entrosamento e as conversas também seriam eficazes no sentido de evitar o *stress*: *"isso é bom e evita o desgaste"*, verbalizaram. Ainda segundo o grupo, tratavam-se de conversas que envolviam um falar/comunicar-se antes da ação e também de um falar/comunicar-se que ocorria posteriormente à primeira, ou seja, uma avaliação dos procedimentos e atitudes envolvidos na ação.

Para melhor embasar nossa compreensão acima explicitada, faz-se necessário apresentar alguns dados sobre a avaliação curricular realizada por guardas municipais através dos questionários e das entrevistas grupais que foram por nós sintetizados.

No questionário utilizado haviam questões fechadas e abertas.[60] A primeira questão buscava verificar quais eram as disciplinas que eram compreendidas como prioritárias para o Curso de Formação da Academia Preparatória de Guardas Municipais. Na ocasião o currículo era composto de um total de catorze disciplinas. De acordo com o então Coordenador da Academia Preparatória de Guardas Municipais por nós entrevistado, a proposta curricular incluía disciplinas que eram ministradas em distintas instituições policiais[61], a saber: *Preparação Policial Básica – Ordem Unida* (PM); *Pronto-socorrismo* (PM, PC, GCM); *Armamento e Tiro Defensivo*[62] (PM, PC, GCM); *Ética Profissional* (PM, PC, GCM); *Língua Portuguesa* (PM); *Atividades Policiais* (PM, PC, GCM); *Educação Física e Defesa Pessoal* (PM, GCM); *Meio-Ambiente* (PM, PC, GCM); *Prevenção de Incêndio* (PM); *Organização Policial* (PM, PC, GCM); *Noções Gerais de Direito* (PM, PC, GCM); *Direção Defensiva*[63] (PM, PC, GCM); *Geografia Urbana*[64] e *Noções de Psicologia*[65]. Tal grade curricular foi montada, segundo o referido Coordenador, tendo em

---

[60] Este segundo questionário foi aplicado a 215 guardas municipais de um total de 14 equipes. Vide questionário no Apêndice e considerações preliminares sobre os procedimentos desta segunda fase da pesquisa no Capítulo I, *A Pesquisa*.

[61] Em parênteses logo após o nome de cada uma das disciplinas são mencionadas as siglas das instituições nas quais as mesmas eram ministradas, a saber: PM, para Policia Militar; PC, para Polícia Civil; GCM, para a Guarda Civil Metropolitana de São Paulo.

[62] Na PM e na PC também se inclui *Tiro Ofensivo*, não presente na Academia Preparatória de Guardas Municipais por nós pesquisada.

[63] Na PM e na PC também se inclui *Direção Ofensiva*, não presente na Academia Preparatória de Guardas Municipais por nós pesquisada.

[64] Disciplina exclusiva da Academia Preparatória de Guardas Municipais por nós pesquisada, ministrada pela Endec, órgão público responsável pela administração da engenharia de tráfego do município.

[65] A inclusão da disciplina *Noções de Psicologia* no Curso de Formação da 4ª turma (1999) se deu em função do ingresso do pesquisador no cargo de psicólogo da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de

vista as especificidades da função do guarda municipal, assim como a possibilidade de ampliação da mesma.

Dentre o rol das catorze disciplinas, seis delas foram apontadas como prioritárias por mais de 70% dos entrevistados, a saber: *Armamento e Tiro Defensivo* (89.76 %), *Educação Física e Defesa Pessoal* (86.51%), *Noções Gerais de Direito* (80.90%), *Pronto-socorrismo* (73.48%), *Atividades Policiais* (73.48%) e *Ética Profissional* (73.02%). A disciplina menos assinalada (única com porcentagem abaixo dos 40%), foi a de *Meio Ambiente* (37,67%), seguida pela de *Prevenção de Incêndio* (41,86%).[66]

Dentre as disciplinas apontadas como necessárias de serem incluídas no Curso de Formação foram mencionadas várias, a saber: *Operação de Rádio, Atendimento ao Público, Direção Defensiva Prática, Direção Ofensiva, Ciência Política, Organização Social e Política Brasileira, Defesa Civil, Legislação de Trânsito, Legislação do Consumidor, Direitos Humanos, Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito para Guardas Municipais, Natação, Sociologia, Economia, Psicologia das Relações Humanas, Táticas de Abordagem, Técnicas Policiais, Uso da Tonfa, História do Brasil, Educação Moral e Cívica, Oratória, Mecânica, Informática* e *Religião*. Vale mencionar que, neste item do questionário, a maioria dos guardas não mencionou disciplinas a serem incluídas (tal como foi solicitado), repetindo as opções do item anterior. As disciplinas aqui indicadas foram apontadas pela minoria que respondeu de forma adequada. Não obstante, foram mencionadas várias possibilidades que de fato se fazem presentes na grade curricular de outras Guardas Municipais.

Segurança Pública. Posteriormente, na ocasião do Curso de Formação da 5ª turma (2000), o título da mesma foi alterado para *Noções de Psicanálise, Psiquiatria e Saúde Ocupacional*. Vale mencionar que a disciplina de Psicologia também se fazia presente na grade curricular de outras Guardas Municipais (vide Apêndice e também informações sobre a pesquisa de currículos de Guardas Municipais no Capítulo I, *A Pesquisa*), com títulos como *Relações Humanas* (Rio de Janeiro), *Relações Interpessoais* (Curitiba), *Psicologia Social e Relações Humanas no Trabalho* (Santo André, São Paulo), ou simplesmente *Psicologia* (Guarulhos, Piracicaba). Na Polícia Militar do Estado de São Paulo, a disciplina era então intitulada *Psicologia e Dinâmica de Grupo*.

[66] Tal dado revelava que uma das missões constitucionais da Guarda Municipal (vigilância das áreas de proteção ambiental) não era vista como aspecto primordial do trabalho. Do nosso ponto de vista, tal negação não se dava gratuitamente, uma vez que tal tipo de atividade, além de já contar com aparatos policiais especializados (Polícia Florestal e Corpo de Bombeiros), necessitaria também de conhecimentos específicos sobre condições e legislação ambiental que geralmente não se faziam suficientemente presentes nas grades curriculares das Guardas Municipais do nosso país. Já segundo a opinião do Coordenador da Academia, as disciplinas que viriam mais de encontro à especificidade do trabalho do guarda municipal seriam as de *Direito*, *Geografia Urbana* (esta apontada por 52,09% dos guardas) e a de *Meio Ambiente*. O Coordenador

Dentre as disciplinas apontadas como necessárias de serem incluídas no Curso de Reciclagem, destacamos as com maior número de registros, a saber: *Armamento e Tiro* (56 registros), *Educação Física* (28), *Direito* (22), *Defesa Pessoal* (13) e *Pronto-socorrismo* (6) e *Ética Profissional* (5).[67]

Já dentre as disciplinas que poderiam melhorar a qualidade de vida no trabalho, foram mencionadas as de *Educação Física* (56 registros), *Psicologia* (14), *Ética Profissional* (9) e *Defesa Pessoal* (3). Vale ressaltar que a maioria dos guardas considerou que a qualidade de vida no trabalho dependeria de vários outros aspectos e não exatamente de cursos ou conhecimentos. Segundo nossa compreensão, de fato a qualidade vida no trabalho depende sobretudo de mudanças na realidade sócio-institucional e não apenas de alterações específicas da grade curricular e dos programas de treinamento. Não obstante, destacamos aqui a pertinente consideração da necessidade de melhor preparo nos âmbitos da ética e das condições físicas e psicológicas.

Dentre as disciplinas apontadas como necessárias para a função de proteção dos bens, instalações e serviços municipais destacamos as de *Direito* (21 registros) e a que foi por nós intitulada, a partir da linguagem dos GMs, como *Limites de atuação do guarda municipal* (16). Acrescentava-se a estas as disciplinas de *Geografia* (10) e *Ética Profissional* (7). Vale mencionar que este item não foi respondido por alguns e considerado, por outros, como algo que não se relacionava à função de guarda municipal ! Não obstante, a maioria dos GMs respondentes requisitava melhor conhecimento de seus direitos, deveres e limites de atuação no contexto dos próprios municipais. Tal requisição envolveria as disciplinas de *Direito* e *Ética Profissional* e, sobretudo, a que foi categorizada como *Limites de atuação do guarda municipal*.

Havia uma irritação em relação à ambigüidade ou insuficiente delimitação dos limites de atuação do guarda municipal (fato este por nós compreendido como extremamente compreensível, dada as polêmicas jurídicas e os problemas no cotidiano de

---

também considerou fundamentais, desde que a Guarda Municipal realize o patrulhamento de rua, as disciplinas de *Tiro Defensivo*, *Atividades Policiais* e *Prevenção de Incêndio*.

[67] Foram relacionadas apenas as três disciplinas mais requisitadas por cada equipe. Como já apontado anteriormente, nas entrevistas com os grupos, após aplicação dos questionários, também foi recorrente a referência às atividades de discussão e/ou simulação de ocorrências (condizente com conhecimentos geralmente ministrados na disciplina intitulada *Táticas e Técnicas de Abordagens*).

trabalho antes mencionados) que foi verificada nas entrevistas grupais e no cotidiano organizacional.

No item logo acima referido do questionário os guardas também requisitaram conhecimentos sobre os próprios municipais e suas localizações, assim como orientações do como deve o GM nele trabalhar e do como melhor se relacionar com alunos, professores e diretoras de escolas (reivindicações estas condizentes aos conteúdos das disciplinas de *Geografia Urbana* e de *Relações Humanas*).

Dentre as disciplinas apontadas como necessárias para a função de vigiar e proteger as áreas de proteção ambiental, foram mencionadas sobretudo as de *Meio-ambiente* (88 registros) e *Direito Ambiental* (51).

No primeiro caso, os guardas se referiram a questões diversas, tais como: localização, definição, caracterização e reconhecimento das áreas de proteção ambiental; conhecimentos diversificados sobre meio ambiente, biologia, ecologia; identificação de poluentes; prevenção e combate a incêndio em áreas florestais; formas de abordagem de munícipes contraventores; formas de conscientização da população etc.

Em relação ao Direito Ambiental, mencionaram aspectos como legislação ambiental, procedimentos legais do patrulhamento em áreas de proteção, tipificação de crimes ambientais, limites e deveres da atuação do guarda municipal etc.

Foram ainda mencionadas as disciplinas de *Prevenção a incêndio em áreas de proteção ambiental* (10 registros) e de *Combate a incêndio em áreas de proteção ambiental* (4). Vale ressaltar que este item não foi respondido por alguns e considerado, por outros, como algo que, tal como o anterior, não se relacionava à função de guarda municipal ! Porém, quando respondido, incluiu, como explicitamos acima, um número significativo de sugestões pertinentes. De fato, para o exercício de tais atividades seria necessário, tal como reivindicaram, conhecimentos mais aprofundados sobre legislação ambiental, direitos, deveres e limites de atuação no contexto das áreas de proteção ambiental municipais, assim como melhores conhecimentos sobre suas localizações, problemáticas criminais nelas geralmente existentes, formas de identificá-las e formas de encaminhamento das medidas cabíveis (conteúdos estes por nós compreendidos como condizentes sobretudo com as disciplinas de *Direito*, *Direito Ambiental*, *Ética Profissional*, *Geografia Rural* e *Meio-ambiente*).

O questionário também possibilitou realizar um levantamento acerca das sugestões dos GMs em relação aos conhecimentos específicos que deveriam ser priorizados conforme a equipe de trabalho.

A Equipe Motorizada considerou que seriam prioridade os conteúdos relativos às disciplinas de *Geografia Urbana* (9 registros), *Abordagens Policiais* (9) e *Direito* (5).

A Equipe do patrulhamento a pé julgou prioritária as disciplinas de *Pronto-socorrismo* (9), *Direito* (4) e *Táticas de Abordagens* (4).

A Equipe Escolar elegeu *Relações Humanas* (12) e *Geografia Urbana* (6).

A Equipe de telefonia (COP) apontou para a prioridade do que denominaram *Operação de Rádio e Telefone* (9), além de também mencionarem *Geografia Urbana* (4), *Atendimento ao Público* (2), *Ética Profissional* (2) e *Informática* (2).

Por fim, a Equipe Lagoa (responsável pela vigilância de um freqüentado Parque Municipal) mencionou as disciplinas de *Atendimento ao Público* (6), *Pronto-socorrismo* (7) e *Meio-ambiente* (6).

As sugestões relativas a conhecimentos específicos conforme as particularidades do trabalho de cada equipe nos pareceram pertinentes e bem justificadas. A disciplina de *Relações Humanas* sugerida pela Equipe Escolar tinha como foco a busca de uma relacionamento mais harmônico e mais regrado entre os GMs e alunos, professores e diretores das escolas municipais, uma vez que as relações cotidianas dos guardas com estes atores sociais era geralmente uma significativa fonte de dúvidas e/ou conflitos, ou seja, de situações propiciadoras de sintomas de *stress*.

A sugestão de *Atendimento ao Público* das equipes Lagoa e COP referiam-se ao como lidar e se comunicar com munícipes em situações de urgência, risco e tensão, situações estas cotidianamente enfrentadas por ambas nos seus trabalhos e, geralmente, às custas de *stress* (sobretudo no caso do COP).

Já as equipes motorizadas e a pé, que no dia-a-dia se encarregavam mais freqüentemente do que as anteriores do trabalho de caráter de repressão a flagrantes de delitos, também requisitaram disciplinas (*Abordagens Policiais* e *Táticas de Abordagens*) cujos conteúdos nos pareceram coerentes às suas especificidades de atuação. Vale também ressaltar que a menção à disciplina de *Direito* foi por eles justificada justamente pelo fato de haver dúvidas quanto os deveres e limites de atuação dos guardas municipais em tais

tipos de ocorrências; ou seja, os guardas de tais equipes percebiam que havia uma necessidade de adquirir conhecimentos que pudessem reduzir as ambigüidades relativas ao papel do guarda municipal, ambigüidades estas que, conforme nossa argumentação (apoiada na literatura norte-americana sobre o trabalho policial e na análise dos dados de nossa pesquisa), eram também significativa fonte de *stress*.

Também realizamos um levantamento acerca de conhecimentos ou atividades que deveriam ser continuamente oferecidos. Os GMs apontaram sobretudo para atividades voltadas à preservação ou desenvolvimento de capacidade física, a saber: *Educação Física* (90 registros) e *Defesa Pessoal* (46). Apontaram também para a importância de *Armamento e Tiro* (19), *Direito* (8) e *Técnicas Policiais* (2). No caso deste levantamento, foram relacionadas apenas as três mais requisitadas por cada equipe.

As referências ao *Direito*, *Técnicas Policiais* e *Armamento e Tiro* foram feitas no sentido de poderem servir como conhecimentos e técnicas voltadas ao aprimoramento das ações de atendimento às ocorrências de flagrante delito. Sugeriu-se que, a partir de tais disciplinas, fossem realizadas freqüentes discussões sobre ocorrências, ou seja, que os aspectos legais e técnicos fossem abordados de forma diretamente relacionada ao trabalho concreto. Tais sugestões demonstraram a conscientização dos guardas a respeito da necessidade de boa condição física para o exercício de suas funções, assim como o desejo de exercício de uma atividade policial repressiva e armada. Ademais, também revelaram a presença de um argumento que nos pareceu bastante pertinente, a saber, o de que a formação técnica deve voltar-se a um permanente diálogo entre teoria e *práxis*.

Também foram pesquisadas as preferências por temas previamente sugeridos pelo pesquisador no sentido do desenvolvimento de atividade grupais pelo setor de Psicologia. Dentre os temas sugeridos foram considerados prioritários os de *Saúde mental e trabalho em guardas municipais* (36.59%), *Informações sobre stress e suas formas de controle* (30.32%) e *Poder, auto-estima e identidade em guardas municipais* (29.57%). Já os temas *Orientações sobre problemáticas familiares e de educação dos filhos* (2.25%) e *Delinqüência social* (1.25%) foram considerados relevantes por um número reduzido de GMs. Tais opções nos permitiram inferir que as problemáticas de saúde e de *stress* tendem a serem relacionadas muito mais aos aspectos coletivos do trabalho e da vida profissional do que aos aspectos familiares e da vida privada. Tal percepção dos GMs condiz com nossa

análise sobre o *stress* como fenômeno intrinsecamente relacionado à realidade sócio-institucional e profissional, assim como à nossa crítica às abordagens individualizantes de tal fenômeno.

A análise dos questionários permitiu que chegássemos a algumas conclusões que foram reforçadas pelas análises das entrevistas grupais realizadas após a aplicação do primeiro.

Verificamos que as disciplinas de *Armamento e Tiro*, *Educação Física e Defesa Pessoal* e *Direito* foram consideradas essenciais para o exercício profissional e deveriam, na opinião dos GMs, se fazer presentes no curso de formação, na reciclagem a até mesmo em atividades contínuas. Neste último caso, destacou-se sobretudo a opção por *Educação Física.*

A disciplina *Ética Profissional* foi referida por várias equipes, indiscriminadamente, no sentido do guarda melhor conhecer os limites e deveres de sua atuação legal.

A disciplina de *Geografia Urbana* (específica de uma polícia municipal) apresentou importância de grau mediano no total das equipes pesquisadas. Verificou-se que esta disciplina era vista como essencial para algumas equipes (Motorizada, COP) e como secundária pelas demais equipes pesquisadas.

A disciplina de *Meio Ambiente* foi vista praticamente como desnecessária. Por outro lado, foi justo em relação a esta que um número limitado de GMs (sobretudo Equipe da Lagoa) fez mais sugestões. Como apontado acima, estas apontavam para melhor conhecimentos sobre as áreas de proteção ambiental e sobre os bens, instalações e serviços, sobretudo no que concerne às suas localizações, caracterizações e definições, assim como sobre os limites e deveres de atuação do guarda municipal em ocorrências verificadas em ambos os contextos.

As disciplinas de *Relações Humanas* (Equipe Escolar) e *Atendimento ao Público* (COP, Equipe Lagoa) foram mencionadas como importantes para um melhor relacionamento interpessoal no trabalho (entre GMs e entre GMs e munícipes), ou seja, a demanda pelas mesmas era feita no sentido de poderem lidar com maior auto-controle com as situações e pessoas em estado de tensão e/ou desequilíbrio.

Portanto, os guardas requisitaram, de modo geral, conhecimentos a serem administrados que pudessem ser aplicados à prática ou que lhes possibilitassem melhor

encaminhar ou lidar com as ocorrências e ações profissionais do dia-a-dia, ou ainda, com as situações que lhes eram potencialmente estressoras.

De modo geral as escolhas e sugestões nos indicaram que os guardas reivindicavam conhecimentos condizentes a uma ação mais abrangente que a mera vigilância de patrimônios municipais e áreas de proteção ambiental. Dito de outra forma, elas indicavam a busca de uma identidade profissional simbolicamente similar às de outras categorias policiais. Não obstante, embora alguns relutassem em apontar para especificidades do trabalho do guarda municipal em comparação à de outras categorias policiais, muitos julgaram que seria pertinente a delimitação mais precisa dos seus deveres e limites.

Assim, verificamos que, apesar da irritação de alguns em relação aos limites legais de atuação profissional e do discurso conservador de que direitos humanos seriam uma espécie de defesa dos *"direitos de bandidos"* (sic), o *desgaste* da capacidade crítico-reflexiva não era absoluto mas, pelo contrário e, dialeticamente, também elemento mobilizador de busca de aprimoramento da postura ética no trabalho.

De modo geral, esteve subjacente às escolhas e sugestões a idéia de que o guarda municipal deve ser alguém preparado tanto para funções similares à dos policiais de modo geral (daí as referências aos cursos de *Armamento e Tiro*, *Abordagens Policiais*), como também às funções mais específicas de uma polícia comunitária e municipal (funções estas que assumem particularidades conforme a equipe de pertença e/ou atuação). Ou seja, reivindicavam uma identidade profissional que integrasse poderes e habilidades técnicas das outras categorias de policiais com especificidades de uma polícia preventiva e comunitária de ação municipal. A negação da primeira possibilidade e os discursos que enfatizavam apenas a segunda eram geralmente motivos de irritação, crítica e *stress*.

Outros importantes elementos de análise surgiram nas entrevistas grupais que sucederam a aplicação dos questionários. Numa das primeiras entrevistas realizadas junto à uma das equipes motorizadas, um dos GMs presentes no grupo (total de 24 participantes), questionou o pesquisador de forma tensa ou irritada (aspecto este não vivenciado em nenhum momento da primeira fase da pesquisa). Na ocasião, tal GM questionou se seria ético o *"uso"* (sic) que o pesquisador estaria fazendo deles para fins de realização da pesquisa. Além deste questionamento individual, houveram também alguns GMs que negaram-se a responder o questionário (sendo que isto havia ocorrido com apenas um GM

no caso da primeira fase da pesquisa). Após o pesquisador reiterar a liberdade de participar ou não e dialogar como o grupo, outros participantes relativizaram a fala do GM e apresentaram suas compreensões do porquê ele e outros estavam irritados.

O grupo relatou que não acreditava que reivindicações da formação técnica pudessem ser atendidas e expressou que estavam insatisfeitos com a gestão municipal recém-empossada. Um dos GMs ponderou: *"não é uma coisa pessoal com o Sr"*, comentando que estavam todos *"na defensiva"* em relação à gestão petista e que tal atitude estava "transbordando" para aquela situação. Embora soubessem que o pesquisador era um servidor e não um sujeito ligado politicamente a gestão *x* ou *y* e que, ademais, realizava a pesquisa não por ditames institucionais, mas por interesse profissional autônomo e de acordo com o consentimento dos mesmos, havia uma transferência (processo inconsciente), na qual o psicólogo da instituição (pesquisador), representado como "Dr.", ocupava um lugar simbólico de alguma forma relacionado ao dos "doutores" da gestão com o qual se debatiam (Secretário, Diretor, Coordenadores). Neste sentido, fazia-se compreensível que alguns adotassem postura questionadora, senão irônico-agressiva, similar a que tinham em relação à gestão.[68]

Apesar das referidas ponderações expressas por tal grupo, houveram "sugestões" com boa dose de ironia, tal como uma que solicitou um curso de *"como eliminar o PT"* (sic). Em um dos itens do questionário (V) - relativo a "proteção dos bens, patrimônios e serviços" - um GM respondeu: *"aprender a se comportar como uma estátua, sempre inerte, só olhando"* (este GM também "solicitava", no item I, *"técnicas de guerrilha urbana"*); um outro GM pedia, já em tom moderado, mas igualmente insatisfeito, *"compreensão por parte de quem administra esta instituição para que o guarda possa trabalhar com segurança"* (tal fala revelava o temor que a então gestão propusesse o trabalho desarmado). Um terceiro apontava para o esclarecimento dos *"significados"* dos termos *"proteção"*, *"bens"*, *"instalações"* e *"serviços"*. No item IV (relativo a

[68] Em certa ocasião, um GM que era proveniente do Exército e que exercia liderança nas reivindicações que os GMs apresentavam à gestão, chegou a discutir de forma intensa com o Secretário Municipal. Tal fato ocorreu na ocasião de uma greve dos servidores nas quais houve adesão dos guardas (sendo que na gestão anterior haviam ocorrido várias greves e nenhuma tinha sido aderida pelos GMs) e solicitação de exoneração do Secretário. Tal reivindicação era instigada pelo discurso adotado pelo então secretário em relação ao *"papel suplementar"* da Guarda Municipal na Segurança Pública, discurso este que enfatizava os preceitos da lei municipal que restringia a ação da Guarda Municipal à proteção dos bens, patrimônios e serviços municipais.

conhecimentos ou disciplinas que pudessem melhorar a qualidade de vida no trabalho), foram citadas *"melhorias salariais"* e *"retaguarda jurídica"*.

Não obstante as irritações (de intensa a moderada), também foram feitas sugestões em tom ameno, tais como a de realização de dinâmicas de grupo, simulações de situação profissional, análise de ocorrências verídicas, orientação para lidar com público em situação de risco e relações humanas no atendimento ao público.

Esta primeira entrevista deixou claro que, embora a situação construída pelo pesquisador visasse enriquecer os dados da pesquisa a partir da avaliação da formação técnico-profissional e, por extensão, contribuir (ao menos potencialmente) para ações no sentido do interesse dos trabalhadores, o significado atribuído a ela por alguns GMs não foi exatamente este. O resultado curioso foi o de que, no bojo das intencionalidades do pesquisador de estabelecer um diálogo racional e propositivo em relação à formação técnica, surgiu uma situação (parcialmente) inesperada e relacionada ao objetivo primordial da pesquisa (estabelecer possíveis relações entre gestão e *stress*), a saber: a postura irritada e/ou irônica de alguns GMs.

Tal situação se repetiu, ainda que de forma diferente e mais amena, nas entrevistas com outras equipes. Sendo assim, esta segunda fase da pesquisa serviu tanto ao propósito original de levantar sugestões e avaliações a respeito da formação técnico-profissional, como também de criar, mais uma vez, um espaço para discussão dos vários aspectos da gestão e organização do trabalho que eram vivenciados pelos guardas municipais enquanto agentes estressores (ou seja, tal discussão não ficou limitada ao aspecto mais específico da formação técnico-profissional).

Numa segunda entrevista com outra equipe motorizada (25 participantes), o grupo foi mais receptivo do que o anterior, possivelmente em função da forma como o pesquisador introduziu a atividade e, também, em função de sua própria dinâmica. Tal grupo levantou questões críticas e propositivas inclusive em relação ao instrumento utilizado (questionário).

Um dos GMs do grupo fez várias considerações e sugestões relacionadas ao questionário, verbal e individualmente, após encerrada a atividade. Este considerou que a *"qualidade de vida"* (item IV) não seria garantida por *"matérias"* da formação, mas sim através de *"respeito ao funcionário"* e de inexistência de *"guerra de nervos"* (sic);

ademais, também vinculou melhor qualidade de vida a *"salários melhores"* e *"equipamentos melhores"*.

O referido GM também sugeriu atividades do tipo debates sobre ocorrências (sob a coordenação de alguém com experiência prática e que fosse respeitado pelos guardas, ressaltando que a condução de tal sugestão por porta vozes do *"comando"* e de seus membros não seria adequada, dada a então atitude defensiva da maioria dos GMs em relação aos mesmos). O GM também levantou a necessidade de uma formação que fosse ao campo prático. Exemplificou dizendo que, no caso de conhecimentos relativos à *Geografia Urbana*, pudessem ser realizados exercícios práticos para melhor conhecimento da cidade, tal como o de GM ter que, a partir de um determinado ponto-região da cidade, traçar a melhor trajetória para chegar a dois ou três próprios municipais (ao relatar tal sugestão, mencionou sua experiência de trabalho no Correio e em outras funções nas quais, ao ter que indicar trajetórias, teria aprendido a conhecer muito bem a cidade) (sic). Relatou também que seria interessante trabalhar formas adequadas de abordar *"doente mental"* em ocorrências, defendendo a assunção de uma postura antes persuasiva do que enérgica ou intimadora.

Seguindo em sua linha propositiva, tal GM também sugeriu aspectos que fugiam à questão curricular ou de formação e que adentravam às questões relacionadas à organização do trabalho, tais como: possibilitar o GM usar sempre a mesma arma e cuidar ele mesmo dela; não colocar o GM trabalhando em local muito próximo ao da própria moradia; deixar o GM por tempo mais prolongado possível em uma determinada região, de modo a conquistar confiança e entrosamento efetivo com a comunidade.

O mencionado guarda municipal sugeriu também aulas de *Direito* contínuas e relacionadas às distintas ocorrências vivenciadas por cada um dos GMs no cotidiano. Ressaltou também que deveria haver não somente *"prevenção a incêndio"*, mas também *"combate a"*, argumentando que, quando haviam ocorrências para a qual eram chamados, geralmente o incêndio já estava acontecendo. Por fim, admitiu que suas sugestões, além de serem uma colaboração à atividade, caracterizavam-se como um *"desabafo"* (sic).

Neste caso particular, havia embutida uma expectativa e esperança de que o pesquisador tivesse forte poder de influência e de convencimento sobre a gestão, ou ainda, que a gestão pudesse melhor escutar o que seria de alguma forma por ele comunicado do

quê o que era comunicado, informal e diretamente, pelos GMs no cotidiano. Em outras palavras, o *desgaste* da relação indivíduo-organização não fazia sucumbir as esperanças e os desejos de fazer valer suas sugestões, ainda que o GM interpretasse que a viabilização das mesmas dependesse de um terceiro, ou melhor, da intermediação do então psicólogo da instituição.

Nos questionários, destacou-se duas considerações distintas relativas ao item V (proteção das instalações, bens e serviços): um GM escreveu que estas seriam as *"verdadeiras funções"* e outro que *"o trabalho não se limita a isso"*. Tais considerações díspares demonstravam o quanto que o reiterado pedido de delimitação dos deveres e direitos relativos à função dos guardas municipais era de fato algo necessário de ser realizado de forma série, contínua e aprofundada. Também no item VI (proteção ambiental) destacou-se a opinião de um GM: *"não acho esta função importante"* (embora tratasse de atividade prevista na lei orgânica do município). Também foi feita referência à gestão, solicitando que a mesma *"vista a farda"* e fosse atenta aos interesses dos GMs.

De modo geral, reivindicaram não exatamente conhecimentos, mas sim que a gestão acompanhasse de perto suas tarefas e dificuldades cotidianas e que, a partir daí, dessem mais atenção às suas mais variadas sugestões, ou seja, às sugestões que não se limitavam somente às transformações e/ou aprimoramentos dos Cursos de Formação e dos Cursos de Reciclagem.

Em uma terceira entrevista com outra equipe motorizada (24 presentes), um dos GMs do grupo disse que para vigiar próprio *"não é preciso curso nenhum"* e que para tal seria melhor contratar *"vigilância patrimonial terceirizada"*. Tal fala era indicativa das expectativas de identidade profissional e da repulsa à restrição ao desempenho de ações repressivas por parte dos guardas municipais. Por outro lado, tal fala, guardados os exageros, não deixava de ser coerente em termos administrativos, já que, para o poder público, a simples vigilância dos próprios municipais poderia ser realizada de forma mais econômica ou racional através da terceirização.

Segundo nossa compreensão, de fato a situação de escassez de recursos públicos e o alto custo com instalações, infra-estruturas, armamento e cursos seria muito mais justificável no caso de um espectro de ação mais amplo e abrangente da Guarda Municipal

no âmbito da Segurança Pública do que no caso de um espectro de ação delimitado à vigilância (fixada) nos próprios municipais.

De modo geral, este grupo foi limitado quando questionado sobre possíveis sugestões para a formação técnico-profissional, tendo imperado o silêncio ou senão queixas sobre a gestão então vigente. Os GMs referiram incertezas sobre o que podiam ou não fazer em suas ações cotidianas. Alguns ponderaram que tais incertezas já ocorriam na gestão anterior, mas consideraram que, na então atual, tais incertezas haviam se acentuado. O grupo foi irônico em alguns momentos, falando que deveria ter curso de porteiro, de chaveiro *"para abrir e fechar portão..."* (faziam referências aos GMs que trabalhavam fixos nas escolas).

Também foi mencionado que faltava *"integração grupal"* e tal situação podia ser relacionada aos critérios diferenciados de punição da gestão anterior: *"isso desune"*, verbalizou um GM. Também foi dito que, na gestão então vigente, havia um descompasso entre secretário, diretores e coordenadores (aspecto este também presente na gestão anterior), de forma que a dita falta de unidade do grupo foi também referida como reflexo daquele.

Segundo nossa compreensão, haviam mesmo tais descompassos, relacionados às visões relativamente distintas sobre a Guarda Municipal[69], assim como às proveniências políticas relativamente distintas (embora a gestão municipal fosse comandada por membros do Partido dos Trabalhadores, haviam membros da facção do prefeito morto e membros da facção da então prefeita que nem sempre "falavam a mesma língua"). Assim, vale retomar a visão do psicanalista organizacional Max Pagès (1990), segundo o qual conflitos ou ambigüidades da gestão são geralmente refletidos nas relações de trabalho e na dimensão intrapsíquica dos trabalhadores.

As respostas em alguns itens do questionário chamaram nossa atenção: em relação ao item V (proteção dos bens, instalações e serviços), foram feitas referências variadas, tais como: *"para executar esse serviço não é preciso de curso (para fechar uma luz...)"*; *"o que é ? como é ? o que fazer ? como fazer ?"*; *"o que são bens ? o que são instalações ? o que são serviços ?"* ; *"como devem ser feitas as abordagens ?"*; *"até onde vão nossos poderes ?"*; *"rua não é um bem público ?"*. Além dessas referências, reveladoras tanto da

[69] Vide referência ao debate sobre o papel da Guarda Municipal realizado na Câmara Municipal.

irritação/ironia como também de confusão em relação às delimitações da tarefa profissional, foram também mencionadas outras, tais como: *"identificação, localização e horário de funcionamento dos próprios"* e *"conhecimento do que é nosso dever"*. Em relação ao item VI (proteção ambiental), foram referidas verbalizações já apontadas por outras equipes, tais como: *"o que é área de proteção ambiental"*; como ela é determinada; qual a função da GM nela. Também repetiu-se a negação da atividade de proteção ambiental enquanto missão profissional: *"não vejo necessidade desse assunto..."*.

Ainda em relação às respostas do questionário, vale mencionar as relativas ao item VIII (conhecimentos ou atividades contínuas nos Cursos de Reciclagem), na qual pudemos ler, em um dos questionários, a seguinte formulação: *"proteção das escolas, pois é o que o PT está querendo"*.

Em uma das respostas do item VII (conhecimentos específicos conforme equipe de pertinência), o monitor do grupo sugeriu conhecimentos sobre coordenação de grupos, revelando que, apesar das ironias, haviam também sugestões propositivas e interesse por treinamentos que pudessem amenizar as dificuldades encontradas no trabalho.

A referência ao *Direito* foi feita no sentido de abordar *"noções específicas de Direito"*, a saber, relacionadas a aspectos específicos das práticas dos GMs. Também foram feitas referências a conhecimentos *"práticos"* tais como: *"abordagem prática"*; *direção defensiva prática"*; *"atividades policiais práticas"*; *"tiro prático"*; *"apresentação de ocorrência no DP"*; *"curso de comunicação no rádio para o COP"*. Por fim, dentre as escritas referentes a uma questão final e aberta, destacamos uma "sugestão" na qual evidenciou-se, de forma lacônica, o mal estar na relação indivíduo-organização (Leite, 1995), a saber: *"gestão parar de brincar de faz de conta"*.

As demais entrevistas revelaram aspectos similares às acima comentadas. Iremos ainda destacar algumas falas que podem ser relacionadas a algumas das nossas análises ou que nos pareceram singulares ou elucidativas.

Numa equipe motorizada, a *"Direção Ofensiva"* foi apontada pela maioria como treinamento importante, importância esta só aquém do treinamento de *"Armamento e Tiro"*, este apontado de forma unânime. Considerou-se também que debates de ocorrências poderiam ser conduzidos por quem tivesse *"experiência de rua"*. Os GMs também mencionaram curso para negociação de situações de conflito nas quais houvessem reféns. A

disciplina de *Meio-ambiente*, por sua vez, recebeu apenas uma indicação entre os 19 participantes. Tais sugestões nos revelaram uma visão do guarda enquanto agente policial responsável por um patrulhamento ostensivo e a valorização do dito *"trabalho de rua"*. Em termos de ação para maior união grupal, sugeriu-se viagens, excursões, churrascos por equipe e até mesmo *"conversas antes do trabalho"*. Em relação aos estágios da formação, considerou-se que o GM deveria ter participação ativa no mesmo e não ser *"mero observador"* (sic).

Numa das equipes do COP, uma das GMfs comentou que o item VI (proteção ambiental) *"não tem nada haver com a guarda... não concordo"*. Este grupo tendeu a falar de problemas de equipamento e de organização do trabalho, afastando-se da discussão da educação técnico-profissional propriamente dita. Não obstante, falaram da necessidade de um curso que permitisse a padronização do trabalho do COP, de modo que equipes distintas pudessem trabalhar de formas semelhantes. Também mencionaram que deveria haver algo dirigido aos GMs para que tivessem melhor noção do que de fato é competência do COP e o que não é (o que é, por exemplo, competência de Coordenadores e Diretor e não desta equipe; ou ainda, orientar os GMs que informações sobre folgas, férias e plantões, entre outras, eram de competência da Equipe de Pessoal e/ou do monitor e não dos telefonistas do COP). Ou seja, referiam-se ao fato de que experimentavam conflitos frente a solicitação de serviços que não lhes competiam e que a formação e reciclagens profissionais poderiam de alguma forma amenizar tal problemática.

Os componentes de tal grupo também mencionaram a importância do curso de *Direito*, sobretudo se este enfocasse o que seria competência da GM e de GMs e o que seria competência exclusiva da PM. Tal setor, com alto índice de *stress*, referiu-se também à necessidade de *"atividades físicas"* e *"relaxamento"*. Apesar de não trabalhar na rua, também reivindicavam *"Armamento e Tiro"*.

Uma das equipes escolares considerou que seria interessante cursos para o próprio comando, assim como cursos para guardas em situação diferenciada, tal qual os monitores ou futuros rondantes (guardas rondantes seriam guardas que seriam promovidos a partir de concursos internos). Tal sugestão demonstrava que eram capazes não somente de defender o interesse próprio ou imediato, mas também interesses coletivos e futuros. Em relação à própria equipe, mencionaram cursos voltados ao como agir diante de situações no interior e

exterior de escolas. Neste último caso, requeriam referências mais claras sob os limites da autoridade do guarda na escola e a relação desta autoridade policial com a autoridade pedagógica e institucional dos Diretores. Ou seja, questões de importância social e adequadas à busca do desenvolvimento de políticas públicas integradas e de ação de perfil comunitário-preventivo.

De modo geral, a equipe tendeu a criticar a gestão então vigente fugindo da problematização do tema educação profissional. Um componente do grupo verbalizou que *"desde que PT assumiu"*, haveria *"muita especulação"*, queixando-se de *"indefinições"* quanto ao papel da GM (sic). Num dos comentários ao item V, verificamos a escrita *"esquecer a função"* (de proteção dos bens, instalações e serviços) e *"lembrar"* das ocorrências nas quais envolve-se o *"maior bem do município, o cidadão"* e sua justa reivindicação por *"mais segurança"*. Tal colocação era uma nítida reprodução do argumento do discurso utilizado pelo ex-secretário municipal (da gestão anterior) em sua defesa do *"poder de polícia"*.[70]

Por fim, mencionaram que seria necessário a gestão *"ouvir GMs e necessidades de mudanças"*. Subjetivismos e particularismos políticos excessivos à parte, podemos interpretar as falas e reflexões dos GMs como importantes pontos para tematização e discussão de aspectos da realidade sócio-institucional e da construção de sistemas comunicativos no trabalho que pudessem propiciar mudanças organizacionais no sentido de melhor qualidade do serviço, aliada a condições mais favoráveis à saúde mental no trabalho.

Outra equipe escolar referiu como prioridades: *Educação Física, Defesa Pessoal e Direito*, além do debate sobre ocorrências (os GMs inclusive "ensaiaram" a discussão sobre uma ocorrência na ocasião da entrevista, numa demonstração da força da pulsão desejante em torno da realização de tal atividade). Sugeriu-se que tais discussões fossem realizadas por *"alguém da área"*, tal como um *"delegado da Garra"*, sugestão esta que nos possibilitava perceber a valorização dos GMs a determinados símbolos de uma ação policial ativa e repressiva.

O grupo também mencionou a importância de *"psicologia infantil"* no sentido do como lidar com as crianças e adolescentes nas escolas que, por exemplo, aproximam-se dos

[70] Vide referência sobre a discussão relativa ao papel da Guarda Municipal realizado na Câmara Municipal.

GMs querendo ver ou pegar a arma, sugestão esta que revelava que também assumiam como missão profissional a atividade preventiva, comunitária e integrada à atividade ostensivo-repressiva. A questão do como lidar com os adolescentes suscitou um debate em torno da legalidade de se algemar ou não infratores: mencionou-se não poder algemar e, ao mesmo tempo, argumentou-se que isto muitas vezes impediria a apreensão do infrator; outros consideraram que seria legal algemar, que o quê não poderia ocorrer seria o *"constrangimento"* do infrator. Assim, ficou novamente claro que pairavam dúvidas sobre as ações dirigidas a esta população e sobre os próprios limites de atuação do guarda municipal.

De forma destoante dos demais GMs, um deles ressaltou a *"importante função de educador ambiental"* que teriam os GMs e que *"muitos distorcem sua verdadeira função de proteger"* (sic).

Outro GM ponderou que a quantidade de matérias da formação seria suficiente e o que de fato se necessitava era *"mais tempo e qualidade"* (demonstrando que o problema da formação deveria ser analisado mais sobre uma ótica qualitativa e interpretativa do que propriamente através de uma ótica quantitativa ou meramente descritiva). Outra sugestão *sui generis* (mescla de crítica e inconformismo) foi a de que lhes possibilitassem *"entender por que há tanta diferenças sociais e por que quem está no poder não faz nada para mudar"*. Por fim, sugeriu-se também que *"atividades esportivas"* seriam eficazes no sentido de contribuir para uma desejada maior união grupal.

Um grupo de patrulhamento a pé considerou necessária a discussão sobre *Ética Profissional* (delimitação do papel profissional e orientações neste sentido), assim como preparo para lidar com problemas sociais, direção de veículos (já que alguns GMs não saberiam sequer dirigir) e conhecimentos sobre trânsito e formas de orientação do mesmo.

No questionário (item III, disciplinas a incluir na reciclagem), destacamos a sugestão até então inexistente em outros grupos: *Sociologia*. O mesmo se deu no item II (disciplinas a incluir na formação): *Ciências Políticas, Organização Social e Política Brasileira* e *Economia*. Um GM mencionou orientações quanto a valores e relacionamentos particulares e profissionais; e, ironicamente, referiu-se ao *"sentido de submissão, ignorância e passividade para obedecer comando militar e autoritário"* (sic).

Em relação à questão dos poderes e limites de atuação legal, questionaram sobre o como agir frente danos ao patrimônio e flagrante delito de entorpecente envolvendo alunos adolescentes da própria escola que vigiavam, assim como a posição do guarda na hierarquia do estabelecimento protegido. Tais referências revelavam dúvidas relativas ao como agir em ocorrências dentro dos próprios, assim como sobre a definição exata do que seriam *"bens, instalações e serviços"*. Em relação às leis ambientais e procedimentos legais do patrulhamento, referiram-se à necessidade de se estabelecer parâmetros legais da guarda ambiental e melhor conhecimento sobre *Direito Ambiental*, Código Ibama, ação do GM diante de cortes de árvores, desmatamento e práticas poluidoras. Em relação à disciplina *Meio-ambiente* reivindicaram aulas práticas, informações sobre desmatamento, agentes poluidores, cortes de árvores, conscientização sobre preservação e reflorestamento e conhecimentos sobre animais e manutenção de mananciais.

Dentre os elementos que extrapolavam a formação, mencionaram a necessidade de uma seleção mais rígidas dos candidatos ao cargo. Para alguns, deveria incluir-se *"teste de veículo"* (para uso de viaturas em patrulhamento ostensivo). Por fim, o grupo sugeriu que o levantamento de conhecimentos para exercício da função profissional também fosse feito junto ao comando, assim como apontaram para a necessidade de *"reciclagem para comando"* (sic).

Em uma das equipes do patrulhamento a pé, um GM não entregou o questionário e expressou descrença quanto ao possível proveito do levantamento. Outro GM limitou-se a "responder" em todos os itens: *"respeito a corporação"*. Segundo este grupo, os debates sobre ocorrências deveriam ser auto-coordenados (sugestão esta apontada anteriormente pelo GM que havia procurado o pesquisador individualmente após entrevista grupal).

Em relação às táticas de abordagem apontaram para a necessidade de aprendizado de variações sobre ocorrências e formas de prevenção do *"fator surpresa"* nas mesmas. Não obstante o perfil evidentemente desejante de uma identidade profissional com poder de polícia em tal grupo, dentre as sugestões levantadas foi referido o *"comportamento profissional"* para se evitar *"excessos"* e/ou *"prevaricação"*, aspecto este que indicava que o pensamento crítico e ético não era algo dissociado da identidade policial que era libidinalmente investida. No item V (proteção dos bens, patrimônios e serviços) foi feita novamente a referência ao *"maior"* dos *"bens"* que seria a *"população"* (sic).

Não obstante as discussões mais sérias emergentes na entrevista com tal grupo (ética no trabalho), também emergiu um discurso irônico, tal qual o de um GM que, ao abordar os conhecimentos necessários à atividade de proteção dos próprios escreveu os seguintes dizeres: *"como dormir sem deixar ramelas nos olhos"*. Já no item VII (conhecimentos específicos para a equipe), um outro GM reivindicou, já em tom de desabafo (senão súplica): *"ser reconhecido como autoridade auxiliar de polícia para que possamos trabalhar"*.

Um GM do COP disse que os guardas estavam *"à deriva"* em relação ao como agir na atividade *"de rua"*. Este participante manifestou receio de fazer alguma sugestão que fosse contrária ao desejado pela administração então vigente e, assim, sofrer conseqüências negativas. De certa forma, revelava a insuficiência de referências mais sólidas para o exercício do trabalho e um traço de caráter fóbico em relação à gestão que era também observado em outros colegas da corporação.

Outro grupo do COP, ao ser inicialmente abordado sobre cursos específicos queixaram-se sobre aparelhos e condições de trabalho, fugindo do tema proposto (formação técnica). Posteriormente, referiram-se a *"Curso de Comunicação e Atendimento"* e *"Operação de Rádio"* para melhor saber como atender pessoa que solicita serviço em estado de emergência, ou ainda, *"Psicologia"* para lidar com *"descontrole"* da *"outra pessoa da linha telefônica"*. Tal grupo, acometido de alto índice de *stress*, sugeriu como atividade contínua, tal qual o outro grupo do COP, o *"relaxamento"* e *"atividades físicas"*.

Vale também mencionar que este grupo considerou que as turmas de GMs teriam sido formados com *"vício de polícia"* (sic). Segundo este grupo, os problemas da formação estariam sobretudo nos instrutores e não no currículo em si. De maneira de certa forma destoante dos demais grupos, um componente de tal grupo falou que seria necessária uma formação para *"ser guarda municipal"* e não uma formação para *"ser policial"*, além de termos verificado, em um dos questionários, o seguinte comentário ao item V (proteção dos bens, serviços e instalações): *"as reais funções dos GMs"*. Ou seja, haviam algumas falas que apontavam para tendências que, de certa forma, se contrapunham ao desejo da maioria, ou melhor, ao anseio ou ansiedade em torno de que o GM pudesse agir legitimado pelo poder de polícia, tal qual ocorre com policiais civis e militares.

Outra equipe do COP foi além do proposto pelo pesquisador e utilizou o espaço para queixas em relação à gestão e organização do trabalho. Segundo tal grupo o COP seria local para onde iriam todos que ficavam com *"pé quebrado"*, *"grávida"* etc. Tal grupo também reiterou a necessidade da disciplina de *Direito* ser abordada de forma contínua, uma vez que, nas palavras de uma GM, *"uma coisa que a gente não sabe é qual é mesma a nossa função"*.

Este grupo do COP também compreendia que era necessário um melhor *"entrosamento"* com o comando. Um GM demandava maior presença dos coordenadores. Segundo ele, estes deviam sentar-se cotidianamente com as equipes, de forma a ter uma *"rotina de conversas"*. Segundo tal participante, seria necessário mais respeito e mais diálogo entre gestão e trabalhadores, de forma a amenizar conflitos e más relações de trabalho. Nas palavras do mesmo: *"o comando tem medo da gente e a gente tem bronca do comando"* (...) *"o respeito se pratica"*, argumentou o mesmo.

Portanto, a análise da formação técnico-profissional nos indicou que esta era fonte significativa de *stress* e que a condição de *stress* poderia ser utilizada ou canalizada no sentido de promover visualização de caminhos para transformações não só curriculares e dos Cursos de Formação e dos Cursos de Reciclagem, mas também modificações das rotinas de trabalho e da própria gestão e organização do mesmo.

c) *Stress* e aspectos sociais específicos relacionados às trajetórias profissionais e ao contexto sócio-cultural:

Alguns aspectos sociais específicos, tais como as trajetórias profissionais e aspectos culturais, devem ser também considerados em nossas análises sobre o *stress* e o prazer no trabalho do guarda municipal.

As trajetórias profissionais configuram-se como objeto de análise que expressa bem a indissociabilidade entre o social e o individual (Elias, 1939; Minayo, 1996; Adorno, 1995; Enriquez, 1990; Freud, 1921; Berger & Luckmann, 1978), ou seja, a interdependência e dialética entre biografia e inserção social.

A análise das distintas trajetórias profissionais e dos diversos significados do trabalho na Guarda Municipal (ascensão *x* decadência profissional) merece ser mencionada como fator que auxilia a compreensão tanto dos casos de *stress*, como também dos casos de

ausência de *stress*, ainda que jamais possamos falar de relações causais e mecânicas envolvendo as dimensões econômicas e subjetivas.[71]

De modo geral, pudemos verificar, através das respostas ao questionário *Trabalho, Saúde e Vida Familiar* (primeira fase da pesquisa), que a inserção na Guarda Municipal se deu basicamente dois sentidos: o de ascensão profissional (substituição de situação de desemprego e/ou de trabalho precário por trabalho estável e com maior renda) e o de precarização (migração de setor de trabalho com queda do nível de renda em função de mercado de trabalho desfavorável). Tais possibilidades de ascensão ou precarização também foram constatadas nas entrevistas grupais e individuais.

Um dos guardas municipais entrevistados revelou que recebia no trabalho do setor industrial (fabricação de medicamentos) um salário de 22 salários mínimos.[72] Por conta da reestruturação produtiva perdeu a oportunidade de manter-se neste emprego e não mais conseguiu retornar ao setor da indústria química como era de seu interesse. Dirigiu-se então ao setor de serviços, inicialmente através de um empreendimento pessoal: abriu uma padaria com um capital de vinte e cinco mil reais.[73] Sem experiência no ramo e provindo de setor de trabalho totalmente distinto, o entrevistado relatou que teve dificuldades no negócio, a ponto de ter que vender a padaria por apenas sete mil reais (sic). Após o negócio mal sucedido amargurou dois anos e meio de desemprego. Neste período, se desfez de bens pessoais (carro, telefone) e ficou *"torrando dinheiro"* até entrar na Prefeitura como vigilante.[74]

O entrevistado relatou que, quando entrou na Prefeitura para ser *"vigilante"*, teve o sentimento de *"vergonha"*. Assim, o significado que atribuía ao atual trabalho era o de decadência profissional, decadência esta que se concretizava em queda acentuada do padrão

---

[71] Apesar de ser uma tendência genérica, renda negativa não implica necessariamente condição psicológica desfavorável ou proporcionalmente desfavorável e vice-versa. A respeito da complexidade entre situação econômica e psicológica, vide trabalho anterior do pesquisador, no qual foram entrevistados ex-trabalhadores bancários que haviam se reinserido no mercado de trabalho (geralmente de forma precarizada) e/ou que tentavam se reinserir (Silva, 2000).

[72] No trabalho na Guarda Municipal, recebia salário de aproximadamente 4 salários mínimos.

[73] Na época da entrevista, tal valor correspondia a aproximadamente doze mil dólares.

[74] Antes de ser criada a Guarda Municipal, a Prefeitura contratava funcionários para preenchimento do cargo de vigilante. O entrevistado prestou concurso para ingresso na Guarda Municipal e manteve situação profissional semelhante à anterior.

de vida. Na época da entrevista estava morando em uma escola[75] e disse que envergonhava-se de tal situação, sobretudo quando comparava-se com a situação de uma irmã que, casada com um PM (policial militar), vivia em uma casa de 250 metros quadrados. O GM relatou que sua mãe sequer o visitava e que não enxergava bons horizontes em termos de mudança de emprego, isto é, sentia-se sem oportunidades e fadado a manter-se no trabalho da Guarda Municipal. Sendo assim, o trabalho envolvia um *desgaste* de sua condição psicossocial, frustração e irritação, ou seja, uma condição propícia ao *stress*.

Outro GM também relatou que havia trabalhado em uma grande empresa do setor industrial onde percebia salário de R$ 1.600,00 no cargo de *"supervisor"* (sic).[76] A empresa queria que o mesmo fosse transferido de cidade, mas ele não aceitou. Foi demitido e ficou um ano *"desempregado"* (sic). Relatou que, neste período, trabalhou em bico de pedreiro e também montou um serviço de funilaria que *"não deu certo"*. Após tal período, ingressou na Guarda Municipal. Apesar de tal emprego ter lhe retirado de difícil situação financeira, experimentava sua trajetória profissional como um processo de perda de renda e de *status*, tal como ocorria com o caso anterior.

Contrariamente a estes dois casos, verificamos, numa mesma equipe, dois outros casos cuja inserção na Guarda Municipal significava uma ascensão profissional. Um deles acusou melhoria de renda e de padrão de vida após deixar de ser *"peão"* em *"linha de produção"* de uma fábrica de plásticos. Outro deles havia sido *"frentista de posto"* após experiência de desemprego e sérias dificuldades financeiras e conquistou situação de vida progressivamente mais vantajosa após ingressar na Guarda Municipal, sobretudo quando passou a conciliar seu trabalho com bicos em segurança privada. Para estes casos, portanto, a significação foi contrária à dos anteriores, de modo que o trabalho era valorizado e, nesse sentido, configurava uma condição psicossocial (de auto-estima e de renda) de maior proteção aos agentes estressores advindos da realidade sócio-institucional.

Vale também mencionar um caso no qual o ingresso no trabalho na Guarda Municipal relacionava-se a uma ascensão social bastante significativa. Tal caso nos remete à conceituação de auto-realização de Elster (1992, p.61-63), uma vez que estava em jogo

---

[75] Alguns GMs moravam em pequenos casebres pertencentes ao patrimônio de escolas municipais e geralmente contíguos a quadras esportivas muitas vezes invadidas ou depredadas pela população. A Prefeitura liberava a moradia em troca da presença do GM no local durante período noturno.

[76] Aproximadamente o dobro do que recebia na Guarda Municipal.

não somente a auto-realização via trabalho, mas também a auto-realização através da ampliação de sua cidadania. Tratava-se de uma GMf que havia amargurado desemprego de dois anos e que, antes de tal situação, nunca havia conseguido nenhum emprego com salário acima de trezentos reais (na época aproximadamente 1,5 salário mínimo). Para tal GMf, de condição social humilde, o trabalho permitiu melhoria de renda, moradia digna e orgulho por usar farda e ser funcionária pública. Ou seja, no contexto de sua biografia pessoal e profissional, o trabalho era visto como uma *"benção"* (sic) e, nesse sentido, fonte de satisfação. Não obstante, tal condição não significava invulnerabilidade ao *stress*. Neste caso, verificamos que haviam dois aspectos que lhe geravam *stress*: relação conjugal com muitos conflitos e o preconceito racial.

Sendo assim, pudemos verificar que a biografia profissional ascendente pode ser um bom amparo ao *stress*, mas que não é uma garantia, dada a complexidade e a diversidade de elementos que podem gerar tal condição (ex: problemas conjugais e racismo).

Outro caso curioso era o de uma GMf que era formada em Direito e que apresentava *stress*. Embora este pudesse ser explicado por questões mais individuais (dinâmica intrapsíquica, personalidade, história familiar), era patente que sua condição de trabalho situava-se aquém das suas capacidades e habilidades e que, nesse sentido, agia como agente estressor. A GMf vivenciava o trabalho como algo a ser superado e sofria pressões do pai para que arrumasse outro emprego. Em outras palavras, sua biografia e formação intensificava o potencial estressor advindo de questões mais particulares ou individuais.

Além dos aspectos sociais (potencialmente estressores ou antiestressores) relacionados às trajetórias pessoais e profissionais, podemos também considerar aspectos sociais (estressores) do contexto sócio-cultural que relacionam-se indireta ou diretamente ao que denominamos "realidade sócio-institucional".

Um dos aspectos diz respeito às bem intencionadas, mas nem por isso menos polêmicas, campanhas de desarmamento por setores da sociedade civil no contexto de escalada progressiva da violência. Independentemente da posição ou julgamento sobre o mérito das mesmas, verificamos que nelas residiam contradições senão paradoxos institucionais que, por sua, vez, refletiam-se em conflitos e tensões intrapsíquicas dos trabalhadores da Segurança Pública (Pagés, 1990). Em outras palavras, ao analisarmos os efeitos psicossociais de tais campanhas sobre os trabalhadores da área, compreendemos que

problemáticas e conflitos sócio-culturais e sócio-organizacionais se traduziam em tensões individuais e coletivas, de forma a fomentar o *stress* verificado em aproximadamente um terço dos guardas municipais.

Segundo nossa compreensão, o *stress* em relação a este tópico específico relacionava-se tanto ao medo do risco real de atuar desarmados, como também da angústia de castração presente no imaginário dos guardas municipais habituados a assimilar a arma como elemento de potência para o melhor enfrentamento de suas fragilidades e medos. Tais fragilidades e medos, como vimos, era algo que tendia a ser negado pela cultura organizacional. Nesse sentido, a discussão sobre desarmamento era uma ameaça simbólica e concreta, assim como elemento potencialmente desestruturador dos mecanismos defensivos de caráter ao mesmo tempo coletivo e individual.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à estruturação de modos de vida e de modelos identificatórios na sociedade brasileira que podem ser compreendidos como expressão dos sintomas ou *desgastes* sociais.

Em primeiro lugar, poderíamos considerar a questão da banalização e/ou valorização da violência (Zaluar, 2004; Cavassani, 1998; Dejours, 1999). Ambas podem ser relacionadas ao culto da imagem dos *bad boys* ou ao *ethos da masculinidade* presente no contexto sócio-cultural da criminalidade dos grandes centros urbanos, tal como argumenta a antropóloga Zaluar (2004).[77]

Segundo nossa compreensão, as explicações antropológicas ou sócio-culturais (e não sócio-econômicas ou marxistas heterodoxas) para a violência e criminalidade que assolam a sociedade nos permitem refletir, de um modo original, sobre alguns sintomas do *stress* policial, a saber, a irritação e a agressividade. No interior deste *ethos*, o policial pode ser visto ou mesmo se auto-perceber tanto como vítima como carrasco do mesmo. Em ambos os casos, estruturam-se modelos identificatórios passíveis de mobilizar uma condição de *stress* e/ou de sobreadaptação pseudonormal (Ferraz, 20002; Cavassani, 1998).

Em segundo lugar, vale considerar outro aspecto sócio-cultural curioso e que pode ser relacionado à discussão por nós realizada em torno de um dos aspectos da *"natureza do*

---

[77] Vide entrevista na **Folha de São Paulo**. p.A-12, 12/07/2004. Os argumentos de Zaluar na entrevista são discutidos e aprofundados em trabalho intitulado *"Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas"* (Zaluar, 2004).

trabalho" policial. Estamos nos referindo à análise a respeito do prazer no trabalho nas atividades de risco (os *"QRUs adrenalina"*).

A abordagem filosófica e sócio-cultural de Lastória (2003) amplia as nossas análises precedentes. Segundo tal pesquisador, baseado na teoria crítica, a busca de situações de adrenalina invade a indústria do entretenimento e o psiquismo coletivo. Lastória (2003) nos faz refletir para as dimensões do prazer derivadas das descargas de adrenalina no contexto atual do *ethos* social da indústria cultural por ele criticado. Segundo Lastória (2003) e outros autores por ele referidos (Türcke, 1995; Friedrich & Mannheim, 2001), vivemos numa *"sociedade das sensações"*, ou ainda, numa sociedade onde o excesso é deliberadamente almejado e fomentado pela indústria do entretenimento.

Sendo assim, podemos considerar que tal também ocorria na situação de trabalho por nós pesquisada, de forma que nelas haveria não somente o efeito positivo de constituição de uma identidade profissional egossintônica, mas também os efeitos negativos de formas ilusórias de "auto-realização" e de busca angustiada e/ou estressada pelo intensamente "autêntico".

A análise a respeito do prazer pela sensação forte no atual contexto social, segundo nossa compreensão, reforça algumas considerações por nós expressas anteriormente. Segundo Friedrich e Mannheim (2001, p.249), a busca por experiências de maior intensidade permite que os indivíduos percebam que eles existem, que eles não são apenas *"fake"*.[78] Nas palavras do autor: *"na queda livre em um cabo de borracha experimento uma espécie de pequena morte e me asseguro, assim, de minha existência"* (Friedrich e Mannheim, 2001, p.249).

Türcke (1995) segue argumento similar. Para este autor, a busca da *"excitação maciça"* e das experiências *"sensacionais"* ou *"extraordinárias"* na *"sociedade das sensações"* relaciona-se tanto a uma compulsão social engendrada pela lógica do mercado, como também a uma *"angústia da existência"* (Türcke, 1995, p.1-3). Segundo Türcke (1995, p.3), *"no desejo da sensação encontra-se a angústia de existência de uma sociedade"* na qual o *"ser significa tornar-se percebido"* e no qual a percepção depende da experiência da sensação "diferente" (não banal) e/ou extraordinária. Para Türcke (1995, p.6) *"aquilo que não se percebe se torna marginalizado"*, de modo que o isolar-se do

mundo público pode significar ruína ou angústia de inexistência. Nas palavras do autor: *"apenas aquilo que chama a atenção proporciona, a si mesmo, o direito à existência"* (Türcke, 1995, p.11).

Nesse sentido, podemos afirmar que os indivíduos e trabalhadores inseridos no atual *ethos* sócio-cultural necessitam do *"extraordinário"*, quer seja para certificar-se de que *"o eu continua vivo e sensível"*, quer seja para se sentirem *"autênticos"*. Em outras palavras, a *"obsessão"* pela *"sensação"* – aspecto este relacionável ao desejo pelos *"QRUs adrenalina"* - se torna em uma necessidade imperativa de caráter individual e social (Türcke, 1995, p.11-13).

Portanto, na medida em que o existir relaciona-se às sensações fortes e estas às possibilidades de uma identidade socialmente reconhecida, podemos reiterar que a busca de sensações adrenalina pelos guardas municipais de fato pode ser compreendida como uma afirmação de sua identidade (policial) e de sua existência enquanto elemento constitutivo de uma Segurança Pública ostensiva, visível, senão chocante. A impossibilidade de dela fazer parte, por sua vez, poderia ser relacionada à angústia de "não ser ninguém". Ou seja, não significaria uma mera frustração de desejo.

Sendo assim, podemos afirmar que a ação policial preventiva e pouco chocante não caracterizava-se, por sua vez, como propícia a gerar a sensação do extraordinário e da "autenticidade" do trabalho policial. Nesse sentido, resultava em baixa auto-estima dos guardas (percepção de que sua função não era autenticamente policial), ou até mesmo entendimento populacional de que a instituição Guarda Municipal era pouco atuante senão ineficiente. Em outras palavras, podemos considerar que tanto os guardas municipais, como a população que clamava por mais segurança e repressão efetiva à escalada da violência, de alguma forma alimentavam o desejo por uma atuação policial mais abrangente e ostensiva, uma vez que, no atual *ethos* sócio-cultural, se fazia (e se faz) presente o *"sentimento de que aquilo que não choca também não presta"* (Türcke, 1995, p.5).

Sendo assim, parafraseando Friedrich e Mannheim (2001, p.249) em sua referência à "diversão" do atirar-se em uma cabo de borracha em queda livre, poderíamos considerar que havia, por parte de uma parte considerável dos guardas (sobretudo daqueles que

---

[78] O termo em inglês pode ser traduzido como *"falsificação"* ou *"falso"*. Para alguns guardas, restringir o raio de atuação profissional faria deles não policiais de fato, mas policiais falsos.

explicitavam o desejo de atuar nos QRUs adrenalina), o seguinte "raciocínio"[79]: *"na liberdade de me atirar em uma ocorrência de risco, experimento uma espécie de pequena morte e me asseguro, assim, de minha existência enquanto policial"*.

Um terceiro aspecto cultural a ser (re)considerado é o das relações de gênero no trabalho e, particularmente no trabalho policial, trabalho este historicamente caracterizado por uma valorização do "masculino", ou melhor, dos símbolos de força, coragem e poder.

As mulheres entrevistadas tendiam a negar a existência de diferenças entre seu trabalho e o de homens. Através de tal atitude, defendiam-se das desvalorizações subjacentes às identidades socialmente atribuídas e buscavam afirmar identidades subjetivamente apropriadas que se opunham a tal desvalorização (Berger & Luckmann, 1978). Por outro lado, admitiam que mulher *"não é respeitada de forma igual pelo mala"*. Não obstante, argumentaram também que havia um *"outro lado"* desta questão: por serem mulheres e, por serem vistas de maneira diferenciada, sua ação, eventualmente firme, era geralmente inesperada e podia, conforme a situação, ser mais eficaz em função do que denominavam como *"fator surpresa"* nas ocorrências do que a de guardas homens.

Apesar das considerações e relativização acima, pudemos verificar que a condição feminina no trabalho policial era, dada as condições organizacionais e sócio-culturais, um fator predominantemente favorável ao *desgaste* ou *stress*. Dito de outra forma, era fator de *stress* para as GMfs serem tratadas com desdém por parte da população ou mesmo por parte dos GMs e dos responsáveis pela gestão. Vale também mencionar que as mulheres, dada suas condições biopsicossociais e a forma da gestão lidar com tais condições, ocupavam, predominantemente, os setores administrativos e o COP, setores estes nos quais verificamos, respectivamente, significativo e alto índices de *stress*.

d) *Stress* e aspectos familiares e/ou conjugais

As relações entre *stress* e vida conjugal e/ou familiar foram melhor evidenciadas nas entrevistas individuais, uma vez que nas entrevistas grupais o foco foi mais coletivo (risco e medo no trabalho; organização e gestão do trabalho; formação técnico-profissional).

Em uma das entrevistas grupais, os GMs consideraram que haviam efeitos variados do trabalho sobre a vida familiar e da vida familiar sobre o trabalho. Segundo alguns, a vida

[79] Não nos referimos aqui ao pensamento racional propriamente dito, mas sim uma "lógica" mental pré-

familiar conturbada atrapalhava e prejudicava o desempenho no trabalho, sem que a recíproca fosse necessariamente verdadeira. Por outro lado, houveram relatos de alguns aspectos relacionados ao trabalho (ex: risco; *stress*) que tinham o efeito de conturbar ou acirrar conflitos na vida familiar.

Um dos GMs que participou da entrevista grupal mencionou que o trabalho, não raramente, suscitava irritabilidade; segundo o mesmo, às vezes de forma mais evidente e, outras vezes, de forma menos evidente. Na opinião de tal participante, a irritabilidade suscitada em algumas situações de trabalho acabava interferindo na *"tranqüilidade que o GM poderia ter na vida familiar"* (sic).

Tanto nas entrevistas grupais como nas individuais constatou-se uma tendência dos GMs a responder a questão a respeito das relações entre família e trabalho de forma defensiva, negando a inevitabilidade das influências mútuas.[80] No geral os GMs sustentavam o discurso de que *"não se deve misturar as coisas"*. No entanto, a dialética entre vida privada e vida social necessariamente estabelece relações de reciprocidade e mútua influência entre várias dimensões que geralmente são representadas, social e até mesmo teoricamente, de forma dicotomizada, entre elas a da vida familiar e vida laboral.[81]

Outro dos GMs da entrevista grupal logo acima referida relatou que, em função de seu trabalho ser armado, ligado ao risco e ao combate à criminalidade, isto provocava, em seu filho, temor de que algo grave lhe pudesse ocorrer. Independentemente de podermos avaliar o grau de projeção *x* sensibilidade da percepção do GM (aquilo que os psicólogos comportamentais denominam como, respectivamente, *"distorção cognitiva"* e *"percepção objetiva"*)[82], tal fala nos revelava que o medo suscitado no trabalho era algo que mobilizava estados emocionais que, embora pudessem ser controlados a até apreciados por alguns GMs

---

consciente senão inconsciente.

[80] Apesar de haver a tendência defensiva acima mencionada, foi possível perceber que nas entrevistas individuais haviam maiores possibilidades de quebrá-la, de forma a emergir reflexões mais aprofundadas acerca do cruzamento dos conflitos psíquicos, familiares e profissionais. Em alguns casos, após as entrevistas individuais relativas à pesquisa, foram realizadas entrevistas individuais relativas ao trabalho profissional do pesquisador (então psicólogo na instituição), tais como atendimentos de orientação psicológica e/ou psicoterapia breve. Sobretudo nestes espaços é que os GMs conseguiram estabelecer efetivos *insigths* da influência cruzada dos conflitos psíquicos, conjugais e/ou familiares e profissionais-institucionais.

[81] Estamos nos referindo sobretudo às dicotomias sujeito-objeto e individual-coletivo que são criticadas por um conjunto de distintas abordagens de caráter dialético (Elias, 1939; Minayo, 1996; Adorno, 1995; Enriquez, 1990; Berger & Luckmann, 1978).

[82] Vide Capítulo III e referência a Alcino (2000, p.33-50).

que os experimentavam, podiam também gerar insegurança e *stress* na família, de forma a recolocar o GM diante de um estímulo passível de lhe gerar tensão.

Sendo assim, verificamos a pertinência dos argumentos acerca do ciclo vicioso do *stress* nas relações familiares e/ou conjugais apontadas tanto pela abordagem comportamental-cognitivista (Lipp, 200, p.169-182; Tanganelli, 2000, p.153-168), como também pela literatura norte-americana sobre o *stress* policial (Farmer, 1990, p.207; International Association os Chiefs of Police, 1984; Farkas, 1986; Depue, 1987).

Do nosso ponto de vista, a abordagem norte-americana promove uma melhor percepção da dialética entre a vida familiar e a vida laboral. Ao abordar o *stress* como fenômeno ocupacional, tal abordagem aproxima-se mais da nossa compreensão do *stress* enquanto *desgaste sócio-psíquico-organizacional*. Tal se evidencia, por exemplo, nas contribuições de Depue (1987), para quem o trabalho policial gera uma perturbação do balanço normal da vida e, conseqüentemente, da vida familiar. O mesmo pode ser dito em relação às contribuições International Association os Chiefs of Police (1984, Apud Farmer, 1990, p.207), que sugerem que o trabalho policial causa tensões na família e isolamento social de crianças (filhos, enteados etc), ou ainda, às contribuições clássicas da literatura norte-americana que abordam não somente o *stress*, mas o conjunto de problemáticas de saúde enquanto problemáticas psicossociais por excelência (King, 1972; Freaman, 1972).

As análises logo acima mencionadas demonstraram-se aplicáveis ao nosso objeto de pesquisa, assim como contribuíram para nossa argumentação em torno de uma conceituação mais plural e abrangente do *stress*, de forma a não fixá-lo na dimensão do indivíduo, do cognitivo, do biológico ou mesmo na de uma vida familiar artificialmente isolada da vida profissional e sócio-institucional.

Uma entrevista individual com uma GMf revelou aspectos importantes especificamente relacionados ao *stress familiar e/ou conjugal*, assim como revelou a inevitabilidade da influência mútua e recíproca entre tal dimensão e a dimensão da realidade social e do trabalho. Tratava-se de uma GMf que dizia estar no *"bico do corvo"* (*stress* em fase de resistência e RS = 276) e que queixava-se de não dormir o suficiente. A GMf havia se separado e o ex-marido encontrava-se desempregado.[83]

[83] A separação já tinha quatro anos. Não obstante, a GMf assinalou o item "separação do casal" da Escala de Reajustamento Social (que aborda acontecimentos ocorridos apenas nos doze últimos meses) e relatou na

Na ocasião da entrevista a GMf encontrava-se em dificuldade financeira, tendo que cuidar de dois filhos (11 e 6 anos) e da mãe que estava com câncer no pulmão, além de assumir as tarefas domésticas diárias (aspectos estes que limitavam suas horas de descanso). Ademais, a entrevistada relatou que, em função da preocupação com a mãe e da tosse da mesma durante a noite, não conseguia relaxar e dormir de fato. Queixou-se também de problemas em relação à filha, solicitando orientação profissional para o pesquisador e atendimento em psicoterapia breve para si.

Tratava-se de um caso no qual a dimensão familiar e financeira (para contornar dificuldades fazia "bicos" como vendas de balas e doces, limitando ainda mais suas horas de descanso), antecedida por separação conjugal, apresentavam-se como agentes estressores significativos. Mas tal aspecto não existia de forma isolada de outros. Aspectos da trajetória profissional e do trabalho na Guarda Municipal também contribuíram para sua condição de *stress*. A GMf havia sido doze anos bancária e relatou que só mudou de emprego por conta da estabilidade.[84] Disse que a mudança de emprego (então recente), estava sendo *"desgastante"*.

A GMf entrevistada verbalizou não ter se adaptado ao trabalho na Guarda Municipal. Segundo a mesma, chegou a mencionar na entrevista de seleção que *"não suportava arma"* (sic) e considerou que o *"trabalho de rua"* e os *"QRUs bravos"* eram *"desgastantes"*. Mudou de posto de trabalho (da rua para o COP), e disse que passou a enfrentar outros problemas, tais como o de assistir brigas de colegas, envolver-se em algumas e ouvir *"desabafos"* de outras. Por fim, mencionou que já estava com mais de três anos sem tirar férias. Portanto, embora o aspecto familiar fosse importante, ele se correlacionava com outros agentes estressores, de forma a exemplificar o aspecto *biopsicossocial* de tal fenômeno.

Outra GMf entrevistada (*stress* em fase de exaustão e SRQ = 11) relatou que fortes conflitos conjugais agiam como significativo fator de *stress*. Segundo a GMf, o marido seria muito machista e isto constituía-se como um fator de irritação e conflito na relação. A GMf ironizou o *"amor por futebol"* do marido e disse que reagiu ao machismo do mesmo

---

entrevista que preocupava-se com o ex-marido, que estaria com sangue na urina e com quem dizia ainda conviver.

[84] Em levantamentos que o pesquisador realizou com diferentes grupos de estágio da Academia Preparatória de Guardas Municipais o fator *"estabilidade no emprego"* era reiteradamente mencionado como justificativa para o ingresso na Guarda Municipal.

ensinando-o a cozinhar (sic). Por outro lado, revelou que nem sempre era fácil superar as relações de gênero estereotipadas (dado da realidade sócio-cultural que atravessa a vida privada), dizendo que *"claro que nunca fiz ele lavar e passar roupa"* (sic). Relatou que sentia falta de *"um beijo"* e mais *"calor"* no relacionamento, ao mesmo tempo que dizia que já havia se conformado a tal situação: *"eu posso viver ao lado dele mesmo sem amar"* (sic). O conflito em relação ao casamento e/ou à idéia de separar-se era evidenciado em falas como *"casamento não é legal, eu não gostei não"* (...) *"eu separar e acabar com a vida dele ?"* (...) *"eu não vou fazer ele sofrer, nem que eu tenha que me anular"* (sic). Segundo a mesma, o fato do marido gostar muito dela facilitaria manter o relacionamento, mesmo sem ela estar suficientemente envolvida, ou melhor, insatisfeita.

O trabalho, por sua vez, era visto como *"válvula de escape"* dos problemas conjugais, além de significar possibilidade de ascensão social nunca antes vivenciada. Não obstante, considerou que as expectativas ansiosas referentes à mudança de gestão estava deixando todos nervosos: *"virou um turbilhão na cabeça de todo mundo: o que vai acontecer ano que vem ?"*. Ou seja, apesar de gostar do trabalho (*"gosto muito"*, disse), não deixou de indicar tal aspecto da gestão do trabalho como fator de nervosismo ou tensão.

A entrevistada também mencionou que havia enfrentado racismo na relação com outro GM. Numa ocasião, este a teria chamado de *"filha da puta de nega incompetente"* (sic). A GMf alegou que não fez boletim de ocorrência *"pensando na corporação"*, evidenciando, em tal relato, a existência de fatores estressores no trabalho (fatores estes relacionados ao *desgaste* das relações de trabalho e, por extensão, ao *desgaste* da realidade sócio-institucional).

A GMf relatou que construía uma casa faziam quatro anos e que as dificuldades financeiras e a não conclusão da mesma a deixavam ansiosa, o quê incrementava ainda mais o problema conjugal. Tal moradia, que simbolizava o vínculo conjugal, foi referida como *"casa sem sentido"* (sic).

Portanto, aspectos conjugais interagiam com aspectos da realidade financeira, sócio-cultural e sócio-institucional na constituição de sua condição de *stress*.

Outros casos abordados em entrevistas individuais que demonstraram a relação entre vida familiar e/ou conjugal e *stress* já foram mencionados ao longo do trabalho, tal

como o da monitora que havia se separado "duas vezes" e o do guarda municipal cuja mudança de valores gerou conflitos em relação aos valores religiosos da esposa (vide análise pré-qualitativa neste mesmo capítulo). O que nos pareceu mais importante evidenciar foram as conexões que estes fatores estressores específicos estabeleciam com os fatores estressores relacionados ao trabalho, à organização e gestão do trabalho e à condição sócio-financeira, assim como as conexões de ambos com fenômenos biológicos estressores (problemas de saúde como produto e produtores do *stress*; repousos insuficientes; sensações desagradáveis provindas de descargas de adrenalina[85]).

Portanto, levando em conta sobretudo as entrevistas individuais da pesquisa e a prática profissional do pesquisador enquanto psicólogo da instituição, percebemos que fatores familiares e conjugais invariavelmente influenciavam a existência ou não da condição de *stress*.

Os problemas concretos de doença e renda, as atitudes relacionais, a assunção de papéis cristalizados na família (o de "cuidador da família", com o "peso" de ser o responsável para liderar a condução das situações adversas, tais como a de doença na família; o de "dona de casa" responsável pelos filhos e afazeres domésticos; o de "pai provedor" responsável pela renda, sustento e proteção da família), os matrimônios desgastados, as relações de desconfiança e ciúmes, a falta de diálogo e afetividade familiar, os problemas de separação e/ou reconciliação conjugais e os problemas com vida escolar e/ou de drogadição dos filhos, entre outros aspectos, eram geralmente explicitados como fatores etiológicos importantes do *stress* (pessoal, conjugal e/ou familiar).

Haviam casos nos quais estes fatores se sobrepunham aos demais fatores estressores aqui abordados (natureza do trabalho, natureza da instituição e da organização e gestão do trabalho e realidade sócio-cultural e institucional), mas a análise geral dos dados nos apontou que era sobretudo a interrelação e a interdependência do conjunto de fatores abordados que formava o "combustível" principal do *stress*. Em outras palavras, o *stress* foi analisado como um processo e não como produto de uma mera soma de fatores estressores isolados.

---

[85] Não é por que havia geralmente o elemento prazer nas atividades com descarga de adrenalina que elas eram integralmente positivas. A questão da identidade profissional tendia a tornar secundária ou mais amena as sensações corporais desprazerosas, mas elas não deixavam de existir. Nas palavras de alguns GMs entrevistados: *"sentia dor de cabeça depois"* (...)*"o trabalho agitado deixa meio em órbita"* (...) *"a sensação no corpo, para mim, não era boa não"*.

Segundo nossa interpretação dos dados coletados, o *stress* nos guardas municipais deve ser relacionado sobretudo à macrocategoria realidade sócio-institucional. Justificamos tal análise pelo fato de que tal dimensão foi referida em todas as entrevistas, coletivas e individuais, fazendo-se presente de forma significativa até mesmo naquelas onde os aspectos familiares, conjugais ou mesmo psíquicos ou de personalidade foram os mais enfatizados ou evidenciados.

Portanto, compreendemos que havia um fator etiológico relativamente hegemônico (realidade sócio-institucional) intrinsecamente relacionado a subfatores etiológicos que compunham o primeiro, de forma mais ou menos direta e/ou indireta, e que nos possibilitaram conceituar o *stress* tanto como *fenômeno biopsicossocial*, como também como *processo dialético e dinâmico de resistência e desgaste sócio-psíquico-organizacional*.

e) *Stress*, aspectos individuais e vulnerabilidade

A análise dos aspectos individuais da condição de *stress* caracterizou-se como uma tarefa imprescindível para a melhor compreensão do fenômeno. Os aspectos particulares da condição física (constituição biológica; saúde geral) e psíquica (personalidade; dinâmica intrapsíquica), foram por nós compreendidos como variáveis inegáveis da etiologia do *stress*. A configuração de tais aspectos em cada um dos guardas municipais, segundo nossa análise, tornavam-nos mais ou menos vulneráveis ao *stress* e aos agentes estressores sociais e psicossociais. Em outras palavras, aspectos da individualidade agiam como elementos de predisposição negativa ou positiva à condição de *stress* propriamente dita e/ou de vulnerabilidade à mesma.

Se por um lado a consideração à individualidade nos pareceu tarefa imprescindível, por outro lado julgamos que não deveríamos hiperdimensioná-la, ou melhor, julgamos que deveríamos considerá-la de forma a explicitar sua relação intrínseca com os aspectos coletivos (variáveis psicossociais, sócio-culturais e sócio-institucionais). Nesse sentido, compreendemos que a abordagem das individualidades do fenômeno *stress* não deve ser confundida com a individualização do problema, mas sim como postura necessária para a compreensão dos aspectos dialéticos das relações indivíduo-sociedade e indivíduo-organização.

È comum na nossa sociedade e na classe de gestores negar aspectos coletivos das doenças ocupacionais e atribuir as origens das mesmas à estrutura de personalidade e às atitudes individuais do trabalhador (Borges, 1997a; Silva Filho, 1997; Tenório, 1997). Tal individualização do problema tem efeito culpabilizante sobre o indivíduo, enfraquece as críticas necessárias às transformações da sociedade e de suas instituições e fomenta visões de senso comum e elaborações teóricas reducionistas e simplificadoras. Do édipo mal resolvido em relação à figura paterna discutido pela Psicanálise até as distorções cognitivas abordadas pela Psicologia Compotamental-Cognitiva, tudo pode (des)servir como (pseudo)argumento para a compreensão individualizante e simplificadora dos conflitos do indivíduo em relação à instituição, em relação às chefias etc. Neste contexto, corremos o risco de abordar o problema do *stress* de forma equivocada, tal como uma patologia motivacional autônoma e independente dos liames e contradições sociais.

Não obstante nossas críticas à individualização das problemáticas de saúde-doença no trabalho, compreendemos que a mesma não devia ser tomada como desculpa para que nos esvaíssemos de um olhar mais atento sobre as individualidades e singularidades da segunda. Dito de outra forma, compreendemos que nossa concepção do *stress* como complexo fenômeno biopsicossocial não devia nos fazer fugir de indagações do tipo: mas fulano não ficou estressado por conta de suas características de personalidade ?; ciclano não ficou estressado por conta de suas atitudes pessoais ?; o *stress* não pode ser explicado por distorções perceptivas, quer sejam estas compreendidas como fantasias relacionadas aos desejos (Psicanálise) ou como falhas cognitivas (Psicologia Comportamental-Cognitiva) ? Até certo ponto (jamais a explicação se dá *somente* em função de aspectos pessoais) e, em alguns casos, a análise dos casos nos indicou que a resposta a tais questões podia ser positiva.

Tendo em vista o acima exposto, elegemos alguns casos e entrevistas individuais (diversificados e paradigmáticos) para melhor embasar e ilustrar nossas análises e reflexões sobre os aspectos individuais de nosso objeto de estudo. Era um desafio que colocamos a nós mesmos realizá-las através de uma visão crítica, isto é, alheia à confusão ou incapacidade de diferenciação entre o quê seria uma individualização indevida e aquilo que expressaria uma devida atenção aos aspectos subjetivos ou singulares das individualidades dos guardas municipais estressados.

Um dos casos por nós abordados era de um GM (*stress* em fase de resistência; SRQ = 5 e RS = 142) com histórias pregressas de hipertensão, úlcera, depressão e irritabilidade. O GM relatou que, na ocasião da entrevista, sua esposa apresentava um quadro de *"doença do pânico"*, *"depressão"* e *"stress"* e que fazia uso de medicação psiquiátrica (benzodiazepínico ou calmante). Segundo o entrevistado, tal problema o deixava *"triste"* e não propriamente *"deprimido"*, assim como *"irritado"* quando médicos do trabalho e outros o consideravam *"fingimento"*, *"frescura"* ou mesmo *"doença de rico"*.

O GM em questão verbalizou que, em 1994, quando ainda era metalúrgico de uma grande empresa, apresentou o *"mesmo quadro"* da esposa (sic). Relatou também que, em 1982, sofreu de *"depressão"* após falecimento da mãe em um acidente de carro. Nesta última, o GM ficou *"acamado"* e *"arrasado"* e passou *"uma semana sem querer fazer nada"* (sic). O entrevistado ainda mencionou que, em tal ocasião, o pessoal da empresa onde trabalhava queriam interná-lo e que ele temia que fosse morrer. A internação foi evitada e o mesmo teria sido tratado com *"florais"* (sic). O GM também informou que já havia se submetido a psicoterapia quando ainda trabalhava na empresa metalúrgica e que havia parado por *"motivos financeiros"* (sic). Segundo sua própria percepção, os sintomas de *"pânico"* por ele vivenciados posteriormente, em 1994, teriam uma relação com os aspectos emocionais suscitados quando do acidente e perda da mãe.

Além dos antecedentes acima referidos, o GM caracterizou aspectos de sua personalidade. Segundo suas considerações, ele seria uma pessoa muito *"rigorosa"* com si próprio, teria *"preocupação excessiva"* e tendência a querer *"tudo perfeito, 100%"*. Considerou que a irritabilidade, tensão e preocupação que caracterizavam sua então condição de *stress* tinha relação com tais características de personalidade.

Neste caso, portanto, o *stress* não era uma condição nova ou originada a partir do trabalho como guarda municipal. A sua auto-caracterização em termos de dinâmica intrapsíquica relacionava-se em certa medida tanto à descrição da personalidade tipo A descrita pela Psicologia Comportamental (Malagris, 2000, p.23) como às características de rigidez superegóica descritas pela Psicanálise quando da discussão da disposição à neurose obsessiva (Freud, 1913). Ademais, dada a referência à doença psicossomática intrinsecamente relacionada ao *stress* (úlcera e hipertensão) e às dificuldades do GM de expressar e/ou elaborar seus sentimentos, emoções e conflitos, podemos afirmar, de acordo

com a visão de Arantes (2002) e da Psicossomática Psicanalítica (Ferraz, 2002; 1997; 1998; Grodedck, 1966; McDougall, 1991), que havia também uma tendência para o enclausuramento do sofrimento psíquico no sintoma somático, ou ainda, uma excitação somática com limitadas possibilidades de expressão simbólica. Em outras palavras, haviam fortes indícios da prevalência de aspectos de personalidade e de dinâmica intrapsíquica na etiologia de sua condição de *stress* (condição marcada pela conjunção de irritabilidade com doença psicossomática).

Não obstante as considerações acima, pudemos verificar que haviam também outros aspectos além dos individuais (personalidade e dinâmica intrapsíquica). O GM trabalhava na Guarda Municipal e em um *"bico"*, sendo que uma noite sim e outra não ficava sem dormir (sic).

O entrevistado também relatou tensão na relação com a gestão e com o setor médico da Prefeitura. No primeiro caso, porque havia sido punido por estar sem boné quando surpreendido pelo Secretário Municipal. O GM não concordava com a *"advertência"* que levou e, tal como os grupos nas entrevistas, queixou-se dos *"dois pesos e duas medidas"* nas punições na Guarda Municipal, de modo a considerá-las contraditórias e desproporcionais. Em relação ao setor médico da Prefeitura, irritava-se com a desconfiança do mesmo em relação à veracidade de suas problemáticas de saúde e da esposa (esta também era servidora municipal).

Conforme vivência do pesquisador junto a tal setor, de fato havia uma atitude no mínimo cautelosa, compreensível senão justificável, em relação aos atestados de doença, haja visto que, não raramente, tratavam-se de estratégias dos servidores para obter dias de folga sem que houvesse de fato algum problema de saúde.[86] Sendo assim, haviam aspectos que transcendiam os aspectos individuais e que, ainda que fossem secundários na determinação da condição de *stress*, não eram desprezíveis ou, no mínimo, agudizavam-na, reforçando os determinantes etiológicos principais ou predisposições psicológicas e psicossomáticas.

---

[86] Não se trata de crítica ao setor médico. Do nosso ponto de vista, a postura de desconfiança era resultado de louvável iniciativa de controlar o problema do uso indevido de atestados médicos. Conforme levantamento do setor médico e do setor de RH da Guarda Municipal, haviam médicos particulares que emitiam um volume exagerado e recorrente de atestados duvidosos aos servidores.

Na pesquisa verificamos que haviam também outros casos nos quais componentes mais individuais eram evidentes, envolvendo aspectos como estrutura de personalidade (psicose ou neurose grave), distúrbios emocionais-afetivos e outras sintomatologias psiquiátricas como alucinação e delírio (episódios de surto), drogadição e alcoolismo. Além de tais aspectos, também foram verificados casos de homoerotismo[87] e casos nos quais aspectos da realidade psíquica e do desejo inconsciente tendiam a distorcer a percepção aguda e a possibilidade de *insigth* dos conflitos.

O conjunto dos aspectos aqui considerados, portanto, geralmente relacionava-se à vida pregressa e à história de vida. Porém, ele não atuava isoladamente na determinação do *stress*, ainda que, em alguns casos, pudessem ser compreendidos como primordiais em comparação aos estressores da realidade sócio-institucional que os perpassava.[88]

Por outro lado, também verificamos que nem todos os casos nos quais os aspectos psicológicos de natureza aparente ou efetivamente mais grave redundavam em uma condição de *stress*, de modo que podemos afirmar, de acordo com o "pai" deste conceito (Selye, 1956), que o *stress* é apenas uma síndrome e que, nesse sentido, difere-se das doenças propriamente ditas e das doenças psiquiátricas em particular. Ou seja, trata-se de uma condição que, em sua dimensão individual (corpóreo-psíquica), é passível de ser desenvolvida por qualquer pessoa que, por inúmeras razões, não sustentam suas defesas de adaptação diante de condições adversas. Portanto, vale ressaltar que verificamos que haviam tanto casos de GMs com antecedentes mórbidos que apresentavam *stress* ou que não apresentavam *stress*, assim como casos de GMs sem antecedentes mórbidos evidentes e que, não obstante, apresentavam condição de *stress*.

Verificamos dois casos paradigmáticos nos quais aspectos patológicos evidentes se faziam presentes sem que houvesse uma condição de *stress*. Nestes dois casos alguns aspectos como história de vida marcada por traumas relacionados à sexualidade e à afetividade, ambivalência afetiva e luto familiar não elaborado relacionavam-se a

---

[87] Não compreendemos o homoerotismo como uma patologia e julgamos necessária uma visão mais abrangente e crítica sobre o mesmo (Costa, 1992; 1995). Não obstante, compreendemos que o mesmo envolve aspectos de conflito psíquico (aspectos egodistônicos) e constrangimentos sócio-institucionais que vão na direção contrária da atividade homoerótica livre de preconceitos e integralmente prazerosa.

[88] Muitos casos individuais interessantes não serão pormenorizados por questões éticas. Vale ressaltar que limitâmo-nos a apresentar dados obtidos nas entrevistas da pesquisa que foram livremente concedidos pelos GMs e que, do nosso ponto de vista, não desabonam os participantes e nem tampouco os identifica.

estruturação doentia da personalidade (psicose e neurose grave) que não implicaram em uma condição de *stress*.

Outros dois casos evidentemente patológicos também foram verificados. Um deles associava-se ao *stress* em fase de resistência. Neste, porém, o problema do *stress* era secundário a uma estrutura psíquica *boderline* (paciente fronteiriço entre condição neurótica e psicótica).[89] Outro deles era um caso de *stress* também em fase de resistência e no qual inibições neuróticas graves eram a base de sua condição. Ou seja, o *stress* era uma problemática secundária, derivada da neurose.

As condições acima referidas de drogadição, alcoolismo e homoerotismo, por sua vez, envolviam aspectos de personalidade diversos (impulsividade, ambivalência, neurose, perversão) que não só produziam distúrbios mais ou menos evidentes, mas também *stress*. Nestes casos, a forma como a sociedade, a organização e os "colegas" GMs lidavam com tais problemáticas (estigmatização) era, não obstante, importante determinante na condição do *stress*. Dito de outra forma, ainda que possamos considerar este últimos como elementos secundários, eles associavam-se significativamente aos fatores primordiais de predisposição e/ou de personalidade.

Vale também considerar que o alcoolismo, tal como apontado pela literatura norte-americana (Violanti, et. al., 1985), tendia a ser considerado, pelos GMs entre si, como aspectos mais compreensível e assimilável do que a drogadição e o homoerotismo, estes dois mais propícios de serem lidados a partir de uma visão estigmatizadora (Gofmann, 1961). Sobretudo nestes casos, podemos dizer que o aspecto psicológico individual ou primordial era significativamente intensificado pelo secundário, sobretudo quando levamos em conta que, à estigmatização em torno de suas conditas e atitudes, somava-se a estigmatização social e/ou auto-engendrada do guarda municipal como inferior ao policial "propriamente dito".

Em relação a alguns casos, podemos dizer que o *stress* se fazia presente não por características individuais patológicas, mas por questões de traços de personalidade e de temperamento. Um GM de temperamento forte e que não apresentava quadro patológico

---

[89] A título de exemplo do que seja aspecto secundário, podemos mencionar o caso de pacientes diagnosticados como bipolares (antigamente denominada psicose maníaco-depressiva) e que fazem uso de drogas na fase de mania. O uso de drogas na fase de mania é uma problemática secundária à da ciclotimia do humor, esta sim relacionada à estrutura de personalidade (Lara, 2004).

estressava-se com a gestão tanto por conta de sua "luta" pela atuação do guarda enquanto policial (tanto com a gestão mais permeável à visão do guarda como dotado de poder de polícia, como com a gestão contrária ou relativizadora de tal visão), como também por conta de seus reclamos por aulas de tiro e condicionamento físico (aspectos estes reivindicados pela maioria da corporação).

Havia também um caso cujo um membro da família nuclear do profissional havia sido molestado sexualmente por um membro da família mais ampla. Tal profissional teve que enfrentar, em situação de trabalho, uma ocorrência na qual o mesmo havia ocorrido. A forma como tal profissional havia lidado original e individualmente com tal problemática havia sido bastante negativa e mal elaborada, a ponto de dificultar seus possíveis relacionamentos íntimos, vistos como arriscados após o "trauma". O pano de fundo era o de um temor excessivo (senão patológico) relacionado a um traço neurótico de personalidade. A compreensão dos aspectos inconscientes de seu medo não era sequer vislumbrada, nem tampouco a desproporcionalidade entre possibilidades de riscos reais e os riscos imaginários. Tal condição subjetiva (realidade psíquica e personalidade) fez da mencionada ocorrência um elemento altamente estressante. Vale mencionar que este caso era de um profissional que verbalizou que gostava de trabalhar, pois isto lhe parecia ajudar a lidar com tensões provindas de seus problemas mais particulares. Nas suas palavras: *"quando eu pego ocorrência eu gosto porque ocupo minha cabeça (...) se eu não ocupo minha cabeça eu fico pensando nos meus problemas"*. Porém, naquela ocorrência específica o trabalho havia atuado como intensificador do *stress* relacionado às suas particularidades individuais, o quê demonstra o quão dinâmica e variável podem ser as condições de produção e/ou reprodução do mesmo.

Dois casos de desenvolvimento de fobia associada ao *stress* foram verificados em dois profissionais que vivenciaram uma situação pós-traumática, a saber: viram um GM morrer. Um deles apresentou melhora gradativa e se ausentou do trabalho somente alguns dias. Já o outro, cuja personalidade apresentava traços neuróticos mais evidenciáveis, ficou por vários meses afastado do trabalho. Vale mencionar que o primeiro tinha vínculo muito mais significativo e íntimo com o GM que faleceu.

Haviam também GMs com *stress* que, embora referissem-se a desconfortos psicológicos (um deles fantasias de morte), apresentavam sintomas psicossomáticos mais

evidentes (úlcera; sudorese) e geralmente apresentavam-se mais atentos ou preocupados em relação a estes últimos. Geralmente eram GMs que não conseguiam entrar em contato mais profundo com seus aspectos subjetivos ou emocionais e tendiam a ser racionalizadores. Em alguns destes casos, haviam queixas em relação à gestão e organização do trabalho e, em outros, não. Sobretudo neste últimos, o *stress* e o sintoma físico (leia-se psicossomático) eram *aparentemente* autônomos às diversidades da realidade psicológica e/ou sócio-institucional.

Assim, podemos afirmar, de modo geral e independentemente de exceções, que aspectos individuais mais evidentes, tais como predisposições psicológicas relacionadas a quadros de neurose (fobia, histeria, obsessão) e predisposições psicossomáticas (Ferraz, 2002; Ferraz, Volich & Arantes, 1998) podiam ser vistos como fatores primários de alguns estados de *stress*. Não obstante, tal afirmação, como salientamos, não era uma regra. Ademais, no caso de psicose por nós verificado, sequer havia condição de *stress* associada ao quadro.

Portanto, verificamos que, sobretudo em relação aos aspectos individuais relacionados à personalidade neurótica e/ou aos traços de neurose, haviam, respectivamente, quadros de *"psiconeurose profissional"* e de *"neurose profissional"* (Aubert, 1994) correlacionados às condições de *stress*.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS

1. A necessidade de uma ampla reformulação de concepções:

> *"A separação entre sujeito e objeto é real e aparente (...) falsa por que a separação que veio a ocorrer não pode ser hipostasiada nem transformada em invariante (...) é verdade que não se pode prescindir de pensá-los como separados; mas o psêudos (a falsidade) da separação manifesta-se em que ambos encontram-se mediatizados reciprocamente: o objeto mediante o sujeito, e, mais ainda e de outro modo, o sujeito, mediante o objeto. A separação torna-se ideologia, exatamente sua forma habitual, assim que é fixada sem mediação"* (Adorno, 1995, p.182-183).

Conforme argumentamos ao longo do trabalho, há uma necessidade de uma ampla reformulação das concepções teóricas, metodológicas e/ou analíticas de caráter dicotomizante. De acordo com Minayo (1996, p.11-18), compreendemos que um dos mais relevantes desafios ao conhecimento (e, particularmente, ao conhecimento relacionado aos processos de saúde-doença que perpassam *"o corpo individual e social"*) é o de ensejar a *"dissolução das dicotomias"*. Minayo (1996) refere-se a um conjunto de dicotomias a serem superadas, a saber: quantitativo/qualitativo, prático/teórico, macro/micro, interioridade/exterioridade, sujeito/objeto, corpo/mente e indivíduo/sociedade. Tais dicotomias devem, segundo nossa compreensão, serem superadas em prol de noções como processo, totalidade, contradição, complexidade, ou ainda, em prol de uma visão dialética acerca das relações entre indivíduo, cultura, instituições e sociedade (Berger, 1971; Berger & Luckmann, 1978).

Sendo assim, buscamos apresentar uma análise da realidade concreta de nosso objeto de pesquisa norteados pelo princípio da indissociabilidade entre *"a ação do homem como sujeito histórico e as determinações que a condicionam"* (Minayo, 1996, p.12). Em outras palavras, buscamos construir nossa análise sobre o *stress* a partir de uma concepção

que toma o individual e o social (Elias, 1939, p.13-60), ou ainda, o subjetivo e o institucional (Enriquez, 1997a; 1990), como categorias intrinsecamente articuladas.

De modo geral, explicitamos nossos argumentos relativos à integração de métodos quantitativos e qualitativos de investigação e análise, assim como o argumento de que o *stress* no trabalho de guardas municipais caracterizava-se por imbricamentos e influências mútuas e recíprocas entre os elementos inevitavelmente indissociáveis (individual/social, subjetivo/objetivo, interno/externo, psíquico/biológico).

Ao sustentarmos ambos argumentos acima indicados, explicitamos uma série de conceitos advindos de referenciais teóricos mais ou menos distintos e/ou similares, de forma a construir uma concepção do *stress* (fenômeno de expressão corpóreo-psíquica) enquanto produto e produtor de processos dialéticos de *desgaste* ao mesmo tempo individual, grupal, organizacional e social.

Sendo assim, pudemos ir e vir do micro para o macro, de forma a apontar para uma série de relações, a saber: entre realidade social mais ampla e a realidade institucional do sistema jurídico-policial; entre tal realidade institucional e a realidade organizacional mais restrita (a instituição prefeitura e a organização "Guarda Municipal"); entre realidade organizacional e gestão e organização do trabalho; e, sobretudo, a inter-relação entre tais instâncias com distintos aspectos psicossociais (culturais, grupais, familiares, conjugais, identitários) e individuais (psíquicos, corporais, identitários).

Segundo nossa compreensão, a análise global das distintas dimensões entrecruzadas relacionadas ao nosso objeto de pesquisa nos permitiu uma (re)formulação do conceito de *stress*. Ao conceituarmos o *stress* enquanto processo dialético de *desgaste* sócio-institucional e bio-psíquico pudemos não somente articular as mencionadas dimensões entrecruzadas, mas também apontar para alguns encaminhamentos coerentes com tal articulação.

De modo geral, concluímos ser necessário adotar intervenções sócio-organizacionais que propiciem transformações de um sistema macrojurídico desgastado, assim como transformações dos aspectos patogênicos da organização e gestão do trabalho. Tais intervenções devem, no nosso entender, ensejar medidas conjugadas de políticas públicas e de ações da sociedade civil organizada e da comunidade, quer seja de forma ampla, quer seja de forma mais circunscrita à instituição Guarda Municipal. Tais medidas,

segundo nosso ponto de vista, devem situar-se na intersecção entre as áreas de saúde, educação e gestão. Em poucas palavras, tratar-se-iam de ações interdisciplinares e intersetoriais voltadas à compreensão e transformação do desgaste sócio-psíquico-organizacional por nós analisado.

a) Nem fora, nem dentro: o modelo do *desgaste* e o *stress* des-segmentado:

> *"é genial essa teoria que não se preocupa com as dosagens (...) em descrever fatores exógenos e fatores endógenos (...) tudo é exógeno e, ao mesmo tempo, tudo é endógeno (...) única solução metapsicológica radical para as questões metafísicas sem fim sobre o interior e o exterior".*
> (La Planche, 1992, p.121).

> *"Nada existe de externo e nada de interno,*
> *Pois dentro ela está fora e fora dentro (...)*
> *Não tem a natureza núcleo,*
> *Nem a crosta externa,*
> *Sendo ao mesmo tempo todas as coisas.*
> (Goethe, Apud Elias, 1939, p.60).

Avaliamos ser de extrema importância uma melhor compreensão da totalidade etiológica e da dinâmica dialética do *stress*. Tal tipo de compreensão é avessa às concepções mecanicistas de causa e efeito e ao modelo estímulo-resposta. A visão dialética (Berger, 1971; Berger & Luckmann, 1978; Minayo, 1996; Laurell & Noriega, 1989) articulada à visão psicodinâmica (Dejours, 1992; 1994; Enriquez, 1997a; 1990; Seligmann-Silva, 1994; 1995) torna a dicotomia exterioridade/interioridade algo sem fundamento, ou até mesmo uma simplificação conivente à ideologia ou mistificação da realidade (Eagleton, 1997; Motta, 1986; 1992; Adorno, 1995).

Segundo nosso ponto de vista, é necessário des-segmentar a visão segmentada de que o *stress* encontra-se no interior ou "dentro" das pessoas (Lipp, 2000) *ou* de que seja uma mera resposta (reação de luta e fuga) mobilizada por estímulos ambientais externos (de

"fora" das pessoas) (Guimarães, 2000, p.67; Silva Netto, 1998, p.32). Ademais, julgamos que a visão biologizante do *stress* tende a ocultar aspectos sociais e psicodinâmicos nada desprezíveis. Tal visão tende a tratar do corpo biológico enquanto uma entidade genética e destacada do campo ontológico no qual o primeiro necessariamente se situa. Ou ainda, trata das respostas corporais como reações frente a um ambiente, sem explicitar que esse ambiente é capitalista, perpassado por relações de poder e dominação e por *desgaste* sócio-organizacional.

Vale então considerar que o "ambiente" (leia-se dimensão sócio-institucional) não é neutro e inclui uma série de representações social, cultural e ideologicamente construídas. Ademais, a visão biologizante tende, na sua expressão cognitivista, a relacionar o *stress* a um pessimismo, ou seja, a uma atitude psicológica negativa frente ao "mundo externo" (como se a descrença em torno de modelos institucionais anacrônicos fosse uma mera expressão de uma aspecto de personalidade, segmentado da realidade concreta, ou ainda, o que é pior, mera expressão de um desajuste psicológico frente os ditames sociais que, por sua vez, tendem a não serem criticados e nem sequer questionados). Em outras palavras, situamo-nos frente a dois aspectos problemáticos: o da visão acrítica do "mundo externo" e o da visão do "mundo interno" enquanto entidade passível de ser abordada como separada da realidade concreta na qual se estrutura e se desenvolve.

Vale mencionar que nossa crítica ao modelo biológico e comportamental cognitivista não implica em negar que tal campo do saber possa nos fornecer conceitos e reflexões que possam se afastar das tendências ideológicas que, segundo nosso argumento, nele se fazem presentes. Ademais, também compreendemos que a Psicologia de modo geral e o próprio referencial psicanalítico podem incorrer no mesmo tipo de segmentação e simplificação dos fenômenos bio-psíquicos e sócio-organizacionais.

Segundo nossa compreensão, a segmentação do indivíduo tanto em relação ao corpo social como ao corpo biológico relaciona-se à dicotomização externo-interno. Tal segmentação ou dicotomização pode ocorrer toda vez que a Psicologia (em qualquer vertente) apresenta-se como construção teórica "independente", ou seja, passível de ser elaborada sem diálogo com as disciplinas das Ciências Sociais, tal como a Sociologia e a Antropologia, ou ainda, sem diálogo com as visões mais atuais e interdisciplinares da

Psicossomática (Mello Filho, 1992; Eksterman, 1992; Dejours, 1988; Sato, 1998; Limongi-França, 1999; 1992).

Vale porém ressaltar que, tanto na nossa análise teórica como na análise dos dados empíricos da pesquisa, argumentamos que a segmentação ou dicotomização não ocorre na obra de Freud (1921; 1927), mas sim no psicanalismo (Castel, 1978). Mais do que isso, argumentamos que tal tipo de equívoco epistemológico é justamente o que é duramente criticado no campo do pensamento psicanalítico e da Psicologia do Trabalho no qual a teorização sobre o psíquico se dá lado a lado à teorização sobre o social, o cultural, o ideológico e o institucional (Aubert, 1994; Aubert & Gaulejac, 1991; Enriquez, 1997a; 1997b; 1995; 1990; Davel & Vasconcellos, 1995; Pagès, 1990; Lourau, 1975; Lapassade, 1974; Heloani, 1996a; 2003).

Portanto, ao analisarmos o *stress* enquanto um *desgaste* bio-psíquico e sócio-organizacional nos quais não há núcleo nem crosta e no qual o exógeno não existe separado do endógeno e vice-versa, ou ainda, no qual o coletivo não existe separado do individual e vice-versa, buscamos elucidar a complexidade dos processos saúde-doença e apontar para a sua natureza dialética e para as dimensões políticas (leia-se relações de poder e tensão entre o instituído e o instituinte) a eles subjacentes.

b) A necessidade de escuta do *stress* como agente potencial de transformações da realidade sócio-psíquico-organizacional:

O *stress* pode e deve ser compreendido em suas possibilidades institucionais transformatórias e não deve ser compreendido como sinal de fragilidade individual ou mero fracasso adaptativo às condições adversas.

Em nossa pesquisa pudemos verificar, a partir da escuta do *stress*, que muitas das considerações não raramente irritadas e até hostis dos GMs em relação à realidade social e organizacional embutiam uma série de proposições potencialmente transformadoras. Tal análise ficou nítida quando abordamos um aspecto específico da gestão organizacional: a formação técnico-profissional. Foi possível perceber que os GMs tinham consciência das necessidades ou lacunas de sua formação profissional. As sugestões coletadas apontaram que os mesmos não somente reivindicavam um aprimoramento do conhecimento técnico e prático, mas também ampliação de sua participação nas decisões da gestão, assim como

ampliação de subsídios para uma melhor assimilação dos aspectos atitudinais éticos e legais relacionados à ação profissional.

Segundo nosso ponto de vista, quando substituímos a idéia do *controle* do *stress* pela noção de *escuta* do mesmo, faz-se possível perceber que o *desgaste* envolve uma potencialidade crítica não sucumbida ou desvitalizada. Ou seja, faz-se possível perceber que a atitude estressada luta para não imobilizar o indivíduo e o coletivo dos trabalhadores na lógica do instituído e que, nesse sentido, não está fadada a uma resistência passiva. Assim, pudemos compreender o *stress* como uma *defesa ativa* não somente da dimensão bio-psíquica, mas sobretudo como uma *defesa política* capaz de criar condições mais democráticas de relações de trabalho e, assim, indicar, desencadear ou até mesmo efetivar mudanças dos aspectos sócio-organizacionais patogênicos e alienantes.

Vale também mencionar a necessidade de escuta a respeito do *stress* em relação à dinâmica específica de cada posto de trabalho na Guarda Municipal. Conforme verificamos na pesquisa, os distintos postos de trabalho envolviam diferentes dinâmicas, a despeito dos aspectos em comum. Tais diferenças redundavam em diferentes porcentagens de *stress* e em queixas mais ou menos distintas em relação ao trabalho e à gestão do mesmo.

De modo geral, segundo nossa compreensão, as medidas a serem adotadas face ao *stress* ou *desgaste* devem possibilitar os GMs a lidar com os distintos aspectos das situações de trabalho (conflitos, ansiedades, medos) sempre de uma forma *ativa* e *participativa*, uma vez que são tais condições de enfrentamento das adversidades que se revelaram como verdadeiros antídotos contra o *stress* e, em alguns casos, até mesmo como elementos propiciadores de um trabalho prazeroso e estruturante da identidade, ou seja, de um trabalho sublimatório.

2. Em prol de uma política pública conjugada de saúde e educação no trabalho das Guardas Municipais:

A pesquisa nos revelou que se faz necessária alterações do *desgaste sócio-organizacional*. Algumas intervenções são de natureza macro e intersetorial, tal como a necessidade de uma melhor definição legal do papel e limites de atuação das Guardas Municipais na Segurança Pública no interior de uma reconstituição do modelo ou sistema policial como um todo. Tal tarefa demanda ações conjugadas entre sociedade civil, autoridades, empresariado, comunidade e demais atores sociais envolvidos no

enfrentamento da violência concreta ("delinqüência") e da violência institucional (gestão organizacional burocrática e patogênica). Em outras palavras, tratam-se de medidas que demandam diálogo e vontade política para se estabelecer articulações, negociações e consensos entre distintas instâncias sociais e institucionais.

Em relação aos aspectos organizacionais mais diretamente relacionados à nossa pesquisa, julgamos necessário apontar para alguns encaminhamentos para a formação técnico-profissional, assim como para a atuação do psicólogo que atua nas Guardas Municipais.

a) A formação técnico-profissional: dos aspectos técnicos às questões da ética e da saúde no trabalho:

Tendo em vista os dados coletados e a análise dos mesmos no que se refere à formação técnico-profissional, pudemos refletir sobre os aspectos prioritários para um melhor preparo e treinamento profissionais dos guardas municipais. Os encaminhamentos que sugerimos englobam tanto aspectos técnicos (grade curricular e conhecimentos técnicos, teóricos e práticos) quanto diretrizes para uma gestão organizacional compromissada com a saúde e ética no trabalho.

Compreendemos que o currículo do Estágio de Formação e dos Cursos de Reciclagem merece ser continuamente repensado e reformulado em prol da superação das contradições e do *desgaste* sócio-organizacional. Os encaminhamentos por nós sugeridos basearam-se nas propostas dos GMs, na pesquisa dos currículos de várias Guardas Municipais do país, no currículo então vigente na Guarda Municipal pesquisada, na entrevista com um ex-coordenador da Academia Preparatória de Guardas Municipais, assim como nas nossas referências teóricas sobre análise das instituições e modelos de gestão, ou ainda, na análise geral dos dados dessa pesquisa.

Em relação ao currículo, compreendemos que a diretriz geral do mesmo deva ser estabelecida a partir de dois aspectos básicos: que ele seja específico para a função de guarda municipal, de forma a assumir uma identidade distinta da do currículo da PM e da Polícia Civil (ainda que com alguns pontos em comum); que ele priorize conhecimentos teórico-práticos voltados à ação local de caráter comunitário e preventivo, sempre levando em conta as especificidades e vocação de cada município em questão.

a.1) Sugestão de currículo:

A sugestão de currículo que apresentamos foi elaborada tendo em vista a realidade do município da Guarda Municipal por nós pesquisada e deve ser adaptada senão repensada para Guardas Municipais de outros municípios. Dentre as disciplinas a serem desenvolvidas, elencamos as seguintes:

1. Direito Penal
2. Direito Administrativo
3. Direito Ambiental
4. Direito Constitucional
5. Direitos Humanos
6. Direitos do Consumidor
7. Legislação de Trânsito
8. Estatuto da Criança e do Adolescente
9. Aspectos Legais da Atuação do Guarda Municipal
10. Meio-ambiente e Áreas de Proteção Ambiental no Município
11. Geografia Urbana e Proteção dos Bens, Serviços e Instalações Municipais
12. Armamento e Tiro Defensivo
13. Educação Física e Defesa Pessoal
14. Pronto-socorrismo e Noções Emergenciais
15. Prevenção e Combate a Incêndio
16. Organização Policial
17. Técnicas e Táticas Policiais
18. Ética Profissional do Guarda Municipal
19. Noções em Psicologia, Psiquiatria e Saúde Ocupacional
20. Psicologia Social e Relações Humanas
21. Sociologia
22. Atendimento ao Público
23. Operação de Rádio e Telefone
24. Direção Defensiva e Ofensiva
25. Técnicas de Observação, Descrição e Redação

Consideramos que deva haver uma prioridade para cursos na área do Direito, mas sempre relacionando-os à questão da ética e dos limites da atuação legal, de modo a superar um enfoque meramente informativo ou teórico. De modo geral, os cursos devem atentar para os aspectos práticos relacionados aos conhecimentos teóricos, assim como devem ser condizentes com os aspectos específicos das Guardas Municipais e dos municípios onde elas se situam. Os cursos de natureza eminentemente prática devem, na medida do possível, envolver estágios ou treinamentos *in locus*, ou seja, no contexto real de atuação profissional.

As disciplinas *Ética Profissional* e *Aspectos Legais da Atuação do Guarda Municipal* também devem ser compreendidas como prioritárias. Segundo nossa análise, devem ser cotidianamente ministradas à luz dos demais conhecimentos das disciplinas da área de Direito. Tais disciplinas devem abordar temas como violência urbana e violência policial, abuso de poder, tortura e corrupção. O foco ou eixo central das mesmas deve ser o de relacionar aspectos éticos e atitudinais da ação profissional à polêmica questão dos limites legais de atuação do guarda municipal no patrulhamento ostensivo de caráter repressivo. Tais disciplinas também devem abarcar questões como processos judiciais cabíveis frente às transgressões éticas e legais, assim como as formas legalmente legitimadas de procedimento a serem adotadas nas ruas, nas escolas e nos distritos policiais. Ambos os cursos também devem instrumentalizar o guarda para formas de atuação preventiva e para formas de atuação que promovam e asseguram os direitos sociais coletivos.

Os aspectos teóricos de tais disciplinas devem ser sempre abordados à luz das experiências práticas dos guardas municipais já em exercício do cargo, de modo a propiciar discussões e reflexões que estimulem e/ou propiciem a auto-gestão das distintas equipes de trabalho.

A disciplina de *Educação Física e Defesa Pessoal* deve incluir técnicas de uso de tonfa, defesa pessoal e condicionamento físico, sendo que este último deve ser constantemente oferecido, e não fazer-se presente somente no Estágio de Formação.

A disciplina *Técnicas e Táticas Policiais* deve incluir técnicas de abordagem em duplas no patrulhamento a pé e motorizado urbano, técnicas de vigilância dos bens e patrimônios e técnicas de policiamento ambiental. As duas últimas também devem se fazer presentes, respectivamente, nos cursos *Geografia Urbana e Proteção dos Bens, Serviços e Instalações Municipais* e de *Meio-ambiente e Áreas de Proteção Ambiental no Município*. Novamente frisamos que tais técnicas de abordagem devem ser abordadas à luz de experiências, discussões e reflexões em torno das ações profissionais vivenciadas no cotidiano de trabalho.

A disciplina *Noções em Psicologia, Psiquiatria e Saúde Ocupacional* deve abordar os seguintes temas ou aspectos: drogadição, alcoolismo, tabagismo, delinqüência,

distúrbios psiquiátricos, *stress*, doenças psicossomáticas, motivação e adaptação ao trabalho e aspectos psicossociais do trabalho em Segurança Pública.

Os cursos de *Atendimento ao Público* e de *Psicologia Social e Relações Humanas* devem abordar aspectos como o relacionamento interpessoal, relacionamento grupal, liderança, relação intra e inter equipes e relacionamento com a população.

A disciplina de *Sociologia* deve abordar uma visão crítica sobre as relações sociais, trabalho policial, criminalidade, violência e drogadição, de forma a favorecer as ações municipais preventivas sobre as ações repressivas.

Os cursos de *Armamento e Tiro* e de *Educação Física e Defesa Pessoal* devem ser oferecidos na formação e também continuamente nos Cursos de Reciclagem.

Os Cursos de Reciclagem (contínuos) também devem incluir a prática de debates sobre ocorrências e situações difíceis vivenciadas no trabalho, sempre sob a perspectiva de melhor definir a atuação legal do guarda municipal.

Os cursos de *Atendimento ao Público* e de *Psicologia Social e Relações Humanas* podem também fazer parte não somente do Curso de Formação, mas também em atividades periódicas dos Cursos de Reciclagem. Devem se dirigir sobretudo aos guardas municipais dos setores de Rádio e dos Parques Municipais e/ou estabelecimentos municipais de grande público. No caso dos segundos, indicamos também cursos periódicos de *Pronto-socorrismo e Noções Emergenciais.*

Os cursos de *Combate e Prevenção a Incêndio* devem ser também oferecidos periodicamente (e não somente na formação) para guardas municipais ambientais e guardas municipais de postos fixos (vigilantes de escolas e postos de saúde municipais).

Entendemos ser também importante cursos periódicos sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Estes devem ser prioritariamente oferecidos para guardas municipais escolares e para guardas municipais que realizam o patrulhamento a pé em locais centrais, onde aglomeram-se crianças e adolescentes socialmente excluídos.

Portanto, indicamos sugestões que possibilitem superar a dicotomia prático-teórico e que propiciem a concretização da autonomia, da ética e da saúde nas mais diversas atividades e relações de trabalho.

b) O papel do psicólogo do trabalho e o compromisso com as transformações da realidade sócio-institucional e dos aspectos patogênicos da gestão e organização do trabalho:

O papel do psicólogo do trabalho nas Guardas Municipais é um papel múltiplo, complexo, coletivo, político e interdisciplinar. Neste sentido, trata-se de um papel a ser desempenhado por um conjunto de psicólogos articulado aos papéis específicos de outros profissionais (médicos do trabalho, administradores, assistentes sociais e sociólogos).

As ações das equipes multiprofissionais devem ocorrer a partir de um diálogo permanente com o público-alvo (guardas municipais) e de forma articulada às discussões sobre os processos de trabalho acima sugeridas. Vale também explicitar a necessidade de articulação de tais ações com os *foros* de discussão de políticas públicas que envolvam distintas entidades e instituições direta ou indiretamente envolvidas nas áreas de Segurança, Educação, Saúde, Cultura, Esportes e Lazer.

Em relação a ação do psicólogo junto aos guardas municipais, vale retomar algumas considerações teóricas. Segundo havíamos antes explicitado, a Psicopatologia do Trabalho (Dejours, 1993) e a Psicanálise das Organizações (Enriquez, 1995; Leite, 1995) consideram que, para a viabilização de uma melhor compreensão dos reclamos dos trabalhadores, faz-se necessário a construção do *"espaço da palavra"* e da *"negociação"* no cotidiano organizacional. Somente através destes é que as capacidades críticas, expressas por vezes de forma distorcida, poderiam ser transformadas no sentido de uma ação comunicativa ideal (Habermas, Apud Rouanet, 1986), de sorte a se tematizar e problematizar os processos de trabalho e as relações de poder na organização. Segundo nossa compreensão, tal modalidade de ação comunicativa deve ser objetivo central do psicólogo do trabalho e das equipes multiprofissionais (sociólogos, médicos do trabalho, administradores, assistentes sociais e psicólogos).

Como apontamos anteriormente, cabe ao psicólogo do trabalho dar novos caminhos ao *stress* que não sejam o de seu mero controle. Ou melhor, cabe ao psicólogo do trabalho e aos demais profissionais supracitados enfrentar o *desgaste sócio-psíquico-organizacional* através de intervenções que propiciem a transformação organizacional, em detrimento, portanto, da busca de adaptação do trabalhador à desgastada situação sócio-organizacional.

A intervenção sobre os *processos organizacionais* relacionados ao *stress* é uma prática desejável e de melhores resultados do que a intervenção apenas *individual*. A articulação de diferentes saberes e segmentos da sociedade para que se efetive tal intervenção compartilhada deve ocorrer no sentido de configurar uma *"intervenção política"*, na qual esteja implicada a devida atenção de *" empresários"* e *"governos"* (Arantes, 2002, p.102; p.110-112).

A perspectiva interdisciplinar que deve balizar a intervenção do psicólogo do trabalho sobre as problemáticas sócio-psíquico-organizacionais deve opor-se à *"biologia do estresse"* e às falsas "receitas de cura" (*"diminuir o ritmo, trabalhar menos, distrair-se, descansar, não se preocupar muito"*) que retiram do trabalhador as possibilidades de expressão e elaboração de suas vivências estressoras e estressantes (Cabistani, 2000, p.259), assim como a reflexão crítica acerca das relações destas com a organização do trabalho e com o contexto de precarização social.

Portanto, cabe ao psicólogo do trabalho coordenar e/ou participar, junto de outros profissionais, de ações que permitam a discussão dos problemas relacionados à natureza da atividade profissional e à gestão da organização do trabalho. O psicólogo deve ser, nesse sentido, um estruturador de discussões e debates relativos ao cotidiano do trabalho. Em outras palavras, o psicólogo do trabalho deve agir enquanto promotor de estratégias de elaborações coletivas dos conflitos indivíduo-organização através da permanente criação de *foros* de negociação entre gestão e grupos de guardas municipais. Tais atividades, vale ressaltar, devem ser acompanhadas de pesquisas (questionários e entrevistas centradas em temas relacionados aos processos de trabalho).

No que tange às medidas gerenciais, consideramos que também devem ser levadas em consideração as seguintes sugestões apontadas por Farmer (1990, p.214): maior comunicação e participação nas decisões; melhores equipamentos; remoção de regulamentos desnecessários; programas de saúde organizacional e de assistência jurídica, social e familiar. Tais sugestões, vale dizer, também se fazem presentes em um conjunto de obras relacionadas a aspectos psicossociais, comunitários e administrativos do trabalho e gestão policiais, com destaque àquela relativa à ampliação da participação nas decisões e práticas, desta feita não somente em relação aos policiais, mas também em relação à própria

comunidade assistida (Goldstein, 2003; Greene, 2002; Monjardet, 2002; Bayley & Skolnick, 2001; 2002; Bittner, 2003; Brodeur, 2002).

De modo geral, compreendemos que o psicólogo na organização policial deva ser muito mais um "ser político", que vise influenciar através de sua capacidade comunicativa ações organizacionais transformadoras, do que um técnico de saúde mental no trabalho. Tal consideração não significa, porém, descartar medidas clínicas, tais como atendimentos grupais e/ou individuais de caráter terapêutico e/ou de orientação. Apenas ressaltamos que estes devam ser feitos a partir do raciocínio de que é necessário transformar a organização e gestão do trabalho e não adaptar acriticamente os indivíduos às mesmas. Reiteramos, portanto, nossa sugestão de que o psicólogo promova a tradução de expressões estressadas de caráter agressivo e hostil para uma linguagem mais assimilável às lideranças gerenciais. Consideramos que tal tarefa é essencial para que os gestores possam lidar de forma mais eficaz e menos conflitiva (leia-se menos persecutória) com seus recursos humanos.

Em relação à atividade clínica, cabe ao psicólogo criar espaços de elaboração de conflitos e angústias, desde que o faça a partir do resgate da dimensão real e social destas últimas, de forma a não tomá-las como meros resíduos de uma condição individualizada, de personalidade, fantasia, etc. Do nosso ponto de vista, o atendimento clínico deve evitar a dicotomia entre realidade psíquica e realidade concreta, uma vez que ambas são interdependentes e influenciam-se mutuamente, tal como reconhecem alguns psicanalistas organizacionais (Enriquez, 1997a; Pagès, 1990) e até mesmo clínicos (Coelho, 1995). As terapias breve, com delimitações mais objetivas, nos parecem ser um bom recurso clínico à realidade dos trabalhadores de Segurança Pública.

Ao lado das intervenções sociais, institucionais, gerenciais e clínicas, julgamos também ser necessário o desenvolvimento da *práxis* pedagógica acima comentada nos encaminhamentos relativos à formação técnico-profissional. No que compete especificamente ao psicólogo, salientamos a necessidade de permanente conscientização dos trabalhadores das teses presentes na área de saúde mental e trabalho. Neste sentido, a *práxis* pedagógica conduzida pelo mesmo deve visar a apreensão das referidas teses pelos próprios trabalhadores e não somente a sua comunicação ou "ensino" por parte dos "técnicos" em saúde mental e trabalho.

De modo geral, compreendemos que a ação educacional do psicólogo e dos demais "instrutores" deve inserir-se na realidade concreta e ser, ao mesmo tempo, emancipadora, participativa, conscientizadora, reflexiva, interdisciplinar e transformadora, ou seja, uma ação educacional construída coletivamente e sob a perspectiva sócio-política (Gonçalves, 1994, p.468-472; Ageno, 1994, p.550-556; Argumedo, 1985, p.190-192).[1] Dito de outra forma, tratar-se-ia de uma *práxis* pedagógica de caráter político, na qual o educacional se configuraria como elemento indissociável da saúde, ética e cidadania, ou ainda, como agente de transformação das relações de poder e dos aspectos patogênicos da realidade sócio-institucional.

Por fim, entendemos que deve haver uma seleção rígida dos candidatos ao cargo, baseada em instrumentos de diagnóstico fidedignos e não em instrumentos de aplicação mais rápida, mas de reconhecida limitação técnica. Cabe aos selecionadores enfrentar as exigências politiqueiras de rápido aumento do volume da corporação durante a gestão A ou B, pois os problemas da Segurança Pública não serão resolvidos pela pressa e muito menos pelo "mais do mesmo" (mais guardas, mais viaturas, maior controle etc) (Bretas, 1997).

A eficácia do trabalho do psicólogo do trabalho e dos demais profissionais envolvidos depende da estruturação de condições sócio-organizacionais que ainda não foram suficientemente intentadas ou planejadas. Eis aí, portanto, algumas sugestões por nós teorizadas em relação à renovação das práticas *psi* e multiprofissionais no contexto das organizações policiais e do enfrentamento do *stress* enquanto *desgaste sócio-psíquico-organizacional*. Admitimos a complexidade e a dificuldade de implantá-las, mas negamo-nos, por outro lado, a simplificar as coisas e a agir, inadvertidamente, no sentido da (re)produção de práticas e concepções que, desde o fim da ditadura, ainda não conseguimos, infelizmente, superar.

---

[1] O termo "instrutor" é corriqueiramente utilizado pelos alunos e coordenação da Academia Preparatória de Guardas Municipais, o que revela que a cultura organizacional apresenta influências de um modelo educacional clássico, senão autoritário. Nesse sentido, advertimos para as dificuldades do desenvolvimento de uma *práxis* pedagógica democrática e participativa, tal como a que caracteriza a perspectiva sócio-política por nós defendida.

3. Indicações finais:

Procuramos ao longo de todo o trabalho abordar nosso objeto de pesquisa de uma forma crítica (realista e potencialmente transformadora) e abrangente (dialética e interdisciplinar). Nosso objetivo de superar dicotomias é por nós compreendido como um objetivo de difícil execução, ou ainda, objetivo norteador, senão virtual.

De modo geral, acreditamos que nossa intencionalidade crítica tenha se concretizado tanto na nossa conceituação do *stress* como um *desgaste sócio-psíquico-organizacional*, como nos encaminhamentos relativos às intervenções sociais, institucionais, gerenciais, clínicas e pedagógicas por nós apontadas. Não obstante nosso esforço, avaliamos que há muitos caminhos ainda a serem percorridos para que nossos ideais libertários e transformadores de fato se consolidem não somente em nossas próprias proposições e contribuições teóricas, mas também nas proposições teóricas de nossos interlocutores-chave e, sobretudo, na dos interlocutores a quem dirigimos nossas críticas mais contundentes. Ademais, o que mais nos interessa e, ao mesmo tempo, mais nos parece difícil, é a concretização de tais ideais na prática concreta das instituições, ou seja, para além dos muros "racionais" da academia.

Segundo nosso ponto de vista, os encaminhamentos e modelos de ação sob uma perspectiva sócio-política não são tão difíceis de serem formulados no campo teórico. A dificuldade maior reside no como operacionalizar políticas de educação, saúde e gestão coerentes a tal perspectiva em um contexto sócio-institucional marcado pelo que Offe (1984, p.10-53) designou como *"problemas estruturais do capitalismo"*. Nossos encaminhamentos, nesse sentido, não foram formulados de forma ingênua e estamos cientes das dificuldades que eles encerram. Dito de outra forma, temos a ciência de que nossa contribuição, no sentido da crítica e da transformação do *desgaste sócio-organizacional* e das formas patogênicas de organização e gestão de trabalho, se deu no campo acadêmico e teórico (o "mundo das idéias") e que, nesse sentido, abrangeu apenas uma parcela das condições para que de fato se consolidem, no plano da realidade concreta das instituições policiais, novas formas de pensar e agir.

A necessidade de que a visão crítica e emancipatória vá além do plano teórico é inegável, cada vez mais urgente e até mesmo condição *sine qua non* para que tal visão mereça realmente ser condecorada com tais adjetivos. Tal possibilidade, vale dizer, requer a

participação de outros atores sociais e do envolvimento e participação coletivos em torno de algumas de "nossas" idéias e ideais.

De modo geral, explicitamos que o *stress* no trabalho de guardas municipais pode ser compreendido como um dos elementos de uma patologia social que, para ser revertida, requer um amplo movimento de busca do que poderíamos denominar um pacto social (em que pese o *desgaste* deste termo, tantas vezes proferido por autoridades e acadêmicos, mas igualmente inviabilizado ao longo de nossa trajetória social, política e institucional) (Pellegrino, 1983). Ou ainda, de busca da construção de processos comunicativos ideais e não distorcidos, nos quais relações de poder e de trabalho sejam de fato passíveis de serem tematizadas e transformadas (Rouanet, 1986, p.257-356).

A nossa aposta em possibilidades de transformação institucional e social a partir de noções como participação, comunicação, pacto e negociação não se contradiz com nossas considerações acerca da prevalência do *"imaginário enganador"* e da racionalidade instrumental nas organizações (Enriquez. 1997a, p.36), nem tampouco nega as formulações freudo-marxistas a respeito da estruturação de um *"sistema de poder sócio-mental"* nas mesmas (Pagès, 1990). Tal aposta, apoiada em um referencial teórico interdisciplinar, reflete nossa insistência em torno do pensamento dialético, segundo o qual existe não apenas *o* determinado e *o* possível, mas um conjunto de indeterminações e de possíveis no campo social. Ao lado da hegemonia do *"imaginário enganador"*, nos ensina Enriquez (1997a, p.36), pode se constituir o *"imaginário motor"*. Ao lado *dos "dispositivos de poder"*, nos ensina Foucault (1979), surgem brechas ou *"poros do poder"*.

Portanto, tendo em vista o conjunto de idéias e análises aqui articuladas, esperamos que tenhamos de fato dado nossa parcela de fomento (direto e indireto) ao imaginário motor e à "ocupação" dos poros de poder nas organizações. Em outras palavras, esperamos que nossa produção possa ser assimilada por nossos interlocutores, acadêmicos ou não, como uma produção coerente em relação às exigências que Foucault (1984, p.81), em entrevista a Ewald (Muchail, 1992, p.12-13), sabiamente nos apontou como cabíveis aos intelectuais, a saber, a de se *"pensar diferentemente do que se pensa e perceber diferentemente do que se vê"*.

BIBLIOGRAFIA:

ADORNO, Sergio e PERALVA, Angelina (1997). *Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo*. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.9, n.1. p-1-4, maio.

ADORNO, Theodor W. (1995). **Palavras e sinais**: modelos críticos II. Petrópolis, RJ: Vozes, 259p.

AGENO, Raúl Mario (1994). *O psicólogo na(s) instituição(ções) educativa(s)*. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n.49, p.550-557, dez.

AKTOUF, Omar (1992). *O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas*. In: CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. 1.ed. São Paulo: Atlas, v.II, cap.2, p.39-79.

ALCINO, Adriana Batista de (2000). *Criando stress com o pensamento*. In: **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.33-50.

ALEXANDER, Franz (1989). **Medicina psicossomática**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

ALLEGRETTI, R. (1989). **A lógica institucional**: a polícia militar pela ótica de seus mecanismos. São Paulo: CAES (Curso de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar).

ALMEIDA, Fernando Henrique Mendes (1992). **As guardas municipais na constituição**. In: SANTOS, Antonio J. Silva (org.). Americana, SP : Maziaro.

ANTONIAZZI, A. S. et al (1998). *O conceito de coping: uma revisão teórica*. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.3, n.2, p.237-94.

ANTUNES, Ricardo (2004). **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. Campinas, SP: Autores Associados, 172p.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha, VIEIRA, Maria José Femenias (2002). **Estresse**. São Paulo: Casa do Psicólogo, Coleção Clínica Psicanalítica, 142p.

ARGUMEDO, Manuel Alberto (1985). *Em busca de uma metodologia de ação institucional: uma experiência de pesquisa e planejamento participativo nos sertões do Canindé*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, cap. VIII, p.189-222.

AUBERT, Nicole (1994). *A neurose profissional*. In: Chanlat, Jean François (org.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. 1.ed. São Paulo: Atlas, p.163-193.

AUBERT, Nicole, GAULEJAC, Vincent (1991). **Le coût de l'excellence**. Paris: Edition du Seuil, cap.10 (L'individu et l'organisation), p.231-271.

ÁVILA, Lazslo Antonio (1996). **Doenças do corpo e doenças da alma**: investigação psicossomática psicanalítica. São Paulo: Escuta, 248p.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla (1988). **Direitos humanos**: coisa de polícia. São Paulo: CAPEC (Centro de Assessoramento a Programas de Educação para a Cidadania), Ministério da Justiça, 90p.

BARBOSA, João Ilo Coelho (2000). *Sinto-me estressado por não saber dizer não*. In: LIPP, M. E. N. **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.97-112.

BARBOSA, Livia (1992). **O jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 153p.

BARCELLOS, Caco (1992). **Rota 66**: a história da polícia que mata. 26.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1994. 274p.

BARDIN, Laurence (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 229p.

BAREMBLITT, Gregório (1984). **O inconsciente institucional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 164p.

_____. (1992) **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 204p.

BARROSO, Sirlene Batosi (1997). **Estudo sobre violência em bairro periférico do município de Campinas**: da subjetividade das causas externas à subjetividade dos moradores e profissionais. São Paulo : PUC, Dissertação de Mestrado.

BASS, M. (1982). *Stress: a police woman officer's view*. EUA: **Police Stress**, v.5, n.1.

BEEHR, T. (1979). *Personal anda organizational strategies for handling job stress: a review and opinion*. In : **Personnel Psychology**, v.32, n.1, p.1-43. USA.

BERGAMINI, Cecília Whitaker (1997). **Motivação nas organizações**. 4ed. São Paulo, Atlas, 214p.

BERGER, Peter (1971). *Indivíduo e sociedade. In:* **El dosel sagrado**, Amorrortu Editores, Buenos Aires, Cap.1, Exertos.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas (1978). **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 247p.

BETTINGER, K. (1984). *Rational emotive therapy and post-shooting trauma*. USA: **Police Marksman,** v.9, n.2.

BIAGGIO, Angela M. B. (2000). *A ansiedade do dia-a-dia*. In: LIPP, M. E. N. **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.51-60.

BICUDO, Hélio Pereira (1976). **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. 2.ed. São Paulo: Pontifícia Comissão Justiça e Paz, 279p.

BINELLI, Silvia (1987). **Formação de oficiais femininas**. São Paulo: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar, Monografia, 1987.

BIRMAN, Joel (2000a). **Entre cuidado e saber de si**: sobre Foucault e a Psicanálise. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 105p.

_____. (2000b). **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 300p.

BITTNER, Egon (2003). **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp (Série Polícia e Sociedade, n.8), 383p.

BLEGER, José (1989). **Psico-higiene e psicologia institucional**. 2.ed. Porto Alegre : Artes Médicas, 138p.

_____. (1980). **Temas de psicologia**: entrevistas e grupos. São Paulo: Martins Fontes, cap.4 (*O grupo como instituição e o grupo nas instituições*), p.83-99.

BLANCO, Antonio Carlos Carballo. *Prevenção primária, polícia e democracia*. **Revista do ILANUD**, São Paulo, Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, p.93-106, 2002.

BOARD, (). **El psicoanálisis de las organizaciones**. Buenos Aires: Paidós, 145p.

BORGES, Luiz Henrique (1997a). *Trabalho e Doença Mental*: reconhecimento social do nexo entre trabalho e doença mental. In: JARDIM, Silvia (org). **A danação do trabalho**: organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro : Editora Terocorá, parte II, cap.8, p.193-201.

_____. (1997b). *Organização do trabalho e saúde de bancários*. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.25, n.93-94.

_____. et. al. (1996). *Análise das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da polícia civil no Espírito Santo*. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.24, n.91-92.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) (1985). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, cap. 1 (*Participar-pesquisar*), p.7-14.
BRANDÃO, Washington Luiz (1980). **Cultura e aculturação na polícia militar**. São Paulo: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar, Monografia, 1980.
BRATZ, Lloy L (1993). *O combate ao estresse policial*. **Revista Especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, número especial, p.47-51.
BRETAS, Marcos Luiz (1997). *Observações sobre a falência dos modelos policiais*. **Tempo Social**, *Revista de Sociologia da USP*, v.9, n.1. p.79-94, maio.
BRODEUR, Jean-Paul (org.) (2002). **Como reconhecer um bom policiamento**. São Paulo: Edusp (Série Polícia e Sociedade, n.4), 306p.
BURKE, R. (1987). *Burnout in police works: an examination of the cherniss model*. EUA: **Group and Organizational Studies**, v.12, n.2.
BURKE, R., DESZCA, E. (1986). *Correlates of pshychological burnout phases among police officers*. EUA: **Human Relations**, v.39, n.6.
CABISTANI, Roséli Maria Olabarriaga (2000). *A psicanálise na escuta do sujeito estressado*. In: JERUSALINSKI, Alfredo, MERLO, Álvaro Crespo, GIONGO, Ana Laura (org.). **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, cap.5, p257-260.
CABRAL, Mara Aparecida Alves (1985). **Estudo descritivo de aspectos psicossociais de pacientes acometidos de artrite reumatóide, tratados na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp**. Campinas, SP: Faculdade de Medicina da UNICAMP, Tese de Doutorado.
CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (1991). *Direitos humanos ou "privilégio de bandidos"?* **Novos Estudos Cebrap**, n.30, p.162-174, jul.
CAMUS, Albert (1947). 2.ed. **A peste**. São Paulo: José Olympio, 1973. 185p.
CANGUILHEM, Georges (1966). **O normal e o patológogico**. 5ed. RJ: Forense Universitária, 2002. 307p.
CAPPS, F. (1984). Peer counseling - an employee assistence program. USA: *FBI Law Enforcement Bulletin*, v.53, n.11.
CAPRA, Fritjof (1982). **O ponto de mutação**. São Paulo, Cultrix, capítulo 10 (*Holismo e saúde*), p.299-350.
CARSON, S. (1987). *Shooting, death trauma, and excessive force*. In: **Police Managerial**: *Use of Pshycology and Pshycologists*, edited by H. More and P. Unsinger. Springfield: IL: Thomas.
CASTEL, Robert (1978). **O psicanalismo**. RJ: Graal.
_____. (1998). **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 611p.
CASTOR, Belmiro Valverde Jobim, JOSÉ, Herbert Antonio Age (1998). *Reforma e contra-reforma: a perversa dinâmica da administração pública brasileira*. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Pública**, n.6, v.32, p.97-111, nov.dez.
CAVARALLO, James (1997). *Brutalidade policial urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: **Human Rigths Watch/Americas**, 117p.
CAVASSANI, Sônia Maria Correa (1998). **A utilização da violência na atividade policial**: da insanidade coletiva à loucura solitária. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, Mestrado em Psicologia, 133p.

CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes (2000). *Psicossomática: um estudo histórico e epistemológico*. **Psicologia, Ciência & Profissão**, Conselho Federal de Psicologia, ano XX, n.4, p.64-78.
CHACÓN, Manuel Garro (1991). **Funciones de la policia dentro de un Estado de Derecho**. San José, Costa Rica: Seccion Publicaciones M.S.J.
CHANDLER, J. (1986). *Statewide police psychology program – guidelines for development*. **Psychological Services for Law Enforcement**, edited by J. Reese and H. Goldstein. Washington: DC, USGPO.
CHANLAT, (org.) (1994). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, v.1, v.2, v3.
CHESNAIS, François (1996). **A mundialização do capital**. 1.ed. São Paulo: Xamã, 335p.
CÒDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS CID 10 - CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, p.21-39 (*Lista de categorias*), p.130-170 (*Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes*), 1993.
CODO, Wanderley, JACQUES, Maria da Graça (orgs.) (2002). **Saúde mental e trabalho**: leituras. Petrópolis, RJ: Vozes, 420p.
COELHO Jr., Nelson (1995). **A força da realidade na clínica freudiana**. São Paulo: Escuta, 199p.
CONNOLY, F., BAND, S. (1986). *Optimal health services: a welness approach for health management for Indianapolis police officers*. **Psychological Services for Law Enforcement**, edited by J. Reese and H. Goldstein. Washington: DC, USGPO.
COOPER, C. DAVIDSON, M., ROBSON, P. (1982). *Stress in the police service*. USA: **Journal Occupational Medicine**, v.24, n.1.
COSTA, Jurandir Freire (1986). 2.ed. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 189p.
_____. (1989). **Psicanálise e contexto cultural**. Rio de Janeiro: Campus. 175p.
_____. (1994). **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. RJ: Relume Dumará, 195p.
_____. (1995). **A face e o verso**: estudos sobre o homoerotismo II. SP: Escuta, 303p.
CRELLA Jr., José (1992). **Parecer sobre guardas municipais na constituição**. São Paulo: Diretoria de Assuntos Comunitários.
CRUZ, Soraia Georgina Ferreira de Paiva (1989). **Herói ou bandido ? Estudo sobre a produção de identidade em policiais militares**. São Paulo : PUC, Psicologia Social, Dissertação de Mestrado.
CUBERT, Jaume (1983). **La policia y la prevención de la criminalidad**. Madri: Alianza, (Coleção Polícia y Sociedad Democrática).
DaMATTA, Roberto (1982). *As raízes da violência no Brasil*. In: PAOLI, M. C. (org.). **Violência Brasileira**. São Paulo : Brasiliense, 1982.
_____. (1990). **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 287p.
DAVEL, Eduardo Paes Barreto, VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira (org.) (1995). **Recursos" humanos e subjetividade**. 1.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, p.23-28 (*Introdução*).
DEDECCA, Claudio Salvadori, BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, HENRIQUE, Wilnês (1996). *Mercado de trabalho e exclusão no Brasil*. **Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo**, ano 2, n.2, p.9-28.

DEDECCA, Claudio Salvadori, BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, ROSANDISKI, Eliane (1997). *A questão da ocupação urbana no Brasil nos anos 90*: uma reflexão a partir dos dados da PNAD. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.181-201, maio.

DEJOURS, Christophe (1999). **A banalização da injustiça social**. 1.ed. São Paulo : Fundação Getúlio Vargas, 154p.

_____. (1988). **O corpo, entre a biologia e a psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 183p.

_____. (1992). 5.ed. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez.

_____. (1994) 2.ed. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo, Atlas, 145p.

_____. (1993). *Inteligência operária e organização do trabalho*: a propósito do modelo japonês de produção. In: Hirata, Helena (org.). **Sobre o modelo japonês**: automatização, novas formas de organização do trabalho e de relações de trabalho. São Paulo: Edusp, p.281-309.

_____. (1989). *Introdução à psicopatologia do trabalho*. In: Hirata, Helena (org.). São Paulo, **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, 1(2), p.73-103 (Divisão capitalista do trabalho). 2°sem..

_____.(1986). *Por um novo conceito de saúde*. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.14, n.54.

DEJOURS, Christophe, MOLINIER, P. (1996). **Psychodynamique du travail et psychologie clinique du chômage**. Paris: CNAM, out..

DELEUZE, Gilles (1992). **Conversações**. 1.ed. São Paulo: Editora 34, p.23-36 (*Entrevista sobre o anti-édipo*), p.209-226 (*Controle e devir*; *Sobre as sociedades de controle*). 232p.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix (1995). **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, v.1, 96p.

DELLA NINA, Denisa (1985). **A figura da polícia feminina na Polícia Militar**. São Paulo: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar, Monografia.

DEPUE, R. (1981). *High-risk lifestyle: the police family*. USA: **FBI Law Enforcement Bulletin**, v.50, n.8.

DEPUE, R. (1987). *High-risk lifestyle: the police family*. USA: **Georgia Trooper**, v.1, n.3.

DIETRICH, J., SMITH, J. (1986). *Nonmedical use of drugs including alcohol among police personnel*. USA: **Journal of Police Science and Administration**, v.14, n.4.

DUFFORD, T. (1986). **Police personal behavior and human relations**. Springfield, IL: Thomas.

EAGLETON, Terry (1997). **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: UNESP/Boitempo, 204p.

EÇA, Antonio José (1998). **"Mão pra cabeça"**: considerações sobre a identidade do policial militar. São Paulo : Universidade São Marcos, Psicologia Social, Dissertação de Mestrado.

EKSTERMAN, Abram (1992). *Psicossomática: o diálogo entre a Psicanálise e a Medicina*. In: MELLO FILHO, Julio (org.). **Psicossomática hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, p.77-88, 385p.

ELIAS, Norbert (1939). **A sociedade dos indivíduos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. 201p.

ELLISON, K., GENZ, J. (1983). **Stress and the police officer**. Springfield, IL: Thomas.

ELSTER, (1992). *Auto-realização no trabalho e na política: a concepção marxista da boa vida*. São Paulo, **Lua Nova**, Editora Marco Zero, n.25, p.61.-101.
ELY, D.L. e MASTARD, R.A. (1986). *The effect of recent life events stress in police officers*. **Journal Human Stress**, v.12, n.2, p.77-91, summer.
ENRIQUEZ, Eugène (1997a). **A organização em análise**. Petrópolis, RJ: Vozes, 301p.
_____. (1997b). O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v.37, n.1, p.18-29, jan./mar.
_____. (1995). Prefácio. In: DAVEL, Eduardo Paes Barreto, VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira (org.). **"Recursos" humanos e subjetividade**. 1.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p.7-22.
_____. (1990). **Da horda ao Estado**: Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 404p.
_____. (1991). *O trabalho de morte nas instituições*. In: KAËS, René. **A instituição e as instituições**. SP: Casa do Psicólogo, cap.3, p.53-79.
FALCONE, Eliane (2000). *Não sei o que fazer ou dizer quando alguém me critica*. In:LIPP. M. E. N. **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.85-96.
FARKAS, G. (1986). *Stress in undercover policing*. In: **Psychological Services for Law Enforcement**, edited by J. Reese and H. Goldstein. Washington: DC, USGPO.
FARMER, Richard (1990). *Clinical and managerial implications of stress research on the police*. U.S.A.: **Journal of Police Science and Administration**, v.17, n.3, p.205-218.
FELL, R., RICHARD, W, WALLACE, W. (1980). *Psychological job stress and the police officer*. U.S.A.: **Journal of Police Science and Administration**, v.8, n.1.
FERAUD, Henri (1979). **Le rôle social de la police dans la prévention de la criminalité dans une societé moderne et, plus particulièrment, dans la prévention de la délinquance juvénile**. Strsbourg: Conseil de l'Europe.
FERNANDES, Heloísa Rodrigues (1974). **Política e segurança**. São Paulo; Alfa-Omega, 259p.
_____. (1992). *Violência e modos de vida: os justiceiros*. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, 4(1-2), p.43-52.
_____. (1989) *Rondas à cidade: uma coreografia do poder*. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, 1(2), p.121-134.
FERRAZ, Flávio Carvalho (2002). **Normopatia**: sobreadaptação e pseudonormalidade. São Paulo: Casa do Psicólogo,148p.
_____. & VOLICH, Rubens Marcelo (org.) (1997). **Psicossoma**: psicossomática psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 234p.
_____. & VOLICH, Rubens Marcelo, ARANTES, Maria Auxiliadora de A.C. (org.) (1998). **Psicossoma II**: psicossomática psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 231p.
FIGUEIREDO, Luis Claudio (1995). **Modos de subjetivação brasileiros e outros ensaios**. 1ed. São Paulo : Escuta, 151p.
FILGUEIRAS, Júlio César, HIPPERT, Maria Isabel (2002). *Estresse: possibilidades e limites*. In: CODO, Wanderley, JACQUES, Maria da Graça (orgs.). **Saúde mental e trabalho**: leituras. Petrópolis, RJ: Vozes, cap.V, p.98-111.
FISCHER, Frida Marina, LIEBER, Renato Rocha, BROWN, Frederick M. (1995). *Trabalho em turnos e as relações com a saúde-doença*. . In: MENDES, Rene (org.). **Patologia do trabalho**. São Paulo: Atheneu, cap.21, p.545-572.

FLEIG, Mario (1993). **Psicanálise e sintoma social**. 1.ed. São Leopoldo, RG : Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 196p.
FLEURY, Maria Tereza Leme (1987). *Estórias, mitos, heróis: cultura organizacional e relações de trabalho*. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, n.27(4), p.7-18, out./dez.
_____. (1992). *O desvendar a cultura de uma organização : uma discussão metodológica*. In: FLEURY, Maria Tereza Leme, FISCHER, Rosa Maria (org.). 3.ed. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 168p.
FLEURY, Maria Tereza Leme, STEVENATO, Luiz Arnaldo, SHINYACHIKI, Gilberto (1997). *Entre a antropologia e a psicanálise: dilemas metodológicos dos estudos sobre cultura organizacional*. **Revista de Administração**, São Paulo, USP, v.32, n.1, p.23-37, jan./mar.
FONSECA, Débora Cristina (2000). **O drama dos papéis sociais**. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social.
FORATTINI, O. P. (1976). **Epidemiologia geral**. São Paulo: Edgard Blucher/EDUSP, 1976.
FOUCAULT, Michel (1985). **A história da sexualidade** : a vontade de saber. 8.ed. São Paulo : Graal, 152p.
_____. (1979) **Microfísica do poder**. 10.ed. Rio de Janeiro : Graal, cap.14 (*O olho do poder*), p.209-228, 1992. 295p.
_____. (1977) **Vigiar e punir**. 11.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994. 277p.
_____. (1977). *O cuidado com a verdade*. In: EWALD, F. **O dossier**: últimas entrevistas. Rio de Janeiro: Taurus, p.74-81.
FRANCO, Francisco Assis (1998). **Polícia Municipal e Democracia**. São Paulo : FGV, Dissertação de Mestrado.
FREUD, Sigmund (1894). **As neuropsicoses de defesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.51-72 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.3).
_____. (1895). **Estudos sobre a histeria**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.39-297 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.2).
_____. (1898). **O mecanismo psíquico do esquecimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.317-332 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.3).
_____. (1899). **Lembranças encobridoras**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.332-358 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.3).
_____. (1912). **A dinâmica da transferência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.131-143 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.12).
_____. (1913). **A disposição à neurose obsessiva**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.399-414 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.12).
_____. (1914). **Recordar, repetir e elaborar**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.190-203 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.12).
_____. (1915a). **Observações sobre o amor transferencial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.206-221 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.12).
_____. (1915b). **Os instintos e suas vicissitudes**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.129-162 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.14).

_____. (1917). **Luto e melancolia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.269-294 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.14).
_____. (1921). **Psicologia de grupo e análise do ego**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.87-179 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.18).
_____. (1922). **Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.271-286 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.18).
_____. (1923). **O ego e o id**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.23-90 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.19).
_____. (1927). **O fetichismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.179-188 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.21).
_____. (1927). **O mal estar na civilização**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.75-171 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.21).
_____. (1937). **Análise terminável e interminável**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.239-287 (Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.23).
FRIDMAN, Luis Carlos (2000). **Vertigens pós-modernas**: configurações institucionais contemporâneas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, *Coleção Conexões*, 99p.
FRIEDRICH, Thomas, MANNHEIM, Fachhochschule (2001). *Tudo fake ou o quê ?* In:DUARTE, Rodrigo (org.). **Kátharsis**. Belo Horizonte, MG: UFMG, p.244-250.
GALLEGO GARCIA, Jose Luis (1991a). **El funcionamento de la policia municipal como un cuerpo de policia comunitário**. San José, Costa Rica: [s.n].
_____. (1991b). **El uso de las armas de fuego por la policia de Madrid**. Madrid: [s.n].
GAMBOA, Silvio Ancizar Sanchez (1987). *A dialética da pesquisa em Educação: elementos de contexto*. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, cap.7, p.93-115.
GARCIA, Sylvia Gemignani (1996). *Cultura, dominação e sujeitos sociais*. **Tempo Social**, São Paulo, USP, v.8, n.2, p.159-176, out.
GASPARI, Elio (2002). **As ilusões armadas**: a ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, v.2, 507p.
GOFFMAN, Erving (1961). **Manicômios, prisões e conventos**. 3.ed. SP: Perspectiva, 1990, 312p.
GOLDBERGER, L., BREZNITZ, S. (1992). **Handbook of stress**: theoretical and clinical aspects. New York: The Free Press, p.212-228.
GOLDSTEIN, Herman (org.) (2003). **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: Edusp (Série Polícia e Sociedade, n.9), 461p.
GONÇALVES, Francisca dos Santos (1994). *Análise da prática pedagógica*. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n.49, p.468-484, dez.
GONZAGA, Odilon (1984). **Recuperação de policiais em fase de transtornos psicossomáticos na corporação**. São Paulo: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar, Monografia.
GOOLKASIAN, G., GEDDES, R., DEJONG, W. (1985). **Coping with police stress**. Cambridge, MA: ABT Associates.

GRAF, F. *Relationship between social suport and occupational stress among police officers* (1986). USA: **Journal of Police Science and Administration**, v.14, n.3.
GREEN, J.M. (1997). *Police as frontline mental health workers: the decision to arrest or refer to mental health agencies*. **Int. J. Law Psychiatri**, v.20, n.4, p.469-486.
GREENE, Jack R. (org.) (2002). **Administração do trabalho policial**: questões e análises. São Paulo: Edusp (Série Polícia e Sociedade, n.5), 177p.
GRODDECK, Georg Walther (1966). **Estudos psicanalíticos sobre psicossomática**. São Paulo: Perspectiva, 1992. 308p.
GUIMARÃES, Suely, Sales (2000). *Valores e princípios: aprendi assim*. In: LIPP. M.E.N. **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.61-74.
HARRISTON, Keith (1993). *Trabalho na "zona de combate" faz vítimas na polícia*. **Revista Especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, número especial, p.53-56.
HELOANI, Jose Roberto Montes (1996a). **Organização do trabalho e Administração**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Cortez.
_____. (1996b). *A mudança de paradigma no pós-fordismo: a nova subjetividade*. São Paulo: **Interações**, v.1, n.2, jul./dez..
_____. (1999). *A identidade do psicólogo do trabalho em tempos de globalização*. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.2, n.1, p.48-52.
_____. (2003). **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 240p.
_____. & CAPITÃO, Claudio Garcia (2003). *Saúde mental e Psicologia do Trabalho*. São Paulo, **São Paulo em Perspectiva**, 17(2); p.102-108.
HOLMES. T.H., RAHE, R. (1967). The Social Readjustment Rating Scale. In: **Journal of Psychosomatic Research**, 11, p.213-218.
HURREL, J., PATE, A., KLIESNET, R. (1982). **Stress among police officers**. USA, Cincinatti, OH : US Department of Health & Human Services, Centers of Disease Control, Div. Biomedical and Behavioral Science.
IACP (International Association of Chiefs of Police) (1984). **Police work and familie life**. *Training Key*, # 339. Gaithersburg, MD: Author.
JACOBS, P. (1987). *How female police officers cope with a traditional male position*. USA: **Sociology & Social Research**, v.72, n.1.
JARDIM, Silvia Rodrigues, PERECMANIS, Leila, SILVA FILHO, João Ferreira (1996). *Processo de trabalho e sofrimento psíquico: o caso dos pilotos do metrô do Rio de Janeiro* In: **II Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v.45, n.6, p.323-333.
JERUSALINSKI, Alfredo, MERLO, Álvaro Crespo, GIONGO, Ana Laura (org.) (2000). **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 300p.
JINKINGS, Nise (1994). **O mister de fazer dinheiro**: automotização e subjetividade no trabalho bancário. 1.ed. São Paulo: Sindicato dos Bancários de São Paulo, 135p.
KAHN, Túlio. *Panorama da criminalidade nos Estados: uma tentativa de classificação e interpretação*. **Revista do ILANUD**, São Paulo, Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, p.107-128, 2002.
KAPLAN, Harold I. & SADOCK, Benjamin J. (1990). **Compêndio de psiquiatria**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 750p.

KING, Stanley H. (1972). *Social Psychological Factors in Illness*. In : FREAMAN, Howard E., LEVINE, Sol, REEDER, Leo G. (org.). **Handbook of Medical Sociology**. New Jersey: Prentice-Hall : Second Edition, p.129-147.

KIRKCALDY, Bruce, COOPER, Cary L., RUFFALO, Paul. (1995). *Work stress and health in a sample of U.S. police*. **Pshycological Reports**, v.76, n.2, p.700-702, abr.

KOSÍC, Karel (1963). **Dialética do concreto**. 7ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 250p.

KREITNER, R., SOVE, M., WOOD, S., FRIEDMAN, G., REIF, W. (1985). *Search for the u-shaped relationship between occupational stressors and the risk of coronary heart disease*. USA: **Journal of Police Science and Administration**, v.13, n.2.

KROES, William M., HURRELL JR., Joseph, MARGOLIS, Bruce (1974a). *Job Stress in Policeman.* In:, v.2, n.2, p.145-155. USA : Northwestern University School of Law. **Journal of Police Science and Administration**

_____. (1974b). *Job Stress in Police Administrators*. In: **Journal of Police Science and Administration**, v.2, n.4, p. 381-387. USA : Northwestern University School of Law.

KURZ, Robert (1993). **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. SP: Paz e Terra, 244p.

KUTASH, I. e SCHLESINGER, L. (1980). **Handbook on stress and anxiety**. San Francisco: Josey-Bass.

LAPASSADE, Georges (1974). **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

LAPLANCHE, Jean (1992). **Novos fundamentos para a psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes.

LARA, Diogo (2004). **Temperamento forte e bipolaridade**. Porto Alegre, RS: Diogo Lara, 146p.

LASTÓRIA, Luiz Antonio Calmon (org.) (2003). *O torre eiffel: diversão como rito sado-masoquista*. In: **Tecnologia, cultura e formação**. São Paulo: Cortez, cap.11, p.181-192. 192p.

LAURELL, Ana Cristina, NORIEGA, Mariano (1989). **Processo de produção e saúde**: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 333p.

LEITE, José Eduardo Teixeira (1995). *Nós quem, cara pálida ? a razão depois de Taylor*. In : DAVEL, Eduardo Paes Barreto, VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira (org.). **"Recursos" humanos e subjetividade**. 1.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, cap.5, p.80-117.

LEITE, Márcia de Paula (1996). *A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional*. **Novos Estudos Cebrap**, n.45, p.79-96, jul.

_____. (1994). **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Escritta/Fapesp.

LEWIS, R.W. (1973). Toward understanding policie anomie. In: **Journal of Police Science and Administration**, v.1, p.484-490.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina, RODRIGUES, Avelino Luiz, (1999). **Stress e Trabalho**: uma abordagem psicossomática. 2.ed. São Paulo : Atlas, 154p.

_____. (1992). *Uma perspectiva psicossocial em Psicossomática: via estresse e trabalho*. In: MELLO FILHO, Julio (org.). **Psicossomática hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes (org.) (2004). **O *stress* no Brasil: pesquisas avançadas**. Campinas, SP: Papirus, 223p.

_____. (org.) (2002). **O stress do professor**. Campinas, SP: Papirus.

_____. (org.) (2000). *O que eu tenho é stress ? De onde ele vem?* In: **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.9-18.
_____. (org.) (2000). *O círculo vicioso: todos se estressam na família.* In: **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.169-182.
_____. (org.) (2000). *Fácil para os outros, difícil para mim. Por quê ?* In: **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.183-196.
_____. (1998). **Como enfrentar o stress**. 5.ed. Campinas, SP : Ícone, 94p.
_____. (org.) (1996). **Pesquisas sobre stress no Brasil**. Campinas : Papirus.
_____. & GUEVARA, Arnoldo J. de Hoyos (1994). *Validação Empírica do Inventário de Sintomas de Stress (ISS).* Campinas, SP : **Estudos de Psicologia**, v.11, n.3, p.43-49.
LOSICER, Eduardo (1995). *A pro-cura da subjetividade : a organização pede análise.* In: DAVEL, Eduardo Paes Barreto, VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira (org.). **"Recursos" humanos e subjetividade**. 1.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, cap.4, p.68-79.
LOURAU, René (1975). **El análisis institucional**. 3.ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1991,297p.
MAC CAFFERTY F.L. et all (1991). *Stress and Suicide in Police Officers: paradigm of occupational stress.* **Gig.Tr.Proof Zabol** (9), pp.18-21.
MAGALHÃES, Ruyrillo (2000). **Direito e Segurança Pública**: as nascentes Guardas Municipais rumo ao pioneirismo do policiamento ético-cívico-sócio-educacional. Campinas, SP: Átomo, 277p.
MAIA, Léa Rodrigues (1993). **Polícia feminina** – Perfil e Ambigüidade da Mulher Militar na Organização: assistência ou repressão ? São Paulo, PUC-SP, Dissertação de Mestrado.
MALAGRIS, Lucia Emmanuel Novaes (2000). *Correr, competir, produzir e se estressar.* In: **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.19-32.
_____. (1996). *Stress e úlceras gastroduodenais: interações clínico-psicológicas.* In: LIPP, Marilda Emmanuel Novaes (org.). **Pesquisas sobre stress no Brasil**. Campinas : Papirus, parte I, cap.5, p.83-108.
MARTELLI, Theresa A. (1989). *The Police Stress Survey/Reability and Relation to Job Satisfaction and Organizational Commitment.* USA :, 64, p.267-273. **Pshychological Reports**
MARTY, Pierre (1998). **Mentalização e psicossomática**. 1.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 55p.
MATEUS, Pedro Pereira (1989). **A polícia militar e a institucionalização das guardas municipais**. São Paulo: Policia Militar de São Paulo, Monografia, Curso de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar de São Paulo.
MATOS, Pedro Pereira (1989). **A Polícia Militar e a institucionalização das Guardas Municipais**. São Paulo : CAES (Curso de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar).
MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (1995). **A desordem do trabalho**. 2.ed. São Paulo : Scritta, 210p.
_____. (1996) *Emprego e concorrência desregulada : incertezas e desafios.* In: OLIVEIRA, Carlos Afonso Barbosa e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org.). **Crise e trabalho no Brasil** : modernidade ou volta ao passado ? 1.ed. São Paulo : Scritta, p.27-54.

MAYNARD, P., MAYNARD, N., McCUBBIN, H., SHAO, D. (1980). *Family life and the police profession – coping patterns wives employ in managing job stress and the family environment.* USA: **Family Relations**, v.29, n.4.
MAYNARD, P., MAYNARD, N. (1982). *Stress in police families – some police implications.* USA: **Journal of Police Science and Administration**, v.10, n.3.
McDOUGALL, Joyce (1991). **Em defesa de uma certa anormalidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 182p.
MELLO FILHO, Julio (org.) (1992). **Psicossomática hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 385p.
MEZAN, Renato (1985). **Freud**: pensador da cultura. São Paulo: Brasiliense, 600p.
MENDEL, Gérard (1985). *Actepouvoir et aliénation: perspectives sociopsychanalytiques.* In: DEJOURS, C., VEIL, C. WISNER (1985). **Psychopathologie du travail**. Paris: Entrepise Modern d'edition, p.140-156.
MINAYO, Cecilia Nunes (1996). 4.ed. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Hucitec, 269p.
MINGARDI, Guaracy (1991). **Tiras, gansos e trutas**: cotidiano e reforma na Polícia Civil. São Paulo : Ed. Página Aberta.
MONJARDET, Dominique (2002). **O que faz a polícia**: sociologia da força pública. São Paulo: Edusp (Série Polícia e Sociedade, n.10), 325p.
MORAES FILHO, Antonio Evaristo de (1987). *O círculo vicioso da corrupção.* In: **Sociologia da Corrupção**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.
MOTTA, Fernando Claudio Prestes (1986). **Organização e poder** : empresa, estado, escola. 1.ed. São Paulo : Atlas, 143p.
_____. (1992). As empresas e a transmissão da ideologia. **RAE**, São Paulo, EAESP/FGV, n.32(5), p.38-47, nov./dez.
_____. (1997). *Cultura e organizações no Brasil.* In: MOTTA, Fernando Claudio Prestes, CALDAS, Miguel P. **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. 1.ed. São Paulo: Atlas, parte I, cap.1, p.25--37.
_____. et al (2000a). *Cultura organizacional brasileira.* In: WOOD Jr., Thomas (org.). **Mudança organizacional**. 2.ed. São Paulo: Atlas, cap.2, p.34-58.
_____. et al (2000b). *O novo sentido da liderança: controle social nas organizações.* In: WOOD Jr., Thomas (org.). **Mudança organizacional**. 2.ed. São Paulo: Atlas, cap.6, p.117-149.
58.
MUCHAIL, Salma T. (1985). *O lugar das instituições na sociedade disciplinar.* In: RIBEIRO, Renato Janine (org.). **Recordar Foucault**. São Paulo: Brasiliense, p.196-208.
_____. (1992). *A trajetória de Michel Foucault.* **Extensão**, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.7-14, fev.
NORMANDEAU, Andre, LEIGHTON, Barry (1990). **A vision of the future of policing in Canada**. Canada: Police Challenge 2000 [s.l.], Ministry of the Solicitor General of Canada.
NUNES, Everardo (1983). *Os eventos da vida: uma revisão.* **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v.32, n.1, p.31-40.
OCQUETEAU, Frédéric (1997). *A expansão da segurança privada na França: privatização submissa da ação policial ou melhor gestão da segurança coletiva ?.* **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.9, n.1. p.185-195, maio.
OFFE, Claus (1989). **Capitalismo desorganizado**. 1.ed. São Paulo : Brasiliense.

_____. (1984). **Problemas estruturais do capitalismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.10-53.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. *Políticas públicas de segurança e políticas de segurança pública: da teoria à prática*. **Revista do ILANUD**, São Paulo, Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, p.57-75, 2002.

O'NEIL, M., HANEWICZ, W., FRANSWAY, L., CASSIDY-RISKE, C. (1982). *Stress inoculation training and job performance*. USA: **Journal of Police Science and Administration**, v.10, n.4.

O'NEIL, P. (1986). *Shift work*. In: **Psychological Services for Law Enforcement**, edited by J. Reese and H. Goldstein. Washington: DC, USGPO.

OSORIO, Luiz Carlos (2003). **Psicologia grupal**. Porto Alegre, RS: Artmed, 176p.

PAGÈS, Max et ali (1990). 2.ed. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 234p.

PAIXÃO, Antonio Luis (1982a). **A organização policial numa área metropolitana. Dados**, Rio de Janeiro, Revista de Ciências Sociais, 25(1), pp.63-89.

_____. (1982b). *Crimes e Criminosos em Belo Horizonte* (1932-1978). In: **Crime, Violência e Poder**. PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). São Paulo : Brasiliense.

_____. (1991) *Segurança privada, direitos humanos e democracia*. In: **Novos Estudos Cebrap**, n.31, p.131-142, out..

PARR, V. (1986). *Anatomy of streess*. In: **Psychological Services for Law Enforcement**, edited by J. Reese and H. Goldstein. Washington: DC, USGPO.

PASCHOAL, Janaína Conceição. *O papel das guardas municipais na Segurança Pública*. **Revista do ILANUD**, São Paulo, Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, p.157-169, 2003.

PAULO NETTO, José Paulo, CARVALHO, Maria do Carmo Brant (1996). **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 4.ed. São Paulo: Cortez.

PELLEGRINO, Hélio (1983). *Pacto edípico e pacto social*. **Folha de São Paulo**, São Paulo: 11 set. 1983.

PENOT, Bernard (1992). **Figuras da recusa**: aquém do negativo. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 207p.

PENDERGRASS, V., OSTROVE, N. (1984). *Survey of stress in woman in policing*. USA: **Journal of Police Science and Administration**, v.12, n.3.

_____. (1986). *Correlates of alcohol use by police personnel*. In: **Psychological Services for Law Enforcement**, edited by J. Reese and H. Goldstein. Washington: DC, USGPO.

PEREIRA, Ana Maria T. Benevides (2002). ***Burnout*: quando o trabalho ameaça o trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 282p.

PIETÁ, Elói e PEREIRA, Justino (1993). 1.ed. **Pavilhão nove**: o massacre do Carandiru. Scritta, 238p.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (1984). **Escritos indignados**: polícia, prisões e política no Estado autoritário. São Paulo: Brasiliense, 269p.

_____. (1997). **Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias**. ***Tempo Social***, São Paulo, Revista de Sociologia da USP, v.9, n.1. p.43-52, maio.

_____. (org.) (1983). **Crime, Violência e Poder**. São Paulo : Brasiliense, 277p.

POCHMANN, Mario (1998). *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Economia, **Cadernos Cesit**.

_____. (2001). **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo. Boitempo Editorial, 151p.

POCHMANN, Mario, BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Sobre subdesenvolvimento e heranças*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jan 2004. Tendências e Debates, p.A3.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1987). *Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"*. SP: **Ciência e Cultura**, 39(3), p.272-286, março.

REBECCHI, Emilio (1990). **O sujeito frente a inovação tecnológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, IBASE, 122p.

REESE, J. (1982). *Family therapy in law enforcement – a new approach to an old problem*. USA: **FBI Law Enforcement Bulletin**, v.51, n.9.

REESE, J. (1987). **Rape investigators – vicarious victims**. New York: Elsevier, edited by R. Hazlewood and A. Burges, *Practical Aspects of Rape Investigation*.

REINHOLD, Helga H. (2002). *O burnout*. In: LIPP, Marilda E. N. (org.). **O stress do professor**. Campinas, SP: Papirus, cap.5, p.63-80.

REIS Jr., Albert (1983). **Policia y comunidad**. Madri: Alianza, Coleção Policia y Sociedad Democrática.

REISER, Martin (1974). *Some Organizational Stress on Policeman*. In: **Journal of Police Science and Administration**, v.2, n.2, p. 156-159. USA : Northwestern University School of Law.

RIBEIRO, Herval Pina, LACAZ, Francisco Antonio (1984). **De que adoecem e morrem os trabalhadores**. São Paulo: Diesat/IMESP.

RIBEIRO, Ib Martins (1995). **Uma cultura estressante: suas origens e consequências**. São Paulo : Serviço de Intendência da Polícia Militar, Monografia de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

_____. (1993). *Índice alarmante de suicídio na Polícia Militar de São Paulo*. **Revista Especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, número especial, p.13-18.

RICO, José Maria (1983). **Polícia y sociedad democrática**. Madrid: Alianza, 1983. 297p.

RIFKIN, Jeremy (1995). **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 348p.

RIJK, Angelique E. de, SCHREURS, Karlein M.G., BENSING, Jozien M. (1999). *What is behind "I'm so tired" ? Fatigue experiences and their relations to the quality and quantity of external stimulation*. USA : **Journal of Psychosomatic Research**, v.47. n.6, p.509-523.

ROCHA, Z. (2000). **Os destinos da angústia na psicanálise freudiana**. São Paulo: Escuta.

ROMANO, Ana Silvia Penteado Fiore (1996). *Stress na polícia militar: proposta de um curso de controle do stress*. In: LIPP, Marilda Emmanuel Novaes (org.). **Pesquisas sobre stress no Brasil**. Campinas : Papirus, parte II, cap.10, p.195-210.

ROSA, Maria Inês (1994). **Trabalho, subjetividade e poder**. São Paulo: Edusp, 227p.

ROSENBULH, E. (1986). *Police burnout: increasing durability to stress illness through the body's own chemistry*. In: **Psychological Services for Law Enforcement**, edited by J. Reese and H. Goldstein. Washington: DC, USGPO.

ROUANET, Sergio Paulo (1986). **Teoria crítica e Psicanálise**. 2.ed. São Paulo: Tempo Brasileiro, 376p.

RUSSO, P., ENGEL, A., HATTING, S. (1983). *Police and occupational stress – an empirical investigation.* In: **Police at Work**. Beverly Hills, Califórnia: Sage, edited by R. Bennet.

SAMPAIO, José Jackson Coelho & CARNEIRO, Cleide (1997). *Saúde Mental e trabalho: um estudo de caso de mulher policial.* In: JARDIM, Silvia (org). **A Danação do trabalho**: organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro : Editora Terocorá, parte III, cap.15, p.297-317.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (1997). *A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência.* **Tempo Social**, São Paulo, Revista de Sociologia da USP, v.9, n.1. p.155-167, maio.

SANTOS, Patrícia Sacalli dos (1998). **Vítimas, malandros e heróis**: os sentidos da loucura na Polícia Militar. São Paulo: PUC-SP, Mestrado em Ciências Sociais.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos (1987). **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, cap.1 (*Teoria social e análise de políticas públicas*), p.9-12.

_____. et. al. (1989). **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, cap.5 (*A trágica condição da política social*), p.33-63.

SATO, Leny (1993). A representação social do trabalho penoso. In: SPINK, Mary Jane (org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, cap.2, p.189-211.

_____. (1998). *Trabalho como categoria explicativa dos problemas psicossomáticos e de saúde mental.* In: FERRAZ, Flávio Carvalho, VOLICH, Rubens Marcelo, ARANTES, Maria Auxiliadora de A.C. (org.). **Psicossoma II**: psicossomática psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, parte IV (*Saúde mental, psicossomática e trabalho*), p.175-180.

SAWAIA, Bader Burihan (1995) (org.). *Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora*. In: **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Educ/Brasiliense, p.157-168.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli (1998). **Mulheres no trabalho bancário**: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero. São Paulo: Edusp/Fapesp, 209p.

SCHAEFER, R. (1985). *Maintaining control: a step toward personal growth.* USA: **FBI Law Enforcement Bulletin**, v.54, n.3.

SCHILING, Flávia Inês. **Estudos sobre a resistência**. Campinas, SP: Faculdade de Educação da UNICAMP, 1991. 253p. (Dissertação de Mestrado em Administração e Supervisão Escolar).

SELIGMANN-SILVA, Edith (1995). *Psicopatologia e psicodinâmica do trabalho.* In: MENDES, Rene (org.). **Patologia do trabalho**. São Paulo: Atheneu, cap.12, p.287-310.

_____. (1997). *A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial.* In: JARDIM, Silvia (org). **A Danação do trabalho**: organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro : Editora Terocorá, parte I, cap.1, p.19-64.

_____. (1994). **Desgaste mental no trabalho dominado**. São Paulo : Cortex, 186p.

SELYE, Hans (1946). *The general adaptation syndrome and the diseases of adaptation.* USA: **Journal of Clinical Endocrinology**, n.6.

SELYE, Hans (1956). **Stress**: a tensão da vida. São Paulo: Ibrasa, 2.ed., 1965, 351p.

SEWELL, J. (1986). *Administrative concerns in law enforcement stress management.* USA: **Police Studies,** v.9, n.3.

SILVA, Eduardo Pinto e (2000). **Demissões (in)voluntárias e subjetividade**. Campinas, SP: Faculdade de Educação da UNICAMP, 278p. (Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação, linha de pesquisa Educação e Trabalho).

_____. (2001) *Ética, loucura e normalização: renovação da prática clínica a partir de um diálogo entre a Psicanálise e Michel Foucault.* São Paulo, **Psicologia, Ciência e Profissão**, 21 (4), p.16-25.

SILVA, Eliana Aparecida Torrezan da (2000). *Sempre espero o pior, tudo dá errado.* In: **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.75-84.

SILVA FILHO, João Ferreira da, JARDIM, Silvia (org) (1997). **A Danação do trabalho.** Rio de Janeiro : Editora Te Corá, 366p..

SILVA FILHO, João Ferreira da, PALÁCIOS, Marisa, JARDIM, Silvia, RAMOS, Andreia (1997). *Validação do Self Report Questionnaire-20 (SRQ-20) numa população de trabalhadores de um banco estatal no Rio de Janeiro.* In: SILVA FILHO, João Ferreira da, JARDIM, Silvia (org). **A Danação do trabalho.** Rio de Janeiro : Editora Te Corá, parte II, cap.11, p.225-241.

SILVA NETTO, Álvaro Duarte Cardoso da (1998). **Stress ocupacional**. São Paulo: Worklin, 143p.

SILVA SANTOS, Antonio Jeová, STURARO, Zair (1992). **As guardas municipais na constituição**. Americana, SP: Maziero.

SILVEIRA, Paulo (1990). *Narcisismo: sintoma social ?* São Paulo, **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, 2 (2): 129-144, 2.sem. 1990.

SKOLNICK, Jerome H., BAYLEI, David H. (2001). **Nova polícia**. São Paulo: Edusp, (Série Polícia e Sociedade, n.2), 257p.

_____. (2002). **Policiamento comunitário**. São Paulo: Edusp (Série Polícia e Sociedade, n.6), 123p.

SOLOMON, Roger M. (1993). Trauma pós-tiroteio. **Revista Especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, número especial, p.29-36.

SOLOMON, Roger M., HORN, J. (1986). Post-shooting traumatic reactions: a pilot study. In: **Psychological Services for Law Enforcement**, edited by J. Reese and H. Goldstein. Washington: DC, USGPO.

SOURYAL, S. (1981). *Kojak syndrome meeting the problem of police dissatisfaction through job enrichment.* USA: **Police Chief**, v.48, n.6.

SOUZA, Percival de (2000). **Autópsia do medo**: vida e morte do delegado Sergio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 650p.

SPIELBERGER, C., WESTTERRY, L., GRIER, K., GREENFIELD, G. (1981). **Police stress survey – sources of stress in law enforcement**. Tampa, Flórida: University of South Florida, Human Resources Institute.

STILLMAN, F. (1986). **Line-of-duty death – posttraumatic stress reaction in survivers and departmental policies**. Washington: DC, US Department of Justice, National Institute of Justice.

STOTLAND, E. (1986). *Police stress and strain as influenced by police self-esteem time on job, crime frequency and interpersonal relationships.* In: **Psychological Services for Law Enforcement**, edited by J. Reese and H. Goldstein. Washington: DC, USGPO.

STRATTON, J., PARKER, D., SNIBBE, J. (1984). *Post-traumatic stress: study of police officers involved in shootings.* EUA: **Psychological Reports**, v.55, n.1.

SYMONDS, M. (1970). *Emotional Hazards of Police Work.* In: USA: **American Journal of Psychoanalysis**, n.30, p.155-160.

TANGANELLI, Maria do Sacramento (2000). *Você me estressa, eu estresso você*. In: M. E. N. **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.153-168.
TAYLOR, Sheley E. (1995). **Health Psychology**. University of California, New York: McGraw-Hill, Inc, cap.5 (*What is stress ?*), p.219-254.
TENÓRIO (1997). *Formação em saúde do trabalhador: especialização técnica e formação política*. In: JARDIM, Silvia (org). **A Danação do trabalho**: organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro : Editora Terocorá, parte IV, cap.20, p.357-366.
TERRY, W. (1983). Police stress as an individual and administrative problem: some conceptual and theoretical difficulties. USA: **Journal of Police Science and Administration**, v.11, n.2.
THIOLLENT, Michel (1985). *Notas para o debate sobre pesquisa ação*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, cap. 4, p.82-103.
TOCH, H. (1980). *Mobilizing police expertise*. EUA: **Annals ofe the Academy of Political and Social Science**, 452.
TRICOLI, Valquíria A. C., BIGNOTTO (2000). **Aprendendo a se estressar na infância**. In: LIPP, M. E. N. **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.113-126.
TÜRCKE, Christoph (1995). *Sensationsgessellschaft: ästhetisierung des daseinkampfs*. In: **Impuls und negativität**: ethic und ästhetik bei Adorno. Tradução de Antonio Álvaro Soares Zuin, Revisão Técnica de Bruno Pucci, Newton Ramos de Oliveira, Renato Franco e Cibele Rozenfeld (no prelo). Hamburg: Argument Verlag.
UNDERCUFFLER, D. (1980). *Police image: public and self*. USA: **Police Stress**, v.1, n.4.
UNKOVIC, C., BROWN, W. (1978). *The drunken cop*. USA: **The police Chief**, 6: 22-27.
VALLES, Miguel S. (1999). *Diseños y estrategias metodologicas en los estudios cualitativos*. In: **Técnicas cualitativas de investigación social**: reflexión metodológica e práctica professional. Madrid: Editorial Sintesis, Universidad Complutense.
VAN RAALTE, R. C. (1979). *Alcohol as a problem among officers*. USA: ***The police Chief***, 44: 38-40.
VEDEL, Georges (1992). Apud CRELLA Jr, José. In: **Parecer sobre guardas municipais na constituição**. São Paulo: Diretoria de Assuntos Comunitários da Polícia Militar de São Paulo.
VIOLANTI, John M. (1996). *Suicides, homicides and accidental death: a comparative risk of police officers and municipal workers*. **American Journal Ind. Med.**, v.30, n.1, p.99-104, jul.
_____. (1993). *Padrões de estresse no trabalho policial: um estudo longitudinal*. **Revista Especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, número especial, p.19-28.
_____. & ARON, F. (1994). *Ranking police stressors*. **Pshycological Reports**, v.75, n.2, p.824-826, out.
_____. & MARSHALL, James R., HOWE, Barbara (1985). *Stress, coping, and alcohol use: the police connection*. U.S.A.: **Journal of Police Science and Administration**, v.13, n.2.
_____. & VENA, J., MARSHALL, J. (1986). *Disease risk and mortality among police officers*. USA: **Journal of Police Science and Administration**, v.14, n.11.
VOLNOVICH, Jorge Ruben (1995). Subjetividade e organizações : o discurso neoliberal. In: DAVEL, Eduardo Paes Barreto, VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira (org.). **"Recursos" humanos e subjetividade**. 1.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, cap.3, p.61-67.

WALLINE, Marcel. Apud CRELLA Jr, José (1992). In: **Parecer sobre guardas municipais na constituição**. São Paulo: Diretoria de Assuntos Comunitários da Polícia Militar de São Paulo.

WALSH, W., DONOVAM, E. (1984). *Job stress in game conservation officers*. USA: **Journal of Police Science and Administration**, v.12, n.3.

WARREN, Atkins, INGRAM, Robert (1993). *O estresse policial em branco e preto*. **Revista Especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro**, RJ: número especial, p.37-45.

WASHINGTON, B. (1981). *Stress and the female officers*. In: **Stress and Police Personnel**. Boston: Ally & Bacon, edited by L. Territo and H. Vetter.

WEXLER, J., LOGAN, D. (1983). *Sources of stress among woman police officers*. USA: **Journal of Police Science and Administration**, v.11, n.1.

WHITE, S., MARINO, K. (1983). *Job attitudes and police stress – an exploratory study of causation*. USA: **Journal of Police Science and Administration**, v.11, n.3.

WINNICOTT, D. W. (1987). **Privação e delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes, 290p.

WINKEL, Hugo (1989). **Guardas municipais e guardas noturnas no interior e a interveniência da Polícia Militar em colaboração com o município de São Paulo**. São Paulo: Polícia Militar de São Paulo, Monografia, Curso de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar de São Paulo.

ZACHARIAS, José Jorge de Morais (1991). *Stress, ansiedade e alto risco*. **Revista Cores**, São Paulo, n.4, nov.

_____. (1994). **Tipos psicológicos junguianos e escolha profissional**: uma investigação com policiais militares da cidade de São Paulo. São Paulo: USP, Instituto de Psicologia, Dissertação de Mestrado.

ZACCHI, José Marcelo. *Prevenção da violência: avanços e desafios na ordem do dia*. **Revista do ILANUD**, São Paulo, Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, p.41-56, 2002.

ZAFFARONI, Raul (1991). *Servicios de policia*. **ILANUD**, San José, Costa Rica: Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito.

ZALEZNIK, Abraham (1997). *A dinâmica da subordinação*. In: BERGAMINI, Cecília W. (org.). **Psicodinâmica da vida organizacional**: motivação e liderança. 2.ed. São Paulo: Atlas, parte II, cap.9, p.231-258.

ZALUAR, Alba (2004). **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. SP: FGV, 438p.

_____. (2004). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2004, Entrevista da 2ª (*Hipermasculinidade leva os adolescentes ao crime*), p.A-12.

_____. (2004). *O espaço público como ódio*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2004. Caderno Mais, p.3.

_____. (2002). *Trilhas minadas*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 2002. Caderno Mais, p.16-17.

_____. (1985). **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense.

ZAKIR, Norma Sant'Ana (2000). *Experiências do passado, o stress de hoje*. In: **O stress está dentro de você**. 2ed. São Paulo: Contexto, p.127-138.

APÊNDICE

A) IDENTIFICAÇÃO (preenchimento não obrigatório): nome/nº:_____
sexo: masc.( ); fem.( ); estado civil: casado ( ); solteiro ( ); número de filhos:_____
escolaridade: 1ºgrau ( ); 2º grau ( ); Curso Técnico ( ).Curso Superior ( ).

B) QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO SOBRE STRESS:

I - Marque com um *x* o que você tem experimentado nas ***últimas 24 horas***:

( ) mãos ou pés frios
( ) boca seca
( ) "nó" no estômago
( ) aumento do suor
( ) tensão muscular
( ) ranger de dentes ou aperto de mandíbula
( ) diarréia passageira
( ) dificuldade de pegar no sono ou de voltar a dormir após interrupção do mesmo (insônia)
( ) "batedeira" do coração (taquicardia)
( ) aumento da frequência da respiração (hiperventilação)
( ) pressão alta repentina e passageira
( ) mudança de apetite
( ) aumento repentino de motivação
( ) entusiasmo repentino
( ) vontade repentina de iniciar novos projetos

II - Marque com um *x* o que você tem experimentado na ***última semana***:

( ) problemas com a memória, esquecimentos
( ) mal estar generalizado e sem causa específica
( ) "formigamento" das extremidades (ex: dedos, mãos, pés)
( ) sensação de desgaste físico constante
( ) mudança de apetite
( ) aparecimento de problemas de pele, de alergia ou de queda de cabelo
( ) pressão alta
( ) cansaço constante
( ) aparecimento de gastrite, úlcera ou indisposição estomacal prolongada
( ) tontura ou sensação de estar flutuando
( ) sensibilidade emotiva excessiva
( ) dúvida quanto a si próprio(a)
( ) pensar constantemente em um só assunto
( ) irritabilidade excessiva
( ) diminuição do interesse sexual

III - Marque com um *x* o que você tem experimentado no ***último mês***:

( ) diarréia freqüente
( ) dificuldades sexuais
( ) dificuldade de pegar no sono ou de voltar a dormir após interrupção do mesmo (insônia)
( ) náusea
( ) tiques
( ) pressão alta continuada

( ) problemas de pele, de alergia ou de cabelo prolongados
( ) mudanças extremas de apetite
( ) excesso de gases
( ) tontura freqüente
( ) úlcera, colite ou outro problema digestivo sério
( ) enfarte
( ) impossibilidade de trabalhar
( ) pesadelos
( ) sensação de incompetência em todas as áreas
( ) vontade de fugir de tudo
( ) apatia, depressão ou raiva prolongada
( ) cansaço excessivo
( ) pensar e/ou falar constantemente em um só assunto
( ) irritabilidade sem causa aparente
( ) angústia, ansiedade ou medo diariamente
( ) alta sensibilidade emotiva
( ) perda do senso de humor

IV - Responda às demais perguntas a respeito da sua saúde:

1. Tem dores de cabeça freqüente ?	Sim ( ) Não ( )
2. Tem falta de apetite ?	Sim ( ) Não ( )
3. Dorme mal ?	Sim ( ) Não ( )
4. Assusta-se com facilidade ?	Sim ( ) Não ( )
5. Tem tremores nas mãos ?	Sim ( ) Não ( )
6. Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a) ?	Sim ( ) Não ( )
7. Tem má digestão ?	Sim ( ) Não ( )
8. Tem dificuldade de pensar com clareza ?	Sim ( ) Não ( )
9. Tem se sentido triste ultimamente ?	Sim ( ) Não ( )
10. Tem chorado mais do que de costume ?	Sim ( ) Não ( )
11. Tem dificuldade de realizar com satisfação atividades diárias ?	Sim ( ) Não ( )
12. Tem dificuldades para tomar decisões ?	Sim ( ) Não ( )
13.Seu trabalho é penoso, difícil ou lhe causa sofrimentos ?	Sim ( ) Não ( )
14. É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida ?	Sim ( ) Não ( )
15. Tem perdido o interesse pelas coisas ?	Sim ( ) Não ( )
16. Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo ?	Sim ( ) Não ( )
17. Tem tido idéia de acabar com a vida ?	Sim ( ) Não ( )
18. Sente-se cansado o tempo todo ?	Sim ( ) Não ( )
19. Você se cansa com facilidade ?	Sim ( ) Não ( )
20. Tem sensações desagradáveis no estômago ?	Sim ( ) Não ( )

C) QUESTIONÁRIO - TRABALHO, SAÚDE E VIDA FAMILIAR:

I - Marque com um *x* o que lhe tenha ocorrido nos ***últimos 12 meses*** em sua *vida familiar*:

( ) morte do cônjuge
( ) divórcio
( ) separação do casal
( ) morte de alguém da família

( ) doença ou acidente
( ) casamento
( ) reconciliação com cônjuge
( ) doença ou mudança na saúde de algum membro da família
( ) gravidez (da esposa, no caso dos GMs, ou de si, no caso das GMf)
( ) nascimento, adoção ou inclusão de criança na família
( ) mudança na frequência de brigas com o cônjuge (para mais ou para menos)
( ) cônjuge começou ou parou de trabalhar
( ) mudanças nas condições de moradia (ex: nº de pessoas, local, vizinhança, construção)
( ) mudanças em casa

II - Na sua opinião, as situações de trabalho na função de guarda municipal causam:
(Obs: assinale todas as alternativas eventualmente possíveis)

( ) irritação	( ) medo	( ) excitação
( ) confusão	( ) conflito	( ) frustração
( ) satisfação	( ) sofrimento	( ) violência
( ) realização		

III - Sobre seu trabalho na Guarda Municipal:
1. Há quanto tempo você é guarda municipal ? _____ ano(s) e _____ mês(ses)
2. Qual é seu horário de trabalho? Dia ( ); Noite ( ); Escala 12/36h ( ) Escala de 8hs ( )
3. Você começou ou abandonou estudos após entrar na Guarda ? Sim ( ) Não ( )
Por quê ? _____
4. Seu trabalho lhe parece compatível com sua formação e/ou escolaridade ?
Sim ( ) Não ( ). Por quê ? _____
5. Houve mudança significativa em sua condição financeira ? Sim ( ); Não ( )
Por quê ? _____
6. Assinale abaixo tudo aquilo que tenha lhe ocorrido no trabalho na Guarda Municipal:
( ) mudança de posto de trabalho: opcional ( ) por determinação ( ) por punição ( )
( ) mudança de responsabilidades
( ) dificuldade no relacionamento (ex: com parceiro/equipe/monitor ou "comando")
( ) mudança de horário ou turno de trabalho

IV - Saúde e Trabalho:
1. Considera seu trabalho perigoso ? Sim ( ) Não ( )
Por quê ? _____
2. Considera seu trabalho prejudicial à saúde ? Sim ( ) Não ( )
Por quê ? _____
3. Considera seu trabalho monótono ? Sim ( ) Não ( )
Por quê ? _____
4. Sente-se mais nervoso ou preocupado após ingresso no serviço ? Sim ( ) Não ( )
5. Eventuais problemas no serviço prejudicam o clima dentro de casa ? Sim ( ) Não ( )
6. Eventuais problemas em casa prejudicam sua condição para o trabalho ? Sim ( ) Não ( )
7. Você está com algum problema de saúde ? Sim ( ) Não ( )
Se sim, qual ? _____

data:___/___/2001 nº de identificação do GM:_____

Prezado Guarda Municipal,

este questionário, iniciativa do setor de Psicologia, visa identificar as principais necessidades relativas à *formação técnico-profissional da corporação*, de modo a subsidiar a reformulação dos cursos de formacão e reciclagem da Academia.

I) Assinale abaixo as matérias do *Curso de Formação* que lhe pareçam direta ou indiretamente *mais importantes* para o exercício de sua função:

( ) Preparação Policial Básica: ordem unida e equipamento
( ) Atividades Policiais
( ) Pronto Socorrismo (noções emergenciais)
( ) Noções Gerais de Direito
( ) Armamento e Tiro Defensivo
( ) Prevenção de Incêndio
( ) Educação Física e Defesa Pessoal
( ) Língua Portuguesa
( ) Organização Policial
( ) Ética Profissional
( ) Meio Ambiente
( ) Geografia Urbana
( ) Direção Defensiva
( ) Noções de Psicologia

II) Mencione até quatro matérias que sejam necessárias, do seu ponto de vista, de serem incluídas no *Curso de Formação*:

1._____ 2._____
3._____ 4._____

III) Mencione até quatro matérias que sejam necessárias, do seu ponto de vista, de serem incluídas no *Curso de Reciclagem*:

1._____ 2._____
3._____ 4._____

IV) Mencione até duas matérias que, do seu ponto de vista, possam contribuir para uma melhor qualidade de vida no trabalho:

1._____ 2._____

V) Tendo em vista a função de *"proteção dos bens, instalações e serviços"*, quais são, segundo o seu ponto de vista, os conhecimentos especificos que devam ser prioritariamente abordados nos cursos da Academia ?

_____
_____
_____
_____

VI) Tendo em vista a função de *"vigiar e proteger as áreas de proteção ambiental"*, quais são, segundo o seu ponto de vista, os conhecimentos específicos que devam ser prioritariamente abordados nos cursos da Academia ?

_____
_____
_____
_____

VII) Cite abaixo a sua atual equipe ou posto de trabalho e os conhecimentos que lhe pareçam mais importantes para o melhor desempenho de sua *função específica*:

Posto de Trabalho:_____.

Conhecimentos específicos:

_____
_____
_____
_____

VIII) Mencione abaixo quais atividades ou conhecimentos que, segundo seu ponto de vista, devam ser oferecidas de *forma contínua* ou cotidiana:

_____
_____
_____
_____

IX) Tendo em vista o objetivo do setor de Psicologia de realizar cursos de reciclagem específicos, assinale os temas, por ordem de preferência, que lhe pareçam mais importantes:

( ) Saúde mental e trabalho em guardas municipais.
( ) Poder, auto-estima e identidade em guardas municipais.
( ) Informações sobre o *stress* e suas formas de controle.
( ) Informações sobre o alcoolismo e drogadição e suas formas de tratamento.
( ) Informações sobre delinquência social.
( ) Orientações sobre problemáticas familiares e de educação dos filhos.
( ) Psicologia da Educação e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente.
( ) Outros (mencione sugestões):

Sugestões:_____
_____
_____
_____

CURRÍCULOS DE GUARDAS MUNICIPAIS (pesquisa realizada em 2001):

I) Guarulhos (440hs/a):

1. Administração Pública
2. Estatuto da Criança e do Adolescente
3. Organização Policial
4. Regulamento Disciplinar Interno
5. Drogas
6. Técnicas de Redação
7. Psicologia
8. Armamento e Tiro
9. Prevenção e Combate a Incêndio
10. Trânsito
11. Defesa Pessoal
12. Educação Física
13. Direito
14. Primeiros Socorros
15. Técnicas Operacionais
16. Ordem Unida
17. Inglês
18. Documentação
19. Hinos

II) Curitiba (350hs/a):

A) Legislação:
1. Direito Penal - 16hs
2. Direito Constitucional - 10hs
3. Direito Administrativo - 10hs [1]
4. Direito Ambiental - 10hs
5. Direito do Consumidor - 06hs
6. Estatuto da Criança e do Adolescente - 16hs
7. Abuso de Autoridade - 04hs
8. Legislação Municipal - 10hs [2]

B) Técnicas Policiais:
9. Técnicas de Patrulhamento - 18hs
10. Observação e Descrição - 04hs
11. Abordagem e Algemamento - 30hs
12. Defesa Pessoal - 30hs
13. Técnicas de Uso do Bastão - 16hs

---

[1] Disciplinas básicas do módulo *Legislação*.
[2] Disciplinas do módulo *Legislação*, item *Legislação Especial*.

14. Armamento e Tiro - 30hs
15. Identificação de Drogas - 04hs

C) Prevenção e Combate a Incêndio:
16. Teoria e Prática - 16hs

D) Suporte Básico de Vida:
17. Teoria e Prática - 16hs

E) Comunicações:
18. Relações Interpessoais - 20hs
19. Comunicação de Rádio (teoria e prática) - 14hs
20. Relatório - 06hs
21. Ética - 06

F) Hierarquia e Disciplina:
22. Ordem Unida

G) Condicionamento Físico:
23. Condicionamento Físico - 20hs

H) Palestras
24. Direitos e Deveres e outras - 14hs

III) <u>Vinhedo</u>:

A) Direito:
1. Direito Penal
2. Direito Processual Penal
3. Estatuto da Criança e do Adolescente
4. Direito Constitucional

B) Trânsito:
5. Legislação
6. Prático (fiscalização, sinalização, auto de infração)

C) Técnica e Tática Policial:
7. Técnica Policial (polícia preventiva, poder de polícia, tirocínio, patrulhamento)
8. Fundamento de Polícia Comunitária (comunidade, ordem pública, policiamento preventivo)
9. Abordagem de Pessoas (via pública, veículos, coletivos, estabelecimentos comerciais)
10. Prevenção de Local de Crime (local de crime, vítima fatal, ação do GM)
11. Ocorrências (com policiais, Gms, funcionários públicos, Forças Armadas e imunidades)
12. Utilização de Algemas (legalidade, uso, uso da tonfa)
13. Operações Policiais (bloqueio, rapa, saturação, pente)

14. Modalidades de Policiamento (a pé, motorizado, em repartições, escolas, locais de diversão, praças desportivas, prisão, em terminais rodoviários, escolta).
15. Abordagens (a pé, c/ viatura, confronto armado)
16. Tática de Invasão (em casas, prédios, coletivos, matas, proteção de autoridades, utilização de equipamentos de proteção, exercícios práticos e estágio supervisionado)

D) Direção Defensiva:
17. Direção Defensiva (manutenção da viatura, responsabilidades do motorista, condução da viatura, documentos, uso do cinto, condições da via, frenagem, distância do veículo, ultrapassagem, condução prática, distância do segmento, causas de acidente e evitação)

E) Chefia e Liderança
18. Chefia e Liderança (chefe, líder, grupo, colaboração grupal)

G) Curso de Reciclagem:
19. Especialização em Trânsito Urbano
20. Canil (básico, K9, proteção e defesa)
21. Atendimento Pré-Hospitalar

IV) <u>Rio de Janeiro</u>:

1. Segurança Física e Instalações
2. Telecomunicações
3. Educação Física
4. Instrução Básica
5. Trânsito
6. Relações Humanas
7. Prevenção e Combate a Incêndio
8. Defesa Pessoal
9. Técnica Operacional
10. Ética e Disciplina
11. Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho
12. Direito
13. Emergências Pré-Hospitalar
14. Estrutura Organizacional da GM Rio

V) <u>Santo André</u>:

A) Formação:
1.Língua Portuguesa
2. Instruções Gerais (abordagens, disciplina, armamento, tiro de defesa, patrulhamento, ordem unida e relato de ocorrências)
3. Noções Gerais de Direito ((humano, penal, processual e constitucional)
4. Violência Contra a Mulher

5. Prevenção e Combate ao Uso de Drogas Ilícitas
6. Sociologia Criminal
7. Educação Física (defesa pessoal e práticas desportivas)
8. Noções de Legislação de Trânsito
9. A Cidadania e a Guarda Municipal
10. Prevenção e Combate a Incêndio
11. A Problemática da Criança e do Adolescente
12. Primeiros Socorros
13. Defesa do Consumidor e do Paciente
14. Psicologia Social e Relações Humanas no Trabalho
15. Defesa Civil
16. Radiocomunicação
17. Relações Públicas
18. Ecologia e Meio Ambiente [3]
19. Ética Profissional
20. Direito Administrativo
21. Resgate
22. Noções Administrativas
23. Hinos Cívicos
24. Hábitos Alimentares
25. Doenças Sexualmente Transmissíveis [4]

B) Reciclagem:
26. Educação Física
27. Trânsito

VI) <u>Piracicaba</u> (625hs/a):

A) Formação:
1. Abordagem (de veículos, pessoas e edificações ocupadas e desocupadas) - 12hs
2. Primeiros Socorros e Combate a Incêndio (Prevenção/combate, técnicas de salvamento, extintores e primeiros socorros) - 24hs
3, Armamento e Tiro (Tiro de defesa, munição, pontaria, regras de segurança, conservação e manutenção de armamento, fundamentação do tiro) - 52hs
4. Língua Portuguesa (fonética, acentuação, descrição, narrativa e dissertação) - 30hs
5. Civismo (símbolos nacionais, disciplina) - 8hs
6. Defesa Civil (emergência) - 4hs
7. Defesa Pessoal (técnicas de defesa e de imobilização) - 45hs
8. Direção Defensiva (conceito, tipos de acidente, prevenção) - 16hs
9. Educação Física (condicionamento, alongamento, corrida, ginástica, exercícios) - 82hs
10. Estatuto da Guarda Civil Municipal de Piracicaba - 4hs
11. Ordem Unida (marcha, continência, gestos, movimentos) - 60hs

---

[3] Disciplinas da formação fundamentadas por Regulamento de Instrução. As aulas são práticas e teóricas.
[4] Disciplinas extracurriculares inseridas no curso de formação

12. Noções de Direito (direitos e deveres individuais e coletivos; códigos penal, civil e ilícitos) - 24hs
13. Pelotão Ambiental (criação do pelotão, legislação, noções gerais) - 4hs
14. Psicologia (Relações Humanas, comportamento, identidade, comunicação, perfil, entorpecentes) - 34hs
15. Sociologia (sociedade, cultura e Sociologia Contemporânea) - 28hs
16. Radio Comunicação (técnicas de utilização, código Q, alfabeto fonético, código breve, numerais) - 20hs
17. Talão de Ocorrência (confecção de TO, qualificação, croque, histórico, codificação, áreas de patrulhamento) - 24hs
18. Técnicas Operacionais (policiamento, postos de patrulhamento, postura, trabalho em dupla, violência arbitrária, poder de polícia, prisão domicílio, proteção de presos, desacato, agressão e fuga, preservação do local do crime) - 130hs
19. Trânsito (legislação, noções gerais e atuação no trânsito, CNT) - 20hs
20. Técnicas Verticais (técnicas verticais em descidas de obstáculos com corda e equipamento especializado, nós e amarrações e técnicas de ancoragem) - 16hs
21. Conduta Profissional - 4hs

B) Palestras Diversas (Poder Executivo, Conselho Tutelar, Infância e Juventude, Alcoólicos Anônimos, Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacia Seccional, Corpo de Bombeiros, Corregedoria e Execução, CETESB, CRAMI, Drogas e Entorpecentes, CEDIC, Centro de Valorização da Vida - (112hs/a)

VII) <u>São Paulo</u> (540hs/a p/ guarda civil; 300hs/a p/ classe especial; 300hs/a p/ classe distinta; 1309hs/a p/ 2° inspetor):

A) Curso para Guarda Civil (540hs/a):
1. Noções de Direito - 50hs/a
2. Técnicas Operacionais – 45hs/a
3. Primeiros Socorros – 40hs/a
4. Noções de Administração Pública – 20hs/a
5. Noções de Trânsito – 35hs/a
6. Normas de Conduta Profissional – 20hs/a
7. Controle de Manifestações Públicas Ilegais – 20hs/a
8. Segurança Física de Instalações – 25hs/a
9. Armamento e Tiro de Defesa – 30hs/a
10. Prevenção e Educação ao Uso Indevido de Drogas – 20hs/a
11. Psicologia Social e Relações Humanas – 20hs/a
12. Cultura e Realidade Brasileira – 20hs/a
13. Registro de Ocorrência – 20hs/a
14. Redação Oficial – 20hs/a
15. Direitos Humanos / Estatuto da Criança e do Adolescente – 20hs/a
16. Ordem Unida – 35hs/a
17. Educação Física – 35hs/a
18. Defesa Pessoal – 35hs/a
19. Aula Inaugural, Palestras e Visitas – 14hs/a

B) Curso para Classe Especial (300hs/a):
1. Noções de Direito – 40hs/a
2. Técnicas Operacionais – 40hs/a
3. Primeiros Socorros – 30hs/a
4. Noções de Trânsito – 20hs/a
5. Normas de Conduta Profissional – 15hs/a
6. Segurança Física de Instalações – 20hs/a
7. Armamento e Tiro de Defesa – 15hs/a
8. Prevenção e Educação ao Uso Indevido de Drogas – 15hs/a
9. Psicologia Social e Relações Humanas – 15hs/a
10. Registro de Ocorrência – 10hs/a
11. Redação Oficial – 20hs/a
12. Ordem Unida – 15hs/a
13. Educação Física – 20hs/a
14. Defesa Pessoal – 20hs/a
15. Procedimento de Chefia e Liderança – 20hs/a

C) Curso para Classe Distinta (300hs/a):
1. Noções de Direito – 40hs/a
2. Técnicas Operacionais – 40hs/a
3. Primeiros Socorros – 30hs/a
4. Noções de Trânsito – 20hs/a
5. Normas de Conduta Profissional – 15hs/a
6. Segurança Física de Instalações – 20hs/a
7. Armamento e Tiro de Defesa – 15hs/a
8. Prevenção e Educação ao Uso Indevido de Drogas – 15hs/a
9. Psicologia Social e Relações Humanas – 15hs/a
10. Registro de Ocorrência – 10hs/a
11. Redação Oficial – 20hs/a
12. Ordem Unida – 15hs/a
13. Educação Física – 20hs/a
14. Defesa Pessoal – 20hs/a
15. Procedimento de Chefia e Liderança – 20hs/a

D) Curso para 2° Inspetor (1309hs/a):
1. Noções de Direito Constitucional – 26hs/a
2. Direitos e Deveres – 20hs/a
3. Organização Policial – 20hs/a
4. Estudo dos Problemas Brasileiros – 30hs/a
5. Noções Básicas de Saúde e Primeiros Socorros – 50hs/a
6. Noções de Trânsito – 40hs/a
7. Cultura, Moral e Civismo – 30hs/a
8. Execução e Comando de Ordem Unida – 80hs/a

9. Educação Física – 80hs/a
10. Noções de Direito Penal – 72hs/a
11. Psicologia e Relações Humanas – 40hs/a
12. Técnicas Operacionais – 50hs/a
13. Comunicação Social – 30hs/a
14. Técnicas de Redação Oficial – 30hs/a
15. Noções de Sociologia – 36hs/a
16. Segurança Física de Instalações – 20hs/a
17. Noções de Direito Processual Penal – 28hs/a
18. Chefia e Liderança – 40hs/a
19. Armamento e Tiro de Defesa – 60hs/a
20. Controle de Materiais e Suprimento – 25hs/a
21. Controle de Manifestações Públicas Ilegais – 25hs/a
22. Administração Geral de Pessoal – 25hs/a
23. Prevenção e Educação ao Uso Indevido de Drogas – 36hs/a
24. Defesa Pessoal – 40hs/a
25. Noções de Direito Administrativo – 88hs/a
26. Direitos Humanos – 38hs/a
27. Noções de Administração Financeira – 20hs/a
28. Noções de Informática – 55hs/a
29. Noções de Averiguação Preliminar – 25hs/a
30. Estágio Prático Supervisionado – 150hs/a

VIII) <u>Campinas</u>:

Gestão 1997-2000:
1. Preparação Policial Básica – Ordem Unida
2. Pronto-socorrismo
3. Armamento e Tiro Defensivo
4. Ética Profissional
5. Língua Portuguesa
6. Atividades Policiais
7. Educação Física e Defesa Pessoal
8. Meio-Ambiente
9. Prevenção de Incêndio
10. Organização Policial
11. Noções Gerais de Direito
12. Direção Defensiva
13. Geografia Urbana
14. Noções em Psicologia

Gestão 2000-2004:
1. Geografia Urbana – 16hs/a
2. Organização Institucional – 16hs/a
3. Direitos Humanos – 12hs/a

4. Noções de Direito – 40hs/a
5. Organização Policial – 16hs/a
6. Prevenção e Combate a Incêndio – 16hs/a
7. Meio Ambiente – 14hs/a
8. Condicionamento Físico
9. Defesa Pessoal
10. Língua Portuguesa – 36hs/a
11. Procedimentos Operacionais – 40hs/a
12. Armamento e Tiro Defensivo – 32hs/a
13. Pronto-Socorrismo – 40hs/a
14. Direção Defensiva – 16hs/a
15. Noções em Psicologia, Psiquiatria e Saúde Ocupacional – 24hs/a
16. Palestras
17. Visitas
18. Estágios

30/11/2000 – Pré-entrevista com o coordenador da Academia Preparatória de Guardas Municipais (R). Entrevistador (E): Eduardo Pinto e Silva, então psicólogo da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública e doutorando pela Faculdade de Educação, UNICAMP. Obs: entrevista não gravada, mas sintetizada logo após sua conclusão.

E – O programa curricular foi montado a partir do programa da Polícia Militar ?

R – O entrevistado respondeu que o referido programa foi montado "não somente" a partir do programa curricular da Polícia Militar. Segundo R., tratou-se de uma "mescla" dos programas da Polícia Militar, do Exército, da Polícia Civil, da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo e, também, de conteúdos presentes em algumas escolas particulares de Segurança. Dentre as Academias consultadas, mencionou a Academia da Polícia Militar, a Academia da Polícia Civil e a Academia do Sistema Penitenciário. O entrevistado comentou também que o segundo Diretor da Guarda Municipal chegou a consultar o programa curricular de Santa Catarina. O entrevistado também informou ter havido, em 1997, uma discussão entre ele e o primeiro Diretor da Guarda Municipal de Campinas em torno da proposta curricular a ser apresentada ao então Secretário Municipal de Cooperação em Assuntos de Segurança Pública. Segundo o mesmo, o então Diretor apresentou, como proposta para a referida Academia, um curso baseado no de cabo do Exército. Segundo o entrevistado, tal proposta não vingou, prevalecendo a formulada pelo mesmo.

A proposta curricular então incluiu as seguintes disciplinas:[1] *Preparação Policial Básica – Ordem Unida* (PM); *Pronto-socorrismo* (PM, PC, GCM); *Armamento e Tiro Defensivo*[2] (PM, PC, GCM); *Ética Profissional* (PM, PC, GCM); *Língua Portuguesa* (PM); *Atividades Policiais* (PM, PC, GCM); *Educação Física e Defesa Pessoal* (PM, GCM); *Meio-Ambiente* (PM, PC, GCM); *Prevenção de Incêndio* (PM); *Organização Policial* (PM, PC, GCM); *Noções Gerais de Direito* (PM, PC, GCM); *Direção Defensiva*[3] (PM, PC, GCM); *Geografia Urbana*.[4]

E – Qual a avaliação sobre os cursos da Academia ? Quais seriam os conteúdos a se ressaltar ?

R – O entrevistado disse a Coordenação da Academia sofreu limitações para agir autonomamente, sobretudo no caso dos Cursos de Reciclagem, ou seja, àqueles dirigidos aos guardas que já trabalhavam (e não aos que ingressavam no serviço público). Desse modo, a reciclagem limitou-se a retomar conteúdos de *Direito* e de *Ética*, sendo que estes foram ministrados, respectivamente, pelo Secretário Municipal/Diretor da Secretaria e pelo

---

[1] Ao lado das disciplinas são mencionadas as siglas das instituições nas quais as mesmas se fazem presentes, a saber: PM, para Policia Militar; PC, para Polícia Civil; GCM, para a Guarda Civil Metropolitana de São Paulo.

[2] Na PM e na PC também se inclui *Tiro Ofensivo*, não presente na Academia Preparatória de Guardas Municipais de Campinas.

[3] Na PM e na PC também se inclui *Direção Ofensiva*, não presente na Academia Preparatória de Guardas Municipais de Campinas.

[4] Disciplina exclusiva da Academia Preparatória de Guardas Municipais de Campinas ministrada pela Endec, órgão público responsável pela administração da engenharia de tráfego do município. Vale ainda mencionar a inclusão da disciplina *Noções Básicas de Psicologia*, para as 4ª e 5ª turma (1999 e 2000), após meu ingresso como psicólogo da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública.

Diretor da Guarda Municipal. Segundo o coordenador, deveriam ter sido abordados conhecimentos práticos, mais voltados ao exercício profissional do dia a dia. A título de exemplo, mencionou a necessidade de retomar o treinamento com arma e tiro. Também considerou que a parte de *Direito Administrativo* poderia ser ampliada, já que *Direito Penal* e *Direito Constitucional* teriam sido já mais amplamente abordados na fase inicial de "formação". Ademais, o Curso de Reciclagem foi considerado curto, pois incluía apenas dois dias (ao passo que a "formação" totalizava 4 meses).

O entrevistado também relatou, ao abordar o tema Academia que, dentre todas as Academias de Guardas Municipais do Brasil, a por ele coordenada era a única que havia sido criada por decreto e regulamentada.[5] A Guarda Civil Metropolitana, por exemplo, possuía apenas Departamento de Ensino. Por outro lado, diferentemente das demais Academias da área de Segurança (da PM, da PC e da Academia do Sistema Penitenciário), a da Guarda Municipal pesquisada era a única que não possuía um corpo docente próprio. A Academia da Polícia Civil, por exemplo, possuía um corpo docente próprio que prestava serviços sazonalmente. Seus professores são, corriqueiramente, delegados de polícia.

E – Quais seriam as disciplinas que vêem mais de encontro à especificidade do trabalho da Guarda Municipal ?
R – O entrevistado destacou a disciplina de *Geografia Urbana*, assim como as de *Direito* e *Meio-Ambiente*. Também considerou importantes, desde que haja policiamento ostensivo, as disciplinas de *Tiro Defensivo*, *Atividades Policiais* e de *Prevenção de Incêndio*.

[5] Decreto nº 12.511 de 7/abril/1997.

27/12/2000 – Entrevista com o coordenador da Academia Preparatória de Guardas Municipais (R). Entrevistador (E): Eduardo Pinto e Silva, então psicólogo da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública e doutorando pela Faculdade de Educação, UNICAMP. Obs: entrevista gravada e transcrita.

E – Eu gostaria que o Sr. começasse a entrevista retomando um pouco aquilo que conversamos anteriormente (referência à pré-entrevista de 30/11/2000). Ou seja, como se deu a implantação da estrutura curricular da Academia ? Eu queria que você comentasse as escolhas das disciplinas e os pontos de convergência com a formação profissional da Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana de São Paulo.
R – Para se montar a organização curricular foram consultadas matérias da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Guarda Civil Metropolitana e também do Exército.

Então veja bem: alguma coisa tinha que ser tirado da disciplina do Exército, por que a Guarda tem uma forma de apresentação, até por ser uniformizada, que é militar. Mas ela é essencialmente civil. O caráter dela, de prestação de serviços, é um caráter policial civil. Então, se tirou a fórmula do Exército, que é a melhor organização que se tem em termos de ordem unida, exercício militar ou paramilitar. Nisto, não existe nada melhor que o Exército. Polícia Militar não tem o mesmo nível do Exército. Tanto que nós trouxemos instrutores do Exército para cá. Desde a 1ª turma veio o pessoal do Exército.

Da Polícia Militar, pelo caráter de patrulhamento ostensivo.

Então, veja bem: a disciplina é do Exército. Mas o Exército não faz patrulhamento ostensivo, não é função dele, ele não sabe fazer isso. Então, nós pegamos a função da Polícia Militar. Pegamos esta organização que ela tem para o patrulhamento ostensivo e transferimos para Guarda. Por que ? É um dos objetivos da Guarda o patrulhamento ostensivo. Ainda que não seja de forma policial, ou seja, nas ruas, ela tem que aplicar esse patrulhamento nas praças e nos próprios municipais.

E a Polícia Civil, porque a Guarda está extremamente ligada e dependente da Polícia Civil. Por que ? Qualquer apresentação de ocorrência ela vai ter que fazer com Polícia Civil. Então, ela tem que conhecer o funcionamento da Polícia Civil; tem que saber caracterizar uma ocorrência - não que ela vá tipificar para o delegado, mas ela tem que caracterizar para poder apresentar. O relatório que ela faz é que serve de embasamento para o inquérito policial. Então, ela tem que conhecer o funcionamento e qual o tipo de relação hierárquica que tem a Polícia Civil. Então, a Guarda tem uma intimidade muito maior com a Polícia Civil - no caso da apresentação do crime, do fato delituoso - do que a que tem, na realidade, com a Polícia Militar.

E da Guarda Civil Metropolitana; primeiro, por ela ser mais velha; segundo, por ela ter sido baseada, nos seus fundamentos, na antiga Guarda Civil do Estado, que era uma guarda extremamente organizada. Então foi "chupado", vamos dizer, uma coisa do funcionamento dela. Alguma coisa no seguinte sentido: uniforme; brasões; tipo de patrulhamento - em que pese a diferença de cidade e até do conhecimento geofísico e político da região do patrulhamento.

E – Das disciplinas que então foram elencadas - você comentou comigo todas elas, eu tenho elas aqui registradas – qual que você acha que de certa forma abrange a questão da disciplina, qual que você acha que abrange a questão do patrulhamento ostensivo e qual aquela que abrange o conhecimento do funcionamento e dos procedimentos de inquérito -

dos quais você estava falando - da Polícia Civil ? Qual delas você acha que contempla cada uma destas questões ?
R – Em termos de disciplina é a *Preparação Policial Básica - Ordem Unida*. Isso aqui é a primeira matéria que o aluno da Academia tem que tomar conhecimento, certo ? A primeira coisa que ele vê é isso daqui. Por que ? Porque ele entra totalmente despreparado. Um ou outro serviu o Exército. Um ou outro, mas é uma raridade. Um ou outro também é oriundo de outra polícia, mas também é raridade. A grande maioria não tem esse tipo de conhecimento. Não sabe marchar, não sabe formar, não sabe o que são símbolos nacionais, brasões e não sabe se comportar diante deles. Então, essa preparação básica é uma coisa que veio do Exército. Eles são os melhores nesta matéria.
R – O outro que você perguntou...
E – O patrulhamento ostensivo e a parte do conhecimento dos procedimentos da Polícia Civil. Qual disciplina você acha que estaria subsidiando essas partes ?
R – Patrulhamento ostensivo você vai ver dentro de *Atividades Policiais*. Só que - não sei se você já teve a curiosidade de ver a apostila de *Atividades Policiais*, que é a maior que tem - ela é muito mais abrangente do que isso, do que só o patrulhamento ostensivo. Em *Atividades Policiais* o guarda vai aprender a fazer abordagem, quem abordar, como abordar, quando encaminhar e quem encaminhar. Por que, mesmo tendo ato delituoso ou crime, muitas vezes você não pode encaminhar. É o caso de uma autoridade estrangeira, de um embaixador ou cônsul, que você não encaminha. É também o caso de jornalista. Jornalista você não encaminha, certo ? Você deixa ele no local. Se ele não tiver um representante - no caso do embaixador, um representante da embaixada ou do seu governo; no caso do jornalista, um representante do Sindicato dos Jornalistas; a mesma coisa também vale para o advogado – você não encaminha ! Você detém e mantém detido, até que venha uma autoridade competente para levar o sujeito até o distrito. Então, é uma das coisas que ele aprende. É uma coisa importante. Evita uma série de atritos o guarda conhecer isso daí. Até porque não é função específica do guarda fazer patrulhamento ostensivo na rua. Mas esse tipo de ocorrência pode se apresentar para ele numa praça, dentro de um colégio, dentro de um parque público e aí já é obrigação dele e é do âmbito que ele tem poder de polícia.
E – Quem ministrou *Atividades Policiais* aqui na Academia ?
R – Olha. Tiveram vários. A 1ª turma foi o major Américo, que foi da Polícia Militar. Para as outras duas turmas foi o V. Para as outras duas turmas fui eu. Tivemos vários.[6]
E – E a parte dos procedimentos e do funcionamento dos distritos ? Estava dentro de *Atividades Policiais* ou se inseria em alguma outra disciplina ?
R – Aí é um mesclado. Está dentro de *Atividades Policiais*, com certeza. Mas também está dentro da *Organização Policial*. E é visto também em *Noções Gerais de Direito*. São coisas que se entrelaçam.
E – *Organização Policial* foi o senhor mesmo que deu e *Noções Gerais de Diretor*, foi o Secretário Municipal ?
R – *Organização Policial* era a minha matéria, o que eu lecionei, minha disciplina, certo ? *Direito* era dividido em duas partes: a parte de *Direito Penal*, que é o que vai mais incidir dentro do inquérito policial, era Secretário que dava. E o *Direito Constitucional* e o *Direito Administrativo* era o Diretor da Secretaria.

---

[6] Respectivamente Diretor, Coordenador Operacional e Coordenador da Academia da Guarda Municipal.

E – Você poderia falar um pouco, do seu ponto de vista, da importância do conhecimento do *Direito Penal* do *Direito Constitucional* e do *Direito Administrativo* para o guarda municipal ?

R – A área administrativa é fácil. Ele precisa conhecer a organização da Prefeitura, precisa saber a sua relação jurídica com o empregador. Ele tem direitos e deveres. Ele tem que saber a área de *Direito Administrativo* para conhecer o seu limite, para saber até onde é o seu limite.

Direito Constitucional eu acho que seria válido para qualquer cidadão. Evidentemente que o sujeito que está trabalhando na rua e que está tendo o seu relacionamento com outro cidadão e ele com o poder de polícia, ele tem que saber até onde vai o direito do outro, que tem que ser respeitado. Então, eu acho que *Direito Constitucional* é extremamente importante para todos. E para uma Guarda ou para Polícia Militar ou Polícia Civil, prioritário.

E – Mesmo o *Direito Administrativo*, que seria importante para qualquer funcionário público...

R – Para qualquer funcionário público, com certeza...

E – E especificamente para o guarda, ele passa a ser mais importante ainda ?

R – Mais importante porque o guarda... A gente tem que pesar uma questão de imagem. Eu acho que... tem um dito que diz que a mulher de César não precisa só ser honesta, mas também precisa parecer ser – na realidade, eu acho que o guarda tem que mostrar, tem que vender uma imagem: além de ser, ele tem que vender uma imagem de correção. Então ele tem que conhecer os seus direitos e os seus deveres para que ele possa se enquadrar dentro dessa imagem que ele tem que vender. Ele tem de ser, é importante que ele seja, claro ! Não só para função de guarda, mas até na sua condição de cidadão. E ele tem que vender essa imagem. O guarda interage na escola. Ele interage, principalmente no caso das escolas do município, que vai desde a pré-escola, com crianças. Ele tem que vender uma imagem que não vá destoar da idéia que a criança faz dele fardado. Essa eu acho que é uma imagem importante que ele venda. E também para o restante dos cidadãos. Eu estou falando da criança porque ele age principalmente na escola. Mas para o restante dos cidadãos também. No posto de saúde, no hospital, ele tem que vender essa imagem !

E – Na sua opinião qual que deveria ser a orientação básica e específica da Academia Preparatória de Guardas Municipais, tendo em vista as funções básicas e específicas do guarda municipal ?

R – Qual que deveria ser ou qual que é ?

E – É... eu acho que aí tem realmente uma diferenciação importante. Mais para frente eu vou pedir para você fazer uma avaliação dos cursos da Academia e de como seria um replanejamento... Mas é claro que os cursos que já foram dados já tiveram uma orientação básica...

R – Sem dúvida...

E – Eu acho que você poderia falar das duas: qual que tem sido a orientação básica e qual que você acha que deveria ser. Talvez responder pelos dois jeitos... mas pensando a questão específica do guarda municipal. Ou seja, não é uma Academia genérica, para todos os setores de Segurança. É uma Academia voltada para o guarda municipal que tem muitos pontos de convergência, como você respondeu na primeira questão, com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, mas que, por outro lado, diferencia-se também. Assim, qual a diretriz básica, pensando que é para um cargo específico de uma Guarda Municipal.

R – Quando foi montado esse currículo, na época se pensava no guarda municipal cuidando de um próprio municipal, especificamente, que é o que a lei diz. Então foi pensado nisso e também foi ampliado, para que ele tivesse um conhecimento periférico do que é uma atividade policial, mas só conhecimento. Ele não iria exercer essa atividade. Então, ele ficaria especificamente dentro da sua atividade constitucional, mas teria um conhecimento mais amplo para a sua curiosidade pessoal. Porque o anseio da pessoa que vem para trabalhar em um órgão de Segurança Pública, principalmente de quem não tem idéia do que é, é muito grande. A grande verdade é essa ! Aquela história do poder de polícia, pá, pá, pá... Então, o anseio dele é muito grande. Você precisa saber explorar isso aí, ou seja, a curiosidade natural com que ele vem, mas sem fazer aflorar o sentido de polícia. Esta seria a idéia básica na montagem do treinamento, do primeiro treinamento da Academia.

Muito bem. Hoje a necessidade pública diz que esse primeiro treinamento precisa ser um pouco ampliado, em termos de necessidade mesmo, física. Por quê ? Principalmente porque no nosso município a incidência do crime é muito grande. Então, o guarda, em vez dele ter ficado confinado, no início da sua atividade, dentro do próprio municipal, ele foi para rua. Então, ele foi fazer um patrulhamento que é um patrulhamento quase que específico da Polícia Militar. Ele foi para rua porque foi um anseio, um pedido. A sociedade cobrou isso, pela própria necessidade que ela tem de segurança. A idéia do treinamento específico foi ampliada com a atividade dele. O raio de ação dele foi ampliado por uma necessidade da sociedade. Então, felizmente ele já tinha o conhecimento periférico, ou seja, aquele que ele recebeu a mais do que era função específica dele. Por isso que se pensou em dar *Atividades Policiais*, *Ordem Unida*. Para que ele tivesse esse conhecimento a mais. Era necessário para a função específica dele ? Não ! Mas se pensou que ele tivesse esse conhecimento a mais até onde foi possível se imaginar que fosse ampliar o patrulhamento, que fosse ter essa demanda.

Houve, logo no início da Guarda, uma cobrança muito grande, da Sociedade de Amigos de Bairro e da própria imprensa - claro que movimentado por alguém. A própria imprensa queria que a Guarda fosse para a rua. Para rua no sentido de patrulhar praças, que estavam praticamente abandonadas, a grande verdade é essa; e também as escolas, principalmente o patrulhamento escolar. Nós tivemos um dado interessante aqui. Nos primeiros três meses da Guarda na rua nós tínhamos, mais ou menos, dez ocorrências/mês nas escolas. No primeiro mês da Guarda na rua, nós não tivemos nenhuma ocorrência. Então, o impacto da chegada da Guarda, naquele tipo de patrulhamento, foi muito bom. Hoje, depois de quase quatro anos, nós temos cerca de duas ocorrências/mês em escola. Então, é um serviço que teve um impacto bom de início e se mantém até hoje. Foi uma coisa que foi bem notada e bem executada. Se eles não tivessem esse conhecimento a mais, talvez esse índice não fosse alcançado. Então foi bom.

Quanto ao que seria ideal, que me parece o sentido da sua outra "metade da laranja" da pergunta, teria muita coisa a mais. Pela própria necessidade que se apresentou nos quatro anos de trabalho. Então hoje nós teríamos realmente de manter as matérias que se tem, talvez ampliá-las - sempre cabe uma ampliação nas disciplinas – mas já temos que acrescentar alguma coisa a mais. Então, o que eu acrescentaria hoje pelas necessidades que foram demonstradas, pelas ocorrências que tiveram nesses quatro anos ? *Direção Ofensiva* com certeza. Isso se for para manter o patrulhamento da forma como está, ampliado, trabalhando na área de Segurança Pública e não na área de vigilância de prédios

municipais. Eu também aumentaria o treino físico, defesa pessoal e condicionamento físico[7] e o treino no manuseio de armas.[8]

Eu ampliaria muito - agora você vai gostar e eu já comentei isso com você - o acompanhamento psicológico. Eu acho extremamente importante. Vamos dizer que se fizesse uma reciclagem do pessoal atual. Eu faria esse acompanhamento antes, durante e após a reciclagem. E esse seria permanente. Só que daí teria uma coisa: ele seria permanente e obrigatório. Eu hoje montaria, ainda insistiria, uma equipe multidisciplinar – com assistentes sociais e até com psiquiatra, se fosse o caso. Incluiria também um atendimento jurídico. Eu faria uma equipe multidisciplinar nesse sentido, para um atendimento efetivo.

E – Quando você pensa nisso, quando você fala de "atendimento", isso já extrapolaria a questão pedagógica ?

R – Fugiria, mas não muito. Tudo que dá suporte é um aprendizado. Concorda comigo ? Tudo que dá suporte é um aprendizado. Então, claro, fugiria um pouco da questão pedagógica, mas entraria muito na questão pessoal, no suporte pessoal. Eu realmente faria isso daí.

Uma outra coisa que eu acho que se faz necessária seria um aprendizado mais efetivo do conhecimento de ruas. Ou seja, aquele aprendizado prático, que só o profissional do dia a dia, daquele fulano que está na rua, que está trabalhando, conhece. É aquela coisinha que não tem no livro. O profissional sabe por que convive diuturnamente com o problema. Então, seria o conhecimento de rua; da população fixa, vamos dizer assim, e daquela população flutuante que se encontra nas ruas. Isso é muito necessário. A origem de alguns tipos de delitos vem dessa população de rua.

E – E se esse aprendizado não está no livro, se ele é assimilado na prática e se dificilmente você vai aprendê-lo pelo livro, como é que você acha que seria viável isso dentro da Academia ? Seria uma parte prática do aprendizado ? O guarda acompanharia um outro guarda ? Como isso poderia ser concretizado ?

R – Veja bem: desde a primeira turma nós temos aqui um estágio e você sabe disso. A nossa carga de estágio é mais ou menos igual a carga de aulas teóricas. Mas nessa fase de estágio eles aprendem o quê ? Eles aprendem o que a constituição limita, que é o patrulhamento do próprio municipal. Desde a primeira turma eu trouxe alguns policiais de rua, delegados, investigadores, para fazerem palestras. Mas sem levá-los para rua. Eu queria um pouco mais. Eu queria que o policial viesse, pois ele é o sujeito que conhece a rua – não é gente de gabinete, pois quando vem gente de gabinete já estraga tudo, porque só conhece a rua de passagem. Eu queria gente que conhecesse a rua, que trabalhasse na rua. Então, você poderia perguntar: que tipo de policial ? Policial do Garra, policial do Homicídio e, no caso de Campinas, o pessoal do Rotac.

E – Esse todos que você está citando são da Polícia Civil ?

R – O Garra e o Homicídios são da Polícia Civil e o Rotac da Polícia Militar. Por quê ? Porque esse pessoal está diuturnamente na rua. Eles conhecem tudo em todos lugares do município. Eles interagem em Campinas inteiro, não é em um ponto isolado. O pessoal da Rotac, por exemplo, eles não agem só no centro. Agem no município inteiro. Se você for lá nos confins de Barão Geraldo você vai ver um Rotac – pode ser qualquer lugar, eu estou falando de lá porque sei que você é de lá e eu tenho a impressão que você já viu a Rotac

---

[7] Referentes à disciplina *Educação Física e Defesa Pessoal.*

[8] Referente à disciplina *Armamento e Tiro Defensivo.*

passando por lá. E eles fazem isso diuturnamente. O atendimento deles é extremamente dinâmico. Então eu imagino que o que esse pessoal tem de experiência para passar... Um outro pessoal que tem experiência muito boa é o do Corpo de Bombeiros. Claro ! Não é o tipo de experiência policial. Mas eles têm experiência do que acontece na cidade, porque eles rodam a cidade inteira, eles atendem a cidade inteira ! Assim como o pessoal de pronto-socorrismo. Nesse caso se escolheu trazer o pessoal do Samu e não o pessoal de um hospital específico. Isso, na época, foi planejado. Nós tínhamos a oferta de trazer o pessoal do Samu, através do CETS[9] e trazer o pessoal fixo do Hospital Mario Gatti. Por que optou-se pelo pessoal do Samu ? O Samu dá o mesmo atendimento – claro que não com os recursos que se tem dentro do hospital, mas não é o nosso caso, nós só fazemos atendimento de urgência e encaminhamentos, se for o caso – e eles conhecem toda a periferia da cidade. Ou seja, a pior parte do atendimento é o Samu que faz. Então se escolheu, se optou, na época, por trazer esse pessoal que tem experiência de rua, que é onde o guarda vai trabalhar. O guarda não vai trabalhar, não vai fazer nenhum socorro de emergência dentro do hospital, porque lá tem o profissional especializado. Mas ele vai estar na rua. Então, até para chamar, até para saber quem se acionar, ele tem que saber fazer o primeiro atendimento.

E – Então esse conhecimento prático viria tanto do estágio na rua como do contato, nas palestras, com essa pessoas que trabalham diretamente na rua ?

R – É. O que eu queria é que, além da palestra, houvesse esse estágio prático, mas estágio prático mesmo. Eles iriam acompanhar essas corporações. Nós já tivemos turmas aqui que acompanharam.

E – Também as outras que você citou, não só o Samu ? A Rotac, o Garra...

R – Nós só não tivemos acompanhamento da Rotac. Mas no homicídio nós já tivemos estagiários. No Garra nós também já tivemos estagiários. Eu não sei se você lembra, deles virem aqui, pegarem o pessoal, alunos ainda, para fazerem o patrulhamento com eles, para eles aprenderem.

E – Algumas questões agora vão ficar um pouco repetitivas. Eu vou formulá-las e você vai complementando porque eu acho que você já respondeu algumas coisas...

Levando em conta os cursos preparatórios já realizados, quais seriam as sugestões para um replanejamento do estágio de formação ? Alguma disciplina seria suprimida, acrescida, aprimorada ? Por que ? Você já falou um pouco, mas se quiser complementar alguma coisa...

R – Eu complementaria o seguinte: suprimida, nenhuma. Aprimorada ? Se eu pudesse e tivesse equipe para isso, todas. Todas, sem exceção. Ampliadas ? Como eu já disse para você, com certeza ! Não só na parte teórica, mas principalmente na parte prática.

E – Que eu acho que é o que ele demandam, os guardas...

R – É. Eu acho que aí juntam duas coisas: a vontade da Academia – e aí é claro teria que trabalhar sem limitações, até com um corpo próprio, corpo docente próprio; trabalhar sem muitas amarras, sem muita limitação – e o anseio de conhecimento dos próprios guardas.

E – Eu tenho aqui outra questão que acho que você também já foi falando: do seu ponto de vista, quais deveriam ser as diretrizes de uma política educacional voltada à formação profissional de guardas municipais ? Eu sei que você já respondeu isso, mas eu coloquei também o seguinte: comente as condições necessárias para sua concretização. Eu acho que

---

[9] Centro de Educação e Treinamento dos Profissionais da Saúde. Trata-se de um órgão público municipal voltado ao treinamento e aprimoramento de trabalhadores do funcionalismo.

aí entra um pouco daquela coisa que você falou, "do que deveria ser"... Quer dizer: quais são as condições que você acha que precisa ter, de fato, para que o modelo ideal de uma diretriz de formação profissional seja concretizado ? Na sua fala você mencionou a questão de ter um corpo docente próprio, contratado. Pensando nesse aspecto de uma política educacional mais orgânica, mais consistente, quais seriam as condições que você acha que seriam necessárias para de fato isto ser concretizado ? São condições políticas ? É Secretaria ? É secretário ? É estrutura ? É dinheiro ? O quê que você acha que pode ser a condição necessária para se conseguir implantar um modelo mais perto do ideal ?

R – Do ideal... Bom. A primeira coisa, agora – pois eu não estou me reportando há quatro anos atrás, quando nós começamos – a primeira coisa que nós deveríamos de ter, que a Guarda deveria de ter, é o estatuto próprio. Ou seja, ela deveria ser desvinculada da organização jurídica da Prefeitura e ter o seu estatuto próprio. Por quê ? Até para poder se aplicar algumas sanções disciplinares. A Prefeitura, até então, por não ter um corpo de guardas, não tinha previsto isto. Muito bem. Partindo desse estatuto próprio, desse ordenamento jurídico próprio, nós teríamos que ter, especificamente na Academia – pensando em se adequar a Academia ao estatuto da Guarda (que agora se faz necessário) e esse estatuto, aí sim, depende do prefeito, depende da Câmara, depende de vontade política – a Academia, para se adequar a isso, precisa realmente de recursos, por que sem dinheiro não se faz nada. Tem que ter um corpo docente, próprio. Não que ele seja permanente. Mas que ele funcione nos mesmos moldes que o da Academia de Policia Civil. Quando há necessidade, se convoca os professores, já cadastrados, talvez até concursados, e se paga para eles naquele período por horas/aula. Eu acho que é o meio mais fácil de você ter um bom treinamento, uma boa instrução, sem ter um custo muito alto e permanente.

Eu acho que deveria ter uma verba própria para se pagar alguns professores extra, algumas palestras com profissionais de áreas afins – tem um pessoal de primeira linha que vive disso e que cobra...

Para se montar aqui uma biblioteca, com matérias específicas, seria uma biblioteca um tanto quanto cara. As publicações da área de Segurança são muito caras. Tem algumas coisas muito boas, mas tudo fora do Brasil. Tem algumas publicações muito boas dos EUA, da Inglaterra, da França e do Canadá em termos de Guarda Municipal. Porque lá existe a polícia municipal. Tem uma característica diferente, tem o poder de polícia, mas ela é municipalizada. Quem manda na Polícia, nos EUA e em alguns países da europa, é o prefeito. Então, seriam necessários esse tipo de material e alguns outros recursos, que infelizmente nós não temos aqui, como você sabe. Teríamos que ter um bom audiovisual. Enfim, ter todo um aparato para que se possa ministrar uma aula de primeira qualidade. Acho que isso é importante.

Também ampliar um pouco a função da Academia em termos de pesquisa. E aí nós teríamos também que contar com mais funcionários. A pesquisa é importante por que, através dela, você consegue aprimorar a organização curricular.

E – Que tipo de pesquisa ?

R – Pesquisas em outras Academias, pesquisa na literatura – uma atualização, inclusive – e pesquisa de campo, para você poder amoldar a organização curricular à necessidade social. Na realidade a Guarda lida com o público. Quem tem que dar o parâmetro do que ela vai fazer ou vai deixar de fazer é o público.

E – A pesquisa de campo você diria ser uma consulta à própria população...?

R – Sem dúvida nenhuma.

E – ...ou uma observação da própria realidade social ?

R – Também, também.
E – Dar a fala ao próprio munícipe ?
R – Tudo bem. Eu acho até que dar a fala em determinadas situações é bom. Quem representa muito bem a idéia do meio ambiente, que está interagindo, são as diretoras de escolas. Os prefeitos. Eles têm a visão real do que é, o que muitas vezes o pessoal de Secretarias não têm. Porque eles vivem o dia a dia, eles estão lá, eles têm contato. Na verdade são o primeiro muro de lamentação do público. E não se trata de falso não, de se dar a palavra ao público ! Se pensarmos bem, é o público que paga o nosso salário. Ele tem que ter voz. Pelo menos tem que ser ouvido e, daí, ser adequado às necessidades que às vezes eles nem vêem. Muitas vezes eles falam, reclamam, mas eles nem vêem...
E – Até aqui conversamos sobre a formação profissional no período de estágio. O período do estágio é de noventa dias, certo ?
R – Todo o período da Academia - a Academia por lei vai de 90 a 120 dias, que é a formação do curso técnico-profissional. O estágio vai desde o primeiro até o último dia. Muitas vezes até ultrapassa. Eles terminam a base teórica - em 90 dias - e completam os 120 dias, o restante, só de estágio, 30 dias só de estágio. Portanto, eles tem 120 dias de estágio.
E – São quatro meses, não só três...
R – Quatro meses, incluindo sábados e domingos.
E – Mas também há o curso de reciclagem. Eu queria que o Sr. avaliasse o curso de reciclagem. Quais seriam as sugestões pertinentes para uma reformulação ? Ou seja: como o Sr. o avalia e o que sugeriria como reformulação ? Que aspectos ou conteúdos poderiam ser aprimorados ou mesmo implantados ? Seria interessante o Sr. falar como foi. Ele foi bem mais curto que o período de formação, não ?
R – É. Foi bem mais curto e cumpre ressaltar o seguinte: o curso de reciclagem que foi feito não foi planejado pela Academia. Foi planejado pela Secretaria. Foi um treinamento rápido de 16 horas. Na minha opinião não atingiu nem o anseio da população alvo – ou seja, os guardas – nem o objetivo que seria o da Academia. Essa segunda parte, a do objetivo da Academia, não foi atingido. Até porquê não foi planejado pela Academia. A Academia só aplicou o planejamento que veio da Secretaria. Eu acho que não atingiu nenhum dos dois objetivos. As matérias práticas, ou seja, a necessidade do dia a dia, que o GM vive na rua - a necessidade, o desconhecimento – não foram atingidas.

Na época, qual a grande necessidade que o pessoal tinha ? Porque eu falo "na época"? Por que hoje mudou. Ele tinha necessidade de saber sobre um acompanhamento de um caso para a delegacia. Ele tinha necessidade de uma prática maior do que ele já tinha visto – ele não viu de uma forma profunda e teria que ter um novo acompanhamento na parte de tiro, de defesa pessoal, pronto-socorrismo e prevenção de incêndio, sendo que pronto-socorrismo foi a grande dificuldade deles. Esse era o anseio deles. Isso não foi aplicado. Então, eu acho que essas seriam as matérias que eu de imediato incluiria em uma nova reciclagem.
E – E nesse exemplo de acompanhamento de um caso ao distrito; as disciplinas de *Atividades Policiais* e de *Organização Policial* não davam uma diretriz nesse sentido ?
R – Não só davam uma diretriz como, na prática, no estágio, eles acompanharam os guardas em ocorrência. Mas veja bem: o distrito muda muito. Então, é muito bonito você colocar o que está no papel, ou seja, vender a parte teórica para eles, sendo que, na prática, eles vão ver uma outra coisa, uma outra realidade. Por que ? Porque aí eles estão interagindo com uma outra corporação que não tem uma atitude padrão. Certo ? Então,

muitas vezes o guarda apresenta uma ocorrência e um delegado vai tipificar de uma forma e o outro delegado de uma outra forma. A obrigação do guarda é só apresentar, se for o caso. A obrigação de tipificar é do delegado. O guarda não tem o direito e nem deve chegar e falar: *"olha Dr., eu peguei um flagrante de torpe de entorpecente"*. Isso quem tem que tipificar é o delegado, o problema é dele ! E nós já vimos que, na prática, um delegado tipifica de uma forma; às vezes como porte, às vezes como uso e às vezes manda o cara embora e não tipifica. E aí o guarda fica revoltado. São coisas que teriam que ser trabalhadas, até para mostrar para ele que, evidentemente, tem muita coisa aí que é da conduta pessoal do delegado, da autoridade policial. E quando eu falo de autoridade policial, eu falo especificamente do delegado, porque autoridade policial é só o delegado de Polícia, o resto são agentes auxiliares e não podem tipificar nada. Então, são coisas que você tem que trabalhar e burilar esse lado, para eles até entenderem porque um faz uma coisa, outro faz outra e um terceiro faz uma outra. Esse é só um exemplo. Existem *n* ocorrências diferentes que cada delegado tem um tipo de atitude. Essa é uma necessidade. É uma coisa que quem está no dia a dia na rua às vezes até se revolta: *"não, eu peguei o cara num flagrante de assalto e o delegado não quis tipificar"*. O agente que está na rua acaba se revoltando. Muitas vezes bobagem até do próprio delegado. Mas muitas vezes tem explicação. Então, são coisas que teria que trazer um pessoal especializado. Por isso que eu falo: tem que ser um pessoal que está na prática e que, com certeza, se forem convidados, virão e irão explicar com boa vontade. Como nós encontramos boa vontade até agora, com certeza continuaríamos encontrando. Da parte da Polícia Civil, eles acham a Guarda uma benção. Essa é a grande verdade. Pode falar com a maioria dos delegados. Eles gostam muito da atuação da Guarda Municipal. Essa é uma das necessidades.

E – Tem uma outra pergunta que você comentou ao falar da importância dos estágios, que é: qual a importância dos conhecimentos teóricos em comparação à dos conhecimentos práticos na formação profissional ? Reitero essa pergunta porque me parece que há muita demanda em relação ao conhecimento prático, do como abordar, como agir na rua etc...

R – Na verdade eu acho que um não subsiste sem o outro. Eles se complementam. Eu, para lhe ser muito honesto, não dispenso nenhum dos dois. Muito ao contrário. Eu acho que eu incentivaria, como já falei, os dois.

O prático se torna extremamente importante na medida que o fulano, depois de um mês que saiu da Academia, já esqueceu a parte teórica. A grande verdade é essa. Por isso a necessidade de reciclagens constantes, com acompanhamentos constantes do comando direto, do comando operacional; há a necessidade de uma ajuda do comando operacional para o trabalho da Academia, observando as falhas para se poder aprimorar o treinamento. A Academia não tem condições - que seria o ideal, eu falei inclusive que a Academia deveria fazer pesquisa – de estar diuturnamente na rua, pelo número reduzido que é, para ver necessidades e atitudes. O comando que está acompanhando isso daí, o comando operacional, deveria apresentar relatórios bimensais, trimestrais, falando das necessidades para a gente poder trabalhar em cima dessas necessidades. Aí entraria também a equipe multidisciplinar, se nós tivéssemos, e montaria, a partir daí, bem direcionado, treinamentos, palestras, enfim, tudo que fosse necessário para aprimorar o trabalho e o aprendizado profissional.

E – Em que medida você acha que o aspecto regional, geográfico, número de habitantes etc deve influenciar o planejamento do modelo de formação profissional ? Até que ponto você acha que a localização, o município em questão, deva influenciar o tipo de modelo a ser adotado? Ou não deveria ter muito isso e sim um "modelão" geral para todas as Guardas ?

R – Eu acho que em termos de formação tem que ser um modelão mais ou menos geral. Nós tentamos, na verdade, fazer o que havia de melhor na praça, na época, para poder aplicar. Uma coisa mais ou menos geral.

Algumas caraterísticas regionais eu acho que podem e devem ser aplicadas. Tem que ser respeitadas e direcionadas para isso daí. O tipo de relacionamento hierárquico depende do tamanho da guarda e, consequentemente, do município, ou vice-versa. Então isso é um negócio que tem que ser muito bem trabalhado, porque quanto maior a Guarda, maior é a hierarquia. Quanto maior a hierarquia, maior a relação de mando. Se isso tudo não ficar bem adequado, bem disciplinado, acaba havendo um desvio no meio do caminho de qualquer ordem dada. O subcomando, ou seja, a relação hierárquica, tem e deve existir, com certeza ! E ela deve existir bem proporcional ao número de elementos da Guarda. O que eu estou querendo dizer com isso ? Para ser bem claro: hoje a Guarda do nosso município é muito grande em relação ao comando que ela tem. O comando é muito pequeno e a Guarda é muito grande. Então, vale interferir nesse meio alguns desses serviços, por que é uma relação hierárquica extremamente estreita.

A Guarda Municipal Metropolitana – que na realidade lá eles colocaram Guarda Civil, até para se aproveitar de algumas leis anteriores que ainda não foram revogadas - eles têm uma boa proporcionalidade entre comando, ou seja, corpo de comando e guardas. Então, a coisa funciona mais estável. A organização hierárquica funciona melhor. Algumas outra guardas têm um excesso de comando, algumas que eu já vi. Têm um excesso de comando e um corpo muito pequeno. Então, esse inchaço de cabeça diminui a execução. É muita gente mandando e pouca gente executando – mas tem, felizmente tem gente executando. Então, eu acho que algumas características regionais devem e podem ser respeitadas.

Por exemplo: uma cidade com característica eminentemente industrial, tem uma forma de patrulhamento e policiamento, ao passo que um município que seja eminentemente agrícola tem outro tipo de patrulhamento e tem que ter, também, outro tipo de policiamento. As pessoas de um e de outro são completamente diferentes. Esse papo de que : *"não, as pessoas são iguais"*... Não, na realidade não são ! A pessoa do campo é uma coisa: tem um tipo de reação, tem um tipo de formação. A pessoa da indústria, de uma cidade que seja bem industrializada, que tem sua economia baseada na indústria, é completamente diferente, em tudo: hábitos, nível cultural, tudo... Então, você tem que respeitar essas características regionais, até o caso das situações limítrofes. O tipo da matéria, o tipo da disciplina, por exemplo, *Geografia Urbana*, é diferente. Evidentemente que, se o tipo de patrulhamento é diferente, a conformação da geografia urbana também é diferente...

Aqui no nosso município, onde você vai patrulhar, a maioria das ruas são asfaltadas. A cidade tem uma vocação industrial. Se você for pegar municípios que têm uma vocação agrícola, a maioria dos caminhos não são asfaltados. Até o tipo de veículo é diferente. O tipo de uniforme tem que ser diferente ! Tem algumas cidades que tem realmente algumas características regionais que tem que ser respeitadas.

E - Pensando no caso de nosso município, isso implicaria em que tipo de elemento na parte do aprendizado, das disciplinas, do conteúdo ? Que tipo de diferenças teriam que existir em relação a outros municípios ? Que tipo de conteúdo deveria ser mais abordado pensando na característica do nosso município, que tem uma vocação industrial - que não está tão longe da realidade agrícola, mas que tem uma vocação industrial - que tem um porte significativo,

que é toda asfaltada ? Ou seja, que tipo de característica deveria ser a da Academia deste município que não existiria em outras Academias ?
R – Bem. Quando foi montada a Academia... Até é bom saber o seguinte: no Brasil, o único município que tem uma Academia específica para treinamento é a nossa. Oficial, através de decreto e agora através de lei. Só existe aqui na cidade. Quando foi feito o planejamento do primeiro curso técnico-profissional, tentou-se, dentro do que se tinha na época, fazer especificamente pensando no nosso município. Se acrescentou algumas coisas nas organizações curriculares, das disciplinas, pensando na cidade, e se retirou outras, que eram sugestões para outros municípios - no caso mais específico, para o município de São Paulo. Eu acho que hoje eu não tiraria e não mudaria nada. Acho que está bem adequado para nossa cidade. Essa realidade pode mudar. Se aumentar a demanda, com a mesma população que tem hoje – pode se aumentar a demanda, pode acontecer, como vemos ocorrer em outras cidades e até na nossa, onde a criminalidade aumentou muito – nós podemos repensar a necessidade de uma adequação especifica para o município. E essa demanda seria de dois tipos: demanda por uma incidência maior de criminalidade ou por incidência maior de população. Porque tudo fica diferente. Aumentou a população, aumenta a corporação. Aumentando a corporação, aumenta a necessidade de outras adequações. É uma corrente: uma coisa puxa a outra. Não existe fato isolado aí. Um puxa o outro, o outro puxa o outro, enfim... E realmente aí eu faria algumas adequações tendo em vista essa demanda maior. Caso contrário, eu realmente deixaria como está.
E – Pensando um pouco assim... o que eu soube sobre o Rio de Janeiro, por cima, é que existe umas especializações dentro da própria Guarda. Então, por ser uma cidade turística, que é uma característica de lá, existe uma parte da Guarda que está voltada para o atendimento do turista; existe o pessoal que lida com cachorro, o guarda que trabalha com cachorro; então, de certa forma vai havendo, eu não sei se em termos de cursos, mas na prática, uma certa especialização: alguns guardas vão estar atuando em um "pedaço", outros em outros. Você acredita que, talvez não na formação geral, mas nas reciclagens, possa haver programações mais específicas ? Por exemplo, aqui nós também temos uma certa diversidade: tem o guarda que fica em posto fixo; tem o guarda da rua; o da rua que é motorizado, o da rua que é a pé; tem o guarda do setor administrativo – que talvez vá precisar saber coisas diferentes daquele que está na rua ou do que está no posto fixo, etc. Agora nós temos o guarda da ambiental, que envolve uma questão super presente na virada do século, que é a questão da preservação do meio ambiente, que é muito ligada à questão do município. Você acha que caberiam programas, formações, pequenos cursos específicos para segmentos dentro da própria Guarda ?
R – É. Por exemplo: o caso da ambiental. Com certeza eu faria especificamente para ela. Hoje o meio ambiente não é bandeira modista e sim necessidade; na minha visão. E, com certeza, eu faria especificamente voltado para o meio ambiente, até com recursos mais específicos do que na realidade se têm. O que se criou foi um patrulhamento de meio ambiente, mas eles não estão preparados para intervir em um acidente com o meio ambiente. Eles estão preparados para comunicar, patrulhar e identificar o problema, mas não estão especificamente preparados para intervir. Eu faria, com certeza, inclusive em termos de legislação, um treinamento específico para isso. Uma outra necessidade que eu vejo... a parte de turismo... eu não sei... só se houvesse...
E – Era só como um exemplo...
R - É, mas na realidade foi bom. A cidade tem o turismo empresarial. Na realidade ela é muito forte nisso. Ela não tem aqui turismo de lazer, mas tem o turismo empresarial. Não

sei se comportaria uma guarnição especificamente para isso. Teria que ter uma infra-estrutura muito boa para que a Guarda fosse especificamente para isso. Mas tem essa possibilidade, já que tem o campo, tem o mercado.

A parte de prevenção de incêndio eu realmente faria uma guarnição específica para isso. Teve umas duas ou três ocorrências durante esse período de existência da Guarda. Com o pouco conhecimento - o conhecimento básico de prevenção de incêndio - os guardas já interagiram em incêndios, inclusive evitando o crescimento dele. Então, é uma coisa que eu faria, apesar do atendimento do Corpo de Bombeiros ser excepcional. Eu mandaria guardas para serem treinados no próprio Corpo de Bombeiros.

E – Mas toda ela ou uma parte dela ? Aí que eu lhe coloco a questão: você acha que vale a pena segmentar, subsidiando mais determinadas equipes com alguns conhecimentos e outras com outros ?

R – Eu faria, no meu enfoque... Conhecimento sobre prevenção de incêndio, todos já tem ! O que eu faria, seria um pouco em cada equipe, principalmente se mantiver essa equipe motorizada. Eu faria um núcleo em cada equipe se especializar. Porquê ? Por que eles estariam trabalhando no dia da sua equipe e, em havendo a ocorrência, eles iriam intervir. Então, não seriam todos, mas um núcleo de cada equipe.

E – Em relação aos guardas que trabalham na Lagoa do Taquaral, Parque Portugal, que é um próprio público e que tem a característica de se relacionar e lidar com um público amplo e diversificado, em situação bem diferente daquele com o qual se depara o guarda na rua, você sugeriria alguma preparação específica ?

R – Agora eu vou lhe dizer algo que talvez te surpreenda. Eu copiaria o modelo da ADVB, que é a Associação de Dirigentes de Vendas, no que se relaciona ao treinamento dirigido ao relacionamento humano e público.

E – Você poderia fazer mais algum comentário a respeito da questão do estatuto ? Qual seria a vantagem de tê-lo ? Você sabe se há alguma Guarda onde ele já existe ?

R – O estatuto possibilitaria que houvesse uma norma de conduta melhor definida. Isto evitaria a impunidade de forma mais eficaz, facilitaria punir as más ações e apoiar as ações adequadas. Ou seja, poderia melhorar a gestão humana.

E – Muito obrigado pela entrevista.

R – Não foi nada.

ANEXOS

FOLHA COTIDIANO

PÁGINA C 1 ★ SÃO PAULO, TERÇA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2004

SEM TRINCHEIRA *Crimes ocorrem principalmente no horário de folga; profissão é mais arriscada no Brasil do que na C*

País tem um policial morto a cada 17 ho

MARIO HUGO MONKEN
DA SUCURSAL DO RIO

A cada 17 horas um policial civil ou militar é assassinado no Brasil, estando em folga ou em serviço.

Entre janeiro e a primeira quinzena de julho, ao menos 281 policiais civis e militares foram mortos no país, de acordo com levantamento feito pela Folha nos 26 Estados e no Distrito Federal. Detalhe: 71% deles (197) não estavam trabalhando na função.

O número dos assassinatos é alto, comparado às estatísticas de outros países. Nos Estados Unidos, 34 policiais foram assassinados no período. Na Colômbia, que enfrenta uma guerrilha desde a década de 40, 65 policiais morreram. Na Grã-Bretanha, apenas um policial foi morto neste ano.

A Polícia Militar apresenta o maior número de baixas. Foram 225 mortos, sendo 176 em folga. A Polícia Civil teve 56 assassinados, sendo 35 no horário de trabalho.

De acordo com o levantamento, o Rio de Janeiro é o Estado onde ocorreu o maior número de mortes. Foram 81 policiais assassinados: 69 PMs e 12 civis. São Paulo vem em segundo lugar, com 59 mortes — 51 na PM e 8 na Civil. A Bahia está em terceiro.

Para realizar o levantamento, a Folha coletou dados fornecidos pelas secretarias estaduais de Segurança Pública e por corporações policiais. Nos casos de São Paulo e Minas Gerais, os números foram passados por sindicatos e associações de policiais.

A estatística dos Estados Unidos foi obtida no site Office Down Memorial Page (www.odmp.org), que reúne dados sobre a polícia norte-americana, do Canadá e de países da Europa.

Na Colômbia, os números foram fornecidos pela Agência Nacional de Notícias Policiais. Na Grã-Bretanha, constam no site www.policememorial.org.uk.

Razões da morte

"Morre mais policial no Brasil porque as autoridades daqui combatem a violência com violência. Com isso, há muitas mortes em ambos os lados, tanto entre criminosos, como entre policiais. Mesmo que 70% tenha sido de folga, os outros 30% representam um índice muito alto", disse a socióloga Julita Lemgruber.

Para o sociólogo Eduardo Cerqueira, da Fundação João Pinheiro, vinculada ao governo de Minas Gerais, morrem mais policiais no Brasil do que nos Estados Unidos, porque os americanos respeitam mais as autoridades.

"Nos EUA, uma pessoa pensa duas vezes antes de atacar um policial, porque sua pena pode ser multiplicada. No Brasil, se um indivíduo atacar um policial, ele só é preso imediatamente se for pego em flagrante", declarou.

O sociólogo diz que é preciso fazer um estudo criterioso sobre as causas dos assassinatos, principalmente em folgas. "O policial é um profissional muito caro para o Estado, tão caro quanto colocar uma pessoa em uma universidade. As autoridades não podem deixá-los tão suscetíveis", disse.

O pesquisador Glâucio Soares, do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), disse não ser surpresa o fato de o Brasil ter mais policiais mortos do que os EUA.

"Embora os Estados Unidos tenham quase 100 milhões de habitantes a mais, o índice de homicídios no Brasil é três vezes maior. Os brasileiros têm três vezes mais chances de serem mortos."

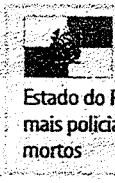
Um policial é assassinado em sua folga nas mais diversas situações. É comum, por exemplo, o caso de policiais mortos no exercício de um segundo emprego, de segurança ou vigia, por exemplo.

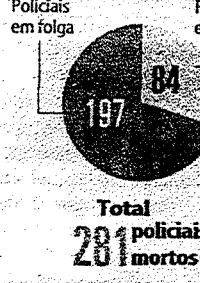
Na Bahia, a maioria dos policiais mortos fora do serviço reagiu a assaltos em transportes coletivos. Foi o caso do soldado PM Armando Lima. No dia 7 de fevereiro, tentou tomar a arma do ladrão que roubava um microônibus em Salvador. Acabou morto.

POLICIAIS MORTOS NO BRASIL

Dados de janeiro até a primeira quinzena de julho de 2004

Estado	Policiais em... ...folga	... serviço	Total por Estado
Rio de Janeiro	51	30	81
São Paulo	44	15	59
Bahia	19	10	29
Minas Gerais	23	0	23
Pará	13	5	18
Ceará	9	1	10
Pernambuco	8	1	9
Rio Grande do Sul	6	3	9
Paraná	5	3	8
Alagoas	5	2	7
Espírito Santo	3	1	4
Santa Catarina	0	4	4
Goiás	2	1	3
Piauí	0	3	3
Distrito Federal	2	1	3
Maranhão	1	1	2
Mato G. do Sul	2	0	2
Paraíba	0	2	2
Tocantins	0	1	1
Roraima	1	0	1
Rondônia	1	0	1
Sergipe	1	0	1
Mato Grosso	2	1	1
Acre	0	0	0
Amazonas	0	0	0
Amapá	0	0	0
Rio G. do Norte	0	0	0





Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública, polícias Civil e Militar, sindicatos e associações policiais

EGURANÇA *Pesquisa analisou homicídios, furtos, roubos e furtos e roubos de veículos*

Campinas é 2º lugar em violência

·LANCE PARA A FOLHA CAMPINAS

Campinas ocupa o segundo lu-
no ranking da violência no Es-
o, atrás apenas de Praia Gran-
no litoral paulista, de acordo
n estudo do Instituto Fernand
udel de Economia Mundial,
izado neste ano.

análise feita pelo pesquisador
Peres Netto, 68, levou em
sideração os dados de 61 cida-
do interior para os crimes de
nicídio, furto, roubo e furto e
bos de veículos, em 2001.

pesquisa trabalha com os ín-
s dos crimes por 100 mil habi-
es. Campinas ocupa o décimo
r em homicídios, 22º no ran-
king de furtos, o segundo em roubos e o terceiro em furtos e roubos de veículos. Segundo o pesquisador, o alto índice de roubos e furtos e roubos de veículos foi o responsável pelo segundo lugar.

Outras cidades da região também entram na lista das mais perigosas na análise de 2001. Hortolândia aparece em oitavo lugar e Sumaré em 19º. Entre Campinas e Hortolândia aparecem as cidades da Grande São Paulo, como Diadema, Taboão da Serra, Osasco e Itapecirica da Serra.

"Na pesquisa, constatamos que, quanto mais os moradores denunciam os furtos, considerados crimes menores, menos crimes graves, como roubos e homicídios, acontecem nas cidades", observou o pesquisador.

O trabalho de Peres Netto não faz comparações com anos anteriores. Peres Netto desenvolve pesquisa, ainda não concluída, dos dados de 1995 a 2001 para analisar a evolução da criminalidade em São Paulo.

Outro lado

O secretário de Estado da Segurança Pública de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho, informou que os índices de violência estão em queda na região.

De acordo com o secretário, nas cidades controladas pela Delegacia Seccional de Campinas (Paulínia, Indaiatuba, Valinhos e Vinhedo) houve queda de 14% no homicídios no primeiro semestre deste ano em relação a 2001.

Nos furtos, segundo o delegado, a queda foi de 4%, enquanto o roubo caiu 17% na área da seccional. Os furtos de veículos caíram 28% e os roubos tiveram queda de 29%, de acordo com Abreu Filho.

"Estamos agindo com rigor contra os desmanches e receptadores o que está diminuindo o número de furtos e roubos de carros", disse o comandante do 8º BPMI (Batalhão da Polícia Militar do Interior), coronel Lúcio Ricardo de Oliveira.

Editoria de Arte/Folha Imagem

RANKING DA VIOLÊNCIA

Os municípios mais violentos*		Os municípios menos violentos*
Praia Grande	1º	Jaú
Campinas	2º	Catanduva
Diadema	3º	Barretos
Taboão da Serra	4º	Franca
Cotia	5º	Presidente Prudente
Osasco	6º	Marília
Itapecerica da Serra	7º	Guaratinguetá
Hortolândia	8º	Itapetininga
Embu	9º	Araras
Guarujá	10º	Bragança Paulista
São Bernardo do Campo	11º	São Carlos
Itapevi	12º	Mogi-Guaçu
Santo André	13º	Botucatu
São Vicente	14º	Santa Bárbara d'Oeste
Mauá	15º	Piracicaba
Guarulhos	16º	Araraquara
Itaquaquecetuba	17º	Pindamonhangaba
São José dos Campos	18º	Mogi das Cruzes
Sumaré	19º	Bauru
Santos	20º	Taubaté

*Com pelo menos 100 mil habitantes Fonte: Instituto Fernand Braudel

Caderno Cotidiano, C5, 31/07/2002

Ricardo Lima/Folha Imagem

GUARDAS MUNICIPAIS OU CIVIS NA REGIÃO DE CAMPINAS

O que diz a legislação?

O artigo 144 da Constituição Federal, que trata da segurança pública, prevê que:

■ **Polícia Civil**: dirigidas por delegados de carreira, exerce a função de polícia judiciária e apura infrações penais, ressalvada a competência da União

■ **Polícia Militar**: policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública

■ **Guardas Municipais**: poderão ser constituídas pelos municípios, são destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações

O que pode mudar?

No dia 23 de março de 2001 o Senado aprovou em primeiro turno uma proposta de emenda constitucional (PEC), do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que amplia a atuação das guardas municipais, incluindo entre outras atribuições o policiamento ostensivo e preventivo mediante convênio com o Estado. O texto aprovado condiciona a ampliação dos poderes das guardas municipais à aprovação de lei federal que regulamente a relação entre o comando dessas guardas e as polícias estaduais. Esta PEC foi retirada de pauta para ser analisada na Comissão de Constituição e Justiça

Municípios na região que possuem Guarda Municipal e seu efetivo

Águas de São Pedro	30
Americana	172
Amparo	83
Analândia	10
Araras	154
Arthur Nogueira	39
Atibaia	53
Bragança Paulista	89
Cabreúva	19
Campinas	592
Capivari	80
Conchal	31
Cordeirópolis	30
Cosmópolis	83
Elias Fausto	16
Estiva Gerbi	16
Holambra	21
Hortolândia	101
Indaiatuba	197
Iracemápolis	35
Itapira	98
Itatiba	114
Itu	296
Itupeva	46
Jaguariúna	38
Jundiaí	265
Leme	33
Limeira	248
Louveira	38
Mogi Guaçu	107
Moji Mirim	76
Mombuca	6
Monte Mor	82
Nova Odessa	27
Paulínia	214
Pedreira	17
Piracaia	32
Piracicaba	321
Pirassununga	40
Porto Feliz	69
Porto Ferreira	28
Rio Claro	60
Rio das Pedras	29
Salto	87
Santa Bárbara D'Oeste	120
Santa Cruz da Conceição	8
Santa Gertrudes	15
Santo Antônio de Posse	12
São Pedro	31
Serra Negra	15
Socorro	39
Sumaré	105
Tietê	56
Valinhos	90
Várzea Paulista	81
Vinhedo	75

Fonte: IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Constituição Federal

EGURANÇA *É a segunda cidade da região que obteve vitória na Justiça contra recém-promulgado Estatuto do Desarmamento*

tupeva consegue liminar para manter GM armada

P.C3
Folha SP - 3/02/2004

E-LANCE PARA A FOLHA CAMPINAS

A juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcanti Rodrigues, titular da 1ª Vara Criminal de Jundiaí, concedeu liminar na última sexta-feira permitindo que a Guarda Municipal de Itupeva possa trabalhar armada.

As armas dos guardas haviam sido recolhidas no começo de janeiro pela prefeitura por causa do Estatuto do Desarmamento (Medida Provisória 157), que não permite GMs armadas em cidades com menos de 50 mil habitantes. Itupeva tem cerca de 30 mil habitantes.

A MP 157 prevê que somente guardas Municipais de municípios com mais de 50 mil habitantes possuam porte.

A Guarda Municipal de Louveira também garantiu, em janeiro passado, na Justiça, que seus integrantes portem armas de fogo. O município tem cerca de 27 mil habitantes e perdeu o direito de manter o porte de armas de seus guardas com a lei 10.826/03. Desde a proibição, no início do ano, o comando da Delegacia Seccional de Jundiaí havia determinado o recolhimento das armas da guarda de Itupeva.

O comando da guarda recebeu a liminar na sexta-feira à noite, e os guardas voltaram a andar armados no fim de semana.

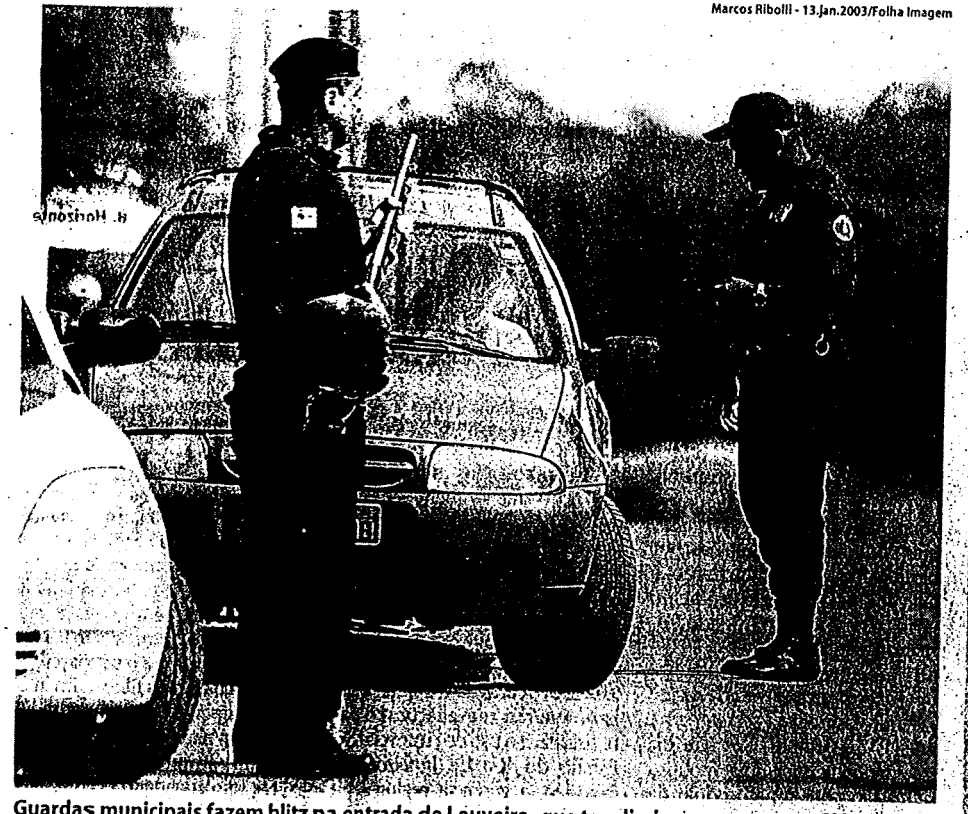
De acordo com o comandante da Guarda Municipal de Itupeva, Antônio Bonequini, a medida trará mais segurança para a cidade e para os guardas. "Temos um efetivo pequeno, mas que sempre ajudou muito na redução do número de ocorrências."

Segundo o comandante, a Guarda Municipal conta com cerca de 30 homens, enquanto a Polícia Militar da cidade possui um efetivo entre 15 e 16 policiais.

As prefeituras da região metropolitana de Campinas (RMC) já pediram a interferência do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, para tentar acabar com o limite de porte de armas para GMs de acordo com o tamanho dos municípios.

O prefeito de Indaiatuba, Reinaldo Nogueira (PDT), quer uma audiência com o procurador para propor que ele entre com uma Adin (ação direta de inconstitucionalidade) contra o estatuto.

Marcos Ribolli - 13.Jan.2003/Folha Imagem



Guardas municipais fazem blitz na entrada de Louveira, que tem liminar para manter GM armada

OUTRO LADO

Relator afirma que a MP pode ser modificada

FREE-LANCE PARA A FOLHA CAMPINAS

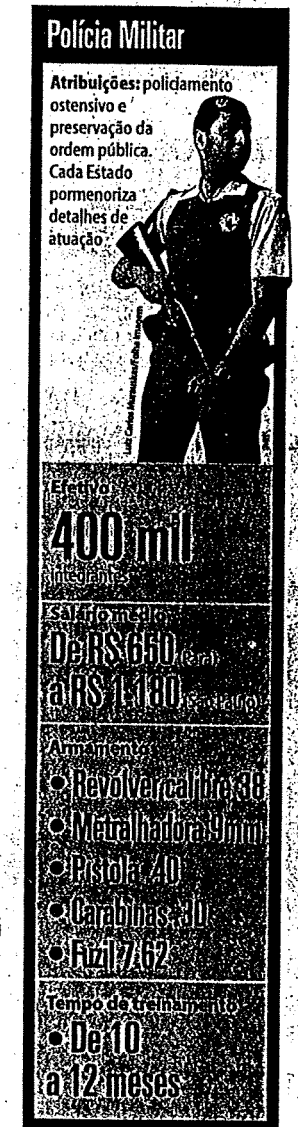
O relator do Estatuto do Desarmamento na Câmara e presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT), afirmou que o texto da nova lei pode sofrer modificações até a sua regulamentação.

Segundo ele, a MP 157 deve ser substituída. A mudança, diz Greenhalgh, deve ser a volta do texto original do estatuto conforme a proposta da Câmara, que prevê que os municípios com até 500 mil habitantes possam ter guardas armados em serviço, mas não fora dele.

Nas cidades com mais de 500 mil habitantes, os guardas podem usar armas permanentemente.

SEGURANÇA *Relatório coordenado pela Casa Civil propõe ampliar repasses e poder das tropas para inibir sensação de insegurança*

Planalto quer fortalecer guarda municipal



GABRIELA ATHIAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Relatório interno sobre segurança pública, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, traz soluções, bastante polêmicas, para resolver o problema das altas taxas de criminalidade em todo o país: conceder às guardas civis poder de polícia e fortalecer o caixa das prefeituras para que elas possam financiar ações preventivas de segurança.

O documento, obtido pela Folha, leva a assinatura da Subchefia de Assuntos Federativos, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça), da Frente Nacional de Prefeitos (reúne as capitais) e da Confederação Nacional de Municípios (pequenas e médias cidades).

O relatório promete enfrentar resistências. Isso porque ampliar a verba das prefeituras na área afeta diretamente os governadores. Ao aumentar as fontes de financiamento para as prefeituras, o governo federal terá de reduzir o quinhão destinado aos Estados.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública já aumentou os repasses para as prefeituras de 4% para 15% do total liberado. A idéia é aumentar isso para 20% e chegar a 30% nos próximos três anos.

Já a concessão do poder de polícia às guardas civis afeta diretamente a Polícia Militar, e a corporação certamente fará pressão sobre o Congresso Nacional para continuar a ter primazia sobre ações de segurança pública.

Fontes do Ministério da Justiça e da Casa Civil afirmaram que o governo reconhece que as duas medidas são polêmicas. No entanto, afirmam que é preciso rediscutir o papel das prefeituras na segurança pública —o que envolve, necessariamente, a ampliação do repasse de recursos.

O relatório será entregue oficialmente nesta semana aos ministros José Dirceu (Casa Civil) e Márcio Thomaz Bastos (Justiça), após consulta formal feita a prefeitos de todo o país, durante um seminário sobre segurança pública que começa amanhã, em Brasília, e termina no dia 12.

Segundo a Folha apurou, Dirceu e Thomaz Bastos já haviam concordado com a principal diretriz do documento: o fortalecimento dos municípios na prevenção à criminalidade. No mês passado, Vicente Trevas, subchefe de Assuntos Federativos da Casa Civil, homem ligado a Dirceu, participou da reunião em que foi selado o acordo para que as sugestões contidas no relatório comecem a ser negociadas.

Depois da consulta aos prefeitos, será elaborada uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) para alterar o artigo 144 e ampliar as atribuições das guardas municipais.

O objetivo do ministro Thomaz Bastos é que, com o Susp (Sistema Único de Segurança Pública), o gerenciamento da segurança siga um molde semelhante ao do Sistema Único de Saúde.

Prefeituras, Estados e União terão papéis e fontes de financiamento definidos. Vão operar com o mesmo sistema de informações (uma espécie de Datasus da segurança) e trabalharão de forma mais integrada.

Guardas

Apenas 357 cidades do país possuem guarda municipal e, pela lei, o uso de armas só é permitido nas de municípios com mais de 500 mil habitantes. Para reforçar o caixa desse grupo e estimular a criação de outras guardas, o governo dispõe do Fundo Nacional de Segurança Pública, que tem um orçamento de R$ 404 milhões. Desses, apenas R$ 260 milhões estão disponíveis.

O dinheiro do fundo é destinado à capacitação e ao treinamento das polícias. Mas o recurso não é o suficiente para que as prefeituras das cidades de médio e grande porte financiem uma guarda especializada em prevenir delitos.

Os membros da nova guarda civil descrita no relatório praticam artes marciais, fazem policiamento comunitário, atuam no enfrentamento com os camelôs, quando esses invadem espaços proibidos, e combatem o transporte público clandestino, entre outras funções.

Na introdução do relatório, consta a explicação do envolvimento dos prefeitos num tema tradicionalmente afeto aos Estados. "O agravamento do medo e a generalização da sensação coletiva de insegurança em quase todo o país levaram a uma pressão política e social cada vez maior, exigindo que os prefeitos reinterpretassem o seu mandato constitucional diante do tema".

Traduzindo: diante da escalada da violência, os prefeitos querem ter mecanismos constitucionais para combatê-la. Os ataques ocorridos desde domingo passado em São Paulo vão esquentar ainda mais essa discussão.

A falta de segurança já é realidade até para policiais civis e militares de São Paulo. Há uma semana membros das duas corporações vêm sendo alvo de ataques, atribuídos pelas autoridades paulistas à facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital).

AS ATRIBUIÇÕES PROPOSTAS NO RELATÓRIO

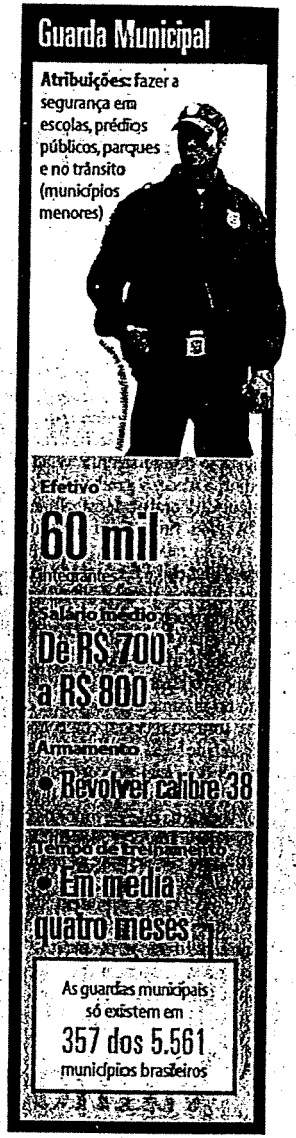
DAS PREFEITURAS

- Reduzir homicídios
- Prevenir a violência racial, doméstica e o racismo e atender as vítimas
- Prevenir o aliciamento de adolescentes por traficantes
- Preservar a ordem pública
- Mediar crises e conflitos urbanos
- Prevenir e controlar a violência em escolas, praças e parques públicos
- Fazer a segurança de turistas, do meio ambiente e de locais históricos

DAS GUARDAS MUNICIPAIS

- Enfrentar camelôs
- Fiscalizar bares e fechá-los quando necessário
- Fiscalizar desmanches de veículos
- Combater o transporte clandestino
- Fiscalizar a atuação ilegal de flanelinhas
- Atuar em reintegrações de posse

Fontes: Comitê de Articulação Federativa/Grupo de Trabalho de Segurança Municipal, Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, Polícia Militar do Estado de São Paulo e Conselho Nacional das Guardas Municipais



Tel.: 0/xx/19/3254-1444
E-mail: folcam@uol.com.br
Fax: 0/xx/19/3251-0025

FOLHA CAMPINAS

Serviço de atendimento ao assinante: 0800-703-8080

PÁGINA C 1 ★ SÃO PAULO, DOMINGO, 28 DE SETEMBRO DE 2003 ★ INCLUI COTIDIANO

SEGURANÇA *Somente neste ano houve 168 inquéritos e outras 11 queixas contra a atuação dos 4.869 guardas-civis da região*

Guarda Civil atira, prende e irrita a polícia

CAROLINA FARIAS
FREE-LANCE PARA A FOLHA CAMPINAS

Armados, eles abordam, perseguem, investigam e prendem. Substituindo aos poucos o papel das polícias Militar e Civil, guardas municipais da região de Campinas extrapolam suas atribuições constitucionais e entraram em conflito com o comando da polícia estadual.

O efeito nas ruas é traduzido em números: neste ano, são 168 inquéritos e outras 11 queixas contra a atuação dos 4.869 guardas-civis da região. O conflito de papéis de quem recebeu treinamento para vigiar prédios e praças acaba sendo, invariavelmente, o motivo desses possíveis abusos.

É um pequeno exército dotado de armas de grosso calibre, aparelhos de localização por satélite e, em Limeira, até um ultraleve.

Talvez a situação mais evidente de confusão entre papéis ocorra em Itu, onde a corporação mantém até um livro de fotografias de pessoas suspeitas.

As denúncias se acumulam: na semana passada, três guardas de Paulínia foram acusados de espancar o comerciante Cristiano da Silva Ferreira, 24, após perseguir e atirar no seu carro.

Em Campinas, também na semana passada, o estudante de direito André Borges, 20, teve o carro baleado —guardas são apontados como autores dos tiros.

"Fiquei constrangido e me senti humilhado. No lugar de proteção eles me trataram com violência", afirmou o estudante.

A ocorrência desencadeou a reação da Polícia Civil de Campinas, já que os guardas envolvidos nem se foram à delegacia.

O delegado seccional Miguel Voigt Júnior determinou a todos os delegados plantonistas a proibição da apresentação de ocorrências por pessoas que não estejam envolvidas na situação.

Motivo: quem foi ao DP foi um supervisor, pois os guardas já estavam fora do horário de serviço.

As armas dos guardas também não foram apresentadas. "Aquele que usa a arma tem de ser responsável. O fato tem de ser levado inteiro [à delegacia]. Temos de tomar medidas para evitar futuros erros", disse Voigt.

As guardas municipais têm sua função definida no artigo 144 da Constituição: proteção dos bens, serviços e instalações dos municípios. Abordar, perseguir e investigar compete às polícias Militar e Civil, respectivamente, de acordo com o mesmo artigo.

"As guardas querem um trabalho similar ao nosso, quando deveria ser integrado. O que acontece é uma competição. É uma regressão as guardas agirem dessa maneira, com repressão", disse o coronel Reynaldo Pinheiro Silva, comandante do CPI-2 (Comando de Patrulhamento do Interior) da PM, que abrange 90 municípios.

Armas

Em Campinas, por exemplo, a Guarda Municipal tem espingardas de longo alcance, calibre 38, para a patrulha na zona rural. Um aparelho de GPS (monitoramento por satélite) rastreia e localiza veículos da corporação.

No ano passado, de janeiro a novembro, a GM de Campinas atendeu 3.398 ocorrências.

Em Limeira, a guarda usa um ultraleve para dois tripulantes, que atinge até de 3.000 metros de altitude e tem blindagem, câmera, painel iluminado e rádio.

Foi com o álbum de fotos utilizado pela Guarda Civil Municipal de Itu que a corporação apontou o garçom Valdinei Sabino da Silva, 25, ao DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), que o prendeu sob a acusação de participação na morte do empresário José Nelson Schincariol, 60. Depois, ele foi solto, mas afirmou à imprensa que foi agredido por guardas municipais ao ser detido.

Para o secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo de Mello Soares, não há veto constitucional ao poder de polícia das guardas municipais.

→ LEIA MAIS na pág. 3

SEGURANÇA *Relatório norteará atuação durante crise provocada pela onda de violência; PM está entre os tópicos mais detalhados*

Governo aponta falha estrutural na polícia

LEILA SUWWAN
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

No momento em que o ministro Aloysio Nunes Ferreira (Justiça) considera que o caminho para conter a criminalidade é combater a corrupção na polícia e fazê-la funcionar, um relatório do próprio governo federal aponta pelo menos 40 problemas na estrutura da corporação.

Eles vão desde mau atendimento à população e falta de transparência nas corregedorias até estrutura deficiente em delegacias.

O relatório —chamado de "Diagnóstico das Polícias"— foi preparado por técnicos de vários órgãos, incluindo Ministério da Justiça, e norteará o governo durante a atual crise de segurança.

A Folha teve acesso ao documento, que aborda desde o vácuo de uma doutrina única para as polícias após o regime militar até a desmilitarização da PM.

Conasp

O relatório será apresentado na primeira reunião do Conasp (Conselho Nacional de Segurança Pública), marcada para fevereiro. O conselho, criado em 1997, não se reunia havia mais de um ano.

"Até hoje não se decantou uma doutrina da segurança pública que alie preocupações com eficácia e valores democráticos", diz o estudo em seu primeiro diagnóstico. A Polícia Militar é um dos tópicos mais detalhados.

Entre os 12 diagnósticos específicos, o documento cita "a arrogância e o destempero de alguns maus comandantes" e os "preceitos da hierarquia e disciplina defasados".

O termo "desmilitarização" não é usado explicitamente. No entanto, a análise recomenda o desaquartelamento.

Considera os agrupamentos militares —batalhão, companhia, pelotão, destacamento— inadequados.

Recomenda rígida disciplina, mas sugere a modernização. A hierarquia militar, com 13 níveis, é considerada inadequada: "Boas polícias no mundo funcionam com metade desses níveis".

Corporativismo

O diagnóstico também critica a Polícia Civil, que, de acordo com o documento, se torna ineficiente devido a delegados defasados, delegacias mal equipadas e mal distribuídas, corregedorias ineficazes e desvios de função.

Para os especialistas do governo, as 14 carreiras deveriam se limitar a duas: agente e delegado, cada uma com apenas três níveis.

O diagnóstico sugere a aposentadoria compulsória, a criação de postos em pequenas cidades e maior autonomia dos agentes.

Integração

A integração de operações das Polícias Civil e Militar é retomada no documento. Atualmente, a política do governo é de "estímulo", com o favorecimento em repasses federais.

Caso as sugestões técnicas sejam encampadas, a subordinação das polícias a um comando único será proposta por lei federal.

Além disso, a Secretaria Nacional de Segurança Pública determinará as regras para ações conjuntas e propiciará verbas para centrais telefônicas únicas.

Atribuições

Regulamentação, normatização e fiscalização serão atribuições do Conasp, que deve incorporar representantes estaduais.

Para isso, o governo deve preparar uma lei que está com 13 anos de atraso. A organização e o funcionamento dos órgãos de segurança pública ainda não estão regulamentados por lei, como prevê a Constituição.

Além disso, o diagnóstico sugere que o governo resolva graves omissões, como o mau policiamento nas rodovias, ferrovias, rios e na costa marítima.

A população brasileira não escapou de críticas no diagnóstico das polícias, que sugere a participação dos cidadãos na prevenção à violência. Na opinião do governo, o brasileiro precisa aprender que a polícia não serve apenas para reprimir.

O DIAGNÓSTICO DAS POLÍCIAS NO PAÍS

Editoria de Arte/Folha Imagem

ESTRUTURA GERAL

→ **Problema: Não há coordenação nem política nacional efetiva de segurança pública que regulamente a atribuição de cada Poder**
Solução: O Conasp (Conselho Nacional de Segurança Pública), com a participação dos Estados, deve regulamentar questões não previstas em lei. Criação do Instituto de Estudos de Segurança Pública nos moldes de complexo universitário

→ **Problema: Não há bases curriculares nacionais para a formação de policiais e seguranças, e a assistência médica específica é precária**
Solução: Os ministérios da Educação e da Justiça devem estabelecer currículo nacional. Os Estados e o Ministério da Saúde devem discutir programas de assistência médica, dentro ou fora do SUS, contemplando saúde mental

→ **Problema: A maioria dos Estados não tem políticas públicas para conter a violência. Há poucos incentivos à boa conduta**
Solução: Estimular planos estaduais de segurança pública com fontes de recursos permanentes e prêmios por boas práticas

A POLÍCIA CIVIL E A MILITAR

→ **Problema: Não há norma nacional de comando único das polícias estaduais**
Solução: Vincular as polícias à mesma secretaria de Estado, por lei federal, com um conselho superior que tenha participação da sociedade

→ **Problema: Áreas de atuação das polícias não coincidem e há duplicidade de trabalhos. Não há número único de emergência para o público**
Solução: Difundir centros integrados de trabalho das duas polícias, com um único sistema de registro de ocorrência em rede; central telefônica única, acumulando números de emergência da polícia, dos bombeiros e da Defesa Civil

→ **Problema: Corporativismo das polícias é acirrado por conflitos de competências, o que gera ineficiência**
Solução: Detalhamento das atribuições de cada polícia, afastando a Civil de operações de policiamento e a Militar, de investigações

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública

ESTRUTURA DAS POLÍCIAS

→ **Problema: Excessivas carreiras e hierarquias; falta de rotatividade no topo das carreiras; regimes de trabalho que induz ao "bico"**
Solução: Nova carreira na Polícia Civil, que inclui apenas delegados e agentes (outras funções seriam empregos públicos) com aposentadoria compulsória; reduzir níveis hierárquicos na Polícia Militar e introduzir promoção por mérito intelectual, funcional e tempo de serviço; dedicação exclusiva com jornada flexível e maior fiscalização trabalhista dos "bicos"

→ **Problema: Ausência de delegacias em pequenas cidades; policiamento ostensivo pouco valorizado**
Solução: Postos de delegacias, maior autonomia de agentes e criação de estrutura de investigação desligadas das delegacias; terceirizar funções administrativas da PM

→ **Problema: Corregedorias são pouco eficazes e falta controle externo**
Solução: Modificar lei tornando obrigatório inquéritos de mortes por resistência à polícia

POLÍCIA MILITAR

→ **Problema: Modelo militar de hierarquia, organização e disciplina são incompatíveis com o policiamento ostensivo moderno e os valores democráticos. Quartéis são burocráticos, mal distribuídos e inadequados para o atendimento à população**
Solução: Adaptar doutrina da polícia ostensiva à realidade brasileira, com capacitação de gerentes; distribuir policiais de acordo com as circunscrições da Polícia Civil e flexibilizar agrupamentos militares

→ **Problema: Salários assimétricos e normas disciplinares inadequadas causam a quebra de disciplina e movimentos reivindicatórios**
Solução: Rever, por lei, estruturas salariais. Atualizar normas de disciplina com maior rigor contra corrupção, violência e quebra de ordem pública

→ **Problema: Arrogância e destempero de maus comandantes geram revoltas que acabam sendo descontadas no cidadão. Tropas de choque são usadas em outras funções sem preparo**
Solução: Promover avaliações dos serviços pela comunidade e separar funções de controle de massas das de policiamento

SOCIEDADE

→ **Problema: Polícias atendem mal a sociedade e não estão cientes de suas funções não-criminais**
Solução: Fortalecer programas de polícia comunitária

→ **Problema: Canais de queixas e denúncias são inefetivos**
Solução: Consolidar ouvidorias independentes, com disque-denúncia

→ **Problema: A população teme a polícia por seus aspecto repressivo e fiscalizador e não participa da solução nas questões de segurança**
Solução: Criar Conselhos Comunitários de Segurança

RACISMO POLICIAL

É REVOLTANTE a história da morte do dentista Flávio Ferreira Sant'Ana, ao que tudo indica assassinado por policiais militares em São Paulo. O episódio é emblemático dos piores e mais arraigados vícios da polícia paulista.

Para começar, Sant'Ana morreu porque era negro. Como tinha a cor "errada", foi abordado por policiais. Como muitos supõem que todo negro é potencialmente um bandido, Sant'Ana foi identificado por uma testemunha como o ladrão que acabara de assaltá-lo. E como "bandido bom é bandido morto", Sant'Ana acabou sendo baleado.

Os absurdos não param por aí. Segundo os policiais acusados de ter matado Sant'Ana, o jovem dentista reagiu à bala à abordagem e morreu no tiroteio. Sant'Ana foi "encontrado" com a a carteira da vítima do assalto no bolso e uma arma na mão. Todavia, o próprio comando da PM duvida da versão dos policiais. Ao que tudo indica, os acusados forjaram a cena. Aplicaram ao dentista o chamado "kit assassino", a arma extra utilizada para simular casos de resistência seguida de morte.

Aparentemente, a simulação só não deu certo porque Sant'Ana era um profissional com diploma de curso superior. Não seria verossímil que estivesse praticando assaltos à mão armada. Era, por assim dizer, o negro "errado". Para agravar o quadro, três dos cinco PMs envolvidos já foram alvo de denúncias em histórias semelhantes. Se uma investigação mais completa tivesse sido realizada, e os policiais, afastados, o jovem dentista talvez estivesse vivo.

Se quisermos resumir o episódio sem meias-palavras, podemos dizer, pelos indícios reunidos, que um jovem negro perdeu a vida porque inadvertidamente se deparou com policiais racistas que atiram antes de perguntar e ainda falsificam provas para tentar escapar impunes. Lamentavelmente, não estamos diante de uma exceção. Todos os anos, muitos "suspeitos" são mortos de forma semelhante no Brasil.

In: Folha SP - 11/02/2004

As crises e os conflitos que levam os PMs ao suicídio

Este ano, até anteontem, 17 policiais haviam se matado – mais que a metade de homens mortos em confronto com criminosos. Alguns são encaminhados para atendimento psicoterápico. Para outros, não há tempo

A saúde mental do policial militar anda em crise. Dezessete PMs já se suicidaram este ano em São Paulo. Esse número representa mais da metade dos policiais mortos em confronto com bandidos.

Até setembro, 2.685 PMs compareceram ao Centro de Assistência Social (CAS), em busca de assistência psicológica. Cerca de 107 foram encaminhados para tratamento psiquiátrico. Outros 300 policiais militares aguardam na fila a vez de receber atendimento psicoterápico.

"O policial militar é uma pessoa estressada", resume o tenente-coronel Paulo Roberto Xavier, chefe do CAS.

Para conseguir atender todos os PMs com problemas psicológicos, o CAS fechou um convênio com o Centro de Estudo Psicocirúrgico do Hospital das Clínicas (HC). A partir de novembro, 40 PMs serão atendidos por psicoterapeutas.

"O policial militar tem um status elevado na comunidade onde vive. Esse status não é compatível com o salário", informa o capitão e chefe do setor de psicologia do CAS, Eduardo da Silva Almeida.

Para complementar o salário e viver com dignidade, o policial é obrigado a fazer bicos, deixando de lado o tempo de lazer e a convivência com a família. Apesar do sacrifício pessoal das horas de trabalho contínuo, o policial militar não consegue atingir um patamar social adequado.

A corporação considera o bico uma falta disciplinar grave. Nessa atividade paralela, o PM sabe que não terá respaldo legal se for envolvido em uma ocorrência violenta. O policial se desespera. Entra em crise.



"Geralmente, a família se desagrega e o policial se separa da mulher e da família", diz Almeida. A corporação paga atualmente 18 mil pensões para ex-mulheres de PMs.

Conflitos

Entre os policiais militares que buscaram auxílio no CAS, 13 disseram ter idéias suicidas. Pelo menos 189 estavam em conflito profissional e outros 109 enfrentavam problemas conjugais.

O tempo de decisão que permite a um civil protelar o suicídio praticamente inexiste para o PM. "Há um rompimento de personalidade e o policial usa a própria arma para se matar. É diferente de um civil que imagina várias formas de se suicidar, o que na maioria das vezes acaba não acontecendo", analisa o tenente coronel Xavier.

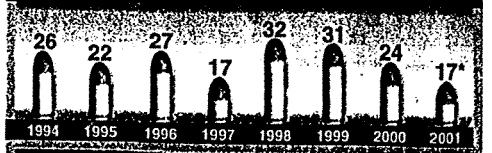
No ano passado, houve 24 suicídios de policiais militares. Noventa e cinco por cento deles tinham vida normal, comportamento bom e excepcional na corporação.

A maioria estava na ativa e não deixou mensagem explicando o motivo.

A Polícia Militar tem um efetivo de 83 mil homens. Até este mês, 32 PMs foram mortos por bandidos e 47 morreram nas horas de folga.

Danilo Angrimani

Suicídios de PMs em São Paulo



Policiais com problemas psicológicos	
Idéias suicidas	13
Conflito profissional	189
Conflito interno	271
Conflito conjugal	109
Dependência química	74
Estresse	28
Encaminhados ao psiquiatra	107
Outros problemas	95
Total de atendimentos em 2001**	2.685



MATARAM, E FORAM PARA TRATAMENTO

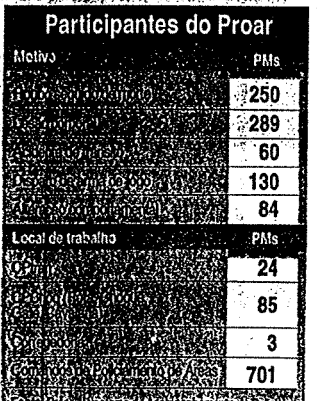
Os policiais da Rota que mataram os seqüestradores do advogado Carlos Toschi Neto e da arquiteta Márcia Calzado Toschi, na última terça-feira, foram retirados da rua. Por terem se envolvido em tiroteio, eles ficarão três meses fora do ar, ou melhor, no Proar, abreviação de Programa de Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco. Até o mês de setembro, 813 policiais militares já haviam passado pelo programa.

Antes de voltar às ruas, os policiais da Rota estarão *fora de órbita* por três meses, de *molho*, cumprindo um "estágio operacional obrigatório". Na prática, esse estágio significa ser proibido de patrulhar a cidade a bordo de uma viatura.

"É como se um artilheiro fizesse um gol e fosse colocado na reserva pelo técnico", critica a presidente do Movimento de Resistência ao Crime, Liliana Prinzivalli.

Ela se diz contrária ao Proar por entender que o policial atuante, que combate a criminalidade, é punido e fica três meses longe de sua viatura. "O policial se sente desautorizado perante a família, os amigos e os colegas da corporação."

Para o tenente-coronel Xavier, o estigma que persegue o Proar, de programa punitivo, visto como um castigo pelos policiais, não existe mais. "Depois do estágio no Proar, o PM



Participantes do Proar

Motivo	PMs
[illegible]	250
[illegible]	289
[illegible]	60
[illegible]	130
[illegible]	84
Local de trabalho	**PMs**
[illegible]	24
[illegible]	85
[illegible]	3
[illegible]	701

programa como algo positivo que valoriza não só a vida dele como a do próximo."

O deputado estadual Conte Lopes (PPB) pensa de outra maneira. O parlamentar, que é ex-policial militar da Rota, diz que o Proar leva o policial a ser omisso e fugir das situações de impacto. "O Proar é uma punição, sim. Se fosse uma vantagem, eles não colocariam o PM para andar a pé. Hoje, o policial tem medo da ocorrência."

A maioria dos policiais fica três meses nal obrigatório. Esse tempo pode se estender a seis meses, até um ano, caso seja detectado algum distúrbio mais grave de comportamento.

Quem vai para o Proar são policiais militares relacionados em ocorrências de vários tipos. As mais comuns são roubo seguido de morte, lesão corporal, acidentes de trânsito e disparo de arma de fogo. Por exemplo, se durante uma manifestação, um policial disparar um tiro de alerta para o alto, ele será obrigado a freqüentar o programa. Dos cerca de 800 PMs no Proar, 250 mataram bandidos.

O tenente-coronel Xavier observa que durante o estágio de 21 dias o policial recebe atendimento psicológico, visita museus e lo (Masp). Às vezes, o PM.

Os psicólogos do Proar baseiam-se em um estudo do Ph.D. Roger Solomon, da Patrulha Estadual de Washington (Estados Unidos), que aconselha: "Antes de retornar ao serviço rotineiro, o policial que disparou sua arma deve participar de uma sessão confidencial com um profissional competente de saúde mental, que determinará se o policial está apto a retornar ao trabalho".

Todo PM que chega ao Proar é examinado por um psicólogo e pode ser liberado no mesmo dia, retornando ao seu batalhão. "Mas ele só retomará suas funções depois de cumprir o estágio obrigatório mínimo de três meses", avisa o chefe do programa.

Monteiro Lobato e a segurança pública

ANA SOFIA SCHMIDT DE OLIVEIRA

UMA CONCEPÇÃO tem estado presente no debate mundial sobre segurança pública: criminalidade e violência são problemas distintos cuja solução de todos depende. Daí competir a busca de respostas e ações a uma multiplicidade de agentes sociais, governamentais e não-governamentais.

Em uma sociedade saudável, o aparato repressivo do Estado só tem legitimidade para atuar —e só é acionado— quando as instâncias informais de controle falham. Como dizem os manuais de criminologia, a prevenção primária do crime, à que diz respeito à raiz do problema, é a mais eficaz. Manifesta-se nas condições de bem-estar social e na qualidade de vida da população. Diminui à tensão natural da vida em sociedade e, assim, contribui para a redução de conflitos criminais.

Quanto mais frágeis os mecanismos de prevenção primária, maior a expectativa de atuação do aparato repressivo do Estado, que, conceitualmente, previne o crime pela intimidação. Quanto mais eficientes, porém, menor o campo de controle social pela força.

O discurso da repressão e o discurso social não são excludentes: respondem a necessidades distintas e podem se complementar. Para isso, devem guardar entre si um nexo coerente. Veja-se a receita malufista de combate à criminalidade: "a longo prazo, políticas sociais; a curto prazo, Rota na rua!".

Ora, a receita é suicida e intrinsecamente contraditória, porque a base conceitual e ideológica que pavimenta o caminho da justiça social é incompatível com qualquer manifestação do poder público descomprometida com o sentido maior de respeito aos direitos humanos; e vale dizer que a expressão Rota na rua é ainda usada como sinônimo de ação policial arbitrária e violenta.

Para equacionar bem a questão e torná-la produtiva, um bom começo é estabelecer a distinção entre políticas de segurança pública (expressão referente às atividades tipicamente policiais, à atuação policial "stricto sensu") e políticas públicas de segurança (expressão referente às diversas ações, governamentais e não-governamentais, que sofrem ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência).

A ausência dessa distinção clara acaba por ocasionar graves equívocos e compromete a autocrítica de cada responsável —é sempre mais fácil ver a omissão ou os desacertos do outro.

Estabelecida a demarcação teórica da questão, o que faltava era sua formulação pragmática. Neste horizonte, o anúncio do lançamento do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, cuja primeira reunião foi no dia 29 de abril, era notícia alvissareira. A iniciativa atendia a uma necessidade importante: a criação de um espaço de encontro para o mapeamento das responsabilidades dos órgãos que, de um modo ou outro, respondem pela segurança pública.

O discurso da repressão e o discurso social não são excludentes: respondem a necessidades distintas e podem se complementar

Espera-se que este grande desafio não seja frustrado. Um caminho fácil para que isso aconteça é manter o foco dos discursos na atuação da polícia e na reivindicação de mais poder de polícia para as guardas municipais, como se o problema da segurança, do começo ao fim, pudesse ser resumido nas ações repressivas. O caminho para o sucesso está em lembrar que, se a atuação dos municípios nas políticas de segurança pública é restrita por determinação constitucional, sua responsabilidade nas políticas públicas de segurança é enorme.

Basta lembrar que inúmeros fatores identificados com o ambiente criminal dos grandes centros urbanos (iluminação, limpeza, ocupação do espaço público etc) relacionam-se diretamente às administrações municipais.

Não que as coisas sejam imutáveis. Alterações constitucionais e legislativas sempre são possíveis, mas não se há de partir do pressuposto de que está tudo fora de lugar. Antes de pensar em alterações é preciso potencializar ao máximo as atuações de cada parte envolvida por meio de intervenções organizadas.

Américo Pisca-Pisca, o personagem de Monteiro Lobato que tinha o hábito de botar defeito em todas as coisas, indignou-se porque uma árvore colossal como a jabuticabeira carregava frutas tão pequenas e a imponente abóbora nascia de uma planta rasteira. Sonhava, à sombra da árvore, com o mundo reformado e despertou —de seu sono e de sua arrogância— quando uma jabuticaba lhe caiu no nariz.

Lunderssen, citado pelo criminólogo espanhol García-Pablos de Molina ("Tratado de Criminologia"), diz: "A sociedade sempre busca e demanda soluções a curto prazo que, ademais, identifica lamentavelmente com fórmulas drásticas e repressivas. E os governantes tampouco dão sinais de paciência e altruísmo, atiçados pelas periódicas exigências eleitorais (...). Poucos estão dispostos a investir esforços e solidariedade para que outros, no futuro, desfrutem de uma sociedade melhor."

Tivemos entre nós um político destes poucos, movido por sua determinação de fazer o que era certo, à custa muitas vezes da sua popularidade. Se o anseio pelo reconhecimento não era a sua motivação, este veio torrencialmente quando ele já não mais o podia testemunhar. Sua política de segurança pública é a vigente no Estado de São Paulo, calcada no comprometimento da atuação policial com os princípios do Estado democrático de Direito e na integração e modernização das polícias Civil e Militar.

No campo das políticas de segurança pública muito foi feito e muito há por fazer. Mas os resultados só serão melhores se cada agente público —as prefeituras em especial— atuar também no limite das suas possibilidades nas respectivas áreas de atribuições específicas.

Há trabalho de sobra. Há um campo enorme para parcerias e políticas integradas. Exige-se uma coordenação nas ações. Mas integração não é sobreposição nem substituição. Pendurar abóbora em jabuticabeira Monteiro Lobato já mostrou que não dá certo.

Ana Sofia Schmidt de Oliveira, procuradora do Estado e mestre em direito penal e criminologia pela USP, é membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e coordenadora de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública.

Folha SP - 16/05/2001

SEGURANÇA *Secretário diz que não há alta da criminalidade em Campinas; em 5 anos, índice de homicídios cresceu 92%*

Petrelluzzi contesta 'explosão da violência'

RAQUEL LIMA
DA FOLHA CAMPINAS

Sem apresentar números concretos, o secretário de Estado da Segurança Pública, Marco Vinicio Petrelluzzi, afirmou ontem que "não existe uma explosão da criminalidade em Campinas".

Petrelluzzi afirmou ainda que, em registro de homicídios, a cidade está abaixo das 20 maiores taxas de assassinatos por habitante no Estado de São Paulo.

"Campinas tem problemas, nunca neguei. Mas não posso admitir que pelos números [de ocorrências] que a cidade tem e pelo desempenho das polícias [Civil e Militar] que estejamos tendo uma explosão de criminalidade", declarou Petrelluzzi.

No entanto um levantamento do Instituto Fernand Braudel, de São Paulo, que estuda a violência, mostra que Campinas ocupa a 16ª posição no ranking de 61 cidades com mais de 100 mil habitantes em número de homicídios.

O coeficiente da cidade é de 50 assassinatos por grupo de 100 mil habitantes. Em 95, Campinas ocupava o 25º lugar, com coeficiente de 26 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. Em cinco anos, o número de assassinatos em Campinas cresceu 92%.

O índice do município é próximo ao da capital paulista, em 2000, que registrou coeficiente de 51 assassinatos por grupo de 100 mil habitantes. A cidade de São Paulo não está no ranking organizado pelo instituto.

Em 95, Campinas ocupava a 2ª posição em furto e roubo de veículos, com coeficiente de 727 ocorrências por grupo de 100 mil habitantes. Em 2000, a posição foi mantida, mas o coeficiente subiu para 1.840 —aumento de 153%.

Em ocorrência de roubos, Campinas foi da 4ª para a 2ª posição no ranking do instituto. Em cinco anos, o coeficiente aumentou de 510 para 1.140 ocorrências por grupo de 100 mil habitantes. O crescimento foi de 124%.

"Eu não tenho os números [das ocorrências] aqui de cabeça. Vim aqui falar de Campinas e vocês [imprensa] querem fazer comparações?", disse o secretário de Estado da Segurança.

"Não costumo fazer ranking porque geralmente são mal feitos", afirmou Petrelluzzi.

"O problema é a falta de comunicação [das ocorrências]. A secretaria vai ficando cada vez mais míope e para o secretário isso é muito bom", disse o pesquisador do instituto José Peres Neto.

Segundo ele, de 99 para 2000, o número de ocorrências no Estado caiu de 15 mil a 20 mil.

Petrelluzzi esteve ontem em Campinas para avaliar os trabalhos das polícias Civil e Militar.

Editoria de Arte/Folha Imagem

CIDADES MAIS VIOLENTAS DO ESTADO

HOMICÍDIOS

Município	Coeficiente em 1995*	Ranking em 1995	Coeficiente em 2000*	Ranking em 2000
Praia Grande	40	12º	94	1º
Itaquaquecetuba	50	5º	84	2º
Itapevi	41	10º	81	3º
Diadema	75	2º	76	4º
Itapecerica da Serra	79	1º	75	5º
Embu	57	4º	75	6º
Guarulhos	38	14º	64	7º
São Vicente	35	19º	61	8º
Sumaré	26	25º	60	9º
Guarujá	38	14º	59	10º
Ferraz de Vasconcelos	27	24º	58	11º
Barueri	33	22º	56	12º
Campinas	26	25º	50	16º

ROUBOS EM GERAL

Município	Coeficiente em 1995*	Ranking em 1995	Coeficiente em 2000*	Ranking em 2000
Praia Grande	544	3º	1.380	1º
Campinas	510	4º	1.140	2º
Santo André	382	11º	970	3º
São Caetano do Sul	384	9º	870	4º
Guarujá	635	2º	850	5º
Hortolândia	303	20º	840	6º
Jacareí	698	1º	790	7º
Cubatão	425	7º	790	7º
São Bernardo do Campo	358	14º	720	9º
São Vicente	384	9º	700	10º
Diadema	255	28º	700	10º
Cotia	154	43º	700	10º

FURTO E ROUBO DE VEÍCULOS

Município	Coeficiente em 1995*	Ranking em 1995	Coeficiente em 2000*	Ranking em 2000
Santo André	704	3º	2.090	1º
Campinas	727	2º	1.840	2º
São Caetano do Sul	1.519	1º	1.700	3º
São Bernardo do Campo	622	4º	1.270	4º
Diadema	330	8º	980	5º
Praia Grande	257	11º	900	6º
Cotia	98	46º	820	7º
Osasco	310	9º	810	8º
Taboão da Serra	251	12º	760	9º
Mauá	130	34º	730	10º
Americana	376	6º	710	11º
Ribeirão Pires	186	20º	650	12º

(*) coeficiente por grupo de 100 mil habitantes

FOLHA CAMPINAS

PÁGINA C 1 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2001 ★ INCLUI COTIDIANO

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE